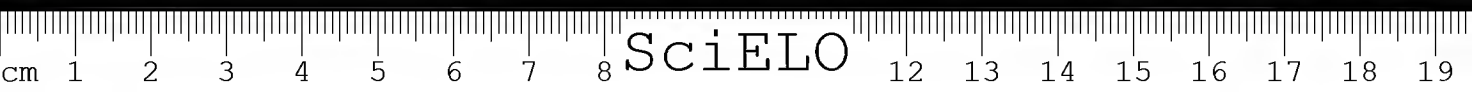
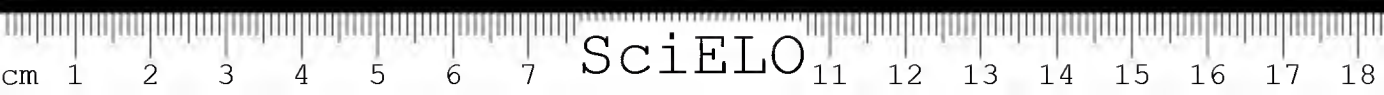




SciELO







ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



A ALAVOURA, publicação mensal, é dirigida pelo Dr. Wladimir de Almeida, e tem como objetivo a divulgação de conhecimentos agrícolas e a promoção da agricultura brasileira. A publicação é editada pela Sociedade Nacional de Agricultura, e é distribuída gratuitamente para os associados e para as bibliotecas e instituições de pesquisa.

ANO LVIII

JANEIRO - FEVEREIRO, 1954

TIPO DE JANEIRO - BRASIL

Em qualquer época os tratores e implementos OLIVER são imprescindíveis ao agricultor.

Sim, os tratores e implementos OLIVER reúnem todos os requisitos técnicos, de construção e alta qualidade de material, indispensáveis para executar satisfatoriamente as árduas tarefas da lavoura dentro dos prazos disponíveis.

OLIVER fabrica implementos para todas as operações agrícolas, sempre com as características que lhes proporcionam a máxima de rendimento.

OLIVER

O MELHOR EM MÁQUINAS AGRÍCOLAS



Além de tratores e implementos agrícolas, a OLIVER fabrica ainda tratores de esteiras para terraplenagem, que em conjunto com lambe-lamas, terracreadores, Scrapers etc., alcançam inigualável produtividade.

CONSULTE O NOSSO DEPARTAMENTO AGRÍCOLA

MESBLA

RIO DE JANEIRO • SÃO PAULO • PORTO ALEGRE • B. HORIZONTE
RECIFE • SALVADOR • PELOTAS • NITERÓI • VITÓRIA • MARILIA

Pro-diger 216



As Sras. Schraeder, Swanbeck e Laebs ficam espantadas com as explicações do técnico da I. B. C., Sr. Walter Lazzarini, sobre a tempo de recuperação das cafezeiras quando visitavam uma fazenda da norte da Paraná, próximo a Londrina. Disseram que as mulheres americanas não conheciam a verdadeira história do café — plantio, colheita e exportação, e que elas iriam transmitir essas impressões para que conhecessem a esforço hercúleo da cafeicultura brasileira. (Gentileza de David Milman)

SUMÁRIO

Casa da Agricultura	3
Bem Estar e Progresso do Brasil — Prof. Arthur Torres Filho	7
Formação da Cead — Adalberto Serra	8
A Atuação do Ministério da Agricultura na Mecanização da Lavoura em São Paulo — Kurt Reipsold	15
Importantes Conclaves para um Ampla Debate sobre a Economia Cafeeira — Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira	19
Polígono das Secas	27
O Crédito Agrícola Cooperativo — Fabio Luz Filho	30
Ministro João Cleofas	33
Possibilidades Econômicas do Estado de Goiás	33
Algumas Notas sobre a Agricultura em Goiás	41
O Governador Amiral Peixoto fala ao Povo Fluminense	44
Ampliação da Rede de Cursos e Escolas de Ensino Agrícola no Brasil — Eng. Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira	54
Notícias e Informações	57
Noticiário da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello"	60
Filiação de Cooperativas e Sociedades Mercantis	62
Convenção Nacional dos Produtores de Açúcar	65
Confederação Rural Brasileira	70
Epiteloma Contagioso das Aves — Carlos Almeida Santo Rosa	76

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo	—	DR. MIGUEL CALMON DU PIN e ALMEIDA
Presidente Benemérito	—	DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES
Presidente de Honra	—	DR. GETÚLIO DORNELLES VARGAS

DIRETORIA GERAL

Presidente	—	ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente	—	LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente	—	EDGAR TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente	—	ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário	—	FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	—	ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário	—	EURICO SANTOS
4.º Secretário	—	CINÉAS DE LIMA GUIMARÃES
1.º Tesoureiro	—	KURT REPSOLD
2.º Tesoureiro	—	OTTO FRENSEL
Secretário-Geral		LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES
ENIO LUIZ LEITÃO
FRANKLIN DE ALMEIDA
HONÓRIO DA COSTA MONTEIRO FILHO
JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
MARIO DE OLIVEIRA
GERALDO GOULART DA SILVEIRA

CONSELHO SUPERIOR

ALFEU DOMINGUES
ALVARO SIMÕES LOPES
ANÍPIO GOMES
ANTONIO JOSÉ ALVES DE SOUZA
APOLONIO SALLES
ARMENIO DA ROCHA MIRANDA
ARTHUR OBERLAENDER TIBAU
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO
DIOGENES CALDAS
EDUARDO DUVIVIER
EUVALDO LODI
FABIO FURTADO LUZ
GUILHERME EGBERT HERMSDORFF
HOMBERTO BRUNO
IRIL MEINBERG
ISRAEL PINHEIRO DA SILVA
ITAGYRA BARÇANTE
IVO LEAO
JERONIMO ANTONIO COIMBRA
JOAQUIM CAMARA FILHO

JOSAFÁ MACEDO
JOSÉ SAMPAIO FERNANDES
JOSÉ SOLANO CARNEIRO DA CUNHA
JULIO CESAR COVELO
JUVENAL LAMARTINE
LANDULPHO ALVES DE ALMEIDA
LAURO PIRES XAVIER
LAURO FORTES BUSTAMANTE
MANOEL CARLOS FERRAZ DE ALMEIDA
MANOEL NETO CAMPELO JUNIOR
MARCIAL G. TERRA
MARIO VILHENA
NEWTON DE CASTRO BELLEZA
ORMEU JUNQUEIRA BOTELHO
PAULO PARREIRAS HORTA
PEDRO FONTES
ROBERTO DE ARAUJO CARNEIRO CAMPELLO
RUI CARNEIRO
SEBASTÃO SANT'ANA e SILVA
WALDICK MOURA

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE
DOS SEGUINTE ÓRGÃOS:

Comissão Permanente de Exposições e Feiros (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; Comissão Revisora de Tarifas (Ministério da Fazenda) — Dr. Oswaldo Miguel Frederico Ballarin; Conselho Consultivo do E. F. Centro do Brasil — Dr. Altino de Azevedo Sodré; Comissão Permanente de Estradas de Rodagem (Ministério da Viação) — Dr. Raul David de Sanson; Instituto Brasileiro de Educação e Cultura (Ministério das Relações Exteriores) — Dr.

Luiz Simões Lopes; Comissão de Intercâmbio Comercial com o Exterior (Ministério da Fazenda) — Dr. Kurt Repsold; Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção — Dr. Edgar Teixeira Leite; Comissão Consultivo de Acordos Comerciais (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Alberto Ravache; Comissão de Política Agrária (Ministério da Agricultura) — Dr. Luiz Simões Lopes Suplente: Dr. Alberto Ravache.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LVIII

JANEIRO - FEVEREIRO — 1954

CASA DA AGRICULTURA

Após 57 anos, comemorados a 16 de janeiro deste ano, apresenta-se a Sociedade Nacional de Agricultura à classe rural, instalada em sua nova sede, à Av. General Justo 171, em frente ao aeroporto Santos Dumont.

Desde a sua fundação em 1897, tem sido a instalação da Sociedade problema dos mais difíceis às suas diversas administrações, só agora resolvido em definitivo.

A primeira sede da Sociedade foi a Casa da Moeda, cujo diretor, à época, era o Dr. Ennes de Souza, fundador e primeiro presidente da instituição.

Depois, já na presidência Moura Brasil, passou a funcionar no edifício da então Repartição Geral de Estatística, à Praça 15 de novembro. As sessões e assembléias, realizavam-se ora no Liceu de Artes e Ofícios, na Associação Comercial, no Clube de Engenharia ou na Escola Politécnica.

Passou, após, para o prédio à rua da Alfandega 103, onde muito trabalho desenvolveu em favor da Agricultura.

Ai ficou até 1912, quando no terreno arrendado a uma ordem religiosa desta capital, construiu a sua nova sede, de 4 pavimentos, à Rua Primeiro de Março n.º 15.

Nesse edifício, funcionou até 1935, quando teve de o entregar à dita organização em virtude de um vício do contrato, o que a obrigou a procurar novo pouso.

Instalou-se então no Largo de São Francisco, no edifício do antigo magazine Parque Royal, devorado pelo mais pavoroso incêndio já ocorrido nesta cidade, a 9 de julho de 1942. A destruição do arquivo da Sociedade só não foi total porque, antes havia sido uma grande parte do mesmo transferida para a Escola de Horticultura Wenceslão Bello, onde ainda hoje se encontra.

Ao dia seguinte, existiam da Sociedade a sua tradição, a diretoria e os funcionários. A seguir se instalou no prédio à Av. Rio Branco, 177, Edifício São Borja, e aí ficou até 1945, de onde se mudou para os grupos da Av. Franklin Roosevelt n.º 115, 6.º andar, a espera da terminação da construção da sede atual.

Quando este número estiver circulando, lá estarão já funcionando os serviços da Sociedade, após uma luta sem desfalecimento, desde o

momento da doação do terreno através o decreto-lei n.º 7.227, de 4-1-45, até os dias que correm.

Foi necessário um novo ato federal que permitisse a hipoteca para o levantamento da maior parte dos recursos necessários à construção, e este foi baixado a 3 de janeiro do ano seguinte (N.º 8.594).

O contrato de empréstimo com a Caixa Econômica foi lavrado a 24 de novembro de 1947, havendo um outro, de suplementação de recursos, a 16 de janeiro de 1951.

O edifício dispõe de nove pavimentos, além de um sub-solo, com as áreas seguintes:

Sub-solo	132,00	m2
Pavimento térreo	685,50	"
Sobreloja	360,00	"
Pavimento intermediário	696,00	"
Pavimentos tipo (6)	3.000,00	"
Casa de máquinas etc.	138,00	"
	<hr/>	
	5.011,00	"

A construção foi executada sob o regime de concorrências parciais, sob a direção e fiscalização do engenheiro civil Dr. Ary Fontoura de Azambuja, que também foi o autor do projeto.

Todos os serviços de administração da construção ficaram a cargo de uma comissão de obras, assim constituída:

Dr. *Arthur Torres Filho*, Presidente da S. N. A.

Dr. *Luiz Simões Lopes*, 1.º Vice-Presidente

Dr. *Antonio de Arruda Câmara*, 3.º Vice-Presidente

Dr. *Kurt Repsold*, 1.º Tesoureiro

Luiz Marques Poliano, Secretário Geral.

A inauguração solene do edifício se dará em dias dos meses de março ou abril, a serem oportunamente fixados pela Diretoria.

A "Casa da Agricultura" é hoje uma realidade e a todos quantos concorreram para a realização desse velho sonho da instituição, os agradecimentos da Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura.

Cabe aqui ao Exmo. Sr. Presidente da República, Dr. Getúlio Dornelles Vargas, Presidente de Honra da instituição, o especial reconhecimento da Diretoria, pois a realização só foi possível, graças a S. Exa., ao doar, através do decreto já citado, o terreno sobre o qual se ergue imponente a "Casa da Agricultura".

Bem estar e progresso do Brasil

Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura
Prof. ARTHUR TORRES FILHO

A prosperidade nacional está a depender, na hora presente, do aumento e da maior diversificação da produção agrícola e industrial, tanto para o consumo interno, como para as exportações. Acontece conosco o que também se dá com outras nações americanas, que no dizer de ilustre economista "*uma nação desenvolvida, não pode aspirar uma balança de pagamento ativa, ou melhor, equilibrada, até que a balança comercial apresente importantes saldos favoráveis*".

Se quiséssemos demonstrar a tese de que a nossa capacidade produtiva não tem crescido, oscilando sempre em extremos que evidenciam nossa debilidade econômica, teríamos que estudar o volume físico da produção agrícola e seu valor, e volume das mercadorias transportadas nas estradas de ferro e outras vias de comunicação.

Não se pode duvidar existir um paralelismo entre a capacidade econômica e a capacidade financeira do país. Frustrar esse equilíbrio, que deverá existir sempre, será de consequências funestas para a nação que só à custa de muito esforço de todas as administrações (estaduais e municipais) em perfeita harmonia com o governo federal, será capaz de nos encaminhar para uma política verdadeiramente construtiva. Esse seria o papel para desempenhar pelo Conselho Nacional de Economia.

A fase que atravessamos, como ninguém poderá negar, é de desequilíbrio na vida econômico-financeira do país. Essa situação está a exigir medidas de ordem financeira, de um lado, e de outro, lata política de proteção ao trabalho nacional, a começar pela eliminação do desordenado regime tributário em vigor e uma adaptação das tarifas alfandegárias, consultando a capacidade econômica do contribuinte e desafiando o trabalho nacional.

As demonstrações insofismáveis da austeridade que deprime a nação tê-mo-las no que ocorre com a vida econômico-financeira. Ao reconhecê-las, nem por isso devemos nos deixar abater, mas sim lançarmos mão de todos os recursos para reerguermos o país, fazendo-o retomar o caminho acelerado de sua evolução econômica.

O nosso verdadeiro ideal, em matéria de exportação, deveria ser o de infiltrar o produto do trabalho nacional nos mercados externos, dilatando a capacidade econômica do país, procurando colocar o excesso de sua produção. Isso quer dizer que o problema fundamental do Brasil é o de sua expansão comercial no interior e no exterior.

Quem examina o ritmo do nosso movimento de exportação, verificará o quanto tem sido ele variável, em tonelagem e valor, nos seus principais artigos, se excepcionarmos o café, que contribui com cerca de 70%.

Fôra de reconhecer o papel de relevância sem contraste que a intensificação da produção de nossas terras poderá desempenhar no desenvolvimento da prosperidade nacional, pelo melhor aproveitamento das suas enormes fontes latentes de riqueza.

A contingência da luta na campo das competições econômicas está a exigir, se quisermos vencer, a introdução de novos métodos de exploração da terra, revolucionando a rotina e os processos culturais

Sem os ensinamentos da agronomia, por certo permaneceremos retardatários, incapazes de possuir forte estrutura econômica. Procuremos, por isso, transformar os processos de cultivo, melhorar as variedades de plantas cultivadas, generalizar o emprego da adubação, aplicar, enfim, os ensinamentos da complexa ciência agrônoma.

E' fato sem contestação que temos caminhado, do Império à República, sem programa definitivo de política econômica, abraçando todo o país, com o apoio das administrações estaduais e municipais; no entanto, sem esse programa, não alcançaremos nenhuma finalidade segura, não poderemos zelar pelas fontes de produção e tudo caminhará entregue às próprias forças da nação.

A descontinuidade de nossa movimentação econômica é uma revelação flagrante da nossa imprevidência; para prová-lo bastará que examinemos as nossas exportações, sendo fácil concluir-se que essa exportação se acha limitada, em porcentagem dominante ao café, que prepondera sem contraste no valor e no volume, deixando sujeita às maiores surpresas a vida econômica e financeira do país.

Nos tempos modernos não é dado a nenhum povo viver consumindo apenas os próprios produtos, sem vender nem comprar. Tudo o nosso esforço para regularizar nossa vida financeira, será improficuo, se não acelerarmos a exportação, isto é, se não conseguirmos aumentar a capacidade de produzir, vender e comerciar. Para tanto, temos de elevar a produtividade agrícola e industrial do Brasil.

Só dêsse modo nosso desenvolvimento se fará com normalidade; só assim alcançaremos riqueza sólida, corrigida os deficits da balança de pagamentos.

Para exportar em grande escala, de modo a conseguir recursos em ouro para as necessidades do pagamento no estrangeiro, seria preciso produzirmos em grande escala; e, para isso, teríamos de fazer exame consciencioso de nossas condições agrícola, mediante investigações agrônomicas, estatísticas e econômicas, de modo a serem removidos os embaraços que atrofiaram as fontes de produção.

Múltiplas são as causas que perturbam o trabalho nacional; e, sem procurarmos estudá-las e resolvê-las, com mão forte, não removeremos os embaraços que prejudicam o nosso progresso econômico.

Em grande parte, devido às crises, que se apresentam bruscamente, sem ritmo algum, temos ainda a produção agrícola minguada, que não reflete, em absoluto os extraordinários recursos do território do Brasil e nem está em relação com a população de que hoje dispõe.

A política que nos couvem, aquela que consulta as aspirações nacionais e de que está dependente a expansão comercial no exterior e o fortalecimento da fortuna pública, reside no amparo e na propulsão da produção nacional, em quantidade suficiente para atender às necessidades internas e ser lançada, em forte escala no mercado exterior.

Não nos esqueçamos, porém, que, com as profundas modificações experimentadas pela produção agrícola mundial, só poderemos vencer, na competição cu-

mercial, os países melhor organizados técnica e economicamente.

É certo que o Brasil, no momento grave que atravessa o mundo, precisa ir buscar no meio nacional as fontes de vida, despertando as regiões decedentes para novos surtos de expansão.

A tendência geral é a de cada nação viver dos próprios recursos, diante do estado geral criado pela destruição de capitais, muito principalmente depois da Grande Guerra.

Os preços dos produtos agrícolas têm caído em todos os mercados, prejudicando o consumo dos produtos industriais.

Vemos que as nações da Europa estão empregando os melhores esforços para se erguerem do cataclismo econômico, elevando a produtividade e se aparelhando para melhor explorar os recursos contidos em seus territórios. Por nossa vez, precisamos produzir soma apreciável de mercadorias úteis, para satisfazer às necessidades da vida nacional e termos volume suficiente para a exportação em bases racionais.

Não viria agora a pêlo traçar planos econômicos, mas um dos aspectos da nossa questão agrícola digno de ser focalizado, é o do aproveitamento da terra, assunto esse, na atualidade, da maior relevância social e econômica por estar empolgando a atenção de todos os povos. Vemos que, no Brasil, a resistência oferecida, neste momento, à crise universal, é devida, em grande parte, à sua agricultura. Isso prova resiliir no labor dos campos um dos fatores mais eficientes do progresso nacional.

É sabido que grande parte da massa da nossa população rural vive na penúria; pode-se dizer que o trabalho do agricultor não é devidamente compensado por reinar a desonra na produção. Entretanto, a nação só poderá ser arrancada das graves crises financeiras e o bem-estar só poderá reinar nas cidades, se dispusermos de produção agrícola abundante e de fácil circulação em nosso território, livre das pias de uma tributação excessiva e desordenada.

Carecemos evitar o êxodo da população dos campos, iniciando energia política de expansão econômica. Vemos extensos latifúndios atirados ao abandono na vizinhança de cidades populosas, enquanto o estômago enorme delas, se estorce à míngua de gêneros de subsistência adquiridos, geralmente, por altos preços.

Um programa que tivermos de traçar nessa direção, exigirá legislação mais enérgica do que a que possuímos, para que o plano a executar não fique sujeito a interrupções, como são acontecer com a maioria dos nossos empreendimentos. As medidas a serem preconizadas vêm por sua complexidade; obras de drenagem e de irrigação; localização dos agricultores; direção agrônômica; tudo isso, é evidente, necessita fazer parte de um plano de conjunto, com legislação específica.

Somos dos que consideram sempre pouco todo o auxílio prodigalizado àqueles que vivem do trabalho da terra, entre nós, pois nosso supremo ideal deverá ser transformar a massa dos seres humanos, que vive no interior do país, em elemento realmente ativo e eficiente para o progresso nacional.

Carecemos, enfim, de uma série de medidas decalcadas em um plano de conjunto, com base financeira estável, de modo a se iniciar entre nós bem orientada política agrícola.

O inescusável sociólogo Alberto Torres, com verdadeira visão profética, na sua obra "O Problema Nacional Brasileiro", proferiu um conceito lapidar: "O Brasil tem por destino ser um país agrícola; toda a ação que tender a desviá-lo desse destino é um

crime contra sua natureza, contra os interesses humanos".

Mais ainda: "As sociedades humanas estão já pagando, com a carestia da vida, pesado tributo ao desaproveitamento do solo e do braço humano, à atividade fecunda e à inércia do maior número; uma das mais graves consequências da política do capitalismo, das especulações mercantis, da lebre de enriquecimento".

O momento para o Brasil é de — rumo ao campo — a exemplo daquele — retour à la terre — com que o ilustre ministro Melne indicou à França o caminho de sua salvação.

A Lavoura

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Eng.º Agrônomo **ARTHUR TORRES FILHO**
Presidente da Sociedade

Eng.º Agrônomo **ANTONIO DE ARRUDA CAMARA**
Diretor

Eng.º Agrônomo **KURT REPSOLD**
Diretor Técnico

Eng.º Agrônomo **GERALDO GOULART DA SILVEIRA**
Redator-Técnico

LUIZ MARQUES POLIANO
Diretor Responsável e Redator-Secretário

Relação e Administração:

Av. Franklin Roosevelt, 115 - 6.º

Telefone: 42-2981
Caixa Postal: 1245

Rio de Janeiro

Nem a relação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

Representante para todo o Estado de S. Paulo:

NEWTON FEITOZA

RUA HOA VISTA, 245, 3.º andar - Tel.: 33-1432 — Eml. Tel.: "LINEFE. C. A.: 7257

— SÃO PAULO —

IA. RADIOTELEGRÁFICA BRASILEIRA

o de Janeiro — São Paulo — Santos — Recife

Servico Direto* com

Alemanha
Argentina
Bélgica
Chile
China
Colômbia
Equador
Espanha
Estados Unidos
França
Grã-Bretanha
Holanda
Itália
Libéria
México
Polónia
Portugal
Surinam
Suécia
Suíça
U.R.S.S.
Uruguai
Tchecoslováquia

* Para conseguir o serviço rápido e direto via Radiobras basta incluir a indicação gratuita da rota "VIA RADIOBRAS" em seus telegramas para o exterior, entregando-os na estação dos Telégrafos em qualquer cidade.

RADIOBRAS

COMUNICAÇÕES RÁPIDAS PELO RÁDIO
COM O MUNDO INTEIRO

RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 48
Av. Rio Branco, 213 —
Tel.: 52-6000
Av. Atlântica, 1602-A
Tel.: 37-4891

SÃO PAULO

Rua 7 de Abril, 338
Tel.: 33-4111
35-5603

SANTOS

R. 15 de Novembro, 46
Tel.: 2-5191

RECIFE

Avenida Rio Branco, 182
Tel.: 9291
9548
9549

FORMAÇÃO DA GEADA

Adalberto Serra

Transcrevemos a seguir alguns tópicos da informação publicada à pags. 17-23 do Avulso da "Comissão Especial sobre a Geada", na Câmara dos Deputados. Permitem eles a devida compreensão dos mapas anexos, que fornecem:

- 1 — Normal anual de dias de geada.
- 2 — Normal anual de dias com temperatura mínima inferior a zero.
- 3 — Temperatura mínima absoluta registrada no período 1911-1911.

DEPOIMENTO DO SR. ADALBERTO SERRA

Na reunião do dia 18 de agosto, a Comissão de Inquérito ouviu o Senhor Adalberto Serra, técnico do Ministério da Agricultura, que fez uma brilhante exposição sobre a formação do orvalho e da geada. Do seu longo depoimento, destacamos alguns trechos referentes aos fenômenos climáticos observados no Brasil, resultando graves danos à agricultura, em diversas regiões, onde a economia cafeeira ocupa lugar de indelével proeminência. Dis-se ele:

"Vamos principiar estudando a formação do orvalho. Este meteoro é constituído por pequenas gotas de água que cobrem superfícies expostas, pedras, metais, folhas, etc., após uma noite limpa. Isto porque, dada a radiação noturna, a temperatura de tais corpos caiu abaixo da correspondente à saturação é, assim, a pequena lâmina de ar em contacto com os objetos se resfriou, condensando seu vapor d'água em gotas. Note-se que a temperatura real do próprio ar não desceu tanto, nem atingiu a saturação, caso em que ocorreria nevoeiro. Antes, se conserva cinco graus mais ou menos superior à do solo, havendo, por essa forma, uma inversão de temperatura. O orvalho ocorre em noites de céu limpo, porquanto as nuvens reduzem a queda térmica, devolvendo ao solo parte da radiação emitida. Dêsse modo, qualquer abrigo, fumaça ou nevoeiro, impede a sua formação. Ele é também mais intenso sobre os corpos de maior poder emissivo".

Já pela manhã, a evaporação das gotas, sob os raios solares, principia antes que seque excessivamente os tecidos, conservando-se a planta refrescada e úmida. É portanto,

um meteoro benéfico, em oposição ao seu parente próximo, que passaremos a estudar".

FORMAÇÃO DA GEADA

"Quando o 'ponto de orvalho', ou seja, a temperatura de saturação do ar, se encontra abaixo de zero grau, o vapor d'água sublima diretamente em gelo, logo que a temperatura das superfícies expostas desce a de saturação. Forma-se, então, a geada, que não é orvalho congelado, e sim vapor sublimado, por mecanismo semelhante ao do orvalho, mas operando em temperaturas negativas.

Para a formação da geada não é, alias, preciso que a mínima de ar desce abaixo de zero grau. Basta que a temperatura dos objetos, plantas, ou a do solo, o faça.

A geada assim depositada, por efeito de radiação, tem o nome de geada branca, sendo o mais comum no País, e a menos danosa.

Devemos compreender, alias, que a geada não causa diretamente os estragos na planta. Os grãos de gelo testemunham somente que aquela se resfriou em excesso. E é, sobretudo, o brusco aquecimento, destruindo os brotos, etc., que mata o vegetal no levantar do sol.

Como ficou demonstrado, a geada não cai nunca como se fôsse chuva; ela se "forma" no local, sendo, pois, inteiramente errôneo falar-se em "queda de geada".

Há, no entanto, uma outra variedade, a geada negra, de efeitos temíveis, e que ocorre sob correntes de ar muito frias e secas, com temperatura abaixo de zero-grau, mas que, por atingirem a saturação, não depositam gelo.

Tais correntes varrem grandes regiões, durante dias seguidos, e nada se pode fazer contra os seus efeitos, que consistem no congelamento da água no interior das plantas, rompendo-se os tecidos com obstrução dos vasos. Fica, assim, impedida a ascensão da seiva e o vegetal morre, enegrecido. O congelamento da própria seiva trunca o progresso dos talos, folhas, etc., e pode atacar até o lenho.

Isso, no entanto, só ocorre abaixo de menos 15 graus centígrados, temperatura nunca verificada no Brasil.

Não se deve, contudo, classificar como de geadas, que nem se deram, neste caso, os efeitos danosos produzidos nos cafezais pelos ventos frios e cortantes do Sul, a temperaturas de 2 a 3 graus acima de zero, e que nos períodos de formação do fruto, podem ser muito

noctivos. São as impropriamente chamadas "geadas de vento".

Vejamos as condições favoráveis a geada:

- Temperatura baixa — estas, excluindo as zonas acima de 1.000 mts., só ocorrem sob invasões de massas polares frias, adiante descritas.

- Céu limpo — que permite maior radiação do calor armazenado de dia.

- Umidade baixa — se a mesma for acentuada, pode-se formar nevoeiro, o qual reduz a radiação, impedindo a geada.

- Vento fraco — uma velocidade forte mistura as camadas de ar já resfriadas com as mais quentes superiores, e dificulta o fenômeno. Este é favorecido em noites de calma, sobretudo nos centros de anticiclones frios.

- Localização — os terrenos expostos a Este ou ao Norte recebem melhor os raios solares, a geada sendo, pois, menos provável. Mas, quando formada, o de gelo muito branco anula tal vantagem, pois o Sol chega mais cedo.

Já as terras expostas a Sul e a Oeste recebem menor insolação, e apresentam maior sequência de geadas. Entretanto, o degelo mais lento causa menores prejuízos.

Embora a floresta regularize o clima, a pequena faixa litorânea da mesma é mais sujeita ao fenômeno. Isto porque as árvores reduzem muito a velocidade do vento, assim favorecendo a geada.

A geada é sempre mais nociva e freqüente nas altas latitudes. Contudo, a orientação das frentes e centros de alta pressão dá as isolinhas traçados caprichosos, como se poderá ver dos mapas que vou exibir".

"Resumindo, a geada é mais comum nas terras argilosas, massapês de argila e terras roxas; torna-se mais rara em terrenos silicosos ou arenosos, tudo porque o solo barrento retém a umidade. Contudo, o muito encharcado dificulta a geada, pois a água é bom condutor e impede um maior resfriamento local. O fenômeno é, por isso, mais raro após as chuvas, e um arrozal, por exemplo, regado em noite fria, escapará ao flagelo.

Vejamos, agora, as ondas de frio.

Como, no Brasil, as geadas só ocorrem — excluindo zonas improdutivas dos altos cumes — durante as invasões de massa polar, passaremos ao seu estudo.

O nosso continente é cortado, a partir de 35° S, no inverno, e de 40° S, no verão, por uma linha de descontinuidade chamada Frente Polar Atlântica (FPA). Separa ela as correntes de Oeste, polares, das de Noroeste a Nordeste, tropicais. As primeiras formam o anel de baixas pressões que circunda o Antártico. As segundas provêm do centro de ação do Atlântico, do qual divergem os aliseios de Sueste a Este, no litoral nordeste, e os de Nordeste a Noroeste na costa meridional.

O acúmulo de correntes opostas agrava a descontinuidade térmica, fazendo cair as pressões. Por fim, sob o impulso de massas provenientes de outra descontinuidade, a Frente Polar do Pacífico (PPP), a Frente do Atlântico passa a ondular, formando ciclones que

evoluem para Sudeste, ocuindo na grande Baixa Central do Mar de Weddell.

Nas frentes frias e quentes de tais ciclones, a ascensão do ar tropical aquecido sobre o polar frio, que penetra em cumha, produz a condensação do vapor, e a formação dos sistemas de nuvens. Estes apresentam desde cirrus, nas altas camadas, até altoestratos e por fim nimboestratos, nas frentes quentes, ou cumulonimbos, respectivamente, chuvas contínuas ou trovoadas e pancadas.

Por fim, o grande acúmulo de ar atrás da Frente Polar Atlântica, produz o seu avanço para Nordeste, bem como o do anticiclone frio posterior. A frente polar penetra, assim, pelo Rio Grande do Sul, e avança até o Rio de Janeiro, podendo chegar mesmo até a Bahia e se derramar pelo interior, sobre Mato Grosso e Acre".

.....
"Vejamos a ocorrência das geadas.

Em São Paulo, onde o fenômeno foi melhor catalogado, sabe-se que as geadas surgem desde abril até outubro, com maior incidência no rigor do inverno, de junho a agosto.

Ocorreram, por exemplo, em abril de 1906, 1911 e 1912. Malo apresentou fortes geadas em 1886, 1889, 1905, 1911, sendo a duração das ondas de frio de, em média, 3 a 7 dias. No inverno foram intensíssimas as de junho de 1870, 1871, 1889, 1905, bem como a de agosto de 1902. A geada preta de 23 a 24 de junho de 1918, se apresentou fortíssima, com prejuízos enormes, muito superiores aos provocados em junho de 1870, mal de 1886 e agosto de 1902. Naqueles dias de 1918, a temperatura caiu a menos 3 graus no planalto paulista. Já em setembro ocorreram geadas nos anos de 1899, 1906 e sobretudo 1912. Raramente elas se verificam em outubro (1902) ou novembro (1904).

As grandes geadas se produziram em 1840, 1870, 1886, 1902, 1918, num ciclo de 16 anos. Mas não há verdadeiramente períodos fixos na atmosfera, mesmo os solares, de 11 ou 35 anos, sendo muito variáveis. Não quer isto dizer que um serviço de previsões a longo prazo, hoje perfeitamente possível, não fôsse utilíssimo à nossa lavoura, basendo em correlações ou outras técnicas mais modernas".

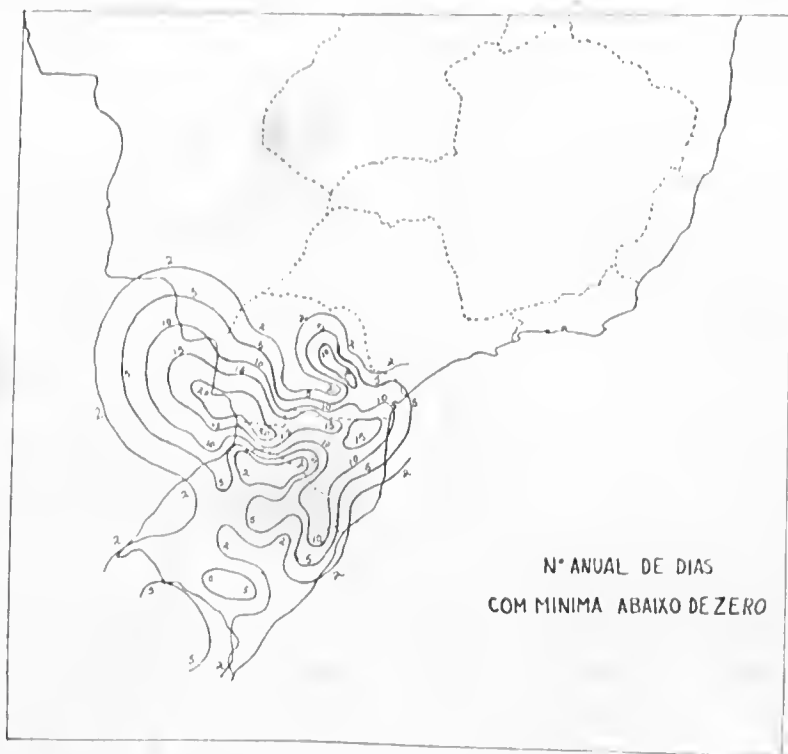
MÉTODO DE COMBATE A GEADA

"Consistem os mesmos em se evitar a formação do fenômeno por um dos seguintes processos:

I — Reduzindo a perda de calor pela radiação.

Para tanto pode-se cobrir a cultura, seja com panos de lona montados sobre estacas, o que só será possível em pequenas hortas ou pomares, seja por meio de fumaça obtida em fogareiros a óleo, fogueiras de lenha ou queima de substâncias químicas. Com tais nuvens, a queda de temperatura se reduz porlo de 5 graus. Mas, como muitas vezes há prejuízos para a planta, o método vem caindo em desuso.

O sistema remonta, aliás, a Plínio o An-



tlgo, e ao império dos Incas, e vem sendo usado na Europa desde 1791, sobretudo para a proteção dos vinhedos. Lestout aconselhou a aspersão de água nas fogueiras ou a sua cobertura com galhos verdes e palha molhada, para aumento da fumaça.

Experiências com cortinas de fumo para uso bélico foram tentadas pelo Comandante Arthur Carneiro em junho de 1921, chegando mesmo a ser criada uma companhia de manufatura de bombas de fumaça, sob a direção do engenheiro Belfort de Mattos. A produção foi iniciada em 1925, sendo bons resultados obtidos no município de Chavantes.

Para tanto colocavam-se as baterias de ignição de forma que o vento conduzisse a fumaça para o cafezal, sendo deflagadas as bombas quando o termômetro marcava 1 grau. Também era preciso, ao romper do sol, acender novas bombas em linha, para proteger o degêlo, que devia ser lento e nunca brusco, sob a ação direta do calor diurno".

.....
"A formação de nuvens, sugerida pelas novas técnicas de chuva artificial, em noites de geada, nuvens naturais, o uso do gelo são esta fora de cogitação. O emprego do lodeto de prata, queimado em geradores no solo, seria de resultados duvidosos e precários; desconheço mesmo quaisquer aplicações neste sentido. O Weather Bureau, aliás, para testes definitivos da "chuva artificial" está gastando agora 50 milhões de cruzeiros. Enquanto isso, convém nos atermos à palavra oficial da American Meteorological Society:

"As condições meteorológicas favoráveis à

chuva artificial são idênticas as que conduzem à chuva natural. Daí ser quase impossível comprovar o êxito das experiências. Nada permite supor que se possa modificar o clima ou o tempo de uma grande área pela semeadura de nuvens".

Se lembrarmos, aliás, que seria preciso fazer explodir 618 bombas atômicas para formar a energia de um único ciclone tropical, tais recomendações nos parecem lógicas.

2.º método — Mistura com o ar superior mas quente, assim evitando a geada. Para tanto, são usados ventiladores, mas o processo é impraticável em grandes culturas.

3.º método — Além das precauções meteorológicas relativas à boa escolha do terreno (altitude, encharcamento do solo, capina, etc.), pode-se obter uma regular proteção por meio de cereais vivos, muros ou renques de árvores, plantadas acima da fazenda, e que desviem o ar frio. As árvores, alinhadas em direção perpendicular ao vento dominante, podem ser, por exemplo, coníferas do gênero *Cupressus*. Possivelmente o sombreamento do cafezal contribuiu para retardar o degêlo, sendo assim de alguma utilidade.

4.º método — É o do aquecimento do ar —; é o método atualmente mais empregado, queimando-se carvão, óleo ou turfa. A temperatura sobe até 7 graus e são precisos muitos fogões, à razão de 1 cada 100 ou mesmo 60 metros quadrados. Eles devem estar mais concentrados nas bordas que no meio da fazenda, e sobretudo a barlavento, nos nossos caso, mais a sul.

A corrente de ar descendente sobre o fo-

ção surge logo adiante, vindo agitar e aquecer o ar resfriando da superfície.

Pode-se ainda regar a cultura, o que nos cafezais talvez seja inútil. Como já vimos, o conteúdo de calor da água é maior do que o do ar; a rega aumenta ainda a condutibilidade do solo, permitindo que mais calor interno atinja a superfície. Também o congelamento da água, libertando o calor de fusão (80 calorias), mantém a temperatura a zero grau, nível em que o prejuízo para a planta é quase nulo.

Segundo Kessler, é esta a maior função da rega. São precisos 5 litros por metro quadrado por hora, mas os efeitos ainda não foram bem estudados.

Quando tudo fracassou, ou não foi tentado, e a geada causou grandes prejuízos, o agrônomo Gustavo Dutra aconselha o seguinte:

1 — fazer uma poda muito ligeira nos cafeeiros, mas só onde estritamente necessá-lo (decoles ou espoldras). Deve-se dar tempo a planta para se restabelecer.

2 — proceder a poda verdadeira somente de agosto a outubro, evitando assim o uso do machado. A própria natureza, após a geada, fará melhor que o agricultor, eliminando ou indicando a este o que se deve cortar.

3 — adubar a lavoura com salitre, sulfato de amônio, fosfatos ou superfosfatos duplos, conforme o solo e os recursos, a razão de 200 quilogramas de salitre por hectares".

"CLIMATOLOGIA"

"O exame das cartas de "número anual de dias de geada" indica que estas ocorrem com maior frequência (acima de 25 por ano) ao longo de um eixo desde 24° S, no noroeste do Paraná, até 27° S, em Santa Catarina.

Parece-nos que a isolinha de 5 ou no máximo a de 10 dias de geada, deveria constituir o limite meridional dos cafezais. Já as grandes mínimas, indicativas de geada preta, nascem abaixo de menos 6 graus em todo o noroeste do Paraná. Ainda uma vez a isolinha 10 de geada corresponde a menos 8 graus de mínima do ar (talvez menos 13 graus no solo). O noroeste de São Paulo parece quase isento do fenômeno, sendo aí de zero grau a mínima absoluta".

"A climatologia do País deve ser estudada em detalhe, como base para as futuras pesquisas microclimáticas. Com tudo isto, ainda estaríamos muito longe do gigantesco progresso verificado, por exemplo, nos Estados Unidos, onde a carta de isobaras é prevista para o dia seguinte mediante 1.660.500 operações matemáticas, realizadas num computador eletrônico em apenas 48 minutos. Só a máquina custa 500 milhões de cruzeiros".

Inquirido sobre a questão das chuvas artificiais, tão atamadas na palavra do engenheiro Janot Pacheco — respondeu o Sr. Adalberto Serra:

"Como eu já disse, o problema da chuva





artificial, a nucleação de nuvens, a produção de nuvens artificiais, está hoje muito controverso e discutido.

Sucedeu com ele o que acontece muitas vezes, e é noivo a qualquer progresso: houve uma aplicação prática muito rápida logo depois da descoberta, sem dar tempo a que a ciência evoluísse naturalmente e acumulasse observações".

Perguntamos sobre a formação das geadas, em períodos certos, se tal previsão é possível — respondeu:

Essa previsão, com períodos certos, que não existem, não é possível, e nem mesmo o estudo detalhado de períodos tem conduzido em qualquer lugar do mundo a um resultado desta ordem.

No entanto, existe uma técnica de previsão a prazo longo, em uso nas grandes nações do hemisfério norte e com relação à qual a Argentina já está tomando providências, e que no Brasil vem sendo executada em silêncio desde 1936, para uso especial da Light. Pouca gente sabe disso, mas a Light tem um meteorologista contratado que desde aquela data executa as previsões para a bacia do Paraíba e a zona do Cubatão.

Muito melhores resultados poderiam ser obtidos se fosse reequipado todo o Serviço Meteorológico de forma a atender a esse quesito.

O Nordeste, por exemplo, tem estudos para a previsão de suas secas com 6 meses de antecedência. Esses estudos foram feitos há 7 anos, e estão também paralisados ou inapli-

cados. Podem, certamente, ser aperfeiçoados com o uso de técnicas mais modernas que surgiram depois daquela data".

Perguntado se a formação de lavours junto as grandes correntes d'água sofre a influência mais intensa da geada respondeu:

"Segundo já afirmel, a presença de água deve diminuir a possibilidade de geada. Todavia, não se pode dizer que a proximidade das correntes tem grande influência. A geada é, naturalmente, menos frequente nas margens dum rio, mas não é possível saber nem garantir até que distância. Isso exigiria aqueles estudos microclimáticos que nunca foram feitos aqui. Não há portanto que formar uma recomendação estrita neste ponto".

Perguntado sobre o aparte proferido pelo Deputado Daniel de Carvalho, em plenário, quando se referia ao financelamento do café:

"No Estado do Paraná, segundo estou informado, não foram apenas as chuvas as determinantes da geada, mas também o vento frio".

Respondeu, então:

"As chuvas, pelo contrário, evitam as geadas. No momento em que está chovendo ou na noite seguinte, a geada é difícil. Mas a chuva significa que no dia seguinte ou daí a um ou dois dias pode surgir — não é ga-

rantido — um anticiclone frio que, em geral, vem atrás da linha de frente polar onde está chovendo. Então a chuva neste caso é um índice da possível ocorrência dum anticiclone frio e portanto duma zona central pesada, de corrente frias intensas, mas na qual reinou calma e onde a geada é possível a noite pela radiação, a não ser que se trate da geada preta.

O vento, se formar geada, será aquela geada preta, ao atingir temperatura muito fria, que pode ser acima de zero grau.

Perguntado sobre se o movimento das massas polares era cíclico e devido às manchas solares — respondeu:

"Inegavelmente, há uma relação, que antigamente era negada e hoje já é aceita, entre a atividade solar e o avanço dos anticiclones frios mas não há propriamente uma lei já descoberta. Há, digamos, correlações, aparências, indícios.

Um grande progresso foi feito recentemente pelo professor Haurwitz, mostrando que a radiação corpuscular do sol produzía ou favorecia esse avanço de massas frias. Trata-se, no entanto, de estudo novos, mas que estão dando uma base mais criteriosa ao problema. No momento, nada há de definitivo; há, apenas, a possibilidade de uma previsão juntando-se essas informações das manchas solares com todas as outras de dinâmica, observações meteorológicas, de rádiosonda, etc., o que é feito nos países de grandes recursos e que procuram proteger a sua agricultura de todas as formas, cercando-a do amparo que merece."

Perguntado se era possível determinar as zonas onde não é aconselhável o plantio do café, tendo em vista a latitude — respondeu:

"No momento, como eu já disse, o Brasil não possui cartas climáticas. É uma falta sensível, que tem causado prejuízos bastantes graves; embora a rede meteorológica já tenha 43 anos de existência, essas cartas ainda não foram traçadas.

Há perto de um ano, por iniciativa pessoal, dado que não dispunha de auxiliares nem de recursos de nenhuma espécie, estou tentando traçar tais cartas. No entanto, não tenho conseguido fazer mais do que um número muito reduzido, lutando com toda sorte de dificuldades.

Para uso destas Comissões, preparei, naturalmente as pressas, com os números que pude encontrar algumas cartas de geada que vou mostrar (exibe).

Aqui estão cartas dando o número de dias com temperatura mínima abaixo de zero grau, somente para as regiões do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Para São Paulo não foi possível coletar esses dados, porque — é curioso — embora São Paulo tenha a Não há portanto, que falar propriamente em série meteorológica mais antiga do Brasil é a menos apurada e conhecida.

Por elas vemos que a orientação das Isofinhas é em geral de Noroeste para Sueste latitude, mas sim, o que se determina em cartas análogas às que estou exibindo, em limites convenientes para a plantação dos cereais.

Esta outra carta indica o número de dias de geada normal por ano. Não pude detalhar isto por meses porque não havia tempo, mas também vemos que a orientação é de Noroeste para Sueste, aliás paralela à da própria frente polar que é a causadora do fenômeno.

Há núcleos, por exemplo, de 25 dias no sul do Paraná e Santa Catarina, e de menos dias no Rio Grande do Sul, cabendo, por exemplo, para 10 no paralelo 30° no Rio Grande.

Vemos por aí que o Paraná é desaconselhável para o café, São Paulo é mais favorável; aí o número de dias de geada é menor.

Uma última carta (exibe) dá a mínima absoluta, permitindo prever o número de dias normal de geada preta.

Vemos que menos dez graus sucede no oeste do Paraná, sendo, aliás, na zona, a menor mínima. Já no noroeste de São Paulo a menor mínima é zero grau. Minas tem mínimas menores, devido à altitude."

Pelo que se observa do depolimento do Sr. Adalberto Serra, não há, ainda, no Brasil, um serviço perfeito quanto à previsão da temperatura, de modo que no campo da climatologia, temos muito que estudar e aprender, ou pelo menos, não estamos habilitados oficialmente a aconselhar a formação da lavoura do café, dentro de um programa científico delimitado e de real importância para a vida rural brasileira.

USINA BARCELOS

Barcelos — E. do Rio

Companhia Agrícola
e

Industrial Magalhães

Acúcar Cristal Barcelos

Alcool Anidro e Potável

PRAÇA PIO X, 98 — 7.º
and. — s. 704

TELEFONE: 43-3415

RIO DE JANEIRO

ELEVADORES SCHINDLER DO BRASIL S. A.

comunica aos seus distintos amigos e fregueses a trans-
ferência dos seus escritórios para a AV. PEDRO II
n.º 329 onde junto com sua filiada a

USINAS SANTA LUZIA S. A.

espera merecer a preferência que até agora lhe foi
dispensada

A atuação do Ministério da Agricultura na mecanização da lavoura em São Paulo

KURT REPSOLD

Diante da crescente necessidade do aumento da produção agrícola, principalmente, de gêneros alimentícios de primeira necessidade, e face ao acentuado êxodo das populações rurais, a partir do término da última conflagração mundial, fazia-se mister, como solução mais aconselhável, tomar medidas que visassem a ampliação da capacidade produtora individual do lavrador.

Tal objetivo só poderia ser alcançado por meio de uma intensiva mecanização das atividades rurais, máxime, das relacionadas com o desbravamento e a mobilização do solo. Daí, a iniciativa do Ministério da Agricultura de criação das patrulhas moto-mecanizadas, que se tem constituído em verdadeiras "escolas práticas ambulantes", porque, ao mesmo tempo que prestam assinalados serviços diretamente ao lavrador, veem demonstrando "in loco" as vantagens econômicas do emprêgo da maquinária agrícola e concedendo aos técnicos a oportunidade de ministrarem ensinamentos os mais diversos. O contato quotidiano entre os técnicos e os lavradores, ensejado pela atuação das patrulhas motomecanizadas, permite uma constante troca de idéias, no tocante ao uso da boa semente; ao preparo adequado das terras; aos tratos culturais indispensáveis; ao emprêgo conveniente de adubos; ao combate das moléstias e pragas; aos processos de irrigação e drenagem; à conservação do solo; em fim, a todos os assuntos que possam, sob qualquer forma, influenciar no aumento e na melhoria da produção agro-pastoril. Por outro lado, vem-se observando que a atuação dessas equipes motorizadas, dando a segurança do trabalho menos árduo e melhor remunerado, tem contribuído para a tão al-

mejada fixação do homem à gleba, resultante que, por si só, seria suficiente para justificar todo o esforço despendido, vez que, o simples fato de concorrer para evitar o agravamento dos multiformes e cruciantes problemas que já afligem as populações citadinas, representa efeito assaz ponderável.

Empreendimentos de tal natureza, pois, capazes de influir favoravelmente na solução de problemas sociais e econômicos da coletividade, merecem e precisam ser continuados e desenvolvidos, até que possam, sem maiores tropeços, passar à iniciativa particular.

Lutando com óbices de toda a espécie, a Divisão do Fomento da Produção Vegetal deu início a esses trabalhos, em 1949, contando com poucos recursos financeiros e poucas máquinas agrícolas. Mesmo assim, lançou a pedra fundamental do fomento à mecanização agrícola no Estado de São Paulo, com resultados que, já agora, não é justo desconhecer.

A primeira patrulha foi instalada com sede em Itapetininga para atender o sul do Estado, região de agricultura pobre, mas de terras planas, facilmente mecanizáveis e muito carente de apoio oficial para desenvolver-se. Antes do término de 1949, as atividades dessa patrulha já apresentavam resultados tão convincentes que os próprios agricultores beneficiados foram os primeiros a proclamá-los, tornando-se necessária a organização de relações cronológicas de pedidos, pois, estes começaram a exceder, à capacidade de atendimento.

De então a esta parte novas patrulhas foram criadas e, hoje, estão em pleno funcionamento as seguintes, pela ordem das datas de criação:

1. ^a —	Patrulha	motomecanizada	de Itapetininga	— Março de 1949
2. ^a —	"	"	" Campinas	— Novembro de 1949
3. ^a —	"	"	" Taubaté	— Julho de 1952
4. ^a —	"	"	" Itapeva	— Julho de 1952 (*)
5. ^a —	"	"	" Piracicaba	— Julho de 1952

(*) — A 4.^a Patrulha começou a funcionar, realmente, em 1951, com o nome de 1.^o Grupo Motomecanizado de Itapeva, subordinado à 1.^a Patrulha de Itapetininga.

Os equipamentos agrícolas e veículos de transporte integrados nessas patrulhas, a partir de 1949, são as seguintes:

Anos	Tratores com implementos	Colhedoras combinadas	Caminhões	Pick-ups	Jeeps
1949	29	7	4	2	2
1950 *	36	9	5	3	2
1951	43	13	6	4	2
1952	56	27	7	5	4
1953	71	27	10	5	4

Com êsses equipamentos as Patrulhas conseguiram realizar, de 1949 até 31 de outubro de 1953, os trabalhos constantes do quadro abaixo.

Anos	Lavradores atendidos	Área trabalhada	Horas de serviço	COLHEITA (em sacos)		
				Arroz	Trigo	Soja
1949	59	3.850 ha.	9.497	4.213	2.730	—
1950	225	8.240 "	23.474	8.944	5.337	—
1951	222	9.638 "	21.662	13.452	9.297	—
1952	314	10.632 "	29.531	10.615	7.192	—
1953	297	7.747 "	28.617	17.426	16.971	2.652 *
		40.107 ha.				
Totais	1.117		112.781	54.650	41.527	2.652

NOTA (*) — Faltam os dados referentes aos meses de novembro e dezembro.

Constam do quadro seguinte as rendas arrecadadas pelas patrulhas, desde a sua criação:

Anos	Renda em Cr\$
1949	468.973,70
1950	1.177.648, 0
1951	1.488.799,00
1952	1.929.086,27
1953	2.127.018,20 *
TOTAL	7.191.525,77

* Até 31 de outubro.

Verifica-se, assim, que essas equipes motorizadas, no período de março de 1949 a outubro de 1953, trabalharam 112.781 horas de serviço efetivo em cooperação com 1.117 lavradores, em uma área de ..

40.107 hectares ou cêrca de 16.570 alqueires paulista, fazendo, aração, gradagem, adubação, semeadura, capina, destoca, terraços, açudes, valas de drenagem, estradas etc., além da colheita de 54.650 sacos de arroz, 41.527 de trigo e 2.652 de soja.

A renda dos diversos serviços prestados nesse período atingiu o total de Cr\$... 7.191.525,77. Ela corresponde ao preço do trabalho-hora que o lavrador paga a título de indenização das despesas da máquina em operação de campo, inclusive amortização, variando êsse preço de desde Cr\$ 45,00 até Cr\$ 250,00, conforme o tipo, a potência e os implementos utilizados. Corresponde êsse pagamento, em realidade, a cêrca de 50% da despesa feita pelo Ministério da Agricultura, incluindo o salário do pessoal técnico e auxiliar, trans-

porte da pessoal e material, construção de instalações, oficinas, etc..

Como se vê, a seguir, o custo médio por hectare, em relação às horas empregadas nas várias operações, foi bastante razoável no decurso de 1953, tendo-se em vista, principalmente, que o trabalho é exclusivamente de fomento à mecanização e não visa outro lucro senão o indireto através do substancial aumento da produção.

Aração	211,85	por ha
Gradagem	84,14	" "
Distribuição de adubos	41,47	" "
Semeadura	55,42	" "
Cultiva	55,42	" "
Colheita de arroz	8,14	por sacco
" " trigo	6,38	" "
" " soja	9,07	" "

Na instalação e manutenção das patrulhas motomecanizadas de São Paulo, despendeu o Ministério da Agricultura:

Anos	Total das verbas em Cr\$
1949	1.971.004,00
1950	2.562.834,70
1951	2.062.891,00
1952	4.351.000,00
1953	5.500.000,00
TOTAL	16.447.729,70

Essas dotações correspondem às seguintes despesas médias, por patrulha:

Anos	Despesas média por patrulha Cr\$
1949 (*)	985.502,00
1950	1.281.417,35
1951	1.035.445,50
1952	1.087.887,50
1953	1.100.000,00

(*) A patrulha de Campinas funcionou somente nos meses de novembro e dezembro de 1949.

Curioso é observar que a despesa média por patrulha decresceu com relação ao ano de 1950, e isto, por falta de melhores recursos. Com maior número de patrulhas, maior quantidade de máquinas e maior custo de operação, porque os preços de tudo — combustíveis, lubrificantes, peças, mão de obra, etc. — elevaram-se de 20, 30 e até 50%, logicamente, os recursos fornecidos para o custeio das patrulhas deveriam vir num crescendo proporcional. Sob esse aspecto, não há como deixar de reconhecer, o Ministério da Agricultura tem descurado, não dando ao empreendimento toda a assistência que seria de de-

sejar, não só para poder acompanhar os aumentos de preços, como ainda, para permitir a ampliação das atividades, de acordo com as exigências locais, cada vez maiores.

É fácil imaginar as consequências oriundas dessa circunstância e daquelas inerentes às normas administrativas, que não vem permitindo o recebimento dos créditos no prazo hábil exigido pela própria natureza do trabalho. Já em 1953, em face da exiguidade das cotações recebidas, houve necessidade da instituição de um regime de economia, que não permitiu fossem alcançados os máximos efeitos. Faz-se mistér, pois, que em 1954, sejam corrigidas tais deficiências, a fim de que a Seção de Fomento Agrícola, em São Paulo, possa conduzir os trabalhos a pleno ritmo e colher, dessa feita, os resultados a que, mediante sua brilhante atuação, vem fazendo jús. Com isto, o Ministério da Agricultura firmará, definitivamente, o alto conceito que vem merecendo da lavoura paulista.

PINTURAS E DECORAÇÕES

Politécnica Ltda.

Revestimento

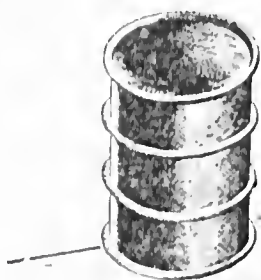
Av. Marechal Floriano, 21 - 1.º

and. — Tels.: 23-4691 — 43-6226

RIO DE JANEIRO

5,400

derivados de um simples
tambor de petróleo!



Parece uma história

das mil e uma noites: da

um simples tambor de petróleo sur-

ge o gênio criador da ciência para transfor-

mar o óleo bruto da terra em matéria prima in-

dispensável à fabricação de 5.400 produtos necessá-

rios à vida e à atividade da homem moderno! É tão

vertiginoso a progressão na indústria petrolífera que temos

a impressão de que se passaram séculos do dia em que o pe-

tróleo apenas iluminava as pequenas lâmpadas e queimava o

fornecia graxas para os motores. Hoje, graças às pesquisas, a

indústria manufatureira ampliou o campo de suas aplicações. Não

há setor da atividade humana em que o emblema SHELL não

esteja presente, colaborando para a conforto e a bem-estar dos

povos. E estamos apenas na começo... Das estudos e pesquisas,

dos processos industriais que, dia a

dia, se aperfeiçoam na organização

SHELL, os seus técnicos afirmam que

novos produtos e novas apli-

cações surgirão ainda, sob

a inspiração de um em-

blema que aciona a en-

grenagem da progres-

são e abre novos ho-

rizontes através da

pesquisa, às conqui-

tas da Ciência.



SHELL BRAZIL LIMITED

Importantes conclaves para um amplo debate sôbre a economia cafeeira

O QUE FORAM A REUNIÃO CAFEEIRA NACIONAL PREPARATÓRIA, A V CONFERÊNCIA PAN-AMERICANA DO CAFÉ E O I CONGRESSO MUNDIAL DO CAFÉ, REALIZADOS EM CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ, NO PERÍODO DE 14 A 21 DE JANEIRO DE 1954

Especial para "A LAVOURA", pelo Engenheiro Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA, Delegado da Sociedade Nacional de Agricultura.

GENERALIDADES

Realizaram-se em Curitiba, capital do Estado do Paraná, no período de 14 a 21 de Janeiro de 1954, três importantes conclaves para um amplo debate sôbre a economia cafeeira e problemas básicos da cafeicultura:

- 1 — A Reunião Cafeeira Nacional Preparatória, integrada pelos delegados das diferentes associações e entidades nacionais;
- 2 — A V Conferência Pan-Americana de Café, integrada pelos delegados dos países americanos;
- 3 — O I Congresso Mundial do Café, integrado pelos delegados dos países produtores e consumidores de café.

Em todos eles a Sociedade Nacional de Agricultura se fez representar por uma delegação integrada pelos seguintes elementos:

- Eng. Agr. Julio Cezar Covelo — Chefe.
Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira — Delegado
Classif. Fidisto Noffini — Assessor.
Classif. Kylvio Ferreira — Assessor.

Releva salientar que os representantes da Sociedade Nacional de Agricultura acompanharam de perto todos os trabalhos dos três conclaves, tanto nas reuniões das comissões, como nas reuniões plenárias.

REUNIÃO CAFEEIRA NACIONAL PREPARATÓRIA

A Reunião Cafeeira Nacional Preparatória, na qual tomaram parte apenas os delegados brasileiros (delegados de associações e entidades nacionais), realizou três sessões plenárias, além das reuniões das três subcomissões designadas para o estudo das teses apresentadas.

Para o bom andamento dos trabalhos ficou constituída uma Comissão Geral, integrada pelos chefes das delegações das seguintes entidades:

Sociedade Nacional de Agricultura
Sociedade Rural Brasileira
Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo
Associação Comercial de Santos
Associação Paranaense de Cafeicultores
Confederação Rural Brasileira
Centro de Comércio de Café de Parnaguá
Centro do Comércio de Café do Rio de Janeiro
Associação Catarinense de Cafeicultores
Instituto Brasileiro do Café.

A Sociedade Nacional de Agricultura integrou esta comissão na pessoa do Eng. Agr. Julio Cezar Covelo, e a II Subcomissão de Estudos Agrícolas, pelo Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira, que a secretariou.

A Reunião Cafeeira Nacional Preparatória estudou e debateu as seguintes teses:

Formação e restauração de culturas cafeeiras, pelo Eng. Agr. William Coelho de Souza;

Adubação do cafeeiro, pelo Eng. Agr. Herculanino de Godol Passos;

A mão de obra e a imigração — O problema social na agricultura — A saúde do trabalhador rural — Eng. Agr. William Coelho de Souza;

Uniformização das estatísticas de café, de Teófilo de Andrade;

Proteção à palavra café — Idem;

Limitação dos direitos aduaneiros sôbre o café — Idem;

Seguro agrícola contra as geadas, secas e distúrbios climáticos — Idem;

Reserva para a cultura cafeeira dos solos a ela apropriados — Idem;

Reexportação do café — Idem;

Financiamento do café no interior, do Dr. Nelson Ribas, da FAIRP;

Adoção de método mais fidedigno de previsão de safras cafeeiras — Divisão de Estatística do IBC;

Quatro entraves na exportação do café, de Leonidas Castelo da Costa;

Produção e transporte, de Wilfrido Moraes;

Nomeação de uma comissão de estudo de ma-

cionatização do processo burocrático — Centro de Comércio de Café, de Paranaguá

Barreiras inter-estaduais — Centro de Comércio de Café de Santos;

Responsabilidade das empresas transportadoras de café, da Associação Comercial Santos;

História do Cafeeiro no Distrito Federal — William Coelho de Souza.

As teses acima, com pareceres favoráveis das respectivas comissões designadas para estudá-las, foram unanimemente aprovadas em sessão plenária da Reunião Cafeeira Nacional Preparatória.

V CONFERENCIA PAN AMERICANA DO CAFE

A V Conferência Pan-Americana do Café funcionou concomitantemente com o I Congresso Mundial do Café e contou com a colaboração de delegados dos seguintes países:

Brasil
Colômbia
Costa Rica
Equador
El Salvador
Guatemala
Haiti
México
Nicarágua
República Dominicana
Venezuela
Bolívia
Paraguai.

Para estudo das proposições apresentadas ao referido conclave foram constituídas as seguintes comissões:

- 1 — Comissão para estudo da situação do café no mundo;
- 2 — Comissão para estudo da estandarização das estatísticas cafeeiras, pesos, medidas, etc.;
- 3 — Comissão para estudo de questões de intercâmbio de informações técnicas cafeeiras entre os países produtores;
- 4 — Comissão para estudo da propaganda mundial do café;
- 5 — Comissão para estudar a criação de um órgão integrado pelos países produtores do hemisfério oriental e fomentar o consumo do café.

As comissões acima referidas foram integradas pelos representantes dos diversos países produtores:

Situação mundial do café:

Brasil
Colômbia
República Dominicana
El Salvador

Melhoramento e padronização das estatísticas sobre o café:

Brasil
Costa Rica
Equador

El Salvador

Intercâmbio de informações técnicas cafeeiras entre os países produtores:

Brasil
Costa Rica
Haiti
El Salvador

Propaganda mundial do Café:

Brasil
Colômbia
Costa Rica
Haiti
El Salvador

I CONGRESSO MUNDIAL DO CAFE

O I Congresso Mundial de Café foi integrado por congressistas dos seguintes países produtores e consumidores:

Alemanha
Estados Unidos da América
Argentina
Austrália
Austria
Bélgica
Bolívia
Brasil
Canadá
Colômbia
Costa Rica
Cuba
Dinamarca
República Dominicana
Egito
El Salvador
Equador
Espanha
Finlândia
França
Grã Bretanha
Guatemala
Haiti
Indonésia
Itália
Japão
Líbano
México
Nicarágua
Países Baixos
Paraguai
Peru
Portugal
Suécia
Venezuela

Para chefiar a delegação brasileira foi unanimemente aprovada a indicação do Dr. João Pacheco Chaves, presidente do Instituto Brasileiro do Café, e como seus substitutos, os Drs. Coronel Paula Soares, do Instituto Brasileiro do Café; Iris Meinberg, presidente da Confederação Rural Brasileira; Luiz Toledo Piza, presidente da Sociedade Rural Brasileira, e Bráulio Barbosa Ferraz, presidente da Associação Paranaense de Cafeicultores.

Para emitir parecer sobre as teses apresentadas ao I Congresso Mundial do Café, foram cons-

titudas quatro comissões, em substituição as 16 comissões anteriormente propostas pelo secretariado geral executivo.

As referidas comissões ficaram assim constituídas:

- 1.^a Comissão: Problemas técnicos
- 2.^a Comissão: Transportes e comércio
- 3.^a Comissão: Problemas sociais
- 4.^a Comissão: Estatística, etc.

As comissões ficaram assim integradas

1.^a Comissão:

Paraguai
Portugal
Venezuela
Costa Rica
Colômbia
Brasil
Espanha
Salvador

2.^a Comissão:

Bélgica
França
Salvador
Itália
México
Suécia
Colômbia
Países Baixos
Brasil

3.^a Comissão:

Guatemala
República Dominicana
Nicarágua
Japão
Peru
Áustria
Indonésia
Haiti
Brasil

4.^a Comissão:

Equador
Alemanha
Líbano
Grã Bretanha
Finlândia
Egito
Dinamarca
Áustria
Brasil
Suíça

As teses apresentadas, depois de amplamente debatidas nas respectivas comissões foram submetidas a plenário, onde sofreram novos debates e aprovações as recomendações finais.

Entre outras, podemos destacar as seguintes recomendações aprovadas pelo I Congresso Mundial do Café:

RECOMENDAÇÃO

O Congresso Mundial de Café, reunido na cidade de Curitiba, de 18 a 21 de janeiro de 1954,

Considerando que as previsões atinentes ao co-

mércio e particularmente ao consumo mundial de café têm por base as estimativas das safras;

Considerando que essas estimativas, em virtude de sua primordial finalidade, exigem o mais alto grau de exatidão, não devendo de forma alguma dar ensejo a dúvidas;

Considerando que o processo subjetivo de obtenção de informações, ora adotada por quase todos os países produtores, é susceptível de retificações que, na maioria das vezes, alteram fundamentalmente os dados iniciais;

Considerando que esse fato está evidenciando a necessidade da adoção de métodos mais convenientes;

Considerando que o método da amostragem, devidamente aplicado à Agricultura, veio aperfeiçoar o processo de coleta e apuração, possibilitando a redução da natural margem de erro;

Considerando que, de um modo geral a amostragem, de custo relativamente baixo, pode proporcionar resultados comparativamente melhores do que os obtidos por uma contagem completa, de ordinário mais dispendiosa e nem sempre exequível;

Considerando que a longa experiência de países mais desenvolvidos e as aplicações experimentais realizadas ultimamente com bons resultados, embora em regiões subdesenvolvidas, vêm demonstrando a viabilidade e a conveniência da emprego desse método em escala mais ampla;

Considerando que as Instituições Internacionais compete dar colaboração técnica no sentido de melhorar os resultados particularmente da estatística agrícola;

Considerando que, através de Centros de Demonstração, a Oficina Regional Latinoamericana de Estatística Agrícola, órgão da F.A.O., sediada em San José, Costa Rica, já vem difundindo a prática da amostragem na agricultura;

Considerando que a formação de técnicos em estatística virá beneficiar grandemente a economia cafeeira, em que se baseia a vida de vários países, bem como os demais ramos de agropecuária de alguma forma relacionado com o café;

Considerando ainda que esses benefícios forçosa e naturalmente serão maiores se os técnicos forem naturais dos países produtores,

RESOLVE:

Recomendar aos países produtores de café que solicitem, quando necessário, às organizações internacionais assistência técnica, principalmente, com o fito de preparar especialistas nacionais destinados a levar a efeito, sob sua própria orientação e responsabilidade, campanhas de amostragem agrícola.

Recomendar a esses mesmos países o estudo para a adoção da amostragem, com aplicação do processo que se adaptem às condições peculiares dos respectivos territórios.

RECOMENDAÇÃO

Considerando:

1 — A importância do café na economia dos países que o produzem;

2 — Que as regiões onde se cultiva estão afetadas, em sua maior parte, por endemias, que minam a saúde dos trabalhadores e aumentam o índice de mortalidade;

3 — Que, por tais motivos, é urgente a defesa do capital humano destinado a esta atividade, nu-

mentando seu índice de saúde e, em consequência, seu nível de vida e seu rendimento;

O Primeiro Congresso Mundial do Café
RESOLVE:

I — Sollicitar aos governos interessados que declarem de interesse primordial o saneamento das regiões cafeeiras.

2 — Recomendar aos governos dos países produtores de café, entidades oficiais e privadas e aos proprietários, que desenvolvam atividades coordenadas, no sentido de conseguir esse objetivo.

RECOMENDAÇÃO

Considerando, que, na época presente, de reivindicações trabalhistas, o problema da mão de obra no meio rural deve ser objeto de preocupações não só da parte dos poderes públicos, como das instituições especializadas e dos cafeicultores;

Considerando que o trabalhador rural não pode elevar o seu nível de vida tecnicamente com os salários que percebe em face do aumento desmesurado de preços;

Considerando que os agricultores devem colaborar para a solução do problema da mão de obra em suas propriedades, com os seus exemplos e a sua experiência, encaminhando a solução dos problemas dos demais.

O Primeiro Congresso Mundial do Café
RESOLVE:

Recomendar aos cafeicultores o seguinte:

I — Que contribuam, na medida de suas possibilidades para criar condições favoráveis de trabalho para o trabalhador rural;

II — Que promovam o desenvolvimento da agricultura, apicultura, avicultura, cunicultura, suinocultura e outras atividades entre seus trabalhadores, proporcionando-lhes os meios e a instrução técnica para que possam dedicar-se, de acordo com o tempo disponível, a tais atividades, a fim de elevar seu nível;

III — Que fomentem uma ampla ação educativa de caráter técnico-social, orientada no sentido da integração do homem do campo na vida moderna, em seus aspectos econômico, higiênico e cultural;

IV — Que intensifiquem essa ação educativa por meio do rádio, do cinema e de outros recursos que tendam a orientá-lo objetivamente.

RECOMENDAÇÃO

Considerando que há países nos quais ainda não existe legislação trabalhista que regule de forma equitativa as relações de trabalho entre proprietários e trabalhadores rurais, e que aquela é necessária para evitar conflitos que possam provocar perturbações de caráter social,

O Primeiro Congresso Mundial do Café
RESOLVE:

Recomendar a tais países que estudem as possibilidades de aplicar as leis que regulem essas relações.

RECOMENDAÇÃO

Considerando que o problema social rural, pela sua complexidade, exige o esforço da comunidade;

Considerando que não se pode atribuir exclusivamente aos proprietários rurais a responsabilidade na solução de tal problema;

Considerando que somente pela coordenação dos esforços dos atores integrantes de toda a comunidade se pode alcançar este objetivo;

Considerando que para levar a cabo programas de melhoramento da vida rural é indispensável realizar apreciáveis inversões, que requerem facilidades de crédito próprias para este fim,

O Primeiro Congresso Mundial do Café
RECOMENDA:

I — Que se crie um sistema de crédito a longo prazo e baixos juros, nas entidades de inversão e de fomento econômico para financiar especificamente toda iniciativa de bem-estar rural.

II — Que esse financiamento seja aplicado na construção e manutenção de centros sociais rurais, escolas, centros de saúde, saneamento e melhoramento da dieta do homem do campo.

RECOMENDAÇÃO

O Primeiro Congresso Mundial do Café, Curitiba, Brasil,

Considerando que o consumo mundial de café tem crescido de maneira lenta mas segura;

Considerando que a produção, sobretudo depois das secas e geadas que atingiram o Brasil, a partir de 1942, não está a acompanhar aquele ritmo de crescimento, pois, desde 1945, que está sendo superada pelo consumo;

Considerando que o café é uma planta nobre, de "habitat" limitado e que exige clima, altitude e determinadas qualidades de solo para bem desenvolver-se;

Considerando que não são muitos, nas zonas já penetradas ou colonizadas pelo homem, os solos que se podem explorar no plantio do café,

RECOMENDA aos países produtores a adoção de providências no sentido do equilíbrio entre a produção e o consumo disciplinando o plantio de forma a serem escolhidas as áreas ecologicamente mais favoráveis, práticas racionais de cultivo, tudo no sentido do barateamento do custo de produção.

RECOMENDAÇÃO

O Primeiro Congresso Mundial do Café, Curitiba, Brasil,

Considerando que as atividades agrícolas, nos países altamente desenvolvidos, já se estão beneficiando da instalação do seguro, que cobre, desde muitíssimos anos, as atividades econômicas do homem e as suas fontes de riqueza contra a destruição pelos riscos permanentes ou aleatórios a que estão sujeitas;

Considerando que o café, como lavoura perene que é, tem gastos permanentes e obrigatórios, a serem cobertos pela produção que as safras, em média, deve proporcionar;

Considerando, porém, que as atividades agrícolas cafeeiras, além dos riscos normais de boa ou má safra, de bom ou mau mercado, estão sujeitas a riscos absolutamente imprevisíveis, quais sejam os de geadas, nas zonas sub-tropicais, de secas nestas e nas zonas tropicais de cultivo, e outras calamidades, como enchentes ou tufões;

Considerando outrossim, que a instalação do seguro das lavouras cafeeiras a fim de evitar a falência dos fazendeiros ou o abandono das plantações, em caso das calamidades acima referidas, com grave prejuízo para a economia nacional;

RECOMENDA que, nos países em que o ins-

título do seguro não esteja por tal forma desenvolvido, que o mesmo possa ser feito por empresas particulares, promova o governo, diretamente, ou através de autarquias ou instituições para-estatais, aquele seguro, mediante taxas módicas, fixadas por cálculo atuarial;

RECOMENDA ainda que o seguro, feito de uma ou de outra maneira, seja sempre voluntário, recaiando o seu ônus exclusivamente sobre os assegurados.

RECOMENDAÇÃO

O Primeiro Congresso Mundial de Café, Curitiba, Brasil.

Considerando que a República do Paraguai incorpora-se, rapidamente, entre os países produtores de café,

Considerando que os métodos de cultivo atualmente empregados restringem suas diminutas reservas em solos apropriados à cultura cafeeira, e

Considerando que a adoção de medidas adequadas a melhoria daqueles métodos seria do interesse dos países consumidores,

RECOMENDA ao governo do Paraguai que estude a possibilidade de adotar os métodos de cultivo do café empregados na Colômbia, Guatemala e Salvador, a fim de, pela cultura em meia sombra preservar e defender o solo e a floresta, bem como adotar medidas sanitárias tendentes a evitar a introdução de pragas e moléstias específicas do café em seu território.

RECOMENDAÇÃO

O Primeiro Congresso Mundial do Café, Curitiba, Brasil.

Considerando que as investigações históricas realizadas com relação à possibilidade de ter sido a introdução do café no Estado de Mato Grosso, Brasil, verificada em época anterior à sua exploração em terras do Estado de São Paulo, Brasil, e

Considerando que a divulgação dos dados já recolhidos será de utilidade e interesse para os estudiosos da matéria, contribuindo, igualmente, para a elaboração de uma História do Café baseada nos elementos que resultam da pesquisa e análise histórica,

RECOMENDA a publicação nos Anais do Primeiro Congresso Mundial do Café do trabalho apresentado pela Delegação do Brasil sobre a introdução do cultivo do café no Estado de Mato Grosso, Brasil.

RECOMENDAÇÃO

O Primeiro Congresso Mundial do Café, Curitiba, Brasil.

Considerando que é de maior relevância o esclarecimento das causas que provocam as oscilações periódicas das cotações do café no mercado mundial;

Considerando que os estudos e inquéritos realizados constituem valiosa subsídio para a análise e melhor compreensão de tais fenômenos,

RECOMENDA a divulgação entre os Membros do Congresso Mundial do Café da tese apresentada pela Delegação do Brasil, relativa à orientação futura de uma política cafeeira mundial.

RECOMENDAÇÃO

O Primeiro Congresso Mundial do Café, Curitiba, Brasil.

Considerando que a introdução e cultivo do café na Cidade da Rio de Janeiro, Capital dos Estados Unidos do Brasil, constitui um dos mais importantes capítulos da História do Café no mundo,

Considerando que o café, depois de haver sido introduzido no Brasil em 1727, nos atuais Estados do Pará e do Maranhão, ali prosperou cerca de dez

Considerando que o café auxilia o homem em sua vida de trabalho, pois além de ajudá-lo a vencer as vigílias, serve-lhe também com alimento de poupança;

Considerando que a sua expansão, porém, vem sendo obstada pela política fiscal de muitos países consumidores que abusam da sedução da intuição sobre os consumidores, taxando-a com impostos de importação e de consumo que, não raro, chegam a várias vezes o valor F.O.B. da mercadoria;

Considerando ainda que os países produtores de café, são, na sua maior parte, grandes consumidores de artigos industriais dos países importadores do café, aos quais geralmente aplicam, de maneira indiscriminada, a cláusula de nação mais favorecida, quando não lhe dão tratamento preferencial, através de arêrpos específicos, e, por esta forma, colocam em pé de igualdade, perante as suas alfândegas as mercadorias procedentes dos referidos países industriais, sejam quais forem as taxas ou impostos que imponham no café

Considerando ainda que não é justo que o fisco do país consumidor antre maior renda de um produto agrícola que o país produtor.

RESOLVE:

RECOMENDAR que os impostos aduaneiros e de consumo e mais taxas cobradas sobre o café, nos países consumidores, de forma alguma venham, em seu total, a ser superiores a 10% ao preço F.O.B. da mercadoria;

RECOMENDAR ainda que os países produtores, quando negociarem acordos e tratados de comércio, exijam o reconhecimento da limitação supracitada.

RECOMENDAÇÃO

O Congresso Mundial do Café, reunido na cidade de Curitiba, Brasil, entre 14 e 22 de janeiro de 1954.

Considerando que uma das causas da desequilíbrio das preços do café tem sido a reexportação por países não produtores;

Considerando que tal reexportação somente é possível em virtude de manipulações cambiais;

Considerando que tais negociações resultam em grandes prejuízos para os países produtores que ficam desfalcados das divisas que lhes adviriam da exportação para aqueles mercados de moeda forte;

Considerando que também no comércio dos países consumidores interessa vitualmente a eliminação desses fatores de distúrbio do mercado cafeeiro.

RESOLVE:

RECOMENDAR aos países produtores que, no

firmarem acôrdo de comércio, incluem nos mesmos dispositivos que cobram, de forma definitiva, a reexportação do café para países que mantinham relações comerciais com a nação produtora.

RECOMENDAÇÃO

A Segunda Comissão do Congresso Mundial do Café reunida no dia 19 de janeiro de 1954, considerando:

Que a propaganda de café é de grande alcance para o desenvolvimento do consumo;

Que tendo sido feita por meios científicos e apropriados deu os melhores resultados na América do Norte;

Que, embora na Europa o consumo seja estacionário desde alguns anos, nem por isso se deveria descurar do desenvolvimento do consumo, ou mesmo da luta pela sua permanência por meio de uma propaganda adequada.

1.º) Que seja considerada como um dos pontos básicos da economia cafeeira a expansão do café no Mundo pela propaganda.

2.º) Que se deveria iniciar estudos, com a observação própria das condições peculiares a cada país, a fim de que a propaganda se organizasse tendo em vista condições do meio e do tempo.

3.º) Que o financiamento da propaganda deveria ser feito com a cooperação dos países produtores e possivelmente com a cooperação dos países consumidores, por intermédio das associações especializadas.

4.º) Que, se os resultados do Bureau Pan-Americano são encorajadores porque têm cooperado para o desenvolvimento do consumo de forma ntável na América do Norte, tais resultados deveriam ser apreciados nos estudos para a propaganda na Europa.

5.º) Que seria de grande alcance para o desenvolvimento da economia dos países produtores que o Bureau Pan-Americano estendesse a sua ação à Europa quando isso fôsse possível.

RECOMENDAÇÃO

Considerando a necessidade e a conveniência de que haja uma indicação do peso para embalagem e da unidade de base de venda,

Resolve o seguinte:

1.º) Que sejam feitos estudos nos países produtores e consumidores no sentido de se chegar a um comum acôrdo sobre a unidade básica de peso.

2.º) Igualmente, seria de conveniência que se estabelecesse de forma geral a unidade de preço correspondente à unidade de epeso.

Considerando que a introdução do café na Cidade do Rio de Janeiro, Capital dos Estados Unidos do Brasil, constitui um dos mais importantes capítulos da História do Café no mundo;

Considerando que o café depois de haver introduzido no Brasil em 1727, nos atuais Estados do Pará e do Maranhão, ali prosperou cerca de dez anos, sendo mesmo exportado para Portugal, deslocando-se então o seu plantio para terras meridionais do país, quando foram plantadas as primeiras mudas na Cidade do Rio de Janeiro;

Considerando que aquelas mudas de café deram origem aos cafezais que hoje fazem a riqueza de extensas áreas do território brasileiro;

Considerando que a Cidade do Rio de Janeiro

representa, assim, o marco inicial do grande ciclo do café que começa no século XVIII e constitui, ainda em nossas dias, a base em que se assenta o sistema econômico brasileiro

RECOMENDA a publicação ilustrada, nos Anais do Primeiro Congresso Mundial do Café, do estudo apresentado pela Delegação do Brasil relativa à História do Café na Cidade do Rio de Janeiro.

RECOMENDAÇÃO

O Congresso Mundial de Café, reunido na cidade de Curitiba, Brasil, entre 14 e 22 de Janeiro de 1954,

Considerando que o café, por se haver tornado, graças às suas nobres e benéficas qualidades, artigo indispensável à dieta do homem civilizado, enfrenta, como um dos mais graves impecilhos à sua expansão, a concorrência pouco leal dos sucedâneos ou de misturas de café com ele feitas, que se acobertam para o público sob o nome do produto genuíno;

Considerando que essa circunstância representa uma fraude não só contra o produtor, mas também contra o consumidor, que é induzido a servir-se, como se café fôsse, de vulgares tisanas, sem as nobres qualidades de aroma e sabor do produto legítimo e, o que é mais grave, destituídas das suas notáveis e comprovadas propriedades, benéficas ao organismo humano;

Considerando que a ruína do paladar do consumidor, causada por essas manipulações, diminui o consumo do produtor legítimo;

Considerando que os produtores têm o indiscutível direito de exigir daqueles com que mantêm intercâmbio, como o mínimo que lhes é justamente devido, que o nome de tão nobre produto não seja usado para acobertar a concorrência desleal que lhes é feita por sucedâneos ou misturas de qualquer espécie, mesmo aquelas em que entra o café;

Considerando que é de toda a conveniência que a palavra CAFÉ corresponda em toda a parte um só e único sentido e que deve a mesma constituir-se em designação privativa das sementes do cafeeiro e dos produtos delas exclusivamente obtidos, em estado de absoluta pureza;

Considerando que o adieionamento ao café de qualquer outro produto ou substância, antes, durante e depois da torração, mesmo a título de industrialização, é o suficiente para caracterizar o produto assim obtido como sucedâneo ou mistura;

Considerando que denominações enganadoras, destinadas a induzir em erro os consumidores, têm sido usadas, em que, quando não se faz referência direta à palavra CAFÉ, são empregadas palavras compostas ou de fantasia que a fazem lembrar, ou ainda, em que figuram o nome de países produtores, ou de regiões sabidamente produtoras, para acobertar tais sucedâneos ou misturas,

RESOLVE:

RECOMENDAR aos países produtores, que, além de os consagrarem na própria legislação, exijam dos países consumidores com que celebrem acôrdos e tratados de comércio, a adesão e o respeito estrito aos seguintes princípios:

a) — a palavra CAFÉ constitui, no comércio em grosso ou a retalho, usada no idioma próprio do país ou em qualquer outro, vivo ou morto, designação privativa das sementes do cafeeiro ou do

produto delas exclusivamente obtido, em estado de absoluta pureza, seja qual for a base da sua elaboração, para entrega ao consumo (café cru, torrado, moído ou solúvel) admitidos apenas os defeitos intrínsecos ou extrínsecos próprios ao produto;

b) — é vedado o uso de denominação em que entre a palavra CAFÉ, literal ou aproximadamente, sob qualquer pretexto ou forma de apresentação, ainda que em vocábulo composto ou de pura fantasia, ou como resultante de composição gráfica, para a designação de sucedâneos ou misturas, mesmo que o café entre em sua composição;

c) — é vedado, igualmente, o uso de denominação que seja constituída, no todo ou em parte, pelo nome do país ou países produtores, com o intuito de inculcar como café qualquer espécie de sucedâneo ou mistura considerando-se como rev-

lador de tal intuito o uso dessas denominações para qualquer produto que se preste ao preparo de infusões que possam ser usadas em lugar do café legítimo ou aquelas que são obtidas pelo adicionamento ao café, antes, durante ou depois da torração ou da sua manipulação para fazer o pó solúvel, de qualquer matéria ou substância, mesmo a título de industrialização.

RECOMENDAÇÃO

O Congresso Mundial do Café, reunido na cidade de Curitiba, Brasil, entre 14 e 22 de Janeiro de 1954,

Considerando que o café é um dos mais nobres produtos de consumo do mundo, aconselhado pelos médicos e assistentes sociais, que veem nele um dos mais eficientes instrumentos de combate ao alcoolismo;

Moinho Santa Helena

Rua Anes Dias, 21 — Santíssimo, D. F.



Rações de alta eficiência

UM ALIMENTO IDEAL PARA CADA FASE DA VIDA DE
UM ANIMAL, DE ACÓRDO COM OS PADRÕES DE NU-
TRICÃO DO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS
NORTE-AMERICANO

ESCREVAM PEDINDO CATALOGOS

Uma organização identificada com a economia do país

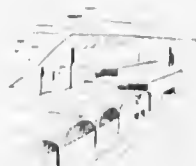


Participando ativamente da vida econômica brasileira há mais de 22 anos, a Standard Brands of Brazil, Inc. contribui para o desenvolvimento de setores ligados às suas atividades.

Com duas fábricas instaladas para a produção dos fermentos Fleischmann, utilizados pela maioria dos panificadores, bem como dos produtos Royal, tradicionais nos lares brasileiros, a Standard Brands of Brazil, Inc. mantém ainda cursos gratuitos de aperfeiçoamento, destinados aos profissionais interessados em produzir pão melhor e mais saudável, assim concorrendo para elevar os padrões de nutrição do povo.

Dedica, ainda, a companhia especial atenção ao café brasileiro, como um dos seus grandes exportadores para os Estados Unidos, e concorre para o aprimoramento da qualidade do produto, com a descoberta, em seus laboratórios, do Benefax, empregado no beneficiamento do café por um número crescente de produtores.

Identificada com a economia brasileira, a Standard Brands of Brazil, Inc. procura ser um elemento dinamizador, uma força viva ao serviço do progresso da Nação.



Standard Brands of Brazil, Inc.

FERMENTO FLEISCHMANN - FERMENTO EM PÓ ROYAL - PUDINS ROYAL
GELATINAS ROYAL - GELATINA ROYAL NATURAL EM PÓ - MOLHO SAROMA
CHÁ TENDER LEAF - BENEFAX

Rio de Janeiro • São Paulo • Santos • Campinas • Ribeirão Preto • Porto Alegre • Pelotas • Santa Maria • Florianópolis • Curitiba • Belo Horizonte
Juiz de Fora • Campos • Vitória • Salvador • Recife • Fortaleza • Belém.

FABRICAS EM PETRÓPOLIS E JUNDIAÍ

Polígono das secas

Em reunião conjunta da Diretoria e do Conselho Superior da Sociedade Nacional de Agricultura, o Presidente Prof. Arthur Torres Filho proferiu as seguintes palavras sobre o Polígono das Secas e sua recuperação econômica.

Muitos dos nossos estadistas no Império e na República se têm ocupado com a construção de vultosas obras hidráulicas na região hoje designada por Polígono das Secas, compreendendo os Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, abrangendo uma área de setecentos mil quilômetros quadrados, com tendência para experimentar aumento...

A Sociedade Nacional de Agricultura, que há 56 anos pauta sua orientação pela defesa dos interesses agrícolas do País, sempre teve incluído em seu programa de atividades o amparo a riqueza agrícola do Nordeste representando fator de relevante importância para a economia nacional. Não poderia, portanto, deixar de estar presente neste momento, quando se concretiza o planejamento de obras do Governo Federal, destinado a promover a recuperação econômica dessas regiões, atingidas periodicamente pelo fenômeno das estiagens. Recordo, agora, as diretrizes traçadas pelo Congresso de Engenharia e Indústria de 1946.

Segundo o princípio estabelecido pelo II Congresso Brasileiro de Engenharia e Indústria de 1946, a planificação do País deverá ser realizada "de forma a permitir a plena cooperação de todas as atividades e promover o mais alto grau de segurança econômica do indivíduo, com a máxima garantia de sua liberdade dentro dos princípios democráticos".

Melhor demonstração de sã preocupação da localização do denodado lavrador nordestino na própria região flagelada pelas estiagens não poderíamos ter a que a criação pelo Decreto N.º 14.192, de 17 de março de 1920 da "Caixa de Obras de Irrigação das Terras Cultiváveis do Nordeste", visando permitir, dentro de lineamentos seguros, a construção de grandes obras hidráulicas de engenharia destacam-se, dentre outras, as figuras de Arrojado Lisboa, Pulhato de Jesus e Luiz Augusto Vieira, promovendo a realização de planos de obras hidráulicas e de comunicações ferroviárias e rodoviárias.

Devo declarar que, desde 1920, quando no governo do grande Presidente Epitácio Pessoa fui honrado pelo seu inolvidável Ministro da Agricultura Engenheiro Hedefonso Simões Lopes para organizar e dirigir o Fomento Agrícola Federal, contei a direção das pesquisas técnicas e sociais nos Estados do Rio Grande do Norte e Paraíba aos dedicados

agrônomos Antonio de Arruda Câmara e Diogenes Caldas, desde então ficamos identificados com os problemas agrícolas dessas regiões do Nordeste e nunca mais deixamos de acompanhar a evolução de suas economias até que, em 1932, em situação calamitosa, como a que ainda atravessamos, tive contato com o eminente Ministro da Viação dessa época, o distinto brasileiro Dr. José Américo de Almeida e consultada lhe pude expor, com toda a lealdade, o meu parecer sobre os aspectos propriamente agrícolas da região nordestina. Ocorrências imprevistas sobrevieram naquela época, que impossibilitaram o Ministro de executar integralmente os elevados e profícuos objetivos que teria posto em prática em prol da economia agrícola com a colonização de terras irrigáveis a jusante dos açúdes. Mas ficou assinalada a atuação do Ministro com a criação dos "Serviços Complementares das Obras Contra as Secas", que imprimiram sentido novo às Obras de Açudagem e, por rara felicidade, surge a frente dos mesmos o sábio agrônomo José Augusto Trindade que soube orientar de modo magistral esses serviços em estreita e dedicada colaboração com os engenheiros elvis; e foi assim que em 1939, quando o Presidente Getúlio Vargas constituiu a Comissão Interministerial de que fizemos parte juntamente com os engenheiros Luiz Vieira, Inspetor das Obras Contra as Secas, Megallho Rodrigues e José Augusto Trindade, essa Comissão pôde, com os conhecimentos que possuía e com a valiosa documentação técnica posta à sua disposição, elaborar o projeto que foi entregue ao Presidente Vargas em 4 de dezembro de 1940, projeto esse em que se traçou o aproveitamento sistematizado das terras irrigáveis e sua colonização com a formação de núcleos de migrantes, dentre dos ensinamentos técnicos mais avançados da época, não só dos estudos de clima e solo como dos fatos sociais registrados, evitar-se-ia o deslocamento das populações vítimas do flagelo das entulhosas estiagens. E bem certo, e disso temos a plena convicção, de que se esse projeto da Comissão de 1940 tivesse tido ao menos início de execução não teríamos em 1952, prolongando-se até 1953 numa dolorosa contingência, a repetição da crise de 1932, e com os mesmos aspectos desta, a qual, por sua vez, fora a repetição da eclodida em 1930.

Na entrevista dada ao "O Jornal", em 17 de junho de 1932, diz o então Ministro José Américo: tinha recomendado de modo inflexível à Inspetoria de Obras Contra as Secas para que "exigisse como condição impreterível para a construção de açude público, a existência de boas terras irrigáveis".

Assinado com satisfação haver a Comissão Nacional de Política Agrária da Ministe-

rio da Agricultura submetido ao Sr. Presidente da República "projeto de Irrigação do Polígono das Sêcas", no qual preconiza, em seus lineamentos, a formação de núcleos de colonização com base na irrigação das terras por que importará na fixação do denodado lavrador nordestino e, portanto na recuperação econômica de vasta extensão territorial da mais alta importância para a Economia Nacional, como reconhecem a Carta Magna em seu Art. 198. A criação do Banco do Nordeste com a feliz coincidência de se encontrarem à testa dos Ministérios da Agricultura e da Viação dois ilustre homens públicos, perfectos conhecedores dos problemas econômicos e sociais da região abrangida pelo Polígono das Sêcas, são fatos os mais auspiciosos para a Nação Brasileira. A Sociedade Nacional de Agricultura, como sempre, estará pronta a prestar sua colaboração aos poderes governamentais e à laboriosa classe rural compreendida na extensa região de relevante importância econômica para a nacionalidade.

Na opinião, por todos os títulos digna do maior acatamento de todos os brasileiros, do eminente Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros, Vice-Presidente da Câmara Federal de Deputados, antigo Governador do Rio Grande do Norte, ilustre filho daquele Estado, do exame feito com observação cuidadosa do fenómeno das sêcas e a evolução das idéias a respeito do seu solucionamento "não se fica mais na unilateralidade das barragens. Estas, continuam a ser o ponto principal, a vigia mestra, mas o problema demanda um conjunto de providências outras, complementares e convergentes com aquela, constituindo uma verdadeira política — a política das sêcas". E acrescenta o eminente brasileiro: "Educação econômica da população para viver na região e utilizar eficientemente os seus recursos naturais, crédito cooperativista, transporte, defesa de certos vegetais que ali vivem e se desenvolvem, a despeito das longas estagões, não são quantas medidas outras podem e devem ser tomadas em bem dos que no Nordeste nasceram e do Nordeste não querem sair".

Ao se expressar assim, soube o grande patriota interpretar o sentimento nacional que anela pela recuperação econômica da rica região e ambiciona vê-la aparelhada contra os malefícios das estagões periódicas.

Atendemos ainda nos seguintes conceitos do Professor José Guimarães Duque, agrônomo ilustre e estudioso chefe do Serviço Agro-Industrial do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, no seu magnífico trabalho sobre o Polígono das Sêcas intitulado "Solo e Água": "A aridez, ainda que limite o desenvolvimento vegetal, proporelona, contudo, muitas vantagens importantes: salubridade, abundância de plantas xerófilas de alto valor industrial, colheitas de produtos não possíveis nas regiões chuvosas, clima próprio ao desenvolvimento da pecuária, facilidade para a construção e conservação de vias de comunicação e de permitir, pela variação de elementos físicos e fatores biológicos, a formação de regiões de coloração agrícola e mineral diversificada".

Como o saudoso colega José Augusto

Trindade e com continuador da obra daquele abnegado brasileiro, José Guimarães Duque é um entusiasta no Nordeste e demonstra com seus estudos e resultados econômicos que temos subestimado o Nordeste por sua posição privilegiada no Hemisfério Ocidental e que a perspectiva de sua riqueza depende da conservação dos recursos naturais: solo, água, flora e fauna. E com a sua visão de técnico e profundo conhecedor do meio, Guimarães Duque declara: "Escasseiam dados numéricos sobre agrologia, zoologia, química vegetal, estatística dos recursos naturais, etc., que possibilitem melhor conhecimento do que temos e o que podemos fazer".

Como em 1932 dizia ao então Ministro da Viação Dr. José Américo, a recuperação econômica do Nordeste, que é a questão crucial, como a do próprio Brasil depende da pesquisa porque só ela poderá fornecer as diretrizes seguras, como tão bem compreendia o saudoso Agrônomo Fernando Costa, quando planejou Institutos agrônômicos para as regiões geo-econômicas do nosso País.

Muito podemos confiar na plena recuperação do Nordeste com o muito que já se fez e se está fazendo desde que seja estabelecido um planejamento econômico dentro de sadios princípios democráticos.

H I M E

COMERCIO E INDUSTRIA S. A.

RUA TEÓFILO OTONI, 52

RIO DE JANEIRO

Caixa Postal 593 — End. Telegráfico
"EFERRO"

Telefone 23-1741

F E R A G E N S

Fabricantes

Importadores

Exportadores

Depósito de Ferro, Aço e Metais

Rua Sacadura Cabral Ns. 108 a 112

Telefones: 43-6282 e 43-0396

Todo o CAFÉ que você produzir poderá ser de ALTA QUALIDADE

Depois de longas experiências, foi criado, pelos cientistas da Standard Brands, Inc., um produto que eleva a percentagem de café de superior qualidade. Este produto chama-se BENEFAX. É um pó a base de enzimas, que torna mais rápida a digestão da mucilagem ou mel do café. Usado de maneira adequada, BENEFAX proporciona as seguintes vantagens:

1. Controla a fermentação, possibilitando a padronização de um tipo de café superior em todas as safras.
2. Reduz o tempo de fermentação para seis a oito horas; pode-se, no mesmo dia, colher, despolar e fermentar o café, deixando-o em condições de ser levado para os secadores.
3. Porque acelera o processo de fermentação, BENEFAX evita o congestionamento dos tanques na fôrça da safra, aumentando-lhes dessa forma a capacidade, sem despesas para sua ampliação.

Empregue
BENEFAX
no tratamento do
café em cereja e
obtenha melhores
cotações
no mercado!



IMPORTANTE!

1 Kg. de BENEFAX dá para
400 Kgs. de café despulpado.
1m³ equivale a 850 Kgs.



de café despulpado e o 1º e
2,125 Kgs. de BENEFAX.

Deve-se remover o excesso de água do café despulpado antes de misturá-lo. Misture-se bem.

MANTENHA Benefax bem fechado na sua embalagem original, a fim de preservá-lo da umidade. Assim ele conservará melhor suas propriedades.

PARA MAIORES DETALHES
DIREJA-SE A

**STANDARD BRANDS OF
BRAZIL, INC.**

CAIXA POSTAL 1714
RIO DE JANEIRO

A STANDARD BRANDS, INC. É UM DOS MAIORES COMPRADORES DE CAFÉ BRASILEIRO NOS ESTADOS UNIDOS.

O crédito agrícola cooperativo

Por FÁBIO LUZ FILHO

Em "*Teoria e prática das sociedades cooperativas*" ponho nitidamente em relevo que os métodos de ação solidária substituirão, irrecusavelmente, a pouco e pouco, a atual organização econômica e conduzirão à regularização lógica e paulatina da vida, no plano universal.

Friso como a modificação que êsses métodos estão introduzindo na estrutura econômica do mundo, já deixa entrever as bases fecundadas da nova ordem de coisas que substituirá a atual, impotente para dar solução aos problemas angustiantes que tem diante de si, em equações que estonteiam.

Homens como Mac Donald já haviam dito que as verdades axiomáticas que o cooperativismo proclama constituem as chaves únicas capazes de nivelar as relações econômicas entre indivíduos e nações, alvorada de um mundo novo.

O cooperativismo, racionalizando a produção, a distribuição, a circulação das riquezas, tem os seus postulados de pé em meio à voraginosa borrasca política e econômica que avassala o mundo, criando uma atmosfera enervante de cruciantes incertezas.

Nos Estados Unidos, no Canadá, na Austrália, na Argentina, etc., as cooperativas de trigo, entre outras organizações, levaram à comercialização das respectivas produções cerealistas. As redes de elevadores cooperativos já são, nesses países, verdadeiro símbolo da emancipação futura de seus agricultores, intensificando, valorizando, racionalizando a sua produção agrícola livrando-os das garras dos intermediários, ajustando as atividades agrícolas ao seu verdadeiro ritmo.

Como forma de organização econômica teve o cooperativismo a sua prova de fogo durante as duas guerras e no não menos tremendo pós-guerra. Dessa fornalha de miséria e ódios, saiu triunfante, acenando com o lábaro da paz e da solidariedade à humanidade sacrificada e levada a êsses conhecido graus de desespero agônico, ao pêso da exploração e do infortúnio.

As organizações cooperativas centradas da Inglaterra, Rússia, Finlândia, Áustria, Tchecoslováquia, Suécia, Alemanha, Dinamarca (um dos países mais cooperativados do mundo), etc., etc., são a cúpula de um comércio ideal, levando à comercialização sobre base mútua, estabelecendo a defesa da produção econômica pelos próprios produtores livremente associados, pondo-a em harmonia com as necessidades dos consumidores.

O financiamento do agricultor pelas sociedades cooperativas de crédito agrícola é o sistema vitorioso no mundo, pelo conhecimento local das condições do trabalho agrícola e da técnica e da economia da agricultura que possuem os seus dirigentes, representantes diretos dos agricultores, e por êles voluntariamente eleitos.

Na França, a "Caisse Nationale de Crédit Agricole" é a financiadora das caixas rurais, e das cooperativas agrícolas. Financia as caixas locais através das caixas regionais. Estabelece ela um sistema de crédito inteligente, simples e prático, tornando o crédito agrícola uma realidade na França. E funciona também como caixa de compensação. Graças ao seu influxo, é grande a floração das caixas rurais e das cooperativas agrícolas na França.

E, assim, em todos os países cultos, é preocupação dominante dos homens de visão incrementar o espírito de associação entre produtores e consumidores como elemento vital de emancipação.

Na Tchecoslováquia, Finlândia, Rússia, Polônia, Dinamarca, Alemanha (que antes da guerra, possuía 20.410 caixas rurais Raiffeisen, com 1.770 milhões de marcos de depósitos), tinha e tem a sua força cooperativa raízes numa organização sólida e independente, residindo o segredo do sucesso das cooperativas de crédito justamente nesse caráter local e pessoal do crédito agrícola cooperativo, o qual, primordialmente, objetiva, a obtenção de capital mobiliário, morto ou vivo, e a de capitais circulantes.

É o crédito pessoal baseado na solidariedade econômica, na salvabilidade do agricultor, na confiança mútua, garantias melhores que a garantia material da terra, que Charles Gide reputa odiosa, de vez que tira à palavra *credere* o seu belo sentido de confiança e de fé na solvabilidade do agricultor, pois é, etimologicamente, um ato de fé.

Société de Sucreries Brésiliennes

USINAS DE AÇÚCAR E DE ALCOOL

ESTADO DE SÃO PAULO:
Piracicaba — Vila Rallard —
Pôrta Feltz

ESTADO DO RIO (Campos):
Cupim — Paraíba

Com refinarias próprias

Escritório Central: SÃO PAULO
Rua Barão de Irapitanga, 88
— 9º — Telefone: 31-1165

Escritório no
RIO DE JANEIRO
Av. Rio Branco, 18 - salas 801-1
Telefone: 21-2181

Fabricação de Açúcar de
todas as qualidades

Alcoóes Industriais e Anidros

USINAS DE AÇÚCAR E DE ALCOOL

COMPANHIA AÇOS ESPECIAIS ITABIRA "ACESITA"



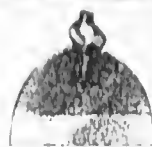
Ferramentas Agrícolas

SUPERIOR QUALIDADE
GARANTIA ABSOLUTA



ENXADAS CALÇADAS
Estreitas
2 - 2,1/2 e 3

ENXADAS CALÇADAS
Largas
2 e 2,1/2



ENXADINHAS CALÇADAS
2

ENXADÕES
de Aço Inteiro
3 e 3,1/2



MACHADOS
3,1/2

ENDEREÇOS:

SEDE:

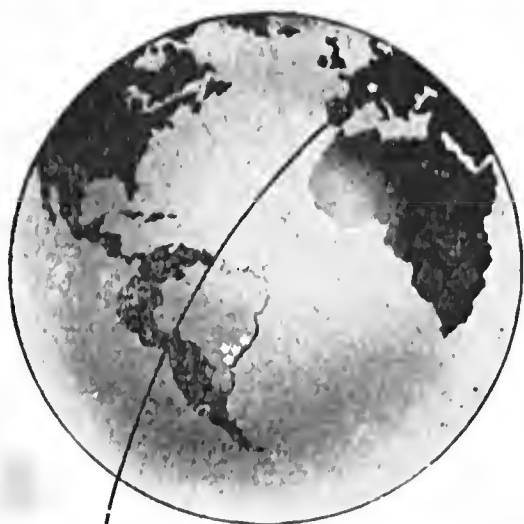
Rua Visconde de Inhaúma, 134 - 11.º and.
Fone: 23-1844

USINA SIDERÚRGICA:

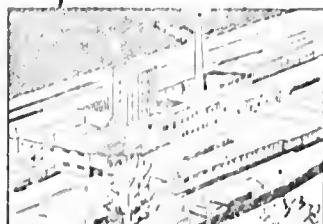
Acesita — E F V M — Est. Minas Gerais

ESCRITÓRIOS EM:

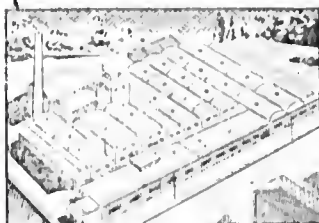
S. Paulo — Belo Horizonte — Vitória



Tradição



FÁBRICA DOS PRODUTOS NESTLÉ
EM ARARAS (EST. S. PAULO)



FÁBRICA DOS PRODUTOS NESTLÉ
EM BARRA MANSA (EST. DO RIO)



FÁBRICA DOS PRODUTOS NESTLÉ
EM ARARAQUARA (EST. S. PAULO)

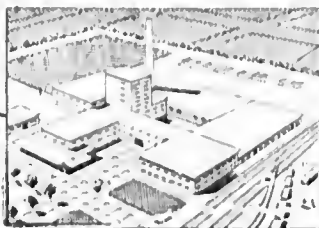
Surgida há quase um século na Suíça, por obra de Henri Nestlé, pioneiro da dietética infantil, a Organização Nestlé iniciava as suas atividades industriais no Brasil em 1920, para onde trouxe capitais e valiosa experiência. A primeira Fábrica, montada em Araras, no Estado de São Paulo, seguiu-se, em 1937, a de Barra Mansa, no Estado do Rio, e em 1946, a de Araraquara. E mais tarde, ao mesmo tempo em que eram ampliadas as instalações já existentes, a fim de permitir trabalho diariamente vastas quantidades de leite fresco, levantavam-se as bases de uma nova fábrica, em Pôrto Ferreira, Estado de São Paulo, Fábrica essa já em funcionamento.

Os PRODUTOS NESTLÉ cujo fabricação e venda no Brasil estão a cargo da COMPANHIA INDUSTRIAL E COMERCIAL BRASILEIRA DE PRODUTOS ALIMENTARES, alcançaram, desde o início, elevada prioridade de qualidade, constituindo, hoje, a base da alimentação de grande parte de crianças brasileiros.

Os PRODUTOS NESTLÉ preenchem, assim, elevada função social, estimulando, outrossim, a produção agro-pecuária (mais de 5.000 produtores lhe fornecem leite direta ou indiretamente) e contribuindo para o desenvolvimento de toda uma série de outras atividades econômicas, além de dar emprego a inúmeros empregados e operários.

É interessante frisar, a este respeito, que do valor de cada lata de seus produtos produzida e vendida pela NESTLÉ no Brasil, 40% vão para os produtores de leite fresco, 8% para cobrir as despesas de transporte, tanta da matéria-prima como do produto acabada, mais de 7% para os produtores de açúcar, 9% para a compra de lã de flandres (que em parte apreciável provém de Volta Redonda), 4% para os fabricantes de caixas de rótulos, quase 9% para pagamento de salários, aproximadamente 8% para pagamento de impostos, 9% para despesas gerais de fabricação, administração e propaganda e 3% para amortização sobre imobilizações, ficando apenas uma pequena porcentagem para lucro e reserva.

Pode-se afirmar, portanto, que esta indústria de laticínios se tornou bem brasileira, com reflexos salutaríssimos - pela sua própria finalidade - não só no campo social, mas também no campo econômico do País.



FÁBRICA DOS PRODUTOS NESTLÉ
EM PÔRTO FERREIRA (EST. S. PAULO)



NESTLÉ

MINISTRO JOÃO CLEOFAS

Ação do Ministro da Agricultura em 1953

Perante jornalistas, o Ministro João Cleofas fez um relato sucinto a respeito da ação de seu Ministério no ano de 1953. Damos a seguir a íntegra do seu importante discurso:

"Alegra-me a oportunidade de reunir-vos para expressar aos representantes da imprensa e do rádio os agradecimentos muito cordiais pela boa vontade e cooperação com que tendes acompanhado a ação da Ministério da Agricultura nestes tres últimos anos. Cabe-me, também o dever de prestar, de forma a mais sucinta possível algumas informações sobre o esforço discreto, porém persistente e obstinado desenvolvido nesse período e referir-me, ao mesmo tempo, aos planos de trabalho em prosseguimento que serão intensificadas em 1954, visando assegurar uma estrutura agrícola mais estável e próspera para o Brasil.

MECANIZAÇÃO DA LAVOURA

A agricultura brasileira é praticada à base de um excessivo trabalho manual. Assim, a mecanização da lavoura constitui uma das preocupações fundamentais do governo. Além de ter sido instalada a Comissão Permanente de Revendo do Material, determinou o senhor presidente da República a criação de um Fundo Especial de Mecanização da Lavoura, a fim de vender ao agricultor a maquinaria agrícola pelo prazo de 3 anos e pela preço de custo.

Sem falar na pequena maquinaria de tração animal e nos conjuntos de motores-bombas para irrigação, cuja venda, em 1954, aos agricultores nordestinos, deverá atingir a 3.000 unidades, o Ministério irá distribuir aos lavradores mais 6.000 tratores, adquiridos através de compra direta

as próprias fábricas e parte das quais já em trânsito para o Brasil.

Pode-se avaliar o esforço do governo nesse setar, sabendo-se que a maior importação de maquinaria agrícola, por tôdas as fontes oficiais e particulares, foi feita em 1951 e atingiu a cifra de 12.000 tratores.

A fabricação do trator nacional, já assentada através da Fábrica Nacional de Motores, também interessa a várias organizações alienígenas que aqui pretendem fixar-se.

PESSOAL ESPECIALIZADO

Para a utilização desses equipamentos mecanizados cuidou o Ministério do preparo de pessoal especializado.

Existia, em 1951, apenas um único Centro de Formação de Tratoristas, em Ipanema, Estado de São Paulo. Até 1953 foram instalados mais doze centros e, em 1954, o número desses núcleos de formação de tratoristas e mecânicos agrícolas elevar-se-á para 25 distribuídos pela território nacional.

Quanto ao ensino profissional médio, em 1951 existiam 13 estabelecimentos de ensino profissional agrícola em funcionamento e 5 em início de instalação, num total, portanto, de 18. Em 1953, além dessas 18 escolas que passaram a funcionar, estão sendo instaladas, nas várias regiões do País, algumas já na sua fase final de construção, mais 24 estabelecimentos, perfazendo assim um total de 42. Para 1954, estão destinados recursos para a criação de 44 novas unidades.

Sendo indispensável aumentar o número de agrônomos e veterinários, tenho a grata satisfação de anunciar-vos que a Minis-

tério distribuirá em 1954, afóra as existentes, mais 300 bolsas escolares pelas várias escolas de agronomia e veterinária do País.

Solicito-vos assim que divulgueis, ao máximo, determinação do governo no sentido de serem realizados exames vestibulares nas diferentes capitais dos Estados a fim de facilitar aos jovens do interior de todo o País, sobretudo aos que dispõem de menores recursos, oportunidade para ingressarem nessas profissões.

TRIGO

A lavoura do trigo será em 1954, grandemente intensificada. O plano de ação do Ministério é o de elevar a produção em 1954, para um milhão de toneladas, estimulando ao máximo o labor dos tricultores brasileiros.

Das 220.000 toneladas comerciáveis em 1951, chegamos, em 1953, uma produção em torno de 550.000 toneladas, igualmente comerciáveis, sem se falar, portanto, no trigo retido nas centras produtores para plantio e consumo local.

Além da maquinaria agrícola distribuída em número sem precedentes — 279 combinadas, 104 tratores, 196 trilhadeiras, 56 automotriz, para falar nas mais importantes — daremos este ano a quantidade de adubo para distribuição aos tricultores, distribuição iniciada em 1953, com 32.000 toneladas.

ARMAZÊNS E SILOS

Afóra a conclusão dos 4 armazéns de madeira, inacabados, existentes em 1951 o Ministério já concluiu 12 armazéns granéis localizados na região produtora e tem em construção mais onze armazéns e silos. Foram construídas os dois primeiros silos subterrâneos do Brasil.

Com o recente despacho do Exmo. Senhor presidente da República determinando a abertura do crédito de Cr\$ 300.000.000,00 para esse fim, daremos, em 1954, rumos definitivos à solução do problema de armazéns e silos, cujos estudos o Ministério já elaborou.

COLONIZAÇÃO

O Ministério da Agricultura realizou no último triênio um programa de trabalho sem precedentes no que se relaciona com as atividades colonizadoras. Nos três últi-

mos anos foram criados 21 unidades localizadas no Maranhão e Santa Catarina quando no início do atual governo existiam apenas 14.

Em 1951, criaram-se os núcleos coloniais de Macaé e Papucaia os quais abrangendo 21.000 hectares, duplicaram a área destinada à colonização na Baixada Fluminense, que era, então de cerca de 22.000 hectares.

Em 1952 e 1953 com o recrudescimento da seca do Nordeste orientan-se o plano de trabalho no sentido de fixação dos nordestinos evitando-se o seu deslocamento. Foram criados na região sul litorânea da Bahia os núcleos coloniais já em pleno funcionamento de Nina, Porto Seguro, Ituberá e Itaparica, e na região norte do Núcleo Colonial de Queimados. No Estado do Piauí foi criado o Núcleo Colonial David Caldas à margem do rio Parnaíba. No Estado do Maranhão foi criado o Núcleo Colonial da Mearim, onde foram localizadas, em menos de um ano, mais de mil famílias de nordestinos.

No Vale do Médio São Francisco estão em fase adiantada de instalação os postos de colonização de Gravatá, Brigida Pental e Petrolina, que são um tipo intermediário de assistência técnica e social às populações ribeirinhas com o objetivo de assegurar-lhe fixação e condições de produção agrícola permanente.

Através de acôrdos com os Estados o Ministério criou mais os núcleos coloniais de Canquiza, Santa Antonio de Jesus, Araripe, Pium, Tijuquinhas, Utinga, Geremoabo e Carinhanha. Paralelamente à criação dessas novas unidades colonizadoras, o Ministério introduziu novos métodos de seleção de colonos. Na Baixada Fluminense, vale notar perto de 90% dos lotes permaneciam improdutivos, aguardando os seus concessionários a valorização das terras.

Para corrigir tal situação além de proibidas concessões e transferências de lotes, foram criados os Centros de Colonização de Macaé, Papucaia, Santa Alice, Jaíba, Uan e Queimados no Estado da Rio, Minas Gerais e Bahia. Cada um desses compreende de início um conjunto de seis pavilhões com o total de 30 residências, providas de instalações adequadas além de prédios para escalas cooperativas e posto médico. Destinam-se eles a preparar os futuros concessionários de lotes que serão concedidas a todos que se revelarem com capacidade para exploração individual.

PRODUÇÃO ANIMAL

No campo de produção animal, a defesa dos rebanhos cujas perdas em virtude da incidência das principais zoonoses, elevavam-se a cerca de um bilhão anualmente, foi uma das principais preocupações.

Os laboratórios da Defesa Sanitária Animal produziram 4.498.000 doses de vacinas enquanto a produção do Instituto de Biologia Animal foi de 4.684.000 perfazendo um total de 8.581.800 doses ou sejam 3.024.000 a mais do que 1952. Em 1954 deve-se produzir 12 milhões de doses.

O número de postos de vigilância sanitária animal no interior do país elevados para 250 em 1953, deve passar 400 em 54.

Foram revendidos cerca de 3.000 reprodutores nacionais e importados, a fazendeiros dos diversos Estados do Brasil. Merece ainda destaque a desenvolvimento da inseminação artificial em 1950 foram inseminados 49.482 animais, em 1953, esse número elevou-se para 144.806, devendo exceder de 200.000 em 1954.

POLÍTICA AGRÁRIA

Tem sido profícuo o labor desenvolvido pela Comissão Nacional de Política Agrária criado com o objetivo de modificar a nossa estrutura agrária, melhorar as condições de trabalho no campo, elevar o nível de vida do operário rural e restabelecer a confiança na estabilidade e na rentabilidade da agricultura, contribuindo, assim para a formação de uma classe média rural.

A Comissão elaborou inicialmente, as "Diretrizes para a Reforma Agrária no Brasil" em decorrência da que foram preparados os seguintes projetos de Lei criando o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, já em tramitação final no Congresso, dispondo sobre a desapropriação das áreas irrigáveis no Polígono das secas fixando normas para os arrendamentos rurais, e finalmente estabelecendo meios de acesso à propriedade da terra e à sua exploração dentro do princípio de desapropriação por interesse social, previsto na Constituição Federal. No momento a Comissão elabora estudos referentes à defesa dos recursos naturais renováveis e os relacionados aos contratos rurais, ensino agrícola e organização e defesa da classe rural.

Anteriormente já havia o governo proposto a criação do Serviço Social Rural cujo projeto se acha em fase final de votação no Senado e que se destina a uma vasta obra de recuperação técnica educacional, sanitária e de trabalho do rural brasileiro.

Este balanço de realizações que é, igualmente, de perspectiva para o ano que estamos começando o viver assinala em síntese a ação do governo do presidente Getúlio Vargas no Ministério do Agricultura. Ele se tem feito sentir no estudo e realização de programas ligados à nossa produção cuidando do terra e do homem que pelo hábito e trabalho vemos procurando dar orientação nova e racional aos nossos esforços".

A L A V O U R A

A MAIS ANTIGA REVISTA
AGRICOLA EM CIRCULAÇÃO
NO BRASIL

BANCO RIBEIRO JUNQUEIRA S. A.

SEDE: Leopoldina — Estado de Minas Gerais

FILIAL: Rua da Quitanda, 72 — Rio de Janeiro

AGÊNCIA: Rua Chile, 35 — Rio de Janeiro

DEPARTAMENTOS

ESTADO DE MINAS GERAIS: Argirita — Belo Horizonte — Bom Jesus do Galho — Caratinga — Francisco Sales — Inhapim — Itambacuri — Minduri — Morro Alto — Palma — Patrocínio do Muriaé — Pirapetanga — Ponta Nôva — Resende — São João Nepomuceno — São Lourenço — Silvestre Ferraz

ESTADO DO RIO DE JANEIRO: Araruama — Barra Mansa — Cambucl — Campos — Cardoso Moreira — Carinó — Itaperuna — Miracema — Natividade do Carangola — Niterói — Pádua — Petrópolis — Porciúncula — Portela — Pureza — Rezende — São Fidélis — Sapucaia — Villa Redonda

ESTADO DE S. PAULO: Cachoeira Paulista — Bernardino

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO: Mimoso do Sul — Muqui

OPERAÇÕES

Depósitos — Remessas para o interior — Cédulas — Descontos — Câmbios — Guarda de

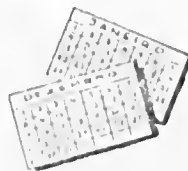
O MELHOR PARA SUAS AVES



avevita

disponível o ano inteiro

Sr. Criador,
Sua criação não correrá mais o risco de ficar à mercê da falta de um ou outro elemento necessário à boa alimentação. A administração metódica de AVEVITA — proporcionando às aves em qualquer época o melhor alimento — garante o desenvolvimento contínuo e uniforme da criação.



Existem 5 tipos de AVEVITA especialmente dosados para:

- pintos de 1 a 30 dias
- aves em crescimento
- aves em fase de engorda
- aves em período de postura
- reprodutores

Peça folheto explicativo

AVEVITA — a ração balanceada e prensada do Moinho Fluminense — é um alimento completo, que contém, em proporção cientificamente dosada, controlada em laboratório, em todas as fases de sua fabricação, as proteínas (aminoácidos e essenciais), carboidratos, vitaminas e sais minerais, necessários à alimentação perfeita das aves. Os diferentes elementos que compõem AVEVITA passam por misturadores especiais, que garantem a homogeneidade de cada grão. AVEVITA é econômica pois sua forma em grãos evita o desperdício.

MOINHO FLUMINENSE S. A.

RIO DE JANEIRO:
Seção Rações Balanceadas
Av. Presidente Vargas, 463-A
Caixa Postal: 1.350
Tel. 43-7393

SÃO PAULO:
Seção Moinho Central
Rua Boa Vista, 314 - 4.º andar
Caixa Postal: 260
Tel. 33-3164

A Caixa Econômica Federal em 1953

Auspiciosos os resultados do exercício

É uma praxe que se incorporou as tradições da cidade a divulgação periódica dos documentos oficiais da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, incluindo os balanços gerais em 30 de junho e 31 de dezembro, assim como as demonstrações de despesa e receita de cada exercício semestral. Não faz muito, foram publicados os resumos contábeis do segundo semestre de 1953.

CONFIANÇA POPULAR

Numa instituição como a Caixa Econômica, que vive da confiança e da simpatia que inspira à população, o depósito é o índice mais seguro para avaliar da receptividade com que grandes setores da coletividade acolhem e prestigiam as iniciativas ali executadas. Fenômenos das mais variadas origens influem na oscilação dos depósitos, mas, sem dúvida, o fator mais importante que age sobre os depositantes é a segurança do estabelecimento escolhido para guarda de suas reservas. E, nesse particular, a Caixa Econômica tem uma imensa tradição de austeridade e presteza na movimentação dos depósitos de todas as classes sociais que ali encontram abrigo seguro para as sobras dos orçamentos domésticos. Ao encerrar-se o exercício de 1953, a Caixa Econômica registrou como total de depósitos sob sua guarda a importância de 6.273,1 milhões de cruzeiros, o que representa em média mais de dois mil cruzeiros para cada habitante do Distrito Federal.

CAMPANHA EDUCATIVA

Se todas as modalidades de depósitos têm uma significação peculiar, uma dentre elas ressalta como expressão daquela simpatia pelas atividades da Caixa Econômica: sob a rubrica "populares" o balanço da instituição incluiu a maior parcela do montante geral, isto é, 3.325,2 milhões de cruzeiros. As demais categorias tinham, a 31 de dezembro último, os seguintes saldos: cheques — 1.221,2 milhões; sem limite — 632,3 milhões; limitados — 393,8 milhões; prazo fixo — 207,7 milhões; compulsórios — 144,3 milhões; especiais — 102,2 milhões; aviso prévio — 23 milhões e em liquidação — 11,5 milhões. Sem contar os depósitos em liquidação que, como a denominação indica, aguardam apenas a presença dos interessados nos "guichets" próprios, a menor contribuição dos depositantes está sob o título "escolares": 11,6 milhões de cruzeiros. São milhares de crianças que adquirem nos bancos de primeiras letras as noções iniciais de previdência tão úteis em todas as etapas da vida, através de uma campanha educativa de grande repercussão nos meios escolares.

PAGAMENTO DE JUROS

Nos últimos seis meses de 1953, os depositantes receberam da Caixa Econômica mais de 123 milhões de cruzeiros correspondentes aos juros semestrais dos depósitos, automaticamente capitalizados no encerramento do exercício. Se acrescentarmos a este total as parcelas relativas às despesas administrativas (97,3 milhões), despesas patrimoniais (1,2 milhões), despesas extraordinárias (1,2 milhões) e despesas de exercícios anteriores (4,9 milhões) os gastos gerais da Caixa Econômica no exercício foram de 227,8 milhões contra uma receita de 259,9 milhões, o que dá um resultado econômico de 32 milhões de cruzeiros, desdobrado em duas parcelas iguais para o patrimônio e fundo de gratificação (9,6 milhões) e fundo de reserva (12,8 milhões).

Possibilidades Economicas do Estado de Goiás



Governador Pedro Ludovico

O Estado de Goiás, com a área superior a seiscentos mil (600.000) quilômetros quadrados, pelas suas propriedades de solo e clima, é uma das regiões de mais futuro do país.

PRODUÇÃO — A riqueza principal do Estado, no momento, é a pecuária, com um rebanho que se eleva para mais de cinco milhões (5.000.000) de cabeças.

A indústria pastoril está bastante desenvolvida.

Há, no território goiano, doze (12) xarqueados, na sua maior parte, situadas no sul do Estado.

AGRICULTURA — A agricultura vem tomando, ultimamente, espantoso desenvolvimento, contribuindo, para isso, em grande parte, a corrente emigratória, que hoje, de todos os recantos do País, se canaliza para Goiás, atraída pela fama da fertilidade de suas terras e pelas suas imensas possibilidades econômicas.

A safra de arroz, em 1954, está prevista para seis milhões (6.000.000) de sa-

cos de sessenta (60) quilos; a de feijão para dois milhões (2.000.000), e a de milho para dois milhões e trezentos mil ... (2.300.000) sacos.

ARREGIMENTAÇÃO DAS CLASSES RURAIS — Contando com o apoio do Governador Pedro Ludovico, o Sr. Joaquim Câmara Filho, Secretário da Agricultura e Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado de Goiás, já fundou, no Estado, quarenta e sete (47) Associações Rurais, na sua maioria já registradas no Serviço de Economia Rural e oficializadas pelo Ministério da Agricultura.

Esse movimento vem tendo a cooperação do homem do campo de Goiás, que hoje reconhece a necessidade de se agrupar, em torno de sua Associação, para melhor defesa de seus interesses.

A SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE GOIÁS ESTÁ EMPENHADA EM DAR MAIOR ASSISTÊNCIA ÀS CLASSES AGRÁRIAS

Através de suas diversas seções, dentre elas as de Produção Animal, Vegetal e Assistência ao Cooperativismo, a Secretaria da Agricultura tem procurado dar a assistência que lhe é possível ao homem do campo.

EXPOSIÇÃO AGRO-PECUÁRIA — Anualmente, nos últimos dias de maio, realiza-se uma exposição agro pecuária em Goiânia, com a participação de agricultores e criadores, na sua maior parte, dos cento e quinze (115) municípios goianos.

Esse certame, que é realizado pelo Secretário da Agricultura, em articulação com o Ministério da Agricultura, tem se revestido de grande sucesso, destacando-se os espécimens bovinos ali expostos, pela qualidade e pelo valor econômico.

BANCO RURAIS — O Governador Pedro Ludovico está interessado na maior fundação possível de Bancos Rurais ou Cooperativas de Créditos no Estado, a fim de levar aos pequenos e médios produtores goianos os benefícios do financiamento prometido pelo Senhor Presidente da República.



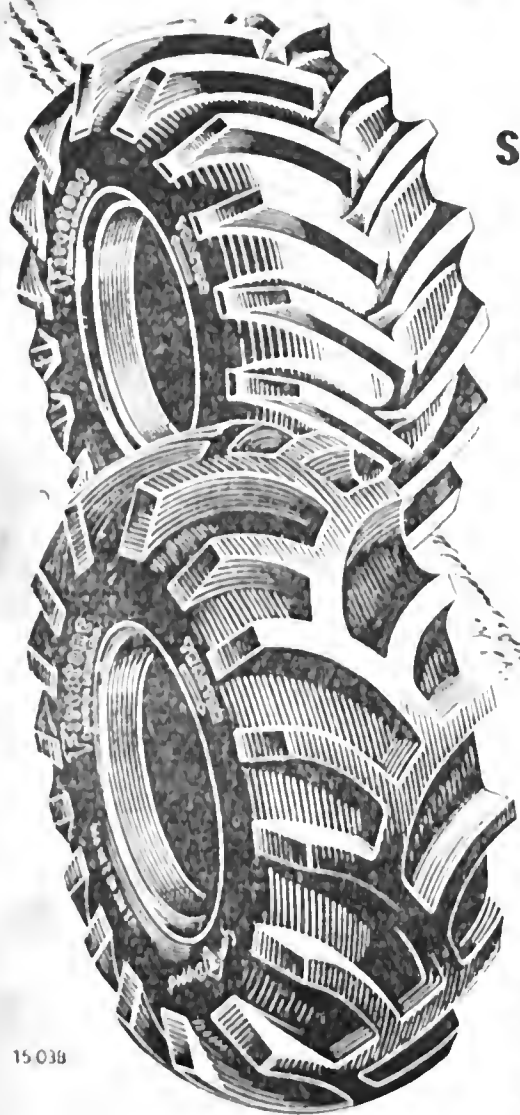
Na terra dura

ou fôfa...

seu trator RENDE MAIS

com pneus

Ground Grip



15 03B

**MÁXIMO... em Tração
e Resistência**

Em sua fazenda o senhor precisa de pneus que proporcionem super tração. Por isso, Firestone lhe oferece os Pneus para Tratores Ground Grip, com barras mais altas e mais fortes, para cravarem no chão duro ou sustentarem a tração, quando em terra fôfa. Aumente o rendimento diário e economize combustível, usando em seus tratores o pneu que significa mais lucros, porque dura mais e executa melhor o seu trabalho. Ground Grip Firestone.

Rode sobre

Firestone



— GARANTIA DE MÁXIMA QUILOMETRAGEM POR CRUZEIRO

Empresa Técnica de Impermeabilização Ltda.

ETIL

Encarregados dos serviços da impermeabilização de
TERRAÇOS, VARANDAS, MARQUIZES, SUB-SOLOS, ETC.

NA

CASA DA AGRICULTURA

AV. PTE. ANTONIO CARLOS, 201 - G. 505 — Tel.: 52-5682

RIO DE JANEIRO

Algumas notas sôbre a agricultura em Goiás

Oportunas informações do Secretário da Agricultura, Sr. Joaquim Camara Filho

Após participar da grande reunião realizada em São Paulo, de autoridades e representantes da classe rural da chamada Bacia do Paraná, para tratar do armazenamento e escoamento da grande safra prevista para este ano, esteve em visita a Sociedade Nacional de Agricultura, o Sr. Joaquim Camara Filho, Secretário da Agricultura do Estado de Goiás, e membro do Conselho Superior da dita Sociedade.

Em palestra com o secretário desta revista, teve S. S. ocasião de declarar que o número de cafeeiros no Estado vai já a quase 45.000.000 de pés, dos quais . . . 2.000.000 são cafeeiros novos. Sabe-se que o café do Estado mediterrânico da bebida estritamente mole, sendo a lavoura do café a que maior índice de desenvolvimento apresenta no momento. Adiantou mais que os municípios de Itaipu, Inhumas, Nerópolis, Anápolis, Goiânia, Jaraguá, Uruana, e Colônia Agrícola, a chamada zona do "Mato Grosso Goiano, possuem as maiores concentrações de cultura da rubiácea. A sua terra vai da "Roxa" ao "Massapé escuro", numa altitude de 700 a 800 metros. A precipitação pluviométrica varia de 1.600 a 1.900 milímetros.

A respeito dos preços para os produtos agrícolas no Estado, informou o Sr. Camara Filho, restringindo-os aos mercados de Goiânia e Anápolis, que o arroz em casca está sendo pago a 450 cruzeiros a saca de 60 quilos; o produto beneficiado, 750 cruzeiros; o feijão roxo, 4 cruzeiros o quilo; feijão preto, 2 cruzeiros; o milho, 150 cruzeiros a saca de 60 quilos; o algodão, 90 cruzeiros a arroba e o café em coco, 450 cruzeiros a saca de 42 quilos.

As estimativas da produção agrícola para 1954 de café e cereais são as seguintes: arroz, 6 milhões de sacos de 60 quilos; feijão, 2 milhões; milho, 2.400 mil sacas; algodão, 350 mil arrobas de 15 quilos, em rama; café 300 mil sacas de 60

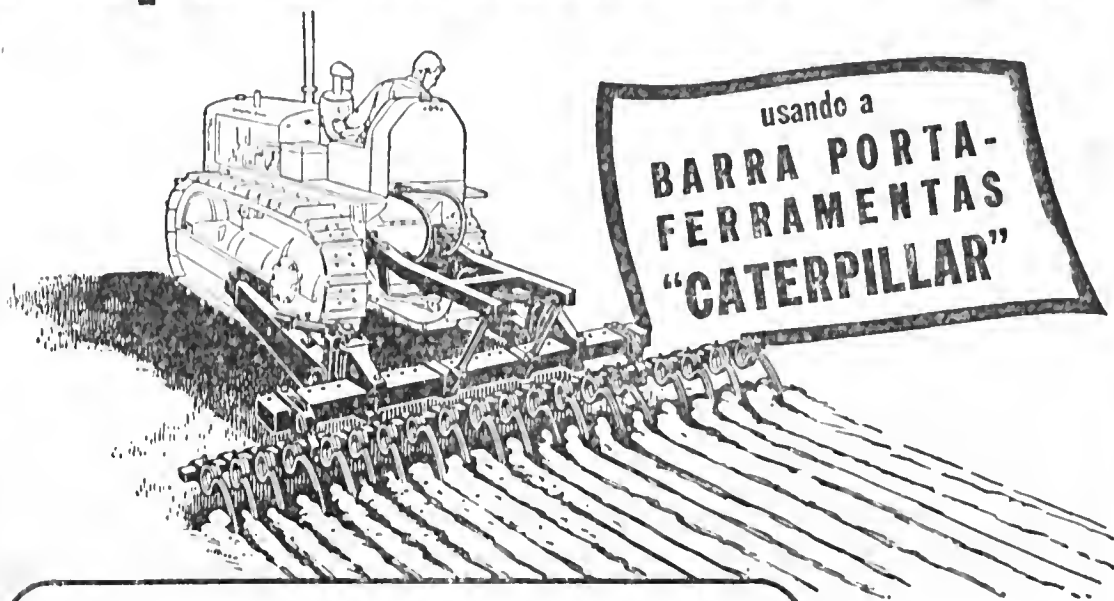
quilos. O custo da produção é estimada com base nos seguintes preços: arroz, 112 cruzeiros por saca de 60 quilos; feijão, 132 cruzeiros; milho, 60 cruzeiros; algodão, 60 cruzeiros por arroba. Quanto à produção por área, os dados se enumeram da forma que se segue: arroz, 120 sacas por alqueire (4,84 hectares); feijão, 40 sacas por alqueire, consorciado com milho; milho, 150 sacas por alqueire; algodão, 300 arrobas por alqueire quando é lavoura bem orientada, e café, 70 arrobas por 1.000 pés. Sobre os fretes, o titular da Agricultura de Goiás revelou que, pela ferrovia, de Anápolis ou Goiânia para São Paulo é de Cr\$ 0,347 por quilo; o frete rodoviário, abrangendo as mesmas cidades, alcança Cr\$ 1,20 por quilo.

Quanto ao reaparelhamento da E. F. Goiás, diante das estimativas agrícolas, e do quadro agrícola atual do Estado, pedimos — declarar-nos S. S. — providências no sentido de serem apressadas as medidas para o reaparelhamento da ferrovia de acordo com o projeto n.º 32 elaborado pela Comissão Brasil-Estados Unidos.

— "Nesse sentido, acentuou, quero destacar a magnífica atuação do major Manoel Borges Teixeira, diretor daquela Estrada, que não vem poupano esforços a fim de que a Estrada de Ferro Goiás atinja rapidamente o nível mínimo necessário para o rápido escoamento da produção do Estado em direção aos grandes mercados consumidores. Atualmente, a capacidade anual da estrada de ferro é para o transporte de 250 mil toneladas. Depois de reaparelhá-la essa, capacidade da ferrovia se elevará para 700 mil toneladas, compreendendo-se facilmente, dessa diferença a importância que tal reaparelhamento tem para a produção agrícola daquela unidade."

Concluindo suas declarações, o sr. Joaquim Camara Filho, informou que, atualmente, a Goiás possui 12 locomotivas de carga em bom estado e cerca de 250 vagões. Com o reaparelhamento, passará a ter 37 locomotivas e 750 vagões de carga.

Prepare Melhor Sua Terra



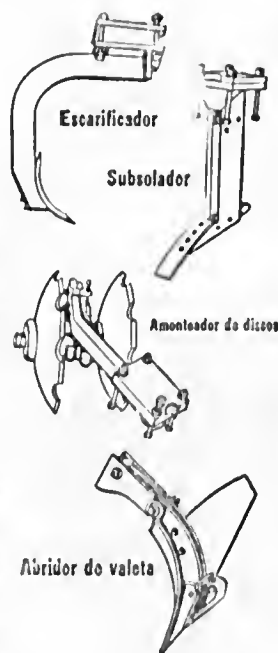
Realiza-se melhor trabalho de aração, sulcação, gradeação, sementeação e cultivo usando-se a barra porta-ferramentas "Caterpillar" montada em um trator Diesel "Caterpillar". Essa barra dá um controle mais preciso na execução desses e muitos outros serviços agrícolas. Para dirigir a barra porta-ferramentas basta manobrar o trator, porque ela está nele montada. Como o trator de esteiras faz com facilidade curvas fechadas, permite às ferramentas trabalharem bem perto das cercas ou obstruções. A barra porta-ferramentas e os implementos são levantados e baixados pelo eficiente sistema hidráulico "Caterpillar". Basta um simples toque na alavanca de comando para baixar o implemento, levantá-lo acima do solo ou mantê-lo em qualquer posição intermediária. Um rápido ajuste na barra porta-ferramentas dá ao implemento a precisa inclinação para penetrar melhor na terra.

Pode-se obter barras porta-ferramentas para os tratores Diesel "Caterpillar" D2, D4, e D6, e elas são feitas especialmente para aproveitar ao máximo a força e a tração do trator com o qual devem ser usadas.

Procure-nos, pois teremos o maior prazer em lhe mostrar as vantagens do comando dos implementos agrícolas por meio da barra porta-ferramentas "Caterpillar" e do trator Diesel "Caterpillar".

DISPOMOS DE:

arados • sulcadores •
cultivadores • semeadores
e outras ferramentas
agrícolas.



PRODUTOS
Caterpillar
MARCA REGISTRADA

SOTREQ S. A. DE TRATORES E EQUIPAMENTOS

MATRIZ: AV. BRASIL, 9200 — D. FEDERAL

FILIAIS:

B. Horizonte: R. Rio Grande do Sul, 117 — M. Gerais

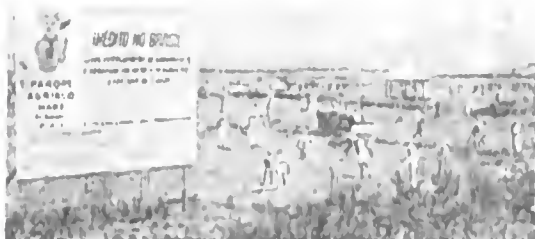
Uberlândia: Caixa Postal 370 — Minas Gerais

Vitoria: Escritórios: Caixa Postal 483 — E. Santo

Campo: Rua Marechal Floriano, 40 — E. do Rio

**132.000 touceras de bananas
já plantadas no Parque Magé**

1.623 SÍTIOS VENDIDOS EM MENOS DE UM ANO POR UM NOVO SISTEMA DE
CONDOMÍNIO AGRÍCOLA — CONTRIBUINDO PARA O ABASTECIMENTO
DA POPULAÇÃO



Quando a Agrícola do Brasil lançou, em novembro do ano passado, seu plano de condomínio agrícola não faltou quem com esteticismo, O plano, inteiramente novo entre nós, embora simples e prático, era de tal magnitude — dizia os descrentes — que levaria anos para obter o apoio do público e para dar os primeiros frutos.

Para aram-se 12 meses e o Plano Agrário al está, vitórias em toda a luda. O apoio do público veio, entusiástico e unânime. De novembro do ano passado ate o momento a Agrária preparou dois imensos condomínios e vendeu cerca de 10 milhões de metros quadrados de terra, de lavoua em Mage, a 60 km do Rio, e cerca de 6 milhões, em Guarachá, a 52 km de S. Paulo.

Mais de 1.500 novos proprietários de terras

Esses sítios foram adquiridos, em prestações, por cerca de 1.500 pessoas das mais várias profissões e níveis econômicos — pequenos funcionários e empregados, militares, comerciantes, operários, médicos, engenheiros etc. — que viram no sistema Agrícola o único meio de satisfazerem sua ambição de possuir terras de lavoura e delas poderem tirar lucros, sem ter de abandonar suas ocupações normais.

Porque a grande virtude do tema Agrário é precisamente a de, além de oferecer bons temas, a preços baixos e em condições necessárias, se ocupar também de todos os trabalhos agrícolas. Com efeito, a Agrícola se encorrega de preparar a

tetra, planta-la com cultura perenes, administrar todos os serviços agrícolas, fazer as colheitas e, inclusive, vender as frutas, em nome dos compradores dos sitios, os quais recebem, sem trabalho algum, 70% dos lucros líquidos anuais.

De lá toma o Plano Agrário não só permite ao homem da cidade formar um patrimônio em terras de lavoura e delas obter uma renda positiva como também contribui para resolver o problema do abastecimento de gêneros às grandes cidades, que é um mais agudo problema atual do país.

25 km. de ruas
orladas de coqueiros

A rápida acatitação do sistema Agrinco permitiu à Companhia vender praticamente todos os sítios em menos de um ano e iniciar a plantação mais cedo do que era previsto.

No Parque Agrícola Mage, situado sobre a Rodovia de Contorno da Guanabara, onde qualquer visitante pode obser-

var a atividade e o ritmo dos trabalhos, já foram abertos 30 km. de valetas de drenagem. Os trabalhos de nivelção e arreamento, já iniciados, compreendem 25 km. de ruas orladas de canteiros-moés. Mais 150 km. de valetas estão em vias de ser abertas e, para obrigá-los os operários e as famílias de farinha e doce de bananas, serão erigidos 5.000 m² de construçoes.

2 milhões de cachos de bananas
e 10 000 toneladas de algodão
e arroz.

Uma vez totalmente plantado, o Parque Agrário Magé terá a produção anual de 2 milhões de cachos de bananas e, no primeiro ano, como cultura intercalada, cerca de 10.000 toneladas de alho e arroz.

Além da Rodovia de Governo da Guanabara que divide o Parque em duas grandes áreas e permite fácil acesso, tanto do Rio como de Niterói, às terras atravessadas também por uma linha da E. F. Leopoldina, estando prevista a construção de uma estação dentro do próprio condomínio.

Os trabalhos do Parque Agrícola Mapé prosseguem em ritmo energético. O testemunho das pessoas que o visitam é altamente elogiante para a Companhia. E o sorriso dos céuticos desapareceu porque, em menos de um ano, a Agrícola virá seu sistema vitorioso no Brasil, tal como sucedeu na Argentina, cumprindo assim plenamente o que prometeu.



ADUBOS
MINERAIS — ORGÂNICOS
MISTURAS

INSETICIDAS
MÁQUINAS — FUNGICIDAS
SEMENTES

53 anos a serviço da lavoura

Arthur Vianna Cia. de Materiais Agrícolas

Av. Graça Aranha, 226, 11.º and.

End. Tel.: "SALITRE"

Fone: 22-2531

RIO DE JANEIRO

O GOVERNADOR AMARAL PEIXOTO FALA AO POVO FLUMINENSE

Historiando seu govêrno, diz o que já realizou nos vários setores da administração. — Sem excluir qualquer nome, promove larga consulta partidária — Convocará os demois agremiações políticas poro um entendimento honroso

Por ocasião da passagem do terceiro aniversário de seu govêrno, o Sr. Amaral Peixoto falou ao povo fluminense fazendo um relato do que tem realizado no Estado do Rio. Damos a seguir, na íntegra, o discurso do Governador fluminense:

"No término deste terceiro aniversário do mandato com que me honraram os fluminenses — penúltimo da minha tarefa — dirijo-me ao povo, único e verdadeiro juiz dos homens públicos, apresentando contas da administração que venho realizando.

Renovo assim um procedimento que não é estranho nos meus hábitos e, desta vez, movido também pelo empenho de denunciar interesses contrariados e ambições insatisfeitas na tentativa, tão mesquinha como lútil, de desfigurar a obra administrativa e obscurecer as honestas intenções dos que atuam na vida pública fluminense.

É deveras lamentável que a paixão política atinja tais proporções de despeito que conturbe, no exercício do mandato popular, a razão de alguns homens, a ponto de levá-los a negar, na apreciação dos atos governamentais, a esplêndida evidência dum trabalho intenso que por todo o território do Estado e nos mais variados setores de atividade, lucrativa, impulsiva, constrói o nosso progresso e a nossa grandeza.

Novas rodovias; restauração de antigas vias de penetração; magníficos prédios escolares; serviços inapreciáveis de saneamento; processos de adaptação do serviço burocrático ao interesse do fomento da produção; sedes municipais e, por vêzes, distritos dotados de energia elétrica, propiciando novas indústrias — tudo isso, a integrar um acervo de realizações que altamente valorizam o nosso patrimônio e asseguram o nosso futuro econômico, e desconhecido pelos negativistas, numa cega obsessão que os compromete nos olhos do povo, muito mais apto do que eles pensam para ver, sentir e julgar o acerto ou as falhas da administração pública.

Indem-se esses agourellos da própria ambição, na gula insólita do poder — que os move e impele — porque o povo, na maturidade do seu sentimento, aprendeu a desdenhar as palavras que veiculam promessas de ultrapasado sabor demagógico e exige ação que lhe proporcione benefícios diretos e imediatos.

Aos fluminenses não falta acuidade para negar o uso perigoso do poder àqueles que, pela ausência da serenidade e da isenção, do equilíbrio e da compostura, se mostram tão distantes das mais primárias virtudes que exornam a vida pública no regime democrático.

Longamente infelto ao convívio duma civilização de séculos, nossos conterrâneos repudiam a levandade criminosa dos que estão destruindo o que nunca poderão refazer: a confiança do povo nas classes dirigentes.

Incapazes de lutar por outros meios — devida às deficiências de sua formação moral e intelectual — os insufladores de derrotismo preparam no país dias sombrios, caso consigam impressionar as massas que, perdendo o respeito pelos seus líderes, poderão, conduzida por aventureiros, ser arrastadas a destinos imprevisíveis.

Proclamo desassombradamente que todos os meus atos e atitudes desafiam as acusações dos adversários de má fé. O respeito pela Constituição foi sempre ponto de honra do meu govêrno e imperativo sagrado a que nunca faltel. Nem as provocações maliciosamente preparadas, nem o interesse político de correligionários e amigos temido o poder de modificar a minha linha de conduta diante das normas constitucionais. As complexas situações municipais, ainda não previstas na legislação eleitoral ou na lei orgânica, têm sido objeto de tratamento imparcial, unanimemente reconhecido e indistintamente dispensado a adversários e correligionários.

Do mesmo modo, perante os problemas administrativos, desconheço a coloração partidária dos chefes dos executivos municipais, adotando critérios rígidos para a distribuição de quotas e de auxílios e para a execução das obras programadas.

De vários prefeitos que militam em partidos que não o meu, tenho recebido demonstrações públicas de reconhecimento por iniciativas estaduais, em seus municípios e pela solução dada nos problemas que me apresentam.

O mandato que recebi impõe esse procedimento, como também o maior rigor na aplicação das rendas. Estou pronto a defender todos os meus atos, a justificar quaisquer decisões tomadas e a provar que em todos os contratos assinados na minha administração o interesse público foi cuidadosamente tutelado.

Tenho confiança em meus auxiliares e não receio essas campanhas de pseudo-moralistas que se atrevem a reivindicar o monopólio da honestidade supondo impressionar o povo com ataques desabridados e sem provas, soezes manipuladores da calúnia que, em linguagem de característica impudor, divulgam a mentira de faltas adheias, esquecidos da dolorosa verdade dos erros próprios.

AMPARO A INFANCIA E INSTRUÇÃO

A resposta mais incisiva e convincente que a realidade opõe aos profissionais da difamação está no número e no fato da verdade estatística.

Quando assumi o govêrno, declarei que envolveria todos os esforços em prol das crianças, objetivando-lhes um futuro melhor e mais alta capacidade física e mental para enfrentar a luta pela vida.

Hoje, na oportunidade desta comemoração, tenho a consciência tranquila da ação desenvolvida



Governador Ernani do Amaral Peixoto

e creio poder afirmar que um trabalho proleto foi realizado em favor dos pequeninos fluminenses.

Os postos de puericultura que foram abertos junto às unidades sanitárias estão em pleno funcionamento. Restabelecemos a prática de enviar, no fim de cada ano, mais de mil crianças para as praias ou para as montanhas, donde passam em média, sessenta dias, reabilitando-se para as lides escolares. Os mais fracos ou os filhos sadlos de tuberculosos são levados para o Preventório Paula Cândido, onde se submetem a intensivo tratamento de recuperação.

Os parques infantis também funcionam normalmente, abrigando sempre maior número de crianças. No corrente ano, orientados por monitores de educação física, funcionarão, junto a 44 grupos escolares, pequenos conjuntos recreativos, que muito contribuirão para o desenvolvimento dos estudantes.

Já demos as primeiras providências para o funcionamento de um sanatório para crianças tuberculosas e o hospital que se encontra em construção em Niterói, destinado às crianças atacadas de paralisia, é também um fato digno de menção.

Mas, onde, indubitavelmente, se tem feito sentir com mais força a ação do governo em favor das crianças é no setor da educação primária, em que o número de matrículas aumentou numa proporção jamais atingida, passando de 98.000 em 1950 para 133.000 no último ano.

Limitando a liberdade quanto à permissão de exercício de professores nos grandes centros, conseguiu-se que muitas escolas fossem abertas em zonas retradas das cidades.

Por criado em Cantagalo o Curso Intensivo de Formação de Professores Rurais, no qual, em regime de internato, por conta do Estado, algumas dezenas de jovens estão sendo preparados para lecionar nas escolas isoladas sediadas na zona rural.

Energicas providências no sentido da construção de prédios escolares alcançaram nestes três

anos resultados positivamente auspiciosos, como sejam 36 Grupos Escolares, 89 Escolas Rurais e 443 salas de aula.

Em cumprimento a esse programa, contam-se, entre as novas construções e as ampliações que estão sendo procedidas, 32 Grupos Escolares, 6 Jardins de Infância e 5 Escolas Rurais, num total de 427 salas de aula. Teremos assim construído, em fins de 1954, 870 salas de aula.

Duas outras construções, que serão iniciadas, merecem destaque e são as que se referem à Escola de Engenharia e à Escola Normal Rural de Cantagalo.

SAÚDE E ASSISTÊNCIA

No rol das próximas construções, destaca-se ainda o Hospital Regional de Itaperuna, tão justamente reclamado pela laboriosa população daquele próspero município fluminense.

Para do Setor educacional e hospitalar, estão sendo construídos dois edifícios para delegacias de polícia, dois para serviços de Justiça, dois para postos de Saúde e o grande ginásio no Estádio Ciro Martins com capacidade para 20.000 pessoas e um edifício no valor de 28 milhões de cruzeiros, para abrigar algumas Secretarias de Estado, atualmente sediadas em prédios alugados.

No plano da medicina pública, melhor aparelhamento dos órgãos sanitários subordinados à Secretaria de Saúde e Assistência dotou-os de material e pessoal capazes. Corrigiu-se, assim, desde logo, anomalia prejudicial à boa marcha dos serviços, favorecendo os postos de higiene sediados nas zonas rurais com elevado número de funcionários que se aglomeravam nas sedes das grandes cidades. Distribuição equitativa de pessoal e prédios especialmente construídos permitiram a adaptação de 13 postos médicos sociais em Parati, Porciúncula, Silva Jardim, São Sebastião do Alto, Valão do Barro, Cabo Frio, Cambuci, Pádua e Duas

Bateria. Também foi instalado o novo Centro de Saúde de Niterói, situado no Bairro de Santa Rosa. A instalação em Jureubá de laboratório de produção, com a colaboração do Serviço Especial de Saúde Pública, foi empreendimento que já permitiu um largo abastecimento de todas as 106 unidades sanitárias do Interior do Estado. Padronizados os principais medicamento exigidos pela atividades dessas unidades, vêm eles sendo fabricados no laboratório de produção, apresentando para o Estado uma economia de cerca de 7 milhões de cruzetões anuais, além da garantia da qualidade dos produtos fabricados e da pontualidade e certeza da entrega dos medicamentos.

Resolvidos de tal sorte satisfatoriamente os problemas de material e de pessoal nas unidades sanitárias, pôde a Secretaria de Saúde e Assistência voltar as suas vistas para o problema hospitalar, e dentro da orientação que vem sendo seguida, utilizar-se das entidades privadas e das subvencionadas às próprias Prefeitura Municipais, assinando com as mesmas convênios, nos quais, imprimindo melhor orientação técnica, pode fornecer recursos para ampliar e melhorar os seus hospitais.

A mesma Secretaria de Saúde e Assistência, através dos Serviços Médicos-Hospitalares, adotou como norma, na atual gestão intensificar a assistência técnica e financeira a instituições particulares regionais, para melhor e mais eficiente assistência médico-hospitalar, considerando que, por muitos anos, a rede hospitalar do Estado terá que ser mantida pela iniciativa privada, com subvenção do Poder Público, e que convém reservar-se o Estado a parte sanitária. Para consecução do plano estabelecido, vários Termos de Acôrdo vêm sendo firmados, concedendo-se através deles, meios

necessários, a melhoria daque assistência e dedicando a orientação técnica das instituições contempladas ao órgão especializado da Secretaria de Estado.

Em razão do convênio assinado com o Serviço Especial de Saúde Pública foi instalado o Laboratório de Higiene Industrial, somente ontem inaugurado, mas que já vem funcionando em caráter experimental, apresentando os melhores resultados. Dotado de moderna aparelhagem e pessoal técnico habilitado, vem esse laboratório realizando pesquisas em todo o Estado, principalmente nos centros industriais, com objetivo de conhecer os problemas a eles inerentes, para ulterior medida de preservação de adequadas condições de vida dos trabalhadores.

Grandes progressos têm sido registrados na melhoria do setor de assistência especializada que diz respeito aos leitos hospitalares e nosocomios da Secretaria de Saúde e Assistência.

Sua expressão gráfica na triênio é a seguinte: 2.201 leitos em 1951, 2.320 em 1952 e 2.970 em 1953 — distribuídos entre os alcados de tuberculose, lepra, doenças mentais e contagiosas agudas.

Acrescentando-se 5.382 leitos existentes em instituições particulares destinadas à clínica médica e cirúrgica, apurados em 1953, pelos Serviços Médico-Hospitalares, verifica-se que o número de leitos hospitalares, no ano findo, é de 8.352 distribuídos pelo território do Estado.

Com referência ao problema da assistência à maternidade e à infância, considerado parte integrante de um programa de saúde pública, constantes entendimentos têm sido promovidos no sentido de obter a unificação e melhor padrão desses serviços assistenciais, incentivando-se a participação da iniciativa particular e suprimindo os inconvenientes que ocorrem da multiplicidade de encargos congêneres numa só localidade. O valioso concurso da Comissão Estadual da Legislação Brasileira de Assistência permitiu que, na reorganização dos Posto Médico-Sociais, se integrassem numa só unidade de trabalho todos os serviços, inclusive os da própria Legislação, até então mantidos separadamente.

Como complemento à assistência à criança, acha-se em construção o Hospital "Getúlio Vargas Filho", com 52 leitos localizado no Bairro do Funchal.

É multiplice, porém, a obrigação do Estado e não se restringe a nenhuma ação determinada, por mais especificamente importante que ela seja, como a da saúde pública.

FOMENTO A PRODUÇÃO E CREDITO AO LAVRADOR

Vejamos o que se tem feito e procurado fazer no que se refere ao amparo à produção.

Discursos, manifestos, programas de partidos e de candidatos encerram reiterados propósitos de melhorar, por todos os modos, as condições de vida dos que se dedicam às atividades agrárias. No entanto, forçoso é reconhecer que esses propósitos sem dúvida sinceros, têm falhado e, se não fôr a extraordinária resistência dos homens do Interior, há muito que eles teriam abandonado uma laboriosa assim ingente e mal remunerada. Há, naturalmente, na engrenagem administrativa dificuldades que impedem a concretização de medidas tão necessárias quanto urgentes ao aceleramento de nosso esforço econômico.

A experiência de uma administração anterior de oito anos e a observação do que se passa na esfera federal levaram-me a modificar integralmente a estrutura da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio.

Não era possível deixar os seis agentes, agrônomos e veterinários, isolados no Interior do Estado, em difícil comunicação com órgãos técnicos superiores, e praticamente impedidos, pelas defi-

Vidraças — Vitrais
— Cristoliques —
Espelhos — Cristois

Lodrilhos e telhas de
vidro — Lapidção —
Grovação e Bizelagem

C. V. B. — CASA SANTOS
SEABRA

COMPANHIA COMERCIAL DE
VIDROS DO BRASIL — C V B

End. Telegr.: "VIDROS" — Fone: 43-9050

AV. MARECHAL FLORIANO, 38/40

RIO DE JANEIRO

ciências e precariedades da locomoção, de atingir os pontos em que deviam atuar — fazendas afastadas, servidas por maus caminhos e orientadas por homens que, às mais das vezes, poderíamos mesmo dizer na sua generalidade olham com desconfiança, senão com animosidade, os técnicos oficiais.

O primeiro trabalho foi reunir os fazendeiros em associações rurais, mostrando-lhes as vantagens que eles teriam, ingressando nessas organizações, à disposição das quais seriam postos os técnicos do Estado, para um trabalho contínuo. Seriam eles, os próprios fazendeiros interessados, os fiscais das atividades desses servidores públicos.

De três associações rurais que o Estado tinha em 1951, hoje possui 56, cobrindo todo o território fluminense e, na maioria, bem aparelhadas para o desempenho das suas funções. Estão recebendo esses órgãos de classe, além do auxílio financeiro para garantia dos seus serviços, "jeeps" que facilitam a condução aos responsáveis, encarregados também pelo Departamento de Assistência Econômica à Lavoura de representá-lo na venda, por preços os mais razoáveis, e muitas vezes com financiamento, das utilidades que fazendeiros e colonos necessitam.

Cumprir uma referência especial à criação do Fundo de Crédito Rural, com 1% da receita estadual e dos municípios. Os empréstimos inicialmente limitados a cem mil cruzeiros estão isentos das despesas usuais em tais operações, com as taxas de avaliação e fiscalização efetuadas por técnicos da Secretaria de Agricultura. Trata-se de um trabalho destinado a produzir maiores resultados no futuro, pois todos os anos serão incorporadas ao Fundo quantias apreciáveis e já é negável que o Fundo de Crédito Rural vem neste momento prestando relevantes serviços à causa da lavoura.

Cogita agora o Governo do crédito supervisionado que, além dos recursos financeiros, facilitará orientação técnica para a boa aplicação dos empréstimos.

No município de Itaperuna, em duas associações de classe orientadas pela Missão Rural do Ministério da Agricultura, esse sistema de crédito teve aplicação e será ampliado, a fim de estender-se a outros municípios, através de acordos celebrados entre o Governo Estadual, o Ministério da Agricultura e a American International Association.

Além do auxílio prestado à lavoura pelos técnicos colocados à disposição das Associações Rurais, mantém a Secretaria de Agricultura vários serviços especializados para o fomento e defesa das nossas principais culturas.

A do café merece a nossa maior atenção, em três anos foram plantados 6.330.000 pés, numa área de 3.975 hectares, para o que foram mantidos 13 viveiros.

Estão percorrendo o interior patrulhas de demonstração de combate à broca do café e todas as Associações Rurais dispõem de vasto estoque de inseticidas e de máquinas pulverizadoras para revenda aos agricultores, por preços abaixo do custo. Neste material dispendeu o Governo dois milhões de cruzeiros. A possível cessão pelo Ministério da Agricultura de dois helicópteros há de contribuir para o êxito desse trabalho. Todo o esforço no amparo à lavoura cafeeira é aconselhável, pois o café é o fator mais positivo para a obtenção das divisas de que necessitamos.

Outra cultura que também está sendo bastante desenvolvida no Estado é a do algodão. A princípio, adquirimos em São Paulo, na Estação Experimental de Campinas, as sementes. Hoje, a Fazenda Experimental de Itaipu está aparelhada para atender os pedidos dos plantadores de algodão, tendo selecionado os tipos que melhor se adaptaram ao nosso clima.

Além de zona que habitualmente produzia arroz neste Estado, nos municípios do norte, foi ini-

ciada intensa plantação na baixada fluminense, onde foram sediados em 1953 os serviços da cultura do arroz, financiados pelo Crédito Rural.

Outra grande riqueza agrícola do Estado é a fruticultura. Nos últimos anos apareceram nas estatísticas algumas frutas que até então não constavam na pauta de nossa exportação. Em várias regiões, especialmente na serra, essas plantações têm sido consideravelmente aumentadas, permitindo grandes lucros aos agricultores. As exposições de flores e frutos de Petrópolis e Nova Friburgo evidenciaram a melhoria dessa produção, das mais rendosas para os agricultores.

Desde o início do meu Governo, pensei na criação do Departamento de Conservação do Solo, pois os resultados obtidos não só nos Estados Unidos como também em São Paulo aconselhavam a sua existência e tenho certeza de que, quando estiver em plena atividade, ainda no corrente ano, como espero, fará renascer a confiança do agricultor na técnica oficial, aproximando-o do agrônomo, de quem receberá orientação científica que lhe permita obter melhor rendimento na produção.

A principal finalidade do D.C.S. é fazer a análise das terras, e estudo das regiões e, em seguida, orientar os serviços de irrigação e drenagem, combater a erosão e sistematização ao solo, aconselhando também a qualidade dos adubos que deverão ser empregados nas diversas regiões do Estado, à técnica a ser posta em prática se caracterizará pela perfeição dos processos e daí precisarmos de pessoal capaz e aparelhamento suficiente.

Ambas essas providências já estão sendo atendidas.

Contratamos, ainda, com o Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas o levantamento da Carta Pedológica do Estado, prevendo a cartografia dos solos, segundo a sua aptidão agrícola.

Os serviços de Motocultura, criados em 1951, já vêm sendo equipados razoavelmente, não só para o preparo dos terrenos de cultura, como também para abrir e conservar estradas rurais. Da grande importação de máquinas a ser feita pelo Ministério da Agricultura, ficará reservada no Estado a motol de um milhão de dólares.

Foram instalados em vários pontos do Estado postos de monta, para reprodutores de alta linhagem. O desenvolvimento desses serviços é considerável. Em 1950, estes postos dispunham de 40 reprodutores, contando hoje com 171.

Em estabelecimentos oficiais, foram organizados 3 rebanhos próprios, destinados à criação e seleção de bovinos das raças holandesas, Jersey e normanda. Incentivando esse importante serviço, foram importados do Uruguai, para revenda pelo custo, e sob o regime de financiamento, quinhentas novilhas holandesas. Financiamos, ainda, pelo prazo de um ano, sem juros, a aquisição dos reprodutores expostos nos certames realizados pela Secretaria de Agricultura.

Outro problema que mereceu a nossa melhor atenção foi o da alimentação animal, seriamente agravada pela escassez do resíduo de trigo. Em tal sentido foi feita ampla campanha, objetivando a obtenção de recursos alimentícios nas próprias fazendas, tendo a Secretaria de Agricultura se aparelhado para o fornecimento gratuito das plantas necessárias a suprir aquela falta.

Estamos efetivando a instalação em Rezende de um posto de entomologia, com o propósito de observar o comportamento das plantas forrageiras, para sua distribuição aos interessados e, ainda com o objetivo de difundir as práticas de ressaamento animal, foram postas em funcionamento, em Niterói e Cordeiro, as fábricas de rações balanceadas.

Com a criação do Departamento de Produção Animal, ficaram bastante desenvolvidos os trabalhos de proteção aos rebanhos do Estado. O Laboratório de Biologia Animal merece uma referência especial, de vez que vem realizando toda

sorte de análises clínicas, para o diagnóstico de moléstias que assolam os rebanhos.

O convênio realizado entre a Secretaria de Agricultura e a União permitiu intensiva fabricação de vacinas anti-aftosas, ficando a Secretaria com a responsabilidade de colheita da epitélio-aftoso em quatro matadouros e cabendo aos órgãos técnicos do Ministério da Agricultura a preparação das vacinas, inclusive dos vírus de maior incidência.

Pela primeira vez no Brasil, estão sendo realizadas experiências com um novo antibiótico, "micolina", para combate à brucelose, moléstia que vem causando sérios prejuízos à pecuária e facilmente transmissível ao homem. Em acordo realizado entre o Departamento da Produção Animal e o Laboratório Moura Brasil Orlando Rangel S. A., firmou-se a prática de experiências que até agora só eram efetuadas na França e Alemanha. Se conseguirmos resultados satisfatórios dessas experiências lograremos grande triunfo de alta repercussão para a economia nacional.

É de ressaltar também a melhoria alcançada na distribuição do leite na capital do Estado, que vem sendo feita através de postos da Comissão Executiva para o Comércio e Industrialização do Leite, órgão que pensamos transformar em Cooperativa Central de Produtores, a qual tomará a si a responsabilidade da construção do moderno entreposto para o recebimento diário de 80 mil litros de leite.

No corrente ano de 1954, será feita a transformação da Fazenda de Itaipu e Instituto Agro-nômico Fluminense. As construções e as ampliações já foram iniciadas, podendo-se afirmar que, em breve, esse Instituto constituirá motivo de justo orgulho para todos os fluminenses.

TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES

Seria inútil, porém, esse esforço ingente e contínuo de recuperação do interior para a economia, se o Estado não atendesse às vias de escoamento da produção.

Ora, posso assegurar-vos que justamente minha maior preocupação — e ainda não fui fiel à coerência administrativa que vincula os meus dois períodos de governo —, situou-se no problema do transporte e da comunicação.

Agrupam-se em três categorias as principais atividades rodoviárias: no primeiro grupo, colocaremos as obras novas, a construção das estradas tronco pertencentes ao plano rodoviário estadual. No segundo a melhoria das condições das rodovias secundárias e de algumas pertencentes aos Municípios e apresentando grandes deficiências. E, por último, o aparelhamento do DER, equipando-o convenientemente para o desempenho das suas obrigações, pois o encontramos, na sua maioria, com máquinas adquiridas no meu anterior governo, em 1941, e já, portanto, em precárias condições. lçqnos lpl4lncpsou

Quanto as obras, selecionamos, dentro do programa rodoviário do Estado, algumas mais necessárias ao seu desenvolvimento econômico e ao escoamento da produção para os grandes centros consumidores. Só poderíamos efetuar um grande programa com um plano de financiamento, pois as verbas orçamentárias, somadas aos auxílios federais, bem que elevadas, eram insuficientes para atender as necessidades mais prementes. Realizamos em 1951 uma concorrência para a execução de obras no valor de 638 milhões de cruzeiros, com o pagamento no prazo de cinco anos e, embora fossem assinados os contratos para cumprimento integral do programa, as obras executadas nas condições previstas o foram, devida a dificuldades superveientes, no valor de 200 milhões de cruzeiros, sendo que as mais importantes são: a grande transversal norte do Estado, que liga, através do Estado do Rio, o Espírito Santo e Minas Gerais; o prosseguimento do Tronco Norte-Fluminense, a

parit de Friburgo, a ligação rodoviária Parati com o sistema fluminense, através da Estrada de Angra dos Reis; e a ligação Rio Bonito e Casemiro de Abreu, recontratado com nova firma.

Com maior intensidade estão sendo atendidos o prolongamento da Rio-Iguai pela margem direita do Rio Al Paraíba, através dos Municípios de Cantagalo e Itaocara, e a ligação de Cantagalo ao distrito de Euclideslandia.

Todas essas obras vem sendo efetuadas regularmente e os contratos assinados, no valor de duzentos milhões de cruzeiros, estarão cumpridos ainda este ano.

É interessante mais uma vez frisar que o governo do Estado foi acolhido, por ocasião da assinatura desses contratos, de favoritismo a determinadas empresas e firmas financiadoras e, no entanto o que se verificou foi que muitas delas não puderam cumprir os contratos, tão rigorosas eram as suas cláusulas e exigências.

Demos autorização ao D.E.R. para, nas mesmas condições, renovar essas empreitadas com qualquer firma, financeiramente e tecnicamente idônea, que se apresentasse, e como não aparecessem leilantes, organizamos um outro plano de financiamento, que já está sendo parcialmente adotado.

A pavimentação da ligação Niterói-Campos foi entregue a três firmas empreiteiras, mediante tarefa no valor de trinta milhões de cruzeiros, aumentando, posteriormente, de mais trinta milhões, tendo-se conseguido, até o presente momento, a pavimentação de 55 quilômetros de pistas de sete metros de largura nas melhores condições técnicas, empregando-se o alcatrão de Volta Redonda. Esse trabalho e a construção, em Niterói, do trecho de

ESTACAS FRANKI LTDA.

Um especialista para qualquer
tipo de Fundações em qualquer
terreno

Rio de Janeiro:
Av. Rio Branco
n.º 311 - 10.º
andar — End.
Telegr.: ESFERA-
LA — Telefone:
22-7630 — Cai-
xa Postal 1789

São Paulo
Curitiba
Porta Alegre
Belo Horizonte
Vitória
Salvador
Recife

confluência de todos os troncos rodoviários, na qual se invertem a quantia de trinta milhões de cruzeiros, representam, indubitavelmente uma nova era nas estradas fluminenses.

Ainda devemos assinalar a construção do ponto sobre o Rio Paraíba, em Rezende; a ligação Barra do Pirai-Marquês de Valença; a ligação entre a Rodovia Rio-São Paulo e o local em que está sendo construída a Fábrica da Antártica, empreendimento que, por si só, justificava a construção da rodovia; e as ligações Campos-São João da Barra e Afonso Arinos-Três Ilhas.

Para o prosseguimento de obras novas cujos empreiteiros tiveram seus contratos rescindidos, estamos obtendo do Banco do Brasil, por conta do Fundo Rodoviário Nacional, um empréstimo de 150 milhões de cruzeiros, com o qual construímos neste ano algumas rodovias de grande importância.

Foi, entretanto, no segundo grupo de atividades que a ação do Estado se fez sentir mais fortemente. Criamos uma divisão para incentivar e auxiliar as atividades rodoviárias municipais, transformando completamente a rede rodoviária secundária.

Como resultado desse trabalho, registramos que 826 quilômetros de estradas foram executados em substituição aos velhos caminhos, e 400 metros de ponte, empregando-se nessas obras 26 unidades mecânicas, adquiridas para tal fim. Além disso, orientamos tecnicamente a execução de grande número de obras municipais.

A recomposição do equipamento mecânico do D.E.R. representa uma garantia para os próximos anos de atividades rodoviárias. Já adquirimos e recebemos máquinas no valor de 40 milhões de cruzeiros, o que permitiu incorporar à rede rodoviária estadual mais 480 quilômetros de estradas municipais, cuja conservação passou ao Estado, elevando-se assim, para 3.720 quilômetros a rede estadual.

Devemos assinalar 40 quilômetros de trechos inundáveis que foram substituídos e 39 pontes que foram executadas, com o comprimento total de 1.083 metros.

Com as delongas inevitáveis de uma transação de tal vulto e tão complexa, conseguimos realizar, no Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, uma operação de crédito no valor de três milhões de dólares, com a interferência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, operação que tem sido muito bem conduzida pelo órgão técnico.

Considere-se que, pelos preços obtidos aqui nas últimas concorrências realizadas e pelos preços correntes no mercado interno, organizamos uma lista de 321 unidades mecânicas para aproveitamento dessa importância e, no entretanto, procurando diretamente os fabricantes, de acordo, aliás, com o que nos aconselhou o Banco Internacional, conseguimos encomendar, pela mesma quantia, 504 unidades, inclusive usinas para pavimentação e uma oficina completa para conservação do maquinário adquirido.

Podemos garantir que, ao encerrar o nosso período governamental, entregaremos o D.E.R. equipado como talvez nenhum outro órgão congênero no Brasil, para a conservação e melhoria da rede rodoviária por um período de alguns anos.

Desejo ainda frisar que as providências tomadas quanto ao financiamento e equipamento, no sentido de aparelhar o D.E.R., permitiram que, no ano de 1953, fosse superada a produção acumulada dos dois últimos anos. O acervo de realizações nesses três anos, comparado com o passado, constitui um atestado inofensível da atenção dispensada a esse setor.

Para se ter uma idéia das atividades do D.E.R., basta dizer que, nesses três anos, foram executados 6 milhões de metros cúbicos, dos quais 3 milhões em 1953, para a construção de 158 quilômetros de estradas de primeira classe, que, somados à quilô-

metragem de estradas municipais, eleva o total do tráfego a 984 quilômetros. Para a construção das estradas de classe um, 46% dos recursos empregados provieram de verbas federais.

No setor de obras de arte, executamos 1.840 metros de pontes, tendo o governo federal contribuído com menos de 15% dos recursos financeiros dispendidos. Finalmente, entre as obras de maior vulto, podemos relacionar ainda o prédio da Estação Rodoviária da capital do Estado, sobre o qual se localizará um bloco para instalação da sede do D.E.R. Será uma obra que, pela beleza arquitetônica e, principalmente, pelo conforto que proporcionará aos viajantes fluminenses, virá trazer uma soma apreciável de benefícios.

TRANSPORTE COLETIVO EM NITERÓI E OUTRAS GRANDES CIDADES

Nem por cuidar, como me competia, das estradas de penetração, olvidei o drama urbano dos transportes coletivos, que veio a tornar-se objeto de angustiantes apelos do povo da capital do Estado e de outros grandes centros. As deficiências das linhas de bondes e o precário estado dos veículos em Niterói motivaram um "deficit" anual de vinte e quatro milhões de cruzeiros. No governo passado, foi reparada grande parte dos trilhos da zona norte dessa cidade e agora já se precisava fazer o mesmo na zona sul, o que acarretaria uma despesa superior a vinte milhões de cruzeiros. Pareceu-nos então muito mais interessante modificar totalmente o sistema, substituindo os bondes, veículos obsoletos, sobretudo pelos prejuízos que acarretam à pavimentação, e procurei removê-los sem aumentar, com ônibus de motor de explosão, o consumo de combustível estrangeiro, antes conciliando no transporte que os suprisse as vantagens da energia nacional. Adquirimos, em conformidade com esse programa, 45 modernos "trolley bus" elétricos para a zona sul e centro e construímos a indispensável rede aérea para servi-los. Temos colhido os melhores resultados de tal providência, merecendo de grande parte da população os mais espontâneos aplausos. Neste momento, já são servidos os Balços de Gragoatá, São Domingos, Inga e Canto do Rio. No corrente ano, toda a zona sul de Niterói disporá desses veículos. Com o objetivo de melhorar as condições de tráfego de outras cidades fluminenses, como, por exemplo, Campos e Petrópolis, cogitamos de a elas estender tal medida. O projeto da rede de "trolley bus" de Campos já está pronto e contratada a sua execução. Com essa providência, o "deficit" desse serviço não bastaria reduzido, permitindo que se faça malor inversão em seu próprio benefício.

Quanto ao transporte fluvial e marítimo, lembro que foram construídas as pontes de atracação em Itacuruçá, Mangaratiba, Parati e Jacareí e encontra-se em andamento a de Barra de São João, devendo-se assinalar, por outro lado, os apreciáveis melhoramentos introduzidos nos serviços da Navegação Sul Fluminense, através de recuperação de várias embarcações, há muito afastadas do serviço.

O comércio e a indústria, as mais diversas atividades que atraem a iniciativa dos fluminenses, reclamam também outra sorte de facilidades para o intercâmbio de seus interesses econômicos e financeiros. Por isso, e de acordo com os convênios assinados com a Cia. Telefônica Brasileira, ampliamos a rede telefônica do Estado do Rio; em várias cidades aumentamos consideravelmente o número de aparelhos instalados e em Niterói e Teresópolis foi feita a instalação de rede automática.

A rede geral formou ligadas as localidades de Morro Azul, Cardoso Moreira, Itaipá, Posse, Paraisópolis, Bon Esperança, Arraial do Cabo e Praia Seta.

DOIS OUTROS FATORES DE PROGRESSO

Devo ainda chamar a vossa atenção para dois outros fatores do nosso progresso, cujo valor equivale ao da sobrevivência: o saneamento e energia elétrica.

Conseguimos imprimir grande atividade aos serviços de saneamento, através da criação da Comissão de Águas e Esgotos, que já apresenta apreciável soma de serviço.

Estão concluídos os serviços, incluídos em nossa passada administração, de água e esgoto em Puerça São Fidelis e Natividade de Carangola e de água em Itatira (Rezende) e Varginha Alegre (Barra do Paraí).

Incluímos e concluímos além dessas, as obras de abastecimento de água de Silva Jardim, Santo Amaro (Campos), Porciuncula, São Sebastião do Alto, Areal (Três Rios), Magé, Bom Jesus do Itabapoana (estação de tratamento), São Pedro d'Aldeia, Itaboraí e São João do Paraíso.

Já se encontram em andamento ou prestes a iniciar-se, com os recursos obtidos através do empréstimo realizado junto à Caixa Econômica Federal, as obras de abastecimento de água de Angria dos Reis, Bom Jesus do Itabapoana, Caxias, Bom Jardim, Teresópolis, Corrêas (Petrópolis), Duas Barras, Lídice (Itaverá), Macaé, Porciuncula, Rio Bonito, Saquarema, São Gonçalo Sapucaia Vasconcelos, São João da Barra e Atafona (São João da Barra).

Com tais obras, será dispendida a quantia de cento e trinta milhões de cruzeiros.

Em Campos, a rede de distribuição de água foi aumentada em 16 739 metros de tubos de vários diâmetros, sendo a de esgotos também aumentada em 6.000 metros; em Niterói e São Gonçalo, aumentamos a rede de distribuição de água em cerca de 35 quilômetros e a rede de esgotos em aproximadamente 17 quilômetros.

Justamente onde a deficiência de abastecimento de água se fazia mais grave, tomando mesmo as características de calamidade pública, era em Niterói e São Gonçalo.

Conseguimos desincorporar do patrimônio nacional esses serviços e a sua imediata entrega ao Estado, que assumiu a responsabilidade de todas as dívidas para com as Caixas Econômicas Federais, no valor total de trinta e sete milhões de cruzeiros. Intensificando os trabalhos, fizemos abrir 19 poços tubulares profundos em vários pontos, medida que propiciou consideráveis melhorias.

Invertimos aí e na construção do "booster" da Laranjeira trinta e oito milhões de cruzeiros. Esses esforços têm obtido absoluto êxito, quando é certo que, apesar do crescente aumento da população e das iminentes secas, o abastecimento de água de Niterói e São Gonçalo vem sendo razoavelmente atendido.

Apesar, porém, de receberem hoje essas cidades 34 mil metros cúbicos de água por dia, mais 100% do que recebiam anteriormente, a "deficit" ainda continua, razão por que contratamos a construção da terceira adutora, obra iniciada, no valor de cento e sessenta e três milhões de cruzeiros. Esperam os empreiteiros entregá-lo no segundo semestre deste ano.

Com essa adutora e com a estação de tratamento, cuja construção também já se acha bastante adiantada, as populações de Niterói e São Gonçalo ficarão abastecidas de uma quantidade de água igual ao dobro das necessidades atuais.

ENERGIA ELÉTRICA

Grande foi a atenção dispensada pelo Poder Público à questão da energia elétrica. Foram estendidos 50 quilômetros de linhas de transmissão e 55 quilômetros de rede de distribuição, servindo assim nos vários municípios e localidades, até então carentes desses serviços: Araruama, São Vicente de Paula (Araruama), Barra de São João

(Cacimiro de Abicó), Boa Ventura (Itaperuna), Coroa Grande (Nagambé), Vila Pentágono (Valença), Santa Rita (Nova Iguaçu), Quebra Sangue e Inconfidência (Paralba do Sul), São José de Uba, São Francisco, Monte Verde e São João do Paraíso (Cambuá), Bacia (Guapimirim), Lagos (Itaguaí) e São Pedro de Aldéa que, por intermédio das linhas de transmissão existentes ou das pequenas estações geradoras, passaram a receber energia.

Estamos completando o plano geral de eletrificação do Estado, ao mesmo tempo que firmamos contrato com empresas particulares para a construção das usinas de Quartéis (aproximadamente 100 000 HP) e do conjunto do Itabapoana, com a potência estimada em 250 000 HP. Tais obras serão iniciadas tão logo seja publicado o decreto federal que as autorize. O aproveitamento das quedas d'água no sul do Estado (Mabucaba, Púmil, Ariró e Bracuí) está também na dependência de outorga federal, sendo de notar que os Ministérios da Marinha e da Guerra estão interessados em sua realização.

A primeira etapa da Central Elétrica de Macabú ficou praticamente terminada em 1952. No ano passado, foram entregues aos consumidores desse sistema 50.000 000 kwh, no valor de 16 milhões de cruzeiros. Isso permitiu que, durante a estagem de 1953, quando as cidades de São Paulo, Estado do Rio e o próprio Distrito Federal, servidos por outro sistema, tivessem que enfrentar o racionamento, cuja repercussão foi tão prejudicial para as indústrias e mesmo para a comodidade do povo, Campos pudesse ter sido abastecida, normalmente, não sofrendo restrições o seu consumo.

Em março próximo, deverão estar no Brasil as duas unidades que constituem a segunda etapa de Macabú, com 16.000 kwh.

Já realizamos concorrência pública para a construção do segundo circuito Macabú-Campos e o seu prolongamento, através de vários municípios do norte do Estado, beneficiando-se assim toda a região servida atualmente pelo sistema de Macabú e empresas elétricas ibero-americanas e norte-americanas.

Convém frisar que, apesar de todos os erros cometidos, o principal dos quais foi sem dúvida a paralização da obra por longo período, o custo do kw em Macabú é pelo menos igual ao das grandes usinas que estão sendo construídas, o que permitirá cobrar-se uma tarifa bastante favorável às indústrias sediadas na região por ela servida.

* * *

Depois desse relato, de alguma forma breve e sucinto, do que fez e está fazendo a administração do Estado, o momento político induz-me a duas palavras de esclarecimento e ponderação.

Realizando-se em outubro as eleições para escolha dos novos governantes, é natural que os partidos derivem para a circunstância e mesmo nela concentrem as suas preocupações e que o povo atento, alertando, em acontecimentos que são do seu próprio interesse e bão de resolver-se a juízo do seu arbítrio.

Desde que assumi o governo, entendi que qualquer antecipação no debate sucessório seria obviamente prejudicial ao Estado, por precipitar na vida administrativa o tumulto da paixão política.

Apelei, principalmente, para os meus correligionários, pedindo-lhes que evitassem esse mal e aguardassem o momento oportuno, mesmo porque, se cada um cuidasse dos deveres que lhes impunham as responsabilidades, então recém-outorgadas pelo mandato popular, não teriam tempo senão para o estudo de inúmeras coletâneas no bem-estar coletivo.

Prometi-lhes que, em começo de 1954, com o chefe do partido fluminense, consultaria os nossos companheiros sobre os possíveis candidatos e procuraria obter para os nomes fixados na preferência geral o apoio de outras forças políticas,

que assegurassem uma eleição tranqüilla e uma base parlamentar suficientemente ampla.

O Governado do Estado, ao mesmo tempo dirigente do partido majoritário, não poderá ter candidato pessoal à sua sucessão, mas pode e deve coordenar as possibilidades eleitorais em torno de uma solução à altura das tradições fluminenses.

Não percamos de vista, porém, que a receptividade popular ao nome escolhido é o fator decisivo da vitória. Um candidato improvisado, desconhecido do povo ou olhado com reserva, estará certamente condenado ao mais completo fracasso.

Deve o candidato poder dizer o que já fez pelo povo, porque a garantia do que prometer estará simultaneamente no seu passado e nos que o apolam. Não se pode conquistar o governo do Estado pela ambição pessoal, pelo desejo dos amigos ou pela ambição de um grupo.

Neste momento, sem qualquer prévia opção ou inclinação própria, sem mesmo excluir qualquer nome, promove uma larga consulta partidária, para designação de um homem capaz, digno e leal que nos inspire a confiança com que queremos aguardar os anos vindouros.

Nada nos impedirá, nem ressentimentos particulares, nem restrições à minha pessoa de, no momento oportuno, convocar as demais agremiações políticas para apreciarem o assunto num entendimento honroso e livre.

Os que, compreendendo minha atitude, quiserem oferecer ao futuro administrativo do Estado a colaboração da sua boa vontade e dos seus recursos políticos, serão bem recebidos. Se pudermos chegar a um resultado digno, tanto melhor, pois assim pouparemos às forças partidárias os desgastes duma campanha menos compreensiva e subtrairmos aos caminhos da vida pública fluminense obstáculos removíveis. Essa perspectiva me é singularmente grata e na sua consecução porei os melhores esforços.

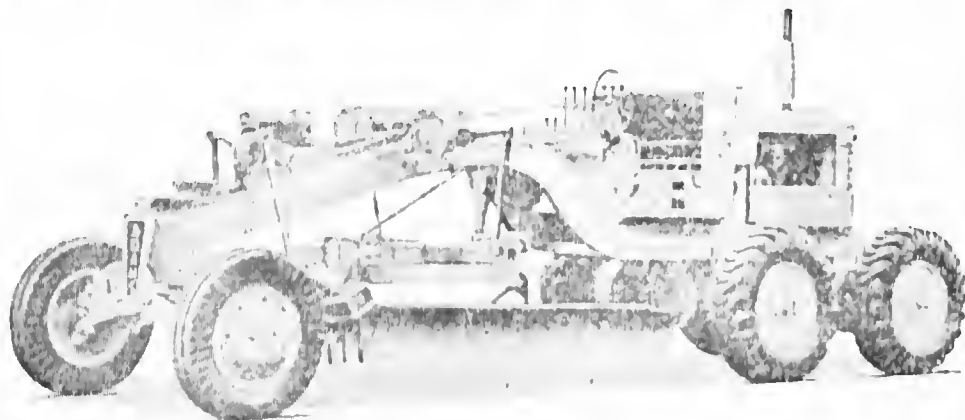
Se tivermos luta, para o seu êxito contamos com a renovação da nunca desmentida confiança e decisivo apoio que, em quatro pleitos sucessivos, os nossos conterrâneos nos deram e que espero, nunca nos faltarão.

Embora homem de partido, firmemente disposto a ajudar aos meus correligionários e certo de não me caber a culpa da impossibilidade de um acordo, conservarei até o fim o propósito sereno de assegurar a todos a mais ampla liberdade na escolha de quem há de ter a honra insigne de ser o Governador do Estado do Rio e dirigir os destinos dos fluminenses — cuja inteligência, amor ao trabalho e patriotismo estão gloriosamente ao nível das qualidades preclaras que seus antepassados deixaram inscritas na história do Brasil."

PLAINAS AUTOMOTORAS

"ADAMS"

PARA CONSTRUÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS DE RODAGEM



Distribuidores exclusivos para Distrito Federal, Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo:

COMPANHIA DE ANILINAS, PRODUTOS QUÍMICOS E MATERIAL TÉCNICO

Rua da Alfândega n.º 100 — Telefone: 23-1640 — Rio de Janeiro

M á r m o r e s Santo Cristo L i m i t a d a

Fornecem e colocam

M Á R M O R E S

G R A N I T O S

M A R M O R I T E

na edificação-sede da Sociedade Nacional de Agricultura

(Rua Regeneração, 361 — Tels.: 29-0464, 30-2750 e 30-5601

Rio de Janeiro)

Orçamentos para obras de qualquer natureza e também
para ARTE SACRA

Ampliação da rede cursos e Escolas de Ensino Agrícola no Brasil

Como delegado na Sociedade Nacional de Agricultura na II Conferência Rural Brasileira que se reuniu no Estado do Paraná, no período de 6 a 10 de Dezembro de 1953, apresentei quatro indicações sobre ensino agrícola.

As referidas indicações, com pareceres favoráveis das comissões que as estudaram, submetidas à plenário, foram unanimemente aprovadas, o que é um índice expressivo, de que a classe rural anseia por uma maior rede de ensino agrícola.

Foram as seguintes as indicações apresentadas:

INDICAÇÃO

- 1 — Considerando que do concurso de professoras especializadas depende o êxito dos Centros de Treinamentos de Economia Rural Doméstica;
- 2 — Considerando que para isso se faz mister a instalação dos Cursos de Magistério de Economia Rural Doméstica previstos pela Lei Orgânica do Ensino Agrícola;
- 3 — Considerando, finalmente, que a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, diplomou no corrente ano, a primeira turma de Licenciadas de Economia Rural Doméstica da primeira Escola de Magistério de Economia Rural Doméstica do país;

Propomos a seguinte indicação:

"A Segunda Conferência Rural Brasileira tendo em vista a oportunidade dos Cursos de Magistério de Economia Rural Doméstica previstos na Lei Orgânica do Ensino Agrícola recomenda sejam os mesmos instalados em todas as unidades da Federação".

INDICAÇÃO

- 1 — Considerando que para o êxito de uma atividade agro-pecuária, torna-se mister, entre outros fatores, o concurso de trabalhadores rurais qualificados;
- 2 — Considerando que são ainda em número muito reduzido as escolas profissionais agrícolas em nosso meio;
- 3 — Considerando, finalmente, que através de 34 Centros de Treinamento Agrícola, vem a Superintendência do Ensino Agrícola do Ministério da Agricultura preparando, com grande êxito, operários agrícolas qualificados e tratoristas.

Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira, delegado da S. N. A. na II Conferência Rural Brasileira

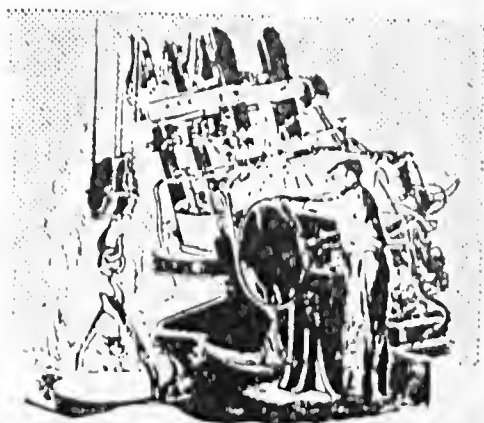
Propomos a seguinte indicação:

"A Segunda Conferência Rural Brasileira tendo em vista a objetividade e oportunidade dos Centros de Treinamentos Agrícolas mantidos pela Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, recomenda sejam os mesmos intensificados e difundidos em todas as Unidades da Federação".

INDICAÇÃO

- 1 — Considerando que a agricultura deve ser praticada em bases racionais e técnicas;
- 2 — Considerando a necessidade cada vez maior da difusão do ensino profissional agrícola entre nós;

Senhores Fazendeiros:
A USINA QUEIROZ JUNIOR S.A.
Indústria Siderúrgica



Fabrica Arados "Favorita", Engenhos para cana, Debulhadores de milho, Carneiros hidráulicos, Painéis, Caçarolas, Chaleiras, Chapas de fogão, Fogareiros, Picaretas, Machados Bigornas, Rodas Pelton, etc., etc.
Fabrica mais, toda e qualquer peça em ferro ou aço fundido.

Estação de ESPERANÇA - E.F.C.B.
Telegr. "GUSA"
Estado de Minas Gerais

- 3 — Considerando, finalmente, que as entidades agrícolas sempre que possível, devem manter, escolas profissionais agrícolas, tal como vem fazendo, desde 1897, a Sociedade Nacional de Agricultura que mantém, na Penha, Distrito Federal, a Escola de Horticultura Wenceslau Bello

Propomos a seguinte indicação:

"A Segunda Conferência Rural Brasileira considerando a necessidade da intensificação do ensino agrícola, recomenda que as Federações das Associações Rurais sempre que possível instalem escolas profissionais agrícolas destinadas aos filhos dos trabalhadores rurais"

INDICAÇÃO

- 1 — Considerando a importância, objetividade e oportunidade do ensino de economia rural doméstica;
- 2 — Considerando a valiosa colaboração que a população feminina pode prestar no sentido da melhoria das condições de vida no meio rural;
- 3 — Considerando, finalmente, que os 22 Centros de Treinamentos de Economia Rural Doméstica destinados às filhas dos trabalhadores agrícolas,

mantidos pela Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura vem realizando um trabalho digno de aplausos;

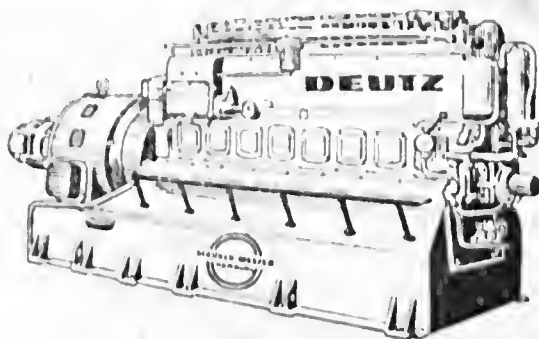
Propomos a seguinte indicação:

"A Segunda Conferência Rural Brasileira reconhecendo a oportunidade e objetividade dos Centros de Treinamento de Economia Rural Doméstica mantida pela Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, recomenda sejam os mesmos intensificados e difundidos em todas as regiões do País".

É de toda justiça salientar os esforços e o interesse do Dr. João Cleofas, Ministro da Agricultura, e do Dr. Nelson Dantas Maciel, Superintendente do Ensino Agrícola e Veterinário do referido Ministério em prol do desenvolvimento do ensino agrícola no Brasil, tanto que nos três últimos anos ele teve um grande surto

Oxala não faltem jamais administradores com tão elevada compreensão das reais necessidades do país, e o ensino agrícola se desenvolva sempre no ritmo crescente que lhe tem imprimido o Ministro João Cleofas

**GRUPOS
DIESEL-ELÉTRICOS
"STRÜVER"
DE 3 A 500 KVA**
Equipados com os legítimos
motores Diesel
DEUTZ



Permanente ESTOQUE DE PEÇAS e perfeita ASSISTÊNCIA
TÉCNICA garantidos pelo
ÚNICO E EXCLUSIVO REPRESENTANTE
para todo Brasil:



SOCIEDADE BRASILEIRA DE MÁQUINAS E MOTORES LIMITADA

Rio de Janeiro: Rua da Alfândega, 116 — São Paulo: Rua Florêncio de Abreu, 598
Porto Alegre: Rua Voluntários da Pátria 1003 — Recife: Rua da Palma, 296
Endereço Telegráfico "OTTOMOTOR"

Cavalcanti Junqueira S.A.

CAPITAL E RESERVAS:

CR\$ 5.000.000,00

ENGENHARIA

CONSTRUÇÕES

TERRAPLENAGENS MECÂNICAS

EDIFÍCIOS — FÁBRICAS — RESIDÊNCIAS — BAR-
RAGENS — PONTES — VIADUTOS — ESTRA-
DAS — ARRUAMENTOS — PAVIMENTAÇÕES

Rio de Janeiro:

Av. 13 de Maio, 23 — 10.º
Fone: 42-8177



São Paulo:

Rua José Bonifácio, 250 — 9.º
Fone: 36-6926

Noticias e Informações

FINANCIAMENTO DAS LAVOURAS DE CAFÉ

A diretoria do Banco do Brasil, tendo em vista o prejuízo causado à lavoura cafeeira pelas estiagens, aplicou a lei n.º 1.719 de 1.º de Novembro de 1952.

De acordo com o estabelecido, ficou ampliada até 31 de Outubro de 1954, o estabelecido a esse respeito, estando pois o poder executivo autorizado a contratar com o Banco do Brasil S. A., através de sua Carteira de Crédito Agrícola e Industrial o financiamento das lavouras de café cujo custeio, em virtude da redução da respectiva produtividade ocasionada pela ocorrência de nova estiagem, verificada no corrente ano, não se enquadrem nas disposições da mencionada Carteira.

ASSOCIAÇÃO RURAL DE JAU

De acordo com o relatório da Associação Rural de Jau, possui a mesma, até agora, cento e cinquenta sócios rendidos e funciona em sede própria, cujo prédio e instalações valem Cr\$ 400.000,00.

FINANCIAMENTO DAS LAVOURAS ATINGIDAS PELAS GEADAS

O Senado Federal promulgou, em 16 de Novembro a seguinte Lei, referente ao financiamento das lavouras atingidas pelas geadas:

Em 28 de outubro aprovou o Senado o seguinte projeto da Câmara dos Deputados que foi enviado à sanção do presidente da República e, posteriormente, promulgada pelo Senado (16 de novembro).

Art. 1.º — É o Poder Executivo autorizado a contratar com o Banco do Brasil S. A., pela sua Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, nos períodos agrícolas compreendidos entre 1.º de novembro de 1953 a 31 de outubro de 1957, sob a responsabilidade do Tesouro Nacional, a realização do financiamento das lavouras de café, cujo custeio, em virtude da redução da respectiva produtividade ocasionada pela geada ultimamente verificada, não se enquadre nas disposições do regulamento da mencionada Carteira.

Art. 2.º — Os financiamentos referidos no artigo anterior só serão deferidos aos lavradores cujos imóveis situados nas regiões atingidas pelas geadas, tenham sofrido prejuízos capazes de afetar a sua formação ou produtividade em mais de um período anual.

Art. 3.º — A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S. A., sempre que for necessário, solicitará do Instituto Brasileiro do Café os elementos precisos para perfeita instrução dos processos de financiamento a que se refere a presente lei.

Art. 4.º — Nos empréstimos a que se refere esta lei deverá sempre se incluída uma verba destinada à manutenção dos empreiteiros ou formadores de lavouras atingidas pelas geadas durante o período

de restauração dos cultivos, até o máximo de três anos.

Parágrafo único — Para gozar dos benefícios desta lei os lavradores prejudicados pelas geadas deverão assinar nas escrituras de financiamento sob pena deste não ser concedido, a obrigação de manter os contratos de formação de lavoura ativamente existente ainda de destinar aos empreiteiros a verba prevista neste artigo.

Art. 5.º — Em casos excepcionais, plenamente justificados, e sempre por solicitação ou informação do Instituto Brasileiro do Café, a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S. A. poderá deferir os empréstimos de que trata esta lei antes do período agrícola a iniciar-se a 1.º de novembro de 1953.

Art. 6.º — Os financiamentos previstos nesta lei serão garantidos por penhor agrícola ou hipoteca, fixado para a primeira dessas garantias o prazo máximo de quatro anos.

Parágrafo 1.º — A garantia hipotecária será exigida apenas nos financiamentos pignoratícios que ultrapassarem o quadro colheitas e forem de valor superior a Cr\$ 1.000.000,00.

Parágrafo 2.º — É dispensada a amênia do proprietário agrícola à constituição do penhor das colheitas de café dadas em garantia dos financiamentos, inclusive as formadas em terrenos devolutos, desde que o respectivo ocupante tenha pelo menos apresentado requerimento já deferido e de discriminação em seu favor da área ocupada.

Art. 7.º — Para o registro dos contratos de financiamento nos termos desta lei é assegurado o direito de prorrogação para 30 de novembro de 1956:

a) nos arrendatários ou locatários das terras onde se encontram as culturas financiadas do prazo dos contratos de arrendamento, mantidas as demais condições estabelecidas;

b) no promitentes compradores ou devedores com garantia hipotecária das mesmas terras, no prazo dos pagamentos antes exigíveis, na forma das respectivas escrituras.

Art. 8.º — Pela a Carteira de de Redescoto do Banco do Brasil autorizada a conceder fora dos limites em vigor, aos estabelecimentos bancários, o redescoto de títulos provenientes de financiamento de recuperação e até o prazo de um ano prorrogável, bem assim dos títulos oriundos de promessas de venda de terras financiadas a que se refere o art. 7 desta lei e até o prazo previsto no mesmo artigo.

Art. 9.º — Nas localidades onde o Banco do Brasil não dispuser de agências ou escritórios, para que o financiamento atenda o maior numero possível de lavradores, poderá a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial daquele Banco delegar essas operações de crédito aos bancos particulares existentes na região, mantidas as mesmas condições de custeio e taxa de juros usadas para esses financiamentos.

Art. 10 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

Tratando do assunto constante do projeto acima, ora transformado em lei, estiveram no Rio, os srs. José Cassiano Gomes dos Reis e Luiz Fortunato Moreira Ferreira, diretores da FARESP. Ante a situação dos cafeicultores premidos pelos efeitos da geadas, mantiveram aqueles representantes contato com a Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, cujo gerente prometeu abreviar o início da execução do financiamento, tão logo fosse a lei promulgada, o que já se verificou. Esperam-se assim imediatas providências para concessão dos recursos às lavouras geadas.

IMPORTAÇÃO DE NOVILHAS HOLANDESES

O Ministério da Agricultura acaba de importar da Argentina e do Uruguai 606 novilhas da raça Holandesa manchada de preto, de alta cruz e de 15 a 20 meses.

As novilhas importadas serão vendidas em quatro prestações anuais e juros de 7%.

VI CONCENTRAÇÃO DE PRODUTORES DE BATATAS

Realizou-se em 25 de Outubro, em Mogi das Cruzes, a VI Concentração de Produtores de Ba-

tatas, promovida pela Associação Rural de Mogi das Cruzes, sob o patrocínio da Federação das Associações Rurais de S. Paulo.

XXI EXPOSIÇÃO NACIONAL DE ANIMAIS

Realizar-se-á em S. Paulo, no período de 3 a 11 de Abril de 1954, a XXI Exposição Nacional de Animais. De 10 de Dezembro de 1953 a 15 de Fevereiro de 1954, estarão abertas as inscrições para a referida exposição.

II CONFERENCIA RURAL BRASILEIRA

Realizou-se em Curitiba, Estado do Paraná, a II Conferência Rural Brasileira, promovida pela Confederação Rural Brasileira. Ao referido conclave foram apresentados quase uma centena de trabalhos, alguns dos quais, de alto alcance para a classe Rural.

ADUBOS FOSFATADOS

Os agricultores da Associação Rural de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, já estão aplicando os 600 sacos de adubos fosfatados que lhes foram remetidos pelo Ministério da Agricultura.

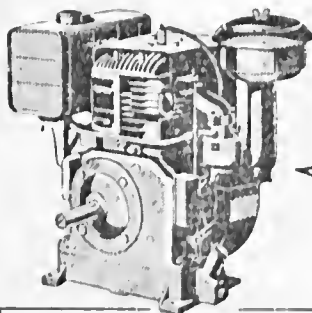
PARA O CAMPO, MOTORES:

BRIGGS & STRATTON

a fonte de potência preferida em todo o mundo!

DE 1 a 8 HP

a gasolina para fins Industriais e acionamento de Geradores, Bombas, máquinas agrícolas.



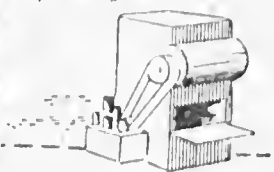
Grupos Geradores



Bombeamento



Máquinas Agrícolas



Borghoff S.A.

RIO DE JANEIRO

Rua Riachuelo, 243

SÃO PAULO

Av. Gal. Olímpia da Silveira, 63

Voga Publicidade

INDUSTRIA DE MADEIRAS AFA LTDA.

TÔDAS AS ESQUADRIAS DE MADEIRA DA

Casa da Agricultura

FORAM EXECUTADAS E COLOCADAS POR ESTA FIRMA
ESPECIALIZADA. OFICINAS PRÓPRIAS E MODERNÍSSI-
MAS EM BONSUCESSO, À RUA 24 DE FEVEREIRO, N.º 39

— TEL.: 30-0577

RIO DE JANEIRO

Noticiário da Escola de Horticultura Wencesláu Bello

CURSOS EM COLABORAÇÃO COM A UNIVERSIDADE RURAL

O Prof. Geraldo Goulart da Silveira acaba de apresentar ao Diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão da Universidade Rural um detalhado relatório dos cursos que foram ministrados por aquela diretoria, no ano de 1953, na Escola de Horticultura Wencesláu Bello.

ABERTURA DE MATRÍCULAS

Acham-se abertas, na Escola de Horticultura Wencesláu Bello, mantida na Penha, D. Federal, pela Sociedade Nacional de Agricultura, as matrículas para os cursos regulares de Hortelão, Fruticultor e Floricultor, destinados a filhos de lavradores. Os cursos, que funcionam sob regime de internato, tem a duração de dois anos. Os interessados devem requerer matrícula ao Diretor da Escola de

Horticultura Wencesláu Bello, apresentando os seguintes documentos:

- a — certidão de idade e provando ter mais de 15 anos de idade;
- b — atestado de vacina;
- c — atestado de sanidade física e mental;
- d — atestado de boa conduta passado por autoridade competente.

A ESCOLA DE HORTICULTURA WENCESLAU BELLO E O CONGRESSO MUNDIAL DO CAFÉ

A Escola de Horticultura Wencesláu Bello esteve representada no I Congresso Mundial do Café pelo Professor Geraldo Goulart da Silveira.

CLUBE AGRÍCOLA MIGUEL CALMON

O Clube Agrícola Miguel Calmon, constituído pelos alunos da Escola de Horticultura Wencesláu Bello, encerrou, com grande êxito, as suas atividades referentes ao ano de 1953.

*um fim
de semana*

fai suficiente para
a re-pintura de
portas e janelas"



*21 cores
originais!*

"Um sábado e um domingo foram suficientes para a re-pintura das portas e janelas de nosso apartamento. Nosso pintor trouxe umas latas de Condor e explicou que era a tinta a óleo mais recomendada, pelo seu poder de cobertura e extrema economia. Fizemos a experiência... e ganhámos uma casa nova!"

CONDOR

Tinta a Óleo para todos os fins.

TINTAS YPIRANGA Protegem e embelezam

CASA DA AGRICULTURA



Este edifício, de 9 pavimentos, com uma área de cerca de 5.000 metros quadrados, está terminado e abrigará a Sociedade Nacional de Agricultura e a Confederação Rural Brasileira

Projeto e Fiscalização de

Eng^o. Ari Fontoura de Azambuja

Rua Debret, 23, Salas 816-817 — RIO DE JANEIRO

Filiação de Cooperativas a Sociedades Mercantis

O assunto tem sido controvertido, embora as contingências muita vez tenham conduzido a conduzir as cooperativas a essa prática, perfeitamente removível quando há mútua compreensão levando a organização federativa, como acaba de acontecer com as cooperativas vitivinícolas do Rio Grande do Sul.

Em Costa Rica, surgiu, no começo deste ano, interessante debate em torno desse tema, tendo havido opiniões desfavoráveis (Dr. Carlos José Gutierrez, Dr. Marcial Barrientos, etc.) e favoráveis (Fabra Ribas, Sergio Hederra, Chaves Nunes, etc.).

Reproduzimos aqui, pela legitimidade de seus fundamentos, a opinião contrária do Dr. Marcial Barrientos, digno diretor da Oficina Geral de Trabalho, de Costa Rica.

Acusando a carta de 22 de outubro de 1952 do Dr. José Carlos Gutierrez disse ele que, ao responder à consulta relativa à possibilidade de uma Cooperativa formar parte de uma sociedade particular de tipo lucrativo, acentuava que, da interpretação do artigo 293 do Código do Trabalho, se deduz que são características ou elementos básicos de toda sociedade cooperativa, no consenso universal:

- a) São sociedades de duração indefinida;
- b) Têm pessoal e capital variáveis e ilimitados;
- c) São organizações em comum e com objetivos determinados;
- d) Têm por fim realizar o progresso econômico e social sem ânimo de lucro; e
- e) Distribuem saldos excedentes ou sobras a proporção da utilização que cada um faça da função social.

"De conformidade com tais elementos nenhuma sociedade deste tipo, que careça de um só deles, poderá chamar-se cooperativa.

"Doutrinariamente, já é um lugar comum a assertiva de que as sociedades cooperativas não devem nem podem ter, em sua gestão econômica, lucro algum, sendo este o elemento principal de toda sociedade deste tipo.

"Pela leitura do Título Terceiro, Capítulo 5.º do Código do Trabalho e da Exposição de Motivos referentes a tal Título, vê-se o empenho que teve o legislador em indicar claramente que as cooperativas não devem colimar lucro algum em sua gestão econômica, e houve por bem pôr limitações para que comerciantes e outros com fins especulativos possam aproveitar das cooperativas como meio de chegar a tais fins.

"Assim, esta Oficina acha que qualquer soma recebida pelos cooperadores que não provenha de sua própria gestão, terá caráter lucrativo, consequentemente, será ilícito dentro da doutrina e da lei que regula esta classe de associações.

"Analisando o informe do sr. gerente sobre as empresas a fundar, que solicitam o apoio financeiro de "Victoria R. L.", deduzo que as operações a realizar não estão contempladas no previsto pelo artigo 30 do Código de Comércio e, portanto, são empresas de tipo mercantil com finalidade de lucro.

"Não vejo, por conseguinte, como possa a Cooperativa citada participar das ditas empresas sem vio-

lar as características indicadas nos incisos "c", "d" e "e", debitando, assim, sua posição de cooperativa e expondo-se a receber a sanção prevista no artigo 335, por violação dos incisos "b" e "c" deste mesmo artigo ou o previsto no inciso "e" do artigo 356 do Código do Comércio.

"Permito-me, portanto, adiantar meu critério: se a Cooperativa apresentar uma reforma em seus estatutos nesse sentido, esta Oficina a impugnará de acordo com os termos anteriores, que estão baseados na lei e na doutrina".

Em outro comunicado daremos o ponto de vista do distinto advogado, Dr. Carlos Gutierrez, que a respeito também emitiu brilhante parecer contrário à participação de cooperativas em sociedades de fins especulativos.

Em comunicado anterior exaramos o parecer do Dr. Marcial Barrientos, digno chefe da "Oficina Geral de Trabajo", de Costa Rica, desfavorável à filiação de cooperativas a sociedades com fins de lucro, louvando-se, brilhantemente, em fundamentos de ordem legal e doutrinária. No presente, vamos reproduzir a opinião do ilustre advogado costarricense, o Dr. Carlos José Gutierrez, em resposta a uma consulta que lhe foi feita, como ao Dr. Marcial Barrientos, o outras personalidades de relevo de Costa Rica e do estrangeiro, dentre eles Fabra Ribas.

Eis o que disse o Dr. Gutierrez:

"Sr. gerente da Cooperativa Agrícola Industrial Vitória R. L.

"Refiro-me à sua consulta de 17 de outubro sobre a possibilidade de a Cooperativa filiar-se a uma sociedade particular de tipo lucrativo. Minha opinião poderia resumir-se dizendo-lhe que isto é possível unicamente naqueles casos em que a sociedade de tipo lucrativo se destina a atender a interesses econômico-sociais dos membros da cooperativa.

Para chegar a esta conclusão baseio-me nas seguintes considerações:

a) A lei n.º 49, de 22 de julho de 1943, de acordo com a qual se criou a dita cooperativa, e a de n.º 867, de 6 de maio de 1947, aplicável a todas as cooperativas filiadas ao Banco Nacional de Costa Rica, nada dizem a respeito. A primeira limita-se a dar ao Banco as faculdades necessárias para a fundação de uma cooperativa, para que explore imóveis, cuja transferência se autoriza. A outra regulamenta com maiores detalhes o trabalho da Seção de Cooperativas do Banco, e assinala quais são as organizações que têm direito a receber o apoio da dita seção.

a) No caso, devemos olhar unicamente as disposições do título quinto do Código do Trabalho. Neste título encontraremos as seguintes proibições em matéria de relações das organizações sociais com as empresas particulares:

"Artigo 263 — Fica absolutamente proibido a toda organização social qualquer atividade que não se refira ao fomento de seus interesses econômico-sociais.

"Art. 266 — Parágrafo 2." ("As organizações sociais") — Não poderão utilizar as vantagens da personalidade jurídica com ânimo de lucro, mas poderão fazê-lo em tudo o que contribua para preencher sua finalidade essencial de obter os maiores benefícios comuns para seus associados.

"Art. 297 — A nenhuma cooperativa será permitido:

a) Estabelecer, com comerciantes, combinações ou acordos que façam com que estes participem, direta ou indiretamente, dos benefícios ou franquias que a presente lei outorga..."

"Art. 355 — Por solicitação do Ministério do Trabalho e de Previsão Social, ou de um dos sócios, os Tribunais do Trabalho ordenarão a dissolução das Cooperativas, se, se provar em juízo:

a) ...

b) Que exercem o comércio com ânimo de lucro, ou que utilizam indistintamente os benefícios da personalidade jurídica ou as franquias fiscais que o presente Código outorga. Entender-se-á que incorrem nesta proibição se seu capital estiver formado, em todo ou em parte, pela contribuição de pessoas físicas ou jurídicas que colimem, notoriamente, fins de lucro; se violarem a proibição contida no inciso "a" do artigo 297; se de alguma forma permitirem ou facilitarem a infração do disposto pelo parágrafo primeiro do artigo 342, ou se especularem de qualquer modo..."

As duas últimas proibições, sejam as dos artigos 297, inciso "a", e 355, inciso "b", proíbem que dos benefícios ou franquias cooperativas participem pessoas ou empresas dedicadas ao exercício de atividades ordinárias de lucro. Entendendo que esta não seria o caso de nenhuma das indústrias para que se pede a participação da cooperativa e que ambas, constituídas como entidades à parte, não se beneficiarão das vantagens que a lei concede a esta;

c) O caso encontra-se, a meu ver, regido pelas proibições dos artigos 263 e 266, parágrafo 2.º, propostos ambos a impedir que as cooperativas e outras organizações sociais desvirtuem seu objetivo e se dediquem a atividades que "não visem ao fomento de seus interesses econômico-sociais", ou que não preencham "sua finalidade essencial de obter os maiores benefícios comuns para seus associados".

De acordo com as disposições acima, a Cooperativa pode formar parte da empresa para fabricar levedura, usando como base o melão que se produz nos engenhos. Dita fábrica encontra-se diretamente relacionada com as atividades ordinárias dos sócios, e permitirá aos mesmos obter uma nova saída para um subproduto da elaboração do açúcar que, hoje em dia, não tem grande mercado.

Desta forma, permite-lhe um maior aproveitamento das matérias que ela a seus associados produzem. Poderia, em consequência, dizer-se que se está fomentando, de maneira efetiva, seus interesses econômico-sociais, e obtendo maiores benefícios para seus associados. Ademais, ao negar-se a filiação da Cooperativa à citada empresa, colocar-se-ia a mesma em pé de desigualdade em relação às empresas privadas que possuem engenhos, objetivo que a lei não pode colimar em Costa Rica, já que, contrariamente, por todas as formas, fomenta a constituição de sociedades cooperativas.

Em contraposição, parece-me que a Cooperativa Victoria de acordo com as disposições legais citadas, não poderá formar parte de uma empresa que estabeleça um tear para fabricar sacos de algodão, para enfiar açúcar e outros artigos de produção nacional. É certo que a Cooperativa usará esses sacos para seus produtos; mas entre essa atividade e as ordinárias e correntes da empresa e de seus sócios,

a conexão parece-nos demasiado longuinha. Em se tratando de uma cooperativa de produtos de café e cana, seria muito difícil alegar que há, entre os associados, interesse econômico-social na produção de sacos de algodão, pelo simples fato de que, para enfiar parte dos artigos que os associados produzem, os ditos sacos poderiam ser necessários. Se aceitarmos esta última tese, não haveria nenhuma razão para que as sociedades cooperativas estivessem sujeitas a proibições como a dos artigos 263 e 266, e poder-se-ia permitir, então, que elas participassem de toda classe de atividades lucrativas, com uma conexão muito remota com as que constituem o objetivo para o qual foram criadas.

De maneira que, voltando ao objeto da consulta creio que é possível a uma cooperativa formar parte de uma sociedade de lucro, mas com a restrição de que a dita participação se possa produzir somente quando a empresa vise a atender a interesses da cooperativa ou de seus associados.

Não creio seja necessário acrescentar que a participação na fábrica de levedura importa na reforma do artigo terceiro dos estatutos da Cooperativa, o qual diz:

"Artigo terceiro — Os fins da Sociedade serão a exploração agrícola e industrial, sob o sistema cooperativo, das seguintes propriedades... Serão seus fins também o melhoramento cultural e econômico de seus associados, que integram um importante setor da agricultura e indústria nacional; a formação, entre

COMPANHIA DE EXPANSÃO AGRÍCOLA FLUMINENSE

M á q u i n a s A g r i c o l a s

ADUBOS

Rua Senador Dantas, 7-A - 10.º e 11.º
onds. — Tels.: 52-1161 e 52-5541 —

RIO

si, do espírito de solidariedade e ajuda mútua e de um fundo para serviços sociais e fins comuns dos associados".

O artigo acima deverá ser reforçado, nele ficando claro que a elaboração de produtos poderá fazer-se mediante a participação da Cooperativa em empresas particulares destinadas a esse objetivo.

Em todo o caso, sendo a "Repartição Geral do Trabalho" a autoridade que poderia fazer objeções a operações como a planejada, permito-me fazer à dita Repartição uma consulta verbal sobre o assunto, à qual penso juntar cópia da presente, como ponto de referência".

No comunicado anterior, demos o parecer da citada "Oficina General de Trabajo", inteiramente contrário à participação de cooperativas em empresas de fins lucrativos.

O Sr. Consultor Jurídico do Ministério da Agricultura, do Brasil, *Dr. Luciano Pereira*, sempre foi, em tese, contrário a essa participação. A Assistência Jurídica do *Serviço de Economia Rural* em três casos concretos surgidos, opinou pela participação, dado seu caráter especialíssimo: participação de duas cooperativas vinícolas em empresas de engarrafamento, a participação de uma cooperativa de leite em uma empresa elétrica para seu abastecimento próprio e da própria vila, ameaçada de perdê-la, o que se enquadra na tese *Gutierrez*.

Aconselhamos, ademais, que os possíveis lucros fossem levados sempre a fundo de reserva.

As disposições das leis costarrriquenhas deverão prender a atenção dos futuros legisladores, para quando se modificar a lei 22.239, ou para quando vier outra. Apesar de texto claro da 22.239, e da

orientação firmada quanto à participação de comerciante ou dos que exercem atividades concorrentes, é o *Serviço de Economia Rural* de quando em vez assediado com projetos de cooperativas com puros objetivos de lucro e participação de pessoas jurídicas com o mesmo objetivo, por comerciantes de gêneros, hotelheiros, fabricantes, etc. Todos querem as facilidades legais de constituição e as franquias da lei (isenções de solos, do imposto de renda, caráter fácil, etc.) permissão em lei dessa filiação a empresas de lucro sem as devidas restrições para os casos especialíssimos, como o acentua *Gutierrez*, seria o completo desvirtuamento das cooperativas, que passariam para um plano de formação mercantilista de suas altas finalidades. Já bastam as atuais cooperativas organizadas (umas ao tempo da lei 5.893) por sociedades anônimas, que, ao lado da exploração industrial, têm a exploração agrícola realizada em certa escala, ou em pequena escala, o que constituiu motivo bastante para justificarem a formação de cooperativas de venda e outras, apesar do que dispõe a lei 22.239 e da lídima interpretação dada à mesma pelo *Dr. Luciano Pereira*: a impossibilidade de pessoas jurídicas não cooperativas formarem entre si cooperativas. Não fora isso, e teríamos monopólios formados à sombra do cooperativismo, e no caso inverso: cooperativas poderem, sem restrições e com expresso amparo legal, participarem de empresas de lucro, a subversão da própria filosofia cooperativa e, em um meio como o nosso (com a educação cooperativa dos países europeus) transferir-se para eras remotas a fundação dos verdadeiros órgãos do segundo grau: as federações. Já tivemos mais de um exemplo disso tudo.

FÁBRICA DE LADRILHOS HIDRÁULICOS

Blasquez, Rosario & Cia. Ltda.

IMPORTAÇÃO

Aparelhos sanitários:
Branco e de cores — Nacionais
e estrangeiros

EXPORTAÇÃO

Fornecemos e colocamos:
Azulejos, mozaicos, cerâmicas
e etc.

BLASQUEZ, ROSARIO & CIA. LTDA.

Caixa Postal: 4658 — Capital: Cr\$ 2.000.000,00 — End. Telegr.: BLAROZE

RUA DO SENADO, 252 — TELS.: LOJA, 32-2646 — ESCR., 32-5022

Convenção Nacional dos Produtores de Açúcar

"Só através do interesse coletivo é que podemos consolidar a obra da economia açucareira, por intermédio do I. A. A."

As conclusões da importante conclave realizada no Capital Federal por iniciativa do sr. Gileno de Carli para debelar a grave situação da lavoura e indústria canavieiras

Convocado pelo Sr. Gileno de Carli, reuniu-se nesta capital na penúltima semana de fevereiro, a Convenção Nacional de Produtores de Açúcar, conclave destinado a estudos e fixar normas que venham a debelar a crise existente nos diversos setores da produção açucareira.

A essa importante conferência que foi solenemente instalada pelo titular da pasta da Agricultura, Sr. João Cleofas, contando com a presença do governador Amaral Peixoto, dos Senadores Apolonio Sales, Novais Filho e outros parlamentares, compareceram numerosas delegações de produtores de açúcar sendo pelos mesmos debatidas as diversas teses do temário.

Ao encerrar-se a Convenção Nacional dos Produtores de Açúcar, saíram o representante da indústria, Sr. Francisco Veras, o da lavoura canavieira, deputado Lima Teixeira, ouvindo-se ainda a palavra do senador Novais Filho, de representantes de governos estaduais, todos unânimes em apoiar a atuação do Sr. Gileno de Carli na presidência da autarquia açucareira.

Ressaltaram os oradores a oportunidade e os proveitos de estudo conjunto dos problemas que afligem a agro indústria do açúcar no Brasil.

FALA O PRESIDENTE DO I. A. A.

Em resposta aos aplausos à sua gestão e aos aplausos formulados pela Lavoura no sentido de uma maior penetração do I. A. A. no seio da classe, bem como agradecendo aos oradores que o precederam, o sr. Gileno de Carli pronunciou o seguinte discurso:

— "Conclamaram-me que eu fôsse, à frente do Instituto do Açúcar e do Alcool, um revolucionário; pediram que eu desse ao Instituto do Açúcar e do Alcool velocidade maior à sua intervenção. Presidente que sou da autarquia açucareira desde 1950, para dar a justa medida do meu espírito intranquillo do meu espírito insatisfeito e, por que não dizer, do meu espírito revolucionário, basta citar as

campanhas em que tenho lutado em favor de uma idéia, em favor de planos".

PREÇO ÚNICO

— "A primeira luta, do preço único, foi realmente uma luta árdua, uma luta dura para dar a todos os produtores do Brasil a mesma oportunidade de tratamento, a mesma possibilidade de garantia de remuneração. Somente esse plano de preço único daria um atestado do meu espírito revolucionário mas, dentro da máquina administrativa do Instituto, basta citar que, no ano de 1951, o balanço financeiro do Instituto acusa um movimento de cerca de Cr\$ 2.300.000.000,00. Em 1952 com um ano único de administração, o movimento financeiro do Instituto ascendeu à casa dos Cr\$ 4.800.000.000,00 e, em 31 de dezembro de 1953, segundo ano da minha administração, através dos planos que foram instituídos, através dos planos de álcool anidro da expansão de sua produção através do Plano Nacional da Aguardente, através do plano do álcool hidratado e do álcool industrial, o movimento financeiro do Instituto atingiu a Cr\$ 10.200.000.000,00.

Somente esses dados bastariam para responder à ânsia de velocidade maior que deseja o meu prezado amigo Deputado Lima Teixeira".

ASSISTENCIA AO TRABALHADOR

— "O Instituto do Açúcar e do Alcool está desceendo também até os trabalhadores, não talvez com aquela intensidade que todos nós desejamos, mas o movimento assistencial pelo Brasil inteiro através de dezenas de ambulatórios, através do auxílio nos hospitais que os fornecedores de cana pelo Brasil têm construído, têm erigido com a co-participação do Instituto é uma demonstração de que a autarquia açucareira, obedecendo à sã orientação do Sr. Presidente da República vai até o trabalhador, para recuperá-lo e para o mesmo trabalhador uma vida digna".

ENSINO TÉCNICO

— “Sob o ponto de vista de assistência, quero dizer a este plenário que, na minha administração, o Instituto do Açúcar e do Alcool planejou e já está executando a construção de três grandes escolas agro-industriais, com usinas-piloto para os filhos dos trabalhadores do campo e dos trabalhadores das fábricas a fim de lhes dar a assistência técnica de que tanto necessitam: três grandes escolas, com capacidade, cada uma para 300 meninos, que serão gratuitamente instruídos pelo Instituto. Durante quatro anos, receberão pelo Brasil, através de uma seleção nas escolas primárias do campo e das fábricas, a assistência técnica para que se transformem em homens que vão conhecer a razão de ser da máquina, a razão de ser da recuperação da terra e a razão de ser da recuperação do homem que ajuda a construir o Brasil.

E, portanto, com grande prazer que respondendo à sugestão que dentro do Instituto já estava acolhida de descer o I. A. A. ainda mais para atender ao filho do operário, ao filho do trabalhador, aos nossos irmãos, como todos somos”.

SOLUÇÃO PARA TODOS

“Meus senhores, estamos finalizando esta magnífica reunião e a conclusão mais certa a que chegamos é a de que resolvemos o problema para todos e a de que as recomendações aqui aprovadas não são contra ninguém. Aqueles que aqui não compareceram tiveram seus interesses justos aparados por todos nós. Demos a todos uma demonstração de que não é possível resolver o problema açucareiro na base de interesses regionais. Somente através do interesse coletivo é que podemos consolidar a obra da economia açucareira, por intermédio do Instituto do Açúcar e do Alcool. Não é possível que nesta hora de expectativa e de perigos, em que vemos o fantasma da superprodução caminhando a passos largos, para trazer a todos, fortes e fracos, a ruína iminente, deixemos de conter aqueles que se haviam expandido em demasia”.

ESCLARECIMENTO SOBRE A EXPANSÃO

— “Não sou contra a expansão da indústria açucareira de qualquer região brasileira, mas sou contra, como todos o são, à expansão unilateral, à expansão demasiada de uns poucos para sacrifício de todos; sou contra o fortalecimento excessivo, através da expansão açucareira demasiada, daqueles que já são fortes, dos que são ricos, para trazer, como consequência, o empobrecimento dos que ainda são fracos. (Muito bem, Palmas).

Demos um atestado de unidade política, o que só é possível através da unidade econômica. E não seria possível que o açúcar, que em toda a história econômica do Brasil foi um elo de compreensão, foi um elo de unidade territorial, neste momento viesse a ser um motivo de incompreensão, de dificuldades, de desencontros e de desinteligências entre irmãos e entre brasileiros”.

APÊLO À FAMÍLIA AÇUCAREIRA

— “Faço um apêlo à família açucareira do Brasil para que todos tenham em alta significação este documento que hoje aqui aprovamos por unanimidade e que a todos anime e mesmo espírito de renúncia, porque, somente através da renúncia, através da desamblação é que todos poderão ser salvos, tanto os ricos como os pobres, tanto os fortes como os fracos. Sem limitação de produção, sem contingentamento, sem expansão harmoniosa não poderá haver tranquilidade, porque a demasia de expansão unilateral traz a insatisfação de todas as zonas açucareiras do Brasil. E os senhores deram uma demonstração positiva de espírito e de maturidade dos problemas econômicos da lavoura e da indústria.

Finalizando com os meus agradecimentos por esta obra de colaboração magnífica da produção açucareira e da produção canavieira do Brasil ao Instituto do Açúcar e do Alcool, quero lhes dizer, meus Senhores, que aqui construímos um código de direitos. Muito obrigado”. (Palmas prolongadas).

CONVENÇÃO NACIONAL DOS PRODUTORES DE AÇÚCAR

Damos abaixo a íntegra do relatório e conclusões dos trabalhos da Primeira Comissão Técnica, responsável pelo estudo e debate dos problemas relativos ao contingentamento e escoamento da produção, texto emendado e aprovado pelo Plenário da convenção no dia 22 de fevereiro de 1954:

A Primeira Comissão Técnica, do Contingentamento e Escoamento da Produção de Açúcar, depois de examinadas e debatidas as indicações formuladas pelas representações credenciadas de produtores de açúcar de usinas e fornecedores de cana, elaborou o documento que, aprovado em sessão realizada no dia 20 de fevereiro, foi submetido à consideração do Plenário da Convenção Nacional dos Produtores de Açúcar, consubstanciando princípios, medidas e planejamento de defesa da economia açucareira do país, como segue:

CAPÍTULO I
AFIRMAÇÃO DE PRINCÍPIO

1.º — A Convenção reconhece e recomenda o princípio da limitação como base do sistema de defesa da produção açucareira nacional.

2.º — A Convenção proclama o princípio da unidade econômica nacional para prevalecimento em qualquer solução dos problemas da agro-indústria do açúcar.

3.º — A Convenção apóia e considera fundamental o princípio de que a produção intra-limite de cada unidade federativa não pode sofrer qualquer restrição ou sacrifício em consequência de soluções para o problema do extra-limite, ressalvadas as contribuições destinadas à defesa de preços, não podendo ocorrer liberações do excesso sem estar assegurada a colocação das quotas dos limites estabelecidos.

4.º — A Convenção estabelece, como princípio, a decisão de toda a economia açucareira nacional de cooperar e apoiar, compreendendo

slvamente, as soluções que atenuem o problema do extra-limite, através da mobilização de todos os recursos disponíveis para aquele fim, ressalvada a garantia dos preços oficiais para a produção intra-limite de açúcar e a paridade de remuneração do álcool, com os mesmos preços oficiais, sempre que excedidos em cada fábrica os coeficientes do aproveitamento residual.

CAPÍTULO II MEDIDAS ESSENCIAIS

A Convenção como medidas essenciais a consolidação dos princípios estabelecidos, sugere e recomenda:

1.^o — Até que restabelecido o equilíbrio entre a produção e o consumo mantida a margem de segurança conveniente e reclamada pelo mercado, nenhum Estado poderá ultrapassar o nível da maior safra realizada no biênio 1952/53 — 1953/54, ressalvados os direitos da produção de todo o seu intra-limite e a aplicação de norma ao art. 3.^o da Resolução n.^o 647/52, de 6 de fevereiro de 1952.

2.^o — A distribuição do excedente das parcerias estaduais, até o nível prevista no item 1.^o, será em função das limitações individuais.

Parágrafo único — O Instituto do Açúcar e do Alcool homologará os acordos estaduais que alterem a distribuição prevista neste item.

3.^o — A produção acima dos limites em vigor e não excedente dos tetos excepcionais estabelecidos no item 1.^o se considerará bloqueada para os efeitos previstos nos itens 5.^o e 7.^o n.^o II.

4.^o — A produção que exceder o limite do bloqueto de que trata o item 3.^o não participará dos resultados de qualquer medida de defesa em comum, correndo os respectivos ônus integralmente por conta dos produtores, observado, no entanto o disposto na alínea III do item 7.^o, e ressalvado o que dispõe o inciso 4.^o do Capítulo III.

5.^o — A liberação da produção extra-limite não poderá ocorrer, em nenhuma hipótese, sem que esteja assegurada a colocação do intra-limite, considerada, sempre, fora do mercado, a produção realizada acima dos limites estaduais.

6.^o — Manter e fazer cumprir as medidas de contenção da expansão do parque industrial açucareira nacional, impedindo a montagem de novas usinas.

7.^o — Os ônus da defesa da produção açucareira devem recair unicamente sobre a categoria em que se enquadre a produção real:

I — Produção intra-limite — A defesa dessa produção se fará pela mobilização dos recursos normais do Instituto do Açúcar e do Alcool e pelas contribuições estabelecidas nos Planos de Safra, restringindo-se a essas contribuições os ônus dessa defesa.

II — Produção extra-limite bloqueada — Feita a mobilização do saldo daqueles recursos disponíveis, depois de assegurados os preços oficiais para produção intra-limite, os ônus da produção extra-limite bloqueada serão aqueles necessários ou

impostos: a sua colocação nos mercados externos ou a sua liberação para o consumo interno.

III — Produção extra-limite excedente do bloqueto — Os ônus relativos a sua colocação, depois de assegurada o melhor preço de liquidação aos excessos bloqueados.

8.^o — Garantia da efetividade dos preços oficiais, na liquidação das safras, mantidos os limites do contingentamento estadual, através das seguintes providências:

I — Retirada do mercado da produção extra-limite;

II — Financiamento da produção intra-limite, a base de 90% dos preços oficiais, nos armazéns de armazenagem, sob a forma de créditos rotativos.

9.^o — O presente plano, na dependência de várias medidas financeiras, inclusive o melhor tratamento cambial, de forma a assegurar a sua exequibilidade, poderá ser alterado pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, através da redução proporcional do volume de produção extra-limite, destinada ao mercado externo, ou o seu lançamento posterior no mercado interno, dentro dos recursos de financiamento e tratamento cambial que lhe forem deferidos pelo governo e os demais órgãos financeiros da esfera federal.

10.^o — As concessões especiais de categorização do extra-limite, sob a forma bloqueada, para o melhor tratamento possível, fica ressalvado que qualquer direito aos que delas se beneficiarem devenda ocorrer, em qualquer tempo, quando se verificar alteração no contingentamento nacional, a ponderação das desigualdades oriundas, do reconhecimento, ainda que sob restrições, dos fatos consumados à margem dos níveis de limitação.

CAPÍTULO III DA PRODUÇÃO EXTRA-LIMITE

A Convenção sugere o planejamento da defesa de toda a produção açucareira nacional, com base no triênio 1953/54, 1954/55 e 1955/56, através de medidas a curto e a longo prazo sem prejuízo das providências inerentes a cada uma das categorias dessa produção a saber:

1.^o — Eliminação dos excedentes do mercado interno, promovendo-se o melhor tratamento cambial para as exportações destinadas ao mercado externo.

2.^o — Inclusão do açúcar e do álcool nos acordos, convênios, ou ajustes comerciais celebrados com países estrangeiros, para obtenção de preferência no mercado internacional, de forma a facilitar os atos de venda e escoamento.

3.^o — Mobilização de todos os recursos disponíveis no sistema de defesa da produção açucareira, depois das aplicações indispensáveis no tratamento preferencial da produção intra-limite, e na garantia de sua colocação aos preços oficiais, para financiamento da produção extra-limite bloqueada e sua assistência para o nivelamento dos preços de remuneração ao produtor.

Parágrafo único — O financiamento para retenção do extra-limite bloqueado fica assegurado para execução do sistema, inclusive a sua retirada do mercado.

4.º — Utilização adstrita a safra 1954/55, dos eventuais saldos de recursos das aplicações previstas no item anterior, no financiamento da produção extra-limite excedente do bloqueio.

5.º — Obtenção de recursos especiais de financiamento a longo prazo para assistência à produção extra-limite.

6.º — Construção ou utilização de armazéns existentes para a guarda da produção extra-limite, feito o planejamento das necessidades de cada usina relacionada entre as produtoras de excesso.

7.º — Planejamento de um parque alcooleiro para absorção dos excedentes até a safra 1955/56, tomadas, desde logo, as medidas de financiamento e de instalação para funcionamento naquele período.

8.º — Realização do planejamento de eliminação dos excedentes, no triênio, através:

- a) do aproveitamento das reações favoráveis do consumo interno;
- b) da ampliação do período de trabalho das destilarias, a fim de possibilitar o aproveitamento da matéria-prima excedente que não tiver sido absorvida pela transformação em álcool, em 150 dias de funcionamento das destilarias;
- c) da retirada da produção extra-limite do mercado interno e sua exportação para o exterior, nos limites das possibilidades do mercado internacional, dando-se prioridade para açúcares de safras mais remotas;
- d) do financiamento da produção extra-limite exclusivamente quando realizada no tipo de exportação — Demerara — ressalvada a parcela que fôr incorporada ao mercado interno.

9.º — Na distribuição dos saldos da produção intra-limite e das parcelas de extra-limite liberadas para o mercado interno, será aplicado o critério de que o art. 60, do Estatuto da Lavoura Canavieira, Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1954. — Omer Mont'Alcgre, Relator.

POLÍTICA ALCOOLEIRA

Recomendações aprovadas pelo Plenário da Convenção Nacional dos Produtores de Açúcar, em sessão de 22 de fevereiro, concernentes à política alcooleira, tema da Segunda Comissão Técnica:

Considerando que o objetivo colimado pela política alcooleira é conseguir o equilíbrio interno entre a produção e o consumo de açúcar aplicando-se coercitivamente no fabrico do álcool quantidades de canas a determinar em cada safra, a fim de debelar as crises periódicas da superprodução açucareira;

Considerando como outra importante finalidade dessa mesma política, fazer diminuir a importação de combustíveis líquidos estrangeiros, sem deixar de relevar a circunstância de que a indústria de álcool é essencial à segurança e defesa da Nação, como os fatos so-

bejamente demonstraram no curso de conflito mundial passado;

Recomenda ao Instituto do Açúcar e do Alcool:

1.º — Promover a utilização do parque alcooleiro nacional para aproveitamento de matérias-primas excedentes — canas ou méis ilceos — na fabricação de álcool direto, ao qual será assegurado o preço de paridade com o do açúcar, na forma do disposto no Decreto n.º 25.174-A, de 3/7/48;

2.º — Tornar obrigatório a lotação em 150 dias de trabalho efetivo às destilarias de álcool ou que apresentem matéria-prima excedentária das quotas de produção de açúcar, salvo em relação às destilarias de hidratado, as de comprovada deficiência técnica;

3.º — Ampliar o período de trabalho previsto no item anterior, para possibilitar o aproveitamento da matéria-prima excedente que não tiver sido absorvida pela transformação em álcool, em 150 dias de funcionamento das destilarias, e pela exportação de açúcar para o exterior;

4.º — Ativar a instalação de destilarias centrais nas regiões que não estejam aparelhadas para transformação em álcool dos méis de suas usinas, sem prejuízo do financiamento às regiões açucareiras com extra-limite bem como do plano de financiamento de destilarias anexas às usinas;

5.º — Excluir das vantagens do Plano do Alcool, inclusive da percepção do preço de paridade do álcool direto com o açúcar as destilarias aparelhadas para fabricação de álcool anidro que venham a produzir álcool hidratado, ressalvados os casos de força maior;

6.º — Adotar e estimular a prática de medidas de proteção dos cursos d'água evitando os lançamentos dos resíduos das destilarias nos rios pelo aproveitamento de tais resíduos como elemento de fertilização do solo, financiando, quando possível, os produtores para esse efeito;

7.º — Tornar obrigatório o recebimento, pelas usinas produtoras de álcool direto, da mesma percentagem de cana de fornecedores destinadas à fabricação de açúcar e o pagamento nas mesmas condições e na base da paridade de preços entre os dois produtos;

8.º — Continuar realizando o pagamento por conta dos recursos do Fundo do Alcool Anidro, dos fretes de álcool anidro destinado a fins carburantes e de álcool de flegma para desidratação nas Destilarias do I. A. A., bem como, de méis que venham a ser fornecidos a aquelas destilarias;

9.º — Promover, em tempo útil, o fornecimento de desidratantes às destilarias, e providenciando no que se refere a benzol, no sentido de:

- a) obter uma quota da Cia. Siderúrgica Nacional para esse fim;
- b) manter entendimento com o Governo do Estado do Espírito Santo para que seja prevista a produção de benzol de qualidade própria na Usina Siderúrgica a ser instalada naquele Estado;
- c) entrar em entendimento com o Conselho Nacional de Petróleo para obter gasolina especial (S. B. P. S.),

destilado do petróleo, nas refinarias de Mataripe e Cubatão

10.º — Desenvolver seu aparelhamento de estocagem e de transporte de todo o álcool anidro carburante;

11.º — Entrar em entendimento com o Conselho Nacional de Petróleo no sentido de conseguir dos importadores de gasolina se aparelharem para receber álcool anidro no interior do país, nos pontos em que for aconselhável a realização da mistura álcool-gasolina;

12.º — Ampliar a concessão de financiamento a produtores para instalação de tanques de estocagem de melações e de álcool e para aquisição de equipamentos necessários ao respectivo transporte;

13.º — Estender a concessão de adiantamento sobre o fornecimento de álcool anidro e sobre melas em estoque nas usinas produtoras e destinados à fabricação de álcool anidro;

14.º — Ampliar a concessão de financiamento para montagem de novas destilarias anexas às usinas, de preferência aquelas que apresentem produção extra-limite, de Cooperativas Regionais de Produtores (usineiros e plantadores);

15.º — Estabelecer nos futuros empréstimos a serem concedidos às usinas para instalação de destilarias anexas, a obrigação contratual de destinarem à fabricação de álcool os excedentes de cana em cada safra, para o que se obrigarão a fazer trabalhar suas destilarias dentro da respectiva capacidade técnica, em período de 150 dias efetivos de ati-

vidade, fixando o 1.º A. A. a capacidade da destilaria em função do aproveitamento dos excedentes;

16.º — Tomar a iniciativa, em casos especiais e a seu critério, de dar assistência técnica e financeira às destilarias anexas às usinas que se encontrem paralisadas e cuja utilização se faça necessária para atender os objetivos da política alcooleira;

17.º — Oferecer às usinas, principalmente aquelas que estão em fase inicial de fabricação de álcool anidro, assistência técnica para melhor eficiência de seu trabalho;

18.º — Continuar concedendo financiamento para reequipamento de destilarias, a fim de lhes dar condições de maior eficiência;

19.º — Solicitar dos poderes competentes autorização para o 1.º A. A. importar, com as facilidades cambiais conferidas aos órgãos públicos, destilarias, tubos e chapas de cobre e aço inoxidável destinadas ao próprio 1.º A. A., ou a revenda por este aos produtores, tendo em vista ser a indústria alcooleira considerada por lei, de interesse nacional, e estar, assim, no caso de merecer as referidas facilidades;

2.º — No caso de não obter êxito a solicitação de que trata o item anterior, propor ao Governo Federal que, para efeito de negociação de câmbio, sejam incluídas na 1.ª categoria as destilarias quando a importação for feita diretamente por produtores ou Cooperativas de Produtores. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1954. — Moacir Soares Pereira, Relator.

SNR. CRIADOR:

VACINE SEUS ANIMAIS COM AS

Vacinas Manguinhos

- contra a peste da manqueira (carbúnculo sintomático)
- anticarbunculosa (carbúnculo hemático, verdadeiro)
- contra a pneumo-enterite dos bezerros
- contra a pneumo-enterite dos porcos

PEÇA AO SEU REVENDEDOR

PRODUTOS VETERINÁRIOS MANGUINHOS LTDA.

C. P. 1420 — RIO DE JANEIRO

Confederação Rural Brasileira

Atividades do mês de Janeiro

ASSEMBLEIAS GERAIS

Ordinária:

A 16 de novembro de 1953 realizou-se sob a presidência do Sr. Iris Meinberg, Presidente da FARESP e membro do Conselho Superior da entidade, a Assembléa Geral Ordinária destinada à seguinte ordem do dia:

- I — Discussão e votação do Relatório do Presidente;
- II — Discussão do parecer do Conselho Fiscal sobre as contas da Diretoria;
- III — Eleição e posse do terço do Conselho Superior;
- IV — Confirmação do Presidente, 1.º Vice-Presidente e 1.º Tesoureiro, indicados pelo Conselho Fiscal "ad referendum" da Assembléa Geral Ordinária;
- V — Assuntos de ordem geral de interesse da instituição.

Toda a matéria foi discutida e votada, tendo a Assembléa se julgado incompetente para tratar de Item IV, e por isso convocado uma Assembléa Extraordinária para o dia 16 de dezembro.

Os novos membros do Conselho Superior (terço) foram então eleitos e são os seguintes: reeleitos: Apolônio Salles, Arthur Torres Filho e Edgard Teixeira Leite; eleitos: Leven Vampre, Luiz Simões Lopes, Manoel Demôstenes, Iris Meinberg, Cerqueira Lima, Alfredo da Silva Neves e Amaro Silva.

Extraordinária:

Realizada, nos termos do edital de convocação, a 16 de dezembro, para a seguinte ordem do dia:

- a) debate de problemas ventilados naquela Assembléa Geral, inclusive reforma de Estatutos;
- b) substituição de diretores julgados impossibilitados de dar plena assistência aos trabalhos de direção;
- c) preenchimento de cargos vagos na Diretoria.

Quanto à reforma dos Estatutos, ficou deliberado que a Diretoria oferecesse suas sugestões a uma comissão especial incumbida do ante-projeto de reforma, a ser nomeada oportunamente.

Procedida à eleição para o único cargo vago, o de Presidente, foi eleito o Sr. Iris Meinberg, pela maioria de 26 votos, contra 12, dados no Sr. Alkindar Monteiro Junqueira.

ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

NOVA SEDE

A 1.º de fevereiro instalou-se a entidade na nova sede, à Avenida General Justo 171, em frente ao

Aeroporto Santos Dumont. É um andar inteiro, cedido pela Sociedade Nacional de Agricultura, proprietária do imóvel. Todos os serviços foram convenientemente aparelhados com os móveis e utensílios necessários.

SESSÕES DA DIRETORIA

Passaram a ser semanais, às quartas-feiras, às 9,30 da manhã.

ELEIÇÃO DE NOVO CONSELHEIRO

Para a vaga verificada no Conselho Superior, com a condução do Sr. Iris Meinberg à presidência, foi escolhido na reunião conjunta daquele órgão e da Diretoria, de 24 de fevereiro, o nome do Deputado Dolor de Andrade.

QUADRO DE FUNCIONARIOS

Foram admitidos aos serviços da Confederação os seguintes funcionários: Manoel Pedro Lopes Jr., taquígrafo; Nelson Ferreira Martins, contador; Sebastião Rocha de Medeiros, correspondente; Alice de Andrade, caixa-datilógrafa; Diva Martins da Cunha, datilógrafa; José Carlos Muniz Brito, assistente; Amaro Bezerra da Silva, porteiro; Carlos Augusto da Costa, servente.

SERVIÇO DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO

Foi organizado, diretamente subordinado à presidência, o Serviço de Imprensa e Divulgação. Para chefiá-lo foi designado o Sr. Luiz Marques Poliano.

CONFERENCIA MUNDIAL DO CAFE

A Delegação da Confederação ao Conclave de Curitiba foi integrada dos seguintes membros: Iris Meinberg, Raul Cardoso de Mello Filho, Haroldo Junqueira e Felipe Cardoso de Siqueira Neto.

REUNIÕES DA DIRETORIA — 54.ª, DE 6 DE JANEIRO DE 1954

Presentes os Srs. Iris Meinberg, Presidente, Josafá Macedo, Raul Cardoso, Acácio Gomes, Arruda Câmara, Rubens Farrula, Kurt Repsold e Julio Ferreira da Silva.

NOVO PRESIDENTE

De início, agradeceu o novo presidente da Confederação os votos dos delegados das Federações que o elegeram, declarando que, no que depender da presidência, tudo será feito para que a Confederação alcance os seus elevados objetivos. O Sr. Julio Ferreira da Silva hipotecou o seu apelo, como 2.º secretário, congratulando-se com a Casa pela eleição do Sr. Iris Meinberg. Também o Sr. João Maurício de Medeiros, 1.º secretário, declarou que, no exercício do seu cargo, tudo faria



Aspecto de uma das últimas reuniões da C. R. II

para ajudar o presidente e a Confederação, sem medir sacrifícios. O Sr. Arruda Câmara, na qualidade de diretor do Serviço de Economia Rural, trouxe ao novo presidente os seus votos de feliz administração e os propósitos de cooperação do seu Serviço à diretoria da Confederação. Também os Srs. Josafá Macedo, de Minas Gerais, e Alberto Ravache, Presidente da Associação Rural de Ilava, Estado do Rio, secundaram as palavras dos oradores que os antecederam, prometendo toda a colaboração.

CONFERENCIA MUNDIAL DO CAFÉ

Falou, a seguir, o Sr. Iris Menberg, sobre a próxima Conferência Mundial do Café, para a qual a Confederação fora convidada. Denunciou as dificuldades a respeito da organização desse conclave e estranhou que somente alguns dias antes da sua realização as organizações de classe tenham sido convidadas. Nem ao menos o temário e o programa são conhecidos. Indica o Sr. Raul Cardoso como capaz de esclarecer melhor os seus compatriotas. O Sr. Alberto Ravache examina alguns aspectos do comércio exterior do café, sobretudo na Alemanha, de onde regressou há pouco. O Sr. Raul Cardoso informa à Casa a respeito da orientação que, a seu ver, deverá a classe seguir, embaraçando-se não poder discutir sobre a matéria que depende, ainda, do esclarecimento do temário e, pois, dos propósitos da Conferência. Por fim, o Sr. Iris Menberg designa a comissão que deverá representar a Confederação. Raul Cardoso de Melo Filho, Felipe Siqueira Neto, Napoleão Pontele, Haroldo Junqueira, além de si próprio, como Presidente da Confederação. Essa delegação é aceita e o Sr. Kurt Repsold sugere que o Sr. Raul Cardoso apresente os pontos fundamentais em torno dos quais deverá processar-se a atuação da Confederação. Diz, então, o Sr. Raul Cardoso que o ponto de vista da Confederação a seu ver, está bem enquadrado no programa do Instituto Brasileiro do Café. Analisa os métodos utilizados em que ainda repousa a nossa lavoura cafeeira e diz que todos os aspectos do problema estão consubstanciados no programa do Instituto. Reafirma, contudo, que, quanto à Conferência Mundial, não

pode adiantar, por desconhecer completamente o o temário da mesma.

ASSESSOR ECONÓMICO

A seguir, compulsa o Sr. Presidente um ofício da Fundação Getúlio Vargas a respeito da colaboração de um assessor econômico para a Confederação, providência esta tomada na gestão do seu antecessor. Iria, diz, procurar o Sr. Simões Lopo e com ele acertar a providência.

ORÇAMENTO PARA 1954

Explica depois que fez organizar um orçamento de receita e despesa para o exercício de 1954. A seu ver, nenhuma organização pode trabalhar sem um plano financeiro. Apresenta o orçamento, explicando verba por verba. Submetido a discussão e votação, é o orçamento da receita e despesa aprovado. O Sr. João Maurício, a seguir, lê numerosos telegramas e ofícios de congratulações de entidades e pessoas, dirigidos ao Presidente, por motivo de sua eleição.

NOVA SEDE

Explica aos seus companheiros das providências que tomou para a próxima mudança para a nova sede.

COMISSÃO DE FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO

O Sr. Rubens Parrula fala sobre as reuniões da Comissão de Financiamento da Produção, dizendo que pediu ao Sr. Oswaldo Aranha que as presidisse, pois, assim, teriam mais significação as suas resoluções.

REUNIÕES DA DIRETORIA

O Sr. Iris Menberg entende que as reuniões bi-mensais representam muito pouco, para o vulto dos assuntos que a Confederação tem de tratar. Sugere que sejam menores, de duas horas, mas semanais. Atendendo a uma sugestão do Sr. Josafá Macedo, essas reuniões são marcadas para as terças-feiras. Resolução posterior transferiu a data para as quartas-feiras às 9,30 horas.

REFORMA DOS ESTATUTOS

O Sr. Presidente trata, a seguir, da reforma dos Estatutos, de que a última assembleia geral cogitou. Entende que uma comissão poderia elaborar um ante-projecto que, estudado e aprovado pela diretoria, seria, então, levada a uma assembleia geral extraordinária. A comissão incumbida da tarefa ficou assim constituída: Iris Meinelberg, Kurt Repsold, Arruda Câmara, João Mauricio, Raul Cardoso, Relator, e Luiz Marques Pollano, assistente.

LICENÇA DE DIRETOR

O Sr. Rubens Furrula pede licença do cargo de tesoureiro, pelo menos durante o verão, quando ficará em Petrópolis. A licença é concedida e o Sr. Kurt Repsold, 2.º tesoureiro, é empossado como tesoureiro em exercício.

SAFRA DE CEREAIS DA BACIA DO PARANÁ

Para depois o Sr. Iris Meinelberg para dizer que convocou para São Paulo, na sede da FARESP, uma reunião de interessados nas safras de cereais dos Estados centrais, para tratar dos problemas de armazenamento e transporte. Explica que a reunião é convocada pela Confederação, sendo a FARESP apenas a organizadora, pelo fato de estar colocada, geograficamente, mais a propósito. A respeito do armazenamento, o Sr. Acácio Gomes diz que discutira há tempos, em São Paulo, o plano organizado pelo Coronel presidente da COFAP, mas infelizmente as ponderações suas e dos demais membros da FARESP, não foram ouvidas pelo referido militar. O Sr. Kurt Repsold refere-se ao levantamento das safras nesses Estados e o Sr. Iris Meinelberg explica que na reunião do dia 15, na FARESP, apenas será tratada a situação dos Estados produtores da bacia do Paraná. O Sr. Rubens Furrula lembra o compromisso a respeito assumido pelo Sr. Ministro da Fazenda, na presença do Sr. Ministro da Agricultura, através de auxílios às estradas de ferro para a construção dos armazéns destinados a receber o produto nas zonas produtoras. Essa providência é indispensável para que e não verifique o que está acontecendo em algumas regiões, onde o produto, com garantia de financiamento, está sendo entregue a preço vil aos intermediários. Diz que a resolução oficial não está sendo cumprida, e, a seu ver, deveria a Confederação telegrafar às filiais alertando-as para esse fato, convindo, mesmo, que se enviasse a cada uma cópia do decreto que trata desse financiamento. A sugestão é aprovada.

SINDICALIZAÇÃO RURAL

O Sr. Iris Meinelberg refere-se, então, a uma reportagem da revista "Visão", tratando da sindicalização rural que o Ministro do Trabalho está ativamente em todo o Brasil. Tem, a respeito, uma idéia. Não podemos, diz, ir frontalmente contra essa atividade do Ministro do Trabalho sem desgastar a massa do homem do campo. Já se articulou com o arcebispo de São Paulo e com outras autoridades eclesásticas, mas o seu pensamento é o de que deveremos procurar o Ministro da Agricultura e para o caso pedir a sua atenção. De acordo com o parecer do Sr. João Cleofas, seria, então, procurado o Sr. Ministro do Trabalho ou, talvez, mesmo, o Sr. Presidente da República. O Sr. Rubens Furrula lembra um convite recebido há tempos do Sr. João Goulart, no qual este se coloca à disposição da Confederação, duas vezes por mês. Informa que, atendendo a ele, esteve uma vez no gabinete de S. Excel., não tendo sido recebido por não haver sido marcada hora e não poder esperar, por achar-se doente. O Sr. Julio Ferreira observa que, há tempos, tendo voltado de uma visita aos Estados do Norte, pôde observar esse trabalho danoso que está fazendo em todo o Brasil o Ministro João Goulart. Pediu a atenção da Confederação para o assunto, como consta de ata. O Sr. Kurt Repsold reforça a opinião do Sr. Presi-

dente, de que o Ministro João Cleofas deve ser interessado pela Confederação no assunto. A sindicalização rural não pode sair do Ministério da Agricultura.

SALÁRIO MÍNIMO

O assunto do salário mínimo é depois ventilado, tendo o Sr. Iris Meinelberg declarado que, quando se reuniu a comissão respectiva no Estado de São Paulo, pediu a FARESP que a classe, por seu Intermediário, fosse ouvida. A resposta foi a de que, no entender dos membros da comissão, as associações rurais não são órgãos de representação. O Sr. João Mauricio informa que, brevemente, deverá viajar para o Nordeste e que, nessa viagem, visitará pelo menos três capitais. Oferece-se, por isso, à Confederação para qualquer incumbência que possa ter junto as Federações respectivas. O Sr. Presidente agradece e lhe pede que faça essas visitas em caráter oficial, observando e orientando as ditas entidades.

55.ª SESSÃO DE DIRETORIA, DE 12 DE JANEIRO DE 1954

Presentes os srs. Iris Meinelberg, Presidente, João Mauricio de Medeiros, 1.º Secretário, Kurt Repsold, Tesoureiro, Julio Ferreira da Silva, 2.º Secretário, Adamastor Lima e Raul Cardoso.

CONFERENCIA MUNDIAL DO CAFÉ

O sr. Presidente informou a respeito da delegação da Confederação à Conferência Mundial do Café, do Paraná, e da reunião prévia, na sede da FARESP, no dia 13, das delegações dos Estados cafeeiros à referida Conferência, para firmar diretrizes da classe dentro da delegação Brasileira.

VALOR DE CEREAIS DA BACIA DO PARANÁ

Informou, também, que, no próximo dia 15, os interessados na produção e escoamento da safra de cereais dos estados da bacia do Paraná terão uma reunião na sede da entidade paulista, convocada pela Confederação, a fim de tratar do importante assunto, e das providências a serem recomendadas ao governo com o fim de dar viés ao transporte da grande produção prevista.

SINDICALIZAÇÃO RURAL

O sr. Presidente refere-se novamente ao problema da sindicalização rural, e à posição que no caso deve tomar a Confederação. Ficou deliberado que a Confederação pedisse a respeito o parecer do Prof. Adamastor Lima, com o fim de provar que o que se pretende fazer com a sindicalização pode ser feito através do decreto-lei 8.127, dentro das finalidades dos órgãos e do Serviço Social Rural. A respeito, foi determinado à secretaria expediente às filiais, a fim de que por sua vez se dirijam às federações, alertando-as para o problema.

SALÁRIO MÍNIMO

Também o assunto salário mínimo foi ventilado, tendo ficado resolvido que o primeiro passo a ser dado pela Confederação seria o de pedir a cada uma das filiais informação exata a propósito da posição de cada unidade federativa em face ao importante problema, e tendo em vista as repercussões que um aumento de salário nas grandes cidades pudesse ter imediatamente em relação ao trabalho nos campos.

IMPORTAÇÃO DE MAQUINAS

A questão das importações e distribuição de máquinas agrícolas pelo Ministério e pela Confederação foi objeto de estudo. O sr. Kurt Repsold deu a sua opinião a respeito, tendo ficado incumbida de elaborar um plano, segundo o qual pudesse a Confederação vir a ocupar um lugar destacado nesse importante serviço, não só para atender aos lavradores filiais, como para obtenção de meios materiais para a entidade.

PORTARIA N.º 70

Foi lida uma exposição da Flávia Otta Hertz B. A., de São Paulo, pedindo a reclassificação de máquinas e materiais de uso na respectiva indústria, dentro da Portaria n.º 70 da SUMOC. A matéria foi amplamente debatida, tendo ficado resolvida que se oficiasse àquele órgão controlador peticionando a medida sugerida.

56.ª SESSÃO DE DIRETORIA DE 19 DE JANEIRO DE 1954

Presentes os srs. Iris Meinberg, Presidente, Juiz Ferreira, Josafá Macedo, Raul Cardoso, Kurt Reipsold, Adamastor e Amaro Cavalcanti.

ALGODÃO

O sr. Iris Meinberg fala a respeito da questão do algodão e diz que o assunto deve ser encaminhado a um especialista, com cuja opinião ficará a Confederação habilitada a tratar da matéria. Indica para o caso o sr. Acácio Gomes. Diz que o memorial se refere em especial ao algodão de fibra média, mas que os algodões do nordeste deverão também ser considerados, num outro parecer papalelo. São lidos a seguir numerosos telegramas de congratulações pela eleição do sr. Iris Meinberg, e outros do ano novo.

SUBVENÇÕES AS ASSOCIAÇÕES RURAIS

E depois apreendido um telegrama da Federação das Associações Rurais do Espírito Santo, no qual pede a interferência da Confederação em favor da recebimento, por algumas associações locais, das subvenções consignadas em orçamento. Observa o sr. Meinberg que essas subvenções devem certamente se referir ao corrente exercício. O sr. Amaro Cavalcanti diz das providências adotadas pelo Serviço de Economia Rural para o pagamento dessas subvenções, e do trabalho de orientação que tem o mesmo realizado nesse sentido.

REUNIAO PREVIA DA CONFERENCIA MUNDIAL DO CAFE

Informa depois o sr. Iris Meinberg a respeito dos resultados da reunião em São Paulo, a 13 do corrente, na sede da FARESP, dos delegados cafelheiros no Congresso Mundial do Café. Ali foi tomada a orientação a seguir no conclave, estando ausentes apenas os delegados do Espírito Santo e do Estado do Rio. Quando no primeiro, solidarizou-se depois com as conclusões adotadas. Uma outra reunião, realizada no mesmo local, dois dias depois congregou os interessados na produção e escoamento das safras de cereais da zona da lavoura do Paraná. Diz que, apesar de se notar a lamentável ausência da representante do Ministério da Agricultura, a reunião pode ser considerada um sucesso. Compareceu o Dr. Arruda Câmara, não como representante do Ministério, mas como diretor do Serviço de Economia Rural. Estiveram presentes, dentre outras autoridades ligadas ao assunto, o Diretor do Departamento Federal de Estradas de Ferro, também representando o sr. ministro da Viação; o Ministério da Fazenda se fez representar pelo Presidente do Banco do Brasil, e o Banco de Desenvolvimento Econômico. Todas essas autoridades disseram das providências que haviam tomado e estavam tomando no sentido de facilitar a armazenagem e o escoamento da grande produção da zona, seja facilitando o crédito diretamente aos produtores, seja construindo armazéns junto às estradas de ferro, seja ainda reaparelhando as ferrovias com locomotivas e vagões, a fim de poderem dar vazão à produção. Por fim, os representantes presentes resolveram adotar várias providências, à guisa de conclusões, que serão encaminhadas a quem de direito.

CONCENTRAÇÃO RURALISTA DO NORDESTE

Além com a palavra, o sr. Iris Meinberg diz das suas convicções a respeito dos bons resultados desses conclaves nos centros mais interessados, como foi o caso da reunião prévia do Café e a da zona de cereais. No seu modo de ver, tais reuniões devem ser periodicamente feitas pela Confederação que, assim, cumpre um dever lido de encontro aos problemas que, às vezes aparentemente locais, dizem respeito à economia nacional e até aos problemas sociais do país. E assim pensando que a matéria é submetida aos seus companheiros para deliberação, está propenso a realizar uma grande Concentração Ruralista do Nordeste, visando o debate da questão queineireira, do algodão, das fibras em geral, dos óleos, cereais e resinas, de cereais, etc. A escolha do local, após amplo debate da matéria, recaiu na cidade do Recife. Não haverá teses, mas indicações sucintas sobre temas imediatos e objetivos. A reunião deverá durar no máximo dois dias. A ideia é aprovada e encarregada a Federação das Associações Rurais de Pernambuco dos respectivos preparatórios.

LEITE EM PÓ

É seguir considerado um memorial do Sindicato dos Produtores do Leite, peticionando a transferência do leite em pó da 2.ª para a 4.ª categoria na portaria da SUMOC. Diz o sr. Iris Meinberg que, de um modo geral, é ele sempre pela proteção à indústria nacional, desde que a produção seja suficiente, e que o artigo, como é o caso, manipule matéria prima de procedência agrícola. No caso em foco, feitas as devidas ressalvas quanto às necessidades do país em certas categorias de leite necessários à dieta e a casos especiais de alimentação infantil, não vê razão para negar a Confederação a seu apelo. Contudo, a CACEX ainda não foi organizada, ou pelo menos não foram convocados os seus membros componentes, de forma que a Confederação não poderá encaminhar o assunto a esse órgão, mas dará as providências que se tornem necessárias.

SALARIO MINIMO

Volta a discussão o caso do salário mínimo, tendo lido a ofício circular reservado enviado pela Confederação às suas filiais, a fim de que se manifestem a respeito.

SINDICALIZAÇÃO RURAL

Quanto à sindicalização, diz que o assunto foi entregue para estudo aos srs. Adamastor Lima, Cesarino Rangel e Raul Cardoso. Tão logo esteja a Diretoria com esses estudos em mãos, dará o seu parecer a respeito, sendo certo que a Confederação caberá defender o decreto-lei 11.127, sob cuja égide está a classe por assim dizer organizada. Retire-se depois o sr. Iris Meinberg e uma indicação do sr. Adamastor Lima, feita ainda na administração do seu antecessor, sobre a estimativa das salsas, assunto esse que será considerado oportunamente.

IMPORTAÇÃO DE "JEEPS"

Informa o sr. Iris Meinberg que sugeriu à SUMOC a centralização da distribuição dos Jeeps pela Confederação, e que a sr. Ministro da Fazenda, com quem esteve e a quem falou a respeito, se mostrou de acordo, dizendo que atenderá a essa pretensão da Confederação.

57.ª SESSÃO DA DIRETORIA, A 26 DE JANEIRO DE 1954

Presentes os srs. Iris Meinberg, Presidente; Sylvia Echenique, Raul Cardoso de Mello Filho, Kurt Reipsold, Amaro Cavalcanti, Julio Ferreira da Silva e Alberto Ravaché.

PREÇO DO LEITE

Vários assuntos foram debatidos, sendo de

destacar o que se refere à questão do leite, sendo lidas as cartas da Associação Rural de São João da Boa Vista, São Paulo, e da FARESP, pedindo a atenção da Confederação para a reivindicação dos produtores de leite, sobre a manutenção da garantia de bonificação a que os mesmos têm direito pelo excesso de gordura. Ficou resolvido que se oficiasse à CO. AP. pedindo a sua atenção para a omissão do art. 6 da portaria 124, que está dando causa à irregularidade.

III CONFERENCIA RURAL, BRASILEIRA

Foi também tratada a questão da realização, em São Paulo, na primeira quinzena de novembro deste ano, da III Conferência Rural Brasileira.

PREÇO DO CAFÉ

A respeito do movimento que se processa nos Estados Unidos, em relação à alta do café, resolveu a Confederação Rural Brasileira encerrar o Sr. Raul Cardoso de proceder a um estudo que seria enviado às autoridades e elementos que mais se destacam no combate à alta do nosso principal produto nos Estados Unidos, no qual seriam justificados os motivos da alta, decorrentes, no momento, da genda, da escassez do produto, etc. Concluiu, conforme ficou assentado na reunião preliminar da Conferência Mundial do Café, realizada em São Paulo pelos delegados dos Estados cafeeiros, o preço atual é inferior ao preço justo, aquele que compensa o produtor pelos seus esforços e capitais.

COMISSÃO COBRADA PELO BANCO DO BRASIL

O Sr. Raul Cardoso se refere à comissão de fiscalização cobrada pelo Banco do Brasil nos contratos de financiamento e a respeito a Confederação se dirigirá ao referido Banco.

SINDICALIZAÇÃO RURAL

O Sr. Iris Meiberg, presidente, apresentou um plano relativo à organização dos trabalhos técnicos da entidade e a seguir são lidas as conclusões do parecer do Professor Adamastor Lima a respeito da sindicalização rural. Dois outros trabalhos sobre o mesmo assunto estão sendo aguardados pela Diretoria da Confederação, sendo as conclusões do Prof. Adamastor Lima as seguintes: "1) A Constituição de 46 consagrou um regime democrático que assenta na Idealidade Livre, no trabalho valorizado e na dignificação humana. 2) O Decreto-Lei n.º 7.038, de 10 de novembro de 1944, que dispõe sobre a sindicalização rural, foi revogado pelos Decretos-Leis ns. 7.449, de 9 de abril e 8.127, de 24 de outubro de 1945, na parte relativa aos empregadores. 3) Os dispositivos aplicáveis nos empregados para cujos dispositivos são pressupostos necessários os sindicatos de empregadores — foram, por essa revogação, igualmente atingidos. 4) Os organismos criados pelos citados Decretos-Leis de 1945, estão com a existência e o funcionamento assegurados pela Constituição e as Leis vigentes e, em se verificando a sindicalização de empregadores, em qualquer ponto do país, podem recorrer ao mandado de segurança (Constituição, Art. 141, § 24) para salvaguardar dos seus direitos." 5) Os organismos criados pelos citados Decretos-Leis de 1945, estão com a existência e o funcionamento assegurados pela Constituição e as Leis vigentes e, em se verificando a sindicalização de empregadores, em qualquer ponto do país, podem recorrer ao mandado de segurança (Constituição, Art. 141, § 24) para salvaguardar dos seus direitos."

CRIAÇÃO DE OVELHAS NO RIO G. DO SUL

Por fim, fez o Deputado Sílvio Echenique, diretor-técnico da entidade, um interessante estudo a respeito da criação de ovelhas no Rio Grande do Sul, em comparação, sob o ponto de vista econômico, com a criação bovina. Como criador no Rio Grande do Sul, está assistindo à crescente diminuição dos rebanhos hovinicos e, a seu ver, dentro de poucos anos o gado bovino estará tão reduzido que, fazendo blague, os seus netos só conhecerão os bois que deram carne nos seus avós por fotografia. Justifica amplamente a sua tese, dizendo que, antes a cultura do trigo, há 150 anos, foi próspera no Rio Grande do Sul e contrária a tese de que

a mesma acabou por causa da ferrugem. Acha que esta infundada, mas não foi o motivo principal do abandono da cultura. Em seu lugar, entrou a criação do gado, e no momento estamos vendo a situação voltar ao estado anterior, isto é, a cultura do trigo, por ser mais lucrativa, está afastando das colinas a criação do gado bovino, como também, a criação da ovelha, que dá mais resultado que aquela. Apresentou dados comparativos os mais interessantes e, pela justiça dos seus conceitos, deixou a impressão de que medidas de amparo deverão ser adotadas para que a criação do gado de grande porte não desapareça das terras gaúchas.

NOTICIÁRIO

SAFRA DE CEREJAS

Para tratar de importante problema ligados ao escoamento das zonas de produção e consequente melhoramento do nível de vida das populações, esteve reunida, na FARESP, a 15 de janeiro, a Confederação Rural Brasileira, sob a presidência do Sr. Iris Meiberg, e com a presença de numerosos produtores dos principais Estados brasileiros. A essa reunião compareceram, especialmente convidadas, idas autoridades federais, destacando-se também o presidente do Banco do Brasil e o representante do Ministro da Viação.

Foram tomadas as seguintes deliberações:

1.º — É reconhecida a necessidade do aumento do número de armazéns receptores de cereais, os quais, tanto quanto possível, deverão localizar-se nas zonas de produção ou nos próprios centros produtores.

2.º — O financiamento da produção deverá ser feito quando a mercadoria ainda se encontrar em poder dos produtores.

3.º — Será feita, por intermédio das associações representativas da classe e pelas próprias autoridades, ampla divulgação das facilidades que estão sendo concedidas para financiamento e do próprio sistema para o mesmo adotado, tendo em vista que a maior parte dos interessados desconhecem as garantias oferecidas pela lei dos preços mínimos e as providências já adotadas para sua plena execução, do que se aproveitam os intermediários para efetuar aquisições em bases inferiores às estabelecidas pelo referido diploma legal.

4.º — Deverá ser procedido um amplo trabalho de reaparelhamento das Estradas de Ferro São Paulo-Golaz, Viação Férrea Paraná-Santa Catarina e Central do Brasil, a fim de permitir um escoamento mais razoável da produção daquelas regiões."

REUNIAO PREPARATORIA DE CAFEEI-CULTORES

A fim de firmar orientação para os delegados dos órgãos da classe na Conferência Mundial do Café, de Curitiba, reuniram-se na sede da FARESP, em São Paulo, a 13 de janeiro, os referidos delegados, sendo adotadas as seguintes deliberações:

1) Considerar que os preços atuais do café, embora aumentados em consequência das geadas, em todo caso, os preços justos para o produtor, tendo em vista o atual custo de produção;

2) Encaminhar o trabalho do Dr. Julio Cesar Covello, Chefe da Delegação da Sociedade Nacional de Agricultura, à Junta Administrativa do Instituto Brasileiro do Café;

3) Estabelecer, como princípio e orientação dos delegados da cafeicultura ao Congresso Mundial do Café, que a propaganda do produto no exterior, a ser estipendada pelos países produtores, em projeto de acordo a ser discutido, tenha caráter genérico, sem discriminação de países, de procedência ou marcas, e sem prejuízo da ação individual de cada país produtor na propaganda do seu produto;

4) Aceitar e concordar com o projeto referido no tópico da Primeira Comissão — troca de in-

formações — com as seguintes alterações: a) as informações serão mensais; b) as informações deverão ser remetidas no Bureau Pan Americano do Café, contrariamente, portanto, à criação de novo organismo de caráter permanente, como seja a projetada Secretaria Geral do Congresso.”

IMPORTAÇÃO DE LEITES EM PÓ

Exposição feita pelo representante da Sociedade Nacional de Agricultura em plenário, na reunião da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais atualizada até 1953:

A importação de leite em pó nos parece desaconselhável pelas razões seguintes:

1) A subsistência e a prosperidade da população rural brasileira repousa no aproveitamento econômico do leite fresco e este aproveitamento depende em parte da indústria de leites em pó. Esta indústria atingiu em nosso País elevado nível de desenvolvimento, como resulta da capacidade de produção e número das fábricas já existentes e das fábricas projetadas ou em construção.

2) Estas fábricas produzem, em conjunto, aproximadamente, 17.500.000 quilos anuais de leite em pó, suficientes, como resulta do anexo 2, para fazer face ao consumo normal.

3) Vários países exportadores vêm adotando, para a exportação, preços muito baixos, de verdadeiro “dumping” e que nem pelos ágio atualmente pagos nos leilões podem ser compensados. Seja dito de passagem, aliás, que o leite em pó não modificado, caso venha a ser transferido da 4ª para a 2ª categoria das Listas das Mercadorias Importáveis, da Instrução n.º 70, da SUMOC, acarretará irreparáveis prejuízos não apenas à Indústria, mas sobretudo à Lavoura.

4) As importações de leite em pó, com as consequências apontadas, constituem uma flagrante contradição às palavras do Presidente da República e aos esforços do Ministério da Agricultura.

5) Os próprios Sindicatos da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Rio de Janeiro, do Estado de São Paulo e do Estado de Minas Gerais, dirigiram-se, em tempo oportuno, ao Ministério das Relações Exteriores focalizando a inconveniência da importação de leite em pó.

6) Em virtude da orientação do Presidente da República, o Ministro da Agricultura oficiou ao Ministro das Relações Exteriores solicitando a não inclusão em Acordos Comerciais de quotas para importação de leites em pó. O Ministro das Relações Exteriores assegurou que seriam evitadas.

CONCLUSÃO

Pelo que foi dito acima e que se acha exposto nos anexos mais detalhadamente, é evidente que a importação de lei em pó:

— vem prejudicar as atividades agro-pecuárias do País, sem nenhum benefício para o consumidor ou para o comércio;

— vem prejudicar a atividade econômica de indústrias benéficas ao País, desestimulando-as;

— vem contrariar a recomendação do Senhor Presidente da República e os esforços do Ministério da Agricultura;

— vem contrariar a orientação traçada pelo próprio Ministério das Relações Exteriores;

— não beneficia o consumidor porque o produto estrangeiro é frequentemente de fabricação antiga, ao passo que o nacional, encontrado em abundância no mercado, oferece a garantia de uma fabricação sempre recente.

Oficina Artística de Serralheria

FIRMA ESPECIALIZADA, ENCARREGADA DOS SERVIÇOS
DE FERRO BATIDO DA

Casa da Agricultura

Manoel Coelho Serralheiro

Execução perfeita de qualquer serviço de ferro artístico, grades,
portões e portas de aço ou ferro, e qualquer tipo de esquadria
metálica

RUA CARLOS SEIDL, 588 — Tels.: 48-2353 e 28-2338

RIO DE JANEIRO

Epitelioma contagioso das aves

O Epitelioma Contagioso que comumente o criador chama de "pipoca", "caroco" e "bomba", é possivelmente a doença mais conhecida dos avicultores, embora não seja a de maior gravidade para as criações.

Conquanto ataque também os pombos, patos e perns, é nas galinhas que ela se manifesta com maior frequência.

SINTOMAS: De modo a sintomatologia é quase a mesma das doenças aviárias. As aves se apresentam tristes, com inapetência (fastígio), penas arrepiadas. Mas são as manifestações externas, aparecimento das pipocas, que caracterizam a doença. De preferência elas aparecem nas regiões desprovidas de penas, como na crista, a barbeta, os cantos do bico; de início são úmidas e rosáceas tornando-se depois escuras e rugosas como verrugas. Se a ave não morre, elas regredem e caem deixando uma marca na pele que, com o tempo, desaparece. Estes, porém, não são os únicos sintomas. Há ainda a formação das membranas difíceis que se formam principalmente nas mucosas da laringe e faringe. Essas membranas a princípio são amareladas e finas, tornando-se depois mais espessas. Podem chegar ao ponto de impedir a passagem do ar pela laringe e em consequência trazer a morte à ave, por asfixia. Há casos em que se nota também a obstrução das narinas e a formação do tão conhecido tumor dos olhos. E como se vê uma doença de sintomatologia complexa.

COMO EVITAR O EPITELIOMA: Para se evitar a doença o caminho mais certo é o da vacinação. E aqui a vacinação é a mais simples possível, podendo ser feita por qualquer criador sem a necessidade de uma assistência técnica. É bastante retirar algumas penas da face interna da coxa e esfregar o líquido, com um palito, no lugar depenado. Oito dias depois de aplicada a vacina, as aves devem ser examinadas para se verificar se elas reagiram ou não. Se no ponto de onde se retirou as penas, aparecerem irritações dos folículos, às vezes com formação de pus, a vacinação foi eficiente. Caso contrário deve ser feita uma nova vacinação. A idade aconselhável para a vacinação é a partir do 15.º dia de vida. Se na criação nunca aparecer a bomba, deve-se vacinar apenas os pintos; mas, se já houve casos em aves adultas, deve-se vaciná-las também, e anualmente. Nunca porém fazer a vacinação depois de instalada a doença na criação. Estes são os cuidados que se recomenda ao avicultor para que livre sua criação da bomba. Mas, se por um motivo qualquer ela for atacada pela doença, ter-se-á então que apelar para o tratamento.

TRATAMENTO: De início devem os criadores ter o cuidado de manter as aves doentes separadas das sãs. O tratamento da epitelioma não é fácil se as aves apresentarem a um só tempo todos os sintomas acima des-

Carlos Almeida Santa Rosa
Veterinário

critos, e também porque terá de ser feito da ave. Assim, as pipocas devem ser queimadas com fôdo ou iodo glicerinado, na proporção de 1 parte de fôdo para duas de glicerina. Nos casos em que aparecer o tumor deve-se abri-lo, retirar o conteúdo purulento e lavar com uma solução de permanganato de potássio. Para o tratamento geral, aconselha-se a inotrophina, por via intramuscular (1 grama para 1 quilo de peso vivo). É conveniente ainda adicionar o permanganato de potássio na água de bebida, na proporção de 1 colher de chá para 10 litros de água.

No caso de se obter curas só juntar as aves curadas às sãs depois de um período de três meses. Isto porque o vírus persiste na ave atacada por mais de dois meses.

INSTRUÇÃO TÉCNICA N.º 20 — MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA
OUTUBRO DE 1953.

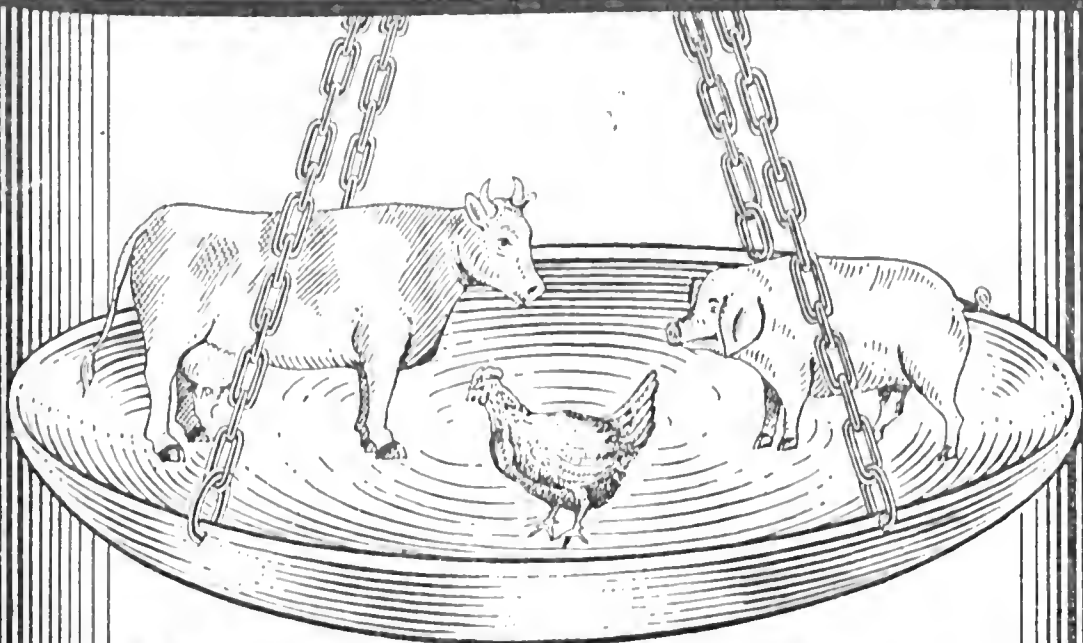
ADUBOS

CADAL

PARA TODAS AS CULTURAS

ANILINA
FOSFÓGENO
FOSFÓGENO

UM PRODUTO COM "CADAL" CIA. INDÚSTRIA DE SABÃO E AROMATIZANTES
A GARANTIA DA
AGENTES EXCLUSIVOS DO SALITRE DO CH
PARA O DISTRITO FEDERAL, ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E ESPÍRITO SANTO
ESCRITÓRIO: AV. PRESIDENTE VARGAS, 149 - 6º ANDAR - TEL. 2555
FABRICA: AV. AUTOMÓVEL CLUBE, 4200 - ACARI - RIO DE JANEIRO



DEVOLVENDO

ao dono o seu
pêso em **OURO!**

TORTA COMPLETA Nº 1

Para vacas leiteiras,
cabras e coelhos,

TORTA COMPLETA Nº 2

Para porcos e açougue,

TORTA COMPLETA Nº 5

Para galinhas poedeiras,

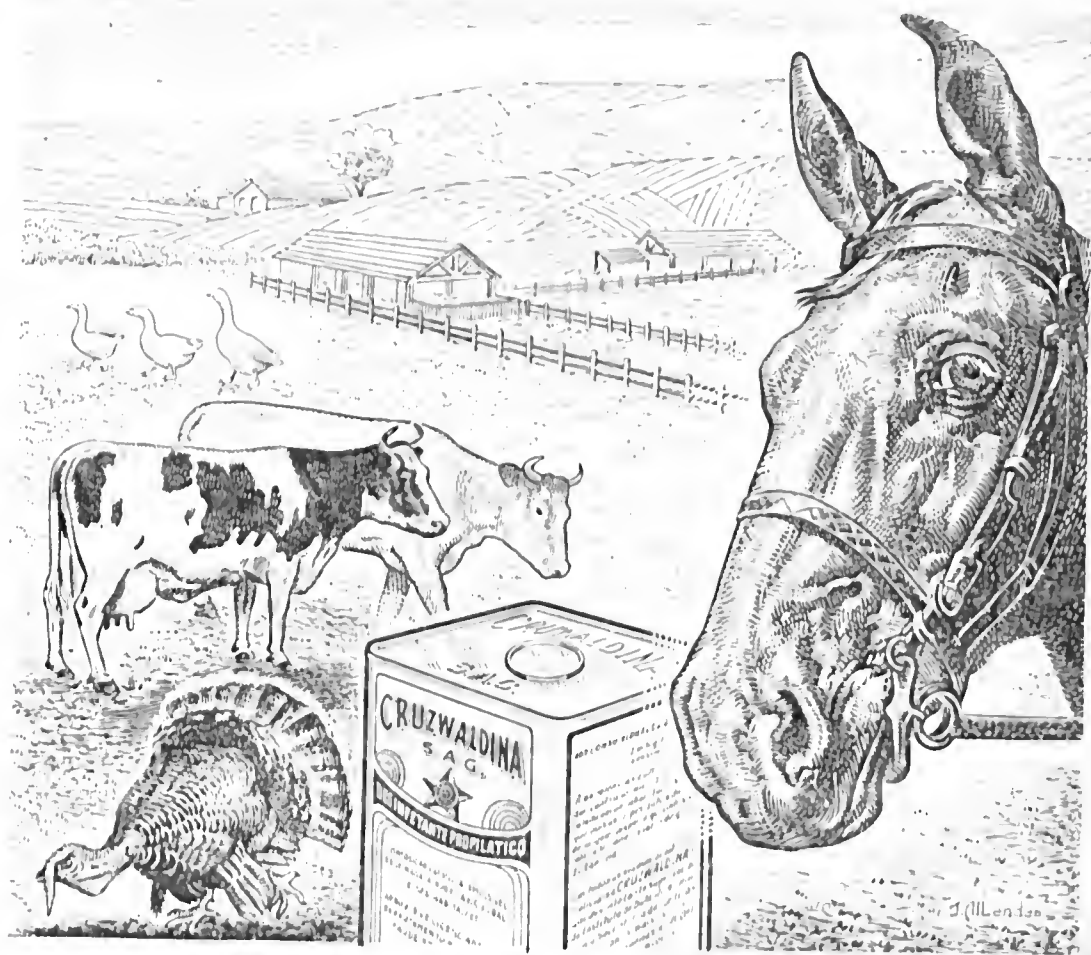
ANIMAIS SADIOS
BONS PRODUTOS
BOM RENDIMENTO



CRUZWALDINA

ACREDITADO PRODUTO DA
SOCIÉTÉ ANONYME DUGAZ DE RIO DE JANEIRO

PODEROSO DESINFETANTE CRESÍLICO
INDISPENSÁVEL À PROFILAXIA RURAL



**CRUZWALDINA É O DESINFETANTE DE
MAIOR CONSUMO NO BRASIL,
COM REPUTAÇÃO FIRMADA DESDE 1909**

Distribuidores exclusivos desde 1923
CASTRO LOPES & TEBIRIÇA
Caixa Postal, 2101
RIO DE JANEIRO

ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

ORGAO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



DE FESTA NACIONAL DO TRIGO DE FRIEHEIM - A CAPITAL DO TRIGO - NO RIO GRANDE DO SUL. - Destila um grupo de colonizadores, portando foice, do nobre cereal, de cujas importações, graças aos esforços conjuntos do nosso agricultor e do poder público, havemos de em breve ficar libertos. - Foto de E. Almeida Costa Porto, Triplante do Alavoura A Depreciata Industrial do Rio Grande.

MARÇO ABRIL, 1954

RIO DE JANEIRO — BRASIL

ANO LVIII

Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro

A GRANDE INSTITUIÇÃO DO PEQUENO DEPOSITANTE

AGÊNCIAS DE DEPÓSITOS:

AGÊNCIA CENTRAL DE DEPÓSITOS:

Av. 13 de Maio, 33/35 — Tel.: 22-3922

AGÊNCIA ANDARAÍ

Rua Farias de Brito, 7-8 — Tel.: 38-7421

AGÊNCIA BANDEIRA:

Praça da Bandeira, 41 — Tel.: 28-8050

AGÊNCIA BANGU:

Rua Francisca Real, 157 — Tel.: BNG - 1203

AGÊNCIA BOTAFOGO:

Rua Voluntárias da Pátria, 278 — Tel.: 26-4457

AGÊNCIA CAMPO GRANDE:

Rua Campa Grande, 166 — Tel.: CGR - 91

AGÊNCIA CATETE:

Largo da Machado, 8-A — Tel.: 25-4529

AGÊNCIA COPACABANA:

Av. N. S. de Copacabana, 759 — Tel.: 37-4550

AGÊNCIA ILHA DO GOVERNADOR:

Rua Maldanada, 243 — Tel.: GOV - 545

AGÊNCIA MADUREIRA:

Estrada Marechal Rangel, 56 — Tel.: MH - 197

AGÊNCIA MEIER:

Rua 24 de Maio, 1321 — Tel.: 29-4713

AGÊNCIA M. FAZENDA:

Av. Pres. Antônio Carlos, 375 — Tel.: 52-3515

AGÊNCIA PEDRO II:

Pça. Cristiana Ottoni — Tel.: 43-4470

AGÊNCIA PENHA:

Praça das Rameiras, 165-A — Tel.: 30-3490

AGÊNCIA SANTA CRUZ:

Rua Felipe Cardoso, 18 — Tel.: STC - 404

AGÊNCIA SÃO CRISTÓVÃO:

Rua São Luiz Gonzaga, 401 — Tel.: 28-8194

AGÊNCIA TIJUCA:

Rua Cande Banfim, 5 — Tel.: 28-9226

AGÊNCIA VILA ISABEL:

Av. 28 de Setembro, 319 — Tel.: 38-3221



A Escola de Horticultura Wenceslão Bello, tradicional estabelecimento de ensino profissional agrícola mantido no Penha, Distrito Federal, acaba de diplomar mais uma turma de fruticultores, floricultores e hortelões.

É esta a 14.ª turma diplomada pelo referido estabelecimento de ensino, que abriga filhos de lavradores dos Estados de Minas Gerais, Estado do Rio, Paraíba, Espírito Santo.

Na foto acima, tirada após a entrega dos certificados, vêem-se, em pé, os diplomandos e sentados o diretor, professores e assistentes da conhecida Escola.

SUMÁRIO

Sumária	1
Sociedade Nacional de Agricultura	2
O Loteamento Rural e o Abastecimento em São Paulo — Prof. Arthur Torres Filho ..	3
As Secas do Nordeste — Adalberto Serro	4
Posição atual da café — Julio Cesar Cavela	6
Financiamento da Produção	12
José de Castro Rangel ..	14
Formação e Aperfeiçoamento de Classificação de Produtos Vegetais — Diretor Técnica da S. N. A. Eng. Agr. Geralda Goulart da Silveira ..	15
Carbúncula Sintomática ..	17
Cooperativismo — O projeto 150/47 — Fabio Luz Filho	18
Situação da Natureza na Parque Nacional de Itatiaia — Luiz Carlos de Mosquito Maia ..	22
Política Econômica do Açúcar — Prof. Ramala Cavina ..	23
Crédito Agrícola ..	26
Alimentação forte, rica e adequada durante todo ano significa boa produção animal	28
Adicionais sobre os preços do sal ..	30
Notícias e Informações	32
Está o serviço de piscicultura ultrapassado pela técnica moderna	35
Menezes ..	38
Sociedade Nacional de Agricultura — Prof. Arthur Torres Filho ..	39
Goiás arregimenta a sua classe rural ..	41
Confederação Rural Brasileira — (Atividades dos meses de Fevereiro, Março e Abril)	41
A lavoura e a nova política — Discurso do sr. Arthur Leite ..	45

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo	— DR. MIGUEL CALMON DU PIN e ALMEIDA
Presidente Benemérito	— DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES
Presidente de Honra	— DR. GETÚLIO DORNELLES VARGAS

DIRETORIA GERAL

Presidente	— ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente	— LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente	— EDGAR TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente	— ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário	— FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	— ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário	— EURICO SANTOS
4.º Secretário	— CINÉAS DE LIMA GUIMARÃES
1.º Tesoureiro	— KURT REPSOLD
2.º Tesoureiro	— OTTO FRENSEL
Secretário-Geral	LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES
ENIO LUIZ LEITÃO
FRANKLIN DE ALMEIDA
HONÓRIO DA COSTA MONTEIRO FILHO
JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
MARIO DE OLIVEIRA
GERALDO GOULART DA SILVEIRA

CONSELHO SUPERIOR

ALFEU DOMINGUES	JOSAFÁ MACEDO
ALVARO SIMÕES LOPES	JOSÉ SAMPAIO FERNANDES
ANÍPIO GOMES	JOSÉ SOLANO CARNEIRO DA CUNHA
ANTÔNIO JOSÉ ALVES DE SOUZA	JULIO CESAR COVELO
APOLONIO SALLES	JUVENAL LAMARTINE
ARMENIO DA ROCHA MIRANDA	LANDULPHO ALVES DE ALMEIDA
ARTHUR OBERLAENDER TIBAU	LAURO PIRES XAVIER
BEN HUR FERREIRA RAPOSO	LAURO FORTES BUSTAMANTE
DIOGENES CALDAS	MANOEL CARLOS FERRAZ DE ALMEIDA
EDUARDO DUVIVIER	MANOEL NETO CAMPELO JUNIOR
EUVALDO LODI	MARCIAL G. TERRA
FABIO FURTADO LUZ	MARIO VILHENA
GUILHERME EGBERT HERMSDORFF	NEWTON DE CASTRO BELLEZA
HUMBERTO BRUNO	ORMEU JUNQUEIRA BOTELHO
IRIL MEINBERG	PAULO PARREIRAS HORTA
ISRAEL PINHEIRO DA SILVA	PEDRO FONTES
ITAGYRA BARÇANTE	ROBERTO DE ARAUJO CARNEIRO CAMPELO
IVO LEAO	RUI CARNEIRO
JERONIMO ANTONIO COIMBRA	SEBASTÃO SANT'ANA e SILVA
JOAQUIM CAMARA FILHO	WALDICK MOURA

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE
DOS SEGUINTEs ÓRGÃOS:

Comissão Permanente de Exposições e Feiros (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; Conselho Permanente de Exposições e Feiros (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; Suplente, Luiz Marques Poliano; Comissão Revisora de Tarifos (Ministério da Fazenda) — Dr. Oswaldo Miguel Frederica Ballarin; Conselho Consultivo do E. F. Control do Brasil — Dr. Altino de Azevedo Sodré; Comissão Permanente do Estradovida de Sanson; Instituto Brasileiro de Educação e Cultura (Ministério das Relações Exteriores) — Dr.

Luiz Simões Lopes; Comissão de Intercâmbio Comercial com o Exterior (Ministério da Fazenda) — Dr. Kurt Repsold; Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção — Dr. Edgar Teixeira Leite; Comissão Consultiva de Acordos Comerciais (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Alberto Ravache; Comissão de Política Agrária (Ministério da Agricultura) — Dr. Luiz Simões Lopes. Suplente: Dr. Alberto Ravache.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LVIII

MARÇO - ABRIL - 1954

O loteamento rural em São Paulo e o abastecimento

Prof. ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Sempre defendemos o princípio de que o Brasil precisa retirar do meio nacional seus próprios recursos, despertando novas fontes de vida de regiões tidas como decadentes ou subdesenvolvidas, proporcionando-lhes novos surtos de expansão. No momento, carecemos de soma apreciável de produção para satisfazer as necessidades da vida nacional.

A elevação da produtividade agrícola pela assistência técnica e financeira, facilitando-se a produção, circulação e consumo, representará a mais segura orientação para o problema do abastecimento dos centros populosos. A par das medidas que o Governo Federal, dentro de uma preocupação constante de estímulo à produção agro-pecuária pelo crédito agrícola, através do Banco do Brasil, a pequenos e médios agricultores, como também a arrendatários e parceiros, sob responsabilidade pessoal dos beneficiados, que,remos ressaltar de modo especial a regulamentação pelo Governo de São Paulo da lei n.º 2.085, de 27 de dezembro de 1952, sobre o financiamento para aquisição de lotes rurais, fosse financiamento tem por finalidade promover a produção de gêneros alimentícios e outras utilidades para o abastecimento da cidade de São Paulo e demais centros vizinhos. O loteamento se fará mediante a adoção de várias providências, dentre as quais merecem ser destacadas as seguintes: localização dentro de um círculo de 100 quilômetros do perímetro urbano da capital; serão preferidas as áreas de terras apropriadas a diversos tipos de exploração rural; a aquisição e o loteamento dessas áreas em lotes não superiores a vinte hectares; as vendas dos lotes feitas a prazo até 20 anos, mediante prestações; com juros calculados pela Tabela Price; garantia de prestação de assistência técnica especializada a cada uma das atividades agro-pecuárias; proporcionar por meios adequados fácil escoamento da produção; organização de cooperativas entre os componentes de mesmo agrupamento; organização de centros de atividade social para facilitar assistência escolar, médica e recreativa. As glebas destinadas ao loteamento serão examinadas e todo o programa na execução do **cinturão verde**, tão bem planejado, ficará a cargo da Secretaria da Agricultura.

Se é bem exato revestir-se de complexidade o abastecimento de uma grande cidade, por exigir medidas de conjunto, forçoso era reconhecer que o loteamento rural tanto por iniciativa oficial como particular, representa no setor da produção a mais proveitosa garantia para o bem-estar social. Sabemos quanto é deficiente em quantidade e qualidade, com preços sempre elevados, produtos de consumo imediato, como hortaliças, frutas, leite e seus derivados, aves, ovos; enfim, tudo quanto podendo ser produzido para consumo imediato e dentro das proximidades das cidades num círculo de transporte rápido, vemos essa produção deslocada para grandes distâncias. O loteamento, com a formação de chácaras, sítios e granjas, dentro de um programa de acesso fácil à terra e de princípios de livre iniciativa, como acaba de fazer o Estado de São Paulo, torna-se digno de louvores e merece todo o apoio neste momento, para o melhoramento de nos as condições econômicas e sociais.

AS SÊCAS DO NORDESTE

ADALBERTO SERRA

1 — Climatologia Equatorial

As massas de ar dos dois hemisférios se opõem ao longo de uma linha (a Frente Intre Tropical — FIT), aproximadamente paralela ao equador. Devido ao maior aquecimento nesta região, o ar que vem dos polos al se eleva, produzindo chuvas, para depois retornar superiormente às zonas temperadas. Sem falar das que ocorrem nas altas latitudes, as correntes situadas entre os trópicos costumam os aliseos (de SE no hemisfério sul, e NE no hemisfério norte), e a respectiva ascensão conjunta na FIT produz uma zona de calinas (o doldrum), com aguaceiros e trovoadas.

A posição daquela Frente varia com as estações do ano. Realmente, pela sua maior área continental, o hemisfério norte é mais quente que o do sul, onde predominam os oceanos. A grande massa de ar frio deste último conserva assim a FIT, em média, acima do equador, embora acompanhando o movimento geral do Sol na eclíptica. No verão norte, de Junho a Agosto, a referida Frente se encontra cerca de 10° N. vindo atingir sua posição extrema em Setembro, quando o polo Antártico está mais frio.

Já no verão sul, de Dezembro a Fevereiro, a FIT fica situada mais perto do equador, sua localização meridional extrema se produzindo em Março, devido agora ao intenso resfriamento do polo Ártico. Tudo o que dissemos se refere sobretudo ao Atlântico e Pacífico, a posição especial do continente asiático acarretando um regime diferente no Índico. Isto porque a Sibéria se torna, em Janeiro, um verdadeiro polo frio, com temperaturas até de — 72°, e assim, sob a influência do grande anticiclone formado, a FIT alcança nesta época a sua maior latitude sul no Índico. Em Julho, com o forte aquecimento terrestre, surge uma depressão no Tibete, e aquela Frente chega então à latitude mais setentrional, produzindo as "chuvas de monção", na Índia.

Resta detalharmos a posição dos anticlones subtropicais, ou "centro de ação": Eles se reforçam simultaneamente em Julho, e se reduzem em Janeiro. Pois no hemisfério sul predominam os mares, e a pressão total, máxima no inverno (Julho), se distribui forçosamente na área líquida, enquanto no hemisfério norte, então no verão, o grande aquecimento causa depressões continentais, flando os mares, mais frios, sob alta pressão.

Em Janeiro porém, nas terras resfriadas do hemisfério setentrional, permanecem grandes anticlones, estando os oceanos sob baixa pressão; os centro de ação se apresentam agora quase inexistentes, e também reduzidos, aliás, no hemisfério meridional, então sob menor massa de ar, no verão.

Na América do Sul, a FIT, que estaciona sobre a Venezuela em Setembro e Outubro, desce às Guianas em Novembro, ao Pará em Dezembro —

Janeiro, Maranhão em Fevereiro, e Ceará em Março. Volta ao Piauí em Abril, Pará em Maio, Guiana Francesa em Junho, Guiana Inglesa em Julho — Agosto, e novamente Venezuela em Setembro.

Dêsse modo, a estação chuvosa nordestina ocorrerá de Janeiro a Abril, durante o movimento extremo para sul da FIT, sendo secos os meses restantes, sob o domínio do "centro de ação" do Atlântico Sul. É claro que qualquer irregularidade na circulação geral reduzirá um pouco o percurso daquela Frente, trazendo ao Nordeste as calamitosas "sêcas".

2 — Circulação Secundária

Durante o "inverno" do Nordeste as chuvas não caem diariamente, sendo interrompidas por períodos de estiagem, tudo subordinado aos avanços e recuos da FIT. Esta é comandada, por sua vez, pelas oscilações das Frentes Polares do Atlântico Norte e Sul, que agem sincronicamente, bastando-nos assim descrever o mecanismo da última.

Chama-se Frente Polar Atlântica (FPA) à linha de descontinuidade térmica que separa os ventos frios de W-SW, circumpolares, dos mais quentes de NE a NW, provenientes do centro de ação. A FPA se estende do Chaco ao Atlântico Sul, cujo litoral corta na latitude 35°.

Pela ação solenoidal e de inércia, sofre aquela Frente ondulações, constituindo "famílias" de ciclones, que vêm ocidir na Baixa Central do mar de Weddell.

Ao fim de cada família, o acúmulo de ar polar produz, após a frente, a formação de um anticiclone frio, que impela a FPA até o trópico, na direção NE, penetrando em cunha sob o tropical quente.

A ascensão dêste redonda em nuvens e chuvas no percurso frontal, do R. G. do Sul até à Bahia, seguindo-se tempo frio e seco, sob a Alta posterior.

O centro de ação do Atlântico vai assim recuando e se reduzindo, para ser depois substituído e renovado pelo próprio anticiclone polar quando a FPA se dissolve no trópico, sob o aquecimento geral.

1) Na época que nos interessa, verão e outono, os avanços da FPA podem ser fracos, a massa polar se derramando sobretudo no oceano mais frio. A colocação da Serra do Mar dá então àquela Frente uma orientação geral SW-NE, com chuvas continuas no litoral sul.

2) Se, porém, o ar polar for vigoroso, o grande anticiclone pode vencer a Serra do Mar e a FPA conserva uma orientação NW-SE, esbarrando violentamente até a Bahia, neste caso com chuvas escassas no sul do Brasil.

1) Sob tais movimentos frontais, o centro de

ação é primeiro impellido para o Nordeste, onde a pressão sobe, recuando as chuvas continentais para o Maranhão e Amazonas. O Nordeste experimenta então bom tempo e aquecimento durante 2 a 3 dias, surgindo vento de E. e nebulosidade 3 de Cumulus, sem trovadas.

Logo porém, que a FPA atinge o E. do Rio, a resistência da Mantiqueira a desviar para leste, no oceano. O centro de ação recua então no mesmo sentido, e a pressão cai no Nordeste, ao qual voltam as chuvas continentais, enquanto as da FIT se localizam no litoral.

2) Se porém, a renovação da FPA for intensa e frequente, com grande frentes que avançam violentamente até à Bahia, sendo logo substituída por novas formações, a ação frontogenética atrai todos os sistemas para Sul. O centro de ação continua nesta direção, e a FIT pode descer ao Nordeste atingindo as suas calmas e chuvas até o limite Pernambuco-Bahia.

A pressão baixa e a temperatura declina, soprando ventos de N e NW, sob nebulosidade 8 de Cumulus, com trovadas.

Finalmente, serenada a ação da FPA, o centro de ação retorna à sua posição normal, e as chuvas da FIT recuam para norte e oeste, deixando seco o Nordeste.

3 - Previsão das Secas

Como já foi dito, ligeira redução de 2 a 3° no percurso para sul da FIT basta para trazer uma seca do Nordeste, não havendo periodicidade na ausência de chuvas.

A previsão de tais fenômenos, além da sua importância para a economia regional, viria assegurar igualmente prognósticos para outros pontos do País.

1) Vimos que as Secas Nordestinas ocorrem quando os avanços da FPA se tornam escassos, e com uma orientação geral SW-NE. Neste caso as chuvas se apresentam fracas no Rio, mas duradouras nos estados do Sul e no litoral baiano, agora sob alta pressão do anticiclone atlântico.

São também raras as invasões polares nos E. Unidos, com Altas frias de pouca intensidade no Canadá, o que reduzida, para manter o forte total de massa no inverno, em um centro de ação poderoso nos Açores.

A FIT se conserva desse modo no equador, com um quadro barométrico médio, em Janeiro, idêntico no de Julho. Em compensação, sob o grande anticiclone da Sibéria, onde o frio é in-

tenso, aquela Frente desce muito para sul, no Indico, sendo forte o monção de NE.

2) Já as grandes inundações do Nordeste correspondem a época de intensas e frequentes invasões da FPA até o paralelo 15°, conservando uma orientação geral NW-SE.

O sul da Brasil fica então seco e fresco, com escassas chuvas de verão, uma vez que predomina a massa polar. Também zero o litoral da Bahia, donde o centro de ação permanece afastado.

São por outro lado intensas as invasões polares nos E. Unidos, providas de forte anticiclone no Canadá e Alaska, o que reduzida um franco centro de ação nos Açores, onde a pressão se conserva baixa.

Em compensação na Sibéria, agora mais quente, tem um pequeno anticiclone, e a FIT permanece muito a norte no Indico, para compensar o seu grande avanço para sul, no Atlântico.

A chave do prognóstico consiste pois em se estimar, com grande antecedência, a pressão média (Janeiro a Abril) nos Açores, através de correlações com outros pontos da Terra, e em particular com as três "oselhões" de Walker (meridional, pacífica, e atlântica). A primeira, sobretudo, é muito significativa, e Walker estabeleceu mesmo, em 1928, uma fórmula de regressão para as chuvas de ortaleza. P. Baur, recentemente obteve ótimos prognósticos da pressão nos Açores, em função da atividade solar.

Dos estudos que publicamos em 1948 resultam como índices de seca no Nordeste os valores seguintes, observados em Julho do ano anterior:

Pressão: índice de 1009,6mb na Groelândia Landia e baixa no Alaska — Inferior a 1014,5 em Denver, 1017 no Havai, e 998,5 em Lahore (Índia) — Maior de 1013,0 em Zanzibar, 1012,0 em P. Darwin, e de 1022,0 em Capetown — Menor que 1012,8 em Samoa e 1019,0 em B. Aires, baixa nas I. Orendas.

Temperatura: Inferior a 8°1 na Groelândia, e 25°0 em Tokio. Superior a 25°2 no Havai, 32°0 em Lahore, 25°5 em Dakar, 22°0 em Simon, e 15°0 em S. Helena. Novos prognósticos podem ainda ser feitos em Outubro e Janeiro, com técnica semelhante, e resultados mais exatos.

Em particular, os dados de julho de 1953 indicam para o Nordeste, em 1954, chuvas algo acima do normal, portanto seca relativa na Bahia, e um verão fresco no Sul.

Continuando, só os informes de Janeiro 1954 terão valor decisivo, no caso.

Vermes ? "MONTAGNOLA VERMIS"

Efeito seguro e rápido; gosto agradável; dose mínima; preparação homeopata isenta de riscos para a saúde.

— E' um produto do grande laboratório de —

DE FARIA & C.

Matriz: RUA DE SÃO JOSÉ n.º 74 — RIO DE JANEIRO
Filiais: Rua Archias Cordeiro, 249 (Meyer) — Av. Copacabana, 710

A VENDA EM TODAS AS FARMÁCIAS E DROGARIAS

POSIÇÃO ATUAL DO CAFÉ

Provável situação brasileira em 1957

JULIO CESAR COVELO

A evolução do consumo mundial do café constitui, obrigatoriamente, o elemento fundamental norteador da política produtora dessa mercadoria. A inobservância desse preceito básico poderá reconduzir novamente a economia cafeeira mundial a um novo colapso semelhante ao de 1929.

PRODUÇÃO E CONSUMO

O desenvolvimento da produção e do consumo, de 1924 a 1952 obedeceu aos seguintes quantitativos, segundo dados da Divisão de Estatística do Instituto Brasileiro do Café.

O CAFÉ NO MUNDO VOLUME DE SACAS DE 60 QUILOS

Anos	PRODUÇÃO			Consumo Mundial	
	Brasil	Outros	TOTAL		
1924	14.560.000	6.762.000	21.322.000	22.944.000	
1925	15.762.000	7.052.000	22.814.000	21.707.000	— 5,3%
1926	18.117.000	7.068.000	25.185.000	23.091.000	+ 6,3%
1927	27.626.000	8.003.000	35.628.000	24.306.000	+ 5,1%
1928	16.662.000	8.860.000	25.522.000	24.290.000	— 0,6%
1929	28.942.000	8.273.000	37.215.000	24.507.000	+ 0,8%
1930	17.418.000	8.633.000	26.051.000	25.729.000	+ 4,9%
1931	28.313.000	8.287.000	36.600.000	27.947.000	+ 8,6%
1932	19.846.000	9.239.000	29.085.000	24.560.000	— 12,1%
1933	29.634.000	8.935.000	38.569.000	26.318.000	+ 7,9%
1934	18.509.000	7.699.000	26.208.000	25.292.000	— 3,8%
1935	20.927.000	10.028.000	30.955.000	27.110.000	+ 7,1%
1936	26.359.000	10.889.000	37.248.000	29.894.000	+ 5,0%
1937	24.351.000	10.011.000	34.362.000	28.478.000	+ 4,6%
1938	23.221.000	10.125.000	29.257.000	30.894.000	+ 0,3%
1939	19.138.000	10.119.000	33.346.000	30.013.000	— 4,2%
1940	16.456.000	12.138.000	28.594.000	28.728.000	— 21,6%
1941	15.797.000	15.596.000	31.393.000	22.504.000	— 13,1%
Fim da queima dos esto- ques	1942	13.613.000	14.878.000	28.491.000	— 17,0%
	1943	12.160.000	15.990.000	28.150.000	+ 21,6%
	1944	9.136.000	15.020.000	24.156.000	+ 12,6%
	1945	12.710.000	12.478.000	25.188.000	+ 5,6%
	1946	13.878.000	13.101.000	26.979.000	+ 9,9%
	1947	13.603.000	14.270.000	27.873.000	+ 4,3%
1948	16.952.000	14.648.000	31.600.000	30.339.000	+ 10,1%
1949	16.303.000	14.236.000	30.539.000	32.500.000	+ 7,1%
1950	16.632.000	15.966.000	32.598.000	29.310.000	— 9,8%
1951	14.962.000	15.790.000	30.752.000	31.428.000	+ 7,2%
1952	16.030.000	15.557.000	31.587.000	32.553.000	+ 3,5%

Verifica-se dos números relacionados que o consumo mundial nos últimos 28 anos, cresceu de 41,8% em relação a 1924, subordinado a uma média percentual corrida de 1,4% por ano.

Esse período não poderá ser arguido de excepcional em relação às ocorrências que perturbaram a normalidade do comércio cafeeiro — dado que

essas perturbações constituem fatos comuns na vida mundial desde quando sejam considerados largos períodos de tempo como aquele abrangido pela estatística retro transcrita.

Quanto à produção verifica-se um paulatino e regular crescimento do contingente fornecido pelos demais produtores concorrentes do Brasil.

Esse aumento elevou-se a 130%, observada a média regular e corrida de 4,6% ao ano, no período analisado de 28 anos.

Paralelamente a esse fato, a produção brasileira elevou-se de 81% até 1936, para regredir, vertiginosamente, até 1944 (37% negativos em relação a 1924) quando novamente tomou outro impulso ascensional, com um aumento de 75% só-bre 1944.

De uma maneira geral a produção brasileira aumentou, apenas, de 10% em relação a 1924.

1952

Em relação à produção temos o seguinte quadro comparativo entre a situação brasileira e a dos nossos concorrentes, tomados por base os dados estatísticos referentes a 1934 e 1952.

1934

Produção Brasileira	18.509.000 sacos
Cafeeiros existentes	2.967.600.000
Média de produção por mil pés	25 arrobas

Produção Concorrente	7.609.000 sacos
Cafeeiros existentes	1.940.826.000
Média de produção por mil pés	15,7 arrobas

Produção Brasileira	16.030.000 sacos
Cafeeiros existentes	2.527.595.000
Média de produção por mil pés	25,3 arrobas

Produção Concorrente	15.557.000 sacos
Cafeeiros existentes	3.938.481.000 (x)
Média de produção por mil pés	15,7 arrobas

Por falta de estatísticas sobre a situação cafeeira dos demais países produtores em 1952, fomos obrigados a calcular o número de seus cafeeiros existentes, nesse ano, tomadas por base a respectiva produção obtida nesse período e a média de produção por mil pés, vigorante em 1934.

Os números encontrados poderão não coincidir exatamente com a realidade cafeeira daquele ano, todavia, não temos dúvida em afirmar que estão muito próximos dela.

As médias de produção por mil pés encontradas para 1934 e 1952 se referem à totalidade dos cafeeiros existentes: novos sem produção e formados.

Quanto a cafeeiros novos, ainda improditivos, a situação nos dois anos em análise (1934 e 1952) é a seguinte:

1934

CAFEIROS NOVOS EXISTENTES

No Brasil	72.045.400 pés (2,4% do total)
Nos países concorrentes	46.579.824 pés (x)

1952

No Brasil	283.277.000 (11,2% dos cafeeiros existentes).
Nos países concorrentes	441.109.000 (calculados na base de 11,2% sobre os cafeeiros existentes que, por sua vez foram também calculados na base de 15,7 arrobas de produção média para cada mil pés).

Neste capítulo a nossa ignorância de que se processa diretamente no exterior é absoluta e a falta de dados estatísticos nos força a cálculos que indiquem meramente aproximados ou estimativos.

Ninguém ignora que, mesmo no Brasil, a estatística sobre a existência de cafeeiros novos é bastante precária também.

Dal a necessidade de recorrermos a cálculos e raciocínios para a obtenção de estimativas notáveis.

Sabemos que os surtos de plantação, maiores ou menores, ocorrem paralela e simultaneamente em todos os países produtores, tais sejam as perspectivas que o mercado mundial apresente.

De acordo com esse fato calculamos estimativamente a existência de cafeeiros novos nos demais países produtores, usando a percentagem verificada no Brasil através de seus dados estatísticos referentes a 1934 e 1952, cujos números foram acima consignados. Em 1934 existiam no Brasil 2,4% de cafeeiros novos sobre o total existente, e, em 1952, essa percentagem elevou-se a 11,2%.

Se bem que esse artifício, como já dissemos, só nos proporcione estimativas, não nos foi possível fugir a ele tanto por força da inexistência de elementos estatísticos positivos e reais sobre nossos concorrentes, como pela necessidade de situarmos, com antecipação, a situação brasileira e da concorrência, frente a um próximo panorama econômico, decorrente do comportamento estatístico da produção mundial e do consumo.

Diante da matéria exposta e dos comentários alinhados podemos prever o seguinte quadro da produção mundial provável para

1957

Sacos

Produção mundial provável
(Não considerados os novos plantios a partir de 1953)

Produção brasileira
(Base de 25,3 arrobas por mil pés) . 15.987.038

Produção concorrente

(Base de 15,7 arrobas por mil pés) 15.454.537

Aumento de produção correspondente aos novos cafezais,

Brasil (50 arrobas por mil pés) 3.540.962

Países concorrentes (30 arrobas por pés) 3.303.317

Total de produção provável 38.294.000

O ano de 1957 foi tomado para base de computo porque nessa ocasião, os cafezais plantados em 1952 estarão plenamente formados (5 anos), inclusive aqueles que foram atingidos pela geada de 1953. Acresce mencionar que grande parte dos cafezais novos existentes em 1952 e levantados pelas estatísticas, não foram ainda plantados os anos anteriores.

É a hipótese que a necessidade da lavoura nova registrada em 1952 estará com um limite máximo de idade correspondente a 8 anos e, conseqüentemente, em franca e ótima produção. Entretanto, a produção estimada para 1957 poderá não se verificar por força exclusiva de novas ocorrências meteorológicas ou econômicas que retardem a produção ou forcem o abandono de cafezais.

As médias de produção que atribuímos aos novos cafezais foram respectivamente de 50 arrobas por mil pés no Brasil e de 30 arrobas nos países concorrentes.

Aos entendidos parecerão baixas essas quantidades. Todavia, o não se dá porque devem ser adicionados a eles 25,1 e 15,7 arrobas respectivamente para melcosas e cangueiros, quantidades estas já computadas nos totais referentes aos cafezais existentes.

Como conclusão da análise que vimos efetuando resultará para 1957 o seguinte quadro da produção do ano em relação ao seu consumo:

1 9 5 7

	Sacos
Produção provável	38.294.000
Consumo provável ao de 1952 (14% anualmente, até 1957, correspondentes à média anual do momento percentual do consumo de 1934 a 1952)	34.979.000
Saldo provável sem consumo	3.315.000

Diante do quadro supra verificado-se que a partir de 1957, haverá a maior ou menor excedente de consumo um remanescente de 3.315.000 sacos.

EXPORTAÇÕES

O quadro das exportações brasileiras vem se conservando nada em menos estatístico desde 1931, cuja média anual recente atingiu a 11.374.000 sacos, havendo apenas, nesses dois lustros, variações acentuadas para menos durante os anos de guerra e para mais no pós guerra, para restabelecimento dos estoques de consumo, destituidos.

Em 1932, enquanto o Brasil exportava 11.935.000 sacos, os outros países remetiam

16.551.000. Essa situação já invertida em 1952 quando exportamos 15.821.000 para 16.312.000 dos nossos concorrentes. A pequena melhoria verificada nas nossas exportações durante o último quinquênio já está praticamente desaparecida pois que vem ela em declínio acelerado desde 1950. Os volumes exportados nesse período foram os seguintes:

1949	19.368.000
1950	14.834.000
1951	16.358.000
1952	15.821.000
1953	15.562.000

A situação exposta é bastante grave diante da probabilidade próxima de saldo de produção sobre as necessidades de um consumo que não pode ser forçado repentinamente e cujas tendências são de majorações de preços que se vem verificando.

Sobre 31 dos maiores países importadores de café brasileiro 20 reduziram suas importações em 1952 sobre as verificadas em 1935. Escolhemos 1935 para ano de comparação por ser um período já afetado dos efeitos da crise de 1929 e ainda não atingido pelas resultantes diretas do preparativos da guerra.

CONSUMO INTERNO

O consumo nacional, que, pela média per capita, pode ser aproximadamente calculado em 5.500.000 sacos por ano, exclusivo o consumo, inevitável das pequenas localidades e das zonas rurais, está sofrendo uma redução aproximada de 30%, correspondente a 1.650.000 sacos, por força do elevado preço a que o produto atingiu. O consumo de mate está se acentuando intensamente em substituição ao do café, no ponto de não se falar mais em crise levaterra.

O custo da nossa produção cafeeira sofreu evolução acentuada desde 1932 para 1952. Essa evolução se deu ao preço médio da produção média de 35 arrobas por mil pés formados.

	Custo por mil pés	Custo por saco
em 1932	Cr\$ 800,00	Cr\$ 81,16
em 1952	Cr\$ 7.000,00	Cr\$ 800,00

Embora não dispnhamos de dados seguros sobre o custo da produção concorrente os elementos de que dispomos nos levam à convicção de que les são bastante reduzidos em relação aos nacionais.

EFEITOS PROVÁVEIS DA SITUAÇÃO EXPOSTA

Pelo que foi examinado neste trabalho somo, levados à convicção de que nos encontramos às vésperas de novo colapso cafeeiro.

Se o primeiro, de 1929, teve a potência destruidora suficiente para abalar profundamente e quase de ruína a economia cafeeira e agrícola geral do país, até então considerada aquela como indestrutível, esta segunda causará danos irreparáveis e definitivos pois que só há pouca e que a combulda economia cafeeira nacional começou a convalescer da crise detruída há 25 anos passados.

Parece-nos que não valeu a tremenda lição resultante dos graves erros cometidos no passado.

Aquela lição, fruto principal de uma telmossa e inépta política retencionalista de finalidade valorizadora artificial do produto, que obrigou, por força de outra inépta administrativa subsequente, a queima de estoques correspondentes a 79 milhões de sacas, não produziu o menor resultado.

Volta-se hoje, inclusive, à obrigatoriedade de preços mínimos de exportação, à base do dólar, conforme determinações da Resolução n.º 66, de 8-8-53 do Ministério da Fazenda, abandonadas as várias determinações do Instituto do Café do Estado de São Paulo vigorantes na administração Mário Tavares e abandonadas posteriormente.

Assim, a entrada obrigatória nos portos, da duodécima parte da safra média de dois anos consecutivos foi cancelada. O que está vigorando hoje, por força da resolução citada, é o limite oficial de preço mínimo do produto para o exterior, proibitivo de preços inferiores. É novamente a valorização artificial sob nova modalidade e que deverá, dentro em pouco, produzir os seus efeitos: estocagem de saldos inventáveis do produto, crescentes de ano para ano.

Não há como fugir à situação que nos espera desde que as coisas prossigam como estão. Os dados arrolados neste trabalho são otimistas. O aumento da produção, resultante dos cafezais novos que estão se formando, deverá ser muito superior ao assinalado, não só por força de mais elevada média unitária de produção que a consignada, como pela fraqueza das atuais estatísticas referentes a cafezais novos, pois que, com a extinção do D.N.C., houve interrupção dos seus serviços de levantamento e atualização estatística do cadastro cafeeiro do país, justamente no período em que mais se plantou no Brasil.

Diante do exposto somos de opinião que os saldos sem mercado no país, a partir de 1957, serão mais elevados que o assinalado neste trabalho.

Acrece mencionar que o consumo nacional foi reduzido de 30% aproximadamente.

Só no Distrito Federal, segundo o Sindicato dos Torradores de Café, houve uma redução do consumo correspondente a 30%. apenas nos últimos meses.

Se levarmos em consideração que essa redução está se processando entre uma população tradicionalmente habituada ao uso do café, pode-se aquilatar das paralelas reduções que se vêm processando no quadro do consumo mundial, e das dificuldades futuras de reconquista de ex-consumidores.

Contestamos, a priori, a pecha de pessimistas ou de derrotistas. As conclusões a que chegamos estão estribadas em fatos e números que, embora aproximados alguns destes, resistem, todavia, a conclusões diferentes.

Não percamos de vista que os produtores mundiais, concorrentes do Brasil, continuarão levando as vantagens que a nossa tradicional fraqueza de procedimento econômico lhes facultou no passado e está proporcionando na hora presente.

Para comprovação desse fato basta um simples e superficial golpe de vista sobre a estatística de seu desenvolvimento cafeeiro. Tem se processado este com absoluta regularidade matemática, subvertendo já a situação brasileira. Não precisariam, portanto, para essa comprovação, de compul-

sarmos outros elementos materiais e numéricos. Em todo o caso convém frizarmos que o custo da produção concorrente é inferior ao brasileiro, assim como grande percentagem de seus cafés é de qualidade superior à dos nossos.

ADOÇÃO URGENTE DE NOVAS DIRETRIZES

Pela rápida exposição analítica das atuais condições da produção cafeeira e do consumo mundial, sente-se necessidade da adoção urgente de novas diretrizes à nossa política cafeeira, entre as quais citaremos as seguintes:

- a) Restabelecimento do Serviço Técnico do Café, como órgão subordinado e dependente do I. B. C.

A adoção dessa medida promoverá a melhoria paulatina do nosso produto e das lavouras existentes, contribuindo na redução do custo de produção.

- b) Adoção de política nacional de fertilizantes.

O campo comercial distribuidor e industrial produtor de fertilizantes e de matérias primas fertilizadoras está entregue, inteiramente, à iniciativa privada, havendo numerosos empreendimentos em execução e em projeto outros, todos agindo no sentido da obtenção de máximos lucros, sem qualquer sentido planejado em função das nossas necessidades econômicas mais imperiosas. Ao contrário. Das várias iniciativas e projeto existentes alguns se entrecrocaram pela duplicidade, com grave desperdício de capitais sempre carentes e, por isso, dignos de melhor utilização. Dispondo o país das mais variadas fontes de matéria prima utilizável, constata-se a importação de produtos dispensáveis pela existência de similares nacionais.

Diante desse aspecto imperante no momento, é a lavoura quem paga um ônus elevado para a manutenção desse estado de coisas.

Recomendamos que os poderes públicos constituam uma comissão de técnicos especializados em fertilizantes e na tecnologia industrial do ramo, a fim de que a ela sejam entregues, para estudo, todos os empreendimentos projetados e em andamento e que dependem de crédito dos bancos oficiais, a fim de que organize um plano nacional de conjunto referente à parte produtora de matérias primas fertilizadoras e de adubos sintéticos, podendo esse plano ir até a criação do monopólio estatal ou autárquico, além de promover novas iniciativas produtoras aconselháveis, diante das necessidades imperantes.

Promoveria o Governo, neste caso, a desapropriação ou encampação das entidades existentes, entregando a distribuição comercial dos produtos às firmas especializadas já existentes ou mesmo a indústrias subsidiárias misturadoras e distribuidoras que vêm agindo no país. Fixaria o órgão sugerido preços básicos e percentagens de lucros aos misturadores e distribuidores. O que se verifica presentemente, quanto aos preços de fertilizantes, é a sua excessiva elevação com graves prejuízos à produção que não pode adquiri-los nas quantidades necessárias, com sérios prejuízos aos nossos custos agrícolas que se elevam de momento para momento, situando-se todos na classe dos gravosos

c) Novos mercados.

Quem se dê ao trabalho de compilar as nossas estatísticas de exportação verificará a imensa possibilidade de expansão do nosso comércio exterior. Além da possível ampliação consumidora dos nossos tradicionais fregueses europeus, americanos e asiáticos, temos ainda possibilidades plenas para negociação de grandes quantitativos na Espanha, Áustria, Grécia, Israel, Austrália, Alemanha, Albânia, Bulgária, Hungria, Iugoslávia, Tchecoslováquia, Polónia, União Soviética, Japão, China e Rússia.

As providências nacionais nesse sentido devem ser promovidas com a máxima urgência, desde que, nesse terreno, os resultados não se apresentem prontamente. Os prováveis estoques disponíveis em 1957 serão facilmente absorvidos desde que o nosso Governo e o I.B.C., desde já, promovam os entendimentos preliminares indispensáveis e a continuidade de negociações permanentes visando o escoamento da nossa produção. A redistribuição do nosso café por alguns dos atuais importadores também será dificultada e finalmente eliminada, desde que ampliemos o nosso campo consumidor.

d) Restabelecimento da antiga quota de sacrifício para consumo interno.

Como vimos atrás o consumo nacional está regredindo de forma assustadora como consequência dos elevadíssimos preços vigentes. A única forma de fazê-la voltar a melhores níveis é a sua gerida.

Recomendamos o restabelecimento de quota de sacrifício para consumo interno, a ser fixada pelo I.B.C. e cobrada indistintamente de todos os produtores, mediante uma retribuição correspondente, no máximo, a 50% dos preços vigentes para o exterior. O próprio I.B.C. seria o distribuidor desses cafés para consumo interno.

e) Abolição dos níveis oficiais de preços mínimos estabelecidos pela Instrução n.º 66, de 8-8-53, do Ministério da Fazenda.

A falta de conteúdo a esta recomendação basta a recordação sobre os catastróficos resultados da política de valorização artificial pela retenção, posta em prática pelo Instituto do Café do Estado de São Paulo a partir de fins de 1927.

f) Restabelecimento da política de entrada mensal nas portas da duodécima parte da safra média de dois anos consecutivos.

Esta política proporcionará, como no passado, equilíbrio dos preços e normalização nas operações comerciais em função da produção, além de serem eliminadas as possibilidades de sobras das safras. Os preços aos lavradores serão os legitimamente resultantes dos estoques apresentados mensalmente à exportação, impedindo ou dificultando a formação de estoques pelos intermediários e as especulações em bolsas. Pretender o Governo, com a medida hoje vigente, maior quantidade de divisas para as suas atuais necessidades prementes significa o preparo cuidadoso d'um próximo e irreversível desastre cafeeiro.

Expostos que foram os vários aspectos atuais da nossa situação cafeeira, duas perguntas se impõem.

Conviria ao Brasil a proposição de um convênio cafeeiro nos demais países produtores, a fim de serem estabelecidas e cumpridas obrigações e compromissos mútuos destinados à manutenção de equilíbrio estatístico mundial? Em que as lavouras e as safras seriam reciprocamente controladas assim como respeitadas as áreas comerciais de cada um em função do consumo mundial atual e futuro? Ou, segundo, conviria a abertura de uma luta de competição com a nossa concorrência?

Neste caso, as medidas aqui preconizadas deverão ser executadas com muito mais urgência, pois que sem elas, haja ou não competição comercial, a nossa derrocada será fatal. Apenas, com a celebração de convênio, haveria possivelmente, uma agonia menos rápida da nossa organização cafeeira.

Nós, pessoalmente, somos pela luta de competição. O estabelecimento de um convênio, com numerosos participantes, além de difícil execução, não permitiria senão a manutenção das atuais posições dos respectivos signatários, permanecendo o Brasil, portanto, na sua atual posição de inferioridade. Seria, ainda, por isto, problemática a aceitação de proposta para convênio, uma vez que este se interessará aos produtores em situação de inferioridade.

Um país como o nosso, que não tem capacidade nem para evitar a reexportação do nosso café pelos países com quem celebrou convênios comerciais e que disputam as nossas praças para seus produtos industriais, não está em condições de executar um convênio cafeeiro como o que delineamos.

Entretanto submetemos estas recomendações ao julgamento dos Srs. delegados aqui presentes.

Se vingar a segunda proposição, luta de competição em que praticamente já estamos metidos, não sabemos bem qual será o nosso papel no 1.º Congresso Mundial em Curitiba. Seremos talvez ali simples observadores que, acreditamos, é o que farão as representações dos demais países produtores.

NOTA — Os elementos numéricos utilizados no presente trabalho provieram da: Divisão de Estatística do I.B.C., Anuário Estatístico do D.N.C., Coffee Statistics — Pan American Coffee Bureau.

Rio, 12-1-54 — (a) **Julio Cezar Covello**, Delegado da Sociedade Nacional de Agricultura no 1.º Congresso Mundial do Café em Curitiba

A LAVOURA

A MAIS ANTIGA REVISTA
AGRÍCOLA EM CIRCULAÇÃO
NO BRASIL



Uma dívida de gratidão

A enxada colonizou o Brasil e sustentou, até os nossos dias, a sua economia rural. Cavou a terra, durante séculos para que o açúcar, o café, o fumo, o cacau, abastecessem o mundo. Hoje, quando a máquina realiza, nos campos de outras terras, milagres de produção e riqueza, é ainda a enxada o maior ponto de apoio do lavrador brasileiro. Bravamente, novos e mais

aperfeiçoados instrumentos, máquinas poderosas estarão destacando, revolvendo e semeando o nosso solo. A INDÚSTRIA METALÚRGICA NOSSA SENHORA DA APARECIDA S. A. prepara-se para isso. Mas continuará fabricando enxadas, em Sorocaba — as melhores que se fabricam no Brasil: Intelições de aço, "ZAP" e caldeadas "N. S. APARECIDA" — caldeadas

com aço doce e carbono, tão resistentes quanto a mais perfeita enxada estrangeira. Com elas, o lavrador brasileiro poderá intensificar a sua produção e aguardar os novos instrumentos e máquinas agrícolas que a INDÚSTRIA METALÚRGICA NOSSA SENHORA DA APARECIDA S. A. em sua nova e bem instalada fábrica, lhe reserva para um futuro bem próximo.



INDÚSTRIA METALÚRGICA N. S. DA APARECIDA S. A.

Avenida Rio Branco, 52 - 5.º andar — Telefone: 23-3597
ESCRITÓRIO EM SÃO PAULO:

Rua 15 de Novembro, 244 - 9.º andar — Telefone: 32-8339
ESCRITÓRIO NO RIO DE JANEIRO:

FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO

Decreto n.º 34.592, de 13 de Novembro de 1953

Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional colhidos no ano de 1954.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número 1, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 1, da Lei de número 1.506, de 19 de dezembro de 1951, decreta:

Art. 1.º Os preços básicos mínimos para as operações de financiamento ou aquisição, no ano de 1954, dos produtos especificadamente mencionados no parágrafo único do artigo 1.º, da Lei número 1.506, de 19-12-1951, e colhidos no mencionado ano, são os constantes do artigo 2.º deste Decreto.

Parágrafo único. Estes preços referem-se aos produtos nos principais centros de consumo do país, assim considerados para os efeitos deste Decreto os respectivos portos de escoamento, atendidas as condições e especificações decorrentes da Lei número 1.506, de 19-12-1951.

Art. 2.º Os preços básicos mínimos estabelecidos neste Decreto, são os seguintes:

ARROZ

Beneficiado, polido, do tipo dois, por saca de sessenta quilos para a classe de grãos longos, trezentos e quarenta e cinco cruzeiros (Cr\$ 345,00); para o de grãos médios, trezentos e quinze cruzeiros (Cr\$ 315,00), e para o de grãos curtos, duzentos e cinquenta e cinco cruzeiros (Cr\$ 255,00); em casca, dos tipos um e dois, por saca de sessenta quilos para a classe de grãos longos, duzentos e trinta cruzeiros (Cr\$ 230,00); para a de grãos médios, duzentos e dez cruzeiros (Cr\$ 210,00); e para a de grãos curtos, cento e setenta cruzeiros (Cr\$ 170,00); todos — classes e tipos — de acordo com as especificações baixadas pelo Decreto número 28.098, de 10 de maio de 1950. Arroz das melhores qualidades comumente produzidas no Norte e Nordeste do país, por saca de sessenta quilos, beneficiado, polido, cento e oitenta e oito cruzeiros (Cr\$ 188,00) e nas mesmas condições, por saca de sessenta quilos, em casca, cento e vinte e cinco cruzeiros (Cr\$ 125,00). Todos de bom rendimento.

FEIJÃO

Cento e oitenta cruzeiros (Cr\$ 180,00); por saca de sessenta (60) quilos, da variedade branca; cento e setenta cruzeiros (Cr\$ 170,00), das variedades de cores ou rajados; cento e sessenta e dois cruzeiros (Cr\$ 162,00); das variedades pretas,

do tipo três das especificações baixadas pelo Decreto número 7.260, de 28 de maio de 1941.

MILHO

Cento e vinte cruzeiros (Cr\$ 120,00, por saca de sessenta (60) quilos, do grupo "duro", e com cruzeiros (Cr\$ 100,00), dos grupos "mole" e "miúdo", "amarelo" ou "mesclado", do tipo três das especificações baixadas pelo Decreto número 7.438, de 25 de junho de 1941.

AMENDOIM

Noventa e cinco cruzeiro (Cr\$ 95,00) por saca de vinte e cinco (25) quilos, das classes "grauda" ou "miúda", do tipo dois das especificações baixadas pelo Decreto número 7.266, de 29 de maio de 1941.

SOJA

Cento e setenta cruzeiros (Cr\$ 170,00) por saca de sessenta (60) quilos, da variedade comum

GISSOL

Dois cruzeiros (Cr\$ 2,00) por quilo ensacado do tipo dois, com sementes cheias e percentagem normal de óleo, de acordo com as especificações baixadas pelo Decreto número 8.178, de 7 de novembro de 1941.

TRIGO EM GRAO

Dois cruzeiros e sessenta centavos (Cr\$ 2,60) por quilo, para o produto limpo, seco, ensacado e com peso de setenta e oito (78) quilos por hectolitro, variável de acordo com o peso hectolítico do cereal. Havendo fração no peso hectolítico, este deverá ser considerado como um ponto acima, quando igual ou superior a meio, e como um ponto abaixo no caso contrário.

PARINHA DE MANDIOCA

Dois cruzeiros e vinte centavos (Cr\$ 2,20) por quilo, do tipo um das especificações baixadas pelo Decreto número 12.278, de 22 de abril de 1943.

TAPIOCA

Dois cruzeiros e trinta centavos (Cr\$ 2,30) por quilo, do tipo um, da classificação baixada pelo Decreto número 12.278, de 23 de abril de 1943.

MATE

Vinte cruzeiros (Cr\$ 20,00) pelo produto encheado, dos Estados do Paraná e Santa Catarina, por arróba de quinze (15) quilos, coado em peneira.

ra de 1 1/2 mm., dos tipos CC-1 e CB-1 da padronização baixada pelo Instituto Nacional do Mate. pôsto em armazéns ou depósitos autorizados em Curitiba e Joinville.

Quatorze cruzeiros e cinquenta centavos (Cr\$ 14,50) por arrôba de dez (10) quilos, pelo produto cancheado do Estado de Mato Grosso, coado em peneira de 2 1/2 mm., do tipo MB-1, da padronização baixada pelo Instituto Nacional do Mate. pôsto em armazéns ou depósitos autorizados em Ponta Porã.

Dezessais cruzeiros (Cr\$ 16,00), por arrôba de quinze (15) quilos para o produto cancheado do Estado do Rio Grande do Sul, primeira qualidade dos tipos GF-1, GF-2, GF-3, GF-4, CC-1, da padronização baixada pelo Instituto Nacional do Mate. coado em peneira de 2 1/2 mm., pôsto em armazéns ou depósitos autorizados em Porto Alegre.

Os preços para o produto entregue em outras localidades das regiões produtoras serão oportuna-

mente determinados nos termos do artigo 4.º da Lei número 1.506, de 19 de dezembro de 1951.

Art. 3.º Os preços de que trata o artigo 2.º deste Decreto referem-se à mercadoria nova da safra de 1954, embalada em sacaria nova devidamente marcada com as necessárias indicações, classificadas, expurgada e depositada nos armazéns indicados neste Decreto e nos mencionados na letra "a" do artigo 6.º, e no artigo 7.º, da Lei número 1.506, de 19 de dezembro de 1951.

Art. 4.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de novembro de 1953;
132.º da Independência e 65.º da República.

Getúlio Vargas
Oswaldo Aranha

SNR. CRIADOR:

VACINE SEUS ANIMAIS COM AS

Vacinas Manguinhos

- contra a peste da manqueira (carbúnculo sintomático)
- anticarbunculosa (carbúnculo hemático, verdadeiro)
- contra a pneumo-enterite dos bezerros
- contra a pneumo-enterite dos porcos

PEÇA AO SEU REVENDEDOR

PRODUTOS VETERINARIOS MANGUINHOS LTDA.

C. P. 1420 — RIO DE JANEIRO

José de Castro Rangel

O infausto passamento do ilustre guaratinguetaense sr. José de Castro Rangel, no dia 12 do corrente, repercutiu dolorosamente por todos os recantos da cidade. E' que o extinto ao que nos parece era dessas criaturas que não contam inimizade, pois com aquela sua proverbial sinceridade e lhaneza de trato irradiava simpatia e a todos sabia assim conquistar.

Chefe de família exemplaríssimo, a sua prole é constituída de criaturas bem formadas em tão edificante contacto. Como cidadão, as suas atitudes eram sempre apreciadas. Católico praticante tinha por Santo Antnôio, o padroeiro desta paróquia uma especialíssima devoção evidenciada numa atraente palestra que realizara na igreja matriz a convite do seu grande amigo padre Geraldo, vigário de então. A tudo quanto se lhe pedia de seus préstimos para a igreja era de uma solicitude admirável.

Entador incansável, idealista fervoroso, era tôda a sua preocupação o meio de subsistência coletiva, aproximando-se dos poderes públicos, demonstrando-lhes suas experiências, principalmente na ocasião em que o problema da farinha de trigo tornava-se cada vez mais sério, o nosso grande conterrâneo entra com a sua idéia do aproveitamento da fécula e assim consegue uma grande economia para o país.

À noite na sessão do Rotary Club de Guaratinguetá o prof. José Pereira Eboli produzim uma feliz exortação aos méritos do sr. José de CastroRangel e ao terminar propôs um minuto de silêncio em honra a tão nobre, a tão digno filho desta terra. oFi um discurso que comoven a todos pela espontaneidade das expressões.

À família enlutada "O Combate" envia os seus sentimentos de pesar.

(Transcrito de "O Combate", de Guaratinguetá, de 18-4-54).

Formação e aperfeiçoamento de Classificadores de Produtos Vegetais

Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira
Diretor Técnico da S. N. A.

É indiscutível que avulta a importância da classificação dos produtos vegetais a medida que os mercados tornam-se mais exigentes em partidas de produtos tanto quanto possível uniformes, uma vez que, quanto maior a concorrência, maiores as exigências dos mercados importadores.

Assim sendo, torna-se necessário o concurso de classificadores de produtos vegetais criteriosos e habilitados para o cabal desempenho de seus encargos, quer no quadro do funcionalismo público responsável pela classificação de produtos destinados à exportação, quer no quadro de entidades privadas, como por exemplo nas Balsas de Mercadorias.

Tendo em vista a importância da classificação dos produtos vegetais, dos quais cerca de setenta já padronizados, houve por bem o Sr. Ministro da Agricultura aprovar as sugestões do Diretor do Serviço de Economia Rural no sentido do referido Ministério a quem cabe a padronização, classificação e a fiscalização da exportação de produtos vegetais, organizar cursos:

- a — visando aperfeiçoar o nível de conhecimentos dos profissionais que exercem suas atividades nesse setor;
- b — preparar profissionais para atender a procura sempre crescente de classificadores para os numerosos produtos já padronizados.

Com a experiência dos cursos realizados o ano passado, está o Serviço de Economia Rural a quem cabe importante função no setor da economia nacional, habilitado a promover, em regime intensivo, não só o aperfeiçoamento de classificadores já re-

gistrados, como ainda, a formação de novos classificadores, para o quadro de servidores públicos e para entidades privadas.

No ano passado, por exemplo, foram realizados cursos Avulsos de Classificadores de Cacáu, e de Cêra de Carnaúba e um Curso Aperfeiçoamento para classificadores de Algodão e outras fibras.

Para o corrente ano, o Serviço de Economia Rural programou três Cursos Avulsos (dois dos quais já se encontram em funcionamento), e um Curso de Aperfeiçoamento, também em funcionamento.

Foi essa, sem dúvida, uma medida acertada do Ministério da Agricultura, que precisa e deve ser cada vez mais generalizada

CURSOS EM FUNCIONAMENTO NO CORRENTE ANO

Os cursos programados para 1954, foram os seguintes:

- a — **Curso de Aperfeiçoamento para Classificadores de Produtos Vegetais**, que está sendo realizado no Distrito Federal, na sede do Serviço de Economia Rural;
- b — **Curso Avulso de Classificadores de Fumo**, que está sendo realizado pelo S. E. R., na sede da Bolsa de Mercadorias da Bahia, na cidade do Salvador;
- c — **Curso Avulso de Classificadores de Madeiras**, que está sendo realizado na sede do S. E. R., no Distrito Federal;
- d — **Curso Avulso de Classificadores de Couros e Pelos**, a realizar-se no segundo semestre, na sede da Co-

perativa Instituto Pecuário da Bahia, na cidade do Salvador.

CURRICULOS DOS ATUAIS CURSOS

Na Curso de Aperfeiçoamento de classificadores de Produtos Vegetais, ora ministrada no Serviço de Economia, são lecionadas as seguintes disciplinas básicas: Conhecimentos Gerais, Classificação e Padronização de Matérias Primas; Classificação e Padronização de Produtos Alimentares, Economia Aplicada, Tecnologia e Fiscalização da Exportação.

Nos Cursos Avulsos de Classificadores de Fuma e de Couros e Peles, ambos ministrados na Estada da Bahia, pelo Serviço de Economia Rural, são lecionadas as seguintes disciplinas: Conhecimento Gerais, Economia Aplicada, Fiscalização da Exportação e Classificação e Padronização.

No Curso Avulso de Classificadores de Madeira são lecionadas as mesmas disciplinas dos outros Cursos Avulsos, exceto "Economia Aplicada" que é substituída por "Tecnologia".

Conforme se verifica pela análise das disciplinas componentes dos respectivos currículos, o objetivo é dar aos respectivos produtores de produtos vegetais não só um perfeito conhecimento de todas as questões relacionadas com a padronização (trabalhos fundamentais dos classificadores), mas ainda, os conhecimentos gerais relativos aos produtos vegetais e à análise dos problemas econômicos dos mesmos.

DURAÇÃO DOS CURSOS

Os cursos, que funcionarão em regime intensivo, terão a seguinte duração:

- a — os avulsos, serão ministrados em um período de 16 semanas;
- b — a de aperfeiçoamento, será ministrado em um período de 38 semanas.

CONDIÇÕES PARA MATRICULA

Nos Cursos Avulsos poderão matricular-se funcionários públicos que provem ter conhecimentos de nível secundária, e candidatos estranhos ao serviço público desde que, além da exigência acima apresentam

os seguintes documentos: prova de idade mínima de 18 anos, atestada de vacinação antivaricelica e atestado médico de que não sofre de doença infecto-contagiosa nem anomalias que impossibilitem para os trabalhos de classificação.

No Curso de Aperfeiçoamento só poderão matricular-se classificadores registrados no S. E. R. Quando estranhos ao serviço público, além dessa exigência, os candidatos devem apresentar os mesmos documentos exigidos para o Curso Avulso.

CONCLUSÕES

- 1 — Constitue medida das mais salutar por parte das poderes públicos não só o preparo de pessoal habilitado para ingressar na quadra de seu funcionalismo, como também, o aperfeiçoamento do nível cultural daqueles que já são seus servidores;
- 2 — A realização de Cursos Avulsos e Cursos de Aperfeiçoamento, como já vêm promovendo o Departamento Administrativo do Serviço Público (D.A.S.P.), o Ministério da Agricultura (M.A.), o Ministério da Saúde (M.S.), o Ministério da Educação e Cultura (M. E. C.) etc., é uma medida de grande alcance para a eficiência do próprio serviço público;
- 3 — Dada a importância cada vez maior da Classificação de Produtos Vegetais, os cursos recentemente criados pelo Serviço de Economia Rural são oportunas e indispensáveis;
- 4 — É recomendável que os Cursos Avulsos e de Aperfeiçoamento para classificadores de Produtos Vegetais sejam cada vez mais difundidos e instalados em todas as Estados do Brasil;
- 5 — É recomendável que sejam colocadas à disposição do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura amplas recursos para que ele possa difundir tais cursos através de sua rede de Agências;
- 6 — A realização de tais cursos é a semente para a instalação das Escalas de classificação que tantas benefícios poderão prestar à economia nacional.

CARBÚNCULO SINTOMÁTICO

O Carbúnculo sintomático, conhecida como "Peste da Manqueira" - "Mal da Ana", é causado por um germe, a *Clastridium chauvæi*, que está espalhada pela sala e, portanto, muito fácil de infectar os babinas, especialmente as bezerras, carneiras e, raramente, cabras e porcos.

O meio de evitar essa peste consiste em aplicar a VACINA CONTRA A MANQUEIRA, fabricada pelo Instituto Pinheiros, vacinando os animais aos 6 meses de idade e revacinando-as quando tiverem 1 ano.

As injeções são feitas em baixa da pele, na dose de 2 cm³ para os babinos e 1 cm³ para avinos e caprinas.

Os cuidados consistem na fervura ou esterilização da seringa e agulha, desinfecção da local da injeção com tintura de iodo, solução de creolina a 3% ou outros recursos apropriados. Agitar bem o frasco antes de encher a seringa.

A imunidade obtida com esta vacina é, em média, de 1 ano. Mas isto só se verifica depois de 15 dias, que é o prazo chamado NEGATIVO.

O Instituto Pinheiros fabrica este produto e apresenta-a em:

— Ampala de 10 cm³ = 5 doses para babinas ou 10 doses para avinas ou caprinas.

— Frasca de 100 cm³ = 50 doses para babinos ou 100 doses para avinos e caprinos.

O Departamento de Veterinária do Instituto Pinheiros responde gratuitamente a toda e qualquer informação solicitada, bastando dirigir a correspondência àquele Instituto, para a Caixa Postal, 951, São Paulo.

Cooperativismo -- O projeto 159/47

Por FABIO LUZ FILIIO
Presidente do Centro Nacional de
Estudos Cooperativos

(Trecho de longo trabalho apresentado à Comissão de Economia da Câmara dos Deputados, em abril de 1954)

Apresento-me perante essa colenda Comissão na esperança de que, desta vez, possa ser ouvida minha humilde opinião, de vez que, nos debates de 1948, os mesmos pontos que agora vou focar foram exaustivamente aventados, dentre eles a questão das pessoas jurídicas.

Meu distinto amigo e dinâmico e culto companheiro de cruzada, **Valdiki Moura** (autor do chamado "projeto Costa Pôrto", em que se baseou o substitutivo Faraco) combateu-as quando empregou a expressão "sem fins de lucro", caracterizando-as **Oetacillo Tomanik**, com suas credenciais e sua larga experiência em São Paulo, combaten-as, e **Luiz Amaral**, opinando pela conservação da 22.239, com **O. Tomanik**, perfilhou a definição da 22.239, que dela exclui as pessoas jurídicas, lei elaborada por homens como **Saturnino Brito**, **Adolfo Gredilha** e **Luciano Pereira**, este durante longos anos consultor jurídico do Ministério da Agricultura, tendo sido também, consultor geral da República. Não obstante terem sido ouvidos os que o ilustre deputado, **Daniel Faraco** considerou "os maiores técnicos brasileiros" (bondosa referência que, de minha parte, agradeço, embora a julgue imerecida, no que me toca), não obstante tudo isso, surtem, pela primeira vez em uma lei brasileira sobre cooperativas, as pessoas jurídicas de qualquer espécie podendo entre si formar cooperativas, o que constitui um contrassenso doutrinário dos mais gritantes e uma larga porta aberta pelos legisladores ao desvirtuamento do sistema econômico-social que o cooperativismo encarna, uma ameaça a produtores e consumidores e uma burla ao Fisco. De que valem, então, termos sido ouvidos, se um ponto dessa relevância não foi considerado? Valera a pena insistir?...

SUGESTÕES

Entanto, como vexilário de uma grande causa e atendendo à honrosa solicitação do Presidente da douda Comissão de Economia, dessa Câmara, venho aduzir alguma coisa ao que expus perante a mesma no dia 1 do corrente (Abril de 1954) a convite, novamente, do ilustre deputado **Daniel Faraco**.

Vou ater-me apenas ao projeto em si, de vez que estamos diante de um fato consuma-

do, de nada valendo retrospectção nem lamúrias, sobretudo em relação à lei 22.239, suas virtudes, seus defeitos e resultados, ao modo como foi atacado, inicialmente, o assunto (projeto Costa Pôrto) sem uma geral consulta prévia e democrática a todos os que aplicaram e aplicam in anima vili a lei 22.239 e aos que a sentiram e sentiam e sentem na própria carne, sobretudo aos dois movimentos de maior expressão no Brasil: os de São Paulo e do Rio Grande do Sul, ambos tendo conseguido restabelecer por duas vezes a lei que agora se val revogar com o projeto 159/47 e a lei 22.239.

Foram ouvidos técnicos de inegável valor (de cujo rol me excludo), mas não esses movimentos, pela voz de seus militantes, tanto que o Rio Grande do Sul acaba de declarar que nunca foi ouvido até hoje, embora o faça tardiamente, a meu ver (o projeto há 7 anos perecorre Comissões), tendo-se agora dirigido a essa digna Comissão e a todos os líderes de bancada, solicitando a suspensão do projeto 159 até julho próximo futuro, para que um Congresso se manifeste a respeito.

Já a esse respeito me manifestei publicamente em artigos, além dos pareceres que os "Diários do Congresso" reproduziram em 1948 e agora em 1953. Neles expus longamente meus pontos de vista, devendo ser do conhecimento dessa douda Comissão.

Mas, como disse, estamos diante de um segundo plenário, e não há mais como reeuar. Temos que aceitar o fato consumado e contribuir, na medida do possível, com nossos conhecimentos especializados e experiência, embora vencidos, sem ressentimentos ou vaidades, de vez que devemos, os ver as cooperativistas, colocar a defesa de uma causa acima de considerações pessoais e tudo fazer para ampara-la. Assim sendo, peço que me permitais repetir o que disse em artigo: o projeto 159/47 tem suas linhas gerais aceitáveis e louváveis, pelas simplicações que trouxe, atencidas que foram muitas das sugestões que eu e **Valdiki Moura** e **Oetacillo Tomanik** apresentamos quando da discussão do substitutivo (1948) Faraco, operoso parlamentar que sempre conduziu o assunto com alto espírito, aceitando críticas e sugestões e procurando situar o projeto, tanto quanto lhe foi possível em meios aos debates, num plano verdadeiramente cooperativo. Mas, como habitualmente acontece, nem sempre nesses debates, pelo sistema democrático da maioria, é possível vencer.

O projeto 159 A/47, como disse, tem suas linhas gerais aceitáveis e louváveis, simplificando o processo de organização e funcionamento das cooperativas, etc., mas, guardando um meio termo entre o exagerado sintetismo (o que será pior para um país como o nosso) e as prolações das leis anteriores e do atual (preferível como antemural a aventuras e deturpadores, que os há e se infiltram apesar das peias legais claras e insofismáveis), possui, em contraposição, falhas que devem ser sanadas, pelas más consequências que podem trazer, e pelos elementos potenciais de deformação e desagregação de um sistema econômico, que trazem, além de envolverem a quebra de princípios que vêm nordeando o cooperativismo brasileiro desde 1932, época em que foi promulgada a 22.239, isto é, a quebra de normas do direito cooperativo brasileiro, que a experiência de vinte e oito anos aconselha sejam mantidas, face às nossas condições de meio.

O papel do Estado — O movimento cooperativo nos países das condições do Brasil veio de cima para baixo. Teve e tem o Estado dado apoio ao fomento, amparo e vigilância das cooperativas no Brasil, tendo até criado órgãos para a organização e propaganda destas, órgãos que foram os que, pelo seu ingente trabalho, silencioso mas patriótico, conseguiram dar a exata conceituação do cooperativismo, elaborando, na lei 22.239 e um sem número de folhetos do caráter doutrinário, etc., etc., e tem procurado manter o sistema dentro do seu verdadeiro sentido. Um órgão específico de financiamento das cooperativas também foi criado — o Banco Nacional de Crédito Cooperativo. O Banco do Brasil criou uma seção especializada no financiamento ao cooperativismo, e modificou as disposições do regulamento da sua carteira agrícola para poder dar maior apoio e amplitude às operações com as verdadeiras cooperativas que não falsas cooperativas, que irão pulular sem uma definição legal precisa e clara, e sem a vigilância dos órgãos oficiais a isto propostos, não se iluda ninguém. Creio que sem esse trabalho de esclarecimento e apoio que contínuo, e continua a caber, aos poderes públicos em países das condições do Brasil (tem exceções em alguns Estados, que apenas confirmam a regra), o movimento no Brasil e em toda a América do Sul (talvez exceção a Argentina), estaria ainda num estágio embrionário ou completamente desvirtuado. É esta a dura realidade, que temos de aceitar a contragosto. Já tive oportunidade, em artigos de imprensa, de me reportar a um trabalho da Oficina Internacional do Trabalho, de Genebra, referente às relações que essa Oficina manteve com os serviços governamentais de numerosos países, tendo eu mesmo tido oportunidade de responder, em língua francesa, a longo questionário nesse sentido, no qual ressaltai o que há anos se faz no Brasil e os óbices de frontados, próprios de países subdesenvolvidos.

O trabalho de Cambell reporta-se aos países subdesenvolvidos dos quais tem longa experiência, achando ele que a participação

dos governos no fomento e desenvolvimento cooperativo nos países desse tipo é necessária e indispensável. Prisa que, em uma coletividade evoluída, o governo, na pessoa de seus técnicos, nada tem que fazer, o que se não dá com as comunidades insuficientemente desenvolvidas, nas quais os cooperadores são pouco instruídos, pobres, ignorantes por completo dos métodos e processos comerciais, o que os obriga a uma assistência maior.

Assinala ele que há, nessas comunidades, necessidade de se encorajar, dirigir e controlar as operações das cooperativas, até atingirem certo estágio de maturidade. Mas, ao seu ver (e como temos nós, no Brasil, experiência bastante), é uma tarefa que exige competência e conhecimento do que se tem feito em outros países de situações análogas (claro que não vamos comprar a países sul-americanos à Suécia, Dinamarca, Suíça, Inglaterra, etc.) os métodos que deram resultado e os que fracassaram.

Tudo isto está bem se guardados os devidos limites, pois a interferência do Estado deve ser dirigida num sentido de orientação e assistência. De uma maneira extremamente boa, o funcionário competente nunca deve perder de vista que o objeto da ajuda não é o de fazer o trabalho dos associados, mas ensiná-los a agir por si mesmos. "A insuficiência de fiscalização pode levar as cooperativas a serem muito prodigas, a se lançarem em empresas ambiciosas, além de suas capacidades e não previstas pelos estatutos, ficando aberta a porta à deslealdade, à negligência nas contas e à retirada de fundos, devido à ignorância e à má fé. E, contrariamente, um excesso de fiscalização e a ingerência pode diminuir o senso de responsabilidade, diminuir a vitalidade e fazer crer aos associados (como isto é comum no Brasil) que o Governo "irá gerir-las por eles, acenando-lhes a idéia do Estado carismático, etc. "Une telle attitude est l'antithèse même de la coopération".

No começo, continua ele, é necessário que o Governo dê às cooperativas certo apoio financeiro direto, visando a dar-lhes possibilidades de atingir um estágio no qual poderão organizar e controlar seus próprios serviços financeiros, em auto-suficiência. Não deve, em consequência, emprestar-lhe a juros de favor, ou sem juros, ou a juros inferiores àqueles que exige uma sã economia, mas a juros que suas próprias instituições deverão exigir um dia. "Se esses juros parecerem muito elevados, uma fração deles poderá ser utilizada para ajudar as sociedades em sua obra educativa, ou em seu trabalho de controle".

No Brasil estamos num regime de franquias constitucionais; não obstante, pela sua condição de país subdesenvolvido, a ação do Estado deverá fazer-se em termos indicados, mas sem tolher a liberdade de iniciativa, a liberdade de organização econômica por meios cooperativos. Orienta-se e aconselha-se; não se pode nem se deve impor. Esta tem sido a orientação do Serviço de Economia Rural até hoje, dentro da precariedade de elementos de ação, em que se debate desde 1939, quando foi criado. As cooperativas são organizações

de natureza privada com uma autonomia garantida por lei, e defluido de princípios doutrinários universais.

Margaret Digby disse, em "The world movement" que onde o movimento cooperativo é olhado como uma forma de serviço social, e amparado por privilégios legais e fiscais; o crédito nacional é posto à sua disposição; as relações entre o movimento e os departamentos oficiais especializados devem ser levados a elevado grau de eficiência e o princípio social deve ser mantido. "Co-operative law, like the cooperative movement, is the product of growth, experience and flexible mind".

Warbasse mesmo, defensor extremo da autosuficiência cooperativa, concorda em que a não-interferência do Estado exista uma única exceção; as cooperativas fundadas por pessoas excepcionalmente pobres, casos em que o governo tem tido interferência no sentido do financiamento e do assessoramento técnicos.

Isto sucedeu com as cooperativas de crédito cooperativo da Índia, com as "Federal Farm Belief"; com as "Cooperativas de ajuda mútua" entre desocupados na América do Norte; com as cooperativas de habitações na Alemanha, Dinamarca e Suécia; com as cooperativas de camponeses de vários países e com a Liga Cooperativa da China", com as cooperativas de pescadores de Cuba e as agrícolas denominadas Marti.

Acha Warbasse, com razão, que esta ação governamental representa, no fundo, uma economia para o próprio governo, de vez que substitui o socorro aos necessitados, pois a filantropia não é mais do que um simples paliativo. O método cooperativo põe os necessitados em condições de se ajudarem a si próprios, sem humilhações ou reatques. Os resultados se fazem sentir profundamente quando as cooperativas, por mais precárias que sejam seus começos, conseguem devolver ao governo os empréstimos que do mesmo receberam.

"O grande movimento mundial foi criado, geralmente, por pessoas que se achavam pouco acima do mais baixo nível econômico."

"Dispondo de escassos recursos, souberam combinar a iniciativa e a fé no próprio esforço com a necessidade da economia. Fundaram as Cooperativas com o fim de aumentar sua capacidade aquisitiva e, como consequência derivada de tal propósito criaram valores sociais de importância muito superior ao fato concreto da economia".

"Education before action", eis o apotegma da Universidade de Antigonish, do Canadá.

Da conferência de Nuwara Eliya, patrocinada pela Oficina Internacional do Trabalho, em 1951, na Ásia, há conclusões que se aproximam dessa sentença. Uma delas refere-se à ação governamental que achou dever ser intensificada não só com a formação adequada de equipes de funcionários especializados nos serviços cooperativos oficiais, viagens de estudos, cooperativas-pilotos, etc., como pelos auxílios ou empréstimos do Estado, ou garantias do Estado quanto a empréstimos para equipamento, a outorga de certos privilégios fiscais, e a concessão de certas priori-

dades a compra e o fornecimento de produtos essenciais.

Achou imprescindível que capitais importantes deveriam ser invertidos no equipamento e desenvolvimento das cooperativas. Outrossim concluiu que os adiantamentos feitos a título de empréstimos deverão ser concedidos sob condições favoráveis.

Os delegados presentes a essa Conferência afirmaram, ainda que os departamentos de cooperativismo governamentais, sendo normalmente os responsáveis, nos países subdesenvolvidos, (como no Brasil), pela criação e o desenvolvimento das cooperativas, deveriam ser os primeiros a receber uma estrutura conveniente, devendo ser reforçado o respectivo pessoal técnico, a fim de ser possível, de uma maneira eficiente, o controle, a inspeção e a verificação contábil das cooperativas, sociedades de bem público. Também insistiram em que, na formação profissional dos empregados das cooperativas, há necessidade de uma seleção judiciosa de pessoas, incluindo nisto o conhecimento dos princípios cooperativos, leia que vimos percebendo há anos, no Brasil. Os administradores deverão receber uma formação profissional completa, escolhidos entre pessoas qualificadas, o que representa um ideal, a ser atingido por etapas, no Brasil.

O domínio da educação cooperativa, nas conclusões daqueles delegados, é imprescindível para esclarecimento das massas, o que precisamos compreender no Brasil.

Chamo a atenção daqueles que se insurgem contra a idéia da assistência e da fiscalização em países subdesenvolvidos, plenos de primarismos, para estas palavras de Henry W. Wolf, um dos dignos presidentes da Aliança Cooperativa Internacional:

"Nós da Europa do Norte consideramos a inspeção como uma instituição de altíssimo valor, quase como uma necessidade do cooperativismo, para todas as cooperativas, porque todos os associados, a qualquer cooperativa pertencentes, são credores de suas quotas sociais em relação às sociedades. Portanto uma consciente inspeção pode erlar uma confiança suficiente." Isto na Inglaterra! Nela, o "Registrar" pode até cancelar o registro das cooperativas, inspeccioná-las, etc.

SALITRE DO CHILE SALITRE DO CHILE SALITRE DO CHILE

ADUBE SUAS TERRAS

COM

SALITRE DO CHILE

(MULTIPLICA AS COLHEITAS)

A EXPERIÊNCIA DE MUITOS ANOS TEM PROVA DA SUPERIORIDADE DO SALITRE DO CHILE COMO FERTILIZANTE. TERRAS PRODRIS OU "CANÇALAS" LOGO SE TORNAM FÉRTILIS COM SALITRE DO CHILE

"CADAL" CIA. INDUSTRIAL DE SABÃO E ADUBOS

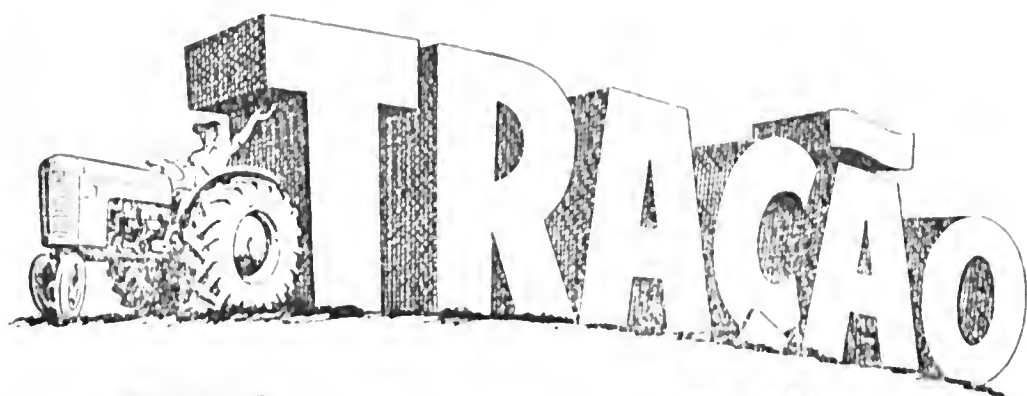
AGENTES EXCLUSIVOS DO SALITRE DO CHILE PARA O DISTRITO FEDERAL, ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E ESPÍRITO SANTO

ESCRITÓRIO: AV. PRESIDENTE VARGAS, 149 - 6º ANDAR - TEL. 43-7092

FABRICA: AV. AUTOMÓVEL CLUBE, 4260 - ACARÍ - RIO DE JANEIRO

SALITRE DO CHILE SALITRE DO CHILE SALITRE DO CHILE

TRAÇÃO



PNEUS Firestone CHAMPION

Barras abertas ou
Barras de centro
de Tração

para o máximo de
rendimento segundo
as condições de seu terreno



15 167

Alguns característicos que explicam

a GRANDE TRAÇÃO destes dois pneus **Firestone CHAMPION**



Barras curvas e cônicas

Este desenho permite que as barras agarrem melhor no solo, dando ao pneu o máximo de tração.



Banda de rodagem mais larga e chata

Maior área de contato com o solo, maior tração e vida mais longa para o pneu, porque o desgaste é mais uniforme.



Barras maiores e mais profundas

Agrutam firmemente o solo, eliminando derrapagens e assegurando o máximo rendimento.



O espaço é afunilado entre as barras

As barras abrem-se para fora, nos ombros esse desenho impede o acúmulo de terra ou lama. O pneu limpa-se sozinho, enquanto roda.

Situação da Natureza no Parque Nacional de Itatiaia

LUIZ CARLOS DE MESQUITA MAIA

Agora que, no Brasil, a preservação da Natureza, em todas as suas formas, toma um impulso incontrolável com a criação de uma sociedade para tal fim, é interessante fazer-se um relatório da situação de nossa fauna e flora e do que, porventura, já se tenha realizado para sua eficiente conservação. Com este propósito, o autor das presentes linhas dirigiu-se ao Parque Nacional de Itatiaia, procurando compensar a falta de tempo para uma metódica pesquisa, com a coleta do maior número possível de informações de funcionários ali residentes.

O Parque Nacional da Serra dos Órgãos, onde a falta de solidariedade por parte da administração prejudicou seriamente a investigação faunística, mereceu um artigo bastante sucinto que a tradicional revista "A Lavoura" publicou em agosto de 1951. Nesse trabalho, foi focalizada a situação miserável das espécies animais que ali se conservam à lei da Natureza, sem quaisquer cuidados científicos para acelerar ou simplesmente dar começo ao seu aumento numérico. Não há interesse pela reconstituição da primitiva fauna da região, apenas proibindo-se verbalmente a caça, que, porém, é praticada ilegalmente no vale que separa o Dedo de Deus da região culminada pela Pedra do Sino.

Consta haver no Estado do Espírito Santo um refúgio de fauna denominado Sooretama, o qual ainda não pôde ser visitado por este autor devido às manobras suspeitas e obstinada oposição por parte da Divisão de Caça e Pesca, que, há quase um ano, procura evitar de qualquer modo tal evento. Essa atitude da Divisão parece reforçar as possibilidades de veracidade das denúncias feitas por conceituado cientista de que funcionários daquela repartição praticam a caça esportiva dentro do referido refúgio de fauna.

Por tudo isto, a visita de investigação faunística do Parque Nacional de Itatiaia, revestiu-se de importância. Esse parque é, sob quase todos os aspectos, bastante superior ao da Serra dos Órgãos, inclusive no terreno animal, pois a sua fauna atual ainda inclui vários mamíferos de grande valor. As duas espécies brasileiras de suçueiros, o queixada e o catetê, parecem estar presentes em Itatiaia, bem como uma admirável forma de símios do gênero *Cebus*. A variedade e relativa cor-pulência dos primatas permitiu a sobrevivência, em Itatiaia, do puma (*Felis concolor*), seu frequente predador. Há referências um pouco vagas à presença da onça ou jaguar no Parque, fato que não é de-todo impossível. Todavia, o mais sensacional elemento da fauna de Itatiaia é o lobo

(*Chrysocyon*), que consta viver em certos pontos, acontecimento este de suprema importância para a obra de preservação da Natureza. Parecem estar extintas, além da anta, a capivara e todas as espécies de cervídeos que outrora viveram na região.

É evidente que a recuperação destes mamíferos desaparecidos deve ser encetada o mais breve possível. O administrador do Parque Nacional de Itatiaia, sr. Wanderbilt Duarte de Barros, revela grande interesse pela proteção à Natureza, mantendo plantações de árvores para reflorestamento. Por determinação sua, aves são abatidas para que o exame do conteúdo de seus estômagos revele quais os vegetais que devem ser preferidos para o plantio. Sem dúvida, é necessário fazer-se o mesmo com relação aos mamíferos que, no Brasil, estão em condições muito mais desesperadoras do que as aves. Esperemos, porém, que o abate de animais selvagens para pesquisas não se torne, nos parques nacionais brasileiros, um pretexto para caçadas esportivas.

Deve-se lamentar que o sr. Wanderbilt, apesar do sincero entusiasmo pela preservação da Natureza, não pense efetivamente na pronta reintrodução dos mamíferos antes existentes no Parque. Embora ele tenha efetuado a aclimação de peixes estrangeiros, como as trutas, em águas fluviais de Itatiaia, ainda hesita quanto a providenciar a recuperação dos belos mamíferos que nossos ancestrais ali exterminaram. E, todavia, o Parque lucrará extraordinariamente quando os visitantes encontrarem, soltos e mansos, ágeis cervídeos e gordas capivaras e, talvez, também as grandes inofensivas antas.

Certamente, o Jardim Zoológico do Rio e o Parque de Água Branca de São Paulo poderão fornecer os primeiros reprodutores, destinados a formar estoques. Convém que o sr. Wanderbilt medite sobre o assunto e acate a sugestão que, talvez, mais signifique para o final aperfeiçoamento da obra que ele vem realizando com louvável esforço.

Em resumo, deve-se afirmar que é grande o valor do Parque Nacional de Itatiaia para a proteção à Natureza, no Brasil. Falta, porém, para completa eficiência neste setor, que se reconstitua a fauna, o que é menos difícil do que se possa pensar. Fazemos votos para que o sr. Wanderbilt, ao incrementar a afluência turística, não se esqueça das verdadeiras finalidades do Parque e decida torná-lo o mais completo reservatório da Natureza, no Brasil.

Politica Economica do Açucar

Prof. ROMOLO CAVINA
(Do Conselho Superior do S. N. A.)

1. A política econômica a seguir, na minha opinião, seria dividida em duas partes:

a) nordestina — aperfeiçoar, até onde fôrse possível, a lavoura da cana e a sua industrialização, fazendo-a abastecer uma parte do mercado interno e concorrendo ao mercado externo por meio de prêmios e em volume determinado. Procurar ativamente melhorar o bem-estar das populações rurais por meio de outras modalidades econômicas que absorvam a

mão-de-obra e os investimentos naquela região; e b) em São Paulo limitar a produção a uma parte do mercado interno e ao externo com prêmios e limite exportável. Impedir novas usinas e o aumento das plantações. Providências de fomento para utilizar o excedente de mão-de-obra e investimentos.

2. Junto três quadros do que disponho aqui na Fundação Getúlio Vargas. Para mais detalhes lembro a consulta à revista *Brasil Açucareiro* do I.A.A.

BRASIL — DESTILAÇÃO DE ALCOOL
1939-52

ESPECIFICAÇÃO	Destilarias em TOTAL apenas usi- funcionamento		Capacidade de produção diária			Produção (1.000 litros) (1)
		Das quais, nas de açúcar	TOTAL	De Alcool anidro	De Alcool hidratado	
1939	212	204	1.400.245	562.000	838.245	96.715
1945	280	222	1.765.738	819.000	946.738	108.465
1952	180	174	1.651.550	913.200	738.350	204.019
Pará ...	1	1	300	—	300	3
Maranhão	—	—	—	—	—	—
Ceará	1	1	2.000	—	2.000	114
Rio Grande do Norte	—	—	—	—	—	—
Paraíba ...	5	5	23.000	10.000	13.000	2.011
Pernambuco	39	38	443.300	278.000	165.300	58.054
Alagoas	14	14	88.400	47.000	41.400	7.566
Sergipe	4	3	12.000	1.000	11.000	338
Bahia	—	—	—	—	—	—
Minas Gerais	19	18	77.300	35.000	42.300	7.132
Espírito Santo	1	1	4.500	4.500	—	802
Rio de Janeiro	24	23	360.500	291.000	69.500	39.432
São Paulo	60	59	609.700	236.700	373.000	81.158
Paraná ...	4	4	17.500	10.000	7.500	5.287
Santa Catarina	3	3	8.800	—	8.800	957
Rio Grande do Sul ..	1	—	—	—	—	—
Mato Grosso	1	1	4.250	—	4.250	102
Goiás	1	1	—	—	—	113

FONTE — Instituto do Açúcar e do Alcool

NOTA — Em 1939 e 1945, dados referentes às destilarias registradas no Instituto do Açúcar e do Alcool; em 1952, apenas os referentes às destilarias em funcionamento.

(1) Dados sujeitos a retificação

BRASIL: VEÍCULOS EM TRAFEGO EM 30-VI-1953

Automóveis para passageiros	322.202
Ônibus	21.438
Caminhões	209.204
Tratores e máquinas de terraplanagem	22.303
Motocicletas	27.707

FONTE: Comissão Executiva de Defesa da Borracha.

BRASIL — PRODUÇÃO DE ALCOOL-MOTOR, SEGUNDO AS SUBSTÂNCIAS UTILIZADAS
1938-52

ESPECIFICAÇÃO	Alcool-motor produzido (1000 litros)	SUBSTÂNCIAS UTILIZADAS					
		Alcool		Gasolina		Querosene e ou- tras substâncias	
		Quantidade (1000 litros)	%	Quantidade (1000 litros)	%	Quantidade (1000 litros)	%
1938	213.478	32.690	15,3	180.775	84,7	13	0,0
1945	111.242	36.134	32,5	75.108	67,5	—	—
1952	402.175	51.835	12,9	350.340	87,1	—	—
Rio Grande do Norte	34	34	100,0	—	—	—	—
Paraná	4	4	100,0	—	—	—	—
Pernambuco	162.879	38.663	23,7	124.216	76,3	—	—
Alagoas	540	334	61,9	206	38,1	—	—
Bergipe	4	4	100,0	—	—	—	—
Minas Gerais	142	142	100,0	—	—	—	—
Espírito Santo	12	12	100,0	—	—	—	—
Distrito Federal	168.447	9.114	5,4	159.333	94,6	—	—
São Paulo	70.113	3.528	5,0	66.585	95,0	—	—

FONTE — Instituto do Açúcar e do Alcool.

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

MATERIAIS METALÚRGICOS EM GERAL

METAIS — FERRAGENS — FERRAMENTAS

Companhia Americana de Intercambio (Brasil)

C A D I B

Importadores e Aatacadistas

SÃO PAULO

Rua Senador Quelroz, 645 - 1.º and.
Salas 14 e 15 — Tel.: 32-2168
Depósito: Rua Henry Ford, 336
Tel.: 9-7019

RIO DE JANEIRO

R. Teófilo Otoni, 15 - sobreloja (esq. de R. 1.º Março)
Edifício Othon Bezerra de Melo

Tels.: 22-2147 e 43-3052

DEPÓSITOS: Rua Frei Jabotão, 14 — Tel.: 30-7535
Av. Francisco Bicalho, 175 — Tel.: 43-6191

Arame Farpada, Grampas para cerca, Tubas Galvanizadas para água, Pregas, Trilhas de aço "Decauville", Enxadas, Enxadões, Facões para cana, Facões para mata, Faicinhas para capim e arroz, Farcadas, Machadinhas, Machadas, Pás e Picaretas, Serras braçais, circulares e traçadores, etc.

CAVALCANTI JUNQUEIRA S.A.

CAPITAL E RESERVAS:
CR\$ 50.000,00

ENGENHARIA
CONSTRUÇÕES
TERRAPLENAGENS MECÂNICAS

EDIFÍCIOS — FÁBRICAS — RESIDÊNCIAS — BAR-
RAGENS — PONTES — VIADUTOS — ESTRA-
DAS — ARRUAMENTOS — PAVIMENTAÇÕES

Rio de Janeiro:

Av. 13 de Maio, 23 — 10.º

Fone: 42-8177

São Paulo:

Rua José Bonifácio, 250 — 9.º

Fone: 36-6926

O CRÉDITO AGRÍCOLA

Informam o Banco do Brasil e o Banco do Estado de São Paulo:

Atendendo a pedidos de informações formulados pela Sociedade Nacional de Agricultura, forneceram os dois estabelecimentos as que se seguem:

Banco do Brasil:

"1. Referimo-nos ao ofício n.º 119-642, de 25.5.53, com o qual V. S. nos encaminhara, por cópia, o trabalho elaborado pelo sr. Eurico I. A. Ruschi, titular da Secretaria de Agricultura, Terras e Colonização, do Estado do Espírito-Santo, bem como o parecer emitido pelo engenheiro agrônomo Dr. Ben-Hur Ferreira Raposo, do Conselho Superior, pertinente ao estabelecimento de convênio entre este Banco e os Estados para maior desenvolvimento dos empréstimos rurais.

2. A propósito do que se contém na alínea "a" do tópico final do trabalho do Sr. Ruschi, cabe-nos dizer, de ordem do Sr. Presidente, que a política adotada pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) tem sido justamente a de disseminar o crédito agrícola em todo o território nacional. Aliás, as recentes estatísticas comprovam não somente a elevação do número de financiamentos, como também dos investimentos destinados à agricultura. Os empréstimos concedidos aos chamados "Pequenos Produtores", por exemplo, gozam de numerosas regalias especiais, fato esse que, evidentemente, muito facilita a penetração do nosso crédito, comprovada já pelo vultoso número de contratos realizados.

3. Cumpre-nos salientar, ainda, que a citada Carteira, procurando sempre, expandir a sua ação acima de celebrar contrato com a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), no Estado de Minas-Gerais, a qual prestará assistência técnico-educacional no "Pequeno-Produtor", encarregando-se o Banco do financiamento das lavouras e criações dessa classe mais humilde dos nossos produtores.

4. No tocante à criação de "aparelhamento armazenador" — alínea "b" do tópico acima referido — cumpre-nos informar que o Regulamento da CREAI, prevê a realização dessa medida; sua execução, porém, somente terá lugar em casos especiais, isto é, quando não for possível aos poderes públicos ou entidades privadas tomarem iniciativa nesse sentido. Quanto às entidades privadas assistindo a possibilidade de obterem da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial contribuição ponderável para o financiamento de tal empreendimento.

5. Vale notar que a direção da aludida Carteira, convicta da importância e complexidade do problema, vem há dois anos procurando cooperar no seu equacionamento, tendo mesmo encaminhado à Assessoria Técnica da Presidência da Repú-

blica, em 30.4.53, projeto de lei concernente à instalação e controle de frigoríficos e ao armazenamento da produção.

6. No 5.º item do seu trabalho, consigna o Sr. Ruschi o seu parecer de que

"O Banco do Brasil, se aplicasse seus recursos através de organizações de crédito locais, talvez os disseminasse mais e com maior produtividade. Pelo menos poderiam se abolir certas exigências burocráticas, rígidas e uniformes para toda a extensão territorial brasileira".

A esse respeito cumpre-nos esclarecer que o assunto já está também previsto no Regulamento da Carteira em foco, cabendo às instituições interessadas, nas zonas onde não temos filial, submeterem ao Banco, para o necessário estudo de convênios de cooperação, os seus projetos e pretensões.

7.º Outrossim, no que tange às considerações feitas no 6.º item do referido trabalho,

"Eis porque nos parece que o Agrônomo Regional pode tornar-se um elemento de extensão da Carteira Agrícola, não apenas examinando onde o financiamento pode ser de fato um fator de estímulo e de concretização da produção, como também encaminhando ao Banco, lavradores tímidos, desconfiados ou mal informados que necessitam e estão em condições de receber o financiamento. O Banco do Brasil pode tornar o Agrônomo Regional um seu colaborador desinteressado etc..".

cabe-nos dizer que nada impede ao Agrônomo Regional tornar-se um "colaborador desinteressado", ressalvado ao Banco o direito lógico de examinar previamente as operações propostas (avaliação, cadastro etc.), subscritas e apresentadas pelos próprios agricultores ou por procuradores bastantes. Aos Agrônomos Regionais, devidamente credenciados, poderão ser fornecidas, quando solicitadas, todas as informações necessárias sobre condições e disciplina dos nossos empréstimos rurais, para maior eficiência de sua ação colaboradora.

8. Valemo-nos do ensejo para renovar a V.S. nossos protestos de elevado apreço e distinta consideração".

Banco do Estado de São Paulo:

"Temos o prazer de acusar o recebimento do seu ofício n. 134.375, de 7 de outubro último, solicitando-nos informações sobre a atuação deste estabelecimento, no setor do crédito agrícola.

E com a maior satisfação que resumimos abaixo as condições dentro das quais a nossa Carteira Agrícola realiza os seus financiamentos:

Juros — 8% ao ano.

Prazo — o do ciclo da safra mais 60 dias, a fim de permitir a venda do produto sem precipitação.

Limite — Cr\$ 500.000,00.

Garantia — contrato de Penhor Agrícola

As avaliações são procedidas por agrônomos da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, que, além desse serviço, prestam orientação e assistência técnica aos lavradores, visando o fomento da produção agrícola.

Os empréstimos até Cr\$ 20.000,00 são isentos de despesas de avaliação, sendo suficiente que o interessado comprove a sua qualidade de lavrador, casos em que o adiantamento é feito sem contrato, mediante nota promissória com uma só assinatura

As principais culturas financiadas e suas respectivas bases são as seguintes:

Por mil pés:

Café — Cr\$ 5.000,00.

Por alqueire paulista (2,42 ha):

Milho — Cr\$ 3.000,00. Algodão — Cr\$ 5.000,00

Amendoim — Cr\$ 3.000,00. Feijão — Cr\$

2.000,00. Arroz — Cr\$ 3.000,00. Mandioca

— Cr\$ 3.000,00. Mamona — Cr\$ 3.000,00

Alfafa — Cr\$ 3.000,00. Soja — Cr\$

2.500,00. Cana — Cr\$ 5.000,00. Essas ba

ses são reajustáveis anualmente.

Permanecendo às ordens de Vossa Senhoria para quaisquer outros esclarecimentos a respeito, apresentamos-lhes os protestos de real apreço.

O SAPS E A MISSÃO KLEIN & SAKS

“É a única coisa séria que existe no Brasil no campo da alimentação”

A gravidade do problema alimentar brasileiro fez com que o Governo contratasse a missão norte-americana Klein & Saks para estudar as condições de alimentação de nosso povo e propor as medidas julgadas necessárias à sua solução.

Após metódica investigação em todos os setores, os técnicos em questão chegaram a conclusões muito precisas, apontando medidas concretas que, se adotadas, remediarão de imediato a situação. Entre os pontos principais do relatório da Missão Klein & Saks, causou sensação a afirmativa segundo a qual nossa produção, ao contrário do que se pensava, é suficiente para as necessidades do país. O mal está, principalmente, na questão do transporte e da armazenagem, que não atendem, em absoluto, ao mínimo requerido para distribuição aos centros do consumo.

No que se refere aos serviços públicos relacionados com a alimentação os aludidos técnicos consideram-nos em geral pouco expressivos ou mesmo ineficientes, como é o caso de alguns, fazendo uma única e entusiástica ressalva para o SAPS, pois, segundo o sr. Augusto Frederico Schmidt, que vem acompanhando a referida missão em todos os seus trabalhos, essa instituição, para os técnicos, é a única coisa séria que existe no Brasil no campo da alimentação.

Alimentação farta, rica e adequada durante todo o ano significa boa produção animal

O PROBLEMA DA ALIMENTAÇÃO É FUNDAMENTAL EM PECUÁRIA — É PRECISO APROVEITAR, NA ÉPOCA DE ESCASSEZ DE FORRAGENS O QUE SE PRODUZ EM EXCESSO NA ÉPOCA CHUVOSA — A FENAÇÃO, UM DOS MAIS ANTIGOS PROCESSOS DE CONSERVAÇÃO DE FORRAGEM — A SECAGEM DE FORRAGENS, O PROCESSO MODERNO PARA A PECUÁRIA DE HOJE. A PRESENÇA DE SECADORES DE FORRAGENS SIGNIFICA SUPRIMENTO DE ALIMENTOS DURANTE O ANO

É observação corrente que os mercados consumidores cada vez mais ávidos de alimentos, exigem crescente suprimento de carne, leite, e derivados.

Isto significa necessidade do desenvolvimento da pecuária que não pode mais ser conduzida em bases empíricas e irracionais.

O aperfeiçoamento da pecuária é uma contingência do momento.

Não se pode, entretanto, pensar em desenvolver e aperfeiçoar a pecuária, sem que antes se leve na devida consideração o problema da alimentação do gado.

É preciso que a pecuária seja conduzida criteriosamente, que os cuidadores adotem princípios racionais para que o rendimento per capita, na menor área possível seja o máximo e isso significa alimentação farta e adequada durante todo o ano.

Não se compreende que na época das águas haja fartura e até excesso de forragens e na época seca o gado definha, perca peso, fique menos resistente às condições adversas em virtude do enfraquecimento orgânico em virtude do regime de sub-nutrição a que é submetido.

O criador criterioso deve manter seus rebanhos convenientemente alimentados durante todo o ano e para isso é preciso que ele aproveite, racionalmente, o excesso de alimentos produzidos na época de fartura, para utilizá-lo no inverno.

A época de seca não deve significar, jamais, sub-nutrição para os rebanhos.

O criador deve ser, sobretudo, previdente. Armazenar o que produz em excesso para utilizar na época de escassez, deve ser sua preocupação permanente.

Agir de outra forma, como infelizmente temos feito, significa manter uma pecuária anti-econômica; é concorrer para que, cada vez mais se verifiquem grandes oscilações no abastecimento dos mercados; é acentuar cada vez mais a alta de preços na estação menos propícia à pecuária.

Os mercados exigem suprimentos sempre crescentes durante todo ano.

De há muito já se pratica fenação, isto é, a secagem ao ar livre, pelo sol e pelo vento, da forragem verde cortada, que se conserva assim, durante longo tempo.

Onde na época do corte da forragem as chuvas são abundantes, dificultando assim não só a fenação propriamente dita, mas, também, provocando a lixiviação do feno e, consequentemente diminuindo o seu valor nutritivo, o processo da secagem das forragens se impõe como uma necessidade de primeira ordem.

A secagem das forragens (Gramíneas e Leguminosas), por meios artificiais, através de secadores, é o processo moderno para obtenção de forragem seca, de alto valor nutritivo, conservando todas as vitaminas e sais minerais.

A forragem seca presta-se a ser ministrada aos animais:

- a — conjuntamente com a silagem;
- b — misturada com a mandioca, a batata-doce, etc.;
- c — como complemento da alimentação do gado depois de ter pastado e seguido apenas algum pouco pasto verde no inverno;
- d — misturado com a farejada, no caso da ração de suínos, aves, etc.

Um outro aspecto interessante da produção de forragem seca é a facilidade do transporte (redução do volume a ser transportada e, consequentemente, o frete).

Esse aspecto é muito importante, principalmente entre nós, porque:

- a — os transportes são difíceis (às vezes não existe transportes suficientes para o escoamento de toda a produção agrícola de uma região);
- b — os fretes são relativamente altos.

Assim sendo, é também interessante a secagem artificial de produtos destinados à alimentação humana (raízes e tubérculos, frutos, hortaliças, etc.).

Existem vários tipos de secadores, entre os quais podemos citar:

- a — secadores móveis, de tambor, onde os produtos depois de secos são retirados e ao sair são diretamente ensacados. Com secadores desse tipo consegue-se secar, em 24 horas, 50.000 quilos de cereais, ou 5.500 quilos de forragem verde ou 6.000 quilos de batata.
- b — secadores de circulação rápida, destinados à produção de forragens verdes concentradas, dos quais existem vários tipos para a produção desde 900 até 7.500 quilos de forragem verde, por hora.
- c — secadores à turbinas, para secagem de frutos e hortaliças, especialmente-

te para fábricas de conservas, podendo secar de 5.000 a 10.000 quilos de frutas e hortaliças em 24 horas. Esse tipo de secador presta-se ainda para a secagem de outros produtos agrícolas como chá, sisal, cacau, soja, etc.

Conforme se verifica, é de mais alta importância o emprego de secadores nas propriedades agrícolas.

Em se tratando de forragem verdes (leguminosas, capins, milho verde, etc.), os secadores permitem a sua transformação em concentrados verdes, de alto valor nutritivo, ricos em proteínas.

Em se tratando de batata, beterraba, etc., consegue-se sua transformação em raspa de boa digestibilidade e de conservabilidade limitada.

No caso de cereais, a conservação é também interessante, pois, através da secagem eles conservam as suas qualidades de panificação.

Revestimento Irmãos Peixoto Ltda.

ENCARREGARAM-SE DOS REVESTIMENTOS EXTERNOS,
DO TAQUEAMENTO E DE OUTROS SERVIÇOS DA

CASA DA AGRICULTURA

AV. PRES. ANTONIO CARLOS, 207, 10.º, sala 1003-A — Tel.: 22-0513
RIO DE JANEIRO

ADICIONAIS SÔBRE OS PREÇOS DO SAL

Em sessão de 11 de março último, a Comissão Executiva do I. N. S. aprovou a seguinte Resolução (n.º 14/54), estabelecendo adicionais sôbre as tabelas de sal constantes da Resolução n.º 36/53:

"A Comissão Executiva do Instituto Nacional do Sal, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e de acôrda com autorização da Comissão Federal de Abastecimento e Preços, resolve:

Art. 1.º — Ficam autorizadas, para a sal fluminense, as adicionais de Cr\$ 1,00 e Cr\$ 0,50, respectivamente, para as embalagens de 60 kg. e 30 kg. de sal, constantes das tabelas ns. 1, 2, 4, 6 e 8 da Resolução n.º 36/53, de 21 de agosto de 1953.

Art. 2.º — Para a sal nordestina, constante das tabelas ns. 3, 5, 7 e 9 da referida Resolução n.º 36/53, ficam autorizadas as adicionais de Cr\$ 2,40 e Cr\$ 1,20, respectivamente, para as embalagens de 60 kg. e 30 kg.

Art. 3.º — A infração ao disposto nesta Resolução será punida com a multa de Cr\$ 100,00 a Cr\$ 5.000,00, dobrada na reincidência (art. 7.º do decreto-lei n.º 5.077, de 11 de dezembro de 1942, publicada na "Diária Oficial" da República de 15 do mesmo mês e ano), sem prejuízo da aplicação de outras disposições penais que porventura cauberm.

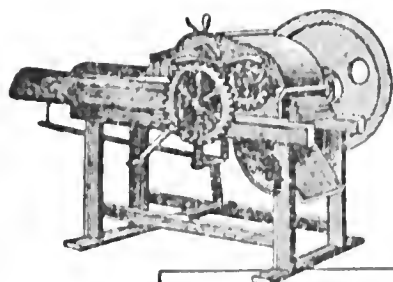
Art. 4.º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrária.

Sala das Sessões da Comissão Executiva do Instituto Nacional do Sal, em 11 de março de 1954. — (a) **Raul de Góes** — Presidente"

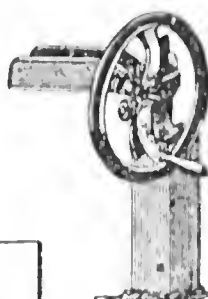


MÁQUINAS PARA FORRAGENS **15** MODELOS DIFERENTES PARA PICAR MOER TRI- TURAR OU DESFIBRAR.

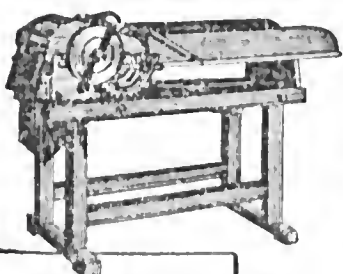
*DESDE A POSSANTE ENSILADEIRA
 AO PEQUENO CORTADOR MANUAL*



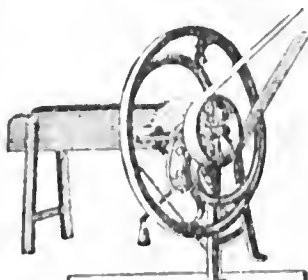
DESFIBRADOR



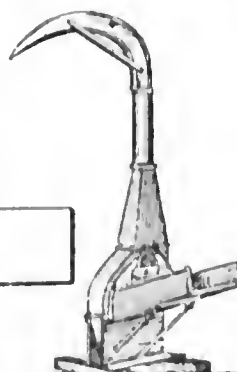
LIDER



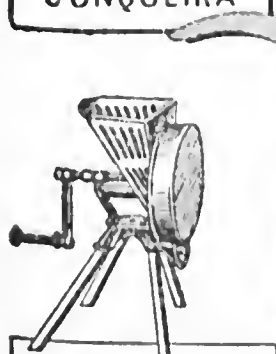
JUNQUEIRA



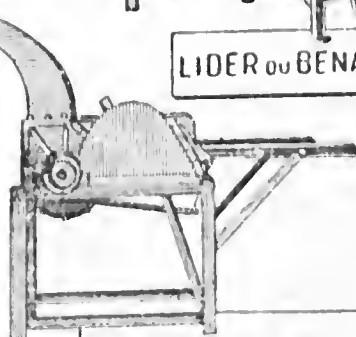
LIDER ou BENACK



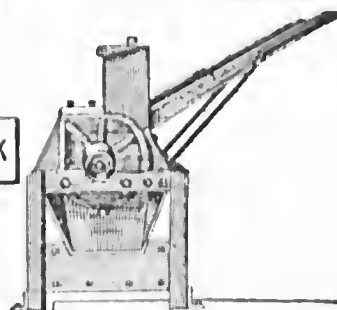
SKYLINE



GARÇA



TEPIRES



**CORTADOR-DESINTEGRADOR
 CONJUGADO**

RIO DE JANEIRO R Teófilo Otoni, 81
 SÃO PAULO Rua Florêncio de Abreu, 828
 PORTO ALEGRE Av Júlio de Castilhos, 30
 BELO HORIZONTE R Tupinambás, 364
 JUIZ DE FÓRA - Rua Halfeld 399 — CURITIBA Rua Dr Murici, 536

CIA. FÁBIO BASTOS
COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Noticias e Informações

II CONGRESSO PAN-AMERICANO DE AGRONOMIA

Realizou-se, em 29 de março, a instalação do II Congresso Pan-Americano de Agronomia, na Estância de São Pedro, no Estado de São Paulo. As reuniões do referido conclave realizaram-se na Estância de São Pedro e na cidade de Piracicaba, com elevado número de congressistas.

FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO EM ALAGOAS

O Ministério da Agricultura, em prosseguimento ao seu plano de reflorestamento e florestamento, acaba de assinar, com o Governo de Alagoas um plano visando o reflorestamento de áreas devastadas e a formação de florestas em novas áreas do referido Estado.

ECOS DA VIII REUNIÃO DA COMISSÃO TÉCNICA DO TRIGO

De acordo com a comunicação feita durante a VIII Reunião da Comissão Técnica do Trigo, recentemente realizada, pelo conhecido genetista Ivar Bekman, já dispomos de uma magnífica variedade de trigo, oriunda no Rio Grande do Sul, cujos resultados experimentais tem sido altamente auspiciosos. Trata-se da variedade "Colatana", cujas sementes ainda não estão sendo distribuídas aos triticultores.

II FESTA DA MAÇA

Realizar-se-á em Campos de Jordão Estado de São Paulo, a II Festa da Maça. No referido município existem 40.000 maceiras plantadas, das quais metade em produção.

XXI EXPOSIÇÃO NACIONAL DE ANIMAIS

Realizou-se em São Paulo, no Parque Agua Branca, a inauguração da XXI Exposição Nacional de Animais e Produtos Derivados, com a presença do Exmo. Sr. Presidente da República e do Exmo. Sr. Ministro da Agricultura.

CURSO AVULSO DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL

Pela Portaria Ministerial n.º 158 de 8 de Fevereiro do corrente ano, o Sr. Ministro da Agricultura aprovou as instruções para o funcionamento de um curso Avulso de Inseminação Artificial que funcionará no Posto de Inseminação Artificial de Recife, Estado de Pernambuco.

CURSO AVULSO DE REVISÃO

Pela Portaria Ministerial n.º 249, de 19 de Fevereiro de 1954, o Sr. Ministro da Agricultura aprovou as instruções para o funcionamento, na Universidade Rural, do Curso Avulso de Revisão dos Programas do Concurso de Habilitação à matrícula nas Escolas da referida universidade.

I EXPOSIÇÃO AGRO-PECUÁRIA DE NOVA IGUAÇU

Realizar-se-á em Agosto, no município de Nova Iguaçu, Estado do Rio, a sua I Exposição Agro-Pecuária, onde estarão representadas as principais riquezas agro-pecuárias do Estado Fluminense.

ESTATUTO DO CAFÉ NO PARAGUAI

De acordo com a recente Lei aprovada pelo Governo do Paraguai serão concedidas várias vantagens às sociedades e pessoas que se dedicarem à cultura do café nas zonas declaradas aptas para a referida cultura. Entre as vantagens podemos citar as seguintes:

- a — liberação de direitos aduaneiros para a introdução de sementes de café destinadas ao plantio, para as máquinas agrícolas e demais implementos necessários.
- b — as terras destinadas à cultura de café ficam exceduadas de toda expropriação.
- c — os produtores ficarão com a vantagem de reterem, durante 15 anos, cinquenta por cento das divisas provenientes da exportação de café.
- d — isenção de pagamento de contribuições ao Instituto de Previdência Social, por cinco anos.
- e — faculdade, por parte das autoridades da entrada no país de pessoal técnico especializado para o desenvolvimento da cafeicultura.

SEMENTE DE JUTA

O Instituto Agrônomo do Norte acaba de contratar, para o corrente ano, a produção de 130 toneladas de juta destinada à região amazônica.

PRODUÇÃO DE MANDIOCA NA BAHIA

Segundo os dados divulgados, a safra de mandioca no Estado da Bahia, relativa ao ano de 1953, foi retirada 1.980.537 toneladas, no valor de Cr\$ 699.130.000,00, representando uma área cultivada de 149.119 hectares. A



COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PRODUTOS QUÍMICOS S. A.

Produtos Agropecuários

B. H. C. — Em pó molhável e seco — Diversas concentrações

CARRAPATICIDA "Dominol" — Base BHC — Diluição 1:500

ÓLEO EMULSIONÁVEL "Dominol" — Base BHC (para combate às moscas do estábulo)

BERNECIDA em pasta — Base BHC

SARNICIDA "Dominol" — Base BHC

FORMICIDA MM33 — Base de Brometo de Metila e Bissulfureto de Carbono

Produtos Químicos Industriais

Ácido Clorídrico Comercial, pró-análise e isento de ferro — Ácido Sulfúrico — Bicarbonato de Sódio — Cloro Líquido — Cloreto de Cálcio — Cloreto de Sódio — Hipossulfito de Sódio — Hipoclorito de Sódio — Óxido de ferro vermelho — Soda Cáustica — Sulfato de Alumínio — Sulfato de Magnésio — Sulfato de Sódio — Nitrato de prata, etc.

Matriz — Rio de Janeiro:

Escritório: Av. Pres. Vargas,
446 - 20.º — Tels.: 23-0057 e
23-4838

Fábrica e Depósito: Av. Subur-
bana, 5106

Filial — Salvador - Bahia:
Rua Conde D'Eu, 4

salina, embora elevada e inferior a que verificava no ano de 1949.

FESTA DA LARANJA

Realizar-se-á em Agosto, durante a I Exposição Agro-Pecuária de Nova Iguaçu, a Festa da Laranja, que contará com o apoio do Posto Agro-Pecuário do referido município fluminense.

VII SEMANA DO FAZENDEIRO

Realizar-se-á em Julho, na Universidade Rural a VII Semana do Fazendeiro, promovida pela Diretoria dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão.

II REUNIÃO DE CONSULTAS AS COOPERATIVAS

Realizou-se em Malo, em Recife, Estado de Pernambuco a II Reunião de Consultas às Cooperativas promovida pelo Ministério da Agricultura através do Serviço de Economia Rural.

CURSO AVULSO DE CLASSIFICADORES DE MADEIRAS

Tiveram início em Abril, as aulas do Curso Avulso de Classificadores de Madeiras, promovido pelo Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura.

SEGURO AGROPECUARIO

O Presidente da República sancionou o decreto que institui o seguro agropecuário destinado à preservação das colheitas e dos rebanhos contra a eventualidade de riscos que lhes são peculiares.

CRIAÇÃO DA ANCAR

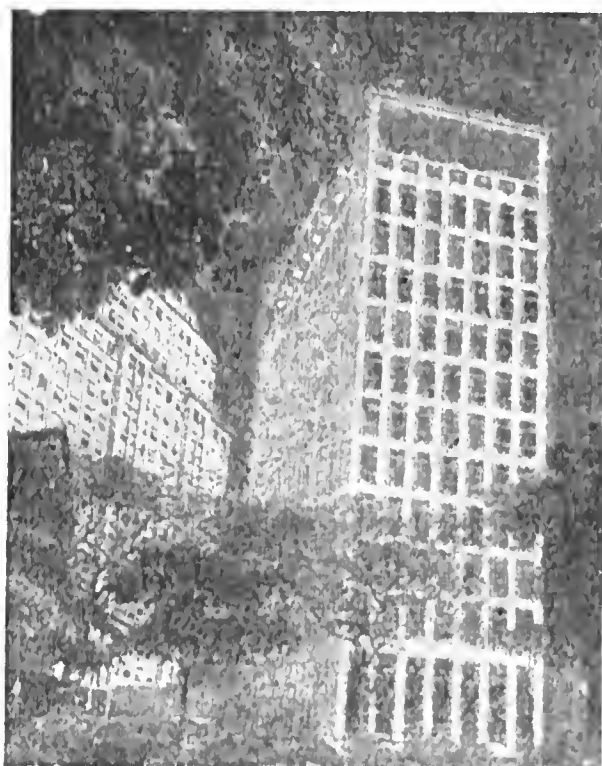
Está em estudos a criação da ANCAR (Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural), iniciativa conjunta do Ministério da Agricultura e do Banco do Nordeste, que conta com a colaboração do Banco do Brasil e dos Ministérios da Viação, Educação e Saúde. A ANCAR, realizará um serviço semelhante ao que a ANCAR vem realizando no Estado de Minas Gerais.

MAIS POSTOS AGRO-PECUARIOS

É desejo do Ministério da Agricultura instalar mais 118 Pontos Agro-Pecuarios distribuídos pelos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Sergipe, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Sul, Pará, Piauí, Santa Catarina, Maranhão e Alagoas.

DESENVOLVIMENTO DO ASSOCIATIVISMO RURAL

Segundo dados divulgados pelo Ministério da Agricultura estão registrados no Serviço de Economia Rural 921 Associações Rurais, congregando 132.898 associados.



Obras com cimento **MAUÁ...**



O novo edificio da Embaixada Norte Americana, recentemente inaugurado, destaca-se no conjunto arquitetônico do Rio de Janeiro pela sutileza e harmonia de suas linhas. A solidez de sua construção, foi assegurada com o emprego do cimento Portland "Maúa", que supera as especificações para o cimento Portland no mundo inteiro.



COMPANHIA NACIONAL DE CIMENTO PORTLAND

Rio de Janeiro.

Está o serviço de Piscicultura ultrapassando pela técnica moderna?

Rui Simões de Menezes

O Sr. PIMENTEL GOMES, agrônomo-jornalista, escreve no artigo "O Nordeste sem planejamento" ("Jornal do Comércio", Recife, 29-11-1953):

"O Serviço de Piscicultura experimenta e fomenta a piscicultura nos açudes. E, como se vê, um programa interessante mas incompleto, ultrapassado há muito tempo pela técnica moderna."

Fôsse o Sr. PIMENTEL GOMES especializado em Biologia Pesqueira e certamente teria brindado os técnicos de Serviço de Piscicultura (D.N.O.C.S., M.V.O.P.) com os seus ensinamentos a respeito do que considera ele "técnica moderna". Provavelmente viria ele pôr em prática os seus aludidos ensinamentos, pois, nos dias correntes, há cardumes (permittam-nos a expressão adequada ao assunto...) de planejamento e planejadores faltando-nos os realizadores dos planos.

Sem embargo de negar ao Sr. PIMENTEL Gomes qualquer autoridade para formular a apreciação acima transcrita — uma vez que não é especialista em Biologia Pesqueira mostraremos, abaixo, que é inteiramente falsa a sua referida apreciação:

1 — Em 1952 e 1953, respectivamente, a F.A.O. (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação — Roma, Itália) enviou bolsistas do Haiti (Dr. GARNIER) e da Guiana Inglesa (Dr. ALSOPP) para um estágio de aprendizagem no Serviço de Piscicultura do D.N.O.C.S. O Dr. ALSOPP, que possui o grau de "Master of Science" pela Univ. de Wisconsin, U.S.A., no seu relatório à F.A.O., após o aludido estágio, fez os maiores elogios ao nosso Serviço.

2 — O Dr. ALCIDES LOURENÇO GOMES, um dos maiores técnicos sul-americanos em Biologia Pesqueira e "Master of Sciences" pela Univ. de Michigan, U.S.A., declarou:

"O Serviço de Piscicultura já se tornou famoso pelas investigações que seus biólogos têm procedido e pelos sucessos na criação de peixes nacionais. Também relevantes tem sido os serviços prestados ao povo nordestino, com a criação de novas fontes de alimento e de riqueza, representadas pela pesca de

espécies como a pescada, o pirarucu, o tucunaré, o apalari e a curimatã-pacu. mesmo tempo, numerosos problemas de piscicultura eram investigados, do que resultou um aprimoramento da técnica de criação de peixes, sem pará-lo em todo mundo. Por esta razão, é que o Serviço de Piscicultura, em menos de 20 anos, tornou-se conhecido em todo país e também no estrangeiro." ("Correio do Ceará", Fortaleza, 23-7-1952).

3 — Referindo-se ao Serviço de Piscicultura do D.N.O.C.S., escreve o Dr. HORACIO ROSA Jr., "Assistente Regional Fisheries Officer for Latin America, Fisheries Division F.A.O." (1951, "La FAO acomete problemas de piscicultura en la America Latina", Org. Naciones Unidas para Agric. y Aliment., Roma, setembro 1951):

"Entre os diferentes projetos de piscicultura em andamento na América Latina, o do Serviço de Piscicultura (D.N.O.C.S., M.V.O.P.), no Brasil, se reveste de interesse especial pela importância do seu desenvolvimento."

4 — O biologista OSMAR FONTENELE, do Serviço de Piscicultura, foi convidado para dirigir, na Colômbia, um setor especializado de criação do Pirarucu, Arapaima gigas (Cuvier).

5 — O biologista RUI SIMÕES DE MENEZES, daquele Serviço, em agosto de 1950, foi convidado para dirigir, na Venezuela, um serviço de piscicultura (Ministério de Obras Públicas); e, em outubro de 1950, para dirigir um laboratório de estudos oceanográficos no mesmo país (Ministério de Agricultura y Cria).

6 — O mesmo biologista, de 18 de fevereiro a 14 de março de 1952, atuou como professor do curso "Utilización de las Peceseras de Agua Dulce" (Primer Centro Latinoamericano de Capacitación Pesquera — Valparaíso, Chile); e, em setembro de 1951, foi designada para representar o Brasil na Conferência convocada pela F.A.O. em Lima, Peru, "para acordar el establecimiento del Consejo Latinoamericano de Pesca".

7 — Escrevem GERALD V. HOWARD e

FILEEN R. GODFREY, da "Fisheries Division of FAO" (1950, "Fishery Research and Educational Institutions in North and South America", Washington, p. 81):

"A "División de Agroecología, Dirección de Obras de Riego, Ministerio de Obras Públicas, Venezuela, planeja estabelecer um serviço de piscicultura semelhante àquele que opera no Nordeste do Brasil."

8 — Salientou o Dr. EDGARD TEIXEIRA LEITE, do Conselho Nacional de Economia ("Correio do Ceará", Fortaleza, 8-5-1953).

"... o magnífico esforço pela piscicultura (Serviço de Piscicultura D.N.O.C.S.) que é, no gênero, a maior organização da América do Sul."

9 — O Serviço de Piscicultura do D.N.O.C.S., conta com 213 trabalhos publicados no Brasil, Argentina, Chile, Colombia, Estados Unidos, França, Alemanha e U.R.S.S. Recebe consulta do país e do estrangeiro (América do Sul e do Norte, Grã-Bretanha, etc.).

10 — O deputado federal ALENCAR ARAÚJO, em discurso na Câmara dos Deputados, afirmou:

"Os açudes do polígono das sêcas podem ser considerados magníficas operações de emprego de capital, pois, somente a produção de peixe paga o preço da construção e passa a render elevados juros." ("O Povo", Fortaleza, Ceará, 1-6-1953)

11 — O jornalista J. STENIO LOPES ("Unitário", Fortaleza, Ceará, 26-6-1953) assegura:

"A não ser pela grande quantidade de pescado que têm fornecido, os açudes públicos do Ceará e da Paraíba não justificaram até o presente, em termos gerais, as vultosas quantias neles dispendidas."

A exposição acima prova que o jornalista agrônomo PIMENTEL GOMES não tem razão em afirmar que o Serviço de Piscicultura (D.N.O.C.S., M.V.O.P.) — o primeiro no Brasil a efetuar marcação de peixe libertados em açudes, para avaliação de crescimento, migração, número de exemplares componentes do "stock" natural — está ultrapassado pela técnica moderna

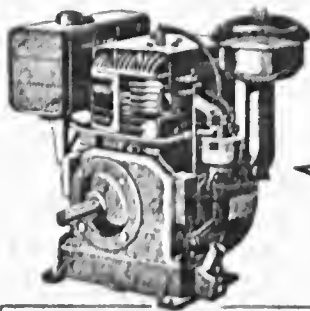
PARA O CAMPO, MOTORES:

BRIGGS & STRATTON

o fonte de potência preferida em todo o mundo!

DE 1 a 8 HP

a gasolina para fins industriais e acionamento de Geradores, Bombas, e máquinas agrícolas.



Grupos Geradores



Bombeamento



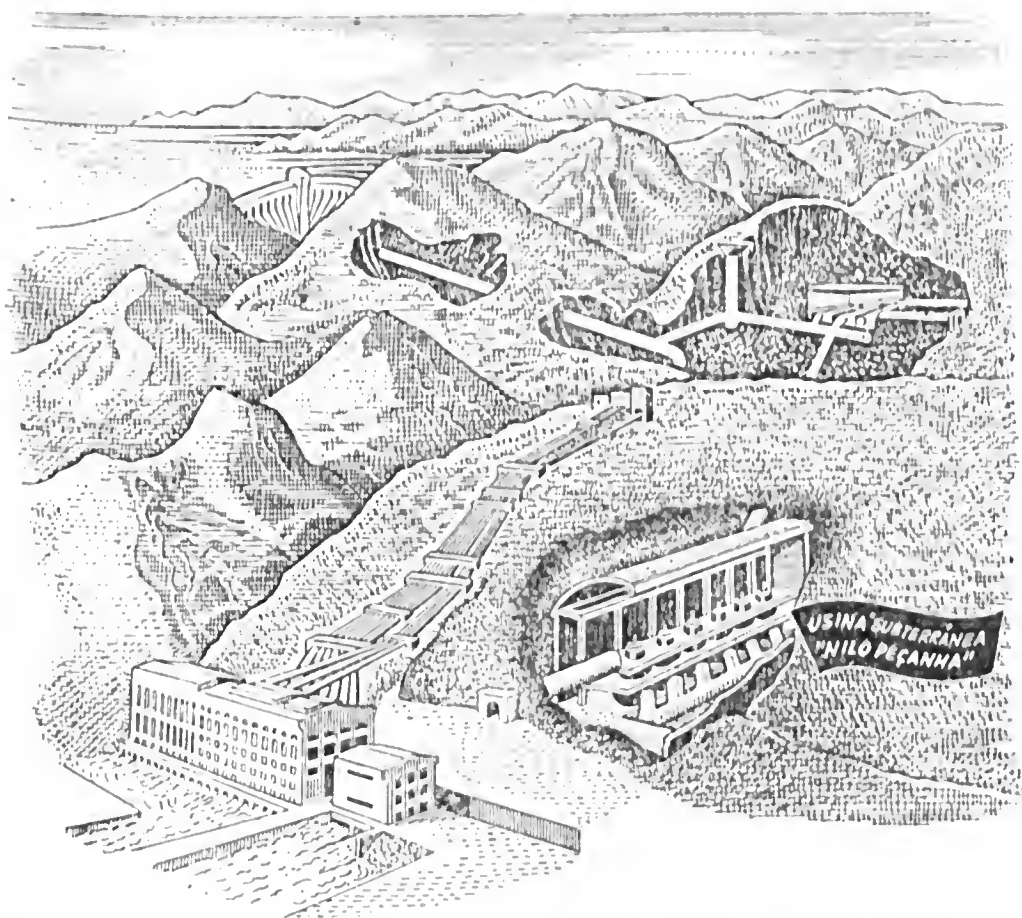
Máquinas Agrícolas



Borghoff S.A.

RIO DE JANEIRO
Rua Riachuelo, 243
SÃO PAULO
Av. Gel. Olímpio da Silveira, 63

Voga Publicidade



“NILO PEÇANHA”

A PRIMEIRA USINA SUBTERRÂNEA A FUNCIONAR NA AMÉRICA DO SUL

A Usina Subterrânea Nilo Peçanha é parte integrante do grande projeto de expansão da Usina Hidro-elétrica de Ribeirão das Lajes, cuja construção foi iniciada em 1905.

O lasigne estadista brasileiro, Dr Nilo Peçanha, quando Presidente do Estado do Rio de Janeiro, promulgou, em 1905, a primeira lei sobre serviços de produção e distribuição de energia elétrica nesse Estado, proporcionando, assim, com a sua larga visão, os meios necessários para que o Estado do Rio de Janeiro e o Distrito Federal se beneficiassem com uma grande instalação geradora de energia elétrica,

que viria, posteriormente, desempenhar importante papel no ciclo de industrialização dessas duas unidades federativas.

A Usina Subterrânea Nilo Peçanha, fruto de arrojado empreendimento de engenharia, com o desvio de águas do Rio Paraíba para a vertente oceânica, permitirá, em sua primeira etapa, um acréscimo de capacidade geradora de 330 000 kW.

As três primeiras unidades dessa usina, com um total de 140 000 kW, já estão em operação, e as três seguintes deverão entrar em produção ainda durante o ano em curso.



MEIO SÉCULO A SERVIÇO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
E DO DISTRITO FEDERAL

Sociedade Nacional de Agricultura

SOCIALISMO AGRÁRIO — EXPOSIÇÃO DO PRESIDENTE, PROF. ARTHUR TORRES FILHO

Em reunião da diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura o seu presidente, Professor Arthur Torres Filho, fez, sobre o socialismo agrário, a seguinte exposição:

"Sob o Império das necessidades econômicas impostas pelas duas últimas e devastadoras guerras mundiais e diante das necessidades alimentares dos países densamente povoados, o Estado foi chamado a intervir na produção agrícola para assegurar, no interesse comum, a intensificação da produção para colaboração estreita com os produtores dando-lhes assistência social, econômica e financeira. No dizer de Camille Morel já depois da guerra 14-18, com o objetivo de elevar a produtividade agrícola as medidas, em alguns países da Europa já se cogitava de reformas agrárias com o parcelamento da terra. Entretanto, em alguns deles, como na França, essa subdivisão chegou a extremos tais, em certas regiões que se tornou necessário na opinião de economistas, que o reagrupamento, não se tornava possível alcançar o rendimento cultural e econômico satisfatório. Aliás quem proenhou como nós, conhecer a estrutura agrícola de países como a Itália, França e Bélgica pôde ter impressão exata da chamada agricultura familiar e de seus métodos rotineiros em face da agronomia moderna de que é paradigma a agricultura norte-americana.

Como se observa na Europa entre os camponeses e outro tanto ocorre entre nossos pequenos agricultores cheios de boa vontade e do desejo de prosperar, faltá-lhes orientação e recursos para o melhoramento de suas propriedades e métodos modernos de cultivo e daí a necessidade de agrupá-los em associações rurais e núcleos rurais conforme preceitua o Decreto 8.187. Felizmente já se acham organizadas e orientadas pelo Serviço de Economia Rural cerca de mil associações rurais no País. Essa é que representa a reforma agrária de que carece a agricultura brasileira. Como salientava o Professor José Carneiro Felipe, Diretor do Serviço Nacional de Recenseamento de 1940 e o Professor Giorgio Mortara, Consultor Técnico, "o baixo rendimento em relação à área explorada e ao número de pessoas ocupadas é o característico mais evidente das atividades agro-pecuárias do Brasil".

E para aqueles que se fizeram reformistas da nossa estrutura agrícola sem pesquisas cuidadosas será conveniente que atentem ainda nesta análise da estrutura da economia agropecuária do Brasil, segundo os dados do recenseamento de 1940 (infelizmente até ao mo-

mento não são conhecidos os dados do censo econômico de 1950) feita por Carneiro Felipe e Giorgio Mortara: "A classe mais importante é a dos estabelecimentos com exploração mista, agrícola e pecuária que abrange 59,53%, 47,25% da área, 63,43% do pessoal, ...% do valor dos estabelecimentos e contribui com 63,93% para o valor da produção".

Essa apreciação refere-se a 1.900.000 estabelecimentos abrangendo atividades agrícolas constituindo unidades econômicas autônomas mais incluindo-as quando acessórias atividade agropecuária e exercida no mesmo estabelecimento. A área total dos estabelecimentos recenseados aproxima-se de 200 milhões de hectares ficando assim cerca de 4 vezes maior do que a área dos estabelecimentos agropecuários da França em 1949 que excede 53 milhões de hectares e de duas vezes menor que a dos Estados Unidos que era de 429 milhões em 1940.

Como dado valioso ainda convém referir em relação aos resultados do censo agrícola de 1940 tão proficientemente analisados que o número de habitantes permanentemente ocupados nos estabelecimentos agropecuários ascendia de cerca de 10.500.000 dos quais cerca de 7.800.000 em idade de 15 anos e mais em comparação com cerca de 10 milhões de 14 anos e mais nos Estados Unidos. Em 1939 o valor dos estabelecimentos agropecuários estaria próximo de 30 bilhões de cruzados e o valor da produção desses estabelecimentos em 8 bilhões de cruzados.

É certo que quem examina e estuda os Planos de Trabalho do Ministério da Agricultura de 1952-1953 do Ministro João Cleofas verificará que S. Exa., em seus programas de trabalho, dentro da precariedade de recursos de que dispõe o Ministério da Agricultura sempre esteve atento em sua profícua administração em acudir e revigorar a nossa produção agrícola. É bem certo que ao Ministério no preenchimento de suas altas funções terá de trabalhar em colaboração cada vez mais estreita com a classe rural tendo os serviços agrícolas descentralizados amparando e orientando as iniciativas particulares. O ensino agrícola e as pesquisas estão chamadas a um papel sempre mais relevante no melhoramento e progresso de nossa agricultura. Do ponto de vista social as massas de trabalhadores do campo estão à espera da educação rural e da assistência sanitária indispensável para tirá-las da instabilidade em que vivem.

Goiás arregimenta a sua classe rural

Quarenta e cinco Associações com existência legal funcionam no Estado — A Associação Rural de Trindade presta benefício

Até há pouco, ninguém acreditava, em Goiás, numa arregimentação das classes rurais. No entanto, ela, hoje, é uma vitoriosa realidade. Das quarenta e cinco associações rurais já fundadas no Estado pelo Sr. Joaquim Câmara Filho, presidente da FAREG, muitas delas estão em franca atividade, ora defendendo os interesses do homem do campo, ora encaminhando à zona rural os benefícios oficiais.

Ainda agora, foi destinada às já reconhecidas importância superior a dois milhões de cruzados. Exemplo desse trabalho temos no relatório que publicamos abaixo, encaminhado à FAREG pelo Sr. Ezequiel Fernandes Dantas, da Associação Rural de Trindade.

Apesar de ser uma associação rural ainda muito nova, destaca-se pelo interesse que vem tomando em favor do homem do campo daquela região.

O RELATÓRIO

"Senhores associados:

Na qualidade de Presidente da Associação Rural do Município de Trindade, eleito em 7 de fevereiro de 1953, para o triênio 1953-1956, cabe-me em primeiro lugar agradecer a vossa confiança em mim depositada, elegendo-me para tão honroso e espinhoso cargo. Espero, com a ajuda de Deus, cumprir fielmente os Estatutos, fazendo o possível para tornar a nossa Associação um autêntico órgão consultivo dos poderes públicos e um reduto de defesa e amparo da classe.

As nossas primeiras providências foram no sentido de conseguir o registro da Associação no Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura e o seu reconhecimento pelo Exmo. Sr. Ministro daquela importante pasta e bem assim a sua filiação na FAREG. Com a boa vontade do Dr. Joaquim Câmara Filho, digno e esforçado Presidente da FAREG, tudo foi feito com rapidez e boa vontade, tendo a nossa Associação sido registrada no Serviço de Economia Rural sob o número 673-B e reconhecida pelo Exmo. Sr. Dr. João Cleofas, por portaria de 17-4-1953.

Conseguiu-se com o Dr. Joaquim Câmara Filho, que ficasse à nossa disposição um dos tratores da FAREG, que deu grande impulso à lavoura mecanizada em nosso município, sendo atendidos diversos associados, graças à boa vontade dos Drs. Benedito de Oliveira, DD, Chefe do Fomento Vegetal em Goiás e o Dr. Júlio Brandão de Albuquerque, dinâmico Inspetor-Chefe da IRPPA, neste Estado, que puseram à nossa disposição dois tratores, os quais prestam serviços técnicos em 2 fazendas, sendo a da FAREG e a de propriedade do vice-presidente da Associação, Sr. Hilton Montelero da Rocha, sendo a área arada superior a 70 alqueires.

Conseguiu-se com o Dr. Júlio B. de Albuquerque, a instalação de um Posto de Monta Provisório, na Fazenda do Sr. Hilton Montelero da Rocha, que gentilmente pôs à nossa disposição a área que fosse necessária, independente do pagamento. Existem naquele Posto quatro reprodutores, sendo um bovino guernsey, um equino a ade, um asinino catalã e um suíno Duroc Jersey, os quais têm coberto os animais de vários associados.

Trator pelo plano de cooperação: — Segundo instruções do Dr. Konder, Chefe do Gabinete do Sr. Ministro da Agricultura, requeremos um trator Hanomag ou outro qualquer e entretanto até o momento ainda não obtivemos uma solução satisfatória, contudo confiamos que, na primeira oportunidade, quando tivermos o prazer de um encontro pessoal com S. Excia. o Sr. Ministro Dr. Cleofas, seremos contemplados com um conjunto eficiente.

Casa Rural do Município de Trindade: — Conseguiu-se com os Srs. vereadores e com o Sr. Prefeito Municipal, que fosse doado à nossa Associação o antigo prédio em ruínas onde funcionou o Grupo Escolar de Trindade. Com o Deputado Dr. Galeno Paranhos, em colaboração com o Deputado José Fleury, conseguimos uma emenda ao orçamento da República de 1954 de Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzados), que foi aprovada e que se destinará à adaptação e construção de nossa sede social, onde funcionará também a nossa Cooperativa de Crédito, sala para veterinária, local para guardar arreios e tanques para dar água aos animais de nossos associados residentes na zona rural.

Cooperativa Banco de Crédito Rural de Trindade de Resp. Ltda.: — Cumprindo a promessa que fizemos no dia de nossa posse, já fundamos a Cooperativa Banco de Crédito Rural de Trindade de Resp. Ltda. com o capital inicial de Cr\$ 502.000,00 (quinhentos e dois mil cruzados) e 101 associados, a qual está fase de legalização e reconhecimento.

II Conferência Rural do Estado de Goiás: — Comparecemos à mesma e tomamos parte em todos os seus debates, fazendo parte de uma comissão, no lado dos Srs. Joaquim Câmara Filho e José Augusto Curado.

Movimento Financeiro: — Tivemos uma receita de Cr\$ 5.240,00 e uma despesa de Cr\$ 3.895,00, existindo um saldo em caixa de Cr\$ 1.345,00 e contas a receber no total de Cr\$ 6.890,00, proveniente de mensalidades em atraso.

I Exposição Agro-Pecuária do Município de Trindade e I Semana Ruralista: — Estamos com a melhor boa vontade no sentido de realizarmos em 1954 a I Exposição Agro-Pecuária do Município de Trindade e bem assim a sua I Semana Ruralista, dependendo o seu êxito da cooperação dos Srs. vereadores, Sr. Prefeito Municipal, da FAREG e dos técnicos e da verba federal, que obtivermos.

Senhores associados: Cumprindo o que estabelece o artigo 16, letra I, relati em ligeiras palavras o que fiz ou procurei fazer nos primeiros meses de vida da ARMT, a vós cabe julgar e criticar o pouco que fiz e o muito que poderia ter feito.

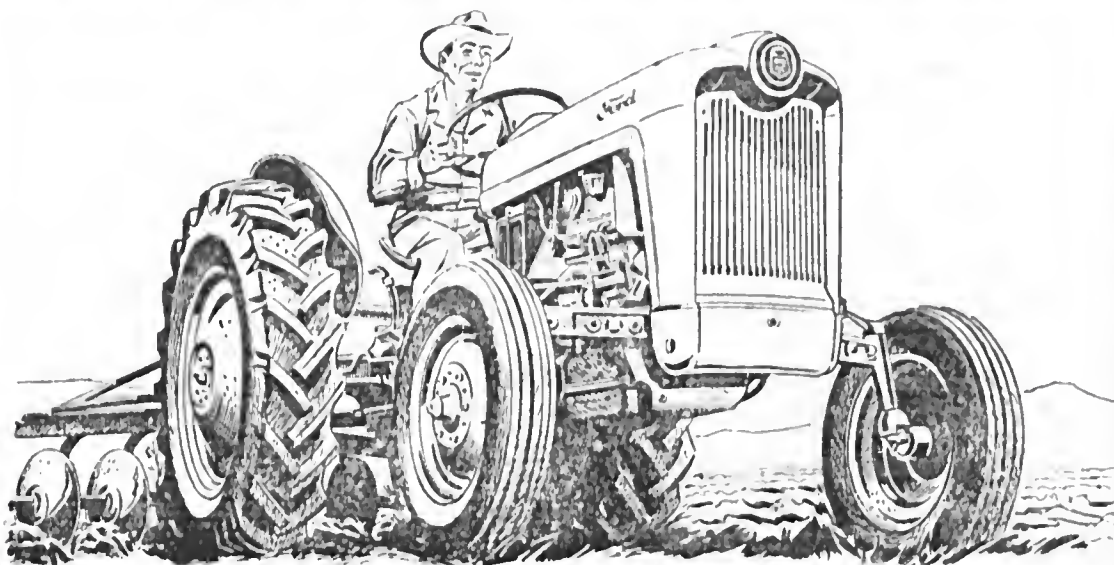
Ao encerrar este pequeno relatório, desejo consignar em nome da Associação Rural do Município de Trindade, o meu reconhecimento e agradecimento às seguintes pessoas: Dr. Joaquim Câmara Filho, Dr. Antonio de Arruda Câmara, Deputado Galeno Paranhos, Deputado José Fleury, Dr. Júlio Brandão de Albuquerque, Dr. Benedito de Oliveira, Prefeito Jonas Pires de Campos Júnior, Câmara Municipal de Trindade, Hilton Montelero da Rocha, todos os companheiros da Diretoria da ARMT e a todos os associados que cooperaram comigo, — (a) Ezequiel Fernandes Dantas, Presidente da Associação Rural de Trindade."



— O TRATOR MAIS VENDIDO NO PAÍS

apresenta

NOVO E APERFEIÇOADO MODÊLO



Feito para render mais...
sob as condições
brasileiras!

Aqui está o Novo Trator FORD! Além de importantes aperfeiçoamentos, traz aquele sua tradicional facilidade de manêjo... e aquela sua grande estabilidade! "Agarra firme" em qualquer terreno!

E para sua segurança...

**Assistência permanente —
em todo o país!**

**Com êstes aperfeiçoamentos,
o Trator FORD rende mais
que qualquer outro!**

Motor "Tigre Vermelho"! Com maior potência! É mais econômico, graças ao curso reduzido dos pistões.

Novo Sistema Hidráulico! Mais rápido, maior capacidade, velocidade regulável. Funciona mesmo com o trator embreado.

"Controlador de Serviço"! Para rendimento máxima. Registra horas de trabalho, rotações da polia, tomada de força etc.

PNEUS MAIORES! 11.00 x 28 traseiros e 5.50 x 16 dianteiros, possibilitando maior aderência e tração.

FORD MOTOR COMPANY — São Paulo

Confederação Rural Brasileira

Atividades dos meses de Fevereiro, Março e Abril

SESSÃO DA DIRETORIA DE 3-2-51

Presentes os Srs. Iris Meiberg — Julio Ferreira da Silva — Alberto Ravache — Adamastor Lima — Sylvio da Cunha Echenique — Raul Cardoso de Melo Filho e Adriano Cavaleanti.

CONCENTRAÇÃO RURAL DO NORDESTE

A propósito da projetada concentração Ruralista do Nordeste, que a Confederação pretendia realizar no Recife em 19/20 de março próximo por sugestão da Federação local, já levada a efeito em maio, um pouco antes da conferência das classes produtoras de Santos.

REPRESENTANTE DA LAVOURA NA CACEX

A Cacex pediu a designação de um representante da lavoura, que será nomeado oportunamente, e o Sr. Iris Meiberg informa dos entendimentos que manteve com o Banco do Brasil a respeito da cobrança, contra a qual reclamam os agricultores, da taxa adicional de 1%, quando da renovação dos contratos de financiamento.

SÊLO NOS CONTRATOS COM AS COOPERATIVAS

O Sr. Sylvio Echenique pediu a intercessão da Conferência junto a esse estabelecimento a fim de que o mesmo cesse a cobrança de sêlo nos contratos com as Cooperativas, ficando essa que lhes é assegurado por Lei.

FAIXA DE FRONTEIRAS

O mesmo diretor pediu que a Confederação offelasse no Senado Federal pleiteando o andamento do projeto de Lei sobre Faixa de Fronteiras que, vindo da Câmara lá se encontra desde 1952. A Lei em vigor desde a última Guerra, fica em 150 quilômetros essa faixa, o que então, era plenamente justificada como medida de segurança militar. No momento porém essa faixa considerada exagerada, causando inúmeros embaraços as populações fronteiriças, visto como tudo ali depende da Comissão que funciona neste Capital.

SERVIÇO SOCIAL RURAL

Idêntica providência será tomada quanto ao Serviço Social Rural cujo Substituto,

aprovado e apresentado pelas Classes Rurais na II Conferência Rural Brasileira lá se encontra desde 1952, a despeito do interesse do Governo em proporcionar ao nosso homem do campo os benefícios que no diploma são prometidos.

PRAGA DA LEBRE

O Sr. Sylvio Echenique levava aos presentes a gravidade que representa para a agricultura no Rio Grande do Sul a Praga da Lebre, para lá, levada da Argentina por alguns imigrantes e que como todos sabem causa verdadeira devastações em alguns pontos do Território Gaúcho. O mesmo fenômeno se verifica na Nova Zelândia e na Austrália, e também na França, onde foi empregado um vírus no seu combate, eliminando-a completamente. Sugere que essa providência seja adotada no Brasil por intermédio do Ministério da Agricultura.

JEEPS

O Sr. Iris Meiberg diz da sua atuação junto aos Ministérios da Agricultura e Fazenda no que se refere a importação de Jeeps pela Confederação, para distribuição aos Organismos locais da classe, que por sua vez atendem as necessidades dos lavradores e criadores. Informa que o Sr. Oswaldo Aranha lhe prometeu uma solução até quinta-feira da próxima semana, depois de ouvida a Simon.

LEITE EM PÓ

O Sr. Alberto Ravache apresenta completo estudo versando a produção nacional do leite em pó, que hoje atinge a 17.500 toneladas. Mostra que essa produção basta ao nosso consumo e que somente em casos especiais deverá ser facilitada a entrada do similar estrangeiro. Esse objetivo, diz, tem sido alcançado de um modo geral através dos acordos comerciais, em que tem atuado como representante da agricultura. São debulhados alguns assuntos de menor importância e aprovada a estrutura dos departamentos técnico, de entidade, os quais se desdobrarão em tantas sub-divisões quantas se tornarem necessárias dentro do vasto quadro dos nossos problemas econômicos e rurais.

SESSÃO DE DIRETORIA DE 10-3-51

Presentes os Srs. Joséphit Macedo, presidente da Faren, Napoleão Fontenele, Dolor de Andrade, Raul

Cardoso, Kurt Repsold, Amaro Cavalcanti, Ferraz de Almeida, João Maurício, Julio Ferreira, e uma delegação de pecuaristas do Brasil Central.

MANDATO DE SEGURANÇA CONTRA A COFAP

Após a discussão de algumas medidas de ordem administrativa, o Sr. Raul Cardoso passou a ler um projeto de mandato de segurança contra o Presidente da COFAP, a fim de que fossem considerados nulos os atos praticados por essa entidade após a demissão dos representantes da pecuária e da lavoura, ato contra o qual vem a Confederação receber centenas de telegramas das associações municipais e federações estaduais, que consideram estar a COFAP deliberando ilegalmente, pois que do mesmo não participam quatro elementos previstos na lei que a criou, e são eles: o representante da agricultura, dos economistas, dos pecuaristas e do próprio Ministério da Agricultura. Fleou deliberado que a diretoria delegasse poderes ao Presidente para se entender com o Chefe do Governo, certa a Confederação, que foi sempre prestigiada por S. Exa., de que o assunto pode ser resolvido extra-judicialmente.

CONGELAMENTO DOS PREÇOS

O caso do congelamento dos preços foi também assunto de debate, tendo ficado resolvido que a Confederação se manifeste radicalmente contrária a tal medida, por impraticável, pois enquanto se pretende tabelar a produção agrícola, e elevar o salário mínimo, os materiais, sobretudo de importação, sofrem aumentos às vezes de 300%, pois que estão sujeitos a agios de câmbio variáveis. Essa manifestação será presente aos poderes públicos, documentadamente.

PORTARIA SOBRE A CARNE

A respeito da recente portaria sobre a carne, que as entidades de classe consideram ilegal, manifestou-se o Sr. Correia Marques, representante dos pecuaristas do Governador Valadares, dizendo que se a situação não for remediada, os pecuaristas ficarão de braços cruzados, com sérios prejuízos para o abastecimento, já que os preços estabelecidos para a venda do boi em pé não correspondem, no momento ao custo da produção.

SESSÃO DE DIRETORIA DE 17-2-54

Presentes os Srs. Iris Melberg — Josaphat Macedo — João Maurício de Medeiros — Julio Ferreira da Silva — Kurt Repsold — Soasivo Vieira da Silva — Luiz Marques Pollano — Amara Cavalcanti — Napoleão Fontenelle — Raul Cardoso de Melo Filho — Acácio Gomes — Salviu Pacheco Chaves e Manoel Carlos de Almeida.

SINDICALIZAÇÃO RURAL

Vários assuntos de atualidade foram estudados, sobressaindo o referente à sindicalização rural, objeto de um longo memorial enviado ao Sr. Presidente da República, manifestando a preocupação das classes produtoras diante dos rumores e de certas providências do Ministério do Trabalho no sentido de "organizar", sob a direção de elementos suspeitos, sindicatos de empregados rurais, cujos objetivos, segundo o pensamento unânime dos presentes, outros não poderão ser senão só de provocar agitação nos meios rurais com graves ameaças à própria sobrevivência da Nação.

SALÁRIO MÍNIMO

Outros assuntos também focalizados na reunião foi o do salário mínimo. Havendo sobre a mesa um parecer da FARESP, sollicitada a filiadas pela Confederação, e cujas conclusões serão divulgadas oportunamente. Foi ponto pacífico que o salário mínimo, nas bases propostas no momento, não é o resultado de estudos e cálculos matemáticos, mas uma solução política que está longe de consultar os altos interesses nacionais. É assim que foi assinalada a falta de assistência oficial a produção a ausência de medidas visando facilitar o crédito, o transporte e depois o barateamento da vida. Foram citados vários fatos em abono da afirmativa, sendo certo que 30% da safra de cereais da chamada bacia do Paraná se perderão, pois faltam armazéns, transporte e assistência financeira. A Confederação entende que o salário mínimo deve ter uma correspondência em outras medidas, e estas, apesar de acenadas ou prometidas, não estão sendo postas em prática. Um representante do Paraná informou que assistiu à venda de feijão na região de Apucarana por 10 cruzetões o saco, e isto por si só define a situação que nem sempre chega ao conhecimento da população.

CAFÉ NOS ESTADOS UNIDOS

A respeito do café, ficou resolvido que a Confederação tomasse posição contrária ao gesto que considera inamistoso, por parte do governo dos Estados Unidos, oficializando a campanha que se processa naquele país contra o consumo do nosso principal produto. Outras providências foram tomadas face à próxima realização da Conferência de Caracas, onde o assunto terá de ser debatido.

SESSÃO DE DIRETORIA DE 21-3-54

Presentes os Srs. Iris Melberg — Kurt Repsold — Josaphat Macedo — Flavio da Costa Brito — Humberto Moura — Napoleão Fontenelle — Lucio Lemos — A. Aayal dos Santos — Francellino França — Stoessel de Brito — Soasivo Vieira ad Silva — Nemerelo V. Lemos — Luiz Marques Pollano — Raul Cardoso de Melo Filho — Sylvano Alves da Rocha Loures — Alphen Domingues e Manoel Carlos Ferraz de Almeida

COMISSÃO CONSULTIVA DOS ACÓRDOS COMERCIAIS

O Sr. Alberto Ravache, representante da Entidade na Comissão Consultiva dos Acórdos Comerciais, comunicou a orientação que vem sendo seguida até face à optaria 70 da SUMOC.

MOMENAGEM À IMPRENSA

O Sr. Iris Meinberg prestou homenagem à imprensa escrita e falada, agradecendo a cooperação que tem prestado às atividades da Confederação.

REPRESENTAÇÃO DA CLASSE NA COFAP

Voltou à rodem do dia o caso da COFAP, ficando resolvido que a Confederação, indendentemente de iniciativa do presidente daquele órgão, indicara, de acôrdo com a lei, em lista triplíce, os nomes que deverão ser submetidos ao Sr. Presidente da República para representantes da lavoura e da pecuária no plenário daquele órgão. Para a atividade da lavoura foi aprovada a seguinte lista: Manoel Carlos Ferraz de Almeida, Flavio da Costa Brito e Julio Ferrelm da Silva; para a pecuária, Marlo de Almeida Franco, José de Albuquerque Lins e João Rodrigues da Cunha. Ficou também resolvido, visto que considera a Confederação que a COFAP está deliberando com seu plenário desfaleado de pelo menos 4 membros que a integrou, conforme preseta a lei, quais sejam os representantes da lavoura, da pecuária, dos economistas e do Ministério da Agricultura, impetrar mandado de segurança, a fim de serem considerados nulos todos os atos emanados da Comissão de Prêços a partir da data da demissão dos ditos representantes.

REPRESENTANTE DA FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DA PARAIBA

O professor Alfeu Domingues foi credenciado para representante permanente da Federação das Associações Rurais da Paraíba junto à Confederação.

PREÇO DO LEITE

A questão do preço do leite, segundo o último tabelamento da COFAP, nos efeitos em relação ao produtor, será objeto de inquérito nos Estados do Rio, Minas Gerais, e São Paulo, a ser imediatamente promovido pela Confederação.

PREÇO DO BOI DE LE

O Sr. Iris Meinberg disse que o trabalho elaborado pela comissão de pecuaristas foi encaminhado pelo Sr. Heilo Braga, tendo sido o preço da arroba do boi em pé, segundo consta, ajustado em Cr\$ 198,00.

FÉCHA DE MANDIOCA

O Sr. presidente, depois de ouvidos vários

diretores a respeito do preço da fécula de mandioca, resolveu convidar o Sr. Diogenes Caldas, presidente da Exlnta Comissão Executiva da Mandioca, e perfeito conhecedor da matéria, a fim de, na próxima reunião, esclarecer a diretoria a respeito.

VALE DO PARAIBA

Por indicação da Sociedade Nacional, da Agricultura, a Confederação estudará um plano de recuperação do Vale da Paraíba, visando ao parelha-lo com a eletrificação rural. O Sr. Kurt Repsold informa sobre os trabalhos que vêm sendo executados. A gusa de plano-piloto no vale do Rio Una tributário do Paraíba, em virtude de acôrdo entre o Ministério da Agricultura e o Eseritório Técnico da Agricultura Brasil-Estados Unidos. O Professor Adamastor Lima, que tem estudos a respeito do financiamento de um plano de eletrificação rural, será oportunamente ouvido a respeito.

SESSÃO DE DIRETORIA DE 7-4-54

Presentes, além de outros os Srs. Israel Pinheiro, Ormeu Janqueira Botelho, Albuquerque Lins, Waldemar Rupp, João Maurício de Medeiros, Napoleão Fontenelle, Humberto Moura, Salvio Pacheco de Almeida Prado, Francellao França Junior, Kurt Repsold, Alberto Ravache, Cerqueira Lima Alfeu Domingues.

CONCENTRAÇÃO RURAL DO NORDESTE

Ficou estabelecida a data de 10 a 13 de maio para a Concentração Ruralista do Nordeste, em Recife. Esta concentração, e as do Norte, Leste e Sul, serão preparatórias da III Conferência Rural Brasileira, a reunir-se em São Paulo este ano.

CACEX E C. C. A. C.

Os Srs. Raul Cardoso e Alberto Ravache, representantes da agricultura, respectivamente, na Cacex e na Comissão dos Acórdos Comerciais, deram conta do seu trabalho nqueles órgãos, tendo o Sr. Raul Cardoso informado que aprovou, na última reunião, sob condição, a nova classificação de material de importação, de interesse da agricultura.

APLICAÇÃO DOS AGIOS

O Deputado Israel Pinheiro discorreu largamente a respeito da aplicação dos ágios cambiais em proveito da agricultura, sendo essa a parte da reunião que mais interessou, porque nela se envolviam assuntos diretamente ligados ao melhoramento das condições na produção, de acôrdo com a promessa do governo, em face da nova orientação cambial, em vigor.

SILOS E FRIGORIFICOS

A questão da construção de silos e fri-

gêntico; foi objeto de estudo especial, como meio de vir o governo em auxílio da agricultura.

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA PARA O CAMPO

A mensagem do governo ao Congresso, estendendo ao homem rural a legislação trabalhista foi outro tema de grande relevo, tendo sido resolvido que se pedisse ao órgão edil e às estaduais a sua manifestação a respeito, a fim de que a Confederação apresente a sua colaboração ao Congresso, por ocasião da discussão da matéria.

DISTILARIAS DE ALCOOL ANIDRO

O parecer do FARESP sobre o projeto n.º 4101, que autoriza o executivo a financiar a construção de destilarias de álcool anidro, teve a sua discussão transferida para a próxima reunião.

CONFERENCIA DE CARACAS

O Sr. Sylvio de Almeida Prado, que foi o representante dos catelcultores, por indicação da Confederação, na Reunião de Caracas, apresentou o seu relatório verbal. A este respeito, fará a Confederação um resumo especialmente destinado ao conhecimento da classe. Ficou também deliberado que a Confederação pleiteará a representação da classe na próxima reunião de Estados produtores, de onde, a reunir-se em New York, a 19 do corrente.

PREÇO DO LEITE

O Sr. Albuquerque Lima discorreu sobre a questão do preço do Leite, em face das exigências do Ministério da Agricultura, no reajustamento das usinas, o qual consumia pelo menos 500 mil cruzeiros para cada uma. Mostrou a dificuldade em que se encontram os produtores, em face da resistência da COFAP em lhes dar o preço recomendado pelo próprio Ministério, afirmando que, no reajustamento atualmente adotado pela COFAP, apenas os intermediários foram beneficiados. O Presidente mostrou a impossibilidade em que se encontra de pleitear qualquer aumento junto à COFAP, enquanto o seu plenário não estiver legalmente constituído, como no momento.

SESSÃO DE DIRETORIA DE 28-4-54

Presentes os Srs. Iris Meinberg, Kurt Repsold, Manoel Carlos Ferreira de Almeida, Flávio da Costa Brito, Fabio Yassuda, João Manoel de Medeiros, Alphen Domingues, Alberto Ravache, Acacio Gomes, P. A. de Cerqueira Lima, Moacyr Pavação, Luis Marques Poliano, Raul Cardoso de Melo Filho, F. R. Silveira Netto, Waldemar Rapp, Amaro Cavalcanti, Francelino Bastos França, Maria Izabel Tibirico e Soasivo Vieira da Silva.

DELEGAÇÃO C. R. B. DO NORDESTE

Foi designada a delegação que representará na Concentração Ruralista do Nordeste,

a realizar-se no Recife, de 8 a 10 do próximo mês de maio, a qual será constituída dos seguintes: Dr. Iris Meinberg, e Senhora, Dr. Raul Cardoso de Melo, Dr. Fonseca Lima, jornalistas Marques Pellano e Bráulio Guimarães, além de assessores e pessoal administrativo.

SEMENTES DE BATATA

A questão da importação de sementes de batata, importada pelo comércio não especializado, e que possivelmente será desviada pelo consumo em face da nossa grande safra, foi outro assunto e que merecerá as providências da Confederação.

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA PARA O CAMPO

A parte da ordem do dia referente à extensão da legislação trabalhista aos meios rurais, ocupou a atenção de muitos oradores, dentre os quais os Srs. Cerqueira Lima, da Bahia, Iris Meinberg, Alphen Domingues, Alberto Ravache, Farias de Almeida e outros. O Presidente, resumindo o ponto de vista dominante, declarou que a mensagem presidencial não concedeu nenhum direito ao trabalhador do campo. Exerce na Constituição preceito que poderá ser regulamentado, e é isto o que deverá ser feito, pois a concessão de férias e outras vantagens já foram concedidas ao homem do campo, faltando, apenas, a respectiva regulamentação. Além disso, o Serviço Social Rural, que se acha paralisado no Senado, poderá vir a ser, uma vez promulgado, o passo mais avançado que se poderia dar em relação às necessidades do nosso trabalhador agrícola. O Sr. Kurt Repsold explicou que, no ante-projeto, toda a massa trabalhadora fique sob a direção do Ministério do Trabalho. O Sr. Alberto Ravache se referiu a uma lei de 1908, que instituiu a carteira do trabalhador rural, e que ainda hoje existe em São Paulo, prestando homenagens ao seu idealizador, o então ministro da Viação, Miguel Calmon du Pin e Almeida.

APLICAÇÃO DOS ÁGIOS

A aplicação dos ágios de acordo com a nova política cambial, no desenvolvimento da agricultura, está sendo objeto de estudos, e um ante-projeto elaborado pelo Sr. Ministro da Fazenda deverá regular a sua aplicação. A respeito, teve o Sr. Iris Meinberg entendimento com o Sr. Ministro da Fazenda, fazendo-lhe algumas sugestões, que serão ampladas em estudo a ser oferecido, a respeito, ao governo.

ACORDO BRASIL - ARGENTINA

O Sr. Alberto Ravache discorreu longamente a respeito do acordo comercial Brasil-Argentina, deixando sobre a mesa a contraproposta daquele país, para ser estudado pelos interessados, de vez que amanhã será decidido o assunto na Comissão dos Acordos Comerciais do Hamarill. Ainda o Deputado Francelino França falou da questão das quatro usinas para utilização da mandioca na industrialização do álcool, existentes no Estado do Rio, mostrando as dificuldades em que a matéria se encontra.

A lavoura e a nova politica

IMPORTANTE E OPORTUNO DISCURSO DO SR. ARTHUR LEITE NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Na sessão da Assembléia Legislativa da dia 1.º da corrente o sr. Arthur Leite, focalizando a atitude do Confederação Rural Brasileiro, negando-se a seu presidente a assinar um manifesto contra a politica financeira do ministro Aronha, pronunciou a seguinte discurso:

SR. PRESIDENTE — Está tendo a mais viva e favorável repercussão nos meios ruralistas do país a atitude do presidente da Confederação Rural Brasileira, negando-se a subscrever um manifesto do comércio e da indústria — intitulado das classes produtoras contra a actual politica económica e financeira do governo federal. Justificando sua decisão e acertada deliberação, declarou o digno presidente daquela entidade rurícola: "A lavoura e a pecuária que são as actividades beneficiadas pelo novo regime cambial, não têm motivo para solidarizar-se com qualquer movimento do comércio e da indústria contrário à politica económica-financeira consubstanciada no Plano Aranha, e, além disso, é preciso que se abra um divisor de águas entre os interesses daquelas actividades e os dos produtores rurais. As classes comerciais não podem ser consideradas como produtoras, uma vez que executam apenas esses serviços. As classes produtoras são constituídas pelos agricultores, pecuaristas e industriais.

tão poucas palavras, no momento em que pretendem indebitamente misturar os interesses da agricultura com os do comércio na luta em que este se empenha pelo restabelecimento de uma politica económica que o favorece nos seus desígnios mas que, através do tempo, tanto concorreu para o estrangulamento da economia lavourista. Pela primeira vez, neste país, a abandonada e desorientada classe agrícola demonstrou que começa a ter governo a conhecer o que lhe convém e disposição de luta para ocupar o lugar que lhe compete no comando da economia nacional, que deve ser posta para a felicidade dos brasileiros, no sentido dos seus superiores interesses.

Eu me congratulo, Sr. Presidente, com a Confederação Rural Brasileira, pela attitude digna, sensata e sobretudo patriótica do seu illustre presidente.

*
* *

O Sr. Renato Mesquita — Como não sei se se pode afirmar isso. Em Economia Política, o ato do comércio é um ato de produção, mesmo porque, quanto à colocação de bens mais úteis ao consumo, implica em produtividade. O comerciante realiza actividades que aumentam essa produtividade; se, em conjunto, constitui ou não uma classe produtora, o assunto, realmente, comporta dúvida.

O SR. ARTHUR LEITE — A classe comercial funciona, como muito bem diz aqui o Presidente da Confederação Rural Brasileira, como classe auxiliar das classes produtoras, que são a agricultura e a indústria.

O Sr. Renato Mesquita — O ato do comércio é um ato de produção também.

O SR. ARTHUR LEITE — Mas sob esse aspecto a que já me referi.

As classes produtoras rurais não são mais esbouladas do comércio e da indústria.

Nunca se disse tanto, Sr. Presidente, em

É no campo, Sr. Presidente, onde habitam 80% da população brasileira, que se manipulam os elementos básicos da economia nacional. Do precioso labor dessa considerável colmeia dependem todas as demais actividades económicas, tais como o comércio e a indústria — desde o varejista mais modesto até o sapateiro remendão e toda espécie de artesanato; as classes liberais e seus assessores etc., etc., que constituem as células formadoras dos aglomerados humanos. É, pois, a agricultura a base económica das comunidades e, portanto, o substrato da estabilidade social que é apanágio do regime em que vivemos. É tanto isso é verdade que, atuando em como o centro vital da economia nacional, toda vez que entra em crise, os seus reflexos se fazem logo sentidos em toda a periferia — que são as demais actividades, entre as quais já enumeramos as principais. Isso se observa nas grandes como nas pequenas cidades. Naquelas — porque vivem também

das atividades industriais — ou fenômenos pertinentes são, via de regra, muito mais sensíveis porque dão lugar ao terrível problema social do desemprego oriundo naturalmente da queda do consumo da produção em razão da diminuição do poder aquisitivo do grande comprador que é a agricultura; e nessas, porque funelam elas, como é óbvio, como entidades auxiliares. A propósito, vemos agora o governo de Eisenhower às voltas como o seriíssimo problema (para os Estados Unidos...) originado da baixa dos preços dos produtos rurais, locais, e que é de tão somente 12%, e a elevação de apenas 1% nos preços dos produtos de consumo dos lavradores americanos. Naquele extraordinário país, onde os poderes públicos dão à agricultura o destaque merecido, a economia agrícola — pela sua transcendental importância no equilíbrio social da nação — fato como esse preocupa seriamente o governo que vê nisso o prenúncio de séria ameaça às atividades econômicas nacionais, mormente em se tratando de país superindustrializado, pois, "como é lógico, quando as zonas rurais não compram, as populações urbanas sofrem". Também todos ali são acordes em que o melhor mercado para a produção nacional em geral, ainda é o próprio país.

Nós, Sr. Presidente, que sempre assistimos nas cidades de Ilhéus e Itabuna, principais centros cacauíferos do Estado, conhecemos os estragos que as periódicas crises do cacau têm causado na economia em geral daquelas localidades. E muito acertadamente dizia o ilustre ex-governador Otávio Mangabeira, quando no governo se via em crise de receita consequente das degredoladas do cacau — que a impressão que ele tinha, quando os preços do cacau caíam, era de que, por isso, até os bondes desta capital ficavam ameaçados de parar, tal era a influência do produto na economia do Estado.

Inverter essa ordem econômica natural e universal, dentro do regime democrático, significa trabalho de lesa nacionalidade. É impossível subverter o sistema sem se alterar, antes, a ordem política. O que é, entretanto, verdadeiramente chocante é que, as classes que negam tudo à agricultura em proveito próprio, não encontram meios de subsistência noutro regime que não seja o democrático em que respiramos. Essas classes desenvolvem entretanto, no momento, paradoxalmente, um dos maiores movimentos de opinião da história deste país, por intermédio da imprensa, com o propósito deliberado de torpedear modestas vantagens que a atual política econômica do governo, por intermédio do Plano Aranha, achou de justiça conceder a nossa desangrada agricultura, representadas por subsídios de Cr\$ 5,00 e Cr\$ 10,00, por dólar da exportação. Pretende-se o restabelecimento do negregado regime de CEXIM que levou a lavoura nacional à ruína, dando lugar a um rol enorme de gravosos, e a economia nacional à insolvibilidade, afora aquela vengonheira, para os nossos brlos, de vermos penhorados, nos Estados Unidos, parte das nossas reservas metálicas, ali depositadas, para pagamento de saques provenientes de bijou-

terias importadas pelo nosso comércio. Nessa volúpia de importar — que é o que se pretende reinstaurar — chegamos a dever ao estrangeiro, sem cobertura, é lógico, cerca de dois bilhões de dólares, ou sejam a bagatela de quarenta milhões de contos de réis, diferença que corresponde precisamente ao que compramos além do que vendemos no período de dois anos, apenas. Obrigamos o nosso governo a recorrer ao crédito no exterior, pagando juros elevados, para atender a essa orgia de importação. Tudo isso era comprado na base do famigerado dólar oficial de Cr\$ 18,38, arrancados à desgraçada agricultura. E como se tratava de um verdadeiro cavar ouro porque as importações ficavam quase de graça e possibilitavam lucros astronômicos aos seus felizes importadores, então

A Lavoura

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Engº. Agrônomo ARTHUR FORRES FILHO
Presidente da Sociedade

Engº. Agrônomo ANTONIO DE ARRUIA
CAMARA
Diretor

Engº. Agrônomo KURT REPSOLD
Diretor Técnico

Engº. Agrônomo GERALDO GOULART
DA SILVEIRA
Redator-Técnico

LUIZ MARQUES POLIANO
Diretor Responsável e Redator-Secretário

Redação e Administração:

General Justo, 171

Telefone: 42-2981
Caixa Postal: 1345

Rio de Janeiro

Sem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

Representante para todo o Estado de S. Paulo:

NEWTON FEITOZA

RUA HOA VISTA, 245, 3.º andar - Tel.: 33-1432 --- End. Tel.: "LINEFE, C. A.": 7257

— SÃO PAULO —

se registava uma verdadeira corrida a negócios tão pingues e fáceis.

O Plano Aranha veio moralizar e disciplinar esse imenso absurdo, origem da fortuna de uns poucos e de calamidades para o resto do país. Sua essência é simples, prática ou lógica. Por ele só podemos comprar no exterior valor correspondente ao de nossas vendas, por isso que as dívidas obtidas, em razão da nossa exportação, são vendidas em leilões no comércio interessado em importar. Já não há favoritismos nem discriminação. Para neutralizar-se os desmandos da importação, sempre condicionada ao egoísmo mercantilista, estabeleceu-se, como era natural, certas categorias de produtos essenciais para os quais reservaram-se maiores disponibilidades de divisas a preços mais baixos. Como o comércio importador vinha antes nos anteriores regimes, comprando a dólar de Cr\$ 18,38 e vendendo, no país, as suas importações calculadas na base de dólar de câmbio livre ou negro, ou seja um valor de mais ou menos Cr\$ 50,00, ficando com esse excepcional subsídio, deliberou o dito Plano oficializar, no novo regime, um subsídio já conhecido para a dessanguada agricultura a fim de que se reabilitasse. O antigo regime, como se vê, tinha duplo aspecto nefasto: Empobrecia a Nação, liquidando as suas reservas, desbaratando o seu crédito e a endividando; arruinava a agricultura que, como já vimos, constitui a base

da economia nacional e ameaçava, por isso, a ordem social.

A alegação (daqueles que querem a revogação do Plano Aranha) de que o novo regime está concorrendo para o encarecimento do custo da vida, no país, não tem nenhuma consistência, pois, como é sabido e como já foi dito, nenhum importador, no antigo regime, calculava suas importações para distribuição no país na base do custo do dólar pelo qual importava e que era de Cr\$ 18,38, mas comumente na base do dólar no Câmbio Livre que variava entre Cr\$ 35,00 e Cr\$ 50,00.

Dentro do novo critério o dólar está a preços muito mais baixo, já computado o subsídio para a lavoura. Como pode estar concorrendo, pois, o Plano Aranha, para o encarecimento da vida?

A alegação de que essa nova política econômica está estrangulando as indústrias nacionais, também não tem nenhuma procedência. Não sendo justo que importemos mais do que exportamos, lógico que devem elas se ajustar a tão salutar princípio. O que não seria justo era o país sacrificar-se para possibilitar a permanência ou a existência de certos ramos das nossas atividades que se erlam e se desenvolveram em condições ruins para outros setores básicos da nossa economia e que só assim podem viver. Destarte, para satisfazê-los teríamos antes que sujeitar toda a nossa economia à sorte daquele muito conhecido cavalo de madeira...

A prosperidade e o bem estar da agricultura devem ser sempre motivo de grande satisfação para as demais atividades econômicas. A agricultura é o sustentáculo do comércio e da indústria, quer como grande consumidora quer como produtora de meios de pagamento para as importações essenciais a essas atividades, momento, quando se tratam de indústrias como as nossas, cujos produtos, comumente, só dispõem de um único mercado que é o do próprio país. Não podemos, por conseguinte, compreender o paradoxo de se situarem essas em posição antagônicas ou mesmo indiferente no que diz respeito a todas as iniciativas que visem o benefício das atividades rurais que são, indubitavelmente, o cerne em que vivem aquelas. Se um individualismo cego ou um egoísmo desmedido poderiam levar o comércio e a indústria a atitudes tão estapafúrdias e contraproducentes porque milham, no fundo, como se vê, contra os seus próprios interesses e de toda a coletividade. E cediço e de todo mundo conhecido o axioma segundo o qual "não podem existir comércio e indústria prósperos sem uma agricultura também próspera".

A lavoura nacional lutou e sofreu muito para que pudesse destrufar das regalias alfandegárias. Estou certo de que ela lutará muito mais se for necessário, para conservá-las e até mesmo melhorá-las. Disso ninguém tenha a mais mínima dúvida. Ela tem a fúria e o orgulho na mão; são os frutos do seu labor que pode ter o deslho que a sua indignação determinar. E eles são o plasma da vida da organização econômica nacional.

Qualidade

GRANJA GUANABARA

INSPECIONADA PELA DIREÇÃO ZOOVETÁRIA ANIMAL DO MIN. DA AGRIC. RECOMENDADA PELA SECRET. DA ALIM. DO E DO RIO FORNECEDORA DA SECRET. DA ALIM. DA PREFEITURA DO RIO

CRIDORES DE

"NEW HAMPSHIRE" A RACA PRODIGIO

PLYMOUTH ROCK BARRED

"LIGHT SUSSEX" (INGLESA)

"LEGHORN" (HANSONS E KAUDERS)

PERUS GIGANTE "BROAD BREASTED BRONZE"

VENDEMOS

PINTOS de 1 DIA a Cr\$ 0,00

GARANTIMOS BOMAS VIGOROSOS E PRODUZES

OVOS DE INCUBAÇÃO de Cr\$ 42,00

FRANGUINHAS DE 8 SEMANAS a 40,00

"12" a 80,00

FRANCAS EM INICIO POSTURA a 100,00

REMITEMOS pintos e ovos via aérea

CONGELAMOS Descontos por quantidade

Entre seus produtos temos:

compreze os produtos a preços especiais

avaliar de preços para nos incumbidos

SACRIFICIO

ESTR. VIO. PETROPOLIS • ESCRITÓRIO: RUA S. ROSARIO, 158A TEL. 52-8798

Consultas

Eng. Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira — Redator Técnico de "A LAVOURA".

A SOMBRA E A JABOTICABEIRA

Respondendo ao Sr. B. S. R., nosso consórcio do Estado do Rio, temos a esclarecer:

- a — a jaboticabeira demora muito para produzir. Com um pouco de paciência o consórcio soboreará as jaboticabas que tanto anseia.
- b — a melancia em nada prejudica as jaboticabas. Não é essa a causa da não frutificação das mesmas. A jaboticabeira é, mesmo, considerada uma fruteira de sub-bosque.

UMA PRAGA DA LARANJEIRA

De acordo com os sintomas que nosso consórcio A. C. B., do Estado do Espírito Santo, trata-se, sem dúvida da "ferrugem da Laranja". As manchas características são produzidas por um ácaro. Como meio preventivo contra o aparecimento das manchas aconselhamos pulverização com calda sulfocálcica enquanto os frutos são pequenos (3 centímetros de diâmetro).

ALFACE REPOLHADA

Eclarecendo ao Sr. M. R., nosso consórcio de São Paulo, informamos que as variedades de alface repolhada mais preferidas pelos horticultores são a alface Rainha de Malo, Quatro Estações e Sem Rival.

CONTROLE DA EROSIÃO

Respondendo ao Sr. J. M., nosso consórcio do Estado de Minas Gerais informamos que entre os capins, mais empregados para os cordões de vegetação destinados ao combate à erosão, são os seguintes: capim elefante, capim cidreira, capim gordura, capim chorrão, etc.

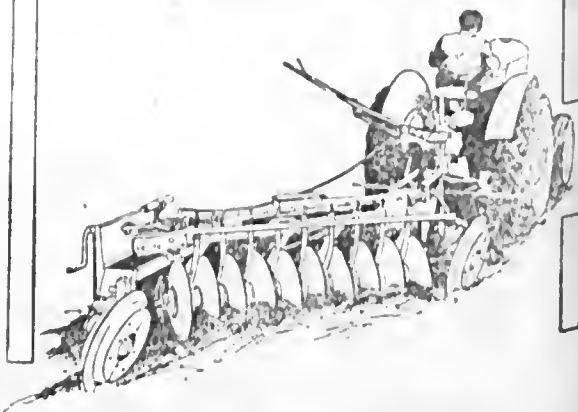
CALDO BORDALEZA

Satisfazendo ao Sr. N. O. P., nosso consórcio do Estado do Rio, informamos que já existem no mercado produtos à base de sulfato de cobre para o preparo da calda bordaleza e que, realmente é uma prática recomendável as pulverizações preventivas com esse fungicida nos tomates.

implementos agrícolas

EBERHARDT

- Grades
- Arados
- Semeadeiras
- Enxadas rotativas
- Cultivadores



- Fabricados na Alemanha com aço de têmpera especial, de grande resistência, e desenhados especialmente para atender a todas as exigências da cultura da sola brasileira.
- Para tração mecânica ou animal.
- Para suspensão hidráulica.
- Entrega imediata.

Em futura próxima, os Implementos
EBERHARDT serão fabricados
na Brasil



UM SÉCULO DE EXPERIÊNCIA

EBERHARDT

AGRICOLA E INDUSTRIAL LTDA.

Av. Pires Vargas, 435-14.º and. - C. P. 5272 - Tels: 43-1855 e 43-3500
End. Telegr. Eberhardt - Rio de Janeiro

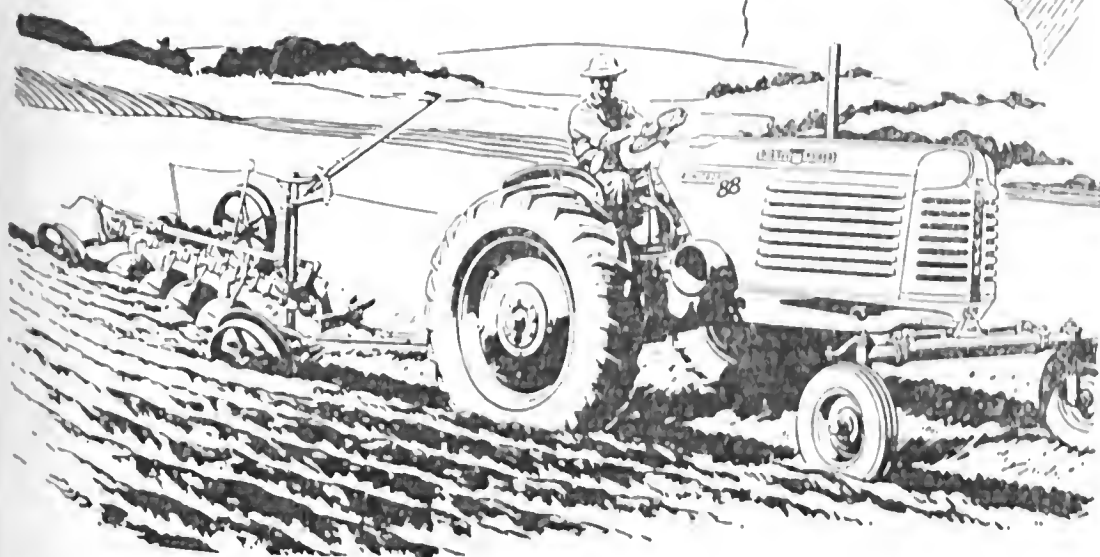
Em qualquer época os tratores e implementos OLIVER são imprescindíveis ao agricultor.

Sim, os tratores e implementos OLIVER reúnem todos os requisitos técnicos, de construção e alta qualidade de material, indispensáveis para executar satisfatoriamente as árduas tarefas da lavoura dentro dos meios disponíveis.

OLIVER fabrica implementos para todas as operações agrícolas, sempre com os características que lhes proporcionam o máximo de rendimento.

OLIVER

O MELHOR EM MÁQUINAS AGRÍCOLAS



Além de tratores e implementos agrícolas, a OLIVER fabrica ainda tratores de esteiras para terraplenagem, que em conjunto com lâminas, terraceadores, Scrapers etc., alcançam inigualável produtividade.

CONSULTE O NOSSO DEPARTAMENTO AGRÍCOLA

MESBLA

RIO DE JANEIRO • SÃO PAULO • PORTO ALEGRE • B. HORIZONTE
RECIFE • SALVADOR • PELOTAS • NITERÓI • VITÓRIA • MARILIA

Pro-oljz 813

Instituto Brasileiro do Café

Departamento de Divulgação

1. Concurso de monografias sobre temas de café

EDITAL

O Departamento de Divulgação, devidamente autorizado pelo sr. Presidente do Instituto Brasileiro de Café (I. B. C.), realizará, em 1954, o seu I CONCURSO DE MONOGRAFIAS, destinando à escolha de originais para a série "INSTRUÇÕES PARA CAFEICULTORES".

1. Tema e prêmios:

SEÇÃO I — PRÊMIOS DE CR\$ 30.000,00

1. "Organização da Fazenda de Café"
2. "Formação de Nova Lavoura de Café"
3. "Trato da Lavoura de Café"
4. "Adubação do Cafezal"

Limite máximo de páginas (original): 250.

SEÇÃO II — PRÊMIOS DE CR\$ 20.000,00

5. "Conservação do Solo"
6. "Irrigação do Cafezal"
7. "Pragas e Doenças do Cafeeiro"
8. "Colheita e Preparo do Café"
9. "Produção da Muda de Café"
10. "Assistência Social na Fazenda de Café"
11. "Contabilidade na Fazenda de Café"

Limite máximo de páginas (original): 200.

II. Condições Gerais do Concurso:

1. — Qualquer pessoa pode participar deste concurso, concorrendo a quantos prêmios quiser, bastando subordinar-se às suas condições, estando, porém, excluídos os servidores em exercício no I. B. C.

2. — A inscrição é feita com a entrega dos originais, datilografados a 2 espaços (22 x 33 cm.) e assinados com pseudônimo; em envelope fechado, colocarão nome e endereço completos, identificando-o, por fora, com o pseudônimo adotado. O prazo, improrrogável, para a recepção dos originais, no Departamento de Divulgação, termina no dia 31 de agosto de 1954.

3. — O julgamento dos originais, a cargo do Departamento de Divulgação, será feito até o dia 30 de outubro de 1954. Homologado esse julgamento, pelo Presidente do I. B. C., o Departamento de Divulgação participará, imediatamente, seu resultado apenas aos candidatos vitoriosos, após a sua identificação; não serão identificados os candidatos não premiados. Será feita, também, divulgação da lista de candidatos vitoriosos, pela imprensa e qualquer recurso em torno dos resultados do concurso somente poderá ser apresentado até 30 (trinta) dias após essa divulgação.

4. — A série "INSTRUÇÃO PARA CAFEICULTORES" constará de publicações destinadas à orientação dos cafeicultores do Brasil. Os originais preclararão, por isso, conter o máximo de informações úteis; serão, também, eliminados os que não atenderem às seguintes condições:

- a) redação clara, simples, concisa e precisa; correção de linguagem;
- b) exatidão científica dos dados, informações, exemplos, etc.;
- c) orientação objetiva, excluídas as referências ou citações alheias ao tema escolhido; e
- d) submissão às condições ambientais do País.

5. — Não haverá devoluções de originais, mas os concorrentes não premiados poderão divulgar livremente os seus trabalhos.

6. — Os concorrentes premiados cederão ao Instituto Brasileiro do Café os direitos autorais dos seus trabalhos, em documento público que declare o valor da cessão e o limite de 30.000 (trinta mil) exemplares para tal cessão. O lançamento de novas edições do trabalho, pelo I. B. C., dependerá do entendimento entre o autor e o Departamento de Divulgação, visando a atualização da publicação, mediante nova remuneração.

7. — Para o recebimento dos prêmios que lhes couberem, os candidatos vitoriosos terão de fornecer as fotografias ou sugestões para os desenhos necessários à ilustração dos seus trabalhos; pelo menos a metade dessas ilustrações terá de ser original. Não serão pagos outrossim, os prêmios dos concorrentes que se negarem a alterar os originais de acordo com as sugestões dos julgadores.

8. — Cada concorrente premiado terá direito a receber, gratuitamente, 100 exemplares do trabalho de sua autoria.

9. — Encerrado o concurso e havendo ou não premiação em um ou mais temas, o I. B. C. poderá, a critério exclusivo do Departamento de Divulgação, adquirir originais não premiados, mediante condições a serem estabelecidas com os seus autores; o valor da remuneração, pela cessão dos direitos autorais, será, porém, obrigatoriamente, inferior ao dos prêmios correspondentes.

10. — O Departamento de Divulgação — INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ — Rua Sacadura Cabral, 208, RIO DE JANEIRO, D. F., — orientará os candidatos ao concurso, prestando-lhes as informações de que necessitarem, inclusive fornecendo (a pedido dos interessados) os esquemas básicos dos temas.

ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

ORGAO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



O sr. Ministro Oswaldo Aranha, da Fazenda, explica aos homens da Agricultura, em memorável e cansado sessão na sede da Confederação Rural Brasileira, as razões que levaram o Governo a instituir o CENAER. Ao seu lado o sr. Iris Meinberg, presidente da entidade.

JULHO AGOSTO, 1954

RIO DE JANEIRO - BRASIL

NO LVIII

Aumento dos empréstimos em cêrca de meio bilhão de cruzeiros

Só nos financiamentos imobiliários a Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro possui 2.735 milhões de cruzeiros — Mais de 130 milhões pagos de juros aos depositantes em seis meses

Como faz todos os semestres, a Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro acaba de entregar ao conhecimento da população o resumo contábil de suas atividades no primeiro exercício de 1954, compreendendo o balanço geral e a demonstração de receita e despesa.

DOIS FATORES

O volume de aplicações da Caixa Econômica em cada exercício semestral depende de dois fatores: a oscilação dos depósitos e o montante das quotas de capital mensalmente pagas pelos mutuários no resgate dos empréstimos. A proporção que crescem as reservas entregues à instituição, maiores são as possibilidades de investimentos, nas diversas modalidades de crédito, que vão desde as facilidades para execução das grandes obras de melhoramento urbano aos empréstimos sob consignação de vencimentos, tão úteis aos servidores do Estado. Da mesma forma, a Caixa Econômica reaplica sistematicamente as parcelas correspondentes ao capital empregado e que constam das prestações mensais dos beneficiados. É por isso que no primeiro semestre de 1954, os empréstimos feitos pela instituição tiveram um acréscimo de 1.728 milhões em 31 de dezembro último para 5.225 milhões no encerramento do exercício.

CASA PRÓPRIA

A maior parcela do aumento de empréstimo convergiu para os financiamentos hipotecários, por meio dos quais a Caixa Econômica está executando um vasto plano assistencial traçado pelo Governo, no sentido de facilitar a aquisição de casa própria às famílias de recursos módicos. Em seis meses as inversões imobiliárias registraram um aumento de saldo de 252 milhões de cruzeiros, prefazendo um montante geral de 2.735 milhões nos documentos contábeis anteriores.

Seguem-se os empréstimos sob consignações que aumentaram de 133 milhões no semestre em foco, representando uma rubrica de 1.445 milhões de cruzeiros. Vêm depois no mesmo plano assistencial as aplicações em penhores, em um total de 369 milhões e aumento de 51 milhões, que, não sendo tão vul-

tos como os dois anteriores, tem uma importância peculiar, de vez que os empréstimos desse gênero são feitos pelo prazo de seis meses e, assim, praticamente em cada exercício a Caixa Econômica faz uma reaplicação do montante dos empréstimos. Sob o título de garantias simultâneas (455 milhões de cruzeiros) a Caixa engloba os grandes financiamentos para cidades e municípios, assim como os investimentos nos diversos setores da produção. As outras Calças Econômicas fizeram na congênere do Distrito Federal empréstimos na importância de 163 milhões de cruzeiros. Finalmente no setor de títulos, a Caixa possui duas modalidades de empréstimos: caução, com 52 milhões, e aquisição financiada, com 2 milhões de cruzeiros.

CONTROLE DAS DESPESAS

A execução de uma política administrativa pautada pelo maior rigorismo no controle das despesas de manutenção, proporcionou à Caixa Econômica, no exercício em tela, um resultado econômico sem precedentes na história quase centenária da instituição.

Para medir o alcance desse fato no conjunto de atividades da Caixa, basta assinalar que o custo dos serviços sob permanentemente, não só no que tange às despesas de administração, como material, vencimentos do funcionalismo e imóveis, mas também na parte financeira, pelo acréscimo constante dos depósitos, o que, em última instância, significa maior retribuição de juros aos depositantes. E para falar de juros, a Caixa pagou no primeiro semestre deste ano a importância de 130 milhões de cruzeiros, sendo que desta parcela pouco menos de 80 milhões foram adjudicados às contas tipicamente "populares".

O total de despesas da Caixa, no exercício, subiu a 237 milhões para uma receita de 282 milhões, proporcionando, assim, uma receita de 282 milhões, proporcionando, assim, um resultado econômico de 44,7 milhões, que foram distribuídos pelas diversas rubricas legais, sendo em duas parcelas idênticas (13,4 milhões) para fundo de gratificação e patrimônio e uma, de 17,9 milhões para fundo de reserva.



Mais uma "Casa Rural" se ergue no Brasil. É a de Caxias, no Maranhão, cujas obras, como se vê, vão muito adiantadas.

SUMÁRIO



Plantemos seringueiras — Prof. Arthur Torres Filho	3
Presidente Getúlio Vargas	4
As geadas no Brasil e os preços do café — John R. Aaker	9
Mator Frio — Narciso Vicente da Carvalho	12
Abastecimento Rural	14
Curso Post-Graduado de Cafeicultura	16
33. ^a Reunião do Comité Interamericano Permanente Antiacridionio	17
Confederação Rural Brasileira	20
Agricultura mais indústria — Dr. Edgar Teixeira Leite	26
Sindicalização Rural — Dr. Adamastor Lima	28
Conselho Nacional de Administração dos Empréstimos Rurais	36
Os sapos são venenosos — Eurica Santos	43
Dr. Antonio de Arruda Câmara	44
O Cooperativismo e o Nordeste — Fabio Luz Filho	46

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo	—	DR. MIGUEL CALMON DU PIN e ALMEIDA
Presidente Benemérito	—	DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES
Presidente de Honra	—	DR. GETÚLIO DORNELLES VARGAS

DIRETORIA GERAL

Presidente	—	ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente	—	LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente	—	EDGAR TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente	—	ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário	—	FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	—	ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário	—	EURICO SANTOS
4.º Secretário	—	CINÉAS DE LIMA GUIMARÃES
1.º Tesoureiro	—	KURT REPSOLD
2.º Tesoureiro	—	OTTO FRENSEL

Secretário-Geral LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES
ENIO LUIZ LEITÃO
FRANKLIN DE ALMEIDA
HONÓRIO DA COSTA MONTEIRO FILHO
JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
MÁRIO DE OLIVEIRA
GERALDO GOULART DA SILVEIRA

CONSELHO SUPERIOR

ALFEU DOMINGUES
ALVARO SIMÕES LOPES
ANÍCIO GOMES
ANTÔNIO JOSÉ ALVES DE SOUZA
APOLONIO SALLES
ARMENIO DA ROCHA MIRANDA
ARTHUR OBERLAENDER TIBAU
BEN HUR FERREIRA RAPOSO
DIOGENES CALDAS
EDUARDO DUJIVIER
ELIVALDO LODI
FABIO FURTADO LUZ
GUILHERME EGBERT HERMSDORFF
HUMBERTO BRUNO
IRI. MEINBERG
ISRAEL PINHEIRO DA SILVA
ITAGYRA BARÇANTE
IVO LEAO
JERONIMO ANTONIO COIMBRA
JOAQUIM CAMARA FILHO

JOSAFÁ MACEDO
JOSÉ SAMPAIO FERNANDES
JOSÉ SOLANO CARNEIRO DA CUNHA
JULIO CESAR COVELO
JUVENAL LAMARTINE
LANDULPHO ALVES DE ALMEIDA
LAURO PIRES XAVIER
LAURO FORTES BUSTAMANTE
MANOEL CARLOS FERRAZ DE ALMEIDA
MANOEL NETO CAMPELO JUNIOR
MARCIAL G. TERRA
MARIO VILHENA
NEWTON DE CASTRO BELLEZA
ORMEU JUNQUEIRA BOTELHO
PAULO PARREIRAS HORTA
PEDRO FONTES
ROBERTO DE ARAUJO CARNEIRO CAMPELO
RUI CARNEIRO
SEBASTÃO SANT'ANA e SILVA
WALDICK MOURA

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE DOS SEGUINTE ÓRGÃOS:

Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; Suplente, Luiz Marques Poliano; Comissão Revisora de Tarifos (Ministério da Fazenda) — Dr. Oswaldo Miguel Frederico Bollorin; Conselho Consultivo da E. F. Control do Brasil — Dr. Altino de Azevedo Sodré; Comissão Permanente de Estradas David da Sanson; Instituto Brasileiro de Educação e Cultura (Ministério das Relações Exteriores) — Dr.

Luiz Simões Lopes; Comissão de Intercâmbio Comercial com o Exterior (Ministério da Fazenda) — Dr. Kurt Repsold; Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção — Dr. Edgar Teixeira Leite; Comissão Consultivo de Acordos Comerciais (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Alberto Ravache; Comissão de Política Agrária (Ministério da Agricultura) — Dr. Luiz Simões Lopes Suplente: Dr. Alberto Ravache.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LVIII

JULHO - AGOSTO — 1954

PLANTEMOS SERINGUEIRAS

Prof. Arthur Torres Filho — Presidente do
Sociedade Nacional de Agricultura

Desde 1910 que se esboçou a crise da borracha, quando se deu o alarmo, com o aparecimento, no mercado mundial, do produto do Oriente, ficando, então, selada a sorte da borracha nativa brasileira. Cresceu tanto a produção nos colônias inglesas e holandesas que se tornou preciso o plano Stevenson para fixação de preço internacional e limitação da produção. Foi quando os norte-americanos voltaram suas vistas para o vale do Amazônia e nele se estabeleceram com a borracha de plantação, não sendo bem sucedidos na Fordlândia e em Belterra.

De há muito que o borrocho de colheita está com a sua sorte selada em face da concorrência da Ásia Tropical e, já agora, se tendo estendido ao continente africano. A borracha silvestre, de que se admite existirem 300 milhões de seringueiras no Hileo Amazônico, dependendo sua extração de elevado custo, devido a maiores esforços e o heroísmo do homem brasileiro, vencendo o meio insalubre e as dificuldades quase insuperáveis de transporte, não poderá satisfazer em condições econômicas as exigências do nosso consumo. Na opinião autorizada do botânico Arthur Miroslaw Bostos "o custo do transporte nas longas distâncias e a impossibilidade de conseguir localização para milhares de trabalhadores, que seriam necessários, restringem enormemente os limites do aproveitamento de novos seringueis nativos". Se com a exploração dos seringais nativos não podemos contar com a borracha de que imperiosamente carecemos para as exigências da indústria brasileira, resta-nos, superada como foi a experiência Ford, — e aí estão os resultados alcançados pelo Instituto Agrônomo do Norte, em Belém, — empreendermos o plantio sistemático da seringueira nas regiões ecológicas que lhe sejam favoráveis e permitam uma produção competitiva.

A nosso ver, teremos, com o auxílio do Banco do Crédito da Amazônia e o Plano de Valorização da Amazônia, de traçar as diretrizes seguras que façam da exploração racional da seringueira, como ocorre com o cafeeiro, a base sólida da Amazônia.

O Brasil, com o seu crescimento econômico e suas rodovias, carece, no mínimo, de 80.000 toneladas de borracha, anualmente.

PRESIDENTE GETULIO VARGAS



Presidente Getúlio Vargas, Presidente de Honra do Sociedade Nacional de Agricultura

O país despertou em 24 de agosto sob a dolorosa realidade do falecimento, em dramáticas circunstâncias, do Presidente Ge-

túlio Vargas. Foi o epílogo de uma crise política das mais graves por que já passou este país e que, pelo inesperado de que se

revestiu, sua triste impressão ainda perdura e por certo far-se-á sentir profundamente no coração dos brasileiros pelos tempos em fóra.

Não é objetivo, nem é dos moldes desta revista, entrar na apreciação das causas e dos efeitos do inesperado episódio. Os pronunciamentos, as impressões, depoimentos e consequências dele decorrentes por muito tempo acuparão a atenção dos homens de nossa terra, passando à História como um dos mais chocantes eventos de nossa vida política.

Objetivamos, sim, deixar aqui o nosso registro, com a pública manifestação do imenso pezo desta revista e da Sociedade Nacional de Agricultura, de que o extinto era presidente de honra, desde 1945.

Este título lhe foi conferido por uma assembléia geral da instituição, como pública demonstração de reconhecimento aos seus relevantes serviços à classe rural, a que pertencia, oriundo, que era, de tradicional família de agricultores riograndense do sul, como também, de aprêço à colaboração e apoio com que sempre distinguiu as iniciativas da Sociedade Nacional de Agricultura. Basta citar dois fatos: a promulgação do decreto-lei N. 8.127, de 24 de outubro de 1945, que deu organização à classe rural brasileiro, e de que é cúpula a atual Confederação Rural, e a doação do terreno onde hoje se erige, na Capital da República, a "Casa da Agricultura", desta instituição.

HOMENAGENS DA SOCIEDADE

A Diretoria, logo que teve conhecimento do infausto acontecimento, apresentou condolências à família, tomou luto por oito dias, fez hastear em sua sede a bandeira nacional em funeral, além de outras homenagens que serão oportunamente prestadas ao seu saudoso presidente de Honra.

DADOS BIOGRÁFICOS

Nasceu o Presidente Getúlio Vargas na cidade de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul, no dia 19 de Abril de 1882. Era filho do General Manoel do Nascimento Vargas e de D. Cândido Dornelles Vargas.

Fez os seus estudos primários no seu Estado natal, no Colégio J. Braga, e iniciou o curso secundária na cidade de Ouro Pre-

ta, Estado de Minas Gerais. Em 1897, regressou ao Estado do Rio Grande do Sul, matriculando-se na Escola Brasileira, de Porto Alegre, fazendo, parceladamente, com notas distintas, todos os exames preparatórios. Em 1899, assentou praça no 6.º batalhão de infantaria do Exército, destinando-se à Escola Militar de Rio Pardo, servindo quase um ano nesse posto, sendo promovido a 2.º sargento.

No ano seguinte, matriculou-se naquela Escola Militar, cursando os 1.º e 2.º anos, com distinção. Foi, depois, classificada no 25.º batalhão de infantaria, com sede em Porto Alegre, valendo, então, a frequentar a Escola Brasileira, onde prestou os últimos exames de preparatórios, que lhe faltavam.

Preparava-se para dar baixa no batalhão, em que servia, quando essa unidade teve ordem de partir para Mata Grosso, por motivo do incidente havido naquela época, com a Bolívia.

Em virtude de encontrar-se enfermo, não foi incluído entre os que deveriam seguir, tendo então se apresentado e solicitado ao Comanda da unidade para servir, pois não queria deixar de cumprir o dever de soldado em tal ensejo.

Chegando a Corumbá, com o batalhão de que fazia parte, não foi necessário a permanência dele, porque o caso do Acre fora resolvido, de modo altamente honroso para os dois países, pelo grande Chanceler brasileiro, o Barão do Rio Branco. Dando baixa do Exército, voltou o Sr. Getúlio Vargas ao seu Estado natal.

Em 1903, matriculou-se na Faculdade de Direito, de Porto Alegre, obtendo, em 1907, o grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais.

Ainda acadêmico, fundou "O Debate", jornal político de combate, podendo datar-se desse fato o seu ingresso na vida política nacional.

Depois de formado em Direito, foi nomeado Promotor Público, cargo que exerceu até 1908, quando abriu escritório de advocacia, na cidade de São Borja.

Em 1909, foi eleito, pela primeira vez, Deputado Estadual, cargo que renunciou em 1911, para dedicar-se exclusivamente à advocacia, tendo recusado a Chefatura da Polícia do Estado do Rio Grande do Sul.

Em 1919, foi, de novo, eleito Deputado



Visito da Diretoria da S. N. A. ao Sr. Getúlio Vargas, para lhe fazer entrega do diploma, num pergaminho de autoria do pintor Rui Campelo, de Presidente de Honro do Sociedade Nacional de Agricultura. (1945)

Estadual e, após essa legislatura, reeleito para a seguinte.

Em 1923, ao irromper uma revolução política no Estado do Rio Grande do Sul, organizou e comandou, no posto de Tenente-Coronel, o 7.º Corpo Provisório.

Nesse mesmo ano, foi eleito Deputado Federal e teve o mandato renovado na legislatura seguinte, sendo então investido nas funções de líder da bancada do seu Estado.

Em 15 de Novembro de 1926, assumindo a Presidência da República, o Sr. Washington Luis, foi o Sr. Getúlio Vargas convidado para Ministro da Fazenda.

Exerceu esse cargo por cerca de dois anos, quando teve de exonerar-se para ocupar a Presidência do Estado do Rio Grande do Sul, para a qual foi eleito, para o período 1928-1933, tomando posse a 25 de Janeiro de 1928.

Ao agitar-se o problema político da sucessão do Presidente Washington Luis, as situações políticas dos Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba organizaram as candidaturas do Sr. Getúlio Vargas e de João Pessoa, para vice-presidente, no quadriênio 1930-34.

A 24 de Outubro o Presidente Washington Luis foi deposto; constituiu-se uma Junta Militar, que entregou o poder ao Sr. Getúlio Vargas, o 3 de Novembro de 1930. Assumiu então o Chefe da Revolução o Governo da República com poderes discricionários.

Tendo criado os Ministérios do Trabalho, da Educação e Saúde Pública, promoveu a elaboração de leis garantidoras do trabalho, da sua proteção e existência, reformou o ensino, reviu as tarifas e assinou vários acordos comerciais com a cláusula da nação mais favorecida, procurou melhorar o aparelhamento militar e naval dos dois assuntos de interesse nacional.

Nomeado uma comissão de jurista para elaborar o Código Eleitoral, que se ultimou, e da Justiça especial, o Presidente Getúlio Vargas convocou para 3 de Maio de 1938 as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte.

A 15 de Novembro de 1933, reuniu-se a Assembleia Nacional Constituinte, que em 16 de Julho de 1934 promulgou a Constituição Federal e elegeu o Sr. Getúlio Var-

gas para exercer o mandato Presidencial constitucional de 1934-1938.

A 10 de Novembro de 1937, dissolveu o Parlamento, outorgou uma nova Constituição e criou o Estado Novo.

Empenhou-se em fortalecer a unidade nacional, reagindo inclusive contra os excessos da propaganda dos extremismos da esquerda e da direita.

Em Maio de 1935 foi à República Argentina e ao Uruguai, retribuir as visitas do Presidente Agustin Justo, de Argentina, e do Presidente Gabriel Terra, do Uruguai.

Em 1940, criou o Ministério do Aero-náutica.

Com a Segundo Guerra Mundial, o seu governo soube honrar as tradições do Brasil e defender os superiores interesses nacionais. Tomou posição, resolutamente, de acordo com os compromissos e os mandamentos do panamericanismo. No memorável conferência interamericana dos Chanceleres, em 1942, a atuação do Brasil assegurou a salvaguarda e o fortalecimento da causa da solidariedade continental. Foi o nosso dos primeiros países a dar cumprimento às resoluções dessa reunião, entre as quais a que determinava o rompimento das relações diplomáticas e econômicas com as potências do Eixo.

Em Agosto de 1942, em revida ao torpedeamento de numerosos navios brasileiros, o governo decretou o estado de guerra entre o Brasil e a Alemanha, o Japão e a Itália. Integrou-se, definitiva e completamente, na aliança dos povos que lutavam no mundo pela causa da liberdade e da Justiça. Transformou-se a Nação conforme reconheceram e proclamaram, à época, em diferentes oportunidades, chefes militares e estadistas aliados, em um dos mais fatos decisivos da vitória, alcançada com a cooperação, nos campos de batalha da Itália da gloriosa Força Expedicionária Brasileira e da ação heróica das nossas forças navais e da FAB, nos mares e nos céus do Atlântico Sul. Não foi de menor vulto e sentido o auxílio econômico que prestamos, cujo desenvolvimento decorreu da mobilização nacional dos recursos da produção e do equipamento de transportes.

Deposto do governo a 29 de Outubro de 1945, foi eleito, a 2 de Dezembro do mesmo ano, senador Federal pelos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul e deputado



O dr. Arthur Torres Filho, acompanhado do sr. ministro Apolônio Salles e de membros da diretoria da Sociedade, lê o seu discurso de agradecimento no Chete da Nação pela assinatura do decreto n.º 7.226, concedendo um terreno à Sociedade para construção de sua sede — 6-2-1954.

por várias outras unidades da República. Exerceu o mandato pelo seu Estado natal.

Em 3 de Outubro de 1950, foi reconduzido pelo sufrágio eleitoral ao mais alto posto da República, empossando-se na cargo de Presidente da República a 31 de Janeiro de 1951.

O Sr. Getúlio Vargas possuía as seguintes condecorações: — Grã-Cruz da Ordem de "Leopoldo", da Bélgica; Grã Cruz da Ordem do Condor dos Andes", da Bolívia; Grã Cruz da "Ordem do Mérito Militar", do Brasil; Grã-Cruz da Ordem do "Mérito Aeronáutico", do Brasil, Colar da Ordem do Mérito, do Chile; Grã Cruz da Ordem das "Nuvens Propícias", da China; Grã Cruz da Ordem de "Boyaca", da Colômbia, Grã-Cruz da Ordem de "Carlos Manuel de Cespedes", de Cuba; Placa da Cruz Vermelha, de Cuba, Grã Cruz da Ordem de "Juan Pablo Duarte", da República Dominicana,

Grã-Cruz da Ordem do Mérito do Equador, Placa da Cruz Vermelha, da Espanha; Colar da "Ordem da Rosa Branca", da Finlândia; Grã Cruz da "Legião de Honra", da França; Grã-Cruz da Ordem do "Imperio Britânico", da Inglaterra, Grã-Cruz da Ordem de "Quetzal", da Guatemala; Grã Cruz da Ordem de "Honra ao Mérito" do Haiti, Placa da Cruz Vermelha, da Hungria; Grã Cruz da Ordem de "São Maurício e Lázaro", da Itália, Grã Cruz da Ordem da "Cruz Sântemo", do Japão.

O Sr. Getúlio Vargas deixou viúva D. Darcy Sarmento Vargas e os seguintes filhas: Dr. Lutero Vargas, Dr. Manuel Vargas, D. Alzira Vargas do Almirante Peixoto, casada com o Sr. Almirante Ernani do Almirante Peixoto, Governador do Estado do Rio e D. Jandira Vargas, casada com o Sr. Comandante Ruy da Costa Gama.

As geadas no Brasil e os preços do café (1)

JOHN R. AAKER

Departamento de Pesquisas Econômicas
do "The Unose National Bank"

Nos começos de Julho de 1953, foi difundida mundialmente pelo rádio a notícia de uma forte geada nas terras cafeeiras do Brasil. Nas primeiras semanas seguintes, houve uma série de apressadas estimativas, vastamente diferentes, dos efeitos prejudiciais que a geada teria sobre a safra corrente e a de 1954-1955. Mas poucos foram os que se arriscaram a prever os efeitos da geada sobre os futuros preços do café.

O comércio do café nos Estados Unidos não se acha habituado a tal situação. A última geada de importância ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial, e a que a precedeu teve lugar em 1913. Assim sendo, uma breve revista do que houve no mercado do café por ocasião das geadas anteriores talvez sirva para dar melhor perspectiva ao presente caso.

Durante os 250 anos em que o café tem sido cultivado no Brasil, as safras sofreram os efeitos periódicos das geadas. Segundo os dados existentes, relativos às mais recentes geadas, os efeitos tem sido variáveis em cada caso, tanto sobre as safras como sobre os preços do café.

1850: ALTA SUBITA MAS BREVE DOS PREÇOS

Em 1850, chegaram aos Estados Unidos e à Inglaterra informações desfavoráveis sobre as safras de café, algodão e índigo dos trópicos. Os preços do café do Brasil variavam com a chegada de cada navio que trazia notícias, subindo cerca de 50 por cento de Maio a Outubro de 1850 e baixando paulatinamente daí por diante.

Numa carta-circular de uma firma importadora de Londres daquela época está bem expresso o que então aconteceu: "A medida que o fim do ano ia aproximando, verificava-se que essas previsões (de uma safra reduzida) eram grandemente infundadas. De uma fonte ou de outra, recebiam-se um amplo suprimento de café, daí resultando uma contínua baixa dos preços."

A safra de 1851-1852 do Brasil foi provavelmente 10 por cento menor do que a do ano anterior, de 1.900.000 sacas, mas as importações dos Estados Unidos procedentes do Brasil foram 20 por cento maiores em 1851 do que em 1850. A produção do Brasil tornou a alcançar em 1852-1853 os altos níveis observados antes da geada.

1870: INAPRECIÁVEL, NO MERCADO, O EFEITO DA GEADA

Em 1870, os comerciantes de Nova York receberam, por via marítima, notícias de que uma geada ocorrera no Brasil, mas aparentemente essas notícias foram consideradas sem fundamento, porque os preços permaneceram surpreendentemente

estáveis — mais ou menos 20 cents a libra — durante a segunda metade do ano. De fato, causou mais apreensão no mercado a perda do café que se destruiu no grande incêndio de Chicago, no mesmo ano.

Em Agosto do ano seguinte, o jornal "The Chronicle" declarou que a safra de 1871-1872, segundo se podia julgar então, uma vez que as informações disponíveis coincidiam, seria muito pequena, no máximo de 1.500 sacas. Essa estimativa correspondia à metade da safra de 1870-1871. Com essas notícias, os preços subiram 15 por cento, mas tornaram a cair imediatamente e, no fim de Agosto, estavam novamente a 22.5 cents. Somente no princípio de 1872 os preços registraram nova subida, chegando ao máximo finalmente em Junho, com cerca de 28 cents, ou 40 por cento acima dos preços da mesma época no ano anterior.

Por qualquer razão, os comerciantes não se achavam convencidos de que a nova safra não seria escassa, até que receberam indicações de que os embarques feitos pelos cafeicultores no interior do Brasil eram muito menores do que os da temporada precedente.

1886-1887: ESPECULAÇÃO E CRISE

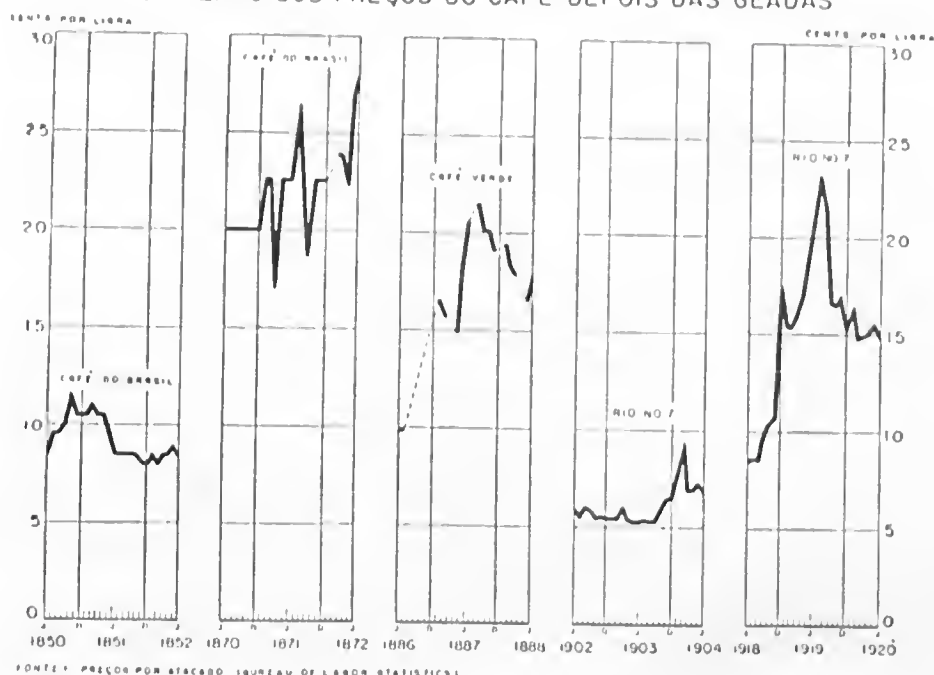
Durante os anos seguintes, as comunicações internacionais se tornaram muito mais rápidas, graças à introdução do telégrafo. Em Agosto de 1886, chegaram ao mercado de Nova York notícias sobre os danos causados pela geada no Brasil. A situação foi de incerteza até os meados de Outubro, quando, em virtude de informações procedentes do Havre e do Rio, os especuladores se tornaram ativos e os preços começaram a subir gradativamente. À proporção que se confirmava a insuficiência da colheita no Brasil,

Em Dezembro de 1886, por motivo de um pânico nos títulos de Estradas de Ferro, os preços do café tiveram uma queda temporária, mas tornaram a subir, chegando a 16.5 cents em Janeiro de 1887, ou 65 por cento acima dos níveis de Julho. Em Maio de 1887, registrou-se nos Estados Unidos "um grau de ansiedade raramente igualado", como consequência da colheita reduzida, das grandes transações no comércio regular e da falta de estoques no país.

A especulação na Bolsa de Café de Nova York continuou intensa até os meados de Junho, chegando os contratos para Dezembro a 22.25 cents.

(1) Este trabalho nos foi enviado pelo dr. Horácio Claira Leite, representante do Instituto Brasileiro do Café em New York, e a sua publicação em nossa revista se tornou de grande interesse.

MOVIMENTO DOS PREÇOS DO CAFÉ DEPOIS DAS GEADAS



Essa situação artificial terminou subitamente, seguindo-se um intenso pânico no mercado a término dos cafés do Brasil. Três das mais importantes firmas importadoras sofreram grandes perdas. Assim terminou a crise provocada pela geadas de 1886. Os preços se estabilizaram nos arredores de 19-20 cents, no restante do ano, mas depois declinaram pouco a pouco.

Não há dúvida de que a safra do Brasil foi gravemente reduzida em consequência da geadas, possivelmente até 40 por cento em certos Estados. Todavia, a safra de 1888 foi a maior até então produzida, como que compensando a escassez da colheita anterior.

1902: A GEADA E A SÊCA AFETARAM OS PREÇOS

Com o começo do Século XX, começou também um período de perturbações para o café do Brasil. As notícias do Brasil, em Agosto de 1902, indicavam que várias regiões de São Paulo tinham sido afetadas por uma forte geadas. Assim mesmo, acreditava-se, até Setembro de 1903, que a safra de 1903-1904 seria de 14 a 15 milhões de sacas. As estimativas foram revisadas, para 10 e 11 milhões de sacas, mas os preços não chegaram a um alto nível até Fevereiro de 1904, em que as cotações foram de 9.3 cents, ao passo que as de Julho do ano anterior tinham sido de 5.4 cents. A safra foi de quase 10.5 milhões de sacas.

Logo depois dos danos causados pelo inverno, começou a manifestar-se uma seca que durou desde Março até quase o fim do ano de 1903. Os agricultores do mercado estavam predizendo uma safra de 9 a 10 milhões de sacas para 1904-1905, o que,

aliás, se confirmou oportunamente. Entretanto, os preços que haviam subido vagarosamente na segunda metade de 1903, chegaram ao máximo de 9.30 cents no começo de Fevereiro de 1904, mas desceram a 5.10 cents nos meados de Março, antes de se estabilizarem.

Embora o excesso de especulação tivesse causado, em parte, a quebra dos preços, o que primordialmente motivou foi o lançamento no mercado dos Estados Unidos de quantidades muito maiores de café produzido por outros países além do Brasil. Segundo a Bolsa de Café de Nova York, a produção desses países chegou a 4.5 milhões de sacas em 1902-1903 e a 4.6 milhões em 1903-1904, ou 30 por cento acima da produção de 1901-1902. As importações dos Estados Unidos, procedentes desses países, em 1903-1904, foram de 400.000 sacas acima das importações feitas na temporada precedente.

Como a geadas de 1902 e a longa seca que a sucedeu poderiam ter danificado os cafezais, muitos achavam que seriam provavelmente reduzidas as perspectivas da produção do café. O Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, por exemplo, declarou que com toda a certeza os cafezais teriam a menor produção de sua história em 1905. Mas, de fato, a safra de 1905-1906 excedeu as dos dois anos anteriores, e a safra de 1906-1907 foi 100 por cento maior do que a máxima até então registrada.

1918: GUERRA, GEADA E ESPECULAÇÃO

Nos fins de Junho e em Julho de 1918, houve em São Paulo uma intensa geadas, e começaram logo as especulações. E, quando as vitórias dos Aliados da Frente Ocidental indicaram que a paz não

se achava muito distante, o mercado se tornou imprevisível.

De 8.4 cents a libra, em Junho, os preços tinham mais do que duplicado no fim do ano, baixando, contudo alguns cents nos primeiros cinco meses de 1919. Em Maio um ex-funcionário da Secretaria de Agricultura dos Estados Unidos, recém-chegado do Brasil, predisse que a safra de 1919-1920 seria a menor daqueles últimos 25 anos.

Essas especulações e o excessivo otimismo com que era esperada a reabertura do mercado europeu fizeram com que os preços subissem a 23.0 cents em Julho de 1919, mas isso foi tudo. A despeito da safra reduzida do Brasil, os estoques excedentes consistindo em maior parte dos três milhões de sacas da safra de 1917-1918 que o governo de São Paulo comprara para manter os preços) e a abundante produção dos outros países foram suficientes para satisfazer as necessidades mundiais, e os preços baixaram gradualmente.

1942: NAO SE FAZ CASO DA GEADA NOS ESTADOS UNIDOS

Durante a produtiva década de 1930 a 1940, um rigoroso inverno talvez tivesse sido um fator de reajustamento, reduzindo os enormes suprimentos existentes. Mas tal não aconteceu até 1942. Com a Segunda Guerra Mundial, vieram os controles de preços nos Estados Unidos, e as geadas perderam a sua usual importância. Além disso, constava que havia no Brasil amplos estoques das colheitas precedentes.

A estimativa para a safra de 1942-1943 de São Paulo baixou de 13 a 15 milhões de sacas para 7 ou 8 milhões apenas, e a estimativa da safra do Paraná baixou de 2 milhões de sacas para 250.000 ou 500.000. Dizia-se que quase todos os pés de café novos (de 1 a 3 anos de idade) tinham morrido. Esse pessimismo foi, entretanto, exagerado, e a safra de 1943-1944 provavelmente produziu apenas 1.500.000 sacas menos do que a anterior. Uma forte geada, que durou desde os fins de Setembro até Novembro de 1944, impediu que os enfeites se refizessem, e a safra de 1944-1945 foi uma das menores num período de 50 anos.

O QUE SE PODE CONCLUIR

Os efeitos dessas seis geadas no mercado do café, nos últimos 103 anos, variaram consideravelmente. Não se pode dizer que essas geadas tenham sido as únicas causas dos efeitos notados, os quais, entretanto, sugerem as seguintes observações:

- Em dois casos (1886 e 1902), os preços não atingiram os seus pontos mais elevados senão depois de 15 meses ou mais. Em três casos (1850, 1886 e 1918), os preços começaram a descer antes de ser recolhida a safra reduzida.
- Nos casos mais recentes, o prematuro aumento dos preços foi excessivo, considerando-se as condições dos suprimentos.
- Em cada caso, as importações norte-americanas foram maiores do que se esperava, geralmente porque diminuiu a oferta na Europa, permitindo que maiores suprimentos fossem enviados para os Estados Unidos.

— Tomando-se como base os seis períodos estudados, as safras que se seguiram às que sofreram com as geadas foram geralmente iguais ou superiores às safras anteriores às geadas. Duas vezes, entretanto, as prolongadas geadas que sucederam às geadas reduziram grandemente os resultados de uma colheita ou mais.

NOVOS ELEMENTOS NA GEADA DE 1952

A reação do mercado do café, em consequência de uma geada, é aparentemente condicionada por um conjunto de fatores especiais em cada caso. Tal foi também o que se observou com a geada de Julho deste ano. Os preços em Nova York (Santos, tipo 4) avançaram de 56.75 cents a 62.50 cents nos começos de Agosto, mas, por vários motivos, baixaram estando agora em 58.50 cents. Eis aqui alguns dos elementos que eram no mercado atual condições diversas das que o afetaram por ocasião das geadas anteriores:

- Foi maior o que nos casos precedentes o número dos observadores que deram informações sobre os danos produzidos pela geada, sendo as suas observações sido mais completas e mais rapidamente recebidas.
- Os preços, antes da geada, aproximavam-se dos pontos mais elevados de todos os tempos, e qualquer aumento substancial provocaria uma resistência maior por parte dos consumidores, no nível do varejo.
- As duas mudanças no câmbio do Brasil, depois de Julho, tendem a estimular as exportações. Essas mudanças também fizeram com que baixassem ligeiramente os preços nos Estados Unidos.

As estimativas, feitas antes da geada, para a safra de 1954-1955 do Brasil foram de vários milhões de sacas acima das safras dos últimos anos. Embora as baixas temperaturas possam ter reduzido os resultados finais, não é provável que o suprimento real de café do Brasil na próxima temporada se mantenha muito abaixo do suprimento deste ano. Consequentemente, parece que os suprimentos mundiais de café, não havendo uma seca no Brasil, serão suficientes para satisfazer as exigências comuns concernentes a 1954-1955.

LAVRADOR

SE EM TEU MUNICÍPIO NÃO EXISTE ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA, TOMA A INICIATIVA E FUNDA UMA. PEDE INSTRUÇÕES A SECRETARIA DA S.N.A.

MOTOR FRIO

NARCISO VICENTE DE CARVALHO

Por ser o Brasil uma federação de Estados, cujos filhos se diversificam nos costumes, modos de falar, índices de educação, de higiene, formas de alimentação, tipos raciais, intensidade de reação, amor ao trabalho e tantos outros caracteres — sempre tem sido preocupação enérgica dos poderes públicos, das classes arregimentadas pelo militarismo ou pela religião e por todas as agremiações civis, a idéia sublime, patriótica, custosa, da unidade nacional.

A forma democrática escolhida, tenderá, paulatinamente, a uma centralização dos serviços sociais. Tal centralização, em vez de ser imposta pelas leis escritas dentro de gabinetes, devia constituir-se do interesse convergente, centrípeto, partido da selva inocorrida, das aldeias esquecidas, dos pequenos núcleos de população, onde a assistência é nula e a vida é vivida como simples imposição de um destino cego.

O Brasil, nesta sua longa fase agrícola, que tão cedo não será ultrapassada, é um amontoado de incúrias e ridículos contrastes. O que é, entre nós, a agricultura, senão o tríplice empirismo do plantar, colher e vender?

Quem já cogitou da forma do plantio, se aqui se planta a vinha que os imigrantes italianos ensinaram; o arroz e as hortaliças pela sabedoria japonesa; as ramas textéis na conformidade com o interesse dos compradores; as batatas e culturas miúdas em função exclusiva da maior abertura dos mercados; perdendo-se produção, tempo, trabalho, entusiasmo com as experiências particulares e temerosas de cada homem da roça? A terra é boa e a semente germina.

Quem assiste, quem auxilia as boas e as más colheitas, diminuindo os desperdícios das geadas, dos estios, das enchentes, das pragas? Deus dá a roupa conforme o frio.

Quem socorre o lavrador na venda dos seus produtos, quando o desequilíbrio dos preços vai massacrar-lhe a família dentro da herdade, forçado que foi a vender por nada o suor próprio, da esposa e dos fi-

lhos, para cobrir outras necessidades, ao influxo dirigido dos sagazes intermediários?

Dirão êstes, secundados pela horda dos displicentes, dos filósofos, dos que esperam a hora da sua oportunidade:

— Há os Ministérios, as Secretarias, os Departamentos, os Institutos.

Balela, conversa fiada! Palestras amenas em redor de escrivaninhas nas capitais e grandes cidades e palestras polvilhadas de cobiça malsã, dos grupos financeiros, em redor de mesas de café ou saletas indevassáveis!

É preciso que os lavradores se unam, se congreguem, se associem; que deixem a estultice de guardarem frios os motores que propelem sua segurança, seu desenvolvimento; que compreendam estar nas suas mãos calejadas a mais rápida, sólida, estável fórmula de associação progressiva do alicerce para o cume através da idéia já existente, de iniciativa privada, que são os Núcleos Rurais, girando em torno das Associações Rurais, estas se agrupando nas Federações Rurais, que por sua vez vão entrecruzar-se na Confederação Rural, como fundamento da unidade nacional.

Se o país é agrícola, à classe agrária cabe papel incisivo no seu levantamento econômico. Mas não é com motores frios, latentes, atoleimados, medrosos, isolados, que os lavradores hão de conseguí-lo. Nem a organização social admite sucesso da frieza e da inconstância.

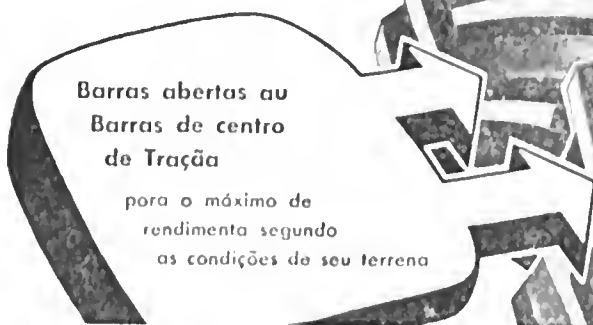
A lavoura, em nossa pátria é nada mais que uma engrenagem possante que precisa ser aquecida para depois mover-se, e os lavradores, uns felás como os tradicionais egípcios, que não evoluem porque outras classes não desejam, e não formam independência porque não se unem, não se compreendem, não se dão o valor que possuem.

Cooperativam-se logrados pela rasteira de aventureiros e depois retrocedem tristes, incapazes, descrentes, vencidos pela própria frieza que não suplantam, por lhes faltar o calor associativo, conquistador.



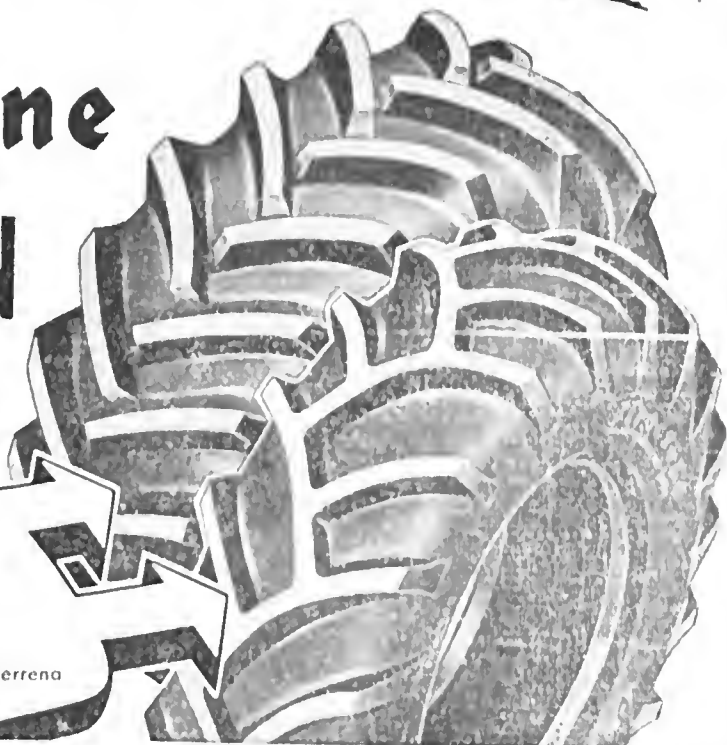
PNEUS

Firestone CHAMPION



Barras abertas au
Barras de centro
de Tração

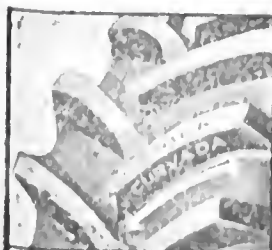
para o máximo de
rendimento segundo
as condições de seu terreno



15.167

Alguns característicos que explicam

a GRANDE TRAÇÃO destes dois pneus **Firestone CHAMPION**



Barras curvas e cônicas

Este desenho permite que as barras agirem melhor no solo, dando ao pneu a máxima de tração.



Banda de rodagem mais larga e chata

Maior área de contato com o solo: maior tração e vida mais longa para o pneu, porque o desgaste é mais uniforme.



Barras onduladas e mais profundas

Aprimoradamente a sulca, eliminando derrapagens e assegurando o máximo rendimento.



O espaço é aprofundado entre as barras

As barras abrem-se para facilitar a expulsão do solo, evitando a perda de tração. O pneu impõe a tração, enquanto anda.

ABASTECIMENTO RURAL

CONTRIBUIÇÃO PARA A PRIMEIRA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRA-ORDINÁRIA DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO PARANÁ, CONVOCADA PELA RESPECTIVA FEDERAÇÃO

O homem rural enfrenta dificuldades cada vez maiores na obtenção de meios para desenvolver o seu trabalho.

No atual conjuntura, já não lhe é possível conseguir, por preços razoáveis, nem a própria ferramenta. A manutenção de seu estabelecimento acarreta-lhe constantes desajustes econômicos. A sua lavoura está à mercê de pragas e variações climáticas desastrosas. A sua criação sofre pela insuficiência de medidas preventivas. A indústria rural não tem proteção adequada. E quando a sua saúde é atingida, corre o risco de gravar pesadamente a sua propriedade ou gastar as economias que porventura tiver feito. Resta, enfim, o desânimo no ambiente rural, como resultante da ineficácia, tantas vezes comprovada, de providências desajustadas à realidade local.

Entretanto, tudo bem ponderado, não será possível eliminar algum por este estado lamentável, se não for incluído, igualmente, o próprio rurícola, como o maior conivente e principal sustentáculo de tão paradoxal situação.

Bastará citar que em três anos de vida associativa rural federada, bem poucas Filiais da FARP (Federação das Associações Rurais do Paraná) apresentaram relatórios das ocorrências verificadas no ambiente rural de sua jurisdição. Dessas poucas, apenas algumas tiveram contacto seguido com a Federação, no interesse dos problemas rurais.

A mesma comparação poderá fazer-se dos agrupamentos rurícolas em relação às respectivas Associações rurais. Quantos rurícolas, efetivamente, interessam-se pelo associativismo rural? Quantos, ainda, tomam parte ativa na vida dos Núcleos?

No que diz respeito ao setor da provisão, a FARP desde outubro de 1952 (circular 506) vem insistindo pela organização de listas de pretendentes a aquisição de jeeps. Em dez meses, apenas cinco Associações remeteram o material solicitado, em número de pretendentes que não alcançou a casa dos duzentos (circular 1119, agosto de 1953).

Se for alegado que o rurícola não confia em encomendas a longo prazo, vale lembrar a primeira compra de jeeps feita em 1951, quando a FARP foi obrigada a desistir de 200 jeeps e de 50 camionetes da licença de 400 e 100 respectivos, conseguida com muito sacrifício — e estava na iminência de reair com

uma sobra dos que já se achavam em Paranguá graças à costumeira indecisão do nosso lavrador, que, na falta de outros argumentos, invocava a ignorância da cor da carroceria...

Suponha-se que no corrente mês a FARP fosse solicitada a relacionar os nomes de 1.250 lavradores e criadores, número de veículos solicitados no ano passado ao Ministério da Agricultura por intermédio da Confederação Rural Brasileira (1.000 jeeps e 250 camionetes). Simplesmente não poderia fazê-lo, porque a maioria absoluta das Associações até agora não providenciou a remessa de suas listas. E o que dizer se fosse também solicitado o registro profissional de cada pretendente? (Esse alheamento tem feito perder grandes oportunidades, mesmo em relação aos atos puramente administrativo, como o recebimento de auxílios oficiais há casos em que as entidades contempladas com verbas federais ou estaduais deixaram nas calças em exercícios perdidos).

Estes fatos são suficientes para demonstrar a atual impraticabilidade do abastecimento de utilidades rurais através das Associações. Estas ainda estão numa fase de organização social, com problemas econômicos próprios por resolver.

As Associações deverão dedicar mais esforços a penetração do interior, rondando Núcleos Rurais (Circular 947, junho de 1953). Em outra palavra, as Associações cabe desenvolver intenso trabalho educacional, para que os rurícolas adquiram maior desenvoltura no trato dos assuntos de seu interesse comum. É principalmente para que pereçam o velho hábito de pretender obter vantagens isoladas, sobrepondo o interesse individualista ao da comunidade.

Resta encontrar um meio prático e exequível para completar a função social-econômica do associativismo rural.

A circular 1695 da FARP menciona as diversas formas adotadas em outros Estados, e que atendem a provisão de utilidade necessárias à coletividade rural.

Apreciando-se a excelência da organização paulista, é forçoso conformar-se com a realidade de que a situação do rurilismo paranaense, ainda em seus primeiros ensaios de vida organizada, não permitiria a formação de uma Sociedade Anônima nas condições da CORPAGRO.

Aqui será necessário interessar o máximo

número de indivíduos na existência de um órgão perfeitamente identificado com as Associações.

Tal órgão seria uma Cooperativa Rural, abrangendo ela toda a série de atividades e necessidades rurais, desde a fixação do indivíduo à terra até a sua integração na comunidade; possibilitar-lhe a aquisição da propriedade e sua racional exploração; melhor compensação pelo emprego de seu capital e pelo seu esforço pessoal; o financiamento; o seguro agropecuario; o armazenamento; a circulação; a venda e compra em comum; o seguro sanitário familiar.

Uma Cooperativa assim, além de operar por sua conta, poderia manter acordos com os órgãos públicos de assistência à lavoura e pecuária, como p. ex. a Comissão Permanente de Revenda de Material (fed.); Fundo de Equipamento Agropecuario (estad.); Superintendência das Casas Rurais (estad.), — beneficiando desse modo tanto o rurícola como o próprio erário público, pois faria com o seu pessoal os serviços daqueles.

Para permitir a participação de pessoas naturais e jurídicas na Cooperativa, esta deveria ser mista, com serviços vários, inclusive o de Seguro (§ 2.º do art. 7.º do Dec. 22.239-32 modif. pelo Decreto 581-38).

Inicialmente, poderia ela ser formada com 20.000 quotas de 100 cruzellos cada uma, de capital, sendo metade tomada pelas Associações e a outra metade por particulares.

Dela poderiam participar apenas as pessoas mencionadas no art. 1.º do Decreto-lei 8.127-45 e as organizações constituídas pelas mesmas pessoas.

Sendo entidade de economia mista rural, a Cooperativa poderá manter agências (art. 7.º e letra "b" do Dec. 22.239-32 cit.) em todos os lugares onde se justificasse a sua criação. As agências poderiam funcionar, mesmo junto as Associações e Núcleos Rurais.

Desde que uma determinada comunidade evoluísse ao ponto de poder manter a sua própria Cooperativa, nada impediria em fazê-lo.

Nas condições modernas, porém, raras são as localidades rurais que podem suportar o ônus da manutenção de um corpo funcional necessário à boa administração de uma Cooperativa. Por isso são aconselháveis a centralização diretiva e uma rede de agências para a prestação de serviços.

A participação de grande número de interessados seria assegurada pela facilidade de pagamento das quotas-capital, as quais poderiam partir do limite mínimo de dez, pagáveis em dez meses além do máximo permitido para a joia.

A fundação deveria processar-se com a participação de Associações e particulares, formando-se um capital mínimo de dois milhões de cruzellos, preferencialmente assim distribuído:

Federação das AA. Rurais	Cr\$	500.000,00
Ass. Paranaense de Cafeicultores	Cr\$	200.000,00
Ass. Paranaense de Criado de Povinos	Cr\$	100.000,00

Ass. dos Tricultores do Pa-

raná	Cr\$	50.000,00
Associações Rurais (15)	Cr\$	150.000,00
Particulares (200)	Cr\$	1.000.000,00

O critério adotado na distribuição do capital inicial seria o seguinte: FARP contribuir com cerca de 10 mil cruzellos por Fila; as três Associações especializadas com cerca de 50 mil cruzellos por grupo de cem associados; as Associações municipais e regionais, numa previsão de quinze aderentes, o mínimo de 10 mil cruzellos de cada; e os particulares aderentes, numa previsão de duzentos, o mínimo de 5 mil cruzellos de cada.

A participação das Associações visa mais o aspecto social do problema, pois muitos de seus associados poderão necessitar dos Serviços da Cooperativa e alegar ao mesmo tempo dificuldade financeira para tornarem-se cooperativados individuais. O retorno, neste caso, caberia exclusivamente à Associação. Não se trata, portanto, de dupla participação (cooperativado que é associado da Associação também cooperativado) pois paralelamente um lavrador registrado no Ministério da Agricultura associado de entidade registrada no mesmo Ministério, estaria em idênticas condições em relação aos benefícios que ele, lavrador, e a entidade a que pertence, viessem usufruir do Ministério da Agricultura.

Por outro lado, a admissão da FARP daria um sentido de maior solidariedade recíproca da classe do que propriamente a procura de benefícios. Além disso, a FARP poderia ter sócios individuais como as Associações, equiparando-se a elas neste particular.

Examinando estes aspectos, PROPOE-SE à I Assembleia Geral Extraordinária da Federação das Associações Rurais do Paraná tomar as seguintes resoluções:

RESOLUÇÕES

1.º — Admitir a viabilidade da fundação em Curitiba, com jurisdição em todo o Estado do Paraná, de uma Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada da qual pudessem participar todas as pessoas naturais e jurídicas, com domicílio ou sede no Paraná, integrantes da vida rural organizada nas condições estipuladas pelo Decreto-lei n.º 8.127, de 24 de outubro de 1945, para ampararem-se mutuamente e proverem as necessidades de sua atividade rural.

2.º — Tomar a iniciativa da convocação de uma assembleia de interessados para ser discutida e deliberada a matéria da resolução anterior.

3.º — Participar da Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada com a soma de quotas de capital correspondente a quinhentos mil cruzellos, caso a mesma venha a fundar-se em consequência das duas resoluções anteriores e nas bases da resolução seguinte.

4.º — Recomendar a adoção das seguintes bases: (a) Denominação — Cooperativa

Rural do Paraná. (b) Sede — Curitiba. Agências em todo o território do Paraná. (c) Fins: — Congregar as pessoas naturais e jurídicas, com domicílio ou sede no Estado do Paraná, integrantes da vida rural organizada nos termos do Dec.-Lei 8.127, de 24 de outubro de 1954, para: aquisição, arrendamento de ou parceria em terras para exploração pelos seus cooperativados; estabelecimento de Colonias e Núcleos de cooperativados; manutenção de agências para abastecimento de utilidades agropecuárias aos cooperativados; importação de máquinas, veículo, instrumentos, ferramentaria, reprodutores, sementes e quaisquer outros produtos de qualquer origem, destinados ao desenvolvimento das atividades rurais, produção, beneficiamento, transformação, classificação, armazenamento, transporte e distribuição de produtos de ou para os cooperativados; manutenção de campos e postos experimentais; manutenção de quaisquer serviços de interesse à atividade rural; seguro agropecuário; financiamento à produção; seguro hospitalar. d) Capital — Mínimo Cr\$ 2.000.000,00, dividido em 20.000 quotas de 100 cruzeiros cada quota, com as seguintes tomadas mínimas no ato da fundação.

Federação das Associações Rurais do Paraná 5.000 quotas.

Associação Paranaense de Cafeicultores — 2.000 quotas.

Associação Paranaense de Criadores de Bovinos — 1.000 quotas.

Associação dos Trilcultores do Paraná — 500 quotas.

Associação Rurais municipais e regionais (cada) — 100 quotas.

Particulares (cada) — 50 quotas, e posteriormente à fundação.:

Associações especializadas (cada) — 2.500 quotas.

Associações regionais (Id.) — 500 quotas.

Associações municipais (Id.) — 250 quotas.

Pessoas jurídicas (particulares) cada — 50 quotas.

Pessoa naturais (cada) — 10 quotas.

O pagamento das quotas poderá ser feito em dez prestações mensais, devendo a primeira ser paga juntamente com a fola no ato da fundação ou da admissão. e) Administração — Realização das assembleias gerais ordinárias na época das da FARP. Conselho de Administração composto de nove membros representando as várias zonas do Estado, eleitos por 3 anos e com renovação anual de um terço. f) Seções — Criação imediata das seguintes: abastecimento e compras em comum; produção e vendas em comum; financiamento; seguro agropecuário; seguro hospitalar. g) Agências — Instalação facultativa e independentemente de autorização do Conselho de Administração, quando indicadas no ato da fundação, sendo:

Pela FARP, até o limite máximo de 20; pela Associação Paranaense de Cafeicultores, até 8; pela Associação Paranaense de Criadores de Bovinos, até 4; Associação dos Trilcultores do Paraná, até 2; e pelas Associações Rurais regionais e municipais, 1 por Associação. h) Sessões — Trimestrais para o Conselho de Administração e semestrais para a Comissão Fiscal. i) Frequência — Reembolso das despesas de transporte e pagamento celular por sessão aos membros do Conselho Fiscal, quando convocados.

5.º — Propor aos presentes, como decorrência da resolução segunda, continuar a reunião após o encerramento da Assembleia da FARP, para deliberar sobre a fundação da Cooperativa Rural, eleger a Diretoria provisória da mesma e iniciar a formação do Capital.

6.º — Concordar com que as Filhas da FARP, por seus Delegados presentes à Assembleia, assumam compromissos na bases propostas na resolução quarta condicionalmente até a manifestação das respectivas assembleias gerais extraordinárias, que deverão ser realizadas até 20 de junho próximo, impreritavelmente.

Curso Post-Graduado de Cafeicultura

Acaba de realizar-se no Instituto Agronômico de Campinas, sob os auspícios do Instituto Brasileiro de Café, o Primeiro Curso Post-graduado de Cafeicultura, que alcançou, sem dúvida, indiscutível êxito.

O enviado especial da Sociedade Nacional de Agricultura, Professor Geraldo Goulart da Silveira, teve ocasião de, em Campinas, inteirar-se de todos os detalhes da estruturação do referido curso e assistir os exames orais da primeira turma, integrada por trinta e nove agrônomos de diversas Estados cafeeiros.

Trata-se, sem dúvida, de uma iniciativa de elevado alcance, que será o marco inicial de outros cursos post-graduados de agronomia, uma vez que o Instituto Agronômico de Campinas é um núcleo de experimentação e pesquisas perfeitamente aparelhado para, através de cursos como o que acaba de realizar-se, promover o aperfeiçoamento dos profissionais de agronomia.

A Sociedade Nacional de Agricultura congratula-se, portanto, com o Instituto Agronômico de Campinas e o Instituto Brasileiro de Café pela feliz iniciativa.

33^a. Reunião do Comité Interamericano Permanente Antiacridiano



Delegados dos países porticipantes do Comitê Interamericana Permanente Anti-Acridiano e técnicas brasileiras, presentes à 33.^a reunião realizada no Rio na Sociedade Nacional de Agricultura, entre 28 de agosto e 1.^o de setembro último.

Realizou-se, nesta capital, a reunião acima referida, entre 28 de agosto e 1.^o de setembro últimos, na sede da Sociedade Nacional de Agricultura, gentilmente cedida pelo seu digno Presidente.

Ao ato inaugural compareceu, como representante do Sr. Ministro da Agricultura, a Diretor da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, Eng.^o Agrônomo Dr. Adrião Caminha Filho, que proferiu o seguinte discurso:

"Sr. Presidente do Comité Interamericano Permanente Antiacridiano, Srs. Delegados: Não é necessária dizer-vos nada sobre o período de transição que o Brasil atravessa neste momento. Aqui me encontro em nome do Sr. Ministro da Agricultura, para

saudar ao Sr. Presidente e aos Srs. Delegados, bem como aos Governos dos países irmãos. O Brasil vive suas dificuldades e tenha a impressão de que nossos vizinhos dos países de América da Sul também passam por essas dificuldades.

E se essas não bastassem, haveria, no entanto, as da produção agrícola atacada pela praga de gafanhotos. E, justamente, para sanar essa dificuldade é que nasceu essa solidariedade fraternal entre países latino-americanos, irmanados sob o mesmo ideal, graças à qual surgiu o Comité Interamericano Permanente Antiacridiano, cujos trabalhos, estudos e experiências que vem realizando, anualmente, é desnecessário demonstrar.

O Brasil deixou de comparecer a algumas reuniões por motivo de ordem superior, não obstante, jamais se encontrou alheio aos trabalhos desse Comitê, acompanhando-os sempre, embora à distância, e trabalhando internamente, domesticamente, no próprio país, no combate aos acridios, combate esse que, dentro de nossas fronteiras, evitava também a incidência da praga nos países vizinhos.

O recente aparecimento do gafanhoto na zona do Nordeste, notadamente nas Estados da Paraíba e do Rio Grande Norte, parece que vem dar esta reunião motivos assaz interessantes para os estudos que se hão de realizar. Isto porque, Sr. Presidente e Srs. Delegados, o ministério da Agricultura, por intermédio da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, já havia determinado, efetivamente, a presença da **SCHISTOCERCA CANCELLATA** no Nordeste, sempre sob a forma solitária.

É curioso notar que as condições climatológicas durante este ano, nas zonas desses Estados nordestinos, cuja região se denomina, de modo geral, Cariri, foram muita vantajosas para a agricultura local. Parece, ao mesmo tempo, que as condições de temperatura de que nos deram notícias nossos representantes, que ali estiveram recentemente, e a forma em que se manteve essa incidência climatológica, tornaram-se favoráveis ao acasalamento e à postura da **Schistocerca cancellata** nos meses de abril e maio.

Não houve, como se disse ao princípio, nuvens em absoluto, houve o que se denomina "manchões", porém em zonas distantes umas das outras e de natureza bastante acentuada.

Isto significa que devemos ter em conta, nos estudos que se estão realizando sobre a teoria das fases, se estas formas solitárias encontram condições para transformar-se em formas gregárias.

Nosso entomologista, Eng.^o Agrônomo Aristóteles de Araujo e Silva, que acaba de regressar daquela zona, nos comunicou que, efetivamente, verificou todas as fases até a adulta e desde a ovariana.

Aa ter conhecimento dessa invasão, 48 horas após, foram tomadas todas as providências. Enviamos 100 toneladas de BHC, 500 polvilhadeiras e Cr\$ 500.000,00, além de um contrato que firmamos com

uma companhia de aviação, para o polvilhamento das regiões atacadas, o que na casa de adultos, como se sabe, não é a método indicado.

Nosso trabalho continua e o Diretor da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal enviou, como prevenção, mais 30 toneladas de BHC para Fortaleza e 500 polvilhadeiras, porque parece que devemos exterminar todos os focos, para que se evite a forma ou existência de áreas gregarígenas.

Com estas considerações, Sr. Presidente e Srs. Delegados, em nome do Governo do meu país, espero que os resultados desta reunião sejam os mais prometedores possíveis e ao mesmo tempo que a vossa permanência nesta capital seja a mais agradável e a mais valiosa possível".

A esguir, o Eng.^o Agrônomo Angel C. Stura, Presidente do Comitê, em resposta, usou da palavra, dizendo de sua satisfação e dos Srs. Delegados presentes, prevendo pleno êxito para os trabalhos que naquele momento seriam iniciadas.

Instalados os trabalhos, tomaram parte os representantes dos seguintes países, integrantes do C.I.P.A.: Eng.^o Agrônomo Angel C. Stura, Presidente do Comitê (Argentina), Eng.^o Agrônomo Julio Gaston, Delegado da Argentina, Eng.^o Agrônomo Rogelio Ferreyra Antunez Vergara, Delegado do Paraguai, Eng.^o Agrônomo Rogelio Ferreyra, Secretário das sessões, do Paraguai, Eng.^o Agrônomo Carlos Henrique Reiniger, Delegado Brasil, Eng.^o Agrônomo Armando David Ferreira Lima, acessor técnico da Delegação da Brasil; deixaram de comparecer, por motivo de força maior, as Delegações do Uruguai e da Bolívia.

Participaram ainda das sessões os seguintes técnicos brasileiros: Eng.^o Agrônomo Livio Portela, fitossanitarista, Eng.^o Eng.^o Agrônomo João Alves Junior, fitossanitarista, Eng.^o Agrônomo Leoncio Fanteles, fitossanitarista, além de numerosos outros técnicos que assistiram os debates com o maior interesse.

Dos assuntos estudados, discutidos e aprovados naquele conclave, destacam-se as seguintes:

1) Alteração do Regulamento do Comitê, dando-lhe elasticidade.

2) Foram relatados pelos Delegados dos países representados, os trabalhos de combate realizados em cada um deles.

3) Foi considerada o temário da Reunião dos Entomologistas, quanto ao gafanhoto migratório, a realizar-se em 6 de setembro corrente, em Assuncion, no Paraguai. Infelizmente o nosso representante não pôde seguir, a que representará uma lamentável lacuna para nós, dada a importância do assunto, que é de interesse direto para o Brasil.

4) A ocorrência do gafanhoto migratório no Estado da Paraíba, referida através de um trabalho do Agrônomo Fitossanitarista Livio Portela, Sobre o assunto dissertou o Entomologista Aristóteles de Araújo e Silva, que esteve naquela região.

5) Foi referida pelo Delegado do Brasil que este país, de acordo com a resolução de La Paz, já recebeu informações dos ministérios da Viação e da Guerra, na fronteira com a Bolívia e o Paraguai, onde mantêm dependências, a fim de, em colaboração, prestarem informações sobre nuvens de gafanhotos ao longo dessas fronteiras.

6) Foi comunicado que os contemplados com bolsas de estudos sobre o combate ao

gafanhoto migratório já haviam sido indicados.

7) Foi ainda confirmado a devolução de máquinas ou acridicidas ao Comité, quando por este adiantados a um dos países participantes, com falta temporária desses elementos.

Ao serem encerrados os trabalhos, o Presidente Angel C. Stura, agradeceu o comparecimento dos Srs. Delegados, congratulando-se com os organizadores da Reunião, que apresentou o mais perfeito andamento e o máximo de rendimento.

A seguir o Delegado Carlos Henrique Reiniger, usou da palavra, em nome da Delegação do Brasil, ressaltando a importância dos assuntos tratados e a grande relevância dos resultados obtidos.

Formulou, ainda, votos de boa viagem e feliz regresso aos seus lares e pátrias dos Delegados presentes, que deixaram uma cativante recordação, por sua agradável permanência em nosso país.

Rio, 15 de Setembro de 1954.

Carlos Henrique Reiniger

SNR. CRIADOR:

VACINE SEUS ANIMAIS COM AS

Vacinas Manguinhos

- contra a peste da manqueira (carbúnculo sintomático)
- anticarbunculosa (carbúnculo hemático, verdadeiro)
- contra a pneumo-enterite dos bezerros
- contra a pneumo-enterite dos porcos

PEÇA AO SEU REVENDEDOR

PRODUTOS VETERINARIOS MANGUINHOS LTDA.

C. P. 1420 — RIO DE JANEIRO

Confederação Rural Brasileira

Atividades de Maio - Julho de 1954

68.ª SESSÃO — 12-5-51

Presentes os Srs. Iris Meinberg, João José Boliello, Josaphat Macedo, Acácio Gomes, Amaro Cavalcanti, Prancelino Bastos França, Milton Freitas de Souza, P. A. de Cerqueira Lima, José de Albuquerque Lins, Roberto E. Werneck, Sylvio Echenique, Alberto Ravache, Raul Cardoso de Mello Filho, Alphen Domingues, Kurt Repsold, João Maurício de Medeiros, Manoel Carlos Ferraz de Almeida, Maria Izabel Tibiriçá, Humberto Moura, Virgílio Távora e Julio Ferreira da Silva. Em solução a uma sugestão da Federação Rural do Estado do Rio, informou o presidente que a quota de "jeeps" a ser distribuída pela Confederação às Federações, será oportunamente fixada, de acordo com as prioridades que serão em tempo estabelecidas. Informou ainda o Sr. Iris Meinberg que fixou as datas de 18-19 de junho para a Concentração Rural do Sul, em Porto Alegre e as de 4-5 de julho para do Leste, em Salvador, na Bahia.

A respeito da III Conferência Rural, a realizou-se em São Paulo, deu esclarecimentos quanto ao respectivo funcionamento, tendo sido organizado um roteiro disciplinado, segundo o qual todas as regiões geo-econômicas do país retratarão, para apreciação do ponto de vista nacional, na Conferência, a verdadeira situação atual das atividades agro-pecuárias respectivas. Deu a seguir pormenores relativos à Concentração Rural recentemente realizada no Recife, cujo sucesso acentuou, agradecendo o apoio que dispensaram ao conclave o Sr. Etelvino Lins, Governador do Estado e o Secretário da Agricultura, Sr. Eudes de Souza Leão, bem como o trabalho do Sr. Lauro Borba, presidente da respectiva Federação, na organização do conclave.

Na ordem do dia constou a questão da lavoura de subsistência e a aplicação dos ágio no respectivo fomento. Referiu o Sr. Meinberg que no projeto de regulamentação da matéria o assunto não foi cogitado, mas que o Sr. Ministro João Cleofas lhe prometeu todo o apoio neste sentido, até porque é consenso geral que há necessidade de estimular esse setor da lavoura, que repercute no social e que, nas condições de desemprego atuais ninguém quer cuidar do mesmo. O Secretário Geral da Federação de Santa Catarina descreveu a difícil situação dos produtores do seu Estado. Falaram ainda os Srs. Alberto Ravache, Sylvio Echenique, Milton Freitas e outros, tendo o Sr. Alberto de Oliveira Santos, da Federação da Bahia, declarado que o salário mínimo, nas suas imediatas consequências sobre a produção agrícola, será responsável por um aumento de custo respectivo da ordem de 100 por cento, a quanto monta a percentagem do salário decretado. Não tendo havido até agora benefícios de ordem concreta para a lavoura — que era a idéia inicial dominante na reforma cambial — pouco se deverá esperar no ano próximo, pois que o benefício prometido está irremediavelmente sacrificado com o aumento dos sa-

lários. Preconiza como remédio definitivo a liberação imediata do câmbio e, para atender ao momento, o aumento da bonificação. Foi designada uma comissão composta dos Srs. Iris Meinberg, Sylvio Echenique e Raul Cardoso de Melo, para organizarem as sugestões que a respeito serão oferecidas ao governo.

O Sr. Sylvio Echenique deu explicações a respeito da produção de lá no Rio Grande do Sul em face do acordo Brasil-Argentina, tendo o Sr. Alberto Ravache confirmado que, como representante da agricultura, defendeu, na Comissão de Acordos Comerciais do Itamarati a posição a respeito estabelecida pelo governo gaúcho e pelos criadores.

O Sr. Waldemar Rupp pediu facilidades para a importação de pequenos moinhos e acessórios, destinados ao trigo excedente nas regiões produtoras, para atender ao consumo local. Disse que, em face da nova política cambial, esse material subiu de 300 por cento em alguns casos. Por fim, o Presidente convidou os presentes para assistirem ao ato de assinatura do acordo entre a Confederação e o Ministério da Agricultura para a revenda de material agrícola pela Confederação, Federações e associações municipais.

69.ª SESSÃO — 19-5-51

Presentes os Srs. Iris Meinberg, João Maurício, Sylvio Echenique, Kurt Repsold, Alfeu Domingues, Waldemar Rupp, Milton Freitas de Souza, Oliveira Motta, Amaro Cavalcanti, Adamastor Lima e outros, realizou-se a reunião semanal da Confederação Rural Brasileira.

O primeiro assunto da ordem do dia foi a questão do leilão de moedas para a aquisição de materiais agrícolas, tendo ficado resolvido que se acesse para o Sr. Ministro da Fazenda, para a Sumoc e para o titular da Agricultura pleiteando para o caso a indispensável situação especial.

O representante do Estado do Maranhão fez longa exposição a respeito do movimento associativo no Estado, mostrando os seus progressos e deficiências.

O Sr. Milton Freitas submeteu à consideração da casa proposta no sentido de ser posta em prática a resolução da Conferência Rural de Curitiba, qual a de ser criada a taxa do associativismo, a fim de que os órgãos da classe passem a ter vida econômica independente. A respeito falaram vários representantes, tendo o Sr. Waldemar Rupp informado da marcha de um projeto de sua autoria, atualmente na Comissão de Finanças da Câmara, o qual, com vários substitutivos, atende a uma parte dessa aspiração de classe. O Sr. João Maurício, vendo-se de um oferecimento dos Srs. Israel Pinheiro, numa das últimas reuniões da Confederação, propôs que se encaminhasse a S. Excia. exposição pleiteando o andamento do referido projeto.

O Sr. Raul Cardoso, alegando a situação de grandes chuvas na zona do café em São Paulo, que

acarretará um prejuízo de pelo menos 20% da colheita do produto, pediu que a Confederação pleiteasse a atualização do respectivo financiamento pelo Banco do Brasil.

O Sr. Acácio Gomes, baseado no mesmo motivo, mostrou que a produção do algodão na zona de São Paul decresceu em qualidade, que seria, para a safra deste ano, a principal vantagem do produtor.

A proposta do Congresso Interbancário do Algodão, a realizar-se proximoamente em São Paulo, o mesmo ruralista prestou informações, tendo ficando resolvido que a Confederação, através de debates a se realizarem na próxima reunião, formulará o seu ponto de vista face ao conclave, após ouvir a representação do Norte, no caso os Srs. João Mauricio e Alfeu Domingues.

O Sr. Ravache fez uma proposta no sentido de serem auxiliadas as associações rurais, para a construção de silos e armazéns.

O Sr. Iris Meinberg referiu-se depois ao projeto Daniel Paraco, n.º 291-51, tratando do melhor agrícola, atualmente no Senado. Ficou deliberado que a Confederação se dirigirá aos líderes das bancadas pedindo o seu rápido andamento. Sobre a reforma bancária, discorreu o Sr. Iris Meinberg, que pediu aos seus companheiros sugestões não só a respeito do projeto como das emendas que apresentaria, sobretudo no que toque ao Banco do Crédito Rural. Alguns assuntos de interesse imediato foram transferidos para a próxima reunião, pelo adiantado da hora.

70.ª SESSÃO — 26-5-54

Presentes os Srs. Iris Meinberg, Josaphat Macedo, Acácio Gomes, Prancelino França, Milton Freitas de Souza, P. A. de Cerqueira Lima, José de Albuquerque Lima, Roberto E. Furquim Werneck, Silvio Echenique, Alberto Ravache, Raul Cardoso de Mello Filho, Alfeu Domingues, Kurt Repsold, João Mauricio de Medeiros, Manoel Carlos Ferraz de Almeida, Maria Izabel de Tibiriçá, Humberto Moura, Virgílio Távares, Julio Ferreira da Silva, Amaro Cavalcanti e José P. Botelho. O Presidente, Sr. Iris Meinberg, deu notícias da assinatura do convênio entre a Confederação e o Ministério da Agricultura, para o fornecimento de material agrícola. Comentaram o assunto os Srs. Ferraz de Almeida e Raul Cardoso. A Confederação se dirigirá às Federações, pedindo-lhes relação dos materiais de que carecem. Foi marcada a data de 18-19 de junho para a Concentração Rural do Sul, em Porto Alegre, e do Leste, em Salvador, nos dias 14 e 15 de julho, e a III Conferência Rural Brasileira em São Paulo, nos dias 8, 9 e 10 de novembro. O Sr. Josaphat Macedo, presidente da Federação das Associações Rurais de Minas, deu as suas impressões a respeito do movimento associativo nos Estados da Paraíba, Pernambuco e Ceará, fazendo elogios à organização dessas entidades, anunciando que no Ceará todos os municípios dispõem já de suas associações rurais. O Sr. Alfeu Domingues, representante da Paraíba, entregou à mesa um trabalho da sua Federação a respeito do agave, que foi encaminhado à comissão técnica para estudo. O Sr. Prancelino França, do Estado do Rio, pediu providências para o mais rápido andamento dos processos de pagamentos de auxílios às associações.

Em seguida o Sr. Milton Freitas de Souza fez uma exposição a respeito da educação de base, principalmente visando os meios rurais, e sob a base da livre empresa. Prontificou-se a aderecer ante-projeto de lei a respeito, tendo o Sr. João Botelho informado que várias órgãos do Ministério da Educação cuidam da matéria, sendo interessante que a Confederação procure entrosar-se

com os mesmos. O Sr. Iris Meinberg leu o projeto em tramitação na Câmara sobre as diretrizes do ensino, que deve constituir elemento para estudo da matéria.

O Sr. Furquim Werneck, de Minas, esclareceu que o salário mínimo, nas bases em que foi proposto, não será suportado pela economia do seu Estado. A Confederação, com esse subsídio e outros que já tem em mãos, apresentará estudo ao Governo, pleiteando uma revisão. O reajustamento do financiamento do boi de corte foi outro assunto debatido, tendo ficando resolvido que a entidade pleiteará um novo estudo pela Carteira respectiva do Banco do Brasil, tendo em vista as regiões e não a média, como é feito atualmente o dito funcionamento. A distribuição dos resíduos, feita atualmente pela COFAP, de acordo com a nova Portaria, não é conveniente em alguns casos, como São Paulo e Pará. O assunto mereceu ampla debate e a respeito a Confederação tomará as providências cabíveis.

O Sr. Raul Cardoso justificou um reestudo das bases do financiamento do café, advogando a quantia de dois mil cruzeiros para a área nos portos, e 1.800 no interior. Por último, um dos diretores pediu informação sobre o andamento do processo do mandato de segurança interposto pela Confederação contra os atos da COFAP, que está deliberando com o seu plenário desfalcado de quatro elementos, dentre os quais um da agricultura, outro da pecuária. O Sr. Raul Cardoso deu a respeito amplas informações, encerrando-se a seguir a sessão.

73.ª SESSÃO — 16-6-54

Presentes os Srs. Iris Meinberg, P. A. de Cerqueira Lima, Akayal N. Santos, Amaro Cavalcanti, Kurt Repsold, João Mauricio de Medeiros, Alberto Ravache, Edgar Teixeira Leite, Maria Izabel Tibiriçá, Humberto Moura, Waldemar Rupp e Silvio da Cunha Echenique.

Após a leitura, discussão e votação da ata da reunião anterior, passou-se ao expediente, seguindo-se várias comunicações de vivo interesse.

Na segunda parte dos trabalhos, o deputado Iris Meinberg comunicou a partida a 17 do corrente da delegação da Confederação Rural Brasileira à Concentração Rural do Sul, que será realizada em Porto Alegre de 19 a 21 de junho.

Nesse conclave serão discutidos palpitantes problemas da região geo-econômica do Sul, comparando no mesmo delegações de vários Estados meridionais do Brasil. O pedido de filiação solicitado pela Federação das Associações Rurais de Alagoas depois de convenientemente debatido, foi aprovado.

Na ordem do dia constava a questão da suspensão, proposta pela COFAP, do financiamento do gado de corte pelo Banco do Brasil. Ficou resolvido que a Confederação se manifestasse às autoridades contrariando esse ponto de vista, por ser prejudicial e desestimulante à atividade pecuária. O Sr. Waldemar Rupp referiu-se a seguir à sugestão, vinculada por alguns jornais, de serem passadas da terceira para a quinta categoria os pequenos moinhos de trigo. O Sr. Kurt Repsold contestou o que seja pequeno moinho, isto é, aquele que beneficia até 200 sacos diários. A seu ver, a Confederação deveria pleitear a transferência da terceira para a primeira categoria, visando aparelhar as regiões produtoras não só para o respectivo suprimento de farinha, como aumentando a forragem pela produção dos resíduos. O Sr. Alberto Ravache prestou informações sobre a questão das tarifas, e a sua atuação no GATT, dando amplos informes a respeito. Ficou resolvido que a

Confederação estudará a matéria através de uma comissão composta dos Srs. Ravache, Fonseca Lima e Oswaldo Bariani, para o fim de oferecer sugestões ao projeto em curso na Câmara. O Sr. Wladimir Rupp excusou-se de participar da Concentração Rural do Sul, tendo por fim o Sr. Iris Meinberg pedindo a indicação de nomes que constituirão a lista tripartite dos representantes da agricultura junto ao Conselho Nacional de Irrigação e Colonização.

74.ª SESSÃO — 30-6-54

Presentes os Srs. Iris Meinberg, Luiz Marques Pollano, Sílvia Echenique, Alberto Ravache, Cláudio Osório Nunes, Raul de Oliveira Santos, Amaro Cavalcanti, P. A. de Cerqueira Lima, Antonio Brandão, Humberto Moura, Kurt Repsold, João Maurício de Medeiros, Adamastor Lima, Soasivo Vieira da Silva e Manoel Demóstenes. Esteve presente o Dr. Raul de Oliveira Santos, Presidente da Companhia Nacional de Seguro Agrícola, que prestou aos ruralistas presentes as mais amplas informações a respeito da atividade futura da Companhia que dirige. Depois de discorrer sobre a organização administrativa da Companhia, o Sr. Raul Santos deteve-se no plano que em breve será posto em execução visando conceder à lavoura e criações nacionais os benefícios que há tanto reclamam. O Sr. Amaro Cavalcanti prestou homenagem a Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, que já em 1872 recomendava a adoção do seguro agrícola como meio de amparar a classe rural, medida essa logo depois reiterada na Conferência Aquino de Recife, promovida pela Sociedade Nacional de Agricultura em 1901 em colaboração com aquela Sociedade.

O Sr. Iris Meinberg pediu a inserção na ata de um voto de regosijo pela volta do Sr. Apolônio Sales à pasta da Agricultura, tendo ocasião de recordar os grandes serviços então prestados por Sr. Excm. A causa rural e formulando votos para que, nesta nova etapa, continue com o mesmo afim a trabalhar em prol de uma produção maior e melhor no país. O Sr. João Maurício secundou as palavras do Presidente, tendo este, a seguir, justificando a designação do Sr. Alberto Ravache para representar a Confederação junto à Comissão Consultiva do Galt, no Ministério da Fazenda.

Depois de uma referência minuciosa ao recente decreto do Executivo criando a Comissão de Aplicação dos Ágrios, o Sr. Iris Meinberg declarou que a Confederação se dirigirá imediatamente às Federações estaduais, pedindo-lhes a sua opinião a respeito, a fim de habilitá-lo, como membro nato que é da referida comissão, a exercer com inteira legitimidade a sua função em nome da classe. O Sr. Alberto Ravache observou que um ponto deve ser ressaltado a de que o governo prometeu fazer reformar os ágrios à agricultura e a sua promessa foi cumprida. Resta, agora, aplicar prática e utilmente essas grandes reservas, que atingem hoje a ordem de 11 bilhões de cruzados. O Sr. João Maurício disse que com esse ato do governo, a lavoura se acha de parabéns, com grandes horizontes abertas à sua frente. O Sr. Adamastor Lima deteve-se no aspecto propriamente técnico da lei, secundando entretanto a opinião dos seus antecessores. O Sr. Antonio Brandão, presidente da Associação Rural de Caxias do Maranhão, fala a respeito do movimento associativo no Estado, em especial no seu município, oferecendo à mesa uma fotografia da sede própria daquela entidade municipal.

Por fim, o Sr. Iris Meinberg se referiu à próxima Concentração Rural do Leste, a se realizar na Bahia a 24 e 25 de julho, oferecendo um breve

resumo do que foi a Concentração Rural do Sul, levada a efeito em Porto Alegre. Disse o Sr. Iris Meinberg que um ponto ficou bem patente como dificuldade mais premente do Rio Grande e de Santa Catarina: a falta de transporte agravada pela falta de armazenamento. Quanto a Santa Catarina, que reclamou os mesmos problemas, se resente da falta de assistência técnica. Quanto ao crédito, o Rio Grande vem pondo em prática, com êxito, a sua distribuição através acordos com o Banco do Brasil.

75.ª SESSÃO — 7-7-54

Presentes os Srs. Iris Meinberg, João Maurício de Medeiros, Kurt Repsold, Luiz Marques Pollano, Mário Isabel Tibirigá, Amaro Cavalcanti, P. A. de Cerqueira Lima, João Rocha de Souza, Alberto Ravache, Manoel Demóstenes, Soasivo Vieira da Silva, Olimpio Naves, Julio Ferreira da Silva, Humberto Moura e Sílvia Echenique.

O Sr. João Maurício propôs um voto de profundo pesar pelo falecimento do jornalista Costa Rego, a quem classificou de grande amigo dos agricultores.

O Sr. Cerqueira Lima, da Bahia, referiu-se às providências que estão sendo tomadas pela Federação do seu Estado para a Concentração Rural do Leste, a se realizar em 24 e 25 de julho em Salvador.

O Sr. Alberto Ravache tratou das relações comerciais entre o Brasil e o Japão, elogiando um trabalho a respeito organizado pela Seção respectiva do Itamarati. O Sr. Manoel Demóstenes, de Goiás, entende que tais trabalhos merecem maior divulgação, preconizando um mais íntimo entrosamento dos órgãos da classe com o Itamarati, a fim de sistematizar o nosso regime de trocas com o exterior.

O Sr. Iris Meinberg, presidente, leu o relatório do II Congresso Nacional Algodoeiro, a se realizar em Curitiba Novos, no Rio Grande do Norte.

A propósito do salário mínimo, o Sr. Meinberg declarou que a Confederação enviara às suas filiais nos Estados explicações detalhadas, sobretudo quanto aos descontos, a fim de que os homens do campo fiquem bem ao par da matéria.

Referiu-se depois à presença do Sr. João Coelho de Souza, presidente da Associação Rural de Canelas, no Rio Grande do Sul, louvando o seu trabalho no município quanto à implantação do crédito agrícola no local, em cooperação com o Banco do Brasil.

O Sr. Julio Ferreira, do Estado do Rio, pediu providências quanto a uma melhor distribuição dos resíduos de trigo que, disse, existem nos moinhos e no câmbio negro, mas não existe para as criações. O Sr. Ravache propôs a criação de uma comissão para estudar o assunto em todos os seus aspectos.

O Sr. Raul Cardoso, em nome da FARESP, fez um estudo do recente decreto que criou o CNAEL, declarando que o mesmo não havia sido bem recebido em São Paulo. Fez o elogio da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil que a seu ver se tem mantido até agora mais ou menos fora da política, sobretudo depois do seu último regulamentamento. Disse que a Confederação, em tempo, ofereceu ao Governo, sem resultado, sua colaboração na que toca a aplicação das sobras dos ágrios na recuperação da lavoura. Taxou de extravagante o decreto, sendo o Conselho, a seu ver, uma verdadeira autoridade monetária em matéria de crédito rural. A Carteira, com o novo órgão, ficou adstrita à ação do Conselho, que tem à sua frente uma missão altamente técnica, nula embora a sua constituição seja nitidamente política. Para exem-

pio, citou o fato de que dentre os 11 componentes do Conselho, apenas dois são da classe. Referiu-se também ao completo desconhecimento da lei quanto à organização da classe, através do decreto-lei 8.127. As associações ficaram à margem, enquanto se prevê a criação de missões rurais e casas da lavoura nos municípios.

O Sr. Alberto Ravache entende que a discussão é prematura, enquanto não forem recebidas as sugestões solicitadas às entidades de classe estaduais. O órgão está constituído, competindo à classe colaborar, para apalpar os senões que a prática não demonstrando. O Sr. Iris Meinberg endossou a opinião do Sr. Raul Cardoso, qual a de que o decreto tem fundo político. A seu ver, poderia ter prático, daí o núcleo do futuro Banco de Crédito Rural. Disse que as cooperativas existentes não seriam utilizadas na difusão desse crédito, mas apenas as que forem criadas sob o bafejo do CNAER. Também as associações rurais, e a rede bancária foram esquecidas. A seu ver, o decreto peca pelo gigantismo, e por isso fallará na prática. Falaram ainda apoiando a tese do Sr. Ravache os representantes de Golaz, Srs. Manoel Demóstenes e Soazivo Vieira da Silva. Ficou assim a matéria em pauta para futuras reuniões. Por fim o presidente designou a comissão da Confederação que comparecerá à Concentração Rural do Leste, encerrando a seguir a sessão.

76.ª SESSÃO — 11-7-51

Presentes os Srs. Iris Meinberg, João Maurício de Medeiros, Amaro Cavalcanti, Milton Freitas de Souza, Laudemiro Almeida, José S. Miranda, Antonio Brandão, Flávio da Costa Brito, Josephat Macedo, José de Albuquerque Lins, Sílvia da Cunha Echenique, Mario Izabel Tibiriçá, João Coelho de Souza, Alberto Ravache, Luiz Marques Poliano, J. M. Fonseca Lima, Soazivo Vieira da Silva, Manoel Demóstenes, Julio Pereira da Silva, Acácio Gomes e Humberto Moura.

Estavam presentes os componentes da Comissão que em nome dos agavecultores da Paraíba se encontra nesta Capital, a fim de reivindicar melhoria nos preços daquele produto, cuja cultura é de capital importância para o Estado, bastando dizer-se que ocupa uma área de 185.000 hectares, com 50.000 trabalhadores e 250.000 pessoas dependentes da atividade. Falou em nome da comissão, referindo-se especialmente ao lado econômico da questão, o Sr. Secretário da Agricultura do Estado, tendo a Confederação prometido todo o seu apoio em favor das medidas pleiteadas.

O Sr. Alberto Ravache estranhou que, numa época em que o país se encontra em crise de divisas, venha o SAPS cogitar de importação de mais de 6 milhões de dólares de manteiga, com grave detrimento, ainda, da produção nacional.

O Sr. Albuquerque Lins, de Minas, informou que em Juiz de Fora se reuniram os produtores de leite de Minas e do Estado do Rio, tendo chegado à conclusão de que é de todo impossível a atividade nas bases dos preços atuais. Refere-se à política de preços da COFAP, contrariando pareceres técnicos do Ministério da Agricultura, e declarando que ficou resolvido reivindicação de um preço mais adequado não só para o produtor, como para as usinas de beneficiamento. Referiu-se também às exigências feitas pelo Ministério da Agricultura em relação à remodelação das instalações de beneficiamento, e mostrando as dificuldades em que se encontram os produtores para realizá-la.

O Sr. Iris Meinberg comunicou que a Federação da Bahia solicitará o adiamento da Concentração Rural do Leste, em face de motivos julgados justos. Declarou que após a Conferência Algodoeira

de Currais Novos, aderação àquele certame, mantendo-se as datas de 6-7 de agosto para a Concentração do Centro, em Belo Horizonte.

O Presidente da Associação Rural de Caxias, no Maranhão, pediu a intercessão da Confederação junto à SUMOC no sentido de ser facilitada a importação dos machados americanos utilizados na quebra do babaçu.

O Sr. Milton Freitas de Souza propôs a instituição do Dia do Agricultor, que a maioria estabeleceu coincidiu com o Dia da Árvore, 21 de Setembro. Esse mesmo ruralista pediu a manifestação da Casa no que linge à extinção da COFAP, que a seu ver deverá ser de apólo à determinação presidencial e ao pronunciamento do Sr. Ministro da Fazenda, favorável à Idéia. A maioria votou pela extinção daquele órgão de tabelamento pelos prejuízos que acarreta à produção, desestabilizando-a. O Sr. Amaro Cavalcanti referiu-se ao jantar que será oferecido ao Dr. José Loureiro da Silva, diretor da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, elogiando a sua ação em benefício do agricultor e declarando que a Confederação deveria aderir à referida homenagem.

Ainda outros representantes usaram da palavra, encerrando-se a sessão às 12,30.

78.ª SESSÃO — 28-7-51

Presentes os Srs. Iris Meinberg, Clodirico Moreira, João Coelho de Souza, Soazivo Vieira da Silva, João Maurício de Medeiros, Milton Freitas de Souza, Alberto Ravache, Humberto Moura, Raul Cardoso, José Inácio de Miranda Pereira, Laudemiro Leite Almeida, Manoel Demóstenes, E. Telles Rudge, Sálvio Pacheco, Antonio Brandão, Benjamin Soares Cabello, Josephat Macedo, Ormeu Junqueira Botelho, José de Albuquerque Lins, Akayal dos Santos, Luiz Marques Poliano, Maria Isabel Tibiriçá, Kurt Repsold, Francisco Bastos França, Amaro Cavalcanti e Mario Pentendo de Paiva.

O Sr. Iris Meinberg, Presidente, declarou aberta a reunião. É lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando-se à leitura do expediente. Falaram sobre o discurso do Presidente da Associação Brasileira dos Exportadores, na ato de inauguração da entidade, os Srs. Alberto Ravache e Manoel Demóstenes, criticando o mesmo. Comunica o Sr. José Albuquerque Lins ter tomado posse na COFAP. É aprovado o envio de um telegrama ao Senador Othon Mader, por solicitação do Sr. Milton Freitas de Souza, em virtude de ter S. Excia. instado para que o Sr. Ministro da Fazenda levasse a efeito a extinção da COFAP. Ficou transcrita para 1.ª e 2.ª de setembro a Concentração Rural do Leste. O Sr. Presidente comunica a presença do Sr. Benjamin Cabello e lembra que o Sr. Ministro da Fazenda visitará a Confederação às 17 horas. São, então, feitas várias sugestões a serem apresentadas a S. Excia. As 12,45 horas, devido ao adiantado da hora, o Sr. Presidente encerra a reunião, convocando todos para a sessão da tarde. Em João Maurício, 1.º Secretário, lê-se a presente ata, da qual fazem parte integrante as respectivas notas taquígráficas, que, depois de lida e aprovada, será assinada na forma estatutária.

CONCENTRAÇÃO RURAL DO SUL

A delegação da Confederação Rural Brasileira que sob a presidência do Sr. Iris Meinberg chegou dia 17 de junho a Porto Alegre, foi recebida no aeroporto por toda a diretoria da Federação Rural local.

Após a reunião prévia, realizada à tarde, com a presença da representação de Santa Catarina, foi

oferecido pela Federação um jantar às delegações presentes.

Pela manhã do dia seguinte, com o comparecimento do Sr. representante do Governador do Estado, e de outras autoridades, reuniu-se a Concentração, sendo então traçado o programa dos trabalhos. A delegação de Santa Catarina ofereceu valiosa contribuição, destacando-se as suas objectivas indicações a respeito da assistência técnica, emprego de recursos na campanha da produção, convocação dos jovens nos meios rurais para o serviço militar, seguro agrícola, crédito rural, maquinaria, assistência técnica no setor da mecanização, sistema de comercialização da produção agrícola, triticultura, armazenamento.

O Presidente Iris Meinberg, após ser saudado pelos representantes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, disse que a visita da diretoria da Confederação ao Rio Grande do Sul era a repetição de outras já realizadas no Recife e em diversas partes do país. Outras regiões geo-econômicas receberão a mesma visita, com o fito de estabelecer contatos mais íntimos entre os homens do campo. Declarou que a principal tarefa dos atuais dirigentes dos órgãos de classe é a da formação de líderes, a fim de que a classe se fortaleça. Observou que não é ao governo que cabe dar orientação à classe, mas a esta, ao contrário, é que deverá competir a orientação a ser seguida pelos homens da administração. Informou por fim a respeito do roteiro traçado para os trabalhos preparatórios da III Conferência Rural, a se realizar em São Paulo, dizendo que o que a Confederação deseja é o levantamento de um balanço real da situação da Agricultura, a fim de que o conclave possa apresentar-se, durante e ao fim de seus trabalhos, aos nossos dirigentes, com dados irrefutáveis, decalçados na realidade agrícola nacional.

A tarde, após a reunião conjunta, no restaurante Renner, reuniu-se a delegação com o CEVI, entidade que pela sua organização, despertou entre os visitantes o mais vivo interesse, e quando então foram debatidos os mais diversos aspectos dos diversos setores da agricultura, do comércio e da indústria. Mais quatro reuniões plenárias se realizaram na sede da FORVAL, regressando a delegação no dia 19, após um trabalho intenso, em que não só a economia agrícola do Rio Grande do Sul foi amplamente estudada, mas também a do país.

Prosseguiram, a 19 e 20, os trabalhos da Concentração Rural do Sul, em Porto Alegre. As reuniões plenárias, sempre muito concorridas, contaram com o comparecimento de inúmeros representantes das associações rurais do Rio Grande e de Santa Catarina.

O representante da zona do Alto Taquari reclamou a questão do preço mínimo do feijão, que flutuou em Cr\$ 162,00 a saca, tendo sido ali vendido a 70 e menos, por falta do financiamento oficial. Disse ele que os lavradores vivem embalsados por esperanças e declarações favoráveis, mas a irresponsabilidade dos que prometem levam o desânimo ao homem do campo, sem transporte e sem o amparo do crédito. Referiu-se também ao desamparo em que vivem as associações rurais, que fundadas sob o bafejo de uma lei federal, dela quase nada recebem, e quando recebem é sempre tarde e com as maiores dificuldades burocráticas a vencer.

A questão da pecuária do Rio Grande do Sul mereceu dos presentes o mais amplo debate. O Presidente Iris Meinberg, que conduziu os trabalhos das várias reuniões plenárias, após a exposição do prof. Oscar Daudt Filho, e a exposição do ponto de vista do Cel. D. M. Riet, recolheu

todos os dados, transferindo para as 15 horas o prosseguimento da reunião, como de fato se verificou. Disse em resumo o Cel. D. M. Riet que o problema da pecuária do Rio Grande do Sul se cifra no problema da carne. Observou que apenas 20% da pecuária gaúcha estão nas mãos dos grandes estancieiros, sendo portanto vital para a economia do Estado cuidar-se do que ele considerou uma irritante injustiça, qual a da diferença do preço entre a carne no Brasil Central e no Rio Grande. Essa situação está levando o pecuarista do Rio Grande a arrendar suas terras aos homens da agricultura, principalmente do trigo, que paga melhor preço e por isso cria o interesse no abandono da pecuária. Estranhou que numa época em que tudo enchece somente ao produtor dos empusos se faz tabelamento enquanto este tem de pagar o preço que lhe exige a indústria e o comércio. Lembrou que enquanto o problema da escassez de carne é de todo o mundo, o trigo pode ser adquirido em muitas fontes externas. Isso mostra disse ele que chegaremos também ao ponto de ter de importar carne sem ter de onde.

O problema continuou em debate, tendo também falado o Presidente do Instituto Sul Riograndense de Carnes. Deteve-se na questão da diferença do preço da carne entre o Rio Grande e outros Estados, inclusive Santa Catarina, que o tem maior, caso esse extensivo à Bahia, que é tabelada na Capital da República pela COFAP. Observou a situação sob vários aspectos, tendo afinal sido resolvido que a Confederação pletiasse junto a quem de direito uma certa metragem nos frigoríficos do Distrito Federal para as carnes do Rio Grande, a fim de que o Estado possa concorrer no mercado carioca. Foi também cogitada a criação de uma taxa especial que possibilite a exportação para o estrangeiro. A questão do tabelamento foi a que mais prendeu a atenção dos presentes, sendo unânime a crítica aos órgãos do tabelamento, cuja extinção todos aplaudiram entusiasticamente.

CONCENTRAÇÃO RURAL DO NORDESTE

Reuniu-se em Recife, a 9 de junho último este certame. As 9,45 horas tiveram início os trabalhos da primeira Concentração Rural do Nordeste, conclave promovido pela Federação das Associações Rurais de Pernambuco (FAREP).

Constituíram a mesa, os Srs. Deputado Iris Meinberg, presidente da Confederação Rural Brasileira; Lauro Borba, presidente da FAREP; Josaphat Macedo, presidente da FADEM; Benedito da Silveira Continho, presidente da Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, e Arnóbio Rosas de Faria Nobre, gerente do Banco do Brasil em Recife, representando os Srs. Marcos de Souza Dantas e Adão Pereira de Freitas, respectivamente presidente e diretor da Carteira Comercial do referido instituto de crédito. A assistência foi numerosa, vindo-se autoridades, jornalistas e delegados de todos os Estados do Nordeste.

O Sr. Teles Gouveia, presidente da FAREC, referiu-se às causas do pauperismo do Nordeste, afirmando que ele não decorre exclusivamente da seca, mas de condições outras que devem ser atendidas. Os Srs. Laudemiro Leite, da Paraíba, Lauro Pires Xavier, José Inácio Miranda, Lauro Borba e outros intervêm nos debates, sendo por fim aprovadas as seguintes proposições:

1.ª) que as associações rurais do Nordeste, tendo em vista os aspectos peculiares da economia regional, das crises climáticas locais que reclamam corretivos não apenas técnicos-hidráulicos mas econômicos-sociais, patrocinem modificações substanciais na sistemática do trabalho agrícola, intervindo na organização de parcerias, colônias,

granjas e fazendas, onde se assegure justa retribuição aos proprietários de terra e se faça participar o trabalhador dos lucros de empresas agrícolas independentemente de salários compatíveis com o trabalho produzido; 2.º) que as associações rurais orientem tecnicamente em casos específicos, a exploração coletiva de terras devolutas ou de terras expropriadas e preferentemente de grandes propriedades regulando a organização de tais unidades segundo as exigências da técnica e recursos modernos.

A expressão "exploração coletiva" deu motivo a uma explicação do presidente dos trabalhos, deputado Irls Meinberg, estabelecendo que, no caso, se trata de "cooperativismo", evitando-se assim confusões com tratos de terras alheias em regimes incompatíveis com nosso sistema de governo. O Sr. Raul Cardoso que votou contra a ex-

propriação pelo custo histórico, na Comissão de Política Agrária, prestou informações detalhadas a respeito do trabalho realizado pela referida comissão e encaminhado ao governo. O Sr. Meinberg, a seguir, submete à consideração dos presentes o esboço do temário da III Conferência Rural a se realizar em São Paulo, bem como o roteiro do relatório que cada Federação deverá realizar para estudos preliminares daquele conclave.

A sessão encerrou-se às 12 horas para que os delegados e convidados participassem de um almoço oferecido no Horto Florestal, pelo Secretário da Agricultura, Sr. Eudes Souza Leão. A noite, houve o encerramento solene da Concentração, ouvindo-se vários oradores, dentre eles os Srs. Lauro Borha, Irls Meinberg, Eudes Souza Leão e outros.

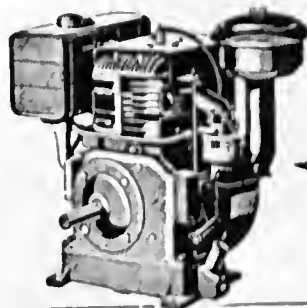
PARA O CAMPO, MOTORES:

BRIGGS & STRATTON

a fonte de potência preferida em todo o mundo!

DE 1 a 8 HP

a gasolina, para fins industriais e acionamento de Geradores, Bombas, e máquinas agrícolas.



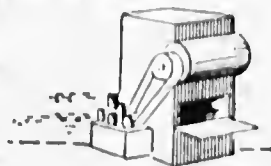
Grupos Geradores



Bombeamento



Máquinas Agrícolas



Borghoff S.A.

RIO DE JANEIRO
Rua Riachuelo, 243
SÃO PAULO
Av. Gal. Ottonio da Silveira, 63

Voga Publicidade

AGRICULTURA MAIS INDÚSTRIA

(Conferência realizada na Escola do Estado-Maior do Exército em abril de 1953, pelo dr. Edgard Teixeira Leite)

Em um magnífico folheto de 35 páginas, foi dada publicidade à oportuna e interessante conferência que o eminente membro do Conselho Nacional de Economia, dr. Edgard Teixeira Leite, pronunciou em abril do ano passado, na Escola de Estado-Maior do Exército.

O ilustre conferencista, que é vice-presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, abordou, com a grande autoridade que todos lhe reconhecem, um dos mais palpitantes problemas da economia nacional.

Subordinada ao tema "Agricultura mais indústria", a sua conferência perante as nossas mais altas autoridades militares foi mais uma demonstração dos profundos conhecimentos especializados e do elevado patriotismo de quem, na administração pública, no parlamento e em entidades privadas, tem sempre estudado com especial carinho os nossos mais relevantes problemas de economia, especialmente os relacionados com a economia rural.

Trata-se, sem dúvida, de um magnífico trabalho que precisa e deve ser lido por todos quantos se interessam por esses assuntos, pois é fruto de longos anos de estudos e pesquisas do autor no setor de nossa economia.

Inicialmente, fez o conferencista um bosquejo histórico do desenvolvimento da agricultura e da indústria em nosso país, terminando por demonstrar que "na agricultura, tomada no seu amplo sentido, reside a infra-estrutura econômica da nação."

Da mesma maneira convincente, mostrou a seguir, que "a modernização rural do país está na mais estreita dependência de sua industrialização", pois é a indústria que fornece produtos básicos para o desenvolvimento agrícola do país: máquinas, ferramentas, inseticidas, adubos, etc.

Com argumentos seguros e com conhecimentos profundos da realidade nacional mostra que "apesar de constituir o nosso mer-

cado interno o escoadouro de nossa produção, é ele ainda de uma grande debilidade”, salientando as medidas que devem ser postas em prática visando fortalecer o nosso mercado interno, que oferece amplas perspectivas para o desenvolvimento agrícola e industrial do país.

Com dados concretos e com argumentos seguros, demonstra que, não “constituem a indústria e o exército os responsáveis pela escassez de braços para a lavoura, isto é, pelo êxodo rural.”

Outros fatores, outras causas, determinam as “migrações internas.”

Finalmente, após um longo e minucioso estudo que revela profundo conhecimento de causa e pesquisas objetivas e bem orientadas, terminou o ilustre conferencista equacionando os nossos problemas econômicos em uma soma de valores “Agricultura mais indústria”, que tão sugestivamente foi o tema da conferência.

Pela sua grande oportunidade, transcrevemos adiante as conclusões do magnífico trabalho do eminente membro da diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura, para que elas sejam lidas e meditadas por todos quanto têm responsabilidades nos destinos da economia nacional.

São elas as seguintes:

a) A disputa entre o destino agrícola e o destino industrial do Brasil é uma tese superada;

b) O Brasil tem de ser uma nação industrializada, no mais alto grau, inclusive por motivos de defesa nacional;

c) O Brasil só poderá atingir a um grau elevado de industrialização, quando tiver um grande, rico e bem organizado mercado interno;

d) A organização deste mercado está na mais estreita dependência da retaguarda econômica, que é uma agricultura de alta produtividade;

e) Para atingir a este objetivo, tem que ser combatida a rotina, isto é, criada uma agricultura industrializada;

f) Agricultura industrializada importa no apoio, cada vez maior de uma indústria organizada e diversificada, capaz de atender às múltiplas exigências da técnica em material e produtos;

g) Sem agricultura industrializada e indústria altamente desenvolvida, não poderá nossa pátria atingir sua plena emancipação econômica.

GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Diretor Técnico do S. N. A.

SINDICALIZAÇÃO RURAL

PARECER DO DR. ADMASTOR LIMA

Ordem econômica brasileira — Empresa Privada e a Intervenção do Estado — Sindicalização Rural (Decreto-lei n.º 7.038, de 10/11/944) — Organização da Vida Rural (Decreto-lei n.º 8.127, de 24/10/945) — Sindicatos e suas prerrogativas, as Federações e Confederações — Associações Rurais, Federações das Associações Rurais (as Par...) e Confederações Rural Brasileira e respectivas finalidades — O Decreto-lei n.º 8.127, de 24/10/945, regulamentado pelo Decreto n.º 19.882, de 24 de outubro de 1945 — Lei de Introdução do Código Civil (Art. 1.º § 2.º) — Lei da Sindicalização Rural e sua revogação parcial — Constituição de 46 — Conclusões.

1 — A ordem econômica brasileira está baseada, essencialmente, nos Arts. 145 e 146 da Constituição Federal. Tais dispositivos são os seguintes:

"Art. 145 — A ordem econômica deve ser organizada conforme os princípios da justiça social, conciliando a liberdade de iniciativa com a valorização do trabalho humano.

Parágrafo Único — A todos é assegurado trabalho que possibilite existência digna. O trabalho é obrigação social".

"Art. 146 — A União poderá, mediante lei especial, intervir no domínio econômico e monopolizar, determinada indústria ou atividade. A intervenção terá por base o interesse público e por limite os direitos fundamentais assegurados nesta constituição".

2 — Pelo primeiro desses dispositivos, vê-se que estão na base da ordem econômica brasileira a iniciativa, o trabalho valorizado e a dignidade humana e é por estes dois últimos objetivos que se demonstra que a Constituição consagrou, na ordem econômica, a intervenção do Estado.

Essa intervenção se faz, portanto, normal

permanentemente. Por essa primeira forma — normal e permanente — tem-se em vista a valorização do trabalho e a dignidade do trabalhador.

O Artigo 146 dispõe sobre a intervenção especial, estabelecendo as respectivas regras. Aliás, a Constituição mesma, quanto a essas matérias, desceu a detalhes e no Título V, em que temos os transcritos Arts. 145 e 146, está o Art. 157, cujo corpo é o seguinte:

"Art. 157 — A legislação do trabalho e a da previdência social obedecerão aos seguintes preceitos, além de outros que visem à melhoria da condição dos trabalhadores".

Assim, por outras palavras, o Estado intervém na Empresa Privada (que é expressão material da iniciativa livre) para regular, de modo geral e uniforme, as relações do empregador com os seus colaboradores ou empregados.

É uma intervenção moral, de caráter jurídico.

3 — A Constituição Federal, além desses transcritos dispositivos, tem o

Art. 159 — É livre a associação profissional ou sindical, sendo reguladas por lei a forma da sua constituição, a sua representação, legal nas convenções coletivas do trabalho e o exercício de funções delegadas pelo poder público".

Dessarte, a mencionada intervenção — que se traduz na legislação trabalhista e na legislação previdencial — conta, para a sua efetivação, com as associações profissionais e as associações sindicais ou sindicatos.

As referidas legislações já existiam quando foi promulgada a Constituição de 18 de setembro de 1946.

4 — Interessa-nos agora, destacadamente, o direito de associação, do qual — como, pelo Art. 159, acaba de ser visto — a asso-

ciação sindical e a associação profissional são manifestações específicas.

A nossa Carta Constitucional declara:

"Art. 141 — A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 12 — É garantida a liberdade de associação para fins lícitos. Nenhuma associação poderá ser compulsoriamente dissolvida senão em virtude de sentença judicial."

Da iniciativa livre — uma das bases da ordem econômica brasileira, como procuramos demonstrar no item 1 deste Parecer — à uma consequência lógica, quicá a mais importante, o direito de associação.

Muito haveríamos de escrever ainda, mas o que já afirmamos deve bastar para pôr de manifesto que vivemos num Estado de Direito. Isto é, numa Nação cuja vida se desenvolve com as seguranças jurídicas que a Constituição consagra (Art. 144) e as leis especificam.

5 — A Constituição republicana de 1937 — posto que outorgada como a Imperial de 1824 — também gizou um Estado de Direito e lhe procurou dar expressão.

6 — No tocante aos princípios básicos de ordem econômica, estavam fora de dúvida a valorização do trabalho e a dignificação humana.

Com esse empenho, tivemos, em 1.º de maio de 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho. Dezotto meses depois, isto é, em 10 de novembro de 1944, foi assinado o Decreto-lei n.º 7.038, dispondo sobre a Sindicalização Rural o qual — em seus trinta artigos — traçou as linhas gerais do que chamou a "associação sindical", e dispôs:

"Art. 29 — O Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio expedirá as instruções que se tornem necessárias para a execução do presente Decreto-lei, assim como decidirá sobre as dúvidas suscitadas ou omissões".

Essas instruções não foram elaboradas e, consequentemente, a Lei de Sindicalização Rural não foi aplicada.

7 — Dois outros Decretos-leis, de importância para o assunto, foram conhecidos:

— o Decreto-lei n.º 7.449, de 9 de abril de 1945 (Com a ementa — "Dispõe sobre a organização da vida rural");

— o Decreto-lei n.º 8.127, de 24 de outubro de 1945 (Com a ementa — Altera e dá nova redação no Decreto-lei n.º 7.449 de 9 de abril de 1945, que dispõe sobre a organização da vida rural).

8 — Ante o Decreto-lei n.º 7.038, de 10 de novembro de 1944, e esses dois Decretos-leis de 1945, aos quais o ante-lor item deste Parecer se refere — cumpre ver se o primeiro sobreviveu aos dois últimos, considerando, ainda, o advento, em 18 de setembro de 1945, da Constituição atual.

9 — O aludido escôpo — que é a sobrevivência do Decreto-lei n.º 7.038, de 1944 — leva-nos a notar, inicialmente, que este diploma legal se destinou a empregadores e empregados, consoante o seu

"Art. 1.º — É lícito a associação para fins de estudo, defesa e coordenação de seus interesses econômicos e profissionais, de todos os que, como empregadores ou empregados, exerçam atividades ou profissão rural".

"Art. 2.º — Exerce profissão rural, como empregador ou como empregado, quem explora estabelecimento rural ou presta-lhe serviços como dirigente, parceiro, auxiliar, empregado, colono, agregado ou assalariado".

Está fora de dúvida, pois, que o Decreto-lei em apreço previu uma sindicalização rural de empregadores e de empregados rurais e, para tornar isso bem claro, o transcritor Art. 1.º teve, até o

§ 3.º — Estabelecida a diferenciação da atividade dos empregadores, poderão seus empregados congregar-se em entidade profissional de categoria específica paratela".

Começa por aí o conflito entre os mencionados Decretos-leis.

Há que indagar, porém, dos sindicatos, os direitos. E, para isso, basta transcrever o

"Art. 3.º — São prerrogativas dos sindicatos:

- a) representar perante as autoridades administrativas e judiciais os interesses gerais das categorias ou profissões para que foram constituídos ou os interesses individuais dos associados relativos a atividade ou profissão exercida;
- b) celebrar contratos coletivos de trabalhos;
- c) eleger os representantes das categorias ou profissões que representa na base territorial;
- d) colaborar com o Estado, como órgão técnico e consultivo, no estudo e solução dos problemas que se relacionem com as categorias ou profissões representadas;
- e) impôr contribuições a todos aqueles que participem das categorias ou profissões rurais representadas;

- f) promover a coordenação de seus associados para a realização do seguro rural de acidentes do trabalho.

E, quanto às obrigações, o

"Art. 4.º — São deveres dos sindicatos:

- a) colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social;
- b) manter serviços de assistência para seus associados;
- c) promover a conciliação nos dissídios do trabalho;
- d) promover a criação das cooperativas para as categorias representadas;
- e) fundar e manter escolas de alfabetização e "pre-vocacionais".

No Capítulo II — Da reconhecimento e investidura sindical — o Art. 6.º, onde ficou previsto que o sindicato seria reconhecido pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, diz o

"§ 2.º — O processo de reconhecimento será regulado em instruções expedidas pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio".

No Capítulo III — Das associações sindicais de grau superior veio o

"Art. 8.º — Constituem associações de grau superior as Federações e as Confederações, organizadas nos termos desta Lei.

§ 1.º — Poderão se organizar em Federação sindicatos em número não inferior a cinco, preferencialmente exercendo atividades ou profissões rurais idênticas, similares ou conexas.

§ 2.º — A Confederação Nacional de Agricultura será constituída de, pelo menos, três Federações, havendo uma Confederação de empregados e outra de empregadores.

§ 3.º — A carta de reconhecimento das Federações, será expedida pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, nela sendo especificada a coordenação das atividades ou profissões conferida e mencionada a base territorial outorgada.

§ 4.º — O reconhecimento da Confederação será feito por decreto da Presidente da República".

O Capítulo IV — Da gestão financeira do sindicato e sua fiscalização — do Art. 11 ao 14, referiu, genericamente, as "Associações Sindicais Rurais" (Art. 11) compreensivas dos Sindicatos, Federações e Confederação (Arts. 12, 13 e 14).

O Capítulo V — Disposição gerais — falando em "entidades sindicais rurais" (Arts.

15, 17, 19, 21, 26 e 27), manteve a generalização, que acaba de ser frisada, e deu ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio competência para expedir "instruções regulando a organização da administração das entidades sindicais rurais", assim como para aprovar "o estatuto padrão a que as mesmas obedecerão, ressalvadas as respectivas peculiaridades".

Convém pôr em relevo, também, o

"Art. 20 — O Presidente da República, mediante proposta do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, onvindo o Ministério da Agricultura, fundado em razões de utilidade pública, poderá conceder, por decreto, às associações civis constituídas para a defesa e coordenação de interesses econômicos e profissionais a prerrogativa da alínea "d" do Art. 3.º do Capítulo I (neste Parecer transcrito) sem prejuízo de outras delegações que julgue conveniente outorgar.

Parágrafo Único — Inelativa da medida acima prevista poderá ser exercida também pelo Ministério da Agricultura onvindo o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Finalmente, determinou o

"Art. 23 — As expressões "Federação" e "Confederação", segundas da designação da atividade ou profissão rural respectiva, constituem denominações privativas das entidades sindicais rurais de grau superior".

10 — Estava assinado o Decreto-Lei n.º 7.038, de 10/11/944, havia cinco (5) meses, quando surgiu o já referido Decreto-Lei n.º 7.449, de 9 de abril de 1945, dispondo sobre a "organização da vida rural", cuja matéria foi reproduzida, com alterações várias, no Decreto-Lei n.º 8.127, de 24 de outubro de 1945.

Esta Lei, declara, logo no

"Art. 1.º — Cada Município terá uma Associação Rural, de que poderão fazer parte as pessoas naturais ou jurídicas que exercem profissionalmente atividades rurais, em qualquer de suas formas, agrícola, extrativa, pastoril ou industrial, e também os técnicos ligados a essas atividades.

§ 1.º — Para os efeitos deste Decreto-Lei, é considerado no exercício da profissão rural todo aquele que for proprietário, arrendatário ou parceiro de estabelecimento rural.

§ 2.º — Estabelecimento rural é o imóvel destinado ao cultivo da terra, à extração de matérias primas de origem animal e vegetal, à criação, à recreação, à hibernagem ou engorda de animais e à industrialização conexa ou acessória dos produtos derivados dessas atividades".

Esse e os quatro (4) artigos seguintes, fixando as realidades locais, traçaram, para a vida rural brasileira, um esquema que se afirmou no Capítulo I — Da organização rural — onde constam o

"Art. 6.º — As pessoas naturais ou jurídicas que se dedicam as atividades rurais, contarão, para sua organização, com as seguintes instituições:

- a) Associações Rurais, que a este Decreto-lei se adaptarem ou em virtude dele forem criadas;
- b) Federação das Associações Rurais e
- c) Confederação Rural Brasileira.

Parágrafo Único — A sede das Associações será onde o Município tiver o seu governo, salvo o caso do parágrafo terceiro do artigo primeiro a das Federações no Distrito Federal nas capitais dos Estados e dos Territórios Federais e da Confederação Rural Brasileira, na Capital da República".

"Art. 8.º — As Federações das Associações Rurais terão área territorial correspondente à dos Estados ou dos Territórios Federais respectivos".

"Art. 9.º — A Confederação Rural Brasileira exercerá a sua atividade em qualquer ponto do país".

O Capítulo II — Das finalidades — compõe-se dos Arts. 17 a 20, cuja importância obriga à sua transcrição integral:

"Art. 17 — As associações rurais, reconhecidas nos termos deste Decreto-lei, órgãos de defesa, representação e técnicos consultivos do governo municipal, e, por intermédio dos seus órgãos superiores, dos Estados, dos Territórios Federais e do Governo Federal as seguintes atribuições:

- a) congregar em seu seio todos os que se dediquem à lavoura, à pecuária e às indústrias rurais, inclusive extrativas de origem animal e vegetal;
- b) colaborar com os poderes públicos no sentido do fortalecimento do espírito entre os que exerçam atividades rurais;
- c) articular os elementos da classe rural a fim de promover a defesa dos seus direitos e interesses e realizar as suas aspirações, bem como o progresso e o aprimoramento da agricultura;
- d) manter, com as congêneres, relações de cordialidade e cooperação;
- e) manter um centro de informações sobre a vida agro-pecuária do município;
- f) instalar e manter, sempre que possível em edifício próprio, a "casa Rural de" (segue-se o nome do Município), para sede social;
- g) manter serviços de assistência técnica,

ca, econômica e social em benefício dos sócios;

- h) sustentar e defender perante a Federação os interesses e aspirações de seus sócios;
- i) prestar as informações que lhe forem solicitadas pelas repartições municipais, estaduais, territoriais ou federais;
- j) difundir noções de higiene, visando principalmente a melhoria das condições de meio rural;
- k) promover o ensino profissional de interesse agro-pecuário diretamente ou em cooperação com os órgãos oficiais;
- l) organizar museus ou exposições permanentes dos tipos padrões dos produtos locais de expressão econômica;
- m) pugnar pela aplicação das medidas relativas à padronização e à classificação dos produtos agro-pecuários;
- n) colaborar na aplicação das leis atinentes à vida rural;
- o) auxiliar ou executar, quando devidamente credenciada, serviços oficiais estatísticos;
- p) organizar serviços de arbitragem nos meios rurais e, bem assim, de avaliações e peritagens, respeitada a legislação em vigor;
- q) executar, se essa tarefa lhe for cometida, serviços de controle leiteiro e de registro genealógico;
- r) estimular a economia de seus sócios, favorecendo a aquisição da propriedade rural, e promovendo a constituição e desenvolvimento de cooperativas que realizem a defesa dos seus interesses econômicos;
- s) realizar, periodicamente, com a assistência do governo, exposições agro-pecuárias distritais, municipais ou regionais;
- t) desempenhar atribuições que, por intermédio de seus órgãos superiores, lhe forem delegadas pelo poder público".

Art. 18 — As Federações das Associações Rurais, reconhecidas nos termos deste Decreto-lei, órgãos de defesa, representação e técnico-consultivo do Governo do Estado, Território, órgão de defesa, representação e técnico, terão as atribuições seguintes:

- a) colaborar no estudo e solução dos problemas atinentes à vida rural;
- b) articular as associações rurais do Estado ou do Território Federal respectivo, promovendo entre elas entendimento e efetiva colaboração;
- c) orientar as atividades das associações rurais dentro das diretrizes estabelecidas de conformidade com os interesses econômicos gerais da unidade federativa;
- d) cooperar para a efetivação no Estado, no Território Federal ou em determi-

nada região, dos planos econômicos indicados pela Confederação Rural Brasileira;

- e) pleitear os direitos e interesses da classe rural;
- f) estudar e sugerir aos governos locais e, por intermédio da Confederação Rural Brasileira, ao Governo Federal, as medidas consideradas necessárias, ao desenvolvimento agropecuário do Estado ou do Território;
- g) organizar um centro de informações sobre a vida agropecuária do Estado ou do Território;
- h) instalar e manter, sempre que possível, em edifício próprio, a "Casa Rural de" (Segue-se o nome do Estado ou do Território), para sede social;
- i) orientar e promover a organização da associação rurais;
- j) dirimir e resolver as questões que se suscitarem entre as associações rurais;
- l) promover a realização de congressos e exposições agropecuárias.

Art. 19 — A Confederação Rural Brasileira, instalada e reconhecida, nos termos deste Decreto-lei, Órgão de defesa, representação e técnico consultivo do Governo Federal, terá as seguintes atribuições:

- a) colaborar no estudo e solução dos problemas referentes a vida rural do país;
- b) promover entendimento entre as federações;
- c) pleitear os direitos e interesses da classe rural;
- d) estudar as medidas necessárias ao desenvolvimento e à prosperidade da lavoura, da pecuária e das indústrias rurais, e sugeridas aos poderes públicos, pugnando pela sua adoção;
- e) promover e realizar congressos e exposições nacionais;
- f) interessar-se pela representação nacional nos certames internacionais;
- g) realizar e, quando for o caso, particular de representação nacional em conferência e congressos internacionais;
- h) adotar e fazer adotar pelas Federações das Associações Rurais e pelas Associações Rurais as medidas que interessem as atividades rurais;
- i) criar um centro de informações sobre a vida rural do país;
- j) auxiliar as Federações e, por intermédio destas, as Associações Rurais em todos os seus empreendimentos;
- l) resolver as questões que surgirem entre as Federações e, em grau de recursos, entre estas e as Associações rurais.

Art. 20 — As associações rurais, as instituições especializadas, as Federações das Associações Rurais ou as entidades investidas das

suas funções e prerrogativas e a Confederação Rural Brasileira poderão receber delegação dos governos municipais, territoriais, estaduais e do Governo Federal para, mediante acordos ou convênios, executarem serviços especiais.

O Capítulo III — Do Patrimônio — não encerra, para este Parecer, interesse especial. O Decreto-lei n.º 7.449, de 9/4/45, havia prescrito no

"Art. 13 — O Presidente da República nomeará uma comissão de cinco (5) membros para, dentro de sessenta (60) dias, elaborar o Regulamento deste Decreto-lei e entregá-lo ao Ministro da Agricultura".

O Capítulo V do Decreto-lei n.º 8.127, de 24/10/45 — Das Disposições Gerais — por isso, teve o

"Art. 24 — Fica mantida a comissão nomeada, nos termos do Art. 13 do Decreto-lei n.º 7.449, de 9 de abril de 1945, e investida de poderes para promover a fundação das entidades de que trata este Decreto-lei, até que se instale a Confederação Rural Brasileira.

Neste Capítulo V, impõe-se, com destaque indissociável, o

"Art. 26 — As dúvidas a que este Decreto-lei der lugar serão resolvidas, mediante consulta, pelo Ministro da Agricultura".

II — O Regulamento previsto foi assinado, na mesma data, alás — Decreto n.º 19.882, de 24 de outubro de 1945 — e nele constou, igualmente:

"Art. 55 — Os casos omissos ou de dúvida, na execução deste Regulamento e da Lei que o motiva serão resolvidos em instância superior pelo Ministro da Agricultura".

12 — Em o item 9 deste Parecer, ficou patente — pelas transcrições feitas — que a sindicalização rural do Decreto-lei n.º 7.038, de 10 de novembro de 1944, era facultada "é lícita" — dis o texto, tanto a empregadores como a empregados.

E, no mesmo dispositivo (Art. 1.º), foi afirmado — o que em verdade é notório — que o sindicato é uma espécie de associação profissional.

Do Decreto-lei n.º 8.127, de 24 de outubro de 1945, o texto igualmente transcrito (Art. 1.º) evidencia, por seu turno, que ele dispõe, também, sobre uma espécie de associação profissional, a dos "que exercem profissionalmente atividades rurais".

Mas aquele Decreto-lei, tanto se referiu à profissões de empregados como de emprega-

dores e este cogitou apenas de empregadores.

E tanto assim é que o Decreto-lei n.º 7.449, de 3/4/1945, só tratará como em exercício de profissão rural, aquele que fôrse "tecnicamente proprietário de estabelecimento rural", (Art. 1.º, § 1.º) tendo o que ora analisamos (Dec. lei n.º 8.127, de 24/10/45) feito as alterações, incluindo "arrendatário ou parceiro". (Art. 1.º, § 1.º).

Mas é mister notar que o Projeto de Código Rural, elaborado por uma comissão de que tivemos a honra de fazer parte, havia sido concluído em 21 de Dezembro de 1942, e só, nessa data, entregue ao Governo Federal, estando em tal Projeto disciplinada a Parceria Agrícola (Art. 48, a Art. 58) e a Parceria Pecuniária (Art. 153 a Art. 160), tendo ficado tais contratos devidamente disciplinados e isso com tanta vantagem para o parceiro que no Art. 155, chegou a ser escrito:

"Art. 155 — O parceiro-proprietário substituirá por outros, no caso de evicção os animais evictos".

E nem se pretenda que, em tais sociedades, se enfraqueciam demasiadamente as linhas formadas dessas pessoas jurídicas, pois a Lei de Falências vigente (Decreto-lei n.º 7.661, de 21 de junho de 1945), dispõe em seu

"Art. 5.º — Os sócios solidário e ilimitadamente responsáveis pelas obrigações sociais não são attingidos pela falência da sociedade, mas ficam sujeitos aos demais efeitos jurídicos que a sentença declaratória produz em relação à sociedade falida. Aos mesmos sócios, na falta de disposição especial desta lei, são extensivos todos os direitos e, sob as mesmas penas, todas as obrigações que cabem ao devedor ou falido".

Não seria, portanto, entranhável — e estranho não deve ser que o Decreto-lei n.º 8.127, de 24/10/1945, para os seus efeitos, "para os efeitos deste Decreto-lei" (§ 1.º do Art. 1.º) equiparasse ao proprietário o parceiro ou arrendatário.

É oportuno recordar que os dois mencionados contratos de parceria, posto que sem a autonomia que lhes deu a aludido projeto, já existem, são leis, pois estão disciplinados no Código Civil, em seus Arts. 1.410 a 1.415, e 1.416 a 1.423.

Completando o sentido da Lei (mens legis), o dito Decreto-lei n.º 8.127, de 24/10/1945, logo no Art. 1.º, em seu § 2.º, define o que é estabelecimento rural.

O único excesso — se assim podemos dizer — é que já vinha, antes, do Decreto-lei n.º 7.449, de 9/4/1945, foi a assentação aos proprietários dos "técnicos ligados a essas atividades" (Art. 1.º).

Cabe isso, porém, no indispensável arbítrio de quem legisla, empenhado, frequentemente, em colocar em rígidos esquemas, para fins predeterminados, realidades que a vida

parece armar como advertência a natureza abstrativa das construções legais.

Nesse Decreto-lei n.º 8.127, de 24 de outubro de 1945, tudo pois, convence de que ele só cogitou de empregadores. Nessa Lei, em seus vinte e sete (27) artigos, a palavra Empregado não aparece uma única vez, nem mesmo como... adjetivo...

É, pois, incabível que a classe rural que aparece no Art. 17, alínea "c"; no Art. 18, alínea "c"; e Art. 19, alínea "c"; é a classe rural constituída pelos... empregadores.

13 — O Decreto-lei n.º 7.038, de 10/11/1944, teve o seu Art. 23 — que reservado a expressão "Confederação" para os órgãos máximos de sindicalização, revogado pelo Decreto-lei n.º 7.449, de 9 de abril de 1945.

14 — Buscando — para responder à consulta formulada — os devidos elementos jurídicos, somos levados à Lei de Introdução do Código Civil (Decreto-lei n.º 1.657, de 4 de setembro de 1942), onde está, no Art. 2.º:

§ 1.º — A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

Temos como evidente que a associação para fins profissionais em sindicato admitida pelo Decreto-lei n.º 7.038, de 10 de novembro de 1944 (Art. 1.º, é incompatível com a associação profissional determinada pelo Decreto-lei n.º 8.127, de 24 de outubro de 1945, (Art. 1.º e 5.º).

Assim, nos termos transcritos, da Lei de Introdução, a incompatibilidade se resolve em favor da lei posterior.

15 — Esse dispositivo da Lei de Introdução assinala bem que, em circunstâncias tais, devemos considerar a matéria legislada.

Dessarte, prejudicado o Decreto-lei n.º 7.038, de 10 de novembro de 1944, na parte relativa aos empregadores, pois só deste cogita a lei posterior em apreço, não o foi, totalmente, quanto aos empregados.

Lançamos aí o advérbio totalmente por que, em parte ele o foi.

É fácil demonstrá-lo.

A nossa organização sindical tem como uma das suas maiores, talvez a sua possibilidade a celebração das convenções coletivas de trabalho (Constituição de 46, art. 159), às quais a Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943) define:

"Art. 161 — Contrato coletivo de trabalho é o convênio de caráter normativo pelo qual dois ou mais sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam no âmbito da respectiva representação".

E foi por isso e para isso que o Decreto-lei n.º 7.038, de 10 de novembro de 1944,

Incluídos entre as prerrogativas dos sindicatos rurais, "celebrar contratos coletivos de trabalho". Art. 3.º, letra "b").

Mais, ainda. Tal Decreto-lei de 1944 prescreveu, em seu Art. 1.º:

"§ 3.º — Estabelecida a diferenciação de atividade dos empregadores, poderão seus empregados congregar-se em entidade profissional de categoria específica paralela".

É obvio que, subsistindo apenas a sindicalização dos empregadores, o respectivo Decreto-lei há de sofrer, para a sua aplicação, as amputações de todos os dispositivos que exigem a existência de sindicatos de empregadores.

16 — E não podemos considerar que o advento da Constituição de 46, com o seu Art. 159, revigorou tais dispositivos.

As transformações que acabamos de expor se passaram entre 1944 e 1945 e a Lei de Introdução, de 1942, dispõe, no Art. 2.º:

"§ 3.º — Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência".

Na espécie, dispositivos do Decreto-lei n.º 7.038, de 10 de novembro de 1944, foram — consoante vimos — revogados pelos Decretos-leis n.º 7.449, de 9 de abril de 1945 e n.º 8.127, de 24 de outubro de 1945. Ainda que este último Decreto-lei tivesse ficado revogado pela Constituição de 46 — o que não se deu, pois como procuramos assinalar em o

item 4 deste Parecer, o direito de associação é pedra angular do regime que possuímos — ainda que o Decreto-lei n.º 8.127 de 24 de outubro de 1945, houvesse perdido a vigência, esse parágrafo, que acabamos de transcrever, impediria que os dispositivos da Lei de Sindicalização Rural aplicáveis aos Empregadores Rurais fôssem restaurados.

17 — Pelo exposto, respondemos:

"1.º) A Constituição de 46 consagrou um regime democrático que assenta na inelutativa livre, no trabalho valorizando e na dignificação humana.

"2.º) O Decreto-lei n.º 7.038, de 10 de novembro de 1944, que dispôs sobre a sindicalização rural, foi revogado pelos Decretos-leis n.ºs 7.449 de 9 de abril e 8.127, de 24 de outubro de 1945, na parte relativa aos empregadores;

"3.º) Os dispositivos aplicáveis aos empregados — para cujos dispositivos são pressupostos necessários, os sindicatos de empregadores — foram, por essa revogação, igualmente atingidos;

"4.º) Os Organismos criados pelos citados Decretos-leis de 1945, estão com a existência e o funcionamento assegurados pela Constituição e as Leis vigentes e, em se verificando a sindicalização de empregadores, em qualquer ponto do país, podem recorrer ao mandado de segurança (Constituição, Art. 141, § 24) para salvaguardar dos seus direitos".

É o meu parecer.

S. M. J.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Relação de sócios entrados em agosto deste ano — Sosthenes da Silva Miranda — Agrônomo — Uruçuca Ilhéus — Estado-Bahia — Dr. Alípio Vaz Sampalo Espinheiro — Agrônomo — Uruçuca Ilhéus — Estado-Bahia — Manoel Ferreira Querido — Industrial, Rua do Resende 72 — Rio — Fernando Zaidan — Cacauleitor — Uruçuca Ilhéus — Estado-Bahia.



Uma dívida de gratidão

A enxada colonizou o Brasil e sustentou, até os nossos dias, a sua economia rural. Cavou a terra, durante séculos para que o açúcar, o café, o fumo, o cacau, abastecessem o mundo. Hoje, quando a máquina realiza, nos campos de outras terras, milagres de produção e riqueza, é ainda a enxada o maior ponto de apoio do lavrador brasileiro. Brevemente, novos e mais

aperfeiçoados instrumentos, máquinas poderosas estarão destrocando, revolvendo e semeando o nosso solo. A INDÚSTRIA METALÚRGICA NOSSA SENHORA DA APARECIDA S. A. prepara-se para isso. Mas continuará fabricando enxadas, em Sorocaba — as melhores que se fabricam no Brasil: Inteliças de aço, "ZAP" e calçadas "N. S. APARECIDA" — caldeadas

com aço doce e carbono, tão resistentes quanto a mais perfeita enxada estrangeira. Com elas, o lavrador brasileiro poderá intensificar a sua produção e aguardar os novos instrumentos e máquinas agrícolas que a INDÚSTRIA METALÚRGICA NOSSA SENHORA DA APARECIDA S. A., em sua nova e bem instalada fábrica, lhe reserva para um futuro bem próximo.



INDÚSTRIA METALÚRGICA N. S. DA APARECIDA S. A.

Escritório no Rio de Janeiro:
Avenida Rio Branco, 39 - 8.º andar — Telefone: 23-4597

Escritório em São Paulo:
Rua 15 de Novembro, 244-9.º andar — Telefone: 32-9339

Conselho Nacional de Administração dos Empréstimos Rurais

DECRETO N.º 35.702 — EM 23 DE JUNHO DE 1954

Institui o Conselho Nacional de Administração dos Empréstimos Rurais, dispõe sobre a aplicação das sobretaxas a que se refere a Lei número 2.115, de 29 de dezembro de 1953, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, decreta:

CAPÍTULO I

Do Conselho Nacional de Administração dos Empréstimos Rurais

Art. 1.º — Fica instituído o Conselho Nacional de Administração dos Empréstimos Rurais, abreviadamente denominado — CNAER — com o objetivo de orientar, dirigir e fiscalizar a aplicação dos empréstimos agropastoris, previstos nas Leis n.ºs 454, de 9 de julho de 1937, artigo 3.º, e 2.115, de 29 de dezembro de 1953, art. 9.º, § 2.º inciso III.

Art. 2.º — O Conselho Nacional de Administração dos Empréstimos Rurais, diretamente subordinado à Presidência da República, será constituído por representantes dos Ministérios da Fazenda, da Agricultura, da Viação e Obras Públicas e do Trabalho, Indústria e Comércio, pelo Diretor Executivo da Superintendência da Moeda e do Crédito, pelo Diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S/A, pelos presidentes do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, da Confederação Rural Brasileira, da Companhia Nacional de Seguro Agrícola, quando instalada e, ainda, por um representante da Sociedade Nacional de Agricultura.

Parágrafo único — Sempre que julgar necessário, o CNAER convocará para participar de suas reuniões quaisquer organizações de caráter nacional, que tenham por objetivo o financiamento ou a supervisão de atividades agrícolas ou pastoris, a cada uma das quais será lícito indicar apenas um representante, sem direito de voto.

Art. 3.º — O Conselho Nacional de Administração dos Empréstimos Rurais, que gozará de autonomia técnica, administrativa e financeira, terá um Presidente e um Diretor Executivo, ambos de livre designação do Presidente da República e com direito de voto, cabendo ao segundo dirigir todos os seus serviços e executar suas deliberações.

§ 1.º — Em seus impedimentos, o Presidente do CNAER será substituído pelo Diretor Executivo, ou pelo membro que designar, na falta deste.

§ 2.º — As reuniões do CNAER se realizarão

quinzenalmente, salvo convocação extraordinária de seu Presidente, cabendo a este, em caso de empate, usar o voto de qualidade.

§ 3.º — Não são remuneradas as funções dos membros do CNAER, considerando-se, porém, seus serviços como de relevante interesse nacional.

CAPÍTULO II

Das atribuições do Conselho Nacional de Administração dos Empréstimos Rurais

Art. 4.º — Compete ao Conselho Nacional de Administração dos Empréstimos Rurais:

I — Planejar, sob diretrizes econômicas, os financiamentos das atividades agropastoris do país, tendo como objetivo:

- a) o desenvolvimento e a produtividade das culturas, dentro de um sistema de zoneamento que corresponde às facilidades do depósito, ensilagem, transporte e vendas dos produtos aos mercados consumidores;
- b) a modernização dos métodos da produção agrícola, por meio da cultura e criação intensivas, seleção e multiplicação dos elementos da reprodução vegetal, melhoria de animais e rebanhos, rotação das pastagens, erradicação de pragas e epizootias, adubação, correção dos solos, construção de açudagem, poços e irrigação, preparo da terra, mecanização dos trabalhos, incremento de safras diversificadas, transformação dos latifúndios em fazendas mistas e tudo quanto contribua para a fixação do trabalhador rural e sua família, nas atividades do campo;
- c) a recuperação da lavoura nacional, pela restauração do solo, sua preservação e aumento e produtividade, inclusive por meio da formação da pequena propriedade, em terras já cultivadas ou por cultivar.

II — Fixar critérios seletivos ou de prioridade para a distribuição do crédito à produção rural, inclusive o de caráter fundiário ou de colonização, tendo em vista as necessidades do consumo interno e externo e, ainda, a conveniência econômica e o grau de essencialidade dos produtos e melhoramentos objeto dos empréstimos a que se refere este Decreto.

III — Supervisionar os empréstimos ou financiamentos rurais concedidos por quaisquer estabelecimentos bancários que, nos termos e com as vantagens constantes deste Decreto, se proponham a efetuar tais operações.

IV — Estabelecer, respeitadas as limitações le-

tais e ouvida a Superintendência da Moeda e do Crédito, as taxas de juros dos empréstimos rurais, sob graduação que corresponda, não apenas ao maior rendimento das explorações financiadas, mas também ao caráter de essencialidade da respectiva produção e, ainda, se for o caso, a necessidade de recuperação de solos exaustos ou em vias de exaustão.

V — Entrar em entendimento com o Ministério da Agricultura e os Estados, estes por intermédio de suas Secretarias de Agricultura, ou Diretorias de Pimento Agrícola, para o fim especial de melhor aproveitamento das terras de cultura, mediante aplicação adequada de financiamento que vise à sua recuperação, modernização ou maior concentração de lavouras de reconhecida rentabilidade econômica, e escoamento fácil.

VI — Opinar sobre pedidos de instalação de estabelecimentos bancários que mantenham caráter de empréstimos rurais, dando ou não sua aprovação ao regulamento que apresentarem para a concessão dos respectivos créditos.

VII — Orientar a criação de bancos, caixas e cooperativas de crédito rural nos Estados, e em especial, nos Municípios com o fim precípuo de aplicação dos empréstimos a que se refere o artigo 1.º deste Decreto.

VIII — Adotar providências, de acordo com as Autoridades Monetárias do país, para a realização periódica de leilões especiais de divisas, n'as áreas distribuídas entre produtores rurais, cooperativas e fábricas agrícolas com o objetivo de facilitar a importação de bens de produção, reunidos numa só categoria e de exclusiva destinação à lavoura e à pecuária.

IX — Promover o tombamento ou o cadastro geral das propriedades rurais do país, com conexão com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e as Secretarias de Agricultura ou Diretorias de Pimento Agrícola dos Estados, mediante providências que facilitem o registro dos respectivos proprietários.

X — Estabelecer acordos com a União, os Estados, os Municípios e organizações estatais para o fim especial de constituição de "Missões Rurais", incumbidas de prestar assistência social e educacional às fazendas, colônias ou roçados agrícolas.

XI — Decidir da conveniência e da oportunidade da compra de produtos agropecuários, em geral, de suas armazenagens, transporte e colocação nos mercados.

XII — Autorizar a compra de sementes, adubos, inseticidas, máquinas e utensílios para emprego na lavoura, a que se refere o art. 4.º, § 2.º, III, da Lei n.º 2.145, de 29 de dezembro de 1953.

§ 1.º — As aquisições previstas nos incisos XI e XII deste artigo serão atribuídas pelo CNAER, à Câmara de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S.A., à Comissão de Financiamento da Produção ou a outras organizações que sejam consideradas em condições de assumir os encargos da operação.

§ 2.º — Para a consecução do objetivo previsto no inciso VII deste artigo, o CNAER poderá entrar em entendimentos com bancos, caixas ou cooperativas já existentes, no sentido de sua transformação ou fusão, tudo de modo a preparar a implantação no país, de uma rede de institutos de crédito rural, distribuída sob critério que atenda ao desenvolvimento da economia regional.

§ 3.º — Os critérios de distribuição dos financiamentos sob controle e supervisão do CNAER deverão observar proporcionalidade que, enquadrada na capacidade econômico-financeira dos bancos financiadores e utilização de sua rede de agências, não ultrapasse o total das aplicações de caráter

meramente comercial, efetuadas em cada exercício financeiro.

§ 4.º — Sempre que, em determinada zona, forem executados, sob orientação do CNAER, planos de incremento e concentração de culturas, a distribuição do crédito deverá ser atendida, sem prejuízo de suas disponibilidades, por todos os estabelecimentos bancários que, sujeitos àquela orientação, aí operarem em empréstimos rurais.

§ 5.º — Dentre outras atribuições que lhe forem conferidas por instruções do CNAER, caberá às "Missões Rurais", previstas no inciso X deste artigo, promover a construção e manutenção da "Casa Rural", com a lotação mínima de um engenheiro-agrônomo, um auxiliar de agronomia, um escriturário e um auxiliar, situada em regiões agro-pastoris que permitam a prestação de assistência técnica direta aos lavradores e criadores, inclusive suprimento e distribuição de sementes e mudas, orientação de plantio, adubação, colheita, beneficiamento, análise de terras e outros serviços necessários às atividades do campo.

Art. 5.º — Para execução dos seus serviços, o Conselho Nacional de Administração dos Empréstimos Rurais poderá instituir Conselhos Regionais de Administração dos Empréstimos Rurais, nos Estados e Territórios.

Parágrafo único — Aos Conselhos Regionais, que serão constituídos, em cada caso, pelo número de membros designados pelo CNAER, além de outras atribuições que lhe forem por este delegadas, caberá:

I — Exercer, na sua jurisdição, funções coordenadoras e fiscalizadoras, ligadas aos objetivos e finalidades da competência do CNAER, de acordo com decisões ou instruções que forem por este baixadas.

II — Realizar estudos, exames e pesquisas que se tornarem necessários à fixação de diretrizes gerais ou especiais por parte do CNAER, para adoção de critérios relativos à aplicação dos empréstimos rurais, em consonância com os princípios estabelecidos nos incisos III, IV e V do art. 4.º deste Decreto.

III — Representar o CNAER na execução de quaisquer acordos, convênios ou serviços, dentro de suas respectivas jurisdições.

Art. 6.º — É lícito ao Conselho Nacional de Administração dos Empréstimos Rurais designar delegados, representantes ou fiscais monitores onde julgar conveniente e, ainda, comissões locais, para prestação de assistência aos produtores rurais, no que se referir às suas necessidades de crédito e riscos que justifiquem ou não a sua concessão.

Art. 7.º — Dentro de trinta (30) dias após sua instauração o Conselho Nacional de Administração dos Empréstimos Rurais deverá submeter à aprovação do Presidente da República o regulamento de suas atribuições e serviços, nele incluindo, especialmente, as funções que competem aos seus Conselhos Regionais (Missões Rurais), delegados, representantes, fiscais-monitores e comissões a que se referem os artigos 4.º, X, 6.º e 7.º deste Decreto.

CAPÍTULO III

Do Fundo de Modernização e Recuperação da Lavoura Nacional

Art. 8.º — Para execução do disposto no art. 9.º, § 5.º, da Lei n.º 2.145, de 29 de dezembro de 1953, combinado com o art. 16, § 2.º do Decreto n.º 34.893, de 5 de janeiro de 1954, ao Banco do Brasil S/A incumbe abrir uma conta especial intitulada "Fundo de Modernização e Recuperação da Lavoura Nacional", na qual creditará, mensal-

nente, o produto das sobretaxas a que se refere a citada Lei n.º 2.145, art. 1.º, § 2.º, inciso III.

§ 1.º — Pelos depósitos que assim efetuar nessa conta abonará o Banco o juro anual de dois por cento (2%), capitalizados semestralmente.

§ 2.º — Nenhum suprimento, por conta do "Fundo", será feito pelo Banco, sem expressa autorização do Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, ouvido previamente o CNAER.

§ 3.º — O CNAER fiscalizará, em caráter permanente, a movimentação do "Fundo", mediante avisos, extratos e informações que o Banco do Brasil S/A é obrigado a lhe fornecer, promovendo, anualmente, a prestação de contas ao Tribunal de Contas, das aplicações feitas, conforme determina o art. 1.º, § 4.º, da Lei n.º 2.145, de 29 de dezembro de 1953.

Art. 9.º — Caberá à Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil aplicar, em cada exercício financeiro, o suprimento que lhe fizer o "Fundo de Modernização e Recuperação da Lavoura Nacional", na forma do disposto no art. 9.º, § 5.º, da Lei n.º 2.145, de 29 de dezembro de 1953.

Art. 10 — Os financiamentos a que se refere este Decreto serão efetuados pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S/A, diretamente ou por intermédio de estabelecimentos bancários capacitados para tais operações, ou de caixas e cooperativas reconhecidamente idôneas, a juízo do Conselho Nacional de Administração dos Empréstimos Rurais, ouvida a Inspeção Geral dos Bancos.

§ 1.º — Para execução de financiamentos por intermédio de outros bancos, caixas ou cooperativas, o Banco do Brasil S/A, pela sua Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, contratará a respectiva operação, mediante abertura de crédito ou empréstimo ao estabelecimento interessado, da qual não se aplicará e cuja fixação compete, em cada caso, ao CNAER, sob proposta do seu Diretor Executivo.

§ 2.º — Do documento de abertura de crédito ou empréstimo, deverá constar, em forma sucinta, além do valor da operação, o seguinte:

- a) a taxa de juro de dois por cento ao ano (2%), devida pela operação, pagável semestralmente ao Banco do Brasil S/A, a crédito do "Fundo de Modernização e Recuperação da Lavoura Nacional" ou capitalizada, se assim for convenionado, para ser liquidada ao fim de cada ano ou com o principal, no vencimento do prazo contratual;
- b) o prazo de exigibilidade que poderá variar, de um a vinte anos, conforme o tipo de financiamento que for adotado para as aplicações a que se destinar a operação;
- c) a indicação do tipo de financiamento a que se destinar a operação, sob simples menção dos dispositivos deste Decreto, a ele referentes;
- d) a obrigação de aplicar os suprimentos aos fins indicados na letra anterior e, ainda, a de pagar a comissão de um quarto por cento (1/4%) sobre o valor da operação, no ato desta e no início de cada ano, sobre o saldo credor, em remuneração dos serviços de fiscalização das aplicações, a cargo da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial sem prejuízo de que for exercida pelo CNAER.

Art. 11 — Ao Banco do Brasil S/A incumbe, para maior difusão das aplicações do "Fundo de

Modernização e Recuperação da Lavoura Nacional", instalar, onde não tiver filial, escritórios de financiamento direto aos produtores, subordinados à sua Carteira de Crédito Agrícola e Industrial e obrigados por funcionários do quadro desta ou que possuam experiência de suas operações.

Parágrafo único — Ao chefe de escritório, que será auxiliado por dois funcionários, no máximo compete, além de seus outros deveres, o seguinte:

- a) difundir, entre os produtores de sua jurisdição, por meio de visitas e palestras, os conhecimentos e regras do crédito rural;
- b) visitar as fazendas agropastoris, compreendidas nos limites de seu escritório, para bem verificar e conhecer as necessidades de crédito de seus proprietários;
- c) atender, com urgência, aos pedidos de financiamento que receber, colhendo, pessoalmente, os documentos necessários e fornecendo o numerário em espécie ou sob cheque contra a agência do Banco mais próxima;
- d) coligir, e remeter, trimestralmente, ao CNAER, dados estatísticos sobre a produção, exportação e importação e demais elementos que possam contribuir para o conhecimento das condições locais, inclusive relativamente à capacidade de praça, no que se referir a operações bancárias, destacadas, em especial, as de natureza agropastoris.

CAPÍTULO IV

Dos Bancos, Caixas e Cooperativas de Crédito Rural

Art. 12 — Aos bancos, caixas e cooperativas agrícolas que se constituírem sob o patrocínio do Conselho Nacional de Administração dos Empréstimos Rurais, nos termos previstos neste Decreto, será assegurado, por conta do "Fundo de Modernização e Recuperação da Lavoura Nacional", um crédito, até três vezes o valor do seu capital realizado, para aplicação sob a forma, condições e prazos, estabelecidos no art. 10 e seus parágrafos.

Art. 13 — Os bancos, caixas e cooperativas, a que se refere o artigo anterior, poderão ser de âmbito regional ou municipal.

§ 1.º — Para os fins deste dispositivo, são considerados:

I — Regionais, os estabelecimentos que apresentarem condições de segurança, estabilidade e eficiente difusão do crédito rural, nos territórios de dois ou mais municípios de produção e economia interdependentes, ou ligados por interesses comuns, face aos transportes, escoamento e consumo.

II — Municipais, os estabelecimentos cuja jurisdição compreenda apenas o território de um município que apresente condições e índices capazes de assegurar uma economia autônoma e suficiente para garantir as atividades do crédito rural.

§ 2.º — Os processos de aprovação da constituição e expedição de carta patente dos bancos, caixas e cooperativas que assim se constituírem terão preferência absoluta e rápido desembaraço, por parte da Superintendência da Moeda e do Crédito e outros órgãos que forem competentes para examiná-los.

§ 3.º — Para facilitar e difundir a constituição de bancos, caixas e cooperativas agrícolas, regionais ou municipais, o CNAER, de acordo com a Superintendência da Moeda e do Crédito, organizará, observada a legislação em vigor, minutas padrões dos atos constitutivos, acompanhadas dos necessários esclarecimentos.

Art. 14 — Os bancos, caixas e cooperativas ru

rais de âmbito regional ou municipal não poderão efetuar empréstimos a produtores domiciliados fora do respectivo território.

Parágrafo único — A concessão desses empréstimos será feita de modo a que a percentagem maior das aplicações globais seja, obrigatoriamente, distribuída entre médios e pequenos produtores.

Art. 15 — A criação de bancos, caixas ou cooperativas de crédito rural, sob o patrocínio do Conselho Nacional de Administração dos Empréstimos Rurais e para os efeitos deste Decreto, dependerá, em qualquer hipótese, da constatação inequívoca de condições e índices estatísticos comprovadores, não apenas da necessidade de crédito na região ou município, mas, sobretudo, de fatores econômicos suscetíveis de manter em nível estável e de rentabilidade a existência de tais estabelecimentos.

Parágrafo único — Para rigorosa execução do disposto no parágrafo anterior, o CNAER estabelecerá as condições necessárias à criação de bancos, caixas e cooperativas de crédito rural, as quais só entrarão em vigor depois de aprovados por Decreto do Presidente da República.

Art. 16 — O Poder Executivo Federal adotará providências para a isenção de impostos e concessão de outras vantagens, pelo Congresso Nacional em favor dos bancos, caixas e cooperativas rurais que se criarem na farsa deste Decreto.

CAPÍTULO V

Dos tipos de financiamentos rurais e seus prazos

SEÇÃO I

Disposições Gerais

Art. 17 — Os financiamentos rurais serão destinados, nos termos dos artigos 3.º, inciso I, da Lei n.º 451, de 9 de julho de 1937, e 9.º, § 2.º, inciso III, da Lei n.º 2.145, de 29 de dezembro de 1953, aos seguintes fins:

- I — Despesas de exploração rural.
- II — Modernização dos métodos da produção agrícola.
- III — Recuperação da lavoura nacional.

Art. 18 — Os financiamentos previstos neste capítulo serão concedidos às pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, proprietários, arrendatários, colonos, parceiros agricultores e legítimos ocupantes de terras devolutas que se dediquem à exploração agrícola, mesmo a extrativa, à criação ou hibernagem de gado, ainda quando associem a essas atividades o beneficiamento ou transformação industrial dos respectivos produtos.

Parágrafo único — Tais financiamentos serão extensivos na julzo do CNAER às atividades correlatas, conexas ou complementares, da exploração rural, e de que resultem vantagens diretas à modernização dos métodos e serviços da produção agropastoril ou que influam para o seu incremento e maior consumo dos respectivos produtos.

Art. 19 — Os financiamentos serão ajustados para atendimento global ou apenas especificado das atividades, a prazo longo e juros baixos.

Art. 20 — Terão direito a financiamento especial e apropriado:

I — Toda a atividade de iniciativa privada, devidamente organizada em moldes pioneiros, de estímulo e padrão, que antecipe a evolução das explorações rurais, agrícolas ou pastoris, para a maior difusão do espírito de cooperação do particular com os Poderes Públicos.

II — A formação e o custeio de culturas no-

vas, em suas múltiplas espécies, de produção demorada e tardia recuperação da capital investido.

III — A formação ou melhoria de fazendas, granjas mistas e chácaras, de padrão modéla, com alta produtividade econômica e atividades diversificadas, como agricultura de cereais, horticultura, fruticultura, suinocultura, avicultura, criação de aves domésticas, de gado de leite, e engorda intensiva de gado de abate e outras.

IV — Florestamento e reflorestamento de imóveis rurais com o objetivo de aproveitamento comercial da madeira das matas, já lavrada, serrada ou em toras.

Parágrafo único — Os prazos, juros e condições desses financiamentos serão fixados pela CNAER, sob forma que corresponda ao interesse e fomento das explorações, inclusive quanto à utilização do empréstimo e seu pagamento, será feito em parcelas, quando for o caso, a partir da época da produção.

Art. 21 — Para todos os financiamentos previstos neste capítulo, terão preferência absoluta, em igualdade de condições e possibilidades, o preterente que residir, em caráter permanente, na propriedade objeto da exploração financiada e exercer, diretamente e de modo produtivo, a sua administração.

SEÇÃO II

Despesas de exploração rural

Art. 22 — São consideradas despesas de exploração as realizadas durante a ciclo vegetativo ouas culturas e trabalhos agropastoris, e que, necessárias à produção rural, se distribuem entre os seguintes tipos e prazos de financiamento:

§ 1.º — Prazo até quatro anos:

I — Custeio dos trabalhos de preparação do terreno, destoca e aração, bem como do plantio de lavouras, sua colheita e transporte dos respectivos produtos.

II — Compra de adubos, sementes, inseticidas, fungicidas, herbicidas, vermífugos carapaticidas, sanifugos produtos farmaco-veterinários e substâncias corretivas.

III — Aquisição de farragem para alimentação do gado destinado à criação, recriação e engorda, bem como de rações balanceadas.

IV — Aquisição e custeio de animais destinados à recriação e engorda.

§ 2.º — Prazo até seis anos:

Custeio da extração, colheita e preparo da juta, caruá, rami, sisal e outras fibras e produtos da flora nacional, que sejam considerados de exploração preponderante à vida das regiões de sua origem, ou de utilização conveniente à economia do país, a julzo do CNAER.

§ 3.º — Prazo até oito anos:

Aquisição e custeio de gado de criar, inclusive para povoamento de fazendas pastoris.

SEÇÃO III

Da modernização dos métodos da produção agrícola

Art. 23 — Consideram-se como financiamentos destinados à modernização dos métodos da produção agrícola, os que visam a transformação da cultura e da criação extensivas em exploração intensiva e racional dessas atividades, de acordo com as seguintes especificações e prazos:

§ 1.º — Prazo até cinco anos:

I — Compra, preparo, seleção e multiplicação dos elementos de reprodução vegetal, como semen-

tes, raízes, mudas, enxertos e outros, destinados à venda.

II — Compra de ploto para produção de carne e ovos, bem como de perdas e frangos para reprodução.

III — Aquisição de instalações e custeio dos trabalhos da sericicultura, cunicultura, apicultura e piscicultura, desde que a respectiva exploração se processe em moldes tecnicamente recomendados.

IV — Aquisição de utensílios, animais de serviço, máquinas e veículos de utilização agrícola ou pastoril, inclusive viaturas adequadas ao transporte das colheitas ou de animais.

V — Aquisição e instalação de galinheiros ou incubadoras, destinados à ampliação de granjas avícolas.

§ 2.º — Prazo até sete anos:

I — Aquisição de máquinas e aparelhagem destinadas a trabalhos de natureza rural e a beneficiamento ou transformação de produtos agrícolas, incluídas as obras da respectiva instalação.

II — Aquisição ou importação de reprodutores de raça, de genealogia registrada, desde que se destina à melhoria de rebanho próprio.

III — Aquisição ou importação de vacas destinadas à exploração leiteira.

§ 3.º — Prazo até dez anos:

I — Construção, instalação e custeio dos serviços de irrigação e drenagem de caráter permanente, para proteção dos campos, lavouras e culturas forrageiras e dos animais flagelados pela seca, invernha e exploração extrativa do solo, incluídas as obras de abertura de poços, açudagem e a compra de máquinas e bombas, desde que projetado e orçado o empreendimento por entidades ou órgãos competentes e idôneos.

II — Aquisição e montagem de eletrificação rural para uso próprio, com origem em motores de explosão ou térmicos.

§ 4.º — Prazo até doze anos:

I — Construção de casas de sedes de fazendas, granjas ou chácaras e de moradia dos colonos, para assegurar o bem-estar e a fixação dos trabalhadores no campo, desde que a exploração comporte êsses melhoramentos.

II — Construção de armazéns gerais e de depósito, câmaras de expurgo, silos, reservatórios, mercados, feiras ou exposições destinadas à venda de produtos agrícolas desde que a respectiva exploração seja feita por produtores rurais ou associações de consumidores, a preços previamente fixados e aprovados pelo CNAER.

III — Instalação ou ampliação de indústrias de âmbito rural, economicamente localizadas, próximas às fontes de matéria prima, que tenham por objetivo a preparação e fabricação de inseticidas, fungicidas, substâncias corretivas, adubos e produtos alimentícios, bem como a de máquinas agrícolas, pesadas e leves, instrumentos, material de irrigação arande furpado, ovalado e aparelhos, em geral, de uso na agricultura.

§ 5.º — Prazo até quinze anos:

I — Obras de defesa contra a erosão ou de correção do solo.

II — Aquisição e montagem de usinas de eletrificação rural, como aproveitamento de quedas d'água existentes no imóvel do proponente da operação, compreendida a construção de barragens e açudagem, equipamento de linhas de transmissão, transformadores e acessórios.

Art. 24 — O financiamento previsto no art. 23, § 2.º, inciso II, poderá ser concedido a pessoas físicas ou jurídicas que se proponham a executar, em propriedades rurais, sob forma de equipes, comandos ou patrulhas agrícolas, serviços mecanizados de plantio, colheita e defesa do solo contra as pragas

ou erosões e construção de obras de irrigação ou drenagem.

Art. 25 — O financiamento previsto no art. 23, § 4.º, inciso II, para a construção de armazéns gerais e de depósito, câmara de expurgo, silos e reservatórios, poderá ser deferido a empresas ferroviárias portuárias e companhias de armazéns gerais, desde que as obras aludidas se localizem em centros de escoamento dos produtos rurais, e as taxas cobradas pelos serviços sejam previamente aprovadas pelo Conselho Nacional de Administração dos Empréstimos Rurais.

Art. 26 — O financiamento a que se refere o art. 23, § 5.º, inciso II, só poderá ser concedido a produtores, isoladamente ou em cooperação, e a associações ou empresas de âmbito rural e sempre que os serviços de eletrificação ali previstos beneficiem diretamente a produção rural, facilitando ou permitindo o aproveitamento e transformação industrial de suas matérias primas.

SEÇÃO IV

Recuperação da Lavoura Nacional

Art. 27 — São considerados como financiamentos de recuperação da lavoura nacional os que se destinarem ao emprêgo de todos os meios, instrumentos e agentes necessários à restauração da fertilidade do solo, à sua preservação e aumento de produtividade, na exploração de terras já cultivadas ou precariamente exploradas.

Art. 28 — Além dos financiamentos especificados na Seção II deste capítulo que forem apropriados à restauração da lavoura nacional, incluem-se mais os seguintes, observadas os prazos estabelecidos:

§ 1.º — Prazo até quinze anos:

I — Florestamento e reflorestamento, desde que, realizados sem objetivos comerciais, se destinem à proteção e conservação das terras e mananciais.

§ 2.º — Prazo até vinte anos:

I — Aquisição de pequena propriedade destinada à formação de granja ou chácara, de área não excedente de duzentos e cinquenta hectares, situada em região de fácil acesso e que reúna condições agroclimáticas e climatéricas de aproveitamento ou recuperação, para o seguro desenvolvimento da economia rural.

Art. 29 — Os financiamentos destinados à aquisição de granja ou chácara só serão deferidos dentro da verba especial que, para esse fim, for atualmente fixada pelo Conselho Nacional de Administração dos Empréstimos Rurais.

Parágrafo único — Terão direito a êsses financiamentos apenas as seguintes pessoas, observada a ordem de prioridade e preferência:

I — Os agrônomos, veterinários e técnicos agrícolas, que se comprometam a fazer a exploração direta e pessoal com residência no imóvel.

II — Os que ainda não forem proprietários rurais e se obrigarem a manter no imóvel residência habitual e a exploração direta e pessoalmente, dando-se preferência, entre os que reunirem essas condições, nos ocupantes de terras, arrendatários, colonos ou parceiros.

Art. 30 — O critério de delimitação da pequena

propriedade, para fins de formação de granja ou chácara, a que se refere o art. 27, § 2.º, será fixado pelo Conselho Nacional de Administração dos Empréstimos Rurais, de acordo com as regiões, valor e extensão da terra, sua localização e produtividade, levando em conta, ainda, a conveniência

cia, de ordem social e geo-física, de se formarem unidades econômicas permanentes, dentro da área que permita a rotatividade das culturas e a manutenção de uma reserva de solo virgem, para maior segurança do futuro.

CAPITULO VI

Da compra de produtos agro-pecuários

Art. 31 — A compra de produtos agro-pecuários em geral, e a de sementes, adubos, inseticidas, máquinas e utensílios para emprêgo na lavoura, prevista no art. 9.º, § 2.º, III, da Lei n.º 2.145, de 29 de dezembro de 1953, será autorizada pelo Conselho Nacional de Administração dos Empréstimos Rurais em casos de justificado interesse da economia nacional e sempre que as condições do mercado aconselharem a providência, em defesa da produção rural.

§ 1.º — Essas aquisições serão feitas com o suprimento que o Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito fixar, para cada exercício financeiro, nos termos do art. 9.º, § 5.º, da Lei n.º 2.145, de 29 de dezembro de 1953.

§ 2.º — As aquisições de que trata este artigo serão atribuídas pelo CNAER à Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S.A., à Comissão de Financiamento da Produção ou a outros estabelecimentos que sejam considerados em condições de assumir os encargos da operação.

§ 3.º — Sempre que as aquisições tiverem por objeto gêneros alimentícios e de consumo essencial, o CNAER dará preferência para a operação ao Serviço de Alimentação da Previdência Social — SAPS.

CAPITULO VII

Dos contratos e garantias dos financiamentos

Art. 32 — Os contratos de financiamento, tanto os realizados, diretamente, pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S.A., como os que forem concedidos pelos estabelecimentos bancários, caixas e cooperativas, a que aludem os arts. 10 e 12 deste Decreto, serão ajustados por um dos seguintes meios:

- I — Pela cédula rural, pignoratícia ou hipotecária, previstas no projeto n.º 2.732, de 1952, da Câmara dos Deputados, quando transformado em lei.
- II — Pela nota promissória, desde que os devedores emitentes se obriguem, em pacto adjecto, a apliceir o financiamento fms que forem declarados nesse pacto, bem como a não gravar nem alienar as as lavouras ou seus produtos, animais ou bens financiados, inclusive os imóveis de situação, quando de propriedade dos mesmos devedores, conforme modelo anexo a este Decreto.
- III — Pelo bilhete de mercadorias, criado criado pelo art. 4.º do Ato n.º 165 A, de 17 de janeiro de 1890, e reproduzido no art. 379 do Decreto n.º 370, de 2 de maio do mesmo ano, uma vez acompanhado do pacto adjecto a que se refere o inciso anterior e desde que do mesmo conste a faculdade de efetuar o devedor o pagamento em dinheiro ou sob consignação das mercadorias vinculadas, na forma do modelo anexo a este Decreto.
- IV — Por instrumento particular de abertura de crédito com as obrigações constantes

do inciso II deste artigo, conforme modelo anexo a este Decreto.

V — Pelo contrato de penhor ou de hipoteca, nos termos da legislação vigente, a ser usado apenas em atos especiais a critério do órgão financiador.

Art. 33 — O limite, prazo, e demais condições dos empréstimos ou créditos serão ajustados entre os interessados, à base do crédito pessoal, levando-se em conta, para o devido atendimento, em cada caso:

- I — A idoneidade moral e profissional do proponente.
- II — O montante exato do crédito de que necessita, que pode ser concedido no seu total ou em parte, conforme o período, a natureza e o valor econômico da exploração financeira, além de outras circunstâncias ou fatores que influam na operação, inclusive pelos resultados dela oriundos para o desenvolvimento da produção nacional.
- III — A capacidade de pagamento do financiado, considerada em face dos resultados da exploração vinculada ao crédito ou empréstimos, e de outras, correlatas ou mesmo distintas, mas sucessíveis de influir na referida capacidade.
- IV — O conjunto dos bens financiados, como valor de garantia, impenhorável por convenção contratual durante o prazo da operação computadas as obras, benfeitorias ou outros acessórios, a serem introduzidos na exploração com o financiamento.

Parágrafo único — A liquidação dos financiamentos será ajustada, em todos os casos, sob amortização que correspondam às reais possibilidades será ajustada, em todos os casos, sob amortização que correspondam às reais possibilidades da exploração.

Art. 34 — Independentemente de sua reprodução nos contratos, mas sob expressos a seguir enumerados, obrigam-se eles:

- a) a pagar a comissão de um quarto por cento (14%) sobre o valor do empréstimo, no ato de concessão deste e no início de cada ano, sobre o saldo credor, em remuneração dos serviços de fiscalização previstos na letra "d" deste artigo;
- b) a manter rigorosamente em dia o pagamento dos trabalhadores rurais e dos impostos e quaisquer contribuições devidos pelos bens vinculados ou submetidos à obrigação de consignar;
- c) apliceir o valor do financiamento aos fms constantes do contrato;
- d) a permitir que o órgão financiador exerça ampla fiscalização, como julgar conveniente, sobre as atividades objeto de financiamento e utilização deste, na forma ajustada;
- e) a efetuar o seguro dos bens objeto da exploração financiada contra todos os riscos a que possam estar sujeitos e forem suscetíveis de seguro, até final liquidação da dívida, expedindo-se a apólice à ordem do credor;
- f) a pagar a multa de dez por cento (10%) sobre o principal e acessórios devidos, em caso de cobrança, mesmo em processo administrativo.

Art. 35 — O contrato de financiamento lavrado com arrendatários, colonos, parceiros, agricultores e legítimos ocupantes de terras devolutas, será inscrito no livro n.º 4 do Registro de Imóveis de situação dos bens objeto da exploração.

Art. 36 — Sempre que a exploração financiada tiver por objeto imóvel de propriedade do devedor, o documento contratual da operação será integralmente averbado à margem da respectiva transcrição imobiliária, no registro competente.

Art. 37 — Para efeito dos atos de registro e vallimento contra terceiros, a inscrição e a averbação dos contratos de financiamento a que se referem os artigos anteriores são considerados como compreendidas na enumeração do art. 178, letras "a" e "c", do Decreto n.º 4.857, de 9 de Novembro de 1939, que dispõe sobre a execução dos serviços concernentes aos registros públicos estabelecidos pelo Código Civil, observadas as alterações que lhe forem introduzidas pelo Decreto n.º 5.318, de 29 de fevereiro de 1940.

Parágrafo único — O cancelamento das cláusulas de inalienabilidade e obrigação de não gravar de ônus reais, constantes dos contratos aludidos neste artigo, só se fará mediante averbação de instrumento hábil de quitação da dívida assegurada por tais vínculos ou de declaração escrita do credor, autorizando a baixa dos respectivos atos de registro.

CAPÍTULO VIII

Das disposições gerais e transitórias

Art. 38 — As operações da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S.A., continuarão a ser feitas nos termos do seu Regulamento, sempre que não colidirem com as prescrições deste Decreto.

Parágrafo único — Os contratos existentes na Carteira serão porém, ajustados às prescrições deste Decreto, no todo ou em parte, à opção dos devedores, em caso de sua alteração ou reforma, e desde que o financiamento tenha sido destinado à modernização dos métodos dos trabalhos rurais e à recuperação da lavoura.

Art. 39 — Fica o Ministério da Fazenda autorizado a promover a imediata instalação do Conselho Nacional de Administração dos Empréstimos Rurais e, ainda, a contratar com o Banco do Brasil S.A. os serviços e encargos que, por este Decreto, competem à sua Carteira de Crédito Agrícola e Industrial.

Art. 40 — O Conselho Nacional de Administração dos Empréstimos Rurais requisitará, na forma da legislação em vigor, os servidores públicos e de autarquias ou sociedades de economia mista, que forem necessários aos seus serviços, os quais, sem prejuízo dos vencimentos que aí percebem ficarão afastados de suas funções, enquanto durar a requisição.

Parágrafo único — O CNAER poderá ainda contratar pessoal técnico para seus serviços.

Art. 41 — As despesas de instalação e manutenção dos serviços e do pessoal do Conselho Nacional de Administração dos Empréstimos Rurais correrão por conta do "Fundo de Modernização e Recuperação da Lavoura Nacional", não podendo exceder, anualmente, de dez milhões de cruzados (Cr\$ 10.000.000,00), incluída nesta verba a remuneração do Diretor Executivo, que será igual à do Diretor Executivo da Superintendência da Moeda e do Crédito.

Parágrafo único — Correrão por conta dessa verba as despesas de diárias e transporte, feitas

pelos membros do CNAER, para comparecimento às suas reuniões.

Art. 42 — O Poder Executivo adotará as providências necessárias à destinação de tributos tarifários ao "Fundo de Modernização da Lavoura Nacional", para os fins previstos no art. 9.º, § 2.º, inciso 3.º e § 5.º, da Lei n.º 2.145 de 29 de dezembro de 1953, observadas as disposições deste Decreto e no caso de supressão do atual sistema de leilão de divisas.

Art. 43 — Os financiamentos admitidos no artigo anterior serão atribuídos pelo Conselho Nacional de Administração dos Empréstimos Rurais, desde que feita a devida comprovação, em cada caso, e mediante requerimento dos interessados, à Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S.A., por conta do "Fundo de Modernização e Recuperação da Lavoura Nacional".

Art. 44 — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de junho de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETULIO VARGAS
Oswaldo Aranha
José Américo
Hugo de Araujo Faria

A Lavoura

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Eng.º Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade

Eng.º Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA
CAMARA
Diretor

Eng.º Agrônomo KURT REFSOLD
Diretor Técnico

Eng.º Agrônomo GERALDO GOULART
DA SILVEIRA
Redator-Técnico

LUIZ MARQUES POLIANO
Diretor Responsável e Redator-Secretário

Redação e Administração:

General Justo, 171

Telefone: 42-2981
Caixa Postal: 1245

Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

Representante para todo o Estado de S. Paulo:

NEWTON FEITOZA

RUA BOA VISTA, 245, 3.º andar - Tel.:
33-1432 — End. Tel.: "LINEFE. C. A.": 7257

— SÃO PAULO —

OS SAPOS SÃO VENENOSOS?

EURICO SANTOS

Realmente os sapos possuem venenos o qual pode ocasionar acidentes graves e até mortais.

Entretanto, o mecanismo pelo qual o seu veneno chega até nós é de tal ordem que, praticamente, podemos julgá-los inócuos.

De fato, o veneno do sapo encontra-se nas glândulas paratóides e nas dorsais (chamado por isso veneno dorsal, veneno glanduloso) e também noutras pequenas glândulas mucosas espalhadas pelo corpo (veneno mucoso).

O veneno das paratóides, veneno glanduloso, é não só mais abundante como de ação mais violenta.

Ora, o sapo não possui órgão inoculador de peçonhas e este produto tóxico, exsudado de suas glândulas, torna-se apenas uma defesa passiva contra os animais que o desejem atacar.

Qualquer pessoa, pois pode manusear o mais venenoso dos sapos de nossa fauna, sem que lhe advenha disso mal algum, logo que não esteja com as mãos feridas e nem as leve aos olhos, o que poderá acarretar grave oftalmia.

Convém notar que, segundo o professor J. Vellard, existe na Argentina uma certa rã, chamada rã coralina (*Leptodactylus laticeps*) cujo contacto com a pele se produz acidentes tóxicos de gravidade.

Ainda poderemos acrescentar que estudos diversos e experiências numerosas provaram a impossibilidade do sapo, por sua espontânea vontade, expulsar o veneno de suas glândulas à distância, como é crente entre o povo.

O mal que se observa quando o animal se vê perseguido é que ele se cobre de um muco como se estivesse transpirando

É toda a sua defesa.

Entretanto, se exercermos sobre o animal certa pressão, pode desse modo, pela ação mecânica, projetar à alguma distância o líquido de suas glândulas.

Praticamente, em casos normais, o sapo mostra-se perfeitamente inofensivo e deve até ser protegido por útil que é.

O seu veneno, no entanto, é violento e

enquanto os venenos das serpentes, das aranhas e dos escorpiões, de natureza albuminóide, agem exclusivamente por via parenteral, o veneno do sapo é dotado de propriedades de penetração rápida através de todas as mucosas, podendo determinar por essa via, em quase todas as espécies por injeções subcutânea ou endo-venosa dum tóxico.

Para mostrar a violência da ação do veneno dito, entre outras experiências, a feita com um cão de um quilo de peso que recebeu 200 miligramas de veneno e que em 12 minutos, a contar do início da experiência, teve a morte com a parada do coração.

Tudo que venha escrevendo se refere aos sapos do gênero *Bufo*, notadamente *Bufo marinus*, bem vulgar entre nós e conhecido por sapo cururu.

Entretanto, não só os anfíbios do gênero *Bufo* possuem veneno. Outros há que o revelaram em estudos já realizados.

Entre eles citaremos um sapito (*Odontophrynus cultripes*), que cava buracos no solo onde se oculta e cujo veneno das paratóides deve ser temido.

Igualmente citaremos a *Dendrobates tinctorius*, rã, cuja peçonha os índios do Chaco utilizam como veneno para suas flechas de caça. Um veado ou uma onça ferida por tais flechas morre dentro de alguns minutos, agitada por convulsões, diz J. Vellard no seu estudo "Poisons de pêche et poisons de chasse en Amérique du Sud" (1).

Um bom número de rãs possui uma secreção dorsal irritante, mas há algumas, do gênero *Phyllomedusa*, como *P. burnmeisteri*, que possuem paratóides desenvolvidas ou glândulas dorsais que segregam "um veneno muito tóxico", na expressão de Vellard.

A título de curiosidade aludirei a um grande anfíbio, a rã pimenta, (*Leptodactylus pentadactylus*), que exala uma ameaça que faz quem está próximo lacrimejar e por vezes espirrar.

Seria a rã pimenta que sugeriu ao homem os gases lacrimogênicos — arma civilizada que a polícia lança não nos momentos de bom humor?

(1) — "Boletim do Museu Nacional, vol. XIX — XVII — 1934/1941.

Dr. Antonio de Arruda Camara

Publicamos a seguir o seu discurso por ocasião da transmissão do cargo do Diretor do Serviço de Economia Rural, que, por duas vezes, ilustrou a no qual os melhores serviços prestou à agricultura do país, especialmente no setor do associativismo rural, que durante a sua brilhante gestão deixou aparelhado o classes com o Confederação Rural Brasileira, 20 federações estaduais e cerca de um milhão de associações municipais, espalhadas, regionais e especializadas, espalhadas por todo o território pátrio.

Ao transmitir a direção do S.E.R., é do meu dever dirigir, antes, palavras de agradecimentos aos colegas de trabalho que me auxiliaram no desempenho da tarefa de dar cumprimento às múltiplas e complexas atribuições cometidas ao Serviço de Economia Rural.

Ultrapassam as referidas atribuições, e de muito, no regime do S.E.R., que obedece, naturalmente, à estrutura inicial e que não foi ainda enquadrada no desenvolvimento realmente alcançado.

Na prática o campo de ação é hoje muito mais amplo do que era antes e, a rigor, tende, cada vez mais, a se desenvolver.

Continuamos, entretanto, a trabalhar com o mesmo elemento humano recebido da antiga E.O.D.P. e dos extintos S.F., S.P.T. e S.T.C. acrescido, apenas, de um pequeno número de Engenheiros Agrônomos posteriormente lotados no S.E.R. ou postos à sua disposição.

É de salientar que no setor padronização, ilimitado, anteriormente, ao algodão e à laranja, registrou-se um grande avanço. Foram estabelecidas especificações para classificação sobre 64 produtos e estendeu-se a fiscalização da exportação a todos os produtos nacionais de origem animal e vegetal. Estão em estudo as especificações para a classificação do ensulo e do fio de seda, bem como a revisão, que se faz necessária, das especificações para a classificação do algodão.

Sem poupar esforços e sempre coerente com as suas mais altas finalidades, vem o Serviço, desde sua instalação, desenvolvendo e orientando atividades no sentido de estabelecer as bases para a constituição dos PADRÕES brasileiros de produtos agropecuários.

Assim, a Exposição de Padrões que reorganizou em setembro de 1952, representa, sem qualquer dúvida, um grande esforço dos meus antecessores, notadamente de Torres Filho, constituído, também, uma consequência lógica do momento, de vez que os órgãos responsáveis pela classificação e pela fiscalização da exportação mostram, documentadamente, que os produtos susceptíveis de exportação obedecem, dentro da realidade da produção, e um esboço de valores em função da qualidade e da apresentação.

Datam de alguns anos os esforços do S.E.R. para regularizar a situação dos classificadores e, sobretudo, para o preparo e formação desses profissionais, assegurando-lhes um mínimo de conhecimentos indispensáveis no exercício da profissão, seja em funções públicas, seja em empresas par-

ticulares, tal como ocorre com os contabilistas, por exemplo, nos meios comerciais e industriais.

Devemos ter em mente a necessidade, cada vez maior, do preparo básico dos classificadores de produtos agropecuários e de sua especialização e aperfeiçoamento, para que consigam a autoridade que deverão alcançar como verdadeiros peritos na especialidade abraçada.

Assim considerando promovem o S.E.R. cursos para o preparo de novos classificadores de juta, no Pará, de cera de carnaúba, no Ceará, de agave, na Paraíba, de cacau, de lino e de couros, na Bahia, de madrepéris, no Distrito Federal além de dois Cursos de Especialização de Classificadores nesta Diretoria.

Os alunos do Curso de Aperfeiçoamento, ora em realização, estão fazendo, simultaneamente, no Instituto de Óleos estudos sobre a cera de carnaúba que, lamentavelmente, tem sido objeto das mais variadas fraudes em seu comércio.

O comércio de banana, notadamente com os mercados platinos, tem exigido atenções especiais e, ainda agora, vem o Chefe da S.P.P.A. a estudar os estudos sobre sua situação nos mercados de Buenos Aires e Montevideo.

No setor cooperativismo eleva-se a 3.593 o número de sociedades cooperativas em funcionamento no país. Devemos esclarecer que têm sido cancelados os registros das cooperativas que não entraram em funcionamento ou foram obrigadas a suspendê-lo.

Revelam os elementos apurados que das cooperativas em funcionamento 1.589 são de consumo, 1.289 de produção, 399 de crédito e 316 diversas. Entre as de consumo estão incluídas as cooperativas escolares.

Os trabalhos pertinentes aos setores padronização e cooperativismo são executados, em parte, sob o regime de acordo que, em o meu entender, têm dado os mais proveitosos resultados.

Expressivo desenvolvimento atingiram os trabalhos pertinentes à organização associativa da classe rural. Mais de 135.000 agricultores constituem o quadro social das 1.010 associações rurais reconhecidas em acordo com as disposições do Decreto-Lei n.º 8.127, de 24 de outubro de 1945. Apesar um Estado e os Territórios não dispõem, ainda, de órgão federativo e, portanto, de representação na Confederação Rural Brasileira.

Amazonas e Amapá, entretanto, já podem organizar suas Federações e, assim, participarem da Confederação.

Na parte referente às pesquisas econômicas e sociais considero das mais úteis a ação até agora desenvolvida pelo S.E.R.

Entre os inquéritos realizados vale destacar, nos primeiros, os relativos ao habita rural e à nomenclatura e caracterização das atividades exercidas no meio rural brasileiro. No momento está a S.P.E.S. empenhada no levantamento, continuando trabalho iniciado na gestão Júlio Cesar Covelo —, sobre modo da produção. Além desse levantamento, agora feito com a colaboração do U.N.G.E., está a S.P.E.S. realizando inquéritos relativos ao preço das terras e aos salários rurais.

Na coleta dos respectivos elementos têm as associações rurais prestado eficiente e utilíssima colaboração.

O Serviço de Economia Rural vem realizando, anualmente, trabalho de substancial amplitude no setor das atividades econômicas e sociais do país.

Assim, foi realizada, em julho de 1951, no Rio de Janeiro, a I Reunião de Consulta às Cooperativas, que alcançou expressivos resultados. Destacamos, entre esses resultados, os referentes às cooperativas do Rio Grande do Sul que, após a Reunião e a semelhança das de São Paulo, passaram a contribuir em maior escala para o abastecimento do Rio de Janeiro.

Em 1952, prosseguiu o S.E.R. com o seu plano de trabalho e realizou, também no Rio de Janeiro, a Primeira Reunião dos Chefes de Agências do Serviço de Economia Rural e dos Diretores dos Órgãos Executores dos Acórdos relativos ao Cooperativismo e à Classificação dos Produtos Agropecuários, cujo objetivo principal foi a coordenação e o desenvolvimento das atividades do Serviço, nos seus vários setores.

Em agosto de 1953 realizou, em Campina Grande, Estado da Paraíba, a II Reunião Algodoeira do Nordeste, que teve apoio e a participação dos órgãos oficiais, das instituições particulares, dos técnicos e das classes interessadas, que debateram, ampla e livremente, as questões que interessam a uniformidade da classificação do algodão do Nordeste, notadamente do algodão de fibra longa.

Dadas suas finalidades e o interesse que despertou, a II Reunião Algodoeira do Nordeste ofe-

receu aos produtores, comerciantes e industriais de algodão, através de suas RECOMENDAÇÕES, objetivos e oportunas diretrizes, seja com referência aos problemas gerais, seja com referência aos aspectos particulares da economia algodoeira do Brasil.

De 3 a 7 de maio, do corrente ano, foi realizada no Recife, Estado de Pernambuco, a II Reunião de Consulta às Cooperativas, que teve o apoio e a participação das cooperativas nordestinas cujos delegados debateram ampla e objetivamente, as questões suscitadas.

O conclave, tanto pelas suas finalidades como pelo interesse que despertou no seio da Família Rochdaleana, apontou em suas conclusões, sugestivas e oportunas diretrizes para a solução de problemas econômicos, especialmente dos que se refere ao abastecimento e à colocação dos produtos agropecuários nos mercados, por intermédio das cooperativas dos grupos de produção e de consumo.

Aos meus presados companheiros de trabalho declaro que uma vez obtida a aposentadoria requerida, — amparado como me acho pela alínea "L", art. 180 do E.P. — pretendo voltar "à estacada", para trabalhar, em em acordo com o meu passado e as minhas convicções, no serviço do cooperativismo e da organização associativa da classe rural brasileira.

Ao terminar essas ligeiras considerações encabecei formular votos pelo êxito da nova administração e renovar nos companheiros de trabalho, indistintamente, as expressões do meu real e profundo reconhecimento.

Sociedade Nacional de Agricultura

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1.ª E 2.ª CONVOCAÇÕES

São convocados os Srs. sócios efetivos, remidos e beneméritos para a assembleia geral extraordinária que se realizará no dia 26 de agosto próximo na sede da Sociedade Nacional de Agricultura, à avenida General Justo n.º 1/1-2.º, nesta Capital, às 17 horas, para a seguinte ordem do dia:

- 1) votação dos novos Estatutos;
- 2) ajustamento dos mesmos à vida administrativa da Sociedade;
- 3) assuntos de interesse social.

Caso não haja número para que se realize a assembleia em 1.ª convocação, ficam desde logo convidados os senhores sócios para a reunião em 2.ª convocação, no mesmo local e às mesmas horas do dia 10 de setembro.

a) ARTHUR TORRES FILHO
Presidente

O Cooperativismo e o Nordeste

FABIO LUZ FILHO
Presidente do Centro Nacional
de Estudos Cooperativos

— I —

O RECIFE

O Recife, na grandeza de suas mais caras tradições históricas, sempre me seduziu. O mesmo eu diria de Olinda, onde me demorei na contemplação de seu passado heróico, berço dos estudos jurídicos, plíndora que nos traz à mente, vindos dos pródromos da nacionalidade, os vultos que ergueram as Igrejas-reliquias: a de Nossa Senhora do Monte (1535) e a de Guadalupe, como ergueram a mais antiga do Brasil: a de Igarapé. O mesmo poderia dizer da Bahia, terra do meus pais, que também visitei com emoção. Por isso, tenho da terra perrambucuna, e de sua gente, a mais viva das impressões. Admirei o dinamismo do Recife com seu furto de prosperidade, com a beleza de seus aspectos venezianos, suas largas avenidas de aranha-céus, balrros como o Derby e os Afritos, etc., que são ridentes bairros residenciais, de elite. Os velhos e decantados sobrados senhoriais, reminiscências coloniais, ainda existem esmaitando o casarão antigo, resistindo aos impactos do tempo inexorável, como os de Olinda. Esta venera ainda, com estas razões, não só os seus sobrados, senão também os seus balcões fidalgos, os seu admiráveis reliquários. Paulo Sobrinho serviu-me de prestimoso e culto cicerone nessas incursões históricas.

E como e mitadas as cidades que avançam tentacularmente, tem o Recife também seus lados sombrios, como o Rio de Janeiro, no qual, encravados nitê entre a majestade granítica dos edifícios de Copacabana, surge as favelas deprimentes, coute de toda a gente, inclusive dos míseros nordestinos trazidos pelos "paus-de-arara". Procurei ver os porcozinhos do Recife, que perduram, não obstante o meritório esforço inicial de Agamenon Magalhães, (O burocratismo é um dos flagelos administrativos brasileiros, devorando verbas e tornando infrutíferas as melhores intenções...). Não vi os piores, que não estão propriamente em Eneuzilhada; mas, os que vi, sobretudo os do tipo coletivo, vamos dizer, tipo cortiço em seqüência, com lugar apenas para uma pessoa poder deitar-se num gaucho fôrdido, à razão de 70 e 80 cruzelros mensais, estes bastaram para uma impressão de profundo pesar, quase de horror. Pincados dentro da fetidez de pauls inundáveis com as marés montantis, que os invadem a quase um metro de altura, têm as ruas enlameadas, as poresas fossando espurcicelas em derredor, que a incidência do sol forte torna nauseantes!... Condição de vida infra-humana! Isto dentro de uma cidade inegavelmente bta, que se moderniza celeremente, justamente cognominada a "Veneza americana", a "Cidade Maurícia"... Dolorosos contrastes, como no Rio... Caidos de cultura de revoltas justas, compreensíveis. Problemas sociais que se avolumam... Acredito, fielmente, que Paulo Afonso seja, para esse grande Estado, alentadora esperança. Talvez faça retornar aos campos (se a industrialização, que já

se esboça, não acentuar o êxodo...) toda essa pobre gente desajustada e subnutrida que zaranza pelas ruas do Recife, cidade de vida cara, esmolando para poder sobreviver, lançando mão de expedientes de toda sorte, num como mercado-persa pinturesco e multicolorido, no qual se encontram as saborosas frutas nativas, preciosas colas de sabor regional, no lado de bugligangas e do que as indústrias do Sul para lá remetem a rôdo.

As jangadas singram um mar de cambiantes soberbas, nas praias de Boa Viagem e do Pina, como em Tambau (esta, praia de deslumbramento, em João Pessoa), irisações magníficas que nos extasiavam e lembram as praias que vão de Itacuruçá e Mangaratiba, no Estado do Rio, e as de Salvador, na Bahia, entre elas Itapoum. Os coqueirais colocam as notas arfalfantes de seus portes esguios e belos, nessas praia nordestinas.

Suas Igrejas unidas de recordações priscas: os labores de Capela Dourada, em proporções maiores, lembram os esplendores da Igreja de São Francisco em Salvador, na Bahia... Outras faaes, de acentuada cor local: os seus vendedores de guahamis e de côcos nas calçadas das ruas; os deliciosos sorvetes de mangaba e de enjã, e os refrescos de maracujã. Os seus cantadores, como os que vi e ouvi em Campina Grande, glosando na rua os motes dados no momento, traços marcantes dessa inteligência viva e verve ensolarada do nordestino bravo. Sua imprensa moderna e brilhante honra os foros de cultura do grande Estado.

Com fervor patriótico atinge-se o tôpo da torre da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres (erguida em 1696), marco que assinala a batalha dos Guararapes, pois é no acume desse morro célebre que ela se ergue na vetustez de suas sólidas paredes medievais, conservadas todas as suas características originárias. E fato curioso: em torno ao morro, em cômoros, o "capim santo" só floresce no dia da batalha dos Guararapes! Daí a romaria anual da multidão erente, nesse dia, o capim florante nas mãos, subindo, genuflexa, até à Igreja histórica.

Com o mesmo ímpeto com que plantou os fundamentos da nacionalidade saberá Pernambuco contornar os problemas que surgem e surgirão, pois ha energia e visão nos seus atuais dirigentes.

PIONEIRISMO

Como o Rio Grande do Sul, Pernambuco é um pioneiro, no país, do movimento cooperativo. Goiânia e Camaragibe são exemplos disso. Se o movimento cooperativo não atingiu o estágio do desenvolvimento e aprimoramento dos Estados do Sul, isto, talvez, em parte, se deva à ausência de elementos alienígenas com a sua formação cooperativa, e a menor concentração de crédito, além de ou-

tros fatores conhecidos, de vária natureza, entre os quais excellem: os ressaltos daquela fase de cooperativismo compulsório, intervencionista, policialístico (de que a Cooperativa de Horticultores foi um exemplo de desencanto), explicável pela ambiência política da época; mas que também teve seus aspectos pioneiros, e um lastro de sinceridade e de realizações louváveis e que ficaram, como as cooperativas escolares, que relembram a pretérita ação incisiva do saudoso M. Barbosa e a de José Arruda de Albuquerque, e a ação atual, litorânea e entusiasta, de Nair de Andrade, o que demonstra que o poder público pode realizar muita coisa quando quer realmente servir, e quando algum apólo moral e material dá aos que realmente querem realizar com alma idealista e dedicação fecunda.

É outro capítulo que se adombra nesse passado (que ainda conserva resquícios de sobrevivência, mas sem o mesmo clima): as injunções político-partidárias. Certo diretor (dêsses adventícios, alcinçados pelos bafejos políticos, como é, infelizmente, comum no Brasil, desalrosamente lançou mão, em causa própria, de critérios discricionários até para a distribuição do crédito oficial para fins elitistas, etc. Já possui, contudo, o movimento, e amadurecimento necessário para debater e orientar os seus próprios problemas, superada aquela fase melancólica. O êxito alcançado pela II Reunião de Consultas às Cooperativas, realizada sob os auspícios do Serviço de Economia Rural, do Ministério da Agricultura, bem o confirma. Os assuntos tratados nessa Reunião são de vital importância para o Nordeste. Isto porque as discussões cheederam a um nível indiscutível de objetividade. As delegações, algumas brilhantes, imprimiram nos temas e debates, pelas conclusões em termos realizáveis, um sentido prático. Poram justas as reivindicações das cooperativas do Nordeste e sua contribuição foi das mais valiosas. Os técnicos dos departamentos de cooperativismo de sete Estados Nordestinos, conjuntamente com os técnicos do Serviço de Economia Rural, souberam dirigir os trabalhos do certame num sentido proveitoso e concreto, de modo que os resultados obtidos são, no seu todo, de grande significação. Esperam todos que os poderes públicos não façam ouvidos moucos...

Ficou para sempre gravada em meu coração a comovida impressão das sensibilizadoras homenagens de que fui alvo durante a Reunião, particularmente do plenário e de oradores cheios de vibração e bondade, e desta figura fidalga que é Petronilo Santa Cruz, digno diretor do Departamento de Assistência às Cooperativas do Estado. O ramalhete, com belas flores, que me foi ofertado em plenário, na força e beleza de seu simbolismo, como homenagem das delegações presentes de sete Estados Nordestinos, na pessoa de vinte e oito delegados, através da palavra brilhante de Samuel Gonçalves; o meu retrato, como o do Dr. Arruda Câmara, colocado no D.A.C. do Recife; as referências da imprensa, entre elas as do brilhante Costa Pólio, ficaram indelévelmente, na minha gratidão genuína, como os maiores galardões de minha existência de propagandista que já caminha para o resvaladouro outono, encanecido nas árduas portinas de cerca de 30 anos...

A PAISAGEM NO BREJO E NO AGRESTE

Pernambuco possui boas rodovias. Vi animação e entusiasmo no brejo e no agreste da Paraíba e de Pernambuco, pelo inverno chuvoso. Sobretudo o brejo pernambuco oferecia aspectos de trabalho intenso e festivo.

O brejo paraibano é uma zona fitogeográfica, de água aflorante, da Serra da Barborema, pos-

suidora de solos profundos, embora pobres em azoto e fósforo e deficientes em matéria orgânica. Seus vales, entanto, são no geral férteis. A criação de gado se faz em escala ínfima, havendo pobreza de plantas forrageiras. O leite constitui al artigo de luxo, quadro extensivo ao Estado de Pernambuco e, praticamente, a todo o Nordeste, como é sabido, o que, somado à ausência ou escassez de verduras caracteriza a dieta da "gens" rural dessas regiões. O arrendamento é pouco usado. Dols polos al se defrontam, como no resto do Nordeste: abastados ou remediados, ou zanganos, e pauperismo (este, cada vez mais avassalante, ao adente das secas) e uma classe média pequena que se está proletarizando aos poucos, no ajuízo da conjuntura econômica, como no resto do Brasil... Nem aquele estágio pré-capitalista de "economia de despesa" a que se refere Sombart...

A quase 80% de arrecadação do imposto de consumo nos Estados do Sul, opõem, o Norte, o Nordeste e o Brasil Central, juntos, uma percentagem que não chega a 6%, o que evidencia a pouquidade do índice econômico.

Nas distâncias perlongadas, nas caatingas escalvadas e nos agrestes, os mandacarus, sobrelevando-se às demais xerófilas, embora já tocados nos dedos mágicos do inverno pluvioso, lembram sentinelas de gestos agressivos, a bracciar para o azul, em atitudes de suplica ou advertência, como símbolos, sobranceiros na adustão em tórno, já amonizada, como disse, pelos primeiros fustigos da hibernada, na futuração de boas colheitas, sobretudo de cereais e algodão.

O almo poder das águas, no espetáculo da ressurreição... Eles, os mandacarus e os avelos realmente tipificam a paisagem nordestina. Os avelos (ou "aveloz", como na linguagem popular é denominada essa euforbiácea, que o gado teme) quadrulam a paisagem; dividem as propriedades, que se vão fragmentando, emoldurando plantações de palmas, agaves, macaxeiras, palmas em meio de algodais. Em sua resistência à inelutância do clima, como o bode e o jerico, bem caracterizam, eles, os avelos e os mandacarus, as regiões nordestinas, de longes bravios. Os avelos atingem às vezes a altura de verdadeiras árvores.

Os vaqueiros, na sua indumentária tímica de couro, dão também a nota humana a essas paisagens.

Regiões vi onde, praticamente, havia quatro avos não chovia. Pode avaliar, de visu, como as aridezidades telúricas enrijaram a fibra do nordestino. Nesses cenários desertos e adustos, teima o sertanejo em viver, ou sobreviver, caldeando a alma forte aos embates das adversidades climáticas e outras, alma forte que rejubila, agora, às primeiras infadas do inverno chuvoso. Os que não querem os "paus-de-arara", teimam em continuar nos seus citos, nas suas "casas de farinha", apelando às secas para o próprio fruto da palma com farinha e, de quando em vez, carne de bode. Continuam nas suas casas colmadas e revestidas de folhas de catolé, quando não de argila, peça indissociável do fadário do homem rural brasileiro...

É a situação de duas das áreas ecológicas pernambucas: a mata (que, praticamente, envolve o litoral) tem uma densidade demográfica de 140 pessoas por quilômetro quadrado, enquanto o agreste e a caatinga apresentam uma densidade de 50 habitantes por quilômetro quadrado. No sertão mal chega a 8 por quilômetro quadrado...

A contribuição de Pernambuco para a renda nacional é de 3,57%; a da Paraíba, de 1,39%; a dos demais Estados do Nordeste reunidos não ultrapassam a percentagem de 3%. Tudo isto assinala um desnível econômico de esturrecer, em relação ao Sul do país.

CAMPINA GRANDE

Campina Grande é uma bela e próspera cidade paraibana para a qual influem várias zonas fisiográficas (brejo, agreste, etc.). É considerada, com razão, a maior cidade interior de todo o Nordeste, como Caruarú é a capital do agreste pernambucano. É ela sede de um município que arrecadou em 1953, mais de 26.000.000 de cruzetões, situada em plena Serra da Borborema, com uma média de pluviosidade de 1.220 mm, e temperatura máxima de 28 graus e mínima de 14. Nela encontrei, no átrio da Prefeitura, uma família nordestina que ali dormira para ter oportunidade de solicitar do Prefeito, Dr. Plínio Lemos, uma passagem de volta no torrão dela, no sertão paraibano, pois o brejo, disse-me o chefe, sertanejo meco, alto e forte quase em andrajos, de olhos unidos, no brejo toda a família, mulher e sete filhos, havia espalhado "seções"... Preferia voltar para o seu

pedaço de terra e plantar algodão; mas, a miséria, a moléstia e a fome só lhe permitiam mendigar. Dei-lhe o que me foi possível. Foi atend'lo logo pelo Dr. Plínio Lemos, que me disse serem frequentes esses casos. A mulher, quase esquelética, com os sete filhos deitados nos ladrilhos frios, era bem a imagem do sofrimento: olhos baixos, de profunda resignação, amamentando linda criança, clara e loura. Que formidável material humano ali estava! O drama sombrio do Nordeste estava naquele quadro estereotipado: esperanças nunca perdidas, ansejar continuo em busca de novos horizontes de trabalho e fartura, regresso ao primeiro tamborilar cantante das chuvas promissoras, à primeira claridade de dias melhores, intenso apêgo à terra natal, aquele inapagável anseio que José Americo de Almeida fixou em "Bagaceira", imantando o sertanejo heróico...

Continuarei.

"SELEÇÕES AGRICOLAS"

REVISTA MENSAL

Direção: Eurico Santos — Sylvio Leal — M. Nunes

Assinatura anual .. Cr\$ 50,00

Número avulso Cr\$ 5,00

Avenida Nilo Peçanha, 26 - 12.º — Tel.: 32-6163
RIO DE JANEIRO ————— BRASIL

ADUBOS

CADAL

PARA TODAS AS CULTURAS

FERTILIZANTE

EQUILIBRADO

UM PRODUTO COM "CADAL" CIA. INDUSTRIAL A. GARANTIA DA DE SABÃO E ADUBOS

AGENTES EXCLUSIVOS DO SALITRE DO CHILE

PARA O DISTRITO FEDERAL, ESTADOS DO RIO E ESPÍRITO SANTO

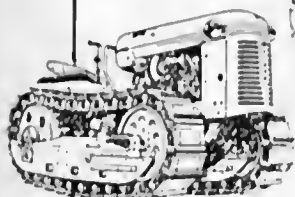
ESCRITÓRIO: AV. PRESIDENTE VARGAS, 149 - 6º ANDAR - TEL. 43-7092

FABRICA: AV. AUTOMÓVEL CLUBE, 4260 - ACARI - RIO DE JANEIRO

A FROTA DE TRATORES DE ESTEIRAS OLIVER

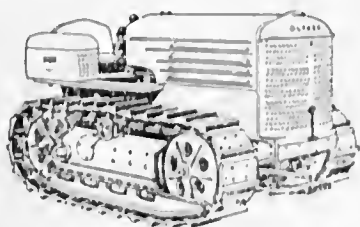
*está pronta para qualquer trabalho,
com qualquer tempo
e em qualquer lugar*

OLIVER "OC-3"
com bitola de 68"

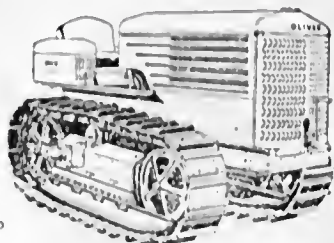


O "OC-3", a gasolina, com 22 H.P. na barra de tração, é construído com bitolas de 31", 42", 60" ou 68", que lhe permite ser utilizado nos mais variados serviços, quer em operações de terraceamento em encostas, quer penetrando densos canaviais.

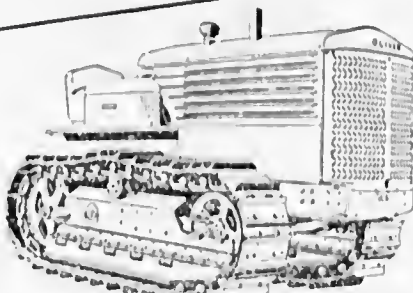
OLIVER "OC-3"
com bitola de 42"



▶ Executando todos os serviços agrícolas, tração no arado ou combinado, OLIVER diesel "AD" é o mais versátil trator de sua classe, proporcionando na barra de tração a potência de 30 H.P.



O OLIVER modelo "BD", diesel, dispõe de 38 H.P. na barra de tração, sendo ideal para a lavoura, indústria ou terraplenagem.



Ideal para grandes lavouras e serviços de terraplenagem, os tratores OLIVER modelo "DD" e "DDH", com 61 H.P. na barra de tração, são ainda indicados para a aração pesada em solos virgens.



THE OLIVER CORPORATION

Divisão de Exportação: 400 West Madison Street, Chicago 6, Ill., E. U. A.
"O MELHOR EM MAQUINÁRIO AGRÍCOLA"

Distribuidores exclusivos:

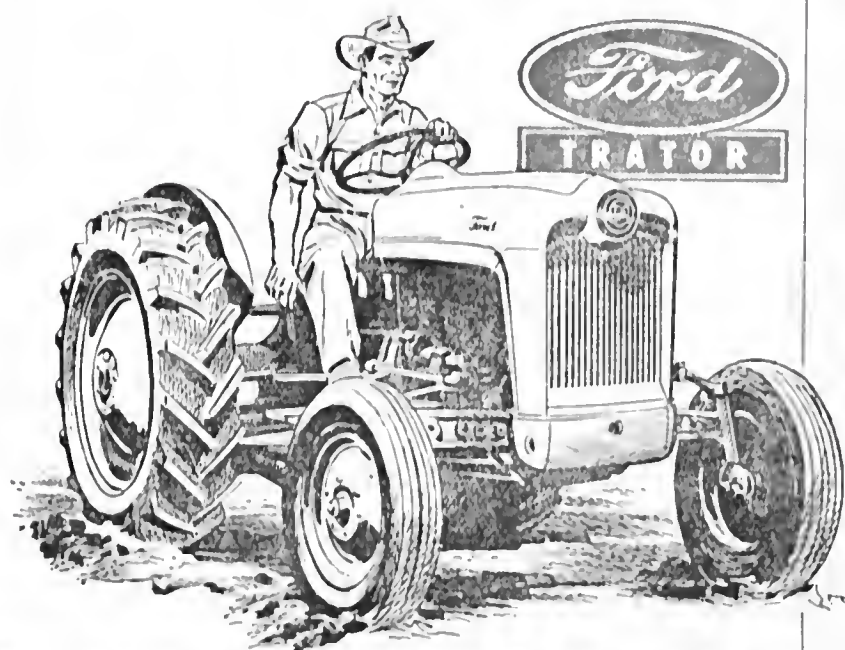
MESBLA

RIO DE JANEIRO - SÃO PAULO - PORTO ALEGRE - BELO HORIZONTE
RECIFE - SALVADOR - PELOTAS - NITERÓI - VITÓRIA - MARÍLIA

ed. 1/53

Um trator que rende mais!

Trabalha o ano inteiro!



Trator FORD

para todos os serviços da fazenda!

Um trator que V. usa apenas em 4 ou 5 meses do ano é capital parado, que não rende juros! Mas só um trator com uma linha completa de implementos, como o Trator Ford, pode ser utilizado durante o ano inteiro! Para qualquer serviço há sempre um implemento Ford — pronto para trabalhar mais depressa e a menor custo! Consulte o seu Revendedor Ford para escolha dos implementos indispensáveis ao maior rendimento do seu TRATOR FORD.

E para sua garantia...

**ASSISTÊNCIA MECÂNICA E PEÇAS
EM TODO O PAÍS**

FORD MOTOR COMPANY
SÃO PAULO



CULTIVO



PLANTIO



CORTE DE FORRAGENS



ARACÃO



COLHEITA



ATERROS



TRANSPORTE



CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS

ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

ORGAO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



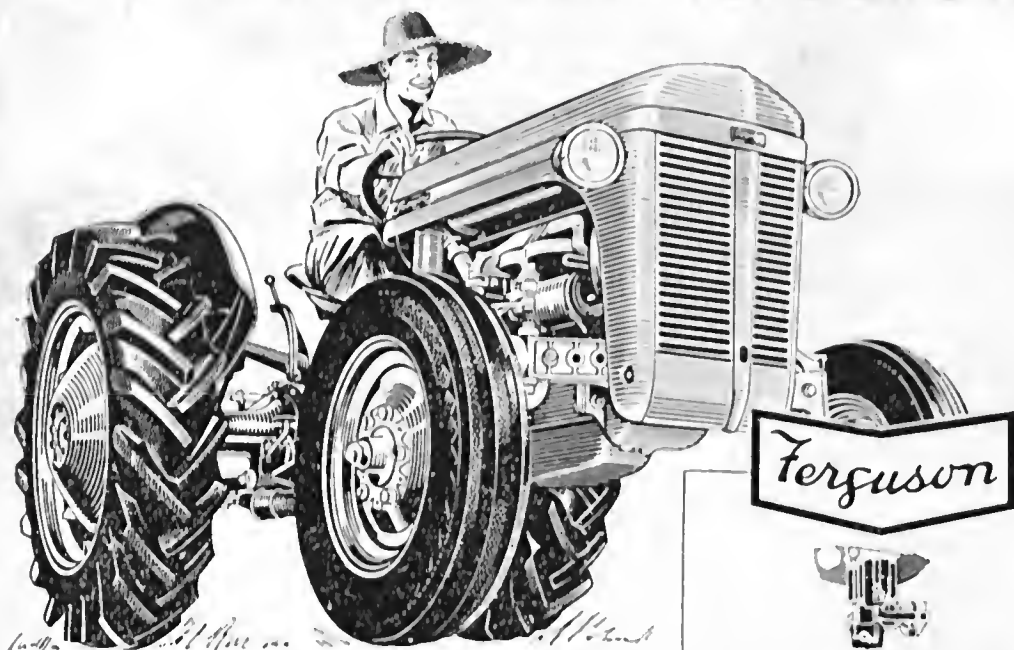
JOHN BULL

campeão Nelore — I Exposição Estadual de Bovinos das
Raças Indianas. Proprietário: Momedi Mussi Barreto.

ANO LVIII

SETEMBRO OUTUBRO, 1954
RIO DE JANEIRO — BRASIL

DIFERENTE! o sistema FERGUSON...



...é único e completo —
por isso rende um trabalho eficiente e econômico!

O famoso Sistema Ferguson aferece controle hidráulico integral, moderno acoplamento mecânico e novos dispositivos de segurança. O controle a "toque de dedo", além de simplificar o levantamento dos implementos, regula automaticamente a sua tração e a profundidade dos sulcos. EXCLUSIVO: Característica importante e exclusiva é o dispositivo hidráulico que desliga automaticamente a implemento quando este encontra um obstáculo.

FERGUSON—um só conjunto motorizado para
todas as tarefas de seu lavoura. Mais potente
- mais resistente - mais econômico - maior
rendimento - maior facilidade de manejo.

DISTRIBUIDORA VEMAG S/A

Veículos e Máquinas Agrícolas

São Paulo - Matriz - Rua Grotta Funda, 224
Telefones 3.0612 - 3.0648 - 3.0759 - Caixa Postal 8232
Telegramas "Studeauto"

Rio de Janeiro - Filial - Rua São Clemente, 83 - Tel. 45-1414

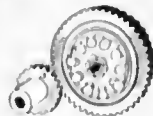
Territórios de Distribuição - Distrito Federal, Estados de São
Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás,
Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina.



Motor novo mais poderoso - 20%
mais de força e melhor característica
de torque.



Câmara de combustão semi-esférica
Garante melhor aproveitamento da
combustão e, portanto, maior aprovei-
tamento de gasolina.



Regulador de esferas - Regula auto-
maticamente a uniformidade da marcha
do trator em qualquer terreno.



Contrôle a "Toque de Dedo" - Fácil
controle de todos os implementos com
um simples "Toque de Dedo".

Completa assistência mecânica

DISTRIBUIDORA
VEMAG



O sr. ministro Costa Pôrto, da Agricultura, quando falava na reunião convocada pela Confederação Rural Brasileira.

SUMÁRIO

A batalha do trigo — Prof. Arthur Torres Filho	3
III Conferência Rural Brasileira	6
Curso de Especialização Universitária para Engenheiros Agrônomos — Eng. ^o Agr. Geraldo Coulart da Silveira	10
Paulo Afonso e a produção de azoto sintético	12
A produção e abastecimento de leite das cidades de Recife e Olinda por meio de Cooperativas — Alcides Osorio de Mendonça	13
Cooperativismo e Educação — Fábio Luz Filho	18
Crédito e Assistência Rural — Eng. ^o Agr. Arthur Torres Filho	18
Notícias e Informações	19
Criação de consciência política no meio ruralista — Fernando C. Riet	22
Sociedade Nacional de Agricultura	24
Contribuição da Sociedade Nacional de Agricultura a II Reunião de Consultas às Cooperativas	25
Dr. Antonio de Arruda Câmara	26
A agricultura no Distrito Federal	30
Pesquisas econômicas e sociais	42
Campanha da cultura da soja em São Paulo	43

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo — DR. MIGUEL CALMON DU PIN e ALMEIDA
Presidente Benemérito — DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES

DIRETORIA GERAL

Presidente — ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente — LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente — EDGAR TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente — ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário — FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário — ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário — EURICO SANTOS
4.º Secretário — CINÉAS DE LIMA GUIMARÃES
1.º Tesoureiro — KURT REPSOLD
2.º Tesoureiro — OTTO FRENSEL

Secretário-Geral LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES
ENIO LUIZ LEITÃO
FRANKLIN DE ALMEIDA
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
HONÓRIO DA COSTA MONTEIRO FILHO
JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
MARIO DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR

ALFEU DOMINGUES	JOSAFÁ MACEDO
ALVARO SIMÕES LOPES	JOSÉ SAMPAIO FERNANDES
ANÍPIO GOMES	JOSÉ SOLANO CARNEIRO DA CUNHA
ANTÔNIO JOSÉ ALVES DE SOUZA	JULIO CESAR COVELO
APOLONIO SALLES	JUVENAL LAMARTINE
ARMENIO DA ROCHA MIRANDA	LAURO PIRES XAVIER
ARTHUR OBERLAENDER TIBAU	LAURO FORTES BUSTAMANTE
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO	MANOEL CARLOS FERRAZ DE ALMEIDA
DIOGENES CALDAS	MANOEL NETO CAMPELO JUNIOR
EDUARDO DUVIVIER	MARCIAL G. TERRA
EUVALDO LODI	MARIO VILHENA
FABIO FURTADO LUZ	NEWTON DE CASTRO BELLEZA
GUILHERME EGBERT HERMSDORFF	ORMEU JUNQUEIRA BOTELHO
HUMBERTO BRUNO	PAULO PARREIRAS HORTA
IRIL MEINBERG	PEDRO FONTES
ISRAEL PINHEIRO DA SILVA	ROBERTO DE ARAUJO CARNEIRO CAMPELO
ITAGYRA BARÇANTE	RUI CARNEIRO
IVO LEÃO	SEBASTÃO SANT'ANA e SILVA
JERONIMO ANTONIO COIMBRA	WALDICK MOURA
JOAQUIM CAMARA FILHO	

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE DOS SEGUINTE ÓRGÃOS:

Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; Suplente, Luiz Marques Poliano; Comissão Revisora de Tarifas (Ministério da Fazenda) — Dr. Oswaldo Miguel Frederico Ballarin; Conselho Consultivo da E. F. Central do Brasil — Dr. Altino de Azevedo Sodré; Comissão Permanente do Estradas do Rodagem — Dr. Raul David de Sanson; Instituto Brasileiro do Educação e Cultura (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; Conselho Nacional de Aplicações da Cooperativas Rurais (Ministério da Fazenda) — Dr. Luiz Simões Lopes; Conselho Permanente do Associação Americanas do Comércio e Produção — Dr. Edgar Teixeira Leite; Comissão Consultiva de Acordos Comerciais (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Alberto Ravache; Comissão de Política Agrária (Ministério da Agricultura) — Dr. Luiz Simões Lopes, Suplente: Dr. Alberto Ravache.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LVIII

SETEMBRO - OUTUBRO — 1954

A batalha do Trigo

Prof. ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Acaba de encerrar-se a IV Festa Nacional do Trigo, na cidade de Carazinho, na região tritícola do Rio Grande do Sul, que foi prestigiada com a presença do Ministro da Agricultura Dr. Costa Pôrto, que deu uma demonstração de elevado aprêço ao homem rural e aos técnicos que com dedicação e patriotismo vêm, há anos, travando a Batalha do Trigo, que colima garantir o auto-abastecimento do país em um produto alimentar essencial ao povo brasileiro. A região escolhida, essencialmente agrícola, tem expandido em bases altamente racionais a sua produção tritícola que em 1953 apresentou uma área cultivada de 35.000 hectares, representando 42% de todas as lavouras do Município. O espetáculo do renascimento do cultivo do trigo no Rio Grande do Sul representa a reivindicação do papel que teve no começo do século passado, em que o Brasil produzia para o seu consumo e ainda era exportador.

Segundo dados do Serviço de Estatística da Produção, a produção brasileira de trigo em 1953, foi a seguinte: área em hectares, 910.414; produção em toneladas, 771.692; valor em cruzeiros, 2.763.499.000,00. Constavam como sendo os maiores produtores de trigo, os Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Por esses dados, coligidos e divulgados por órgãos estatísticos oficiais, verifica-se que o Município de Carazinho, no ano de 1953, concorreu com cerca de 3,70% para a produção nacional de trigo.

Dispendeu o Brasil em 1953 com a compra de trigo no exterior “três e meio bilhões de cruzeiros”. Comparado, isoladamente, “foi o maior dispêndio de divisas no exterior”; maior do que com a compra de gasolina, óleos combustíveis e outras mercadorias essenciais. Patenteia-se a gravidade para a situação financeira desse dispêndio. Em 1953 consumimos 2.475.355 toneladas de trigo, das quais foram produzidos no país 821.777 e 1.653.578 importadas (grão e farinha). Calcula-se que o aumento anual, em média, vinha sendo de 100 mil toneladas e em 1953 elevou-se a 500 mil pelo fato de se haver importado mais trigo em grão.

No corrente ano, de janeiro a junho, foram importadas 600 toneladas de trigo provenientes da Argentina, Uruguai, Paraguai, Canadá e Finlândia, no valor equivalente a 54 milhões de dólares. (Conjuntura Econômica, pg. 16, da F. G. V.). É de salientar-se que o preço atual do trigo argentino, conforme o acôrdo comercial, é de 95 dólares C.I.F., a tonelada, que sendo muito embora bem inferior ao de 1953 ainda assim, como assinala a Conjuntura Econômica, e é ainda acentuadamente mais alto que o do mercado internacional, que em 1951 tem sido quase sempre abaixo de 8 dólares.

Não pertencendo ao Acôrdo Internacional do Trigo, tem a Argentina a liberdade de negociar sua produção exportável aos preços que lhe convenham no interesse de seu intercâmbio comercial.

No valioso relatório sobre o Problema da Alimentação no Brasil, a Missão Klein & Saks, ao tratar do capítulo dos cereais, fez a seguinte declaração “em boa hora o Brasil produz cereais em abundância, com exceção do trigo”. E com muita justiça resalta os esforços e as realizações que vem alcançando no setor da produção de trigo e releva a importância do problema do armazenamento para os cereais e declara o que se vai realizando no que concerne ao armazenamento do trigo e diz que o que o Serviço de Expansão do Trigo é um órgão vigilante e dotado de responsabilidade e constitui “um bom exemplo de entidade governamental que tem prestado bons serviços silenciosa e eficazmente” e modelares que, em cinco anos o país se ache liberto das importações (pág. 228, O Problema da Alimentação do Brasil — Relatório Klein & Saks).

A propósito, saliento que no relatório da Missão Klein & Saks existem observações do complexo problema do trigo nos setores técnicos, industrial e comercial merecedores de atenção e providências acanteladoras. Depois de muito acertadamente analisar as importações de trigo e a expansão lisongeira da produção nacional a Conjuntura Econômica é de parecer que, “em futuro

próximo, o problema do trigo no Brasil não sofra modificações substanciais. Tudo indica que continuará o desenvolvimento da produção nacional, não devendo, entretanto, sua participação no consumo aparente ser muito mais expressiva que agora". E que o baixo nível do consumo per capita (30 quilos contra 60 nos Estados Unidos e Argentina). A expansão do consumo nacional é muito grande.

A nosso ver, a par da expansão da produção do trigo, deveríamos colocar em plano de destaque o aproveitamento das farinhas panificáveis.

A firmeza das bases em que se assenta a "triticultura brasileira", principalmente a partir de 1947, faz acreditar que, se não houver esmorecimento, no devido amparo ao esforço coordenado do homem rural e no estímulo aos técnicos, a "batalha do trigo", que vem sendo travada há mais de 40 anos, "será vitoriosa para garantia indispensável da independência econômica e política do Brasil".

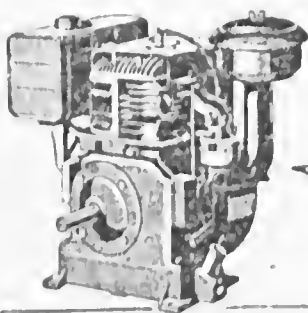
PARA O CAMPO, MOTORES:

BRIGGS & STRATTON

a fonte de potência preferida em todo o mundo!

DE 1 a 8 KP

a gasolina, para fins industriais e acionamento de Geradores, Bombas, e máquinas agrícolas.



Grupos Geradores



Bombamento



Máquinas Agrícolas



Borghoff S.A.

RIO DE JANEIRO
Rua Riachuelo, 243

SÃO PAULO
Av. Gal. Olímpio da Silveira, 63

Voga Publicidade

III Conferencia Rural Brasileira

Realiza-se de 6 a 12 de Dezembro, em São Paulo, a III Conferência Rural, da série iniciada em 1952 pela Confederação Rural Brasileira. A I realizou-se na Capital da República, e a II em Curitiba. Espera-se que o conclave alcance os melhores resultados, pela forma prática e de certa forma Nova, com que o órgão máximo de classe orientou a sua realização, a cargo da FARESP.

Damos a seguir o regimento do certame e a lista das comissões organizadas pela organizadora da Conferência.

REGIMENTO DA III CONFERENCIA RURAL 4.º GRUPO BRASILEIRA

1.º — A III Conferência Rural Brasileira reunir-se-á em São Paulo, de 6 a 12 de Dezembro de 1954, obedecendo ao seguinte Regulamento:

1.º GRUPO

a) Produção Agro-Pecuará:

Técnica da Produção Vegetal
Técnica da Produção Animal

b) Extensão e Ensino:

Assistência Técnica
Ensino Profissional
Experimentação e Pesquisa

2.º GRUPO

a) Suministro de Bens de Produção

Adubos e Corretivos
Alimentos e Concentrados
Inseticidas e Fungicidas
Vácuas e Medicamentos
Máquinas
Águas e Irrigação

b) Serviços:

Energia Elétrica
Combustíveis
Transporte
Armazenamento
Comercialização

3.º GRUPO

a) Política Monetária:

Crédito Rural
Câmbio e Comércio Externo

b) Política Tributária

c) Seguro Agrícola:

Intervenção do Estado na Economia Rural:

Órgãos de Controle da Produção e dos Preços

5.º GRUPO

a) Estrutura Agrária:

Distribuição da Propriedade
Arrendamentos e Parceria
Reforma Agrária

b) Bem Estar e Assistência Social:

Serviço Social Rural
Código Rural

c) Associativismo e Cooperativismo

Associações Rurais
Cooperativas

3.º — Serão membros participantes da Conferência, as Federações, as Associações filiadas e seus sócios, bem como as Associações e Cooperativas de Agricultores, que para esse fim se inscreverem junto à Comissão de Registro e Credenciais.

4.º — A Conferência terá tantas Mesas de discussão, quantos forem os grupos de assuntos que compoem a Agenda.

5.º — As Mesas de discussão serão constituídas de um Presidente, um Relator e cinco (5) membros, todos designados pela Comissão Executiva, atendendo-se, tanto quanto possível, às várias regiões em que se divide o país.

6.º — Nas Mesas de discussão terão direito a voto somente os seus

membros, sendo, entretanto, o debate, franqueado a todos os membros participantes da Conferência.

- 7.º) — A Comissão Organizadora cabe apresentar à Mesa da Conferência os Relatórios Regionais, elaborados com base na contribuição das Federações filiadas e que constituirão os documentos principais a serem debatidos pelas Mesas de discussão.
- 8.º) — As proposições avulsas encaminhadas pela Comissão Executiva, às Mesas de discussão, serão submetidas ao exame destas, e as contribuições que trouxerem e forem aprovadas, serão incorporadas ao relatório do grupo respectivo, não sendo permitido o encaminhamento em separado.
- 9.º) — As Mesas de discussão serão encaminhadas cópias dos Relatórios Regionais, a fim de serem discutidos e elaborados os Relatórios de Grupo, bem como as proposições avulsas que tenham sido apresentadas à consideração da Conferência.
- 10.º) — Examinados todos os documentos que lhe tenham sido distribuídos, preparará o Relator da Mesa de discussão, o Relatório, versando os assuntos do respectivo Grupo, que depois de aprovado, será encaminhado pelo Presidente à Comissão Executiva.
- 11.º) — Recebidos pela Comissão Executiva os Relatórios de Grupo das Mesas de discussão, serão estes submetidos a debate e de liberação do Plenário da Conferência.
- 12.º) — As sessões plenárias serão constituídas de todos os participantes da Conferência, devidamente inscritos, e terão a duração de 4 (quatro) horas, prorrogáveis, a juízo do Plenário.
- 13.º) — As votações em sessão plenária serão processadas na forma dos Estatutos da Confederação Rural Brasileira.
- 14.º) — Cada participante da Conferência poderá usar da palavra somente uma vez, por prazo de 10 minutos, prorrogável até por igual tempo, a juízo do Plenário, para discussão dos Relatórios de Grupo ou de Moções. O prazo para justificar questões de ordem ou encaminhar a votação será de 10 minutos, improrrogável.
- 15.º) — A Comissão Executiva da Conferência, designará uma Comissão de Redação, composta dos Relatores das Mesas de discussão, e

um presidente de sua escolha, a que incumbirá dar forma definitiva às suas deliberações.

- 16.º) — Em sua última reunião plenária, será fixada a data e o local, e designada a Comissão Organizadora da IV Conferência Rural Brasileira.

COMISSÃO DE RECEPÇÃO E ALOJAMENTO

Gallen Blendo — José Peres de Oliveira — Lingard Miller Paiva — Rafael de Moura Campos — Dário Ferreira Guarita — Mario Penteado de Faria e Silva — Luiz Fortunato Moreira Ferreira — João Rodrigues da Cunha — Luiz Duarte Silva

COMISSÃO DE REGIMENTO E CREDENCIAIS

Ademar Carvalho Gomes — Leven Vampré — Paulo Henrique Meinberg.

COMISSÃO DE REGISTRO E CREDENCIAIS

Helio Rubens Junqueira Caldas — Donato Mascarenhas — Sebastião Simões de Carvalho

COMISSÃO SOCIAL

Durval Acioly — Flavio Lima Rodrigues — Sandoval Coimbra — José Carlos Campos Salles — SENHORA: Iris Meinberg — Durval Acioly — Manuel Carlos Ferraz de Almeida — Clovis Salles Santos — Jose Cassiano Gomes dos Reis — Felipe Rodrigues Siqueira Neto — Luiz Fortunato Moreira Ferreira — Enclides — Telles Ruuge — Silvio Pacheco de Almeida Prado — Alkandar Junqueira — Dário Ferreira Guarita.

COMISSÃO DE HONRA

S. Excelência o Dr. João Café Filho — Presidente da República
S. Excelência o Dr. Alexandre Marcondes Filho — Presidente do Senado.
S. Excelência o Dr. Nereu Ramos — Presidente da Câmara dos Deputados.
S. Excelência o Ministro José Linhares — Presidente do Supremo Tribunal Federal.
S. Excelência o Sr. Lucas Nogueira Garcez — Governador do Estado de São Paulo.
Governadores dos Estados e dos Territórios
Ministros de Estado — Dom Carlos Carmo de Vasconcelos Motta — Cardeal Arcebispo de São Paulo.
S. Excelência o Sr. Renato Costa Lima — Secretário da Agricultura de São Paulo.
Secretário de Agricultura dos Estados.
S. Excelência o Dr. Vicente de Paula Lima — Presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo.
S. Excelência o Sr. Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça.



A mesa que presidiu os trabalhos da reunião convocada pela Confederação Rural Brasileira

General Newlon Estillac Leal — Cte. da Zona Militar do Centro.

Brigadeiro Annando Ararigocia — Cte. da 4.^a Zona Aérea.

General Comandante da 2.^a Região Militar.

S. Excelência o Sr. Jânio Quadros — Prefeito Municipal de São Paulo.

S. Excelência o Dr. Villam Salem — Presidente da Câmara Municipal de S. Paulo.

S. Excelência o Sr. Brasília Machado Neto — Presidente da Confederação Nacional do Comércio.

S. Excelência o Sr. Euvaldo Lodi — Presidente da Confederação Nacional da Indústria.

Presidentes das Federações de Associações Rurais.

S. Excelência o Sr. Presidente da Federação de Comércio de São Paulo.

S. Excelência o Sr. Antonio Devizate — Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

S. Excelência o Sr. Clemente Mariano — Presidente do Banco do Brasil.

S. Excelência o Sr. Artur Torres Filho — Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.

S. Excelência o Sr. Luiz Toledo Piza Sobrinho — Presidente da Sociedade Rural Brasileira.

S. Excelência o Sr. Guilherme de Almeida — Presidente da Comissão do 4.^o Centenário de São Paulo.

COMISSÃO ORGANIZADORA

Presidente: Manoel Carlos Ferraz de Almeida — Presidente em exercício da FARESP.

Vice-Presidente: Luiz Toledo Piza Sobrinho — Presidente da S. R. B.

Secretário Geral: José Cassiano Gomes dos Reis — Secretário Geral da FARESP.

1.^o Secretário: Antonio Carlos Corrêa — Presidente da A. P. A.

2.^o Secretário: Accacio Gomes — 1.^o Secretário da S. R. B.

3.^o Secretário: Felipe Rodrigues Silveira Neto — 1.^o Secretário da FARESP.

TESOUREIROS: 1.^o Euclides Teles Rudger — Tesoureiro da FARESP.

2.^o Otavio Cintra Leite — Tesoureiro da S. R. B.

3.^o Genulino Viana — Tesoureiro da A.P.A.

MEMBROS: Cyro Werneck de Souza e Silva — Presidente da U.C.E.S.P.

Caio da Silva Ramos — Presidente da Associação Brasileira de Bovinos da Raça Holandesa.

João de Moraes Barros — Presidente da Associação Paulista Criadores de Bovinos.

Renato Junqueira Neto — Presidente da Associação Herd Book Caracú.

Carlos Abramelys Brotero — Presidente da Associação Criadores de Cavalos Mangá Larga.

Fulvio Morganti — Presidente da Associação dos Uzeleiros de São Paulo.

Quilneu Corrêa — Presidente da Sociedade Paulista Médicos Veterinários.

Lucio Ramos de Maura — Presidente da Sociedade Paulista de Agronomia.

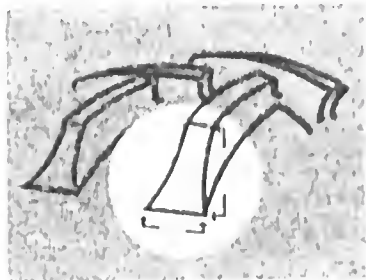
Coisas importantes

que todo lavrador precisa saber antes
de comprar um pneu para trator!



Barras cônicas e curvadas

Para penetrar com facilidade no solo mais profundamente e assegurar máxima força de tração.



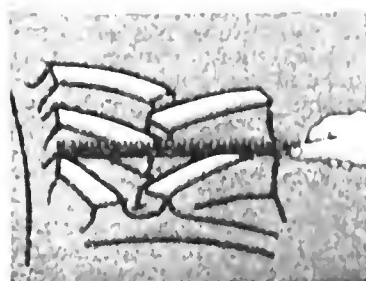
Ombros maiores e mais robustos

Para maior superfície de contato com o solo, para maior agarrar e de que se trata o solo e por aqui.



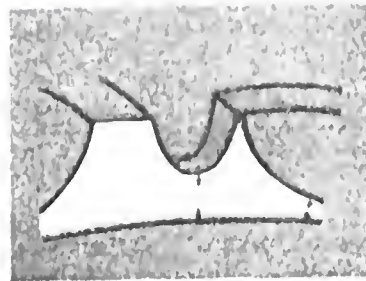
Barras abertas para fora

Para evitar a banda de terra e promover a drenagem da água, evitando a formação de lama.



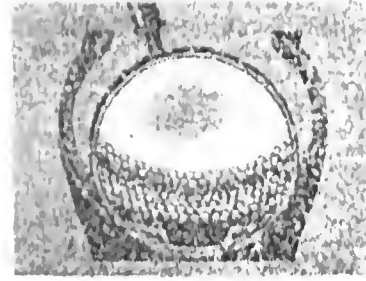
Banda de rodagem mais larga e plana

Para maior área de tração nas barras, assegurando ao mesmo tempo tração em toda a largura da banda de rodagem e maior durabilidade.



Juntas super-reforçadas entre os elementos de tração

Para evitar flexão excessiva das barras e eliminar o excessivo desgaste das extremidades das barras sobre a carcaça.



Dupla proteção contra punçadas

Linhas suplementares para absorver também os impactos mais importantes.

Para obter um pneu de trator com todas estas características, sem qualquer acréscimo no preço, veja



O RENDIMENTO DOS SEUS PNEUS
DEPENDERÁ TAMBÉM DO CUSTO DO TRABALHO

Curso de Especialização Universitária para Engenheiro Agrônomos

GENERALIDADES

Eng. Agr. Geraldo Goulart da
Silveira Diretor Técnico da S.N.A.

O Instituto Agrônomo de Campinas, do Estado de São Paulo, que tantos e tão relevantes serviços vem prestando ao país nos setores de experimentação, pesquisas e ensino, acaba de realizar, com grande êxito, primeiro Curso Post-graduado de Cafeicultura, sob os auspícios do Instituto Brasileiro do Café, destinado a ampliar os conhecimentos técnicos de Engenheiros agrônomos diplomados, ministrando-lhes informações especializadas sobre a cultura do café.

Trata-se, sem dúvida, de uma iniciativa que merece os mais valiosos aplausos, pois preparar técnicos para a orientação da cultura cafeeira é preservar a economia nacional, uma vez que o café é o fornecedor de divisas para o país.

Mais do que nunca é necessário encarar o problema da cafeicultura nacional com objetividade, em virtude de perspectivas não muito alvarelhas para o futuro.

No momento atravessamos suma época excepcional em que a produção é inferior ao consumo mundial e, conseqüentemente, os preços tornaram-se elevados estimulando assim a formação de novas lavouras cafeeiras não só no Brasil (norte do Paraná, Mato Grosso, etc.), como também em outros países (Colômbia e outros países da América Central, México, Colônias Africanas, etc.).

Essa intensificação da cultura cafeeira trará como conseqüência, em um futuro próximo, um desequilíbrio inverso do atual, isto é, produção maior que o consumo, determinando assim uma maior concorrência entre os produtores para a colocação dos estoques de café nos mercados.

Torna-se necessário, portanto, que produtores como o Brasil, fiquem aparelhados para a concorrência, pois só poderão enfrentar a situação aqueles que produzirem racionalmente e em bases econômicas.

São oportunas, objetivas e caracterizam bem o problema, as palavras do Engenheiro agrônomo Carlos Arnaldo Kzug, Diretor do Instituto Agrônomo de Campinas, ministrando a aula inaugural do Curso Post-Graduado de Cafeicultura, que pedimos vênia para transcrever:

"Chegou a hora de passarmos, no Brasil, da fase de invasão cafeeira, com toda a sua grandiosidade, seus erros e sua instabilidade, para a fase da consolidação da nossa principal indústria agrícola. Pas-

semos da exploração extensiva, característica da primeira fase, para a intensiva, reorganizemos as nossas fazendas, nelas introduzimos o necessário equilíbrio entre a exploração animal e vegetal; entre áreas de pastagens, as destinadas ao reflorestamento e as reservadas ao cultivo de plantas perenes e anuais nelas introduzindo, dessa forma, os princípios do uso racional do solo; recuperemos parte dos nossos cafezais velhos pelas replantas, pela adubação e pelo uso dos métodos mais adequados de combate a erosão; tratemos da formação de lavouras novas, cientificamente conduzidas, utilizando somente selecionadas, plantando em curvas de nível e adubando-as convenientemente; formemos, em zonas apropriadas, os "pomares de café" de tamanhos adequados e, o que também é essencial, melhoraremos, dentro das possibilidades, os métodos de colheitas e de preparo do produto, a fim de que possamos concorrer nos mercados mundiais, com um volume cada vez mais crescente de cafés de fina qualidade".

Tais palavras, proferidas por um técnico abalizado e profundo conhecedor de nossos problemas agrícolas, focalizam bem o problema e traçam o roteiro para que possamos enfrentar a crise que fatalmente chegará.

Sómente o trecho acima transcrito, da magnífica aula inaugural do Dr. Carlos Arnaldo Kzug, justifica a oportunidade do Curso Post-graduado de Café que se realizava no Instituto Agrônomo de Campinas, no período de 15 de Abril a 30 de Junho do corrente ano.

A U L A S

As aulas estiveram a cargo de especialistas de renome como os Engenheiros Agrônomos, C. A. Kzug, Alcides Carvalho, Hermínio A. Filho, Antonio J. T. Mendes, Dalvos M. Dedecan, Geraldo C. Mello Ayres, Waldy de Oliveira, J. E. Palva Neto, Rudolfo Schneider, E. A. Granez, José Luiz V. Rocha, Heitor J. Scaranari, Ferdinando R. P. Moraes, Conracy M. Franco, Renato Amílcar Catani, J. Q. A. Marques, José Bertonio, G. B. Barreto, Andre

Tosello, Ahnès P. Viégas, Jacob Bergamini, Helio S. Lapage, João Alcides Sobrinho, Otavio T. M. Sobrinho, Ruy Miller Palva, Oscar Tomazini Ettore, Sebastião G. da Silva e Walter Lazzarini.

As aulas teóricas abrangeram os seguintes assuntos:

- 1 — Sistemática do gênero Coffea — Distribuição geográfica — Principais espécies — Variedades comerciais de Coffea arabica.
- 2 — Citologia das espécies de Coffea; Importância desses estudos para o melhoramento do cafeeiro.
- 3 — Pesquisas genéticas em café
- 4 — Melhoramento do cafeeiro
- 5 — Sistema de produção e distribuição de sementes selecionadas;
- 6 — Solos das zonas cafeeiras;
- 7 — Climas das zonas cafeeiras;
- 8 — Viveiros — Semeadura e transplantação;
- 9 — Método de plantio;
- 10 — Fisiologia do cafeeiro;
- 11 — Características dos adubos aplicados na Lavoura cafeeira;
- 12 — Adubação orgânica e mineral;
- 13 — Sombreamento;
- 14 — Conservação do solo em cafezal.
- 15 — Irrigação do cafezal;
- 16 — Práticas agrícolas — formação da planta — Limpeza, desbaste, poda, carpas, etc.;
- 17 — Mecanização da lavoura;
- 18 — Molestia do cafeeiro;
- 19 — Broca e outras pragas do café;
- 20 — Inseticidas utilizados na Lavoura cafeeira;
- 21 — Colheita, preparo por via seca e armazenamento do café;
- 22 — Preparo do café por via úmida;
- 23 — Formação da fazenda de café;
- 24 — Reorganização da fazenda de café;
- 25 — Método de fomento;
- 26 — Divulgação agrícola;
- 27 — Custo da produção;
- 28 — Comércio de café — Classificação comercial;
- 29 — Situação econômica mundial do café.

Além disso, convém destacar ainda a aula inaugural da instalação do curso, ministrada pelo Eng. Agr. C. A. Kzug, Diretor do Instituto Agronômico de Campinas, que foi uma síntese da cafeicultura no Brasil.

As aulas práticas, ministradas em laboratórios na Estação Experimental Central de Santa Elisa, na Fazenda S. Quirino e em Bragança, versaram sobre os seguintes assuntos:

- 1 — Sistemática do gênero Coffea (duas aulas);
- 2 — Anatomia do cafeeiro;
- 3 — Genética do cafeeiro;
- 4 — Melhoramento do cafeeiro (três aulas);

- 5 — Viveiros de café;
- 6 — Métodos de plantio;
- 7 — Adubação orgânica;
- 8 — Adubação mineral;
- 9 — Conservação do solo;
- 10 — Irrigação em cafezal;
- 11 — Práticas agrícolas — formação da planta — Limpeza, desbaste, poda, carpas, etc.;
- 12 — Mecanização da lavoura;
- 13 — Pragas do cafeeiro;
- 14 — Preparo do café por via seca;
- 15 — Preparo do café por via úmida;

Foram realizadas ainda numerosas e proveitosas excursões para exame in loco, dos problemas relacionados com a produção de café.

Os alunos receberam ainda, de todas as aulas, um resumo monografado, constituindo a coleção de apostilhas distribuídos numa moderna e bem traçada monografia cafeeira.

CONSIDERAÇÃO FINAIS

Como delegado da Sociedade Nacional de Agricultura tivemos oportunidade de estudar, no próprio Instituto Agronômico de Campinas, a organização e a orientação dado no referido curso, não só através da palavra entusiasta do Diretor, Dr. C. A. Kzug, como também, através da palavra de professores e de entrevistados que nos foram concedidas pelos alunos.

Foi magnífica a nossa impressão.

O curso preenchem, na realidade, as suas elevadas finalidades.

O planejamento feito, correspondem, na prática o que dele se esperava.

A primeira turma de Prof. graduados de Cafeicultura, após um período intensivo de estudos teórico e práticos em laboratórios e campos experimentais e excursões pelas zonas cafeeiras, está em condições de imprimir novos e saudáveis rumos à lavoura cafeeira.

Oxalá não falem recursos no Instituto Agronômico de Campinas para que ele possa prosseguir realizando, pelo menos um vez por ano, em curso semelhante ao que com tanto sucesso acaba de concluir e, bem assim, instalar novos cursos de post-graduados para engenheiros agrônomos.

A lavoura algodoeira, a citricultura, etc., estão merecendo, também, igual tratamento, e o velho Instituto Agronômico de Campinas, sempre novo em suas pesquisas e experimentações está aparelhado para ministrar cursos de post-graduados em citricultura, cotonicultura, etc.

A primeira iniciativa foi coroada de êxito.

Tivemos oportunidade de constatar o entusiasmo e o devotamento dos professores ao lado do interesse, dedicação e aplicação dos alunos.

Existe o ambiente propício para a repetição do curso ministrado e a instalação de novos cursos.

Que sejam dados os indispensáveis recur-

esos materiais para que o Instituto Agrônômico de Campinas possa prosseguir na trilha que enveredou, é o que desejamos, nós agrônomos, que nos dedicamos aos assuntos relacionados com o ensino agrícola.

A Sociedade Nacional de Agricultura, que há mais de 50 anos se preocupa com o ensino agrícola no país congratula-se com o Instituto Agrônômico de Campinas e com o Instituto Brasileiro do Café pela feliz iniciativa, cujos frutos, em breve serão colhidos.

Os que concluíram o Curso Post-graduação de cafeicultura imprimirão novos rumos à cultura cafeeira e o Brasil, com sua economia apoiada na cafeicultura, estará em condições de enfrentar, galhardamente, a futura batalha para a conquista de mercados consumidores.

Mais uma vez é oportuno transcrever palavras do Eng. Agrônomo Carlos Arnaldo Kzug.

"O que precisamos é preparar verdadeiro exército de agrônomos especializados em cafeicultura, que possam prestar uma assistência técnica segura aos nossos lavradores, em sua gigantesca tarefa de recuperação de nossa indústria cafeeira".

O primeiro núcleo já está formado. Que venha, agora, o exército.

Paulo Afonso e a produção de Azoto Sintetico

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA — Dirigiu ao Sr. Dr. Antonio Jose Alves de Souza — Presidente da Companhia Hidroelétrica do São Francisco, o seguinte ofício:

"Como é do conhecimento de V. Exa., a situação econômica e social do Brasil está exigindo no atual momento um programa bem planejado de elevação da produtividade agrícola, muito principalmente pela assistência técnica à numerosa classe rural, de que um dos setores mais importantes está representado pela recuperação da fertilidade do solo em vista dos baixos rendimentos culturais. Impõe-se para isso intensificar-se a prática da conservação do solo agrícola e da adubação, esta em bases racionais e econômicas, bem assim melhorar a exploração das jazidas minerais do País; mas como não dispomos de jazidas de nitratos capazes de fornecer a quantidade exigida pelo esgotamento de nossas terras, teremos de nos aparelharmos para a produção de azoto sintético, desde que tenhamos usinas elétricas com a energia suficiente e a preços acessíveis. Ora, dessas usinas, sem dúvida, mais potente será a Hidroelétrica de Paulo Afonso, cuja organização foi confiada a V. Exa. e ilustres engenheiros nacionais.

Esta Sociedade, que tem a honra de contar com V. Exa. como membro do seu Conselho Superior, vem, pela sua Diretoria, solicitar o exame da possibilidade de, através do potencial elétrico da usina de Paulo Afonso, cuidarmos da produção de azoto sintético, de

que a amônia anidra (AA) em suas aplicações na agricultura norteamericana, esta, ao que estamos informados, proporcionando de modo notável, a elevação da sua produtividade. Aproveitamos a oportunidade para reter a V. Exa. os nossos protestos de muita consideração e elevada estima.

(a) Arthur Torres Filho — PRESIDENTE"

LAVRADOR

SE EM TEU MUNICÍPIO NÃO EXISTE ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA, TOMA A INICIATIVA E FUNDA UMA. PEDE INSTRUÇÕES A SECRETARIA DA S.N.A.

A produção e abastecimento de Leite das cidades de Recife e Olinda por meio de Cooperativas

O problema de abastecimento de gênero alimentícios das grandes cidades brasileiras, constitui preocupação de todos aqueles que direta ou indiretamente estão ligados ao mesmo.

Entre estes, o leite, figura em primeiro plano, pelo seu alto valor alimentício, seu necessário consumo, por fazer parte imprescindível da boa e higiênica alimentação.

Algumas tentativas foram feitas no sentido de abastecer a cidade do Recife da quantidade necessária deste alimento.

Estas tentativas não foram objetivas, apenas visaram um imediato, a nosso ver incomprensível, porque não tinha uma organização técnica econômica baseada em princípios capazes de manter um ritmo normal de fornecimento.

O que se fez foi uma mistura onde se mantinha o empirismo, dos centros de maior criação do Estado, ligado a organização moderna, que chocando-se seus princípios não podiam sobreviver aliadas.

O problema econômico era mais profundo, não bastava coletar e defender comercialmente o leite, desde que a produção não fora paralelamente organizada para o fim desejado, esta era como ainda é orientada empiricamente para manter uma rotineira industrialização tradicional, na região antes citada e, por este motivo principal veio o fracasso.

O mesmo erro existe no abastecimento do Distrito Federal, onde a população dispõe apenas de 141 gramas de leite por habitante e por dia, quantidade esta altamente deficiente.

Foi organizada uma rede de 40 Cooperativas nas zonas próximas dos Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, ligadas a uma Central, cujo objetivo principal de cada uma

é: "unindo os criadores de vacas leiteiras residentes na zona de operação da sociedade, promover a mais ampla defesa de seus interesses econômico e, em particular, beneficiar e vender em comum a produção de leite dos seus rebanhos, assim como adquirir por conta dos mesmos, artigos e materiais destinados à indústria da criação".

Nesta, como na tentativa feita em Pernambuco, a organização da produção foi despresada, continuando rotineira e economicamente precária.

O resultado é o perene conflito entre as

ENG AGRONOMO
Alcides Osorio de Mendonça
Serviço de Economia Rural



Cooperativas, representadas pela Central e os órgãos controladores dos preços de venda dos gêneros e utilidades.

É que a produção é cada vez mais deficiente, basta para provar que em 1951 a produção de produção do litro de leite era em média Cr\$ 2,99 e atualmente é de Cr\$ 4,10, advindo um verdadeiro desentendimento provocado pela pretensão das Cooperativas, em obter melhores preços e a oposição da COFAP em atender tendo em vista que o poder aquisitivo dos consumidores não comporta aumento.

No Inquérito realizado em 1951, verificou-se que são necessários 12.500 metros quadrados de terras para manter uma "unidade bovina", isto significa que sendo o valor naquela região de Cr\$ 5 000,00 o hectare, o capital imobilizado terra é de Cr\$ 6 250,00 e que o furo anual deste é de Cr\$ 375,00 (quadro n.º 2).

Além disso, que em média a produção por cabeça e por dia é de 2 litros, em consequência da má qualidade da pasto e do gado.

Estas citações provam a que afirmamos, de que órgãos modernos para, como é o caso, eliminar os intermediários por si só não resolvem o problema, se não for feita a organização da produção.

Com estas ligeiras considerações passamos a expor o plano que estudamos para abastecer a capital do Estado de Pernambuco e a cidade de Olinda, eliminando os inconvenientes observados anteriormente.

Escolhemos Municípios na zona litorânea, ou seja a da cultura da cana de açúcar, em vez do Sertão onde anteriormente foi procurado o leite.

Nos Municípios escolhidos a criação de bovinos é pequena e não existe a tradição da zona, assim sendo poderá ser organizada a produção, que como vimos demonstrar, além da do leite necessário, servirá para a recuperação das terras "em descanso" e melhoramento do rendimento por hectare da cultura da cana de açúcar.

A área cultivada de cana de açúcar, nos

Municípios escolhidos, é de 41.722 hectares e a estimativa da área "em descanso" é de 83.444 hectares (quadro n.º ...), este é um peso morto, ou melhor o juro do capital fundiário terra, sobrecarrega o custo da produção da cidade cultura por muitos anos, até que possa novamente ser aproveitada, quando as mesmas "convertidas em pasto" (não deixadas para pasto), seria recuperada e ao mesmo tempo beneficiaria a área cultivada pelo adubo que fornecerá a mesma.

Além disto as terras "em descanso" convertidas em pasto, recuperadas, podem ser empregadas em rotação com as atuais cultivadas e deste modo o agricultor terá sempre terras férteis, com um rendimento por hectares muito maior que o atual.

O Serviço de Conservação do Solo da Secretaria da Agricultura dos Estados Unidos da América, em trabalho publicado sobre o assunto de autoria de William K. Hul, Primeiro Técnico em Conservação do Solo, preconiza o aproveitamento das terras chamadas cansadas convertendo-as em pasto, para sua recuperação dizendo: "Os pastos de gramíneas e leguminosas perenes, em rotação com culturas capinadas, produzem, consequentemente, safras maiores. Em primeiro lugar, a aração de um bom pasto aumenta a disponibilidade de elementos nutritivos. Em segundo lugar, torna-se mais favorável às condições que dizem respeito à umidade. Em terceiro lugar, reduz-se a maioria das moléstias e pragas. Em quarto lugar, reduz-se as perdas do solo. É portanto, sobremodo evidente que a formação de uma boa pastagem equivale a depositar dinheiro no banco, com a certeza de auferir juros e com absoluta garantia do capital".

Outra conveniência dos Municípios escolhidos é a curta distância que os separa da Capital e as vias de comunicação existentes, compreendidas por estradas de ferro e rodovias (veja quadro n.º ...) e planta anêxa.

O plano de produção do fornecimento de leite para o Recife, foi baseado proporcionalmente na área cultivada por cana de açúcar em cada um dos Municípios escolhidos, promovendo assim o princípio de recuperação das terras "em descanso" e fertilização, com estrume produzido, as que estão sendo cultivadas.

Para o estrume calculamos uma produção de 5 toneladas por ano para cada unidade bovina. Transformando-se todo o gado nas diversas idades em um total de 325.776 cabeças, em 210.850 "unidades bovina", o que corresponde a 1.054.250 toneladas de adubo.

Esta produção de adubo é o colído somente durante a noite, desde que o criador obrigue o gado a dormir preso o que poderá ser feito em abrigos no campo devidamente cimentado, cobertos e com as respectivas câmaras de palha.

Teremos, portanto, como sub-produtos (quadro n.º ...) o seguinte:

Estrume 1 054 250 toneladas à	
Cr\$ 500,00	Cr\$ 527 125.000,00
Couros de animais que morrem	
10.832 à Cr\$ 200,00	Cr\$ 2 176.400,00
Bezerros machos vendidos ao	
nascer 48.821 à Cr\$ 600,00 Cr\$	29.292.600,00
Animais, retilhos Impresta-	
veis para reprodução e pela	
esleção 13.848 à Cr\$ 1.500,00	
Cr\$	20.772.000,00

TOTAL: Cr\$ 579.366.000,00

Valor, acima, dividido pelo total anual do leite (quadro n.º ...), calculado 5 litros diários por vaca, produção esta que deve ser sustentada, teremos para diminuir, mesmo que seja mantido o atual custo de produção de Cr\$ 4,10, a importância de Cr\$ 2,95, reduzido portanto o custo para Cr\$ 1,15.

A quantidade de leite calculado para abastecimento foi de 500 gramas por habitante, a recomendada como ideal e boa alimentação da população.

Consideramos que o custo da produção seria mantido o atual, porém isso não deverá acontecer, senão vejamos em ligeira comparação, tomando por base somente os juros do capital fundiário terra e o capital circulante fixo vacas e touros.

O valor das terras, "em descanso", pelo inquérito que o Serviço de Economia Rural está fazendo, nos Municípios do plano é de Cr\$ 4 500,00 por hectare.

Assim sendo temos:

Valor das Terras	Cr\$ 316.273.500,00
Juros: 6% ao ano	Cr\$ 18.976.410,00
Valor das vacas	Cr\$ 1.091.520.000,00
Juros: 7% ao ano	Cr\$ 74.396.400,00
Valor dos touros	Cr\$ 55.820,00
Juros: 7% ao ano	Cr\$ 3.907.400,00

TOTAL: Cr\$ 97 190.210,00

Para obter a quantidade de leite necessária, nas condições atuais de criação, seriam necessários:

Vacas	267 883
Touros	89 294
Gado em criação em diversas idades	476 749
Cabeças	827 925

ou sejam "unidades bovinas" 529.871

Considerando que em Pernambuco a lotação dos pastos é de 0,6 "unidade bovina" por hectare (a projetada é de 3 unidades), seriam necessárias 899.788 hectares de terreno, assim sendo temos:

Valor das terras	Cr\$ 4.049.325.000,00
Juros: 6% ao ano	Cr\$ 243.941.950,00
Valor das vacas	Cr\$ 535.764.000,00
Juros: 7% ao ano	Cr\$ 37.503.480,00
Valor dos touros	Cr\$ 89.294.000,00
Juros: 7% ao ano	Cr\$ 6 250 580,00

TOTAL: ... Cr\$ 288.606.010,00

Os juroa, conforme está demonstrado, é maior tendo em vista que os do plano corres-pondem a 35,0% ao das condições atuais.

Exposto acima, esquematicamente e nos quadros anêxos o plano para a criação, veja-mos como seriam organizados os produtores.

Seria constituída pelo Governo uma Co-missão composta de:

- 1 — agrônomo Chefe
- 1 — assistente veterinário
- 11 — agrônomos regionais
- 4 — veterinários regionais
- Pessoal burocrático

Os Agrônomos regionais seriam destaca-dos: um para cada Município dos relacionados no plano e se incumbiriam de:

1.º — reunir os plantadores de cana de cana de açúcar constituindo en-tre eles, em cada Município uma Cooperativa com os seguintes ob-jetivos:

- 1) A Cooperativa terá por objetivo principal a defesa econômica dos seus associados, para o que ob-servará o seguinte programa de ação, realizado por Secção distin-tas, de acordo com as suas neces-sidades econômicas e criatórias:
 - a) — organizar, melhorar e desenvol-ver a exploração pastoril dos asso-ciados;
 - b) — elaborar, beneficiar, industriali-zar, quando possível, e vender os produtos e sub-produtos, instala-dos o aparelhamento necessário;
 - c) — promover a venda dos produtos e sub-produtos dos associados;
 - d) — promover o melhoramento das pastagens de modo a tornar racio-nal a exploração pastoril dos as-sociados;
 - e) — promover a compra de reproduto-res, materiais para construções ru-rais, arames, medicamentos e ou-tros produtos úteis ao exercício da exploração pastoril dos associados;
 - f) — manter campos experimentais e cooperação em proveito das explo-rações pastoril dos associados, es-tudando principalmente o melho-ramento das plantas forrageiras, a fecundidade, qualidade repre-dutoras, dos animais destinados a produção do leite;
 - g) — manter serviços de assistência zootécnicas e veterinárias;
 - h) — manter serviço de insinuação artificial destinado a fomentar e a melhorar pelo aperfeiçoamento dos rebanhos dos seus associados;
 - i) — colaborar na realização de con-cursos ou exposições que estimu-lem o melhoramento pecuário;

- j) — promover os núcleos para que as explorações de seus associados se enquadrem na técnica racional proporcionando-lhes as instruções e os elementos necessários;
- k) — manter um serviço de informa-ções sobre tudo quanto disser res-petto aos interesses da pecuária e indústrias correlatas;
- no) — criar uma secção de crédito, a fim de fazer financiamentos aos associados, podendo contrair em-préstimos em instituições bancá-rias, mediante autorização do Conselho de Administração, no interesse do desenvolvimento e melhoramento da exploração pas-toril dos associados;
- ni) — tomar todas as iniciativas permi-tidas por lei que habilitem à de-fesa dos interesses dos seus asso-ciados e da pecuária em geral.

2.º — organizada a Cooperativa, dar as-sistência aos futuros criadores, colaborar com a Secção de Zootéc-nica para o planejamento da cria-ção de cada um.

Os veterinários regionais prestarão assis-tência veterinária e sanitária ao grupo de Mu-nicípio para que forem designados.

As cooperativas uma vez fundadas e ins-taladas o seu primeiro trabalho será de orga-nizar, com a cooperação do Agrônomo Regio-nal o plano de criação para cada um dos seus associados, dentro do esquema geral traçado.

Depois de instaladas as Cooperativas a Co-missão organizará a Central.

Uma vez traçados os planos o Governo providenciará a assistência financeira neces-sária, através de estabelecimentos de cré-dito, ou verbas especiais, a fim de que seja ex-ecutado dentro do prazo que for possível.

Esta assistência não pode ser planejada neste esquema, dependendo das possibilidades dos futuros criadores.

A execução deste trabalho seria tão gran-diosa e benéfica quanto foi o de Saneamento e Abastecimento de Águas do Recife desde que seja realizado com a mesma austeridade, energia e dedicação.

A LAVOURA

A MAIS ANTIGA REVISTA
AGRICOLA EM CIRCULAÇÃO
NO BRASIL

Cooperativismo e Educação

Por FÁBIO LUZ FILHO

Como encara o problema fundamental da educação cooperativa?

A educação cooperativa é um dos aspectos do movimento cooperativo mundial que mais vem merecendo adequada atenção. Na América do Sul o tema assume particular acuidade, dadas as suas conhecidas condições de meio. Não só urge que se criem futuros cooperadores, ativos e conscientes, como é imprescindível que se aprimorem os quadros dos militantes, dando-lhes mais acentuado senso gregário, despertando-lhes a consciência cooperativas, ministrando-lhes um conhecimento mais nítido de seus direitos e deveres sociais, numa penetração maior no substrato estrutural do sistema econômico-social que o cooperativismo admiravelmente encarna.

— E como alcançar isto?

— De várias formas. A Oficina Internacional do Trabalho, recentemente, acaba de se manifestar ativamente, da palavra de seus "experts" cooperativistas, conhecedores das peculiaridades dos países subdesenvolvidos. Não nos envergonhamos, dessa condição de país subdesenvolvido, por mais que essa expressão choque nosso sentimento patriótico, pois é sabido, e isto o reafirmou, recentemente, o professor Melésio Poblito Troncoso, que a estrutura econômica de toda a América Latina é fundamentalmente agrária, constituindo o binômio terra-trabalho o ponto de partida da sua economia rural, numa situação ainda muito aproximada da das célebres "encomiendas" o dia do colonialismo semelhe. Realiza-nos o conselho da universalidade dessa condição, triste mas superável, sobretudo nos países latino-americanos.

Dizem eles, com razão, que, nesses países, o cooperativismo constitui, em larga medida, uma forma essencialmente prática do ensino da economia política de todos os dias, dada a circunstância de ser ela uma ciência difícil de ser ensinada como matéria de ensino escolar, de resultados práticos imediatos, não podendo ser-lhe indiferentes os poderes públicos. Daí o cooperativismo escolar, por que me bato desde 1931, o qual vai justamente modelar um material receptivo e maleável, as crianças, futuros bons cooperadores, arautos da ideia nova entre os próprios adultos no período escolar e pós-escolar, sem falar no seu alcance quanto aos valores de formação da personalidade da criança, nos seus vários aspectos, sobretudo intelectuais, morais e cívicos.

A disciplina escolar é, como o acentuam men saudoso pai, por si mesma, uma imposição de princípios, repetidos até penetrar no

inconsciente, garantidos pela autoridade do mestre. O mestre deve vir apenas para ajudar o aluno a conquistar a liberdade, isto é, a diluir, nas regras do possível, os flâmes que limitam a liberdade.

Em assuntos de educação cooperativa não devemos perder de vista tão sábios conselhos, partidos de quem dedicou quase toda a sua fecunda vida, como médico, pedagogo, romancista e pensador, às crianças e aos que sofrem. Já o frisamos em "Cooperativas escolares". A antropagogia, isto é, a educação fora da escola e da família, é também preocupação constante do movimento cooperativo.

— E que meios utilizar?

São meios utilizados mundialmente, fontes que se situaram, inicialmente, na Suécia; os cursos intensivos e extensivos, discussões em grupo, clubes de estudos, demonstrações, comunicados, cartazes, folhetos, livros, revistas, jornais especializados, os métodos audiovisuais, de tão grande poder sugestivo, para o que contamos com o inestimável apoio do S. I. A. E isto no domínio de Interferência do poder público, de vez que, nos países de avançada civilização cooperativa, como a Suécia e outros, isso tudo fica a cargo das União ou Federações, com sua auto-suficiência, sua autodeterminação, emancipadas as cooperativas do amparo oficial. Mas, a formulação dos problemas em países da América do Sul tem que ser feita em outros termos, em outras bases, dadas as nossas condições de meio, sobretudo a estadia de maturidade de nossas populações rurais. Para estas, há tempos, pelas colunas do "Correio da Manhã", aludi a necessidade dos projetos-pilotos como instrumentos de formação de líderes rurais. Em conferência que pronunciei em Ruelle, em maio p. p., na 2.^a Reunião de Consulta às Cooperativas promovida pelo Serviço de Economia Rural e integrada pelos técnicos oficiais e pelos delegados de centenas de cooperativas de sete Estados nordestinos, acentuei esses aspectos de fundamental importância, aludindo ao problema da presença do Estado no plano cooperativo, e as limitações convinháveis, em face das nossas enervantes realidades sociais, e de uma longa experiência de quase trinta anos.

— Existe algum plano estabelecido?

— Como sabe, tanto o Serviço de Economia Rural, como os Departamentos estaduais de cooperativismo, com uma ou outra exceção, entre os quais incluirei São Paulo, há muito, com lamentável falta de elementos materiais e humanos de ação. Temos feito o que nos é possível num esforço que precisa

ser melhor conhecido. Fora de meus livros e dos de Valdir Moura, Luiz Amaral, etc., editados por empresas editoras conhecidas, livros com repercussão no estrangeiro, o mais tem sido ingente labor de divulgação oficial, numa eterna luta com falta de verbas e material humano, indolentes e alheamentos.

Mas com o suplemento de dotação e com um Ministério sãhlamente cooperativista, não será possível intensificar o trabalho?

Sim, e já lançamos as bases de um trabalho intelectual a ser realizado, por etapas. Não é possível tudo fazer de uma vez. Nosso plano vai ter sua primeira aplicação nos centros urbanos, num como teste, de vez que, em rigor, em tais moldes, é a primeira tentativa no sentido de interessar o já numeroso corpo de associados do Distrito Federal por um maior conhecimento de técnicas cooperativas. Será um trabalho educativo de esclarecimento dos quadros de associados das cooperativas de consumo do Distrito Federal, numa ação conjunta com o Centro Nacional de Estudos Cooperativos, de que sou presidente. Pretendemos também sollicitar a colaboração dos assistentes sociais, cujo trabalho meritório tem consonância com o nosso labor e cuja atuação junto a numerosos e densos agrupamentos sociais poderá ser de fecundos resultados.

Será longo enumerar, numa entrevista, todo o programa elaborado. Mas em linhas gerais consiste em, por meio de preleções, discussões, etc., ministrar os conhecimentos específicos necessários a administradores, gerentes e associados, quer no que tange as bases doutrinárias, legais e jurídicas do sistema cooperativo, quer quanto ao campo prático da gestão, inclusive o cooperativismo escolar, dentro, claro, por enquanto, das limitações impostas pelas contingências a que me já referi; mas serão, pelo menos, lançadas as bases de realizações futuras de maior envergadura quando isto for possível, sobretudo com a criação do Departamento Nacional de Cooperativismo. E quando virá ele?...

O plano será executado seguindo-se o critério aconselhável: a escola dos campos de aplicação e de interesse, extensivos, mais tarde, ao meio rural, pelos projetos-pilotos ou projetos testemunhos, delimitados o domínio da pesquisa ou campos de ação adequados, a necessária estruturação de centros de formação.

A experiência estender-se-á, depois das cooperativas, a outras esferas: as municipalidades e nos seus conjuntos residenciais, em articulação com as assistentes sociais desses aglomerados, etc.

As disciplinas terão seu desdobramento prudente e progressivo talvez possam ser, no futuro, mantidos cursos intensivos periódicos, quer pelo Serviço de Economia Rural (tudo dependendo de uma ampliação, em quantidade e qualidade, dos atuais quadros de funcionários), quer mesmo pelas próprias cooperativas, numa tentativa de se fechar o ciclo das relações entre os cooperadores e as coope-

rativas, o que tanta falta vem fazendo no movimento cooperativo brasileiro, sendo disso um reflexo o vazio das assembleias em terceiras convocações, os dirigentes carismáticos, a indiferença pela atuação de entidades culturais como o Centro Nacional de Estudos Cooperativos, etc., etc., e outras demonstrações de um estágio de imaturidade, que deve ser superado.

O assistente social dará, no campo cooperativo, aplicação analógica no princípio e o método norteadores de sua ação específica, dentre eles os núcleos de ação ou a técnica que deve utilizar no plano educativo, observadas tendências e reações, o que comandará a orientação futura.

O plano, por enquanto, visa aos centros urbanos, devendo ser modificado, claro, para as comunidades rurais, e contém as linhas mestras, que deverão ter seus competentes desdobramentos no tempo.

Rio — Setembro de 1954

(De uma entrevista a jornais cariocas)

A Lavoura

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Eng. Agrônomo **ARTHUR TORRES FILHO**
Presidente da Sociedade

Eng. Agrônomo **ANTONIO DE ABRUDA CAMARA**
Diretor

Eng. Agrônomo **KURT HEPFOLD**
Diretor Técnico

Eng. Agrônomo **GERALDO GOULART DA SILVA**
Redator-Técnico

LUIZ MARQUES POLIANO
Diretor Responsável e Redator-Secretário

Redação e Administração:

General Justo, 171

Telefone: 42-2981
Caixa Postal: 1213

Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

Representante para todo o Estado de S. Paulo:

NEWTON FEITOZA

RUA BOA VISTA, 245, 3.º andar - Tel.: 33-1432 — End. Tel.: "LINEFE, C. A.; 7257

— SÃO PAULO —

Crédito e Assistência Rural

Eng. Agr. Arthur Torres Filho

Enquanto economistas nossos e até mesma técnicos, preocupados com os problemas de carência alimentar, preconizam a adoção de uma reforma agrária para a modificação da estrutura agrícola no Brasil, a Missão Klein & Sacks, contratada pela nossa Governo para planejamento da indústria alimentar, apresentou relatório ao Ministro da Fazenda e, como resultado de suas demoradas investigações, concluiu que **"o Brasil produz o alimento de que necessita"**.

Entretanto, uma grande tarefa temos a realizar nos meios rurais, visando levantar o nível de vida de nossas populações. Com esse objetivo, múltiplos programas têm sido estabelecidos, tanto de caráter educacional, como econômico, e os resultados até agora alcançados ainda não são de molde a aconselhar um instrumento através do qual, com a colaboração dos próprios interessados, seja obtido o desejado melhoria social e econômica do meio rural brasileiro, em suas várias modalidades.

Julga oportuno fazer uma referência especial aos resultados que, entre nós, estão sendo obtidos desde 1949 pela American International Association for Economic and Social Development (A.I.A.), organização essa presidida pela Sr. Nelson A. Rockefeller que, pela crédito supervisionado, tem levado a auxilio individual e intensivo a pequenas agricultores no Estado de Minas Gerais e está realizando uma obra notável de assistência social e técnica.

O que convém ensinar é que o sistema usado nos Estados Unidos, vem, entre nós, proporcionando aos pequenos agricultores, assistência técnica e ensino coletivo das comunidades, por intermédio de equipes treinadas, com resultados inofismáveis, que se estendem a milhares de famílias, em várias municípios do Estado de Minas Gerais.

A assistência técnica e educacional abrange grande variedade de ensinamentos, desde a melhoria da lar pelo ensino doméstico, até a das modernas técnicas agrícolas.

É com satisfação que vejo, na nossa meio rural, obtidos resultados que representam bases de um verdadeiro programa de recuperação para a agricultura brasileiro.

"SELEÇÕES AGRICOLAS"

REVISTA MENSAL

Direção: Enrico Santos — Sylvio Leal — M. Nemes

Assinatura anual .. Cr\$ 50,00

Número avulso Cr\$ 5,00

Avenida Nilo Peçanha, 26 - 12.º — Tel.: 32-6163
RIO DE JANEIRO ————— BRASIL

NOTÍCIAS e INFORMAÇÕES

CONCURSO DE HORTAS

Realizou-se, com grande sucesso, no dia 4 de Julho, o concurso de Hortas organizado pelo Rotary Clube de Santo Amaro, no Estado de São Paulo, que contou com a colaboração de 107 hortas. Entre outros foram oferecidos prêmios para as categorias de Hortas Domésticas (1.º ao 5.º lugar) e de Horta Escolar, conquistada pelo Instituto metodista.

VI EXPOSIÇÃO DE ANIMAIS E PRODUTOS DERIVADOS DE SÃO JOÃO DA BÓIA VISTA

Inaugurou-se no dia 5/7/1954, em São João da Boa Vista, Estado de São Paulo, a VI Exposição de Animais e Produtos Derivados, que alcançou da mesma forma que as anteriores, indiscutível êxito.

PRESIDÊNCIA DO INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ

Foi nomeado presidente do Instituto Brasileiro do Café o Sr. Raul Diederichsen, diretor do Departamento de Cafeicultura da Sociedade Rural Brasileira.

CURSO POST-GRADUADO DE CAFEICULTURA

Encerrou-se, no dia 10 de Julho, em Campinas, Estado de São Paulo, o I Curso Post-Graduado de Cafeicultura que foi frequentado por 48 engenheiros Agrônomos. O Curso, ministrado no Instituto Agronômico de Campinas, sob os auspícios do Instituto Brasileiro do Café, contou com a colaboração de destacados professores recrutados no próprio Instituto Agronômico de Campinas, na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz e da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo.

PRODUÇÃO DE CAFÉ NA ÍNDIA

Foi de 29.000 toneladas a última safra de Café da Índia, segundo as informações divulgadas pela Junta Indiana de Café.

V EXPOSIÇÃO PECUÁRIA DE FORMOSA

Realizou-se, no período de 27 a 29 de Junho sob os auspícios da Associação Rural de

Formosa, Estado de Goiás, a V Exposição Pecuária do referido município, que contou com a colaboração do Ministério da Agricultura, do Secretário de Agricultura de Goiás e da Prefeitura Municipal de Formosa.

VII SEMANA DO FAZENDEIRO

Realizou-se, no período de 18 a 29 de Julho, com grande sucesso, a VII Semana do Fazendeiro da Universidade Rural, localizada no Km. 47 do Estado Rio São Paulo.

I SEMINÁRIO DE ASSUNTOS COOPERATIVOS

Realizou-se em Julho, no Estado de São Paulo como parte das comemorações do Dia da Cooperação, o I Seminário de Assuntos Cooperativos onde foram abordados os seguintes temas fundamentais: 1.º) princípios informativos do cooperativismo; 2.º) educação; 3.º) capital; 4.º) administração; e 5.º) as cooperativas e sua função social.

I EXPOSIÇÃO DE ANIMAIS DAS RAÇAS INDIANAS

Como parte das solenidades comemorativas do 4.º centenário da cidade de Barretos, no Estado de São Paulo, realizar-se-á, na referida cidade, a I Exposição de Animais das Raças Indianas.

TRABALHO SOBRE EROSAO

A Sul America, conhecida companhia de seguros, instituiu, em 1953, um prêmio de Cr\$ 50.000,00 para a melhor obra sobre o problema da erosão. Entre os trabalhos concorrentes colocou-se em primeiro lugar o do Eng. Agrônomo Wanderbilt Duarte de Barros, do quadro técnico do Ministério da Agricultura.

REGISTRO DE AGRICULTURA

Segundo dados divulgados, o número de lavradores inscritos no respectivo registro da Ministério da Agricultura, atingiu a 85.000 no ano de 1953.

II CONGRESSO NACIONAL ALGODOEIRO

Realizou-se, no período de 27 a 30 de Junho em cruzeta dos Currais Novos, Rio Grande

do Norte, o II Congresso Nacional Algodoeiro, onde foi debatido amplo e oportuno temário. O conclave terminou com a coroação da Rainha do algodão.

28.^a EXPOSIÇÃO REGIONAL DE ANIMAIS

Em Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, realizar-se-á, de 23 a 25 de Outubro, a 28.^a Exposição feira. Na mesma ocasião realizar-se-ão, no mesmo local, outras tradicionais exposições como a 12.^a Exposição Brasileira de Gado Holandês e a 4.^a Exposição Oficial de Gado Jersey.

MOTOBOMBAS NO CEARÁ

Segundo dados divulgados, foram distribuídos no Ceará, de 1949 a 1953, através da Seção de Fomento Agrícola do Ministério da Agricultura, 417 motobombas, sendo que 181 sob regime de cooperação e 236 revendidas aos lavradores.

MAQUINAS AGRICOLAS EM MINAS GERAIS

O Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos, concedeu ao Estado de Minas Gerais um empréstimo de 5.000.000 de dólares para a compra de tratores e outras máquinas agrícolas para revenda pelo referido Estado,

visando a intensificação da mecanização da lavoura.

SEMANA RURALISTA EM TRINDADE

Realizou-se, no período de 26 a 31 de Julho, em Trindade, Estado de Goiás, uma Semana Ruralista, que congregou elevado número de agricultores e pecuaristas. Durante a referida Semana, o Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, promoveu um Curso Rápido de Indústrias Caseiras, que alcançou indistintível êxito.

POSTOS DE CRIAÇÃO DE TRUTAS

A Divisão de Caça e Pesca, do Ministério da Agricultura, instalará em Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, quatro Postos Experimentais de Biologia e Criação de Trutas.

AMPLIAÇÃO DA COLEÇÃO DO MUSEU DE CAÇA E PESCA

É cada vez mais elevado o número de espécimens do museu de Caça e Pesca, do Ministério de Agricultura, que se encontra instalado no 4.^o andar do Museu de Caça e Pesca, na Praça Quinze de Novembro, Rio de Janeiro.

SNR. CRIADOR:

VACINE SEUS ANIMAIS COM AS

Vacinas Manguinhos

- contra a peste da manqueira (carbúnculo sintomático)
- anticarbunculosa (carbúnculo hemático, verdadeiro)
- contra a pneumo-enterite dos bezerros
- contra a pneumo-enterite dos porcos

PEÇA AO SEU REVENDEDOR

PRODUTOS VETERINARIOS MANGUINHOS LTDA.

C. P. 1420 — RIO DE JANEIRO



"E agora...
vamos tomar um cafèzinho?"

*Antes, durante
ou depois de
um bom negócio,
êste é o convite
bem brasileiro*

O cafèzinho é um traço marcante de cordialidade e o fecho feliz de muitas transações comerciais! Ao homem de negócio, cuja preocupação é distinguir os seus amigos e clientes, nada melhor que lhes oferecer em seu próprio escritório um gostoso cafèzinho feito num instante. Nescafé tão fácil de preparar - tem o verdadeiro gosto do café porque é feito com café da mais alta qualidade.

**Nescafé... feito num instante
e em qualquer lugar!**



Criação de Consciência Política no meio Ruralista

FERNANDO C. RIET

A imprensa tem registrado a miúdo, manifestações positivas do cabanheiro Fernando C. Riet, de crítica à posição de alienamento a que se tem chamado a classe rural em relação aos fatos políticos de interesse vital para o Rio Grande do Sul.

Reafirmando esse ponto de vista, aquele conhecido líder ruralista acaba de dirigir aos criadores e fazendeiros do Estado a seguinte proclamação:

"Sabemos todos que a riqueza básica do Rio Grande do Sul está assentada na sua pecuária e na sua lavoura. Estas são as forjas onde se elabora a coluna mestra da economia do nosso Estado.

São os pecuaristas e são os colonos agricultores espalhados por toda imensidade do nosso território, os artífices forjadores dessa riqueza. Com o fruto da seu trabalho, nobre, fecundo, anônimo e silenciosamente construíram para o orgulho de todo brasileiro, o Rio Grande do Sul atual, em franca e decisiva marcha para a frente, em demanda do seu destino, pleno em sua riqueza econômica, e pleno em sua riqueza moral.

A Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, foi criada pelos forjadores dessa riqueza, com a finalidade da agremiação da classe e como órgão da representação e defesa dos elevados e impessoais interesses econômicos e sociais dos pecuaristas e dos colonos agricultores. No artigo 3.º de seus Estatutos diz que uma das finalidades da Federação é estimular e promover a articulação dos elementos da classe rural, com o fim de organizar uma força moral e materialmente capaz de realizar as justas aspirações do Rio Grande do Sul rural, defendendo integralmente seus direitos e interesses.

Têm consequentemente, os dirigentes da FAR-SUL a grande responsabilidade de zelar pela defesa dos interesses econômicos sociais, e também morais, de toda a coletividade pecuarista e colonial, que integram a numerosa família dos produtores da terra sul-riograndense. Na época da fundação da FAR-SUL, que foi a continuação da benemérita "União dos Criadores", existiam praticamente em nosso Estado, somente dois partidos políticos, e ambos de ambiente estadual: o Partido Republicano e o Partido Federal.

Os integrantes de um e outro destes partidos, que poderia afirmar-se saudos e cultuados ambos nas cinzas dos fogões das fazendas dos noivos antepassados, estavam consequentemente constituídos por homens possuidores de uma forte consciência ruralista, pois que estavam ligados ao campo por inilutáveis laços de tradição, de família e de fazendas. E lógico pois, que naquela época da fundação da Federação Rural não se cogitasse de qualquer manifestação política, dentro de sua sede, pois que ambos os partidos existentes, eram tradicionalmente gaúchos.

Da mesma forma procedia o Clero, mantendo-se completamente à margem de qualquer interferência ou manifestação de caráter político.

Porém hoje, nesta época que atravessamos, com um mundo convulsionado; com séries perturbações e mutações que o comovem; com tortas infiltrações de forças ocultas, dirigidas desde o estrangeiro com a finalidade de socialização de esquerda, provocando pela incitação das massas uma franca luta de classes, atirando o trabalho contra o capital, atirando as populações urbanas contra a classe rural, com a finalidade de perturbar a harmonia existente no seio da família, sul-riograndense; ... hoje em que a demagogia campeia em todas as partes, explorando com fins eleitorais o facciosismo político que dominam os espíritos dos menos esclarecidos nas épocas pre-eleitorais, não será mais possível a Federação Rural, no cumprimento do elevado mandato que lhe conferiram seus fundadores, como órgão de defesa dos elevados e impessoais interesses econômicos, sociais e também morais dos produtores sul-riograndenses, não poder ficar à margem e no simples espectador, trio e cúmplice indiferente, ante essas conjunturas políticas de renovação dos homens do poder público.

Assim também (pina e sabiamente age o Clero. A elevada função do Clero está encheminhada para a boa orientação espiritual dos homens, através do seu culto ao Divino Criador, — não obstante, e o ante das contingências do mundo atual, com seus possíveis reflexos em nossa vida social, e como defesa contra o desencadeamento das forças do mal, encontram ser necessário a experiência da Liga Eleitoral Católica como meio de interferência de elevada política pura, nos pleitos eleitorais.

Orat... não será mais possível também à classe rural, por intermédio de sua Entidade máxima, continuar a ficar indiferente ante um pleito eleitoral, quando na integração das casas legislativas, poderão estar completamente ausentes os homens de confiança das classes produtoras.

Essa indiferença é a responsável pelos segues e prolongados ataques, que desde a Assembleia se tem feito à classe rural, acusando os fazendeiros, na demagogia da carne, de exploradores da fome dos menos favorecidos das populações urbanas. Devemos ser completamente contrários à interferência ou infiltração político-partidária, dentro do ruralismo; porém devemos todos trabalhar no sentido de criar uma verdadeira e compreensiva consciência ruralista, dentro de todos os partidos políticos, porque são eles os instrumentos de que dispomos para organizar os parlamentos, onde são discutidos os interesses da própria classe.

Estas são as considerações justificativas do manifesto, que submeto à apreciação serena e sem animosidades dos senhores produtores.

Não submeto à aprovação ou reprovação da classe rural, minha intenção é somente levar este

manifesto ao julgamento último, severo; a um sentimento despojado de qualquer facciosismo de política partidária da consciência de cada um dos senhores ruralistas, pois que, se amanhã, com a renovação dos homens do poder público, e para infelicidade nossa se repetirem impune os desrespeitadores ataques à nobre classe dos produtores da terra sul-riograndense, eu estarei quietes com a minha consciência ruralista. Será a Entidade máxima da classe quem fracassou em alguma das suas funções.

Ruralistas e Colonos Agricultores: — diz o Centro Cívico e Social da Produção, que:

"A ausência nas esferas governamentais de homens esclarecidos, sobre a realidade objetiva dos nossos diversos problemas econômicos e sociais, poderá determinar um agravamento da nossa situação, trazendo como consequência serios abalos à economia nacional; provocando um maior empobrecimento da vida; o erário público em dificuldades; a iniciativa privada paralisada; a produção em decadência; a desconfiança generalizada, dominando os espíritos; o operariado reclamando aumento de ordenados, e as ideologias de esquerda incidindo sobre eles.

Nós, os produtores, os que sentimos com intensidade esses problemas, que conhecemos os reflexos que se projetam não somente no setor econômico em que atuamos, senão também na vida social, no nosso lar, no lar do trabalhador, e nos fatos de todo esse conjunto de classes que chamamos povo, não poderemos ficar indiferentes ante a próxima conjuntura política. Eis porque nossas classes produtoras deverão preocupar-se em levar ao poder público, somente aqueles homens que merecem a nossa confiança, e que estejam capacitados das nossos problemas, e que, mesmo não sendo técnicos em leis econômicas, atendam nos reclamos e indicações das nossas classes produtoras, pois estes, estando em contato direto com a experiência, garantirão o acerto desses eleitos, os que assim atuarão no estudo e solução dos nossos problemas, com o critério e bom senso, concordantes com o bem público.

Nós os homens da produção, devemos influir reais decisivamente com a nossa experiência e com nosso espírito prático, na solução dos problemas político-econômicos nacionais, que dizem respeito com nossa classe.

E para conseguirmos isto, devemos atuar mais diretamente junto às diretorias dos partidos políticos, na escolha dos homens, a quem daremos o nosso voto. Devemos estar bem atentos nos momentos pré-eleitorais, em que a efervescência política move os espíritos; onde os homens se deixam envolver pelos seus partidos, e dão seus votos a candidatos por eles indicados, sem uma idéia objetiva de sua elevada função como cidadão eleitor esquecendo esta obrigação cívica e somente se preocupando com o triunfo político do seu partido.

Esta disciplina político-partidária, que faz o cidadão-eleitor dar o seu voto algumas vezes a pessoas, que lhe são completamente desconhecidas, é a responsável da heterogênea integração das casas legislativas, onde sabemos que não são todos os eleitos eficientes e capacitados.

Ante a gravidade do momento atual em que forças ocultas dirigidas do exterior atuam no sentido de socialização de esquerda, nós, os produtores, na defesa dos interesses econômicos e sociais da produção que são interesses nacionais, devemos deixar um pouco de lado a política partidária, e olhar mais para os homens, sejam estes de qualquer partido político, e devemos encerrar, por hoje mais nada, de que são brasileiros.

Devemos pensar, que no poder público, não são os partidos políticos, que atuam na defesa dos interesses econômicos e sociais do povo, e sim, os homens que o integram. E estes homens dignos, estes homens capacitados e eficientes, estes homens que honram os elevados cargos que investem, defendem, não os interesses dos homens do seu partido político, senão com uma visão objetiva, mais elevada e patriótica, defenderão os interesses econômicos e sociais de todo o nosso Estado, cujo povo está integrado por homens de todos os partidos políticos.

Política é a arte de bem governar o Estado, a obrigação cívica do eleitor é dar o seu voto à pessoa que lhe merece a confiança de que contribuirá para o bom governo do Estado; isto é patriótico; é política pura.

Procedendo desta forma, faremos obra patriótica, e teremos no poder público autênticos representantes das classes produtoras, homens livres de disciplinas político-partidárias, e compenetrados de que, defendendo os interesses sociais e econômicos da produção, se defende e se garante um porvir de poderio econômico e grandeza moral do nosso Estado.

É necessário para isto, senhores ruralistas, a agremiação de nossa classe. É necessário, senhores ruralistas, que pensem e meditemos; que se nos deixarmos levar pelas paixões políticas que dominam os espíritos nos momentos pré-eleitorais, e não atendermos a nossa consciência econômica ruralista, seremos os culpados da ausência nas esferas governamentais de homens esclarecidos e capacitados, para defender os interesses econômicos e sociais da produção. Devemos atentar assim de que, se a classe agropecuária riograndense não der nos homens, como esses mencionados e outros que possam ser indistintos e que mereçam a confiança da nossa classe, uma elevada votação, já que os mesmos, pelos seus trabalhos dedicados nos problemas agropecuários, já são considerados como seus representantes, estaremos dando uma demonstração da fraca potencialidade da nossa classe, e mais, o que é mais grave ainda, daremos uma demonstração de que os ruralistas sul-riograndenses não têm condições de se fazerem representar nos parlamentos, como acontece nos países mais adiantados, e assim, nem sequer de criar os seus próprios meios de defesa nos momentos difíceis, em que se jogam na feitura das leis, os próprios destinos da coletividade agrícola e pecuária."

A LAVOURA

AGRICOLA EM CIRCULAÇÃO
A MAIS ANTIGA REVISTA
NO BRASIL

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Em sessão da Diretoria, o presidente Prof. Arthur Torres Filho fez a seguinte comunicação:

A ESTRUTURA AGRÁRIA E O PROBLEMA DA ALIMENTAÇÃO NO BRASIL

Quando a missão norte-americana Klein & Saks, contratada pelo nosso governo e que funcionou no Ministério da Fazenda junto à Comissão Nacional de Desenvolvimento Industrial apresentou relatório de suas pesquisas e concluiu de que "o Brasil produz o alimento de que necessita" e que a solução da carência alimentar reside em se "combater o desperdício", calculado em 30%, parece-nos, de oportunidade, por nos acharmos com o novo governo preocupado com a elevação do custo da vida, indagarmos se as recomendações daquela Comissão estão sendo postas em obediência a algum planejamento.

O Plano Salto se acha em execução e quais os resultados por ele proporcionados?

Trata-se de um Plano aprovado pelo Congresso Nacional, de execução pronta e cuja duração seria de cinco anos. Esse Plano, estudado com o máximo cuidado no governo Dutra, tinha por objetivo trazer elementos vitalizadores da economia nacional, não só para atender à situação interna como à exportação.

Em conferência realizada na Sociedade Nacional de Agricultura, o antigo Diretor do Serviço de Economia Rural, Dr. Júlio Cesar Covelto, demonstrou os cuidados que presidiram à elaboração do Plano Salto no setor da alimentação e os que seria heito esperar da recuperação da economia nacional nas bases estabelecidas.

Posteriormente, vimos surgir um movimento reformista em que eram preconizadas modificações da estrutura agrícola do país, mediante a chamada reforma agrária, que seria providência salvadora para a abundância alimentar.

Em 1953, tivemos o Seminário Latino-Americano sobre problemas da terra, que se realizou no Instituto Agronômico de Campinas, patrocinado pela Organização das Nações Unidas, e pelo Governo do Brasil. Esta, foi uma reunião essencialmente técnica, com o objetivo de pôr em prática as resoluções referentes às estruturas agrárias.

Ocorreu asinular que pelo Congresso Nacional transitou um projeto de Reforma Agrária e sobre ele já se pronunciaram até mesmo

entidades representativas da classe agronômica, como a Sociedade Paulista de Agronomia.

Diante do pronunciamento da Missão Klein & Saks, que concluiu afirmando que "o Brasil produz o alimento de que necessita", parece-nos já agora, mesmo em face dos resultados do censo agrícola realizado pelo Serviço de Recenseamento, em 1950, estarmos habilitados ao exame do Plano Salto, onde isso se fizer preciso, para que o problema alimentar, que é crucial, por seus aspectos econômico e, sobretudo, social, corresponda às necessidades e ao desenvolvimento demográfico do Brasil.

Com os estudos já realizados até aqui e sem perturbações para a classe rural, afiguramos-nos poderemos prosseguir na obra de reequilíbrio rural, estabelecendo-se o equilíbrio entre a indústria e a agricultura na economia nacional, causa da intranquilidade existente.

PROGRAMA DOS AGRICULTORES NA FRANÇA

Todos os que, animados de pruridos reformistas, se fizeram adetos da chamada reforma agrária em nosso país como panacéia para o fomento da produção agropecuária, ou melhor, da nossa reconstrução econômica-financeira, vêm com grande oportunidade o programa agrícola de Pierre Mendès-France, que acaba de proclamar a necessidade do reagrupamento da propriedade rural na França como uma das técnicas mais eficazes "para permitir à agricultura seu pleno rendimento". Esse ilustre estadista declara que "a França devia voltar ao hábito de vender seus produtos agrícolas ao estrangeiro", e que "o poder público deve garantir o escoamento da produção no interior e no exterior". Não era cabível que o Estado comprasse produtos onerosos no estrangeiro. E proclama o jovem estadista francês, falando aos agricultores: "Só os soldados do interesse nacional e será principalmente o vosso esforço que permitirá a França recuperar o nível e o papel que deve ter no concerto das nações". Estas palavras, dirigidas a um povo de sentimento profundamente radicado no cultivo sagrado da terra, servem de advertência para nós em relação à questão agrária brasileira, que é principalmente regional e não deve nem pôr ser comprometida em seus destinos com medidas ou legislações de caráter reformista no que tange à propriedade rural.

Ainda agora vemos a comissão norte-americana Klein & Saks, em relatório sobre o problema da alimentação no Brasil, apresentado ao Ministro da Fazenda, declarar que "o Brasil produz o alimento de que necessita, e declara mais que com exceção de parte do trigo, se achia apto a atender às necessidades domésticas e organizar um comércio de exportação de muitos produtos com os excedentes.

Se é certo que essa comissão faz algumas recomendações com relação aos transportes, ao armazenamento, à frigorificação, ao beneficiamento e ao auxílio do crédito nos agricultores,

não é menos certo que não preconiza alterações da estrutura agrícola do país que venha afetar o regime legal existente. A Missão Klein & Saks procurou identificar causas, que dificultam a circulação e a distribuição dos produtos de alimentação. Como o proclama o Primeiro Ministro francês, o que cabe é tranquilizar os agricultores para que possam produzir, garantir-lhes o escoamento e a colocação satisfatória do que produzem. Esse é precisamente o problema essencial para a agricultura brasileira e o concurso que dela necessita o Brasil no momento atual.

Contribuição da Sociedade Nacional de Agricultura á II Reunião de Consultas às Cooperativas

TÉCNICOS PARA AS COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO

1. Considerando ser de toda conveniência que as Cooperativas de Produção disponham de técnicos para que os seus cooperados sejam convenientemente orientados para a produção em bases racionais e econômicas;

2. Considerando que seria de grande alcance fossem esses técnicos vinculados aos interesses dos próprios cooperados;

3. Considerando, finalmente, que os filhos dos cooperados seriam os mais indicados para esse mister;

Propomos a seguinte indicação:

"A II Reunião de Consulta às Cooperativas recomenda que as Cooperativas de Produção, de acordo com suas disponibilidades, sempre que possível, instituam bolsas de estudos destinadas aos filhos de cooperados que desejarem cursar escolas agrícolas e aproveitem no mesmo, mais tarde para o fomento da produção dos cooperados em bases racionais e econômicas".

GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Professor da Escola de Horticultura Wenceslão Helle, da Sociedade Nacional de Agricultura

LEVANTAMENTO DO CUSTO DE PRODUÇÃO NA AGRICULTURA

1. Considerando que a agricultura deve ser praticada, visando sempre fins econômicos para que os lavradores possam viver dignamente;

2. Considerando ser de toda a conveniência o levantamento do custo da produção nas diferentes regiões agrícolas do país;

3. Considerando, finalmente, que as Cooperativas de Produção devem conhecer o real custo da produção de seus cooperados;

Propomos a seguinte indicação:

"A Segunda Reunião de Consulta às Cooperativas recomenda que as Cooperativas de Produção façam um levantamento do custo da produção de seus cooperados a fim de que melhor possa orientá-los na distribuição de crédito agrícola, na racionalização do trabalho, na melhor de venda de seus produtos."

GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Diretor Técnico da Sociedade Nacional de Agricultura

Obs: A presente indicação foi enviada, como contribuição da Sociedade Nacional de Agricultura á II Reunião de Consulta às Cooperativas promovida pelo Serviço de Economia Rural e realizada em Mauá, no Estado do Pernambuco.

Dr. Antonio de Arruda Camara



Foto tirada quando falava Fábio Luz. De pé, o homenageado e senhora, com a netinha.

Foi tocante a homenagem que, a 18 de agosto, recebeu Arruda Camara no gabinete do diretor do Serviço de Economia Rural, no momento em que se despedia dos companheiros de trabalho, em virtude da sua aposentadoria.

Em nome do SER e como mais antigo chefe de Seção, falou inicialmente o sr. Fábio Luz Filho, em palavras que traduziam o sentimento de todos ante o afastamento daquele companheiro que, por tanto anos, trouxe a contribuição do seu esforço pessoal ao desenvolvimento da campanha cooperativista e associativista no país. O sr. Fábio Luz Filho falou, também, em sua qualidade de presidente do CNEC. Adiante divulgamos o seu apreciado discurso.

A seguir, usaram da palavra os srs. Honorato de Freitas, em nome do ministro Apolônio Sales, titular da Agricultura; o deputado Irls Meinberg, presidente da Confederação Rural e Brasileira; o sr. João Maurício, em nome do Estado da Paraíba e dos antigos

colegas da Escola de Pinheiros; o agrônomo Seabra e mais dois funcionários do SER, todos expressando a mágoa deixada pelo afastamento do velho companheiro, alias merecido, após tantos anos de luta árdua e profícua em favor dos seus ideais. Ao homenageado foi oferecido um sugestivo bronze simbolizando a vitória do trabalho, recebendo uma digna esposa, sra. Guilomar Arruda Camara, uma linda corbelta de flores naturais.

O DISCURSO DO SR. FÁBIO LUZ FILHO

"Quis a mínima gentileza de meus companheiros de trabalho que, neste momento, fôsse eu, na minha desvalia, o apresentador de sua homenagem de emoção. Levou-os a isto, certamente, o nosso longo conhecimento, que data dos sandosos tempos de estudante em Pinheiro, a diuturnidade de nosso convívio, e a circunstância de ser eu o mais antigo chefe de seção deste Serviço, cuja célula-mãe foi a Seção de Crédito Agrícola do ex-Promotor Agrícola Federal. Este estava então sob a

clarividente direção desse ilustre técnico e digno cidadão que é Arthur Torres Filho, e aquela inicialmente dirigida por você em 1926, e, em seguida, por mim, de 1927 a 1933, quando se deu a sua primeira transformação, que culminou na atual estrutura do Serviço de Economia Rural, que, com Torres Filho, transformamos, senso artístico dos funcionários deste em 1939, com o arcabouço de um departamento, mas reduzido em suas linhas mestras por decisão superior.

Como vê, foi bem escolhida, pelo Serviço, e outros que trouxeram sua contribuição espontânea, a estatueta que ora lhe oferecemos, para que materialize, em sua lembrança, esta justa homenagem.

Sua operosa passagem, Arruda Câmara, por vários e complexos serviços do Ministério da Agricultura, como todos o sabem, foi sempre de trabalho incessante. Já sua colaboração a Arthur Torres Filho (de que foi você, com o saudoso Carlos Duarte e outros, competente auxiliar) bastaria para assinalar suas qualidades de inteligência e de capacidade técnica, e essa sua dedicação ao trabalho sem desfalências, essa soma de préstimos que o serviço público lhe deve, se no curso do tempo, outros fatores não pudessem ser balanceados e incorporados ao quadro de seus serviços profissionais.

Esta estatueta é a simbolização do triunfo ao fim da jornada longa, o prêmio do honrar que vai, merecidamente, repousar, deixadas as lidas e tribulações funcionais, pululantes, nos dias de hoje, e exigida decisão e animo forte para serem enfrentadas e superadas, quando se tem espírito público.

Como sabe o caro colega, encanecido, como eu, nessas lidas funcionais, sempre procuramos caminhar juntos, apesar dos tropeços e incompreensões que sempre surgem no perlongar dessas jornadas, cortadas de revezes, mas também de vitórias compensadoras.

Como companheiro, que fomos, de Arthur Torres Filho, Saturnino Brito, Sarandi Raposo, Adolfo Gredilha e outros idealistas de boa polpa, e integrantes, que somos, há anos, da Sociedade Nacional de Agricultura e do Centro Nacional de Estudos Cooperativos, (de que sou presidente e que se associa a esta homenagem) teríamos apostado os princípios que o cooperativismo encarna e essas instituições defendem, se não tivéssemos permanecido trilhando esses caminhos.

E' sabido que o símbolo universal do cooperativismo é aquele representado por dois pinheiros verdes geminados, dentro de um círculo verde sobre fundo dourado. Os pinheiros simbolizam a perenidade da vida, alcançada pela conjugação de esforços para a sobrevivência. O círculo, de sabor pitagórico representa o mundo, na amplitude de seu âmbito, que abarca a plenitude das coisas. O verde representa o princípio vital que rege os séculos, e o fundo áureo traz à lembrança a luz solar com todo o seu poder fecundante, fonte precípua de energia para o mundo.

Desse belo símbolo há uma influência imperativa, a que não podemos fugir. E' ele uma espécie de sênna má, sob cujos influxos desejamos que o Brasil continue. E penso que estará ele presente, lá fora, no seu espírito, preso ao companheiro, como necessidade incoercível da hora que passa, numa continuação de esforços que se não devem aniquilar enquanto houver forças capazes de dinamizá-los.

Nos permaneceremos, aqui dentro, a dar o bom combate.

Assim, pois, Arruda Câmara, desejamos, que leve para o concheiro de seu lar esta estatueta, como recordação da benquerença de seus companheiros de trabalho, que sempre o intelectualisim-odixi reconheceram como possuidor de atributos intelectuais e morais, detentor de grande capacidade de trabalho, dedicação à coisa pública e valor profissional.

Permita, pois, que ao lhe oferecer, concretize num abraço, a emoção desta despedida.

Encerrando a solenidade, usou da palavra o sr. Joaquim Tavares, atual diretor do SER, que disse ficar tranquilo se, ao deixar a direção daquele órgão, pudesse merecer a compensação de uma pequena parte daquela consagração a que assistia, prestada a um servidor probo, capaz e cheio de realizações.

Ao ato compareceram elevado numero de funcionários de outras dependências, diretores de Departamentos e Institutos, pessoal do gabinete do ministro da Agricultura, além de considerável numero de amigos pessoais do homenageado, inclusive o secretário-geral do CNEC.

Profundamente emocionado, o sr. Arruda Câmara expressou o seu agradecimento, tendo palavras que a todos sensibilizou, sobretudo porque todos reconheciam que lhe era difícil afastar-se de uma família a que pertencera por mais de trinta anos, servindo-a diuturnamente, com a maior dedicação e espírito público.

Discurso do Sr. Arthur N. Seabra

PARA nós, os acontecimentos deste dia são tamanhos, que ficarão indelévels em nossos corações. E, em verdade, poderéis sentir, transparecendo no semblante dos que aqui se encontram, a satisfação, o júbilo com que partilham desta solenidade.

E não se poderiam sentir de outra forma, porque durante a vossa vida, onde quer que vos achásseis, em situações difíceis ou em encontros memoráveis, o vosso trato, a vossa compreensão, as vossas palavras, foram sempre da mais pura e fraternal dedicação.

Na vossa grande, imensa, sublime e apostolar devotação à causa pública, nunca a descrença vos feriu o coração. Nunca vos abateiram as fadigas e os sofrimentos. Fostes daqueles que souberam transformar os espinhos em flores e as palmas dos mártires em lauréis de glória.



Nesta foto oporece o bronze oferecido pelos funcionários do SER ao Dr. Arruda Câmara.

Ao contempla, neste momento, a vossa venerável pessoa, lembro-me de uma passagem da Última Ceia, em que Jesus, escudado apenas na sua grande humildade e com o apoio de todos os seus discípulos, despiu a túnica slugela e cingia-se com uma toalha, a moda dos escravos ouais ligados a serviço dos seus senhores. E como se fossem dispensáveis as palavras, naquela hora decisiva de exemplificação, tomou de um vaso de água perfumada e, ajoelhando-se, começou a lavar os pés dos discípulos. Antes o protesto geral em face daquele ato de suprema humildade, Jesus repetiu o seu inorredouro ensinamento:

Vos me chamais Mestre e Senhor, disse Ele, e dizels bem, porque eu o sou. Se eu, Senhor e Mestre, vos lavo os pés, deveis igualmente lavar os pés uns dos outros na caninhão da vida, porque no Reino do Bem e da Verdade o maior será sempre aquele que se faz sinceramente o menor de todos.

Dr. Arruda Câmara, como vosso discípulo e como vosso assistente, nos dias mais agitados e gloriosos de vossa vida pública, posso eu afirmar: Fostes o exemplo renovador dos ensinamentos do Divino Mestre, e não foram poucas as vezes em que liveis sabedoria e prudência, para deter a conspiração contra o bem, afastando dos caminhos da vida os lobos disfarçados da iniquidade.

E' pois com orgulho que, ante a evocação gloriosa da vossa vida pública, e o amanhecer esperanças e precursor de uma nova era, para o vosso futuro, celebramos, com emoção

transbordante e que enche a atmosfera deste recinto, a magnificência e grandeza deste dia, histórico e inesquecível para nos.

E agora, quando já estais desfrutando, na tranquillidade do vosso lar, os louros da vitória, nos, que herdamos os vossos exemplos e nos inspiramos na vossa obra, desejamos, num tributo da nossa alma para gratidão, numa reverência de vívida emoção, dizer-vos:

Que bemaventurado seja, em vos, o Mestre, que proscrevendo os métodos errados, pontificou e ensinou em nome do Bem e da verdade; que bemaventurado seja, em vos, o companheiro e amigo, que generoso e nobre, sabe sempre compreender e respeitar as nossas aspirações; que bemaventurado seja, em vo., o Chefe, simples e sem vaidade, mas que foi grande no saber e maior ainda na bondade evangélica de um santo.

Discurso de D. Vera Monteiro de Barros

Dr. Arruda, Exma. Família, Senhor Diretor, meus colegas e todos os presentes!

Depois de ouvirmos os nossos colegas Dr. Edmundo Luz e Dr. Arthur Seabra nas suas palavras tão bem traduzidas, não podia deixar de, como funcionária mais velha, da minha parte e das minhas colegas, aproveitar o momento para homenagearmos também sua digníssima esposa e querida netinha. Uma simbolizando a vitória de sua carreira, sempre acompanhando os seus passos, e a outra, a alegria e a Glória de sua vida, que é a sua principal preocupação.

Receber, pois, D. Gileomar, estas singelas flores, prova de nossa grande admiração, e a você, Ivany, querida de todos nós, este pequenino mimo, que valor de certo não tem, mas encerra muito querer bem, muitos votos de felicidades ao lado dos seus Papais e Vovos.

Ao Dr. Arruda, algumas singelas palavras, são palavras ditadas pelo coração e pela grande amizade que lhe dedico, desde os bancos escolares. São palavras de agradecimento e gratidão, pelo muito de bondade e dedicação, que sempre distribuiu a todos os servidores deste Serviço, desde o menor ao mais graduado, sempre atendendo a todos, com seu acolhedor e simpático sorriso, próprio de um coração bondoso e altruísta, como todos tiveram ocasião de receber, toda vez, que a Ele recorriam, nos momentos de problemas, que a vida nos oferece diariamente.

Não nos despedimos do nosso querido Dr. Arruda, uma vez, que, para aqueles que sempre conviveram com harmonia e compreensão, não existe distância. Não nos despedimos, porque Ele ficará sempre lembrado, graças a tudo de bom, que, aprendemos durante a sua nobre e atenciosa atuação como Diretor deste Serviço.

Profundamente agradecidos estamos, e nada mais posso dizer, uma vez que desconheço melhores palavras que expressem, o que somente os nossos corações sentem. Sensibilizados, agradecemos sua dadivosa ajuda, em todos os sentidos, e aqui, firmados num só pensamento, pedimos a Deus que derrame sobre sua Pessoa, as mais venturosas bênçãos, para o nosso contentamento e sua felicidade pessoal.

Discurso do Sr. Antônio de Arruda Câmara

Desejaria ser menos rustico, inteiramente libertado de milhões de matutas para, nessa oportunidade sem par, nesse ambiente afetivo, dizer com espontaneidade e de maneira a mais expressiva e convincente, como é o quanto sinto afastar-me do vosso fraternal convívio.

Confesso jamais haver pensado promovêssem os presados colegas e amigos essa reunião de despedidas.

É uma generosa gentileza, — gesto cativante, bondade que torna a despedida mais penosa, e até difícil, do que seria simplesmente, terminadas as férias em cujo gozo me achava, não comparecer ao trabalho hoje, amanhã, depois, nunca mais — por haver sido aposentado.

Obriga-me a generosidade do gesto.

Não me foi possível evitá-lo, mas, asseguro, também não será possível esquecê-lo.

Com o correr do tempo, a medida do aumento do número de anos de serviço e da correspondente conquista de garantias e vantagens, sentimos, com a impressão indefinida de vago receio, aproximar-se a época da aposentadoria.

É chegado, então, o momento do preparo para enfrentá-la com a necessária, a indispensável naturalidade.

Ajudar-la a saber envelhecer...

Ajuda, porém, real e efetivamente, o ambiente que só a delicadeza dos companheiros de trabalho é capaz de proporcionar.

Felizmente deixa o serviço público sem a impressão de desencanto.

Despedços, porventura havidas, foram passagens, não chegaram a deixar vestígios, e nem penosas recordações.

Eis a confissão que, ao fim de 37 anos referidos como funcionário da Ministério da Agricultura, faço sem a preocupação de agradar.

Com alegria e satisfação verdadeiras considero exato o resultado do balanço e justa a conclusão.

Esta alegria e satisfação verdadeiras considero exato o resultado do balanço e justa a conclusão.

Esta não é fruto da "acentuada dose de otimismo" que algumas vezes me tem sido atribuída.

O balanço foi minucioso e honesto a sua interpretação.

Não.

Não é otimismo, é, no meu conceito, realidade.

No trato com os companheiros de trabalho procurei, sempre, compreendê-los.

Na colocação de um quadro habituei-me a procurar a melhor exposição, aquela que pareça realçar-lhe beleza.

Na apreciação de uma paisagem, jamais desprezei o ângulo favorável, um bom efeito de luz.

Cada vez que revejo a paisagem que me é familiar, descubro nela novas motivos de atração.

É natural, portanto, mesmo sem o auxílio de olhos coloridos, que as causas estejam, ou pareçam, bem.

É tudo estaria bem nessa reunião se não se revestisse ela do caráter de homenagem, que, em sua consciência, sinto, reconhecer não merecer.

Seja, porém, como querem... resta-me, apenas, obedecer.

Cabe-me apresentar a todos e a cada um, aos seus bondosos oradores, os nossos agradecimentos, — os de Gileomar, minha esposa, os de Ivany, a nossa filha, e os seus próprios, no momento em que me apercebo da extensão da falta, da enorme falta que vou sentir do convívio de meus presados companheiros.

Ao meu ilustre sucessor, o meu presado colega e amigo Dr. Joaquim Tavares, os aplausos merecidos pela orientação que vai imprimindo ao SER e os agradecimentos pelas cativantes e renovadas atenção, e ainda, por estar presente, prestigiando e presidindo a esta reunião de companheiros de trabalho.

Ao Centro Nacional de Estudos Cooperativos, Sociedade Nacional de Agricultura e a Confederação Rural Brasileira, especialmente representadas, os meus sinceros agradecimentos.

A AGRICULTURA NO DISTRITO FEDERAL

COMO CONTRIBUIÇÃO SUA PARA OS TRABALHOS DA III CONFERÊNCIA RURAL, A SE REALIZAR EM SÃO PAULO DE 6 A 12 DE DEZEMBRO PRÓXIMO, PROMOVIDA PELA FARESP. POR DELEGACÃO DA CONFEDERAÇÃO RURAL BRASILEIRA, OFERECIU A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, DENTRO DO "ROTEIRO" UNIDO DE MAIS ÓRGÃOS FEDERATIVOS DO PAÍS, O TRABALHO QUE A SEGUIR SE INSERE. DE SUA ORGANIZAÇÃO FOI INCUBIDO O DIRETOR TÉCNICO GERALDO GOULART DA SILVEIRA, QUE LOGROU VÊ-LO APROVADO PELA DIRETORIA

I — ASSISTÊNCIA TÉCNICA

1) Número de Engenheiros Agrônomos prestando

serviços de fomento aos agricultores, comparado com a área cultivada.

É satisfatório o número de engenheiros agrônomos prestando serviços de fomento aos agricultores do Distrito Federal, comparado com a sua área cultivada.

De fato, existem trabalhando nesse setor, 34 engenheiros agrônomos, assim distribuídos:

a) — 9 engenheiros agrônomos na Seção de Fomento Agrícola Federal, localizada em Campo Grande;

b) — 25 engenheiros agrônomos nos seis postos Agrícolas da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal.

Considerando-se que a área cultivada no Distrito Federal é de aproximadamente 20 000 hectares e que para a prestação de serviços de fomento agrícola a essa área existem 34 engenheiros agrônomos pagos pelos poderes públicos, obtém-se a percentagem de um agrônomo para cada 600 hectares.

Se essa média fosse mantida para todo o território nacional, que somente para as 29 culturas principais, apresenta uma área cultivada de 1.944.815 hectares, seriam necessários, pelo menos, 33.241 engenheiros agrônomos para o serviço de fomento agrícola. Sabendo-se que o número de engenheiros agrônomos registrados na Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário não ultrapassa de 5.000, segue-se que só para o serviço de fomento agrícola seria necessário um número de engenheiros agrônomos superior a seis vezes o número desses profissionais registrados no Ministério da Agricultura. É preciso lembrar que, no Distrito Federal, existem numerosos outros agrônomos prestando serviços ao Ministério de Agricultura e à Secretaria de Agricultura — aqui não computados em virtude da natureza das atividades ser de ordem geral.

CONCLUSÕES

10.º) É satisfatória a relação entre o número de en-

genheiros agrônomos e a área cultivada no Distrito Federal;

20.º) Há um elevado déficit de engenharia agrônoma em nosso País;

30.º) É muito pequeno o número de engenheiros agrônomos no quadro do Ministério da Agricultura.

2) Suprimento em volume, de sementes selecionadas, e de meios de inseminação artificial em relação com a área cultivada das diferentes espécies vegetais o com o rebanho existente.

Foi o seguinte, no ano de 1953, o suprimento em volume, de sementes hortícolas distribuídas gratuitamente aos lavradores do Distrito Federal, pelo Ministério da Agricultura (Seção de Sementes, de Fomento Agrícola), pela Secretaria de Agricultura (Departamento de Agricultura e pela Sociedade União dos Agricultores:

QUANTIDADE EM QUILOS

ESPECIES	MA	S.A.	SUA.	Total
Abóbora	—	120	—	120
Abóbora Italiana	60	—	—	60
Acelga	—	30	2	32
Agrião d'água	10	60	2	72
Alface	15	2	—	17
Beterraba	30	22	4	56
Bernabela	—	20	2	22
Brócolis	40	20	1	61
Crabapple	—	5	—	5
Cenoura	40	15	—	55
Chicória	60	496	3	559
Cenoura	50	20	5	75
Couve	100	120	—	220
Fervilha	80	90	5	175
Espinafa	—	60	—	60
Fencho de vagem	80	12	—	92
Gló	—	20	—	20
Maxixe	—	50	—	50
Mostarda	—	3	—	3
Nabo	25	95	3	123
Pepino	—	12	—	12
Pimentão	50	20	1	71
Quiabo	—	310	—	310
Rebonete	—	50	3	53
Repolho	40	80	1	121
Tomate	50	100	2	152
Salsa	5	10	2	17
Mirra hiberna	—	15	—	15
Alho poró	30	—	—	30

Conforme se verifica, foram distribuídas aos la-

vradores do Distrito Federal, **2.713 quilos de sementes de hortaliças.**

Considerando-se que a área cultivada ocupada por canterais é de 1.146.412 m², verifica-se que a distribuição de sementes hortícolas, em 1953, foi de **1 quilo para cada 731 metros quadrados** (considerando-se, apenas, as plantas hortícolas cultivadas em canterais, isto é, alface, acelga, nabo, beterraba, couberlinha, chicória, coentro, salsa, couve, rabanete, espinafre, etc.).

CONCLUSÕES

a) é um problema de mais alta relevância a distribuição aos pequenos lavradores, de sementes selecionadas e de alto poder germinativo e limpeza;

b) essa distribuição deve ser feita tanto quanto possível, através de órgãos de classe, como Associações Rurais, Cooperativas de Produção, etc.;

c) a distribuição de sementes hortícolas aos lavradores no Distrito Federal, vem sendo feita em bases razoáveis.

3) Importância relativa dos serviços de defesa sanitária vegetal e animal, medida pelo número de técnicos ocupados na prestação deste tipo de assistência.

Comparado com o que acontece com o número de técnicos ocupados com a prestação de serviços de fomento aos agricultores, o de técnicos ocupados com os trabalhos de defesa sanitária vegetal, prestando assistência direta aos lavradores, é pequena.

Trabalham neste setor, prestando assistência técnica direta aos lavradores, **7 engenheiros agrônomos** (5 do Ministério da Agricultura e 2 da Secretaria de Agricultura), o que representa, para uma área cultivada de aproximadamente 20.000 hectares, um **técnico para cada 2.857 hectares.**

Assim mesmo, mantida essa proporção para, apenas a área cultivada do território nacional com os 29 produtos principais (área de 19.944.815 hectares), seriam necessários 6.989 engenheiros agrônomos para o setor de defesa sanitária vegetal, o que vem demonstrar, mais uma vez, a grande carência de técnicos para a agricultura no Brasil.

CONCLUSÃO

É pequeno o número de engenheiros agrônomos prestando assistência direta de defesa sanitária vegetal no Distrito Federal.

4) Número de capatazes, condutores de serviços, tratoristas, etc., que tendo cursado escolas práticas de agricultura, prestam serviços na região. Número e capacidade eletiva de escolas proporcionando esse tipo de educação profissional (número de alunos que terminam anualmente os cursos).

Trabalhando nos serviços de fomento agrícola, conta a Secretaria de Agricultura da Prefeitura do Distrito Federal com o concurso de 27 funcionários qualificados, dos quais 12 práticos rurais e 15 técnicos agrícolas, não havendo nenhum no Fomento Agrícola Federal de Campo Grande. Além disso, na referida Secretaria, existem 15 tratoristas prestando seus serviços no meio rural.

Só existe uma escola profissional agrícola no Distrito Federal. É a Escola de Horticultura Wenceslão Bello, mantida pela Sociedade Nacional de Agricultura, numa área de 19 hectares, localizada no subúrbio de Penha.

Trata-se de uma iniciativa privada, subvencionada pelo Governo Federal, que vem prestando relevantes serviços no setor de educação profissional agrícola.

Anualmente vem ela diplomando **10 hortelões, 8 fruticultores e 5 floricultores**, que fazem o curso profissional em dois anos, sob regime de internato.

Sua capacidade é para **50 alunos sob regime de internato.**

Além disso, realiza a Escola de Horticultura Wenceslão Bello, anualmente, cerca de 20 cursos práticos agrícolas sobre os mais diversos assuntos (reflorestamento, defesa sanitária vegetal, enxertia, hortas domésticas, solos e adubação, viveiristas, etc.), com uma matrícula de cerca de **500 alunos, dos quais 350 concluem os cursos.**

Tais cursos funcionam sob regime de externato, e tem a duração de 12 aulas de duas horas cada uma.

Todos os cursos, inclusive os sob regime de internato, são inteiramente gratuitos.

CONCLUSÕES

a) é muito pequeno o número de profissionais qualificados, auxiliando os agrônomos nos serviços de elemento agrícola;

b) é de mais alta importância salientar que a Sociedade Nacional de Agricultura mantém, desde 1897, uma escola profissional agrícola;

c) a Escola de Horticultura Wenceslão Bello precisa ter maiores auxílios para que possa ampliar mais sua atividade.

II — SUPRIMENTO DE BENS DE PRODUÇÃO E SERVIÇOS

1) Adubos — Quantidade e qualidades consumidas na região, conforme a destinação — Possibilidade da criação de novas ou expansão das indústrias existentes — Idem para os corretivos, os inseticidas e os fungicidas.

Poucos elementos disponíveis, relativamente ao consumo de adubos no Distrito Federal.

O Serviço de Fomento Agrícola Federal do Distrito Federal não distribuiu, em 1953, adubos aos agricultores.

A Secretaria de Agricultura do Distrito Federal distribuiu, no referido ano, 52.550 quilos de adubos, conforme especificação abaixo:

A d u b o s	Quantidade
Superfosfato de cálcio	2.000 kg
Farelo de mamona	8.000 "
Sulfato de potássio	5.000 "
Farelo de algodão	20.000 "
Farelo de girassol	2.000 "
Salitre	3.050 "
Delemita	5.000 "
Farinha de ossos	3.000 "
Superfosfato simples	4.500 "

Essa quantidade (cinquenta e duas toneladas e meia) é muito pequena em relação à área cultivada

20.000 hectares), pois representa, apenas **380 gr. de adubo químico por hectares**.

Releva salientar, entretanto, que todo esse adubo foi distribuído gratuitamente, não estando computadas, por falta de elementos, as compras feitas diretamente no comércio, pelos lavradores.

Problema dos mais relevantes é o de suprimento de esterco de animal (especialmente para satisfazer as necessidades dos horticultores).

É insignificante a quantidade de esterco distribuído pela Secretaria de Agricultura aos agricultores.

O desenvolvimento da avicultura tem concorrido para que, em parte, embora muito pequena, essa deficiência seja um pouco atenuada, apesar do preço elevado desse adubo.

É o problema da matéria orgânica, um dos mais importantes para os lavradores do Distrito Federal, devendo merecer especial atenção.

Uma solução que se nos afigura de necessidade imediata é a transformação do lixo da cidade coletado pelo Serviço de Limpeza Urbano da Prefeitura, em matéria orgânica.

Essa coleta, atinge a **1.700 toneladas diárias de lixo**, que, se transformado em adubo, concorreria, de uma maneira sensível, para o aumento de produção por área cultivada.

É lamentável, que quase duas mil toneladas de lixo, diariamente, sejam descarregadas em diferentes vasadouros e utilizadas como aterro, quando a lavoura, ávida de matéria orgânica, luta com sérias dificuldades, para obtenção de uma insignificante fração de matéria orgânica, muito aquém de suas reais necessidades.

Quanto aos inseticidas e fungicidas, é boa a situação do Distrito Federal.

Somente a Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, em 1953, distribuiu e usou em demonstrações de combate às doenças e pragas, a seguinte quantidade de inseticidas e fungicidas:

Inseticidas e Fungicidas	Quantidades
Rhodia (para polvilhamento) (a 0,57, e a 1%)	6.000 quilos
Rhodatox (emulsão)	850 latas
Óleo miscível	1.000 quilos
Enxofre (ventilação e molhável)	1.300 "
Sulfato de cobre	1.500 "
Arzênico branco	150 quilos
Enxofre (pó)	300 "
Brometo de metila	3.500 latas
Fungicida MM 33	850 vidros
DDT a 5% (polvilhamento)	5.000 "
DDT a 50% (para pulverização)	500 "
BHC 1 e 2% (polvilhamento)	13.000 "
BHC (12% molhável)	750 "
Diversos	1.000 "

A Secretaria de Agricultura do Distrito Federal, no referido ano, distribuiu os seguintes inseticidas aos agricultores:

Inseticidas	Quantidades
Rhodatox (a 10% e a 5%)	23.000 quilos
Tiofosfato de dietil parantrofenila a 5%	10.000 "
Caufeno clorado (pó)	5.000 "

Óleo miscível	1.000 "
Brometo de metila	9.000 latas
DDT	250 quilos
Enxofre molhável	250 "
BHC a 12%	100 "

Conforme se verifica, em 1953, foram distribuídos e consumidos no Distrito Federal **70.600 quilos de inseticidas e fungicidas**, o que representa uma média de **3.500 gramas por hectare** (em relação a uma área cultivada de 20.000 hectares).

A situação, portanto, nesse setor, é bem melhor do que no setor de adubação.

Quanto aos formicidas, foram consumidas **12.000 latas de brometo de metila e 850 vidros de MM33**, o que representa uma média de **lata e meia por hectare** (em relação à área cultivada de 20.000 hectares), o que representa uma quantidade pequena, sabido como é elevada a área infestada pela formiga saúva.

CONCLUSÃO

a) — é pequeno ainda o suprimento de adubos aos agricultores;

b) — devem ser tomadas medidas que visem o barateamento do custo dos inseticidas e fungicidas, visando o maior incremento da defesa sanitária vegetal, e o mesmo, em relação aos adubos, visando a fertilidade dos solos;

c) — é indispensável que se resolva, no Distrito Federal, o aproveitamento de enorme volume do lixo domiciliar, como adubo para a agricultura.

2) Maquinária — Esboçar a situação atual da mecanização.

Relativamente à questão da mecanização, é aproximadamente o seguinte o quadro atual do Distrito Federal.

1 — A Secretaria de Agricultura do Distrito Federal mantém, em funcionamento, atendendo a 5 de seus 6 postos agrícolas, 12 conjuntos mecanizados, sendo 10 de rodas e 2 de esteiras, dispondo, para isso, de 15 tratoristas.

2 — O Departamento de Agricultura, através desses conjuntos mecanizados preparou, para os lavradores do Distrito Federal, no ano passado, uma área de 5.488.000 m². O preparo dessa área beneficiou a **170 lavradores**, o que representa uma média de **32.282 m²** (pouco mais de 3 hectares) **de área preparada para cada lavrador** (apenas 3,5% dos lavradores registrados na Secretaria de Agricultura do Distrito Federal foram beneficiados).

3 — A referida Secretaria de Agricultura empieçou, aos lavradores, o ano passado 240 máquinas e ferramentas agrícolas, beneficiando assim a 473 lavradores, conforme se verifica no quadro abaixo.

Máquinas	N.º	N.º de lavradores
Trator Bungarts	3	3
Máquina GEM	5	11
Pulverizadores	92	113
Pulvilhadeiras	120	126
Trator Gravely	1	210
Cultivadores	3	3
Arados	2	2
Adubadeiras	1	1
Cerfadeiras	2	3
Solcadores	—	—
	240	473

O número de lavradores beneficiados representou apenas 9,5 do número total de lavradores registrados no Departamento de Agricultura.

4.2) Em 1953, o Ministério da Agricultura e a Sociedade União dos Agricultores revenderam aos lavradores do Distrito Federal, o seguinte material:

Material	Quantidade		Total
	M. A.	S. N. A.	
Enxadas	7.944	200	8.144
Machados	120	20	140
Enxadões	1.000	100	1.100
Arados	120	100	220
Par de bico	500	50	550
Máquina de cortar forragem	10	—	10
Engenhos de cana	6	—	6
Cadinhos	—	100	100
Mercados	—	100	100
Sachos	—	100	100
Forças	—	24	24
Pulverizadores 444	—	6	6
Falcos	—	10	10
Coiheres de trans- plantação	—	50	50
Regadores	—	100	100
Aplicadores de brometo de metila	—	4	4
Latas de brometo de metila	—	50	50
Pófia (quilos)	—	2	2
Fesouras de podar	—	50	50
Sciotes de poda	—	25	25
Lacas de agrião	—	200	200
Latas de Rhodalex	—	100	100

5 — A Secretaria de Agricultura do Distrito Federal facilitou aos lavradores a aquisição de máquinas e implementos agrícolas com 50% de abatimento num valor total de Cr\$ 413.710,80, beneficiando, assim, a 24 lavradores, o que representa uma média de Cr\$ 17.237,95 por lavrador.

CONCLUSÕES

1 — Já se vem prestando alguma assistência aos lavradores do Distrito Federal no setor de máquinas e ferramentas agrícolas;

2 — É sem dúvida muito interessante a modalidade de assistência através do preparo de áreas para plantio por meio dos conjuntos mecanizados;

3 — O elevado preço das máquinas e ferramentas agrícolas dificulta, sobretudo, a sua aquisição por parte dos lavradores, sendo muito interessante as modalidades de empréstimos e a sua aquisição com batimento, ou mesmo, pelo preço de custo.

3º Transporte — Armazenamento — Energias elétrica

Quanto aos transportes, não é das piores a situação do Distrito Federal, comparada com a de outras regiões do país.

Ocupando uma posição privilegiada quanto às possibilidades de transportes, a área agrícola do Distrito Federal dispõe, principalmente, de transporte rodoviário, embora não satisfaça ele, de todo, as suas necessidades.

Dispõe o Distrito Federal.

a) de 907 km. de rede rodoviária;

b) de 155 km. de rede ferroviária.

O problema de maior relevância é, sem dúvida, o do frete, que é elevado.

Quanto ao armazenamento para os produtos agrícolas, são precárias as condições do Distrito Federal, apesar do elevado consumo de gêneros alimentícios, para garantir a subsistência de uma população de quase dois milhões e meio de habitantes, exigir, sem dúvida, disponibilidades para uma grande estocagem.

Dispõe, praticamente, o Distrito Federal de, apenas, os seguintes:

a) Armazens Frigoríficos do Cais do Porto;

b) Entrepasto Central de Leite de Benfica;

c) Entrepasto de Frutas do Cais do Porto;

d) Entrepasto de Pesca da Praça Quinze de Novembro.

Sendo elevado o consumo de gêneros alimentícios, necessita o Distrito Federal de uma vasta rede de armazens e entrepostos, disseminados em vários pontos, para assegurar o armazenamento em condições favoráveis e favorecer a distribuição dos produtos.

Quanto à energia elétrica, apesar de ser a capital do país, não é tão generalizado, como seria de esperar, o emprego da energia elétrica no meio rural do Distrito Federal.

A tendência é, entretanto, para o aumento crescente do consumo de energia elétrica no meio, constituindo um dos maiores óbices, o elevado custo do material elétrico (motores, bombas, etc.), que precisa e deve ser financiado aos agricultores.

III — COMERCIALIZAÇÃO

1º Descrever sucintamente o atual mecanismo da comercialização dos produtos agropecuários, detalhando, se possível, aqueles dos principais itens.

A comercialização dos produtos agropecuários realiza-se, no Distrito Federal, através de:

a) 2 grandes mercados: o mercado D. Manoel, situado no centro, e o mercado de Madureira, situado no subúrbio da zona Norte, do mesmo nome;

b) 18 mercados regionais;

c) 139 feiras livres;

d) 80 caminhões-feira;

e) 10 mercados livres;

f) casas comerciais especializadas (açougues, quitandas, armazens, etc.).

É interessante assinalar, da que diz respeito à comercialização, que aos lavradores registrados na Secretaria de Agricultura do Distrito Federal, são proporcionadas as seguintes vantagens:

a) nas feiras livres, os lavradores obtêm matrícula independentemente de vagas, mediante um simples requerimento, instruído com o respectivo atestado de lavrador;

b) nos mercados livres, têm eles acesso, sem outras finalidades, a não ser a apresentação da respectiva carteira de lavrador;

c) as concessões aos caminhões-feiras, de acordo com a legislação vigente, só são dadas a lavradores;

d) nos mercados regionais, pagam os lavradores os aluguéis dos boxes que ocupam.

Releva salientar ainda, que todas as concessões aos lavradores, feitas através da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal, estão isentas de pagamento de quaisquer impostos.

É elevado o consumo de gêneros alimentícios no Distrito Federal, que conta com uma população de 2 377 451 habitantes, conforme se verifica para os doze produtos adiante enumerados:

Produtos	Estimativa do consumo mensal
Arroz	7.200 toneladas
Banha	1.800 "
Batata	5.400 "
Cebola	900 "
Xarnue	1.200 "
Farinha de mandioca	2.400 "
Farinha de trigo	11.000 "
Feijão	4.680 "
Manteiga	450 "
Carne bovina	12.000 "
Queijo	360 "
Leite	11.100.000 litros

Para que se tenha uma idéia das possibilidades do abastecimento do Distrito Federal, basta dizer que, em 12 meses (1-4-1953 a 31-3-54) só a Cooperativa Agrícola de Cotia colocou no Distrito Federal:

377.529 caixas de tomates
879.607 sacos de batatas
439.389 dúzias de ovos

Sómente o suprimento desses três produtos da Cooperativa Agrícola de Cotia importou em Cr\$ 448.448.255,70.

CONCLUSÃO

O mercado do Distrito Federal oferece amplas possibilidades para os produtos das chamadas "culturas de subsistência".

2- Apontar os principais aspectos em que a comercialização se exercita em detrimento dos interesses dos produtos.

Apesar de vantagens concedidas aos agricultores do Distrito Federal pela Secretaria de Agricultura (matrícula nas feiras independentemente de vagas, acesso aos mercados livres sem pagamento de impostos, acesso aos mercados regionais, mediante pagamento de aluguel de box, são numerosos os entraves da comercialização nos interesses dos agricultores.

O maior deles é, sem dúvida, o intermediário, que adquire os produtos na fonte de produção, impondo preços muito aquém daqueles estabelecidos pelo tabelamento para a venda no varejo.

Nesse sentido, para possibilitar que os próprio agricultores possam vender seus produtos nos mercados seria aconselhável:

- a) a reunião dos mesmos em cooperativas economicamente fortes;
- b) facilidades para aquisição de caminhões e outros veículos, por parte dos agricultores; e
- c) crédito agrícola fácil e a juros módicos.

Problemas dos mais discutidos é, sem dúvida, o que diz respeito ao tabelamento de hortaliças e frutas. O tabelamento, não raro, é a causa do abandono da agricultura, pois determina, via de regra, preços

excessivamente reduzidos nas fontes produtoras. O intermediário, embora sejam os produtos tabelados, não se conformam com menores lucros (não raro já excessivos) e oferecem, portanto, preços ínfimos nas fontes de produção.

O justo tabelamento dos produtos agrícolas oferece dificuldades quase que intransponíveis, tais como:

a) grande diversidade de procedência dos produtos destinados ao consumo no Distrito Federal (salários vigentes nas regiões produtoras, despesas de transportes, impostos, etc.), determinando, assim, que conforme a procedência de origem, sejam diferentes os verdadeiros valores dos produtos postos no mercado, o que não leva em consideração o tabelamento, que é uniforme para todos eles;

b) as subtilezas do tabelamento, em especial, para o caso de gêneros perecíveis (hortaliças, frutas, etc.);

c) o fato de, via de regra, não auscultar ele os interesses dos agricultores que precisam ser incentivados, pois deles depende a fartura ou a pobreza dos mercados;

d) o fato, de, geralmente, concorrer para as perturbações econômicas do "câmbio negro".

CONCLUSÕES

a) para os produtos hortícolas, sobretudo os perecíveis, não deve haver tabelamento;

b) a fixação de preços mínimos para os produtos hortícolas nas fontes de produção seria a medida aconselhável;

c) uma vez fixado esse preço mínimo, poder-se-ia pensar em tabelamento nos mercados, que seria feito na base do preço mínimo ao produtor, acrescido das despesas gerais (transportes, impostos, etc.).

3- Resumir o pensamento da classe sobre o que tem sido a política da sustentação de preços mínimos mínimos executada até hoje pelo governo, concluindo pelo enunciado do que deveria ser essa política.

O estabelecimento de preços mínimos aos agricultores é política defensável desde que:

a- sejam feitos, previamente, os necessários estudos, a fim de que se conheça o real custo de produção nas diferentes regiões, dos diversos produtos;

b- uma vez realizados os estudos preliminares, seja fixado um preço mínimo que ausculte aos interesses dos lavradores, isto é, assegure aos mesmo uma justa recompensa pelo trabalho dispendido;

c) seja feita, periodicamente, a revisão desse preço a fim de que ele possa acompanhar o custo das utilidades necessárias para a produção (mão de obra, adubos, inseticidas, máquinas, ferramentas, etc.);

d) seja fixado com a necessária antecedência (antes da própria semeadura, a fim de que os agricultores possam plantar, sem receio de prejuízos).

No caso especial do Distrito Federal, seria de todo interesses estender-se aos produtos da pequena lavoura, os benefícios da fixação de preços mínimos, tal como vem sendo feito para o café, o feijão, o arroz, etc.

CONCLUSÃO

É defensável a fixação, em bases adequadas, de preços mínimos para os produtos agrícolas.

V — CRÉDITO RURAL

1) Número de agricultores atendidos pelo crédito agrícola em qualquer de suas modalidades, em relação com o número total de agricultores.

Segundo dados divulgados, os financiamentos em 1952, feitos pelo Banco do Brasil, no Distrito Federal, foram:

Número de financiamentos agrícolas . . .	143
Número de financiamentos pecuários . . .	22
Número de financiamentos agropecuários . . .	1

nas seguintes importâncias:

	Cr\$
Financiamentos agrícolas a . . .	34.193.000,00
Financiamentos pecuários a . . .	3.223.000,00
Financiamentos agropecuários a . . .	259.000,00
	<hr/> 37 675 000,00

As médias de cada financiamento foram:

Agrícolas	239.000,00
Pecuários	146.000,00
Agropecuários	259.000,00

Em 1953, o Banco da Prefeitura do Distrito Federal, através de sua Carteira de Crédito Agrícola, atendeu a **1.248 lavradores**, correspondendo a um montante de empréstimo no valor de Cr\$. . . 244.979.712,60, com uma média de Cr\$. . . **196.297,70 por empréstimo**.

Considerando-se que para uma população de 2.377.451 habitantes cerca de 0,9% da mesma se dedica à agricultura, pecuária e silvicultura, isto é 17.938 habitantes, e que estão devidamente registrados no Serviço de Economia Rural da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal cerca de 5.000 lavradores e criadores (embora apenas 3.666 com a carteira de lavrador ou criador revalidada), segue-se que foram atendidos pelo **Crédito Rural do Banco da Prefeitura 25% dos mesmos**.

Considerando-se os financiamentos feitos pelo Banco do Brasil e pelo Banco da Prefeitura, verifica-se que o número total atingiu a **quase 1.400 empréstimos**, correspondendo a aproximadamente 28% do número total de lavradores registrados no Distrito Federal.

CONCLUSÃO

1 — Tanto o Banco do Brasil como o Banco da Prefeitura do Distrito Federal vêm procurando auxiliar os lavradores do Distrito Federal através de suas carteiras de Crédito Agrícola;

2 — O crédito agrícola especialmente destinado aos pequenos lavradores precisa e deve ser intensificado;

3 — Cooperativas de crédito rural, constituem, sem dúvida, uma das mais eficientes maneiras de sua distribuição.

2) Montante da aplicação do item 1, em relação com o total das aplicações bancárias (todas as modalidades a todos os ramos econômicos). Esta rela-

ção pode ser expressa tanto pelos totais aplicados como pelos saldos em fim de período.

O Banco do Brasil, em 1952, concedeu, a atividades econômicas, empréstimos no montante de Cr\$ 7.379.745,00, dos quais Cr\$ 37.675,00 para agricultura e pecuária, segue-se que a porcentagem com essa finalidade foi de cerca de 0,5% do total, o que é, sem dúvida, uma porcentagem muito baixa, sabido como é, que a expansão da agricultura, como a de todas as demais atividades econômicas, depende em grande parte, do crédito.

CONCLUSÃO

É preciso ampliar as reservas para o crédito destinado à agricultura, pois as disponibilidades das carteiras de crédito agrícola são ainda muito pequenas em relação ao número de agricultores que elas precisam atender. A recente criação da CENAFR virá modificar substancialmente o problema.

V — ASSISTÊNCIA SOCIAL

1) Descrever o que existe na região em matéria de assistência social ao ruralícola. Procurar sintetizar o pensamento dos agricultores sobre o modo de ampliar essa assistência.

Não existe, a rigor, assistência social prestada ao ruralícola no Distrito Federal.

A não ser a assistência médico-hospitalar (postos de saúde, de puericultura, etc.) e a assistência educacional (Escolas), que apesar de numerosos no Distrito Federal são escassos ou inexistentes na zona rural, nada mais existe para satisfazer as necessidades da assistência social ao ruralícola no chamado sertão carioca.

Para atender às necessidades do ruralícola do Distrito Federal seriam recomendáveis, entre outras, as seguintes medidas:

a) ampliação da rede das escolas Típicas Rurais já existentes para a mais ampla difusão do ensino primário na zona rural;

b) criação de uma Escola Normal Rural para satisfazer às necessidades das Escolas Típicas Rurais quanto ao professorado;

c) instalação de ambulatórios, de pronto socorro na zona rural;

d) assistência educacional ao adulto com a realização de Cursos Práticos Agrícolas ministrados diretamente aos lavradores em locais previamente estabelecidos na zona rural, realização de Semanas Rurais ou Concentrações de Lavradores para debates de todos os seus problemas, realização de exposições agropecuárias, etc.;

e) maior difusão e facilidades para o crédito agrícola supervisionado;

f) assistência jurídica aos lavradores quase sempre preocupados com questões relacionadas com as terras que ocupam sob a forma de contratos, arrendamentos, etc.;

g) organização dos lavradores em sólidas cooperativas de produção;

h) fortalecimento das associações de classe a fim de que, através delas, possam os lavradores fazer chegar aos poderes públicos os seus anseios e obter deles medidas que venham tornar mais promissoras as atividades rurais.

CONCLUSÕES

- 1 — Não existe, a rigor, uma violadora acidentária social prestada ao minúsculo do Distrito Federal.
- 2 — A extensão da assistência social já existente no Distrito Federal até a zona rural é uma medida que de imediato se impõe.

2) Informar qual o pensamento da classe sobre a talada extensão aos trabalhadores rurais da atual legislação trabalhista.

Entendendo as leis vigentes aos trabalhadores rurais, a fim de lhes serem assegurados os benefícios que às outras categorias de trabalhadores são garantidos pela legislação trabalhista, não se podendo, contudo, deixar de levar em conta as sutilezas e a complexidade para a implantação da mesma legislação no meio rural, onde as condições de vida e de trabalho são muito diferentes daquelas que se verificam nas cidades.

Aos trabalhadores rurais devem ser assegurados, sem dúvida, assistência médico-hospitalar, assistência educacional, salário condigno, etc., levando-se em consideração que todas essas conquistas justas e humanas devem ser concedidas dentro das possibilidades das peculiaridades e sutilezas do trabalho rural.

A rigidez de certos princípios e medidas estabelecidos na legislação trabalhista vigente, não pode ser transportada ao campo.

O trabalho rural não comporta, por exemplo, um horário rígido, como a indústria e o comércio, com 8 horas consecutivas de trabalho, começando e terminando sempre na mesma hora. Não se trata de exigir que o trabalhador rural trabalhe mais do que o razoável, mas a rigidez não é aconselhável. Em certas ocasiões, a natureza do serviço agrícola pode exigir a permanência do trabalhador rural ou de membros de sua família no serviço, maior número de horas, outras vezes, menos, ou nenhuma, conforme o caso.

É preciso não transplantar para o meio rural uma legislação tipicamente feita para o meio urbano, é necessário ajustá-la às condições e à natureza do trabalho e do trabalhador agrícola, isto é, dar ao trabalhador rural uma legislação trabalhista rural, reconhecendo-lhe um operário que, tendo as mesmas necessidades e os mesmos direitos que o trabalhador urbano, precisa e deve merecer um tratamento humano, prevenindo-se, sobretudo, a luta de classe.

Mais do que no meio urbano, é preciso, no meio rural, uma maior aproximação entre o empregado e o empregador, pois na lavoura, em hora de trabalho, vide negra, não se distingue um do outro; os dois trabalham juntos, os dois devem estar sempre atentos e vigilantes, pois as condições climáticas, defecções, as doenças, as pragas, etc., estão sempre prontas a destruir em pouco tempo, o fruto de um longo e penoso trabalho, a reduzir a quase nada aquilo que parecia muito, tornando assim, difícil a vida para ambos.

CONCLUSÃO

- 1 — É contra-indicada e perigosa a extensão pura e simples da atual legislação trabalhista para o campo.
- 2 — É imprescindível uma medida e segura le-

gislação trabalhista rural que atenda a suas necessidades em seus múltiplos aspectos.

VI — TRIBUTAÇÃO

Descrever com o máximo de rigor e detalhe a incidência fiscal sobre a atividade agrícola nas esferas federal.

Com relação às tributações, não é das piores a situação dos lavradores do Distrito Federal.

Como já vimos em outros capítulos, aos lavradores do Distrito Federal são proporcionadas certas vantagens, como sejam:

- a) registro de lavrador, gratuito;
- b) não pagamento de licença para a venda direta dos produtos agrícolas nas feiras livres e nos mercados livres (obtenção da licença, mediante a simples apresentação da carteira de lavrador devidamente revalidada);
- c) serviço gratuito de assistência técnica tanto da Secretaria de Agricultura, como do Ministério da Agricultura;
- d) fornecimento gratuito de determinados materiais, tanto por parte do Ministério da Agricultura, como da Secretaria de Agricultura;
- e) aquisição de material pelo preço de custo ou com 50% de abatimento, conforme o caso, através dos refridários órgãos.

Além disso, convém salientar ainda, que aos lavradores devidamente registrados, desde que requeram, são concedidas ainda as seguintes vantagens:

- a) isenção de pagamento do imposto territorial, desde que, pelo menos metade da área da propriedade esteja cultivada;
 - b) isenção de pagamento do imposto de transmissão, relativo à aquisição de terras para fins agrícolas.
- No caso de arrendamentos para fins agrícolas, desde que a área arrendada esteja realmente cultivada at metade ou mais do total da área, o próprio proprietário da terra fica dispensado do imposto territorial, desde que requeira.

CONCLUSÕES

- 1 — As medidas visando amparar os lavradores do Distrito Federal são justas e constituem motivo de estímulo para a exploração agrícola.
- 2 — A isenção do pagamento do imposto territorial nas bases em que é concedida aos lavradores do Distrito Federal merece ser estendida a todo o país.

VII — ASSOCIATIVISMO

1) Descrever o estado atual do movimento na região.

É a seguinte a atual situação do Distrito Federal relativamente ao associativismo rural.

1.º) A Sociedade Nacional de Agricultura, pelo artigo 15 do Decreto-lei nº 8.127, de 24 de outubro de 1945, tem as prerrogativas de Federação das Associações Rurais do Distrito Federal.

2.º) A referida Federação está registrada no Serviço de Registro Rural do Ministério da Agricultura sob o nº 1.

3.º) Filada a esta Federação encontram-se desde o advento do Decreto-lei nº 8.127, a Sociedade União dos Agricultores, registrada sob o nº 50 e a Associação

no Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura. Esta filial conta, atualmente, com 395 associados.

3) Apontar o que parece impedimento da expansão do movimento.

Não há, ao que nos parece, nenhuma causa marcante que impeça o movimento associativo no Distrito Federal.

O que existe, na realidade, é uma área efetivamente cultivada pequena, e, consequentemente, também pequeno o número de lavradores, não comparando assim, como em outros Estados, um elevado número de Associações Rurais (Associações Rurais Municipais).

Uma melhor educação do rurícola concorrerá sem dúvida, para que ele sinta as vantagens de arremeter-se em defesa de seus interesses sob a égide do Decreto-lei n.º 8 127. Prestigiar sempre suas legítimas Associações Rurais, respectivas Federações, e a Confederação Rural Brasileira, deve ser preocupação constante do rurícola, porque da eficiente atuação das mesmas resultarão sempre melhores dias para o homem rural brasileiro.

3) Indicar as medidas tendentes à remoção das causas contrárias ao movimento.

Tendo em vista a reduzida área agrícola do Distrito Federal e a natureza especializada dos que se dedicam às atividades agrícolas, parece mais interessante que em lugar de Associações Rurais propriamente ditas, seja estimulada a criação de associações especializadas, tais como Associações de Avicultores, de Citricultores, de Hortêlcas, de Bananicultores, Apiculcutores, etc.

Tais associações, ajustadas ao Decreto-lei n.º 8 127, de 24 de outubro de 1945, muito poderão trabalhar em defesa dos legítimos interesses de seus associados.

VIII — REFORMA AGRÁRIA

1) Descrever o estado atual da divisão da propriedade rural no Distrito Federal.

Segundo dados do Serviço de Economia Rural da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal, é a seguinte a distribuição dos lavradores existentes de acordo com as formas de ocupação da terra:

Formas da ocupação	N.º de lavradores	Porcentagens
Arrendatários	1 908	51,44%
Proprietários	1 121	30,26%
Ocupante	88	2,36%
Administradores	4	0,11%
Outros	249	6,80%

Conforme se verifica, entre 3.570 lavradores registrados, a predominância é de arrendatários (51,44% de proprietários, restando, apenas 2,42% para todas as demais formas de ocupação).

O número de lavradores registrados no Serviço de Economia Rural da PEE é o seguinte até setembro de 1953:

a) lavradores registrados e com a carteira revalidada	1 343
b) criadores nas mesmas condições	323
Total	1 666

Os dados acima referem-se, apenas, aos que têm a carteira revalidada, pois, apenas registrados existem cerca de 3.000 (lavradores e criadores).

O número não é, ainda, elevado, considerando-se que, de acordo com o censo de 1950, existiam, na época data, dedicados à agricultura, pecuária e silvicultura, no Distrito Federal, 17.938 habitantes.

Os dados abaixo mostram

- a) a porcentagem da população dedicada à agricultura, pecuária e silvicultura,
- b) a porcentagem de lavradores registrados.

População do Distrito Federal em dezembro de 1950 2 377 451 habitantes

População do Distrito Federal dedicada à agricultura, pecuária e silvicultura 17 938 "

Número de lavradores registrados na Secretaria de Agricultura até setembro de 1953 (com carteira revalidada) 3 666 lavradores

Porcentagem da população dedicada à agricultura, silvicultura e pecuária, em relação à população do Distrito Federal (Recenseamento de 1950) 0,75% da população

Porcentagem de lavradores registrados (3 666) em relação à população dedicada à agricultura, pecuária e silvicultura 1,6 % da população

2) Descrever a distribuição dos lavradores registrados de acordo com a nacionalidade (1953).

Nacionalidade	N.º de lavradores	Porcentagens
Brasileiro	2 271	62,18%
Portugueses	1 134	31,26%
Espanhóis	26	0,72%
Japoneses	47	1,31%
Italianos	22	0,61%
Alemães	17	0,47%
Ingleses	4	0,11%
Outros	50	1,40%

Em 3 670 lavradores, predominam os brasileiros e portugueses, respectivamente, com 62,18% e 31,26%, isto é, constituindo 93,94% dos lavradores.

É a seguinte a distribuição dos lavradores, de acordo com a nacionalidade e a forma de ocupação da terra:

Total	Nacionalidades	Proprietários	Arrendatários	Administrad.	Ocupantes	Outros
2 270	Brasileiros	903	1 130	3	63	171
1 134	Portugueses	334	638	1	25	66
26	Espanhóis	13	12	—	—	1
47	Japoneses	6	40	—	—	1
22	Italianos	11	9	—	—	2
17	Alemães	6	11	—	—	—
4	Suíços	3	1	—	—	—
50	Outros	25	17	—	—	—
3 570		1 321	1 908	4	88	249

Conforme se verifica, entre os japoneses, alemães, portugueses e brasileiros predominam os arrendatários, com 85,10%; 64,70%; 60,67% e 49,78%, respectivamente, e, entre os suíços, italianos e espanhóis predominam os proprietários, com 75%, 50% e 50%.

Em um total de 38 202,02 hectares, considerados propícios para a agricultura, são cultivados apenas 19 220,20 hectares e não cultivados 18 981,82 hectares, isto é, apenas 50,31% da área agrícola está cultivada.

Há ainda, portanto, no Distrito Federal larga margem para o incremento da agricultura.

É ainda interessante assinalar que em um total de 3 475 lavradores, 2.848 ocupam áreas acima de 10 hectares, e apenas 627, menores de 10 hectares, conforme os quadros abaixo:

Extensão	N.º de lavradores	Área total, em hectares
Com mais de 10 hectares	2 848	37 104,77
Com menos de 10 hectares	627	1 043,72

Conforme se verifica, e é natural que assim aconteça, entre as menores propriedades (abaixo de 10 hectares) há maior aproveitamento das áreas, ... (75,29% das mesmas são cultivadas), enquanto que nas áreas maiores (acima de 10 hectares), é menor aproveitamento (apenas 49,68% são cultivados).

De acordo com os dados do recenseamento geral de 1950, existiam naquele ano, no Distrito Federal, 5.261 estabelecimentos agrícolas, número esse inferior ao de estabelecimentos de mesma natureza existentes por ocasião do recenseamento anterior (1940), que revelou 7 994 estabelecimentos agrícolas. O decréscimo foi, portanto, de 2.733 estabelecimentos agrícolas em 10 anos, o que representa uma porcentagem de cerca de 35%.

Existem, portanto, agora, menos 35% de estabelecimentos agrícolas que em 1940, tendo inflado para isso, sem dúvida, em parte, o excessivo loteamento das áreas na zona rural do Distrito Federal para fins imobiliários, e em parte, o salário mais compensador em outras atividades.

CONCLUSÕES

1 — No Distrito Federal o governo deverá proover medidas no sentido de que seja viável e imediata a formação do chamado "cinturão verde", para garantia de seu abastecimento.

2 — O excesso de loteamento para fins imobili-

nos tem contribuído para dificultar a expansão da agricultura no Distrito Federal.

3) Resumir o pensamento da classe no que toca aos vários aspectos da questão.

Somos de opinião que o problema de uma reforma agrária é complexo e precisa ser estudado face à realidade do país.

Entre outros aspectos, devem ser localizados os seguintes:

a) A desampliada subdivisão da terra nem sempre é aconselhável. Em certos casos, como por exemplo próximo das grandes cidades, essa subdivisão é justificada, especialmente para a exploração avícola, para a pequena horticultura, para a pequena fruticultura etc., ao passo que em outros casos ela não é aconselhável.

b) no caso de propriedades pequenas será vantajosa a fundação de cooperativas de produção, pois de outra forma não é possível a mecanização da lavoura, tão necessária em face da escassez de braços;

c) é imprescindível e urge que uma legislação adequada venha assegurar condições favoráveis no arrendamento das terras, dando garantias para que os arrendatários possam cultivar a terra com a necessária tranquilidade e, ao mesmo tempo, assumam de compromissos no tocante à conservação de recursos naturais (conservação do solo, dos mananciais d'água, de matas, etc);

d) um Código Rural bem elaborado, que venha a atender às peculiaridades regionais, deve estabelecer bases para um harmônica relação entre os que vivem no meio rural;

e) uma adequada e bem estudada colonização deverá proporcionar aos colonos a organização de colônias ou núcleos coloniais, notadamente aos nacionais, tendentes a suprir as deficiências da produção agrícola e trabalho rural no Distrito Federal;

f) é necessário que se eleve a imediata regulamentação da assistência social rural sob todos os aspectos (assistência sanitária, educacional, técnica, econômica, etc), visando a fixação do homem à terra;

g) é prejudicial e condenado o excesso de loteamento próximo das grandes cidades para fins imobiliários, que concorre, sem dúvida, para a má utilização da terra para fins agrícolas (elevação excessiva do custo da terra), devendo para esse fim ser limitado esse loteamento a determinado mínimo de metros quadrados;

h) deve-se dar maior incremento ao cooperativismo rural, ao ensino agrícola (escolas profissionais, cen-

três de treinamento para operários rurais, centros de treinamento de economia rural doméstica, etc., ao serviço de revenda de material (sementes, adubos, máquinas, ferramentas, etc.) que, de preferência, deve ser feito através das Associações de classe.

Não se nos alegre indicando uma ampla reforma agrária, que posta a vir, de uma maneira ou outra, a abalar, de um modo sensível a situação atual.

O que se torna necessário é a fiel aplicação de leis vigentes e de outras que venham a ser postas em vigor, auscultando os interesses do meio rural, normalizando e disciplinando as relações entre os que se dedicam à agricultura, procurando fixar o homem ao campo e incutindo nele o amor à terra.

É preciso estimular e incrementar a produção agrícola; tornar melhores as condições de vida no meio rural, disciplinar a produção e a distribuição e conservação dos produtos agrícolas, proporcionando, assim, que a ela se dedicam, bem estar, melhor padrão de vida e justa recompensa pelos esforços despendidos.

Não será promovendo uma profunda e radical reforma das condições vigentes, profundamente contrária à índole do nosso povo, nem será tirando de uns e entregando a outros, que se resolverá o problema da terra.

É preciso prudência, perfeita visão e seguro conhecimento do panorama rural e, sobretudo, vontade de acertar, para que se conduza bem a solução de nossos problemas rurais.

Não será jamais, de uma maneira drástica, transformando para cá experiências estrangeiras, que se resolverá o problema agrário no Brasil.

CONCLUSÃO

Releva ponderar que qualquer reforma agrária deve ser acuradamente estudada, pois uma alteração drástica na atual estrutura do meio rural pode trazer graves consequências de ordem econômica e social, ao invés de promover um melhor ajustamento social e econômico, como deve ser seu objetivo precípuo.

OUTROS ASSUNTOS, A MARGEM DO TEMARIO, DE INTERESSE GERAL

— 1 —

Área agrícola do Distrito Federal

O Distrito Federal ocupa uma área equivalente a 0,027, da área total do Brasil, que é de 851 603.700 hectares, isto é, uma área total de, apenas, **116.700 hectares**.

Segundo cálculos feitos, dessa superfície, mais de 50% são aproveitáveis para fins agrícolas, ou, mais precisamente, **60.000 hectares**.

No momento, a área cultivada é de apenas 20.000 hectares, isto é, a **terça parte da área aproveitável para fins agrícolas**, que abrange as circunscrições de Campo Grande, Guaratiba, Jacarepaguá e Santa Cruz.

Isto significa que são amplas, ainda, as perspectivas para o desenvolvimento da agricultura no Distrito Federal, onde **dois terços da área aproveitável para fins agrícolas**, ainda permanecem sem utilização.

Um lato vem prejudicando seriamente a expansão agrícola. É o elevado preço da terra, em grande parte consequente do excessivo loteamento na área rural para fins urbanos, pois são lotes que variam, em média, de 360 a 1.000 metros quadrados.

Esse loteamento não beneficia a agricultura. Antes, pelo contrário, lhe é prejudicial.

Os estudos têm mostrado que uma família rural para manter-se, necessita, pelo menos, de **uma área de 5 hectares**.

Consideram-se, entretanto, as condições peculiares do Distrito Federal, mesmo baixando-se essa área para 5,5 hectares, os loteamentos já realizados e em andamento, só prejudicam o desenvolvimento da agricultura no Distrito Federal.

— 2 —

Produção animal no Distrito Federal

De acordo com os elementos do Serviço de Economia Rural do Distrito Federal, foi a seguinte a produção animal no Distrito Federal, em 1953:

Numero de aves	605.726 cabeças
Outros animais	57.316 "

Foi a seguinte a distribuição das aves:

Galinhas	571.695 cabeças
Patos	2.440 "
Patos	12.859 "
Cansos	128 "
Outras aves	18.600 "

Foi a seguinte a distribuição dos outros animais:

Sumos	24.423 cabeças
Bovinos	7.525 "
Ovinos	426 "
Equinos	2.787 "
Caprinos	1.367 "
Outros	21.788 "

Conforme se verifica, já é **expressiva a produção animal no Distrito Federal**, sendo considerado problema dos mais sérios para os criadores, o relacionamento com o forrageamento (especialmente para os avicultores), dadas a dificuldade de obtenção de rações e o seu elevado preço.

— 3 —

Produção Vegetal (Fruticultura)

A fruticultura no Distrito Federal, apesar de todos os obstáculos, ainda é de certa maneira expressiva, sendo os seguintes os dados obtidos, referentes ao ano de 1953:

Laranjeiras	4.627.258 pes.
Bananeiras	4.982.163 touc.
Mangueiras	64.366 pes.
Abacateiros	139.256 "
Mamoeiros	235.696 "
Limoeiros	30.455 "
Fruteiras de cunde	49.084 "
Outras fruteiras	395.973 "

— 4 —

Produção Vegetal (Horticultura)

Não dispomos de dados relativos à produção hortícola no Distrito Federal. Sabemos, apenas, que existe **uma área cultivada com canteiros de 1.963.412 metros quadrados, comportando 26.033 canteiros**.

— 5 —

Cooperativas de Produção no Distrito Federal

De acordo com os elementos coligidos no Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, é o seguinte o movimento das cooperativas de produção no Distrito Federal em 31-12-1953:

Número de cooperativa registrada	26	1948	1 275 820	5 122.298	130
Número de cooperativas em funcionamento	10	1949	250.040	3 818.060	89
Número de cooperativas que forneceram dados	7	1950	432.139	1 673.000	45
Número de associados	1 022	1951	140 350	1 321.400	40
		1952	283 750	1 154.398	29
		1953	181 472	732.000	24

	Cr\$
Capital subscrito	45 752 760,00
Capital realizado	27 283 667,40
Valor de produção	28 403 864,10

6

Estimativa da renda da lavoura, produção animal e produção extrativa no Distrito Federal

De acordo com os dados do IBGE, foi a seguinte a respectiva estimativa nos anos de 1951 e 1952:

1951	Cr\$ 393 000 000,00
1952	Cr\$ 437 100 000,00

Conforme se verifica, de 1951 para 1952 houve um acréscimo de Cr\$ 44 100 000,00.

Considerando-se que as estimativas para o Brasil no referido período foram de:

Cr\$ 87 849 300.000,00, em 1951
Cr\$ 104 452 900 000,00 em 1952

Segue-se que:

a) em 1951, a renda da lavoura, produção animal e produção extrativa no Distrito Federal representou apenas 0,4% da renda, no mesmo setor, em todo o país;

b) em 1952, a porcentagem, praticamente não se alterou (continuou em 0,4%, em relação à renda de todo o país, no mesmo setor).

Ocupação do Território do Distrito Federal

De acordo com elementos fornecidos pelo Serviço Florestal da Prefeitura do Distrito Federal, é a seguinte a ocupação do Distrito Federal:

Ocupação do Território	Km.2	% do area do Dist. Federal
Florestas e capoeiras grossas	245,5	21,04%
Capoeira rala e capim	171,3	14,68%
Campos, área cultivada e pequenas ilhas	459,1	39,54%
Lagoas	16,5	1,41%
Área urbanizada	274,6	23,53%
Total geral	1 167,10	100,00%

— B —

Reflorestamento no Distrito Federal

De acordo com os dados do Serviço Florestal da Prefeitura do Distrito Federal, foi o seguinte o movimento de reflorestamento, mediante acordos de cooperação realizados entre a Secretaria de Agricultura e o Lavradores, no período de 1946 a 1953:

Anos	N.º de eucaliptus	Área em m2	N.º de acordos
1946	445.200	1 796.000	26
1947	1 398.750	5 793.000	78

A reserva floresta do Distrito Federal vem diminuindo, consideravelmente, concorrendo para isso, entre outras, as seguintes causas:

a) aumento do número de favelas;

b) loteamentos para fins imobiliários;

c) devastação das matas para aproveitamento de lenha.

O entupimento das galerias de águas pluviais, as inundações na época das chuvas, as quedas de barragens, etc., constituem, sem dúvida, consequência da falta de revestimento florestal dos montes mais altos que cercam o Distrito Federal.

O problema não é plantar, apenas, eucaliptus. É fazer o que o Major Acher fez na Ilhéu. É restabelecer o revestimento florestal dos montes do Distrito, que, dentro em pouco, estarão todos transformados em favelas, com suas graves consequências sociais, higiênicas, parasitárias, etc.

Enxadas
e
Enxadações



das
melhores
marcas

Arame farpado — Grampos —
Machados — Bombas — Motores
Tubos e conexões — Ferros em
geral — Materiais para cons-
trução — Ferragens e Ferra-
mentas — Máquinas

COFERMAT

R. Buenos Aires, 154 - Rio de Janeiro

Telefone: 43-2968

End. Telegráfico: COFERMAT RIO

Noticiário da Escola de Horticultura Wenceslão Bello

CURSOS EM COLABORAÇÃO

Tiveram início na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" os seguintes Cursos Práticos Agrícolas ministrados em colaboração com a Comissão Brasileira de Assistência e Educação das Populações Rurais:

- a — Curso Prático de Enxertia;
- b — Curso Prático de Rebrostamento;
- c — Curso Prático de Hortas Domésticas;
- d — Curso Prático de Calcos e mudas Agrícolas;
- e — Curso Prático de Contabilidade Agrícola;
- f — Curso Prático de Solos e Adubação;
- g — Curso Prático de Doenças Bacterianas Vegetal.

ATIVIDADE DO CLUBE AGRÍCOLA MIGUEL CALMON

Continuam muito animadoras as atividades do Clube Agrícola Miguel Calmon, constituído pelos alunos da Escola de Horticultura Wenceslão Bello e registrado no Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, sob o número 1.098.

A ESCOLA DE HORTICULTURA WENCESLÃO BELLO E A VII SEMANA DO FAZENDIÁRIO

A Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" esteve representada na VII Semana do Fazendeiro da Universidade Rural pelo prof. Geraldo Goulart da Silveira que integrou a Comissão Executiva da referida Semana.

LIVROS PARA OS ALUNOS DA E H W B

O Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, ofereceu aos alunos da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, uma coleção de livros e revistas sobre assuntos agrícolas.

CLUBE AGRÍCOLA "MIGUEL CALMON"

Sob a presidência do aluno José Francisco, reuniu-se, em sessão extraordinária, o Clube Agrícola "Miguel Calmon", no dia 11 de Junho, para receber a visita da coordenadora e das Professoras que estão frequentando o Curso de Agentes de Extensão Agrícola do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura. Falaram na ocasião, o almo José Maria Quilma, secretário do Clube Agrícola, que saudou as professoras presentes, o Prof. Geraldo Goulart da Silveira, vice Diretor da Escola que falou sobre a "Importância dos Clubes Agrícolas Escolares" e a Prof.ª D. Ruth Guedes que em nome das professoras presentes, agradeceu as homenagens. Na mesma ocasião o Serviço de Informação Agrícola ofereceu a Biblioteca do Clube e aos

alunos uma valiosa coleção de publicações agrícolas.

CURSOS EM COLABORAÇÃO COM A C B A R

Tiveram início, na E H W B, os Cursos Práticos Agrícolas que até o ano passado eram mantidos pela Fundação Getúlio Vargas e do corrente ano em diante passarão a ser ministrados em colaboração com a Comissão Brasileira de Assistência e Educação das Populações Rurais, em virtude do acordo assinado entre o Ministério da Agricultura

CURSOS EM COLABORAÇÃO COM A U R

Continuam, com grande sucesso, os Cursos Avulsos mantidos na Escola de Horticultura Wenceslão Bello pela Diretoria dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão de Universidade Rural isto é, os tradicionais Cursos Avulsos de Horticultura e de Fruticultura.

Formulário de Pedidos

CADAL

PARA TODAS AS CULTURAS

FRUTIFERAS
FLORES
LABRANJA
ARBOREA
LEITEIRA
TOMATE
MECHÃO
FUMO
CANAS
CAFE

Exames
gratuitos
de febre

Atendimento
e distribuição
dos dados
falsificados



CADAL, A
MATER
ORGANIZAÇÃO
NO INTERIO FEDERAL
A SERVIÇO DA LAVOURA

UM PRODUTO COM A GARANTIA DA "CADAL" CIA. INDUSTRIAL DE SACAROS E ALUMINIO AGENTES EXCLUSIVOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PARA O INTERIO FEDERAL ESTADOS DO RIO DE JANEIRO SANTO ESPRITO AV. PRESIDENTE VARGAS, 149-01 ANJOS TEL. 33-7074 FABRICA AV. AUTOMÓVEL CLUB, 4100 JACAREÍ-RIO DE JANEIRO

Pesquisas econômicas e sociais

Interessante, útil e oportuno trabalho acaba de ser divulgado pelo Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura.

Trata-se do folheto "Pesquisa econômicas e sociais", de autoria do Engenheiro Agrônomo Arthur Natividade Seabra. Em linguagem clara e simples, o seu autor, que além de brilhante economista rural é também professor, aborda, de maneira amena, metódica e precisa, interessantes problemas relacionados com as pesquisas sociais e econômicas.

O autor, que já tem realizado inúmeros trabalhos práticos no setor de sua especialidade, encara, portanto, com objetividade e experiência própria, os diferentes métodos e fases do trabalho de pesquisa.

Em suas 51 páginas são abordados os seguintes assuntos. A pesquisa — Atitude científica e gosto pela pesquisa — Planejamento da pesquisa, métodos e técnica — A técnica da entrevista — A técnica do questionário — Realização da pesquisa — Amostragem — Formas de coleta — Apuração. Estão, pois, de parabéns, o autor, pelo magnífico trabalho que de muita valia será para aqueles que se iniciam nos estudos referentes às pesquisas econômicas e sociais, e o Serviço de Economia Rural, por ter, em boa hora, promovido a publicação de tão útil e oportuna contribuição de um de seus mais brilhantes técnicos.

G. G. S.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Realizou-se, a 10 de Setembro última de ocôrda com a convocação, a Assembléio Geral extraordinária da Sociedade Nacional de Agricultura. Presidiu os trabalhos o Sr. Arthur Torres Filho, que explicou os fins da reunião, a qual a da reforma dos estatutos, cuja projecta, subscrita pelo respectivo comissão de redacção, composta pelos senhores Adamastor Lima, Kurt Repsold, Arruda Câmara e Marques Poliona, foi unânimemente aprovado.

Por proposta de numerosos associados, e aclamação da assembléia foi a actual Diretoria, encabeçada pelo Prof. Arthur Torres Filho, que tantos serviços tem prestado à Sociedade e à Agricultura, reconduzida para um novo período administrativo, tendo sido, na mesma ocasião, quando de voto de profunda pezar pelo passamento do Sr. Getúlio Vargas, Presidente de Honra da instituição.

Esta deliberação será comunicada à família da extinta.

Na parte referente aos interesses sociais, dentre outras matérias resolvidas, foi marcada o dia 16 de Janeiro próxima para a solene inauguração da "Casa da Agricultura", data essa que corresponde ao 58.º aniversário de fundação da instituição.

Na próxima número daremos a íntegra dos novos Estatutos.

Campanha da cultura da soja em São Paulo

De acordo com o sugerido no plano da campanha referente à cultura algodoeira, para o bom êxito da produção de algodão por área, é indispensável que o Governo promova medidas a favor de outras culturas econômicas, visando estabelecer a prática da rotação de culturas.

Entre as plantas mais aconselháveis para esse fim, destaca-se a soja, cuja cultura oferece as seguintes vantagens:

1. Leguminosa melhoradora do solo;
2. Nova cultura comercial de importância para uma policultura equilibrada;
3. Produtora de alimentos de consumo na própria fazenda;
4. Cultura totalmente mecanizável, inclusive a colheita. Por esse fato poderá se expandir em cada propriedade agrícola, independente das limitações de mão de obra;
5. Fonte valiosa de óleo comestível e industrial;
6. Fonte de proteína de elevado valor biológico, quer na forma de torta, quer na de farinha para alimentação humana. Dada a sua composição de amino ácidos essenciais, recomenda-se o seu uso em lugar de proteínas animais, de preço sempre mais elevado;
7. Poderá fornecer matéria-prima para indústrias subsidiárias.

Considerando os resultados favoráveis obtidos em campos de cooperação da Secretaria, realizados em 1951/52, justifica-se a elaboração de um plano de maior amplitude, cuja execução trará vantagens para melhoria da agricultura, indústria, comércio e saúde pública, nas seguintes bases:

I — CONVÊNIO AGRO-INDUSTRIAL — Como cultura produtora de matéria-prima para a indústria, a sua expansão repousa numa conjugação de esforços e interesses dos Poderes Públicos e da indústria de óleos vegetais. Por esse motivo a Secretaria propõe um convênio com as firmas moageiras, objetivando o fomento da cultura, no seguintes termos, a vigorar até Agosto de 1955.

A Secretaria da Agricultura se obriga:

A — Promover a multiplicação de sementes de soja, das variedades recomendadas, iniciada no ano anterior. No presente ano cuidará de contratar campos de cooperação numa área de 800/900 alqueires. Os campos deverão ser localizados, de preferência, em zonas onde a cultura vem apresentando melhores resultados, principalmente na Mogiana, sul do Estado, Zona Velha da Paulista e a região arrozeira de Barretos.

No presente ano a Secretaria da Agricultura fará a aquisição das sementes ao preço de Cr\$ 3,00 por quilo, mediante o estabelecimento de contratos. Será admitido um limite de tolerância até 5% de material estranho, não se incluindo nessa categoria sementes quebradas e vagens não beneficiadas que serão devolvidas ao cooperador.

Para esse trabalho de re-benefício, a Secretaria da Agricultura, aparelhará os Pósters de Sementes com máquinas de preparação de sementes,

Estes campos funcionarão ainda como área de demonstração das práticas culturais mais vantajosas e em virtude de se tratar de lavoura ainda desconhecida para a maioria dos lavradores, visando dois pontos básicos:

- a) aumento de rendimento por alqueire;
- b) diminuição do custo de produção.

Esses objetivos são possíveis mediante a observância das medidas seguintes:

1 Escolha da terra — utilização das que são aconselháveis para algodão, milho, arroz e trigo, desde que não sejam muito ácidas, esgotadas, muito erodidas, excessivamente íngremes ou ainda as terras arenosas que tenham sido cultivadas com batata-terra.

2 Rotação de culturas — em combinação com qualquer das culturas acima mencionadas, visando o aproveitamento da adubação pelas detritadas e dos benefícios peculiares dessa leguminosa como complemento do programa de rotação. A disseminação mais rápida dessa prática será favorecida com o critério da escolha dos melhores lavradores, e em cada região.

3. Área a cultivar — o aconselhável estabelecer áreas proporcionais às de outras culturas em rotação e à capacidade colheita mecânica.

4. Práticas culturais importantes — a serem empregadas pelos cooperadores, destacando:

- a) Calagem, sempre que possível;
- b) Preparo cuidadoso do solo;
- c) Plantio durante o mês de Novembro;
- d) Inoculação das sementes;
- e) Semeação à máquina com chapa reguada para deixar cair 23/25 sementes por por metro de sulco;
- f) Cultivos mecânicos, eliminando o uso do "bico de pato";
- g) Prevenção contra os possíveis focos de lagartas das folhas. Quando necessário usar inseticidas simples e de baixo preço;
- h) Ajustamento da "combinada" com a devida antecedência;
- i) Colheita no período mais aconselhável, visando maior rendimento e melhor qualidade da semente.

B — Concentração de agricultores — em campos de cooperação mais indicados e em Estações Experimentais, para debates e demonstrações dos trabalhos que afetam a produção.

C — Divulgação — abrangendo a distribuição de folhetos e cartazes, programas de rádio e noticiário pela imprensa.

D — Concursos regionais — entre os cooperadores, instituindo-se prêmios aos melhores de cada região. Os vencedores das diversas regiões entrarão para o concurso estadual.

E — Assistência técnica — manter na direção da campanha, o Eng. Agr. José Gomes da Silva, que ficará responsável por todas as fases da mesma, perante as duas partes interessadas neste Convênio.

Colocar em cada zona chave um dos seus Agromônios, para a execução dessa campanha.

I — Manter — a disposição da campanha seus laboratórios, Estações Experimentais e quaisquer outros meios necessários ao prosseguimento e ampliação dos trabalhos experimentais, quer na D. E. P., quer junto aos campos de cooperação.

C — Instalar — ensaios regionais de variedades nos pontos aos campos de cooperação e ensaios de variedades resistentes e nematoides, em localidades onde tal inimigo tenha causado reduções na produção.

H — Utilizar — as combinadas dos postos da D. E. M. A., para a colheita de soja, dando-lhe prioridade e estabelecendo preço razoável por saco colhido.

I — Promover — entendimentos com o Fomento Agrícola Federal, obtendo idêntica colaboração para a colheita dos campos situados nas zonas servidas pelas Patrulhas desse serviço.

As firmas moageiras se obrigam a:

1. Fornecer recursos de trabalho, inclusive os de transporte, ao Chefe da Campanha.

2. Ceder ao Eng. Agr. Yonel M. Valvaço, para prestar colaboração à Campanha, ficando o mesmo com todas as prerrogativas dos funcionários técnicos da Secretaria.

3. Instituir prêmios para as melhores lavoures regionais, na base de uma adubação calcárea de 6-10 ton. por alqueire (Cr\$ 1.500,00 a Cr\$ 2.500,00 por alqueire), fornecendo a Secretaria o transporte ferroviário.

4. Instituir outros prêmios (cultivadores e o serviço de colheita mecânica).

5. Colocar à disposição da Campanha máquinas "combinadas".

6. Facilitar, pela sua organização, a execução do programa.

7. Facilitar a construção, em suas oficinas, de uma instalação para produção de inoculantes.

8. Manter um auxiliar de campo para o Eng. Agr. José Gomes da Silva.

9. Fornecer 150 sacos de sementes segundo indicação dos técnicos.

MEDIDAS COMPLEMENTARES

Para o completo desenvolvimento da Campanha da Cultura de soja, durante os próximos três anos, a Secretaria tomará, junto aos poderes competentes, medidas que terão como objetivo a implantação da cultura em bases econômicas.

Tais providências visarão ampliar a área plantada com soja em São Paulo até o nível de 37.000 alqueires, mediante o desenvolvimento de utiliza-

ções para a torta de farinha de soja, o estabelecimento de cotações de paridade para os preços da soja em relação a outras culturas econômicas (algodão e milho) e a promoção de medidas de amparo econômico ao cooperador, o algodão que plantar soja.

1 — DESENVOLVIMENTO DE UTILIZAÇÕES PARA A TORTA E FARINHA DE SOJA

A valiosa proteína da soja será utilizada em duas formas: farelo para alimentação animal e farinha para alimentação humana. O primeiro deverá entrar em mistura com o farelo e farelinho de trigo de acordo com o Programa de Suprimento de Fertilizantes, em proporções progressivas de 12 e 20% respectivamente para os anos de 1953/54 e 1954/55. E a farinha naqueles 2 anos deverá constituir 5% da farinha de trigo utilizada no Estado.

O quadro anexo dá a marcha do desenvolvimento e utilização da cultura.

2 — ESTABELECIMENTO DE COTAÇÕES DE PARIDADE PARA OS PREÇOS DA SOJA, EM REEAÇÃO A OUTRAS CULTURAS

Esta medida terá como objetivo criar base econômica para a cultura, de modo que a soja possa trazer ao lavrador, retornos proporcionais aos que obtém com o algodão ou o milho.

Ficará então estabelecido o preço mínimo de Cr\$... por quilo, para a comercialização de soja, tomando-se em consideração os preços mínimos atuais de algodão e milho na base atual de Cr\$ 85,00, por arroba de algodão, Cr\$ 1.000,00 por carro de milho e Cr\$ 120,00 por saco de soja.

O preço da soja oscilará com as variações da queles dois produtos, determinando os preços do farelo e da farinha.

3 — PROMOÇÃO DE MEDIDAS DE AMPARO ECONÔMICO AO COOPERADOR DE ALGODÃO QUE PLANTAR UMA ÁREA DE SOJA NUNCA INFERIOR A UM TERÇO DA ÁREA DE ALGODÃO

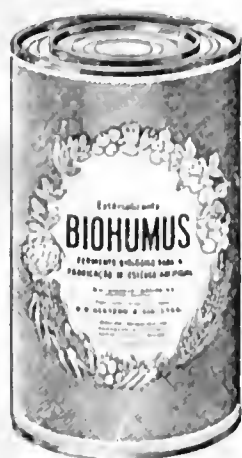
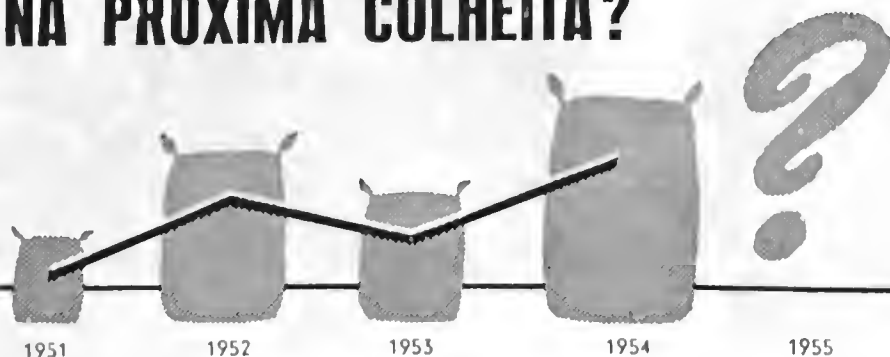
Visando estabelecer nos campos de cooperação de algodão, "Culturas-piloto" em que a rotação — algodão-soja seja praticada na proporção de 3 partes de algodão para uma de soja, a Secretaria instituirá um sobre preço de Cr\$... por saco de semente de algodão para os campos de algodão que preencher o requisito acima.

Instituir 5% da farinha de trigo utilizada no Estado

Plano de desenvolvimento e utilização da cultura de soja

ANO AGRÍCOLO	ÁREA PLANTADA (Alqueires)		TOTAL	PRODUÇÃO DE SOJA			Fab. de concentrados		PROGRAMA DE UTILIZAÇÃO
	Semente	Indústria		Semente SCS 83 h	Secos 80 h	Ton.	Farelo Ton.	Farinha Ton.	
1952/53	900		900	45.000					
1953/54	1.945	16.055	18.000	97.250	802.750	56.192	20.000	25.000	20.000 ton. de farelo de soja para a adição de 12% ao far. de trigo, 25.000 ton. de farinha de soja para adição de 5% ao far. de trigo.
1954/55	1.945	37.000	38.945	97.362	1.850.000	111.000	63.000	25.000	35.000 ton. de farelo de soja p. mistura de 20% ao farelo de trigo, 25.000 ton. de farinha p. misturar 5% a farinha de trigo, e 20.000 ton. de farelo ao (e) farinha p. serem vendidas ao comércio ao preço de paridade.

QUANTO PRETENDE VOCÊ GANHAR NA PRÓXIMA COLHEITA?



Pelo nível atual da vida Você deverá elevar em 40% os seus lucros do ano passado porque subiram os preços e porque VOCE PRECISA PROGREDIR todos os anos com a sua lavoura.

Ao fazer planos para a sua próxima colheita inclua nêles BIOHUMUS, um produto capaz de ajudá-lo, surpreendentemente no aumento de sua produção agrícola. É isto porque BIOHUMUS, garante-lhe a obtenção de ótimo adubo, rico em matéria orgânica e nitrogênio, por uma parcela do preço que Você está habituado a pagar...

★
Biohumus transforma palhas, capim, cascas de café, de arroz, folhagem de cana, de milho, forragens deterioradas, e outros vegetais, tudo que Você até agora não pode aproveitar, em adubo, superior em matéria orgânica e nitrogênio ao melhor esterco de curral e... isto em apenas 6 a 8 semanas.

Biohumus é um concentrado bacteriano e micro-orgânico que renne, sob forma seca, culturas selecionadas de nitroso — nitro — e azotobactérias e agentes da decomposição orgânica e da HUMIFICAÇÃO.

Biohumus excita e apres-
sa o curtimento do esterco de curral, aumentando-lhe o teor nitrogenado e pela elevação da temperatura — 60 a 80° — que ocorre durante a decomposição, destrói os insetos e os germes que atacam as plantas no período de crescimento.



Fabricantes exclusivos para o Brasil:

D. F. AZEVEDO & CIA LTDA.

Fábrica: Rua Anequirá, 180 — Escritório: Rua México, 70 — 2.º andar
Tel.: 30-6708 — Rio de Janeiro

O BIOHUMUS é fornecido em embalagens de 1, 2 e 5 kilos ao preço de Cr\$ 200,00 o kilo.

COMO

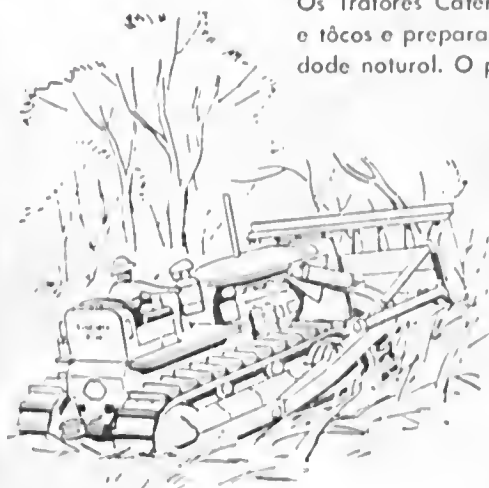
A MATA

para plantação



A queima da mata tem dois graves inconvenientes: destrói a maior parte da fertilidade natural do solo e não remove os tócos que constituem, sempre, um sério obstáculo à mecanização da lavoura.

Os Tratores Caterpillar, de esteiros, derrubam a mata, removem raízes e tócos e preparam o terreno para a plantação sem destruir a sua fertilidade natural. O processo é simples:

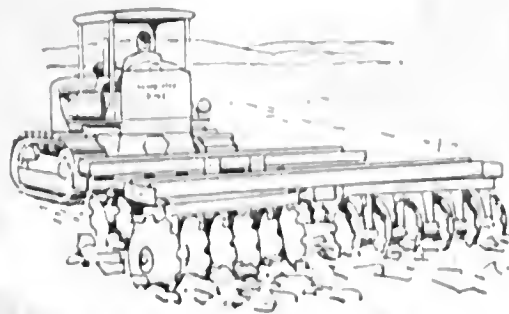


Dois tratores penetram no mato, separados, mas paralelos um ao outro, puxando uma pesada corrente de aço. Árvores e arbustos colhidos pela corrente não resistem à extraordinária força de tração e são jogados ao solo, desenraizados. Pode-se usar, também, 4 tratores e corrente de dimensões maiores, se for muito densa a vegetação e grande o diâmetro das árvores.

Depois de retirada a madeira de valor comercial, tratores equipados com bulldozers ou ancinhos para raízes, tipo bulldozer, montam a galharia, tócos, raízes e madeirame, em fileira, para serem queimados. O ancinho para raízes arrasta os destroços sem raspar a fertilidade superficial do solo.

Finalmente, discos reforçados, puxados por tratores de esteiras, cortam as pequenas raízes remanescentes e as misturam com a terra da camada superficial.

Não queima a sua mata. A economia que o fazo traz não paga a destruição da fertilidade do solo. Procure-nos para melhores informações.



CATERPILLAR

MARCA REGISTRADA

SOTREQ S. A. DE TRATORES E EQUIPAMENTOS

Engenheiros - Importadores

Matriz: Avenida Brasil, 903 - Rio de Janeiro

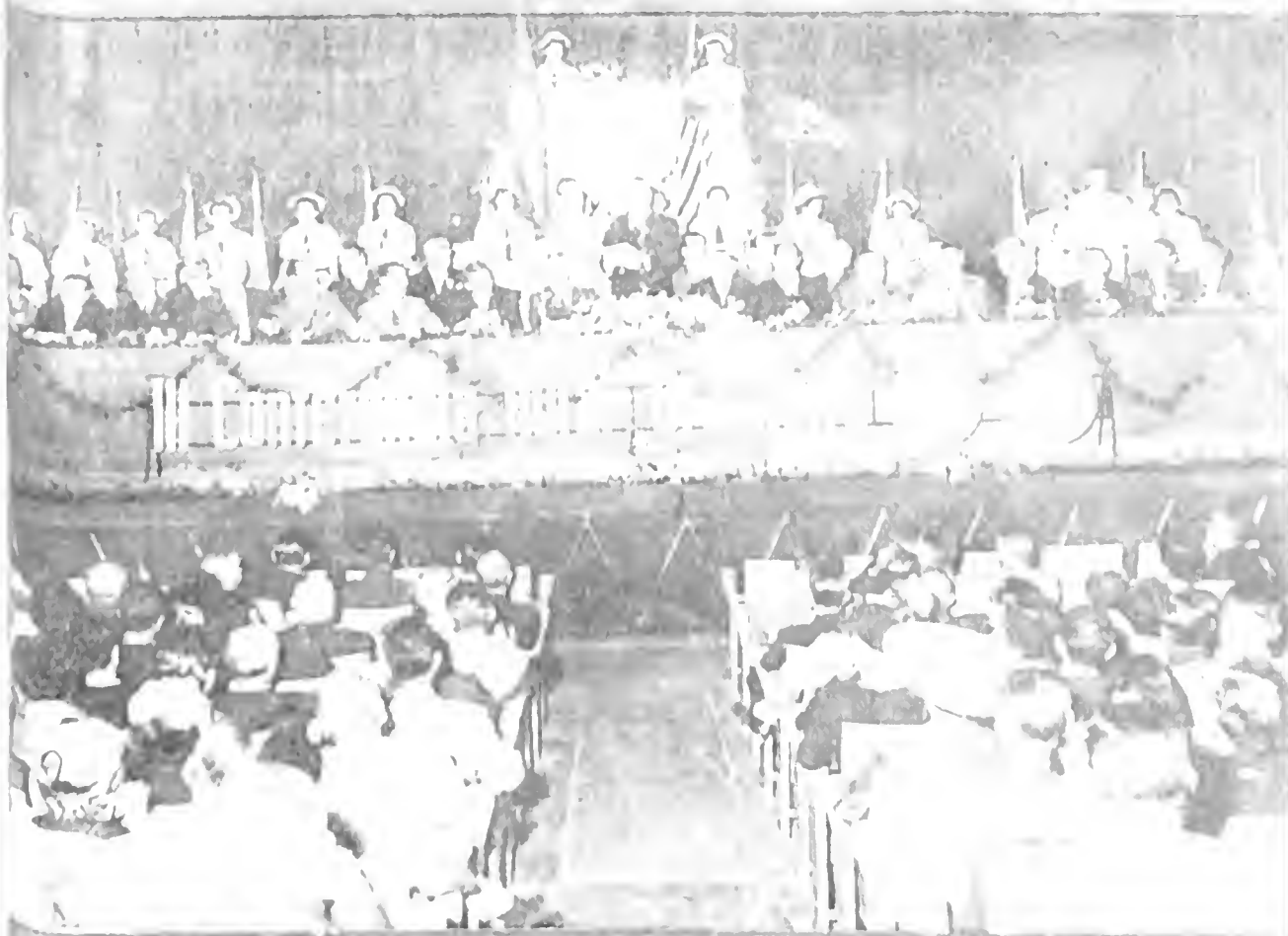
FILIAIS: R. Prof. Gerson Martins, 166 - Barra Pampulha - B. Horizonte ★ Av. Vasconcelos Costa, 859 - Eng. Azil - Uberlândia
Rua Marechal Floriano, 40 - Campos - Estado do Rio ★ ESCRITÓRIO: Vitória: Caixa Postal 483 - Espírito Santo

ALAVOURA

FUNDADA EM 1897



ORGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



Flagrante da sessão inaugural, quando falava o Dr. Iris Meinberg, presidente da Confederação Rural Brasileira e da Comissão Executiva da III Conferência Rural Brasileira

ANO LVIII

NOVEMBRO - DEZEMBRO, 1954

RIO DE JANEIRO — BRASIL



Aspecto parcial da mesa diretora dos trabalhos da sessão inaugural, que se revestiu também de alto cunho cívico.

SUMÁRIO

A Inauguração da Usina de Paulo Afonso — Prof. Arthur Torres Filho, Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura	1
Prêmio "Sociedade Nacional de Agricultura"	3
Um amplo, objetivo e oportuno debate sobre os problemas rurais pela própria classe rural — Eng. Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira	5
Notícias e Informações	35
Noticiário da Escola de Horticultura Wenceslão Bello	37
Uma Pujaante Organização Cooperativista	38
Confederação Rural Brasileira (Eleita a sua nova Diretoria)	41
A Eberhardt no Brasil	42
A Política Cambial e as Classes Rurais	44

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LVIII

NOVEMBRO - DEZEMBRO — 1954

A INAUGURAÇÃO DA USINA DE PAULO AFONSO

Prof. ARTHUR TORRES FILHO

Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Quando o Brasil se prepara para celebrar o magno acontecimento da sua evolução social e econômica com a inauguração da Usina Hidroelétrica de Paulo Afonso, dentre os vultos da galeria de brasileiros ilustres da República, destaca-se a personalidade do engenheiro Ildefonso Simões Lopes como grande entusiasta, quando Ministro da Agricultura no Governo de Eptácio Pessoa, do aproveitamento das fontes de energia e da produção mineral do Brasil.

Ao transeorrer o 1.º aniversário a 4 de dezembro de 1944 do falecimento desse inesquecível brasileiro, foram realizadas várias comemorações de que destaque a sessão magna do Clube de Engenharia, promovida por essa entidade de classe, pela Federação Nacional de Engenheiros, pela Sociedade Nacional de Agricultura, Confederação Rural Brasileira, Ministério da Agricultura, Governo do Rio Grande do Sul, Confederação Nacional das Indústrias, Federação das Associações Comerciais, Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária, Sociedade Sul-Rio Grandense e a Escola Nacional de Engenharia. Estudando a personalidade poliforme de Ildefonso Simões Lopes, dentre outros, falaram José Pires do Rio, Francisco Saturnino de Brito, Antonio José Alves de Souza, Paulo Parreiras Horta, Franklin de Almeida, Arthur Torres Filho, Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, Joaquim Luiz Osório, João Luderitz, Vilobaldo Campos e Platinho de Almeida.

Queremos na data da inauguração da Usina Hidroelétrica de Paulo Afonso, recordar, como preito e homenagem à vida patriótica e cheia de civismo do engenheiro e estadista da República, as palavras do eminente brasileiro engenheiro Antonio José Alves de Souza a quem coube coordenar e realizar a grandiosa obra. Foram os seguintes sinceros e significativos conceitos emitidos sobre a figura histórica de republicano de Ildefonso Simões Lopes:

O ENTUSIASTA DA PRODUÇÃO MINERAL

— "Aceitei com prazer a incumbência que me foi dada pela Sociedade Nacional de Agricultura de dizer algumas palavras sobre a atuação, no setor da produção mineral, do grande Ministro da Agricultura do Governo Eptácio Pessoa — o Dr. Ildefonso Simões Lopes.

E esse prazer decorre não só do fato geral de ser sempre agradável recordar as vidas dos homens ilustres de nossa terra, dos que ludo deram de sua capacidade, de sua energia, de seu patriotismo para engrandecê-la, mas também do fato particular de ter sido eu uma testemunha do dinamismo e do entusiasmo contagiante que Simões Lopes sabia imprimir à sua ação construtiva.

E que, por feliz determinação do Destino, tendo terminado em 1920 meu curso na Escola de Minas de Ouro Preto, ingressei em junho do mesmo ano no

antigo Serviço Geológico do Ministério da Agricultura. Era então diretor daquela tradicional casa o velho Gonzaga de Campos que allava a bondade de um santo à sabedoria de um filósofo. Com vasta cultura, inteligência brilhante e o espírito e a capacidade de ação de um moço era o homem talhado para coope- rar com um ministro como Simões Lo- pes, com quem tinha grandes afinidades intelectuais e morais.

O Serviço Geológico era já então uma notável instituição científica mas era como uma colmeia ativa que traba- lhasse apenas com o intuito de criar rainhas que dirigissem no futuro enxame novos destinados a espalhar por toda a parte o benefício da experiência adquirida na colmeia-mater.

E foi com Simões Lopes que se pro- cessou essa grande enxameação. Numé- rosos engenheiros jovens foram então admitidos e constituíram turnas que se espalharam pelo Brasil afora, guladas pela experiência de Gonzaga de Cam- pos, Eusébio de Oliveira, Matias Roxo, Horace Williams e Teófilo Lee. Valores novos começavam então a surgir como Djalma Guimarães, Avelino Inácio de Oliveira e Morais Rego, que se firmaram definitivamente no conceito dos meios científicos e técnicos do país. E grande parte dos que agora ocupam cargos de direção no Departamento Nacional da Produção Mineral iniciaram a vida pro- fissional no Serviço Geológico naquela época.

Esse impeto sadio de ação objetiva- va não só a continuação e o desenvolvi- mento dos estudos científicos, que já eram apanágio da casa, mas ainda o es- tabelecimento da grande industrializa- ção no Brasil. E, por isso, foi dada gran- de atenção aos estudos do carvão e das forças hidráulicas e criada a Estação Experimental de Minérios e Combusti- veis, entregue a Ernesto Fonseca Costa, cuja brilhante carreira confirmou a ca- pacidade de Simões Lopes de escolher homens para cargos. A Estação Experi- mental transformou-se, depois, no atual Instituto Nacional de Tecnologia.

Iniciaram-se assim com Simões Lo- pes estudos racionais objetivando nossa industrialização. Com êle estabeleceu-se pela primeira vez em nosso país um es- tudo racional de nossas quedas d'água; criaram-se as bases para o estudo da in-

dustrialização de nossos minérios e — traço marcante e indelével de sua admi- nistração — desfizeram-se definitiva- mente as dúvidas sobre as possibilidades da utilização de nosso carvão mineral como agente de aquecimento e de redu- ção, na indústria siderúrgica, sob a for- ma de combustível carbonizado. E po- de-se afirmar que os estudos mandados realizar por Simões Lopes constituíram o fundamento do projeto da atual Usi- na Siderúrgica de Volta Redonda que vai resolver o magno problema de nossa siderurgia em grande escala com utili- zação de carvão nacional.

Dêsses estudos, realizados na Euro- pa, foi encarregado o prof. Fleury da Rocha, da Escola de Minas de Ouro Pre- to, então subordinada ao Ministério da Agricultura e as conclusões a que le- varam mostraram que o carvão nacional das diversas procedências era suscetível de benefício econômico, de molde a re- duzir substancialmente seus teores em enxofre e cinzas; que os carvões das ba- cias então em exploração em Santa Ca- tarina prestavam-se ao fabrico de coque metalúrgico; que a utilização dêsse co- que no fabrico de guza pela redução de minérios de ferro ricos daria resultados comparáveis ou mesmo vantajosos aos do emprêgo de coques ricos com miné- rios pobres e que os carvões do Rio Gran- de, não coqueificantes, prestavam-se à redução de minérios de ferro por proces- sos diretos.

Tais conclusões deram significação nova às nossas jazidas de carvão.

Apresentei-vos, assim, em linhas ge- rais os traços principais da ação do mi- nistro Simões Lopes no setor da produ- ção mineral. Fixou ela o início de uma fase nova, de grande desenvolvimento, nas atividades concernentes àquele ra- mo de nossa produção.

Na história dessas atividades em nosso país, sua administração ficou marcada com pedra branca.

Deu ao Serviço Geológico os enge- nhheiros novos de que êle carecia, impri- miu-lhe orientação mais pragmática, sem prejuízo de suas pesquisas científicas que, no contrário, foram incentivadas; estimulou e deu força ao entusias- mo moço de seu velho diretor; fez com que a experiência dos cientistas e técni- cos antigos da casa pudesse ser aprovel- tada por numeroso elemento novo que

manteve até hoje suas honrosas tradições .

Por isso, no Departamento Nacional da Produção Mineral — inteligente e oportuna ampliação feita por Juarez Távora e Getúlio Vargas do Serviço Geológico de Gonzaga de Campos e Simões Lopes — nunca foi esquecida sua forte personalidade. Ela está tão ligada à nossa tradição e tão ligada a objetivos atuais nossos previstos e visados por sua clara percepção de estadista, que a sentimos sempre presente.

Assim acontece com aqueles que realmente souberam ser grandes: morrem porque morrer é uma contingência irremovível da vida, mas seus atos, seus exemplos, sua inteligência continuam

vivos, qual brilhante farol que, mesmo afastado, indica, nos fulgores de sua estela luminosa, o caminho a seguir, o rumo certo a tomar.

Assim está acontecendo com Simões Lopes, cuja memória estamos cultuando hoje nesta devida homenagem de profundo respeito, larga admiração eterna saudade."

Quis o destino que confiasse a Governo, em feliz inspiração ao engenheiro Alves de Souza a coordenação e direção da equipe de engenheiros ilustres e operários ahnegados que realizaram a obra ciclópica que nos envaldece e concorrerá decisivamente para o engrandecimento do Brasil.

Prêmio "Sociedade Nacional de Agricultura"

I — A este prêmio, constante de medalha de ouro, distribuída anualmente, poderão concorrer agrônomos e veterinários brasileiros (última turma) diplomados pelas nossas escolas oficiais ou reconhecidas:

- a) — classificados entre os três primeiros da sua turma;
- b) — sem nenhuma reprovação durante o curso;
- c) — que figurarem nas listas enviadas pelas respectivas Escolas até o dia 31 de março.

II — Para efeito do disposto no item anterior, alínea c, deverão as Escolas de Agronomia e as Escolas de Veterinária remeter, com os respectivos currículos, a lista dos três primeiros da última turma (diplomandos do ano anterior) que satisfaçam às exigências das alíneas a e b.

III — Os candidatos que satisfizerem as exigências do item I — alíneas a, b e c, deverão inscrever-se durante o mês de abril e remeter trabalho sobre

assunto anualmente fixado, à Secretaria da Sociedade Nacional de Agricultura, até o dia 30 de junho, em três vias, com 30 a 40 páginas datilografadas tamanho almasso.

IV — As ilustrações serão consideradas fora do texto.

V — O julgamento será feito durante a segunda quinzena de julho, tendo-se em vista:

- a) — o currículo do candidato — peso um;
- b) — o valor do trabalho apresentado — peso três.

VI — Os trabalhos classificados terão a sua publicação assegurada no órgão oficial da Sociedade e em separata, da qual 100 exemplares serão fornecidos aos respectivos autores.

VII — A entrega dos prêmios — diploma e medalha de ouro — será feita em sessão solene realizada em setembro.

VIII — A Sociedade Nacional de Agricultura concederá aos premiados passagem e ajuda de custo para hospedagem, no caso de residirem fora desta Capital.

IX — Na hipótese do premiado ser casado, será fornecida passagem para o casal e na de se tratar de moça solteira será concedida passagem a um acompanhante.

X — Haverá duas Comissões Julgadoras, presididas por um Diretor da Sociedade Nacional de Agricultura e integradas por três técnicos cada uma, sendo a primeira composta de três agrônomos, e a segunda de igual número de veterinários, dos quais um agrônomo indicado pela Sociedade Brasileira de Agronomia e um veterinário indicado pela Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária.

XI — O julgamento será feito isoladamente pelos membros da comissão julgadora:

- a) — em votos escritos e devidamente justificados, entregues ao Secretário Geral da Sociedade, em envelope fechado.
- b) — o Diretor da Sociedade, integrante da comissão, coordenará os resultados, em reunião sob a sua presidência, da qual será lavrada ata, por todos assinada.
- c) — em caso de empate, haverá reexame do trabalho, prorrogando-se a reunião pelo tempo que for julgado necessário.

XII — São os seguintes os temas de 1955:

AGRONOMIA — Monografia sobre o problema do trigo no Brasil.

VETERINÁRIA — Monografia sobre o problema da febre aftosa no Brasil.

AJUDA DE CUSTO — Cr\$ 5.000,00, além da passagem.

A LAVOURA

A MAIS ANTIGA REVISTA
AGRÍCOLA EM CIRCULAÇÃO
NO BRASIL

A LAVOURA

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL
DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Eng.º Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade

Eng.º Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA
CAMARA
Diretor

Eng.º Agrônomo KURT REPSOLD
Diretor Técnico

Eng.º Agrônomo GERALDO GOULART
DA SILVEIRA
Redator-Técnico

LUIZ MARQUES POLIANO
Diretor Responsável e Redator-Secretário

Redação e Administração:

General Justo, 171

Telefone: 42-2981

Caixa Postal: 1245

Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos cancellos emitidos em artigos assinados

Representante para todo o Estado de S. Paulo:

NEWTON FEITOZA

RUA BOA VISTA, 245, 3.º andar — Tel.: 33-1432 — End. Tel.: "LINEPE. C. A.: 7257

— SÃO PAULO —

Um amplo, objetivo e oportuno debate sôbre os problemas rurais, pela própria classe rural

O que foi a III Conferência Rural Brasileira, realizada na Capital do Estado de S. Paulo, no período de 6 a 12 de Dezembro de 1954, a cargo da Federação das Associações Rurais de S. Paulo, e convocada pela Confederação Rural Brasileira.

Especial para "A Lavoura", pelo Engenheiro-Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira, delegado de S. N. A. ao referido conclave.

I — A SÉRIE DE CONFERÊNCIAS RURAIS PROMOVIDAS PELA CONFEDERAÇÃO RURAL BRASILEIRA.

A Confederação Rural Brasileira órgão máximo da classe organizada sob a égide do Decreto-lei 8.127, Intelou, em 1952, uma série de Conferências Rurais, que se realizam anualmente, através das quais, a classe rural analisa, sob todos os aspectos, os seus mais palpitantes problemas, e indica aos poderes públicos os mais acertados rumos para a solução dos problemas agrários, e, conseqüentemente, para o fortalecimento da economia nacional.

A primeira dessas reuniões realizou-se, em 1952, na própria capital do país.

A segunda, a cargo da FARP (Federação das Associações Rurais do Paraná), realizou-se, em 1953, em Curitiba.

A terceira, sôbre a qual faremos uma sumária análise, realizou-se, no corrente ano, em S. Paulo, a cargo da FARESP (Federação das Associações Rurais de S. Paulo), no período de 6 a 12 de dezembro.

De acôrdo com a deliberação do plenário, a IV Conferência Rural Brasileira, a reunir-se em 1955, será no Estado do Ceará, e estará a cargo da FARC (Federação das Associações Rurais do Ceará).

Cada Conferência Rural Brasileira convocada pela CRB, é mais uma demonstração de vitalidade da classe rural, que, organizada, vem levantando a voz em defesa de seus legítimos interesses e, quicá, da pujança e fortalecimento da economia do país.

II — ORGANIZAÇÃO DA III CONFERÊNCIA RURAL BRASILEIRA.

COMISSÃO DE HONRA

Excelentíssimo Senhor
João Café Filho
Presidente da República

Excelentíssimo Senhor
Nereu Ramos
Presidente da Câmara dos Deputados

Excelentíssimo Senhor
Alexandre Marcondes Filho
Presidente do Senado

Excelentíssimo Senhor Ministro
José Linhares
Presidente do Supremo Tribunal Federal

Excelentíssimo Senhor Professor
Lucas Nogueira Góes
Governador do Estado de São Paulo

Excelentíssimo Senhor
José da Costa Porto
Ministro da Agricultura

Excelentíssimo Senhor
Eugenio Gudin
Ministro da Fazenda

Excelentíssimo Senhor Professor
Lucas Lopes
Ministro da Viação

Sua Eminência
Dom Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta
Cardeal Arcebispo de São Paulo

Excelentíssimo Senhor
Renato da Costa Lima
Secretário da Agricultura

Excelentíssimo Senhor
Vicente de Paula Lima
Presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo

Excelentíssimo Senhor Desembargador
Manuel Gomes de Oliveira
Presidente do Tribunal de Justiça

Excelentíssimo Senhor General de Divisão
Olympio Falconeri da Cunha
Comandante da Zona Militar do Centro

Excelentíssimo Senhor Major Brigadelro
Armando de Souza e Mello Ararigbola
Comandante da 4.^a Zona Aérea

Excelentíssimo Senhor General de Divisão
Stenio Calo de Albuquerque Lima
Comandante da 2.^a Região Militar

Excelentíssimo Senhor
Jaúlo da Silva Quadros
Prefeito Municipal de São Paulo

Excelentíssimo Senhor
William Salem
Presidente da Câmara Municipal de S. Paulo

Excelentíssimo Senhor
João Vasconcellos
Presidente da Confederação Nacional do Comércio

Excelentíssimo Senhor
Augusto Vianna
Presidente da Confederação Nacional da Indústria

Excelentíssimo Senhor
Luiz Roberto Vidigal
Presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo

Excelentíssimo Senhor
Antônio Devisate
Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

Excelentíssimo Senhor
João Di Pietro
Presidente da Associação Comercial de São Paulo

Excelentíssimo Senhor
Arthur Torres Filho
Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Ilustríssimo Senhor
Guilherme de Almeida
Presidente da Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo

Ilustríssimo Senhor
Francelino Bastos França
Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado do Rio de Janeiro

Ilustríssimo Senhor
Manoel Gomes Sobral
Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado de Sergipe

Ilustríssimo Senhor
Clodérico Moreira
Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado de Santa Catarina

Ilustríssimo Senhor
Pedro Olympio Pires
Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado do Rio Grande do Sul

Ilustríssimo Senhor
Antonio Coelho Malta
Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado do Rio Grande do Norte

Ilustríssimo Senhor
Silvano Alves da Rocha Loures
Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado do Paraná

Ilustríssimo Senhor
Lauro Borba
Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado de Pernambuco

Ilustríssimo Senhor
Lauro Pires Xavier
Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado da Paraíba

Ilustríssimo Senhor Deputado
José Reis Ferreira
Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado do Pará

Ilustríssimo Senhor
Agenor Barbosa de Almeida
Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado do Piauí

Ilustríssimo Senhor
Josaphat Macedo
Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado de Minas Gerais

Ilustríssimo Senhor
Joaquim Camara Filho
Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado de Goiás

Ilustríssimo Senhor
Marcondes Souza Junior
Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado do Espírito Santo

Ilustríssimo Senhor
Guilherme Telles Gouveia
Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado do Ceará

Ilustríssimo Senhor
Armando Gomes de Araujo
Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado da Bahia

Ilustríssimo Senhor
Mário Gomes de Barros
Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado de Alagoas

COMISSÃO EXECUTIVA

DIRETORIA DA CONFEDERAÇÃO RURAL BRASILEIRA

Presidente:
Iris Meisberg

Vice-Presidentes:
Rubens Farrula
Silvio Echenique
Virgílio M. Tavora

Secretários:
João Maurício de Medeiros
Fortunato Guarita

Tesoureiros:

Alberto Ravache
Pedro A. de Cerqueira Lima

Diretores Técnicos:

Amaro Cavalcanti
Agostinho Monteiro
Gentil Nascimento
Hugo Cabral
Mario Pentendo de Faria e Silva
Napoleão Fontenelle
Manoel Carlos Ferraz de Almeida
Jerônimo Antonio Coimbra
Selyo Pacheco de Almeida Prado
Waldemar Ripp

Conselho Fiscal:

Adamastor Lima
Julio Ferreira da Silva
Rafael da Silva Xavier

Suplentes:

Arthur Tibau
Nelson Dantas Maciel
Soazyzo Vieira da Silva

COMISSAO ORGANIZADORA

Presidente:

Manoel Ferraz de Almeida
Presidente em exercício da FARESP

Vice-Presidente:

Luiz de Toledo Plza Sobrinho
Presidente da Sociedade Rural Brasileira

Secretário Geral:

José Cassiano Gomes dos Reis
Secretário Geral da FARESP

1.º Secretário:

Antonio Carlos Corrêa
Presidente da Associação Paulista de Avicultura

2.º Secretário:

Acacio Gomes
1.º Secretário da Sociedade Rural Brasileira

3.º Secretário:

Felipe Rodrigues de Siqueira Netto
1.º Secretário da FARESP

1.º Tesoureiro:

Euclides Teles Rudge
Tesoureiro da FARESP

2.º Tesoureiro:

Luiz Pentes Bueno
Tesoureiro da Sociedade Rural Brasileira

3.º Tesoureiro:

Marcial Lourenço Serodio
Tesoureiro da Associação Paulista de Avicultura

Membros:

Calo da Silva Ramos
Presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Bovinos de Raça Holandesa

Carlos Abramches Brotero

Presidente da Associação dos Criadores de Cavalo Manga Larga

Cyrol Werneck de Souza e Silva

Presidente da União das Cooperativas do Estado de São Paulo

Enrico Morganti

Presidente da Associação dos Usineiros de São Paulo

João de Moraes Barros

Presidente da Associação Paulista de Criadores de Bovinos

Laércio Ramus de Moura

Presidente da Sociedade Paulista de Agronomia

Quilven Corrêa

Presidente da Sociedade Paulista de Medicina e Veterinária

Renato Janqueira Netto

Presidente da Associação do Herd Book Canaã

COMISSAO SOCIAL

Durval Accioly

Presidente

Ex-dentiscimas senhoras:

Albodor Monteiro Janqueira
Clevis Salles Santos
Cyrol Werneck de Souza e Silva
Durval Accioly
Dado Ferreira Guarita
Euclides Teles Rudge
Felipe Rodrigues de Siqueira Netto
Geraldo Martins Azevedo
Gablen Blendo
Hella Sampalo
Hella Miranda
Hella Rubens Janqueira Caldas
Iris Melnberg
José Cassiano Gomes dos Reis
João Rodrigues da Cunha
José de Melo Moraes
José Pires de Almeida
Jarbas do Amaral Carvalho
João de Moraes Barros
Luiz Fortunato Moreira Ferreira
Eugard Miller Palva
Luiz Alvarenga
Luiz de Almeida Prado
Manoel Carlos Ferraz de Almeida
Mario Pentendo Faria e Silva
Raul Renato Cardoso de Mello
Rubens de Paula Eduardo
Sandoval Coimbra

SECRETARIA EXECUTIVA

Labyr de Castro Cotti

Secretário Adj. Executivo

J. M. da Fouseca de Lima

Chefe Ex. da Ass. Econômica

Francisco Xavier da Costa Aguiar Junior

Chefe Geral da Secretaria

Secretárias:

Adalgisa Facolis
Arcy Gomes Leite
Dulce Rottel



Aspecto da chegada a São Paulo do Sr. Costa Porto, ministro da Agricultura que foi à capital paulista especialmente para participar da III Conferência Rural Brasileira. No Aeroporto de Congonhas foi recebido por diretores da C.R.B. e da FARESP.

Eva Auréa Fukugawa
Geralda Coimbra
Hortência Taronis Alvim
Moonezia Gramolim Guimarães
Valderez D'Ambrosio Amoroso

Assistentes:

Bene-Hur Raposo
José Carlos Muniz de Brito
Sebastião Rocha de Medeiros

Auxiliares:

Celso Galvão Bresland
Mauro da Graça Moraes
Moacyr Telveira
Nelson Morilla
Sebastião Nieto

COMISSÕES ESPECIAIS

Comissão de Recepção:

Galileo Blundo — Presidente
Cleyvis Salles Santos
Dario Ferreira Guarita
João Rodrigues da Cunha
José Perez de Oliveira
Levem Vaupré
Eugenio Müller Palva
Luis Duarte Silva
Marlo Peubrado de Faria e Silva
Rafael de Moura Campos
Thomas Alberto Whately

Comissão de Registro e Credenciais:

Luis Fortunato Moreira Ferreira — Presidente

Antônio Corrêa Meyer
Donato Mascarenhas
Flavio Lima Rodrigues
Jarbas do Amaral Carvalho
Luis de Almeida Prado
Luis Dias de Alvarenga
Paulo Henrique Meinberg
Raul Renato Carlozo de Melo Filho
Rubens de Paula Eduardo

Comissão das Delegações:

Alcimar Monteiro Junqueira — Presidente
Geraldo Martins de Azevedo
Humberto Pascab
Joaquim de Moura Continho
Manoel de Barros Ferraz
Olavio Ramos Nobrega
Renato Azzl
Renato Rezende Barboza
Sandoval Coimbra
Sebastião Simões de Carvalho

Comissão de Visitas e Excursões:

Helio Rubens Junqueira Cabias — Presidente
Ademar Carvalho Gomes
Alvaro Guimarães Filho
Camilla Vanni
Dario Melles
Helo Miranda
Luis Emanuel Bianchi
Néstor Camargo Neves
Olavio Telveira Mendes
Pinto de Castro Prado
Salvio Pacheco Azevedo

III — PROGRAMA DA DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHOS, EXCURSÕES E VISITAS

Foi o seguinte o programa da distribuição dos trabalhos, excursões e visitas no período de 6 a 12 de dezembro:

Sábado, dia 4

- 10,00 horas — Instalação da Secretaria Geral nos salões do Esplanada Hotel.
- 16,00 horas — Reunião da Comissão Organizadora
- 17,00 horas — Reunião da Comissão Social.

Domingo, dia 5

- 8,00 às 20,00 horas — Recepção de integrantes, delegados à Conferência e expedição de credenciais.

Segunda-feira, dia 6

- 8,00 às 18,00 horas — Inserções e entrega de credenciais.
- 15,00 horas — Sessão Preparatória Plenária no Esplanada Hotel.
- 18,00 horas — Cocktail oferecido pela Comissão Social.
- 21,00 horas — Sessão Inaugural no grande auditório do Teatro Cultura Artística.

Terça-feira, dia 7

- 9,00 horas — Reunião das Mesas de Discussão
- 15,00 horas — Reunião das Mesas de Discussão.

Quarta-feira, dia 8

- 9,00 — Partida para visita às Usinas Elétricas de Piratininga e Cubatão. Após o almoço oferecido pela S. Paulo Light and Power Company Ltd., serão efetuadas visitas à refinaria de Cubatão e Oleoduto.
- 17,00 horas — Regresso a São Paulo

Quinta-feira, dia 9

- 9,00 horas — Reunião das Mesas de Discussão
- 20,00 horas — Reunião Plenária.
- 15,00 horas — Reunião Plenária.

Sexta-feira, dia 10

- 9,00 horas — Partida para a Granja São Maritinho, em Campinas, onde será oferecido um cocktail aos visitantes. Após o almoço, visita ao Instituto Agronômico, da Secretaria de Agricultura.
- 17,30 horas — Regresso a São Paulo
- 20,30 horas — Reunião Plenária

Sábado, dia 11

- 9,00 horas — Reunião das Mesas de Discussão.
- 15,00 horas — Reunião Plenária.
- 21,00 horas — Festa típica rural oferecida pela Comissão da IV Centenário, no Parque Ibirapuera

Domingo, dia 12

- 9,00 horas — Missa na Catedral de São Paulo
- 10,30 horas — Sessão de Encerramento
- 15,00 horas — Recepção no Hipódromo da Cidade

Jardim, oferecido pelo Jockey Club
22,00 horas — Banquete Oficial.

IV — REGIMENTO DA CONFERENCIA

Foi o seguinte o regimento elaborado para a III Conferência Rural Brasileira.

- 1^o) A III CONFERÊNCIA RURAL BRASILEIRA, reunir-se-á em São Paulo, de 6 a 12 de dezembro de 1954, obedecendo ao seguinte Regimento.
- 2^o) O objetivo da Conferência é o estudo e a discussão dos seguintes assuntos, que passam a constituir-se a sua Agenda:

1^o GRUPO

- a) Produção Agro-Pecuaría:
Técnicas da Produção Vegetal
Técnicas da Produção Animal
- b) Extensão e Ensino:
Assistência Técnica
Ensino Profissional
Experimentação e Pesquisas

2^o GRUPO

- a) Suprimento de Bens de Produção:
Adubos e Corretivos
Alimentos e Concentrados
Inseticidas e Fungicidas
Vacinas e Medicamentos
Maquinária
Águas e Irrigação
- b) Serviços:
Energia Elétrica
Combustíveis
Transporte
Armazenamento
Comercialização

3^o GRUPO

- a) Política Monetária:
Crédito Rural
Câmbio e Comércio Externo
- b) Política Tributária
- c) Seguros Agrícolas

4^o GRUPO

Intervenção do Estado na Economia Rural:
Órgãos de Controle da Produção e dos Preços

5^o GRUPO

- a) Estrutura Agrária:
Distribuição da Propriedade
Arrendamento e Parceria
Reforma Agrária
- b) Bem-Estar e Assistência Social:
Serviço Social Rural
Código Rural
- c) Associativismo e Cooperativismo
Associações Rurais
Cooperativas

- 3^o) Serão membros participantes da Conferência, as Federações, as Associações Illudias e seus sócios, bem como as Associações e Cooperati-



Séde da III Conferência Rural Brasileira.

vas de Agricultores, que para esse fim se inscreverem junto à Comissão de Registro e Credenciais.

- 4.º) A Conferência terá tantas Mesas de Discussão, quantos forem os grupos de assuntos que compõem a Agenda.
- 5.º) As Mesas de Discussão serão constituídas de um Presidente, um Relator e cinco (5) membros, todos designados pela Comissão Executiva, atendendo-se, tanto quanto possível, às várias regiões em que se divide o país.
- 6.º) Nas Mesas de Discussão terão direito a voto somente os seus membros, sendo, entretanto, o debate franqueado a todos os membros participantes da Conferência.
- 7.º) A Comissão Organizadora cabe apresentar à Mesa da Conferência os Relatórios Regionais, elaborados com base na contribuição das Federações filiadas e que constituirão os documentos principais a serem debatidos pelas Mesas de Discussão.
- 8.º) As proposições avulsas encaminhadas pela Comissão Executiva, às Mesas de Discussão, serão submetidas ao exame destas, e as contribuições que tiverem e forem aprovadas, serão incorporadas ao relatório do grupo respectivo, não sendo permitido o encaminhamento em separado.
- 9.º) As Mesas de Discussão serão encaminhadas cópias dos Relatórios Regionais, a fim de serem discutidos e elaborados os Relatórios de Grupo, bem como as proposições avulsas que tenham sido apresentadas à consideração da Conferência.
- 10.º) Examinados todos os documentos que lhe tenham sido distribuídos, preparará o Relator da Mesa de Discussão o Relatório, versando os assuntos do respectivo Grupo, que depois de aprovado, será encaminhado pelo Presidente à Comissão Executiva.
- 11.º) Recebidos pela Comissão Executiva os Relatórios de Grupo das Mesas de Discussão, serão estes submetidos a debate e deliberação do Plenário da Conferência.
- 12.º) As Sessões Plenárias serão constituídas de todos os participantes da Conferência, devidamente inscritos, e terão a duração de 4 (quatro) horas, prorrogáveis, a juízo do Plenário.
- 13.º) As votações em Sessão Plenária serão processadas na forma dos Estatutos da Confederação Rural Brasileira.
- 14.º) Cada participante da Conferência, poderá usar da palavra somente uma vez por prazo de 10 minutos, prorrogável até por igual tempo, a juízo do Plenário, para discussão dos Relatórios de Grupo ou Moções. O prazo para justificar questões de ordem ou encaminhar a votação será de 10 minutos, improrrogável.
- 15.º) A Comissão Executiva da Conferência, designará uma Comissão de Redação, composta dos Relatores das Mesas de Discussão, e um Presidente de sua escolha, a que incumbirá dar forma definitiva às suas deliberações.
- 16.º) Em sua última reunião plenária, será fixada a data e o local, e designada a Comissão Organizadora da IV Conferência Rural Brasileira.

V — A REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

A Sociedade Nacional de Agricultura, que tanto se baten pelo associativismo rural no país e que tanto trabalhou pelo Decreto-lei 11.127, tem acompanhado sempre a todas as Conferências Rurais.

A sua representação à III Conferência Rural Brasileira foi a seguinte:

Presidente

Eng. Agrônomo Edgard Teixeira Leite
Vice-Presidente da S. N. A.

Delegados

Eng. Agrônomo Antonio de Arruda Camara
Vice-Presidente da S. N. A.

Dr. Luiz Marques Pollano
Secretário Geral da S. N. A.

Eng. Agrônomo Alberto Ravache
Diretor Técnico da S. N. A.

Eng. Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira
Diretor Técnico do S. N. A.

A delegação do S. N. A. atuou em todos os grupos de trabalhos da III Conferência Rural Brasileira, tendo sido distinguida com os seguintes cargos nos referidos grupos de trabalhos:

- a) Presidência do 3.º Grupo, que coube ao Dr. Edgar Teixeira Leite;
- b) Presidência do sub grupo B, do 1.º Grupo, que coube ao Prof. Geraldo Goulart da Silveira;
- c) Relator do sub grupo C, do 5.º Grupo, que coube ao Dr. Antonio de Arruda Camara.

VI — CONTRIBUIÇÃO DA S. N. A.

A Sociedade Nacional de Agricultura contribuiu para a III Conferência Rural Brasileira, com um detalhado relatório sobre a "Agricultura no Distrito Federal", abordando todos os pontos do temário organizado pela Confederação Rural Brasileira, e uma tese de seu presidente, Prof. Arthur Torres Filho, sobre "Política Agrária".

VII — SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO

A sessão solene de instalação, realizada no dia 6/12/1954, às 21 horas, no Teatro de Cultura Artística, foi presidida pelo Governador do Estado, Prof. Lucas Nogueira Garcez, fazendo parte da mesa os srs. José da Costa Porto, ministro da Agricultura; senador Marcondes Filho, presidente do Senado; deputado Vicente de Paula Lima, presidente da Assembleia Legislativa do Estado; deputados federais e estaduais; secretários da Agricultura de Santa Catarina, Espírito Santo, Paraná, Distrito Federal, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, presidentes de entidades de classe e outras idas autoridades civis e militares.

O primeiro orador a falar foi o sr. Manoel Carlos Ferraz de Almeida, presidente em exercício da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo e presidente da Comissão promotora da Conferência, que pronunciou o seguinte discurso:

DISCURSO DO DR. MANOEL CARLOS FERRAZ DE ALMEIDA

"Sejam as minhas primeiras palavras nesta solenidade de instalação da III Conferência Rural

Brasileira de sincero agradecimento às autoridades e a todos quantos vieram colaborando para o êxito já assegurado desta realização, inquestionavelmente, de relevante sentido para os superiores interesses do país.

A nossa satisfação é indizível por podermos oferecer ao Brasil, ao ensejo das comemorações do IV Centenário do nosso grande São Paulo, a melhor das contribuições que os homens da agricultura, no cumprimento de um dever patriótico, lhe poderiam apresentar, tendo em vista o momento que vive a comunidade nacional.

Permito-me testemunhar ao ilustre governador Lucas Nogueira Garcez, denodada e superior do espírito da gente de São Paulo e ao honrado amigo ministro da Agricultura Costa Porto, meu leal e resolutivo companheiro comandante do movimento cooperativista a que pertence de coração, o quanto estamos sensibilizados pelo apoio e pelo estímulo, senão mais pelo tratamento amigo, a nós dispensado sempre que, em razão de seus encargos de governo, foram sollicitados a prestigiar a rea-

lização desta conferência, por todos os títulos a mais legítima e poderosa manifestação das forças da agro-pecuária brasileira até hoje realizada.

Da população do país, efetivamente, segundo o Censo de 1950, trinta e sete milhões constituem a sua força de trabalho, considerada economicamente ativa. E, desse total, cerca de dez milhões se ocupam nas lides rurais, dedicados à produção de alimentos e matérias primas e à manutenção do nosso intercâmbio, admitindo-se que dois milhões sejam proprietários e oito milhões trabalhadores que vivem, de uma ou de outra forma, de salário.

É para este exército anônimo do interior e da nossa faixa costeira, que inspira e deve tutelar as conclusões desta grande reunião que me proponho chamar a atenção de quantos agora me ouvem, sobretudo de meus companheiros da agricultura de todos os rincões do país, pois, ao acertarmos a responsabilidade de orientar o movimento associativista no seio da comunidade rural, assumimos a indeclinável obrigação de promover



Parte da assistência presente à sessão inaugural realizada no grande auditório do Teatro de Cultura Artística.

por todos os meios, a elevação do padrão de vida das populações do campo.

Contrários ao sentido paternalista que a demagogia e o carterismo político têm pretendido instaurar no país, sustentamos, com íntima convicção, que o exato conhecimento dos problemas humanos, no âmbito das relações sociais, não constitui monopólio de nenhuma tendência extrema em qualquer rumo político. Na verdade reiterando a declaração que fizemos por ocasião da dignificante visita que recebemos dos estagiários da Escola Superior de Guerra, — simplesmente admitimos que não há bom regime capaz de fazer frutificar soluções erradas, assim como é verdade que as soluções acertadas e bem executadas dão satisfatórios resultados ainda quando os regimes não sejam perfeitos.

Nas mãos dos homens da agro-pecuária nacional, ao nosso ver, está o encaminhamento das soluções e, muitas vezes, estão as próprias soluções para a maior parte dos problemas relacionados com as condições de trabalho e com a elevação dos níveis existenciais no meio rural. Pela organização do trabalho na agro-pecuária, poderemos em grande parte atender às justas reclamações em face do ruralista e evoluir para uma sólida estrutura econômica do meio rural.

Nesse sentido, pedimos ventura para dizê-lo, e magnífico o exemplo e a obra da nossa gloriosa P. A. R. E. S. P. É bem verdade que enquanto a conquista superficial do esforço da nossa organização se apresenta extensa, não lhe corresponde o avanço em profundidade. Mas, é natural que assim suceda. O estabelecimento do associativismo interessa, a princípio, uma pequena minoria mais capacitada para sentir, com espírito público, os problemas da coletividade. Admitimos que um primeiro e enérgico esforço, cumpre dominar indisfarçável dose de pessimismo, ou falta de confiança na ação coletiva. Compreendemos a descrença e a defrontamos sem amarguras, pela via firme e segura das realizações que adiantam e diminuem espíritos simples, afeitos à freqüente frustração de seus esforços, por obra dos contratempos da natureza e, muitas vezes, pelo mal maior da desídia dos governos.

Através das duas décadas em que temos participado do movimento ruralista no país, adirermos a nossa convicção sobre os graves erros e a muita inconseqüência com que alguns têm agitado o problema da melhoria do nível de vida do homem do campo. Para um meio social sem qualquer organização, com insistência ouvimos falar até mesmo em reformas, sem que nos digam, com objetividade, o que se pretende reformar e qual o rumo dessa reforma. É, a exemplo de quanto tem pedido a audácia de impatriótica demagogia política conhecida em outras terras, aqui também se ergue contra a mentalidade reacionária, que seria dominante entre os proprietários da classe rural, atribuindo-lhe a responsabilidade pela miséria do ruralista e da própria desordem econômica em que se debate o país.

Sejam bons brasileiros, amantes da verdade antes do que tutelados de dogmas políticos, muitos irremediavelmente superados. Para o nosso país reclamamos, antes e sobretudo, quanto efetivamente lhe falta no domínio da disciplinação e da estruturação da sua vida administrativa e econômica, em consonância com os recursos naturais e possibilidades da nossa gente e da aplicação ao nosso meio dos modernos métodos de produção.

Ainda há dias, numa exposição feita perante elementos dos mais responsáveis pelo setor agro-industrial paulista, afirmou o digno chefe de serviço federal que o rendimento da lavoura do milho no país é treze vezes menor, em comparação, com os resultados apresentados pela agricultura européia. E que, igualmente, colhemos cinco vezes menos algodão, em confronto com a produção obtida em iguais áreas trabalhadas no velho Egito. Não há porque recebermos a afirmativa, em si mesma, senão como estimulante exemplo demonstrativo de quanto pode a técnica no domínio da produção. Outras conclusões, testemunhariam tão somente a realidade que expressa a verdadeira contingência do trabalho agrícola no país. Mas, convenhamos, apenas agora estamos sabendo da agricultura predatória e cuidando da verdadeira agricultura, com a defesa e a recuperação do solo, com o emprego de fertilizantes e dos métodos de cultura que garantem o melhor rendimento na produção. Ao nosso ruralista, parece-nos, ainda não podemos pedir quanto está em condições de dar o agricultor de terras onde há milhões se faz lavoura e se cuida do amanho da terra.

Aíás, o mesmo ambiente técnico, em outra referência acidental no decurso de sua brilhante exposição, aludindo o sintomático aspecto da economia de nosso meio, informou que o Amazonas, até esta data, continua importando arroz do Rio Grande do Sul, embora nas suas planícies se possa semear e colher o produto com um rendimento três vezes superior ao obtido na lavoura deste último Estado; e, mais, que o Amazonas, no momento, está importante feijão da vizinha República do Peru.

A propósito, à guisa de comentário meramente informativo, seja-nos permitido dizer, colocando à parte as distâncias geográficas e a precariedade dos meios de transporte no alcance da produção nacional que, neste mesmo instante, quando as colheitas peruanas atendem às necessidades do consumidor amazônico, exatamente nas fronteiras de São Paulo, junto às duas maiores Capitais do país, por falta de oferta no interior, tem o produtor norte-paranaense vendido a saca de feijão a trinta cruzelros e a de milho a vinte e cinco cruzelros.

Permitimo-nos dizer, com franqueza e lealdade, diante do conhecimento direto que temos das condições do trabalho em todo o território brasileiro que o nosso ruralista, tanto o proprietário como o parceiro, o meeiro ou o colono, nada o têm recebido e, portanto, nada devem aos pro-homens, que academicamente preferem frisar rumo a uma nova e específica organização do meio rural, que inteiramente desconhecem.

A realidade, no domínio da nossa agricultura, está mais nos resultados dos levantamentos efetuados pela Comissão Nacional de Política Agrária, onde um Inquérito, abrangendo 87% dos municípios brasileiros, tendo em vista um milhão de condições indispensáveis ao conforto da habitação revelou que 64% da população rural do país é efetivamente pobre, porque mora em condições terrivelmente inferiores às estabelecidas para um mínimo admissível de um ponto de vista humano.

E diante das reais contingências do nosso trabalho agrícola, por ter ciência certa do verdadeiro pensamento dos homens que labutam na agro-pecuária nacional, que, na qualidade de eventual dirigente de um setor do movimento associativista no país, me permite afirmar, como o tenho feito sempre, que a agricultura brasileira não cresce.

nem comporta soluções radicais e violentas, propostas por aqueles que querem salvar o país a custa do sacrifício dos homens da produção. Antes de uma "reforma agrária violenta, com dor", aten-temos para as necessidades do verdadeiro prole-tariado e, particularmente, do operário rural, sempre ignorado, e que, através da história econô-mica da nossa terra, tem respondido quase sózio-nho pela manutenção e pelo progresso da própria economia nacional.

Em lugar de certas iniciativas e planificações, fruto do manobrismo útil ao jogo de quantos pre-tendem subsistir nas posições de mando, para o bem do Brasil, para a continuidade da nossa fa-mília, pelo futuro de nossos filhos e para a segun-da de nós mesmos, — brasileiros do interior e brasileiros das metrópoles urbanas, — mildos, coe-sos, cumpramos antes aquilo que preceitua o esta-tuto básico da República: reconheçamos e assegure-mos a todos os que trabalham os mesmos direitos e a mesma proteção devida ao homem que produz, sem tratamentos discriminatórios, tais como os predominantes nesta triste época de imediatismo, de curtelismo e de sede de lucros e vantagens pessoais.

Excelentíssimas autoridades e meus compa-nheiros das lides do associativismo rural: na qua-lidade de Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo, promotora da III Conferência Rural Brasileira e como Presidente da Comissão Promotora de tão nobre iniciativa, cumprio o dever de, mais uma vez, formular agra-decimentos pela honrosa deferência das Federa-ções co-irmãs que permitiram à entidade líder do nosso movimento convocar e fazer realizar em São Paulo esta magna conferência de cujos resul-tados toda a comunidade nacional tem o direito de esperar resoluções capazes de levar o nosso país a abandonar a política de escassez na qual se debate, no rumo da prosperidade, baseada na execução de uma nova política firme, segura e resoluta, que venha redimir a economia brasileira.

Nesta conferência, a grande e a pequena agri-cultura, numa feliz imagem do Brasil, em razão da sua estruturação administrativa, formam um só corpo coeso e indestrutível. A Presidência da Confederação Rural Brasileira, onde está esse nú-cleo, que costumamos qualificar de excelente-pmilitar, Iris Meinberg, íntegro e valoroso coman-dante da causa ruralista, com muito júbilo e plena confiança entregou o encargo de dirigir e equacio-nar as deliberações que democraticamente, bras-leiramente, devemos adotar e votar, pelo bem-estar e felicidade da nossa terra e da nossa gente, em defesa do porvir da nacionalidade.

DISCURSO DO DEPUTADO IRIS MEINBERG

Palou depois o deputado Iris Meinberg, presi-dente da Confederação Rural Brasileira, que em nome desta entidade, assim se expressou:

"Imunados pelo mesmo ideal e identificados pelo mesmo sentimento, reunem-se nesta cidade de São Paulo, vindos de todos os recantos da terra brasileira, os seus agricultores para, no ano em que se comemora o IV Centenário da cidade que mais cresce no mundo, discutir assuntos comuns e analisar os problemas da agro-pecuária nacional.

Feliz coincidência esta, pois foi deste mesmo local, de onde partiram as bandeiras em busca do certo, procurando na ampliação e na consolidação política do território brasileiro a unidade nacional

em todos os seus aspectos, seja ele geográfico, ético ou cultural.

Este passado de lutas pela unidade de nossa terra, de que São Paulo é uma das mais legítimas expressões, se projeta outra vez no cenário nacio-nal neste instante por meio do movimento asso-ciativista rural, que hoje empolga o país e simbo-liza a herança nascida da união e da identificação de pensamento e de amor à terra pátria.

Em verdade, um país como o nosso, em que mais de sessenta por cento de sua população é ruralista, a qual, por isso mesmo, cobre todo o seu território e serve à pátria em todas as latitudes o movimento que promoveu a aglutinação dos agrários em associações rurais pode ser conside-rado como a mais alta forma presente de consoli-dar a unidade nacional. Só um movimento desta natureza, onde os homens se irmanam desde logo pela mesmo amor ao solo e pelo mesmo carinho ao seu cultivo, teria o condão de reunir homens do Norte a homens do Sul, homens do Centro a homens de todos os quadrantes do nosso território, para, num conclave que se inaugura tão festiva-mente como esta III Conferência, trazerem um depoimento de suas necessidades, de suas capaci-dades, de suas possibilidades e do esforço próprio que realizam em prol da grandeza nacional e, num retrato tanto quanto possível perfeito das condi-ções regionais de vida e trabalho da agricultura nacional, focalizarem todos os problemas agrícolas brasileiros e aventarem todas as soluções consen-tâneas com a premissa da atual conjuntura.

Este é, na realidade, o sentido e III Confe-rência Rural Brasileira que hoje instalamos e cujos resultados certamente trarão algumas das contri-buições esperadas por todos aqueles que colaboram para o desenvolvimento econômico e social de nossa terra.

Não vamos firmar novos princípios ou novas doutrinas, o que as Conferências anteriores já o fizeram. Vamos retratar, em plenecladas firmes, a verdadeira situação agrícola do país, as condições de vida do rurícola, os problemas que o afligem e perturbam e, pôsto isto, mostrar, através de nossa própria experiência e de nossa própria con-vecção, quais as providências que os poderes públi-cos devem tomar para suprir as nossas deficiên-cias e nos possibilitar os meios e os recursos indispensáveis para que continuemos a contribuir, como fizemos até agora, anonimamente, para a grandeza, o progresso e o bem-estar da terra brasileira.

O associativismo rural, no Brasil, é ainda incipiente e, se existe e vive, o faz mais em termos daqueles idealistas cujo esforço e tenacidade, cuja fé e confiança permitiram e possibilitaram que, em cada unidade municipal, nascesse e se desen-volvesse uma associação resultante da congregação de ideais e de trabalho de cada rurícola deste núcleo e pela mesma identidade da homem com a agricultura de outras unidades municipais, se transferisse para o Estado e deste, finalmente, para a esfera nacional.

Em que pesem os empicilhos de ordem histó-rica e social de formação da nacionalidade bras-leira, onde, por força de contingências de distância e de auto-suficiência, o agricultor foi sempre um individualista e um imediatista e, antes mesmo que o Estado como propulsor de iniciativas de cunho social, se interessasse pelo problema e arregimentação dos homens de mesmo tipo de vida e de trabalho, já os agricultores brasileiros, na iniciativa dos seus elementos mais representativos, sentiram desde logo a necessidade da organização

da classe. Tanto assim é que em 1832 fundava-se na Bahia a Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria, logo seguida, em 1870, pela fundação da Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, entidade ainda existente e que pode ser considerada a verdadeira precursora do movimento associativista rural no Brasil.

Tais movimentos, nitidamente regionais, tiveram, em 1897, pela fundação, em 16 de janeiro, da Sociedade Nacional de Agricultura, um sentido nitidamente nacional, pois tal entidade, além de representativa da classe, substituiu o próprio Ministério da Agricultura, extinto à proclamação da República.

Muitos fatos da vida agrícola nacional, inclusive a fundação do atual Ministério da Agricultura, estão intimamente ligados à vida dessa tradicional Sociedade, que exerceu funções tipicamente de Secretarias de Estado. Os movimentos de arregimentação da classe, de sentido regional e que, por força da própria estrutura do país, se centralizaram na tradicional entidade de classe retornaram, a partir de 1910, às suas origens com o advento de Associações Rurais autônomas, que expressavam, no anseio de seus componentes, os interesses peculiaríssimos das várias regiões geoeconômicas do país. Distanciadas, pelo imperativo geográfico, identificavam-se elas, entretanto, pelos mesmos anseios que geraram a unidade nacional, o amor à terra brasileira e o interesse a todos os seus problemas em conjunto.

Coube a Arthur Torres Filho, presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, líder ruralista de escol, sentir de perto o novo impulso conquistado pelo movimento associativista rural entre nós. A sua esclarecida ação se deve à promulgação da primeira lei que estruturando a representação de nossa agricultura, com base em organização federativa, instituiu o sadio princípio da autonomia das associações municipais, as quais culminam na Confederação Rural, como órgão de convergência das atividades associativistas municipais e estaduais.

É de se louvar ainda a ação governamental de Rodrigues Alves, que, em janeiro de 1903, instituiu os sindicatos rurais, bem como a legislação de sentido evidentemente renovador da vida social brasileira, que em 1932 fixou entre nós o verdadeiro cooperativismo, possibilitando, assim, um e outro na complementação da ação política e da ação econômica, a arregimentação da classe agrícola do país.

A força deste movimento espontâneo, que propulsiona as Associações a que nos referimos e tão bem percebida por Torres Filho, pode ser atestada pelos seguintes números: em 1916, existiam, registradas no Ministério da Agricultura, 213 Associações Rurais com 36.288 associados, e, em 1953, 1.040 Associações Rurais com 142.782 agricultores associados.

Se voltarmos nossas vistas ao âmbito estadual, é motivo de satisfação constatar que também em São Paulo, que hoje nos recebe e nos hospeda tão bem como o sabe fazer o paulista, dentro da hospitalidade brasileira, também os agricultores participaram dos primórdios desse movimento e, com as mesmas tendências, iniciaram a sua arregimentação através da tradicional Sociedade Rural Brasileira, que tantos e tão bons serviços tem prestado à agricultura nacional.

No âmbito municipal, o movimento associativista rural se destacou inelutavelmente em São Paulo, através da arregimentação dos pecuaristas,

com a Associação dos Pecuaristas de Barretos à frente do movimento associativista rural do Estado, sendo de se notar que esta Associação é a origem da Federação das Associações de Pecuaría do Brasil Central, precursora da atual Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo, a F. A. R. E. S. P.

Digno de nota, e o que não poderíamos deixar de registrar, é de que a primeira Federação das Associações Rurais no Brasil nasceu no Rio Grande do Sul e, pode-se dizer, a sua estrutura constituiu um modelo da atual organização associativista brasileira.

O caráter nacional do associativismo rural se constituiu, portanto, pelos movimentos independentes no norte no centro e no sul do país sendo de se observar que as referências aqui feitas não têm apenas um sentido de relato histórico e se destinam, exclusivamente, a evidenciar o caráter unitário desta III Conferência Rural Brasileira, onde se representam os antigos, os tradicionais e os novos membros da família rural brasileira de todas as nossas regiões.

As finalidades deste movimento associativista, aglutinante do ruralista brasileiro, não visa somente à defesa imediata do agricultor, nem tão pouco à procura de solução para os seus interesses diretos, embora tais questões não possam ser relegadas a segundo plano, porque constituem etapa inicial a vencer para o equacionamento de grande número de problemas de ordem geral. Assim é que o alevantamento do nível técnico-cultural do agricultor, a integração completa do ruralista num padrão mais elevado da civilização brasileira, o aumento de sua capacidade produtora para o crescimento da riqueza nacional, são objetivos diretos, embora aparentemente remotos no movimento associativista rural e, no Brasil, paralela e concomitantemente, darão às Associações Rurais dentro da unidade de sentimento que as inspirou na sua formação, maior consciência da nacionalidade aos agricultores e, conseqüentemente, os levará à defesa do patrimônio básico nacional que se representa no próprio solo brasileiro.

Uma das principais etapas, senão a principal, para a consecução dos ideais do nosso movimento, é a formação de líderes, o que deve ser a preocupação de toda a agricultura nacional e, em especial, daqueles que eventualmente detêm, no presente momento, as responsabilidades da direção da classe rural brasileira. A eles caberá, neste movimento, a ação aglutinante, a ação organizadora e a ação orientadora.

É preciso, pois, que esses valores ainda desconhecidos sejam trazidos para exercer, nos seus municípios ou nos seus núcleos, a missão que lhes está destinada em prol do associativismo rural brasileiro e, ao mesmo tempo, para liderar a gente brasileira em um dos setores mais importantes de suas atividades.

Esta III Conferência Rural se diferencia das anteriores, realizadas em 1952 no Distrito Federal e em 1953 em Curitiba. A sua atuação não se restringirá à definição de doutrinas e à afirmação de princípios pela classe, e sim à obtenção, como resultado do trabalho dos seus componentes, da caracterização dos problemas regionais e nacionais da agricultura, de modo a se fixar com a maior precisão possível, as soluções que estejam no alcance da classe organizada, deixando exclusivamente ao poder público aquelas que transcendem da sua capacidade de ação, exigindo uma atuação política orientada dentro do movimento harmônico

co das forças econômicas brasileiras. A classe agrícola brasileira, já organizada, tem capacidade para o encaminhamento e a solução dos seus próprios problemas. Como exemplo de questões, cuja solução podemos obter de modo adequado, é de se mencionar a organização capilar do crédito em forma cooperativa, a solução de várias dificuldades ligadas à distribuição da produção agrícola, também em forma cooperativa, e a formação de um Serviço Social a fim de levar aos trabalhadores rurais a assistência de que necessitam, assistência essa que não pode nem deve ter caráter paternalista.

Cumpra, assim, a essa III Conferência, no delineamento do retrato agrícola do Brasil, não a fixação dos seus problemas como a apresentação de suas soluções, que podem e devem ser encaminhadas pela própria classe, cabendo ao poder público vir em sua ajuda, quando ela for impotente ou inoperante, jamais, entretanto, como tem ocorrido até o presente desestimulando-a e tornando-a descrente de si mesma.

Cumpra-nos, finalmente, como presidente da Confederação Rural Brasileira, trazer os nossos mais sinceros agradecimentos a S. Exa. o sr. Professor Lucas Nogueira Garcez, governador do Estado de São Paulo, pela colaboração preciosa que prestou à esta reunião, colaboração que não se elagiu ao apelo moral, mas que foi além, pela ajuda material prestada à III Conferência; também as nossas homenagens e os nossos agradecimentos ao governo federal, neste ato representado pelo Sr. Ministro da Agricultura, que não só à presélgia com sua presença, como, mais do que isso, convocou e mobilizou todos os Secretários de Agricultura dos Estados, para, de pronto, sentirem

os problemas e as questões que se vão aqui levantar pela classe e poder, assim, também de pronto, encaminhar suas soluções aos quadros do poder executivo ou encaminhando-as à alçada do Legislativo; aos senhores parlamentares que, na sua árdua tarefa de legislar, expressam o sentir do povo brasileiro na elaboração de leis, além do nosso respeito e da nossa simpatia, os nossos agradecimentos; aos srs. Secretários de Estado, aos meus prezados amigos Presidentes das Associações Rurais e das Federações, a todos aqueles que, como a imprensa e o rádio, nos dão a sua valiosa colaboração para o sucesso desta reunião, a palavra de agradecimento da Confederação Rural Brasileira, que é, em suma, o penhor da gratidão de toda a agricultura, no seu esforço anônimo de erguer economicamente a nossa nacionalidade."

SAUDAÇÃO DAS DELEGAÇÕES DOS ESTADOS

O orador seguinte foi o dr. Francellino Bastos França, presidente da Federação das Associações Rurais do Estado do Rio de Janeiro que, interpretando o sentimento dos delegados presentes à III Conferência Rural Brasileira, proferiu a seguinte oração:

"Tivemos a honra de ser escolhidos para, em nome das delegações dos Estados, que compõem a III Conferência Rural Brasileira, saudar a magnífica expressão do valor e da pujança associativa no ruralismo brasileiro, que é a Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo, organizadora deste conclave, e de agradecer a fidalga recepção que nos prodigalizou a P. A. R. E. S. P ao chegarmos a este majestoso planalto de Piratininga, onde, há 400 anos, os jesuítas lançaram as

SNR. CRIADOR:

VACINE SEUS ANIMAIS COM AS

VACINAS MANGUINHOS

- contra a peste da manqueira (carbúnculo sintomático)
- anticarbunculosa (carbúnculo hemático, verdadeiro)
- contra a pneumo-enterite dos bezerros
- contra a pneumo-enterite dos porcos

PEÇA AO SEU REVENDEDOR

PRODUTOS VETERINÁRIOS MANGUINHOS LTDA.

C. P. 1420 — RIO DE JANEIRO

bases da valorosa comunidade paulistana para glória da nossa nacionalidade.

Por certo, escolhendo-nos para tão grata quão honrosa incumbência, quiseram os nossos prezados companheiros dos demais Estados distinguidos, mais do que a nós, a velha e gloriosa Província Fluminense, de onde se espralou, através do vale do Paraíba, a grande agricultura nacional, que tem como símbolo de sua grandeza a lavoura cafeeira, que São Paulo desenvolveu e engrandeceu para torná-la, finalmente, o elemento básico da economia nacional.

Esta saudação, queremos dirigí-la aos prestigiosos líderes Iris Meinberg, presidente da Confederação Rural Brasileira; Manoel Carlos Ferraz de Almeida, presidente da F. A. R. E. S. P.; e Luiz de Toledo Piza Sobrinho, presidente da Sociedade Rural Brasileira, impedidos que estamos de eltar a todos os demais dirigentes do ruralismo paulista, tantos são a valorizar e a dar prestígio à classe rural deste Estado.

Realmente, seria imperdoável, não saudar a Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo em nome das delegações visitantes e em particular da delegação fluminense, que chefiámos, deixássemos de reverenciar, também o ilustre diretor da Sociedade Rural Brasileira, que tantos serviços tem prestado à agricultura nacional.

A F. A. R. E. S. P. e a Sociedade Rural Brasileira, irmãs, constituem uma força invencível dentro do quadro do associativismo pátrio.

Neste ambiente de trabalho e de brasilidade, nós, das delegações visitantes, aqui estamos, plenos de entusiasmo, para debater as questões agrícolas fundamentais dos nossos Estados.

Estamos certos de que, ao fim de nossa tarefa, poderemos apresentar ao País um relatório fiel de nossas atividades agro-pecuárias e de nossas necessidades mais prementes, colaborando, decerto, para o soerguimento da Nação.

Se é certo que a industrialização do Brasil é um imperativo para a sua libertação econômica no concerto das nações, evidentemente, sem o desenvolvimento paralelo da agricultura e da pecuária, jamais poderemos colocar este País entre as grandes nações do mundo.

São Paulo realiza, dentro de suas fronteiras, o que o Brasil precisa praticar em toda a sua extensão territorial. A sua indústria não aniquilou as atividades agro-pecuárias, servindo-as e delas se fortalecendo.

E com ufania que saudamos os ruralistas de São Paulo em nome das delegações visitantes, esperando que a técnica e os capitais paulistas levem a todo o País o influxo do seu impeto criador de riqueza e de civilização."

SOLIDARIEDADE DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO

O dr. João Vasconcelos, presidente da Confederação Nacional do Comércio, manifestando a solidariedade da classe que representa aos agricultores ora reunidos em São Paulo, pronunciou o discurso que vai a seguir:

"O Comércio Brasileiro vos envia, por intermédio do Presidente da Confederação Nacional do Comércio, sua palavra de adesão e de estímulo aos trabalhos desta III Conferência Rural Brasileira, que ora se instala.

Honro-me em ser a portador da nobre mensagem. O mandato me restitui aos Idos de 1935,

quando me coube, em circunstâncias análogas, falar aos homens das atividades rurais aqui reunidos no I Congresso Nacional Agropecuario.

Encontro-vos, hoje como há 20 anos, reunidos para o estudo e o debate de importantes temas, que preocupam vossas atividades. A eles vos dedeis mais movidos antes pelos aspectos relacionados ao interesse público do que às vossas conveniências pessoais. E esta vem sendo diretriz característica dos movimentos coletivos das entidades rurais nos últimos lustros em nosso país em perfeita sintonia com as do comércio e da indústria.

Temo-nos movido continuamente em clima de inquietação. As crises por que tem passado o mundo de modo especial no após-guerra não pouparam nosso país, atingindo-a em período de transição, agravado pelas condições precárias, de uma economia frágil. Suas consequências afetaram todas as camadas da população, cujos sofrimentos têm acumulado máguas e decepções, até agora silenciosas, mas perfeitamente assinaladas pelos sinógrafos vigilantes das classes produtoras.

De longa data vimos apontando aos homens de governo e à opinião pública o lado do horizonte onde vimos amontoarem-se as nuvens ameaçadoras, que hoje pesam sobre nós. Infatigavelmente chamamos a atenção do país para a debilidade econômica da nossa terra como razão principal da pobreza em que vivemos, e para os perigos decorrentes para o nosso futuro de nação soberana.

Num "leit-motiv" invariável, apelamos para a adoção de uma política econômica como base de solução dos problemas nacionais. E o Primeiro Congresso Brasileiro de Economia em 1943, a Conferência de Rye em 1944, a de Teresópolis em 1945, a de Araxá em 1949, condensaram em recomendações públicas as soluções que o bom senso, o conhecimento e o patriotismo dos homens de empresa ofereciam para os males econômicos e sociais do Brasil.

Mas, por vibrantes e expressivos que tenham sido esses pronunciamentos, dirigidos a todos os detentores de uma parcela de autoridade e de capacidade nos quadros da vida nacional, parecemos que não tiveram ressonância.

A eles têm sido insensíveis os líderes desta geração, hesitantes em face de acontecimentos cruciais a exigirem de sua inteligência e de seu patriotismo os maiores cuidados.

Precisamente quando se comemoram glórias passadas e se evocam os serviços de Rui e de Murilo, não se decidem os próprios casos que, em outros tempos, fizeram a sua glória.

Quanta humildade nos inspira a rememoração daqueles grandes brasileiros. Eles fizeram tanto, com tão precárias meios, enquanto nós, dispostos de uma oficina tecnologicamente mais aparelhada e de recursos materiais mais abundantes, retardamos o passo da progressão por eles acelerado.

Viver o Brasil, nestes anos, instantes plausíveis. Como no "Henrique IV" as personagens se movem com roupagens e idéias de tempos mortos, e de tal modo se integram nos seus papéis, que terminam convencidos de que realmente existem, sem relação de tempo e de espaço com a verdade.

Para essa realidade até agora só tem sido olhos a vigilância dos que movem as fábricas, revolvem as terras, nutrem, agasalham e abastecem o povo. São os lavradores, os artesãos e os mercadores que se dispõem a ascender e despertar a consciência

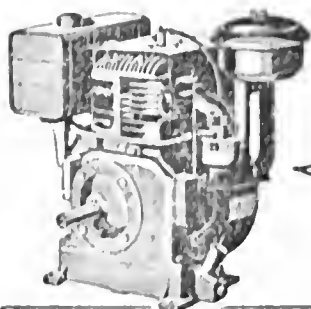
PARA O CAMPO, MOTORES:

BRIGGS & STRATTON

a fonte de potência preferida em todo o mundo

DE 1 a 8 HP

a gasolina, para fins industriais e acionamento de Geradores, Bombas, e máquinas agrícolas.



Grupos Geradores



Bombeamento



Máquinas Agrícolas



Borghoff S.A.

RIO DE JANEIRO
Rua Riachuelo, 243

SÃO PAULO
Av. Gal. Olímpio da Silveira, 63

Vaga Publicidade

nacional, apontando-lhe o desencanto em que andam os problemas fundamentais do Brasil e aqueles que foram designados para resolvê-los.

Impõe-se urgentemente, como necessidade imperiosa, restabelecer certas noções, em outros tempos correntes, de que os delegados da opinião pública precisam inspirar confiança, sentir as aspirações coletivas e sejam capazes de lhes dar a mais conveniente e completa satisfação.

Pela isenção de suas atitudes coletivas, pela parte que tomam no engrandecimento nacional, pelo que concorrem materialmente para o sustento do arcabouço do Estado, têm plena autoridade os homens de empresa de fazer ouvir suas críticas. As reivindicações que sustentam, não são a favor dos seus interesses mas para o bem do Brasil.

Não é do seu feito apolar decisões em fórmulas vagas traduzindo critérios subjetivos. Usam escudá-las em folos e preceltos objetivos, em que se vaporizam as futuras competências e se prova a real capacidade de direção.

Os homens da produção sabem precisamente o que consideram como política econômica necessária ao país. E sentem a vocação para um clima de liberdade de iniciativa de engrandecimento nacional e de justiça social. Isso, já o provaram e formularam especificamente.

Eles desejam e pleiteiam uma política de realizações e de aproveitamento dos recursos da terra. Como sentem em primeira mão o contato das nossas deficiências, conhecem de experiência própria os obstáculos à marcha para a melhoria básica das nossas forças.

Sabem os homens de empresa que nos faltam capitais, traduzidos em aparelhagem, e experiência, representada em organização e técnica. Por isso mesmo, foca-os profundamente a indiferença até pouco demonstrada pelos responsáveis, pela conquista indispensável desses fatores essenciais. Essa indiferença, cu descaso, são oriundos de uma concepção defeituosa da crise de renovação de estrutura, ora abalando o mundo, e a cujo desfêcho nos devemos antecipar, se não quisermos regredir.

Se não conseguirmos modificar a estrutura de produtor primário do Brasil, através de medidas internas e de cooperação internacional, não obteremos senão parcela míngua na repartição mundial dos proventos da produtividade, trazidos pelo progresso técnico acelerado, e pelo crescente poder econômico dos países centrais.

Precisamos reformar os processos e apurar o rendimento da nossa produção agrícola e industrial. Para tanto, precisamos de capitais, que são a energia acumulada capaz de desencadear as outras energias adormecidas.

A riqueza nacional cresce à medida do aumento e do aperfeiçoamento de aparelhagem produtiva. Esse, o capital de que carecemos. Para isso, necessitamos elevar o nível das exportações, e fazê-las a preços verdadeiramente remuneradores. De nada valerá extrairmos matérias primas e gêneros de alimentação, que são parte do nosso próprio solo e representam mais de 90% do que fornecemos ao mundo, senão para recebermos em troca as máquinas e matérias primas essenciais, meios de transporte e de produção de energia, imprescindíveis.

veis à melhoria dessa mesma remuneração e à conquista de maior parcela nas trocas internacionais.

Mas tem-se eruido estranha mentalidade, em que a formação dos capitais brasileiros é tida como inimiga do próprio Brasil.

O enriquecimento individual, fonte do enriquecimento coletivo, tem sido visto aqui como algo de extra-legal, que convém perseguir, evitar e dificultar. O que se tem querido adotar para melhor modelo é a sociedade sem capitais privados, onde o Estado concentra, além do poder político, todo o poder econômico. O que se tem pretendido praticar, é a distribuição de salários nominais, na ilusão de que se distribui riqueza.

A palavra de ordem em vários setores se faz ouvir contra a concentração da riqueza contra o poder econômico nas mãos dos brasileiros, contra a liberdade de iniciativa e de remunerar cada um pelo seu valor e pelo seu esforço.

Enchem-se nossos legisladores de complexos coloniais em face dos capitais vindos de fora. E dentro do país persegue-se por todos os modos a concentração do capital nacional, contra o qual não têm faltado ensaios de combate e de opressão.

Temos somado — comércio, indústria e agropecuária, — nossas apreensões em face dessa realidade, formulando perante os poderes públicos, não só em congressos e conferências do tipo da que ora se instaura, como através de nossos delegados junto aos conselhos do governo e da administração, nossas advertências, nossos conselhos, nossas apreensões.

Não possui outro sentimento a presente reunião das classes rurais, em torno de tão momentosos temas, com os que constituem o sumário de seus trabalhos.

Em nome da classe que tenho a honra de representar, trago-vos os melhores votos pela êxito completo deste empreendimento. Que os pronunciamentos e diretrizes daqui resultantes possam contribuir para iluminar o caminho dos responsáveis pelos rumos dos destinos do país.

Estaves vivendo instante decisivo em que, ou nos integramos na realidade do momento e passamos a agir de acordo com o bom senso, alicerçando em sólidas bases econômicas e políticas a prosperidade do país, — ou ficaremos perdidos no espaço interplanetário das fórmulas, tangidos à laçrê de todos os ventos.

Aos homens da produção restará, no menos, a serena certeza de que cumpriram integralmente seu dever para consigo mesmos e para com o país, advertindo, alertando e aconselhando em tempo, como ora o fareis com tanto brilho e elevação, nesta III Conferência Rural Brasileira."

DISCURSO PRONUNCIADO PELO GOVERNADOR LUCAS NOGUEIRA GARGEZ, NA SESSÃO DE INSTALAÇÃO DA CONFERÊNCIA RURAL BRASILEIRA

Mais uma vez, como de tantas outras no passado, é da lavoura que nos vem, nesta hora de graves preocupações econômicas para o País, o exemplo da atitude a assumir pela Nação. Fontes de inspiração para todos nós são o programa elaborado para esta Conferência e o estado de espírito, feito a um tempo de serenidade e decisão, com que se prepararam para debater-lo os líderes de tão fundamental setor de economia brasileira.

O que em primeiro lugar impressiona os estrangeiros que nos visitam é a grandeza territo-

rial do Brasil. É o que a nós mesmos nos entretém também continuamente de espanto. Mas, é com outro espírito que contemplamos o infinito desdobramento das paisagens sobre as quais se enraizou esta jovem e pujante nacionalidade. Nestas terras, que parecem não ter fim, coloridas por tôlas as belezas e aninhadas por todos os climas, sentimos a permanente pulsação de uma conquista que já dura quatro séculos e que por outros tantos se prolongará ainda, por certo, antes que possamos concluir a obra que nos deflorou o destino. E com outro espírito também que consideramos as riquezas que fazem do Brasil um dos países potencialmente mais afortunados do mundo. Pois eles não nos vieram ter às mãos por obra pura e simples do acaso, mas à custa de uma longa, ininterrupta, penosa epopéia, gloriosa é certo, mas que já nos está curtando quatro séculos de lágrimas, suor e sangue. Não se admire ninguém, assim, do infinito que por véses nos assalta, e que ninguém jamais definiu tão bem como o Conde de Alencar Celso, no jovial exagero dos cantos a uma natureza que não nos tem sido sempre generosa, mas que soube colerir as nossas plagas com a mais farta profusão de cores já sentida por olhos humanos.

O que mais nos distingue como povo que sabe colocar-se à altura de seus grandes destinos, é precisamente a infantia que nos anima, que nos tem animado sempre, a enfrentar a imensidão dos obstáculos que ora a natureza, ora a história, ora circunstâncias fortuitas e imprevisíveis põem em nosso caminho. — Não seria preciso, realmente, que alguém, como o fez ainda há dias, mistosamente, uma popular revista norte-americana, nos viesse lembrar que maior que a extensão do nosso território, e mais profundos que a profundidade dos nossos mares, e mais inextricáveis e sombrios que nossas misteriosas florestas tropicais, são os problemas que hoje temos pela frente.

Hoje? Só hoje? Não, bem sabemos que não. — Eles se nos vêm apresentando, e em ininterrupta sucessão, desde que Martin Afonso criou em São Vicente a "célula mater" da Nacionalidade, e desde que nas cercanias do Colégio de Anchieta se rezou a primeira missa no planalto piratinigano. Que são os problemas de hoje diante dos que se defrontaram nos bravos que se impuseram a conquista de metade de um continente para a civilização e a cristandade?

Não é diferente o sangue que hoje nos corre nas veias, daquele que impeliu os bandeirantes a esbater sua bravura nos contrafortes dos Andes, nas arelas do Prata na verdura infernal da Amazônia, submetendo à sua vontade soberana terras agrestes, transpondo cordilheiras, vadeando rios, vencendo ferocidades da natureza e tocas das feras, dobrando povos indomáveis, ora pelo mero prazer da luta, ora para sangrar pelos ignotas das riquezas — ouro e pedrarias — escondidas no seu seio.

Herdeiro dessas virtudes, que uma batalha infindável, e sempre rude, mantém em permanentemente exercido, o brasileiro dia a dia mais se agiganta. Sua estatura suplanta a extensão territorial do país e o gigantismo dos seus problemas, de modo que cada novo obstáculo constitui para ele novo convite à luta. Observai, Senhores, os períodos mais brilhantes da nossa história nos diferentes campos de nossas atividades e de nossas cogitações, e encontrareis, invariavelmente, precedendo-os de perto, um grande e estimulador obstáculo à nossa marcha para um futuro cada vez mais promissor. É essa têmpera, e não só as possibilidades materiais que nos prodigalizou a natureza,

que de nós faz um eterno "pals do futuro", sempre insatisfeito com o presente por não haver sido feito para longos períodos de tranquilidade e respeito, mas para a contínua busca de um porvir ainda melhor.

Cumpre, contudo, destacar, dentre a generosa gente brasileira, os homens da lavoura. Povoadores, por excelência do território conquistado para a civilização, eles é que asseguraram, com seus sacrifícios e pelas suas realizações, a perpetuidade da conquista, e ao encerrar-se a era heróica das bandeiras, a eles é que coube empunhar e alimentar o facho dos ancestrais, para dignificá-lo com novas façanhas, com novos triunfos, com novas glórias. Eles aqui se tornaram, praticamente, a base de tudo, e principalmente da economia nacional, animada pela sôpra de vida que lhe chega das pampas sulinas, das matas balneares, dos sertões nordestinos, dos campos matogrossenses, das montanhas mineiras, do planalto paulista, alimentada pelo ouro que lhe provém do café, do algodão, do cacau e de tantas outras riquezas que a lavoura diariamente acrescenta ao nosso patrimônio, consolidando e fortalecendo o organismo da Nação.

É natural assim, Senhores, que de vós lideiros dessa parcela valerosa e essencial de lidadores da economia brasileira, partisse a iniciativa da luta contra as dificuldades com que de novo nos defrontamos e que atingem, neste instante, fase particularmente aguda. E respondes-vos a fazê-lo com um ânimo e um descontento que não desmerecem da herança que vos coube, de há muito, na partilha das responsabilidades nacionais. Reunindo-vos aqui para o debate dos vossos problemas, manifestais a plena consciência, que tanto vos distingue, do papel que vos foi distribuído na nova fase de atividades vitais em que nos encontramos, papel básico, fundamental, de cujo êxito depende a vitória que procuramos alcançar sobre as novas e perturbadoras circunstâncias que ameaçam o normal desenvolvimento da nossa vida econômica.

A agenda desta Conferência constitui uma impressionante demonstração da vossa clivividência dos problemas em que se debate o setor de atividades que representam, setor básico da nossa economia. Todos os grandes tropeços que a lavoura vem encontrando ultimamente para pôr-se à altura das circunstâncias ali estão assinalados, para que possais examinar e debater. E para que esse exame e esses debates se processem com objetividade, tivestes o cuidado de promover, utilizando-vos dos vossos próprios meios, um completo levantamento da situação da agricultura em todo o território nacional. Estais habilitados, assim, a lançar os rumos da economia rural, seja isoladamente, seja no conjunto de nossa vida econômica, e a distinguir e delimitar o papel que no desenvolvimento e aperfeiçoamento da produção agrícola devem representar os lavradores, de um lado, o governo, do outro, e de outro ainda os demais ramos da economia nacional e a própria coletividade em seu conjunto. Ciharão, dê-se modo, extraordinária objetividade os trabalhos desta Conferência, e com tal definição das responsabilidades as críticas que endereçardes seja ao Governo, seja a outros agrupamentos representativos das forças econômicas do País, assumirão o caráter de uma colaboração eminentemente construtiva e de alta significação para os interesses nacionais. Estou convicido, assim, dos bons resultados desta Conferência, que poderá marcar o início da fase de recuperação econômica com que todos contamos, para que, vencidas as dificuldades de toda ordem que caracterizam este instante da vida na-

cional, possamos entrar num período mais equilibrado e auspicioso de produção e de comércio.

Permiti-me, Senhores, que vos conclame à união, à união mais sólida e perfeita em torno dos vossos interesses, que se confundem com os da Nacionalidade. É sempre débil a voz dos desunidos, e a lavoura não conseguirá fazer-se ouvir se não soubber conciliar as conveniências individuais ou de grupos com os interesses mais gerais, e portanto mais respeitável, da classe inteira. E-me conforta, como Governador do Estado de São Paulo, verificar que a lavoura paulista pode oferecer no País o exemplo de sua união no momento em que se instala esta Conferência, destinada a aferir, a medir, a pesar todas as conveniências, mas sobretudo a cobellá-las entre si, para que a agricultura brasileira represente realmente, apesar de sua complexidade, uma peça intelectual, sólida, compacta da economia nacional, perfeitamente encaixada com as demais que asseguram o normal funcionamento do conjunto. As duas grandes agremiações de lavradores bandeirantes, a tradicional Sociedade Rural Brasileira e a dinâmica Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo, já por mais de uma vez se empenharam na defesa de pontos de vista dissemelhantes, de acordo com as legítimas aspirações dos respeitáveis grupos que representam. Mas jamais hesitaram, nos momentos oportunos, em olvidar passagens dissenções sempre que a união se impôs. Em harmonia apresentam-se elas agora neste recinto, como em harmonia se puzeram na elaboração das bases desta Conferência, cujo brilho muito irá dever, indistintamente, à ação de ambas, que souberam colocar todas as suas energias e toda a vasta e valiosa experiência dos seus associados, a serviço da grande causa da agricultura brasileira. Na figura de seus ilustres condutores, Srs. Luiz Piza Sobrinho e Irla Meinberg, e do Sr. Manoel Carlos Ferraz, Presidente da Comissão Organizadora desta Conferência, congratulo-me com todos os lavradores paulistas pelo exemplo da união patriótica com que se apresentam para discutir os problemas da economia agrícola do Brasil.

Mens Senhores,

Declarando, como Governador do Estado, instalada a III Conferência Rural Brasileira, quero, traduzindo os sentimentos da coletividade paulista, desejar a mais feliz permanência entre nós a quantos, provindos das diferentes regiões geo-econômicas do País, não mediram sacrifícios para abrilhantar com sua presença esta reunião, a cujos trabalhos auguro igualmente o maior êxito, pois deles está dependendo o bem-estar da Nação.

VIII — REUNIAO DOS SECRETARIOS DA AGRICULTURA

Realizou-se à tarde do dia 6, no Gabinete da Comissão Executiva da III Conferência Rural Brasileira, sob a presidência do Ministro Costa Pinto, uma reunião dos Secretários da Agricultura, que se encontravam em São Paulo, Srs. Victor Peluso Junior, de Santa Catarina; Enrico Ildebrando e Aurélio Ruschel, do Espírito Santo; José de Oliveira Rocha, do Paraná; Joaquim da Silva Tavares, do Distrito Federal; Luiz Pedreira Torres, da Bahia; Aluisio Costa, de Minas Gerais; Demóstenes Martins, de Mato Grosso; Bento Pires Dias, do Rio Grande do Sul, e José de Carvalho Janotti, do Rio de Janeiro.

Essa reunião foi convocada pelo próprio Ministro da Agricultura para um entendimento entre os responsáveis pela pasta da produção da República e das unidades federadas exatamente para

que se firmassem diretrizes a respeito dos problemas de interesse comum.

Falando inicialmente, o ministro Costa Porto chamou a atenção dos presentes para a situação que o País atravessa e que está a indicar maior prudência nas iniciativas, notadamente daquelas que visam a criação de novos serviços e de construção de obras.

Lembrou também o referido titular que devem ser evitados os serviços paralelos exatamente porque se tem verificado que o Ministério executa mal os serviços que lhe cabem, obstando toda a ação das Secretarias de Agricultura dos Estados. Essa irregularidade tem uma causa: o Ministério paga miseravelmente os seus técnicos e os chefes destes ficam inibidos de exigir mais do que eles fazem.

Insistiu por isso, o Ministro Costa Porto, para que todos os secretários emendassem esforços no sentido de encontrar uma forma de colaboração entre o Ministério e as Secretarias. Sugeriu, por exemplo, que ficasse a cargo das repartições da União os trabalhos de pesquisas, ficando as de extensão e fomento com os órgãos dos Estados.

No mesmo sentido, citando fatos elucidativos de ocorrências descritas, falaram diversos secretários entre os quais o do Rio Grande do Sul que lembrou a conveniência da coordenação de serviços do Ministério e das Secretarias através de uma comissão de planejamento de que fizessem parte funcionários estaduais e federais.

IX — DELEGADOS PRESENTES

Estiveram presentes por ocasião da instalação da III Conferência Rural Brasileira delegações dos diversos Estados entre as quais, anotamos as seguintes:

Srs. Paulo Fernandes — Francelino Hastos França — Elias de Araújo — Evalda Saramago Pinheiro — Milton Freitas de Souza e Srs. Alberto Ravache e Sra. Joaquim Sislino Rocha — Leopoldo Pedro da Silva — Moacir Pavageau — Alberto Ferraz — Senador Sá Tinoco — Julio Ferreira da Silva e Sra. Antonio Vieira de Macedo — Darcy de Mello Garcia — Brandão Caldas e Sra. J. T. de Castro Alves — Carlos da Matta Barcelos — Paranhos de Oliveira — Durval Garcia de Meneses — Arthur Tiban — Edgard Teixeira Leite e Sra. — Antonio de Arruda Camara e Sra. — Kurte Repsold — Geraldo Goulart da Silveira — Luiz Marques Pollano — Luis Simões Lopes — Nilton Ferreira de Paiva — João Vasconcelos e Sra. — Raul Di Dederichsen — Deputado Carvalho Sobrinho — Walter Ernesto de Araújo — Rubens Parrula e Sra. — Silvio Echenique e Sra. — João Maurício de Medeiros e Sra. — Fortunato Guarita — Deputado Napoleão Fontenelle — Senador Aquino Lima — Dr. Ben-Hur Medeiros — Deputado José Augusto — Deputado Artur Santos e Sra. — e Anuro Cavalcanti; Sr. José de Oliveira Rocha, secretário da Agricultura do Paraná, acompanhada de diretores do Departamento da Produção Vegetal — Silvano Alves da Rocha Loures — Jayme Canet — Dr. Mulla Villela Bittencourt — Dr. Jaziel Sotto Maior Lagos — Dr. Lyeto Grein de Castro Veloso — Dr. Miguel Mattkei — Dr. Asdrubal Bellegar — Dr. Oswaldo Andrejewski — Dr. Carlos Badzjak Junior — Dr. Homero Cordeliro, da Associação Rural de Jacareizinho e mais dez

delegados e assessores técnicos; Srs. Coronel Marcar Terra — Dr. Pedro Olympio Pires — Dr. Oscar Dindt Filho — Babluar Souza Marcarenhas e Sra. — Arno Arnel — Werler Paria — A. J. Renner — Coelho de Souza — Dra. Gilmur Estrela Paria — Gilberto Morais — Paulo Emilio Acloly — Dr. Elton Butlerrez, da Delegação da Produção Animal. Chegaram depois, do Ceará, 10 pessoas; do Maranhão, Srs. Oswaldo da Costa Nunes Freire e Sra., e mais 2 delegados; de Pernambuco, um representante da Associação Rural de Igarassu, Dr. Nelson Andrade Oliveira, e mais 3 delegados, da Bahia, chefiados pelo Secretário da Agricultura, os Srs. Dr. Armando Goes de Araújo — Antonio Paulo Goes de Araújo — Armando Augusto Goes de Araújo — Dilson Aguiar e Senador João Lima Teixeira; de Goiás, 5 delegados; do Piauí, Dr. Maranhão Castelo Branco e Dr. Paulo Carneiro; de Santa Catarina, Dr. Vitor Peluso Junior, Secretário da Agricultura; do Espírito Santo, Dr. Eurico Hildebrando Anello Ruschi, Secretário da Agricultura; de Minas Gerais, Sr. Joaquim Macedo e Sra., e mais 11 delegados; do Pará, Sr. Irval Correa Lobato — Mario Dias Teixeira — Romão Amodeo Junior — Stello Marajó — Nadir Bastos Genu — Benedito Carthe Ferreira — João da Costa Botelho e Nady Geny.

X — CONTRIBUIÇÃO DAS FEDERAÇÕES REGIONAIS

Ao tratar das deficiências do Relatório apresentada pela Comissão Organizadora da III Conferência Rural Brasileira assinou a Comissão Executiva do certame que na sua maior parte essas deficiências provinham da falta de não ter, a assessoria técnica, recebida em tempo hábil, a colaboração solicitada das Federações Regionais com fundamento num roteiro previamente estabelecido.

Este roteiro, se seguido, permitiria a fusão daqueles relatórios num único documento que apresentasse uma visão geral do atual estágio de desenvolvimento da agricultura brasileira.

No entanto, somente, parte das Federações entregou a sua colaboração e mesmo assim, algumas depois do prazo fixado e que permitia alguns dias apenas para a elaboração do Relatório Geral.

Mereceram, todavia, da citada comissão especial referência os Relatórios de Federações enviados à III Conferência Rural Brasileira e que se referem aos Estados do Rio de Janeiro, da Paraíba, de Pernambuco, de Goiás, de Santa Catarina, do Ceará, do Maranhão e do Distrito Federal. Trata-se, como se vê, de um número reduzido relativamente ao total das Estados participantes da reunião.

Há, que assinalar, entretanto, que certos Estados como São Paulo, Bahia e outros, apresentaram proposições isoladas dentro do temário, deixando de apresentar o que mais interessava que era uma demonstração precisa do estado de sua agricultura através de características fixadas pelo roteiro citado.

A deficiência da representação de São Paulo pode ser justificada em parte em primeiro lugar porque cabia à sua Federação organizar a Conferência tendo por isso responsabilidade na forma do Relatório Geral; em segundo lugar porque a Secretaria da Agricultura apresentou um trabalho intitulado "Panorama Geral da Agricultura Paulista", cujo esboço geral está dentro do roteiro fixado para os trabalhos regionais.

A inexistência de Relatórios Regionais para todas as unidades da Federação Brasileira fez com que os relatórios recebidos fossem divulgados isoladamente ao lado das teses específicas aqui enviadas à F. A. R. E. S. P. e do Relatório sobre a situação atual da Agricultura Brasileira preparado pela Comissão Organizadora após o encerramento do prazo para o recebimento de trabalhos das Federações Regionais.

O relatório apresentado pela Federação das Associações Rurais do Maranhão cuida naquele Estado dos seguintes aspectos da situação de sua agricultura: 1) Assistência Técnica; 2) Suprimento de Bens de Produção e Serviços; 3) Comercialização de produtos agrícolas; 4) Crédito rural; 5) Assistência Social; 6) Tributação; 7) Associativismo; e 8) Reforma agrária. Infelizmente, deixa de apresentar conclusões gerais com base na interessante análise que faz da agricultura naquele Estado.

O relatório apresentado pela Federação das Associações Rurais do Estado de Santa Catarina, distingue-se especialmente por ter cada uma de suas partes sido entregue a um especialista, fugindo um pouco das condições de um relatório sobre a situação da agricultura, naquele Estado, esse

relatório trata, sob a forma de considerações gerais, proposições e conclusões dos seguintes assuntos: 1) O emprego de recursos na campanha da produção; 2) armazenamento; 3) assistência técnica; 4) maquinaria; 5) assistência ao produtor de trigo; 6) sugestões para modificações nas disposições que regula uma convocação para o Serviço Militar; 7) seguro agrário; 8) assistência técnica no setor da motomecanização da lavoura; 9) sistema de comércio na produção pecuária; 10) crédito rural.

O relatório que a F. A. R. E. C. apresenta à III Conferência Rural Brasileira foi elaborado pelo Deputado Guilherme Gouveia e se distingue pelas seguintes partes: 1) Regiões agrícolas e seus característicos; 2) as sêcas e obras de defesa; 3) produção agrícola; 4) pecuária; 5) minérios; 6) indústrias.

A Federação de Goiás, apresenta interessante trabalho sobre o seu Estado, distribuído nas seguintes partes: 1) Introdução; 2) desenvolvimento agrícola; 3) previsão para a safra de 1954; 4) custo de produção; 5) mercados consumidores; 6) cafeicultura; 7) tratores; 8) pecuária; e 9) arregimentação da classe rural.

Casa da Agricultura

Por motivos supervenientes, foi adiada a inauguração da nova sede da Sociedade Nacional de Agricultura.

Um dos motivos da transferência da data de 16 de janeiro, antes anunciada nesta revista, foi o atraso da entrega, pelo escultor Paulo de Mazzucchelli, da herma do Presidente Getúlio Vargas, que será colocada no hall do edifício.

Como se sabe, além de ter o Sr. Getúlio Vargas assinado o decreto de doação do terreno, onde se ergue hoje a "Casa da Agricultura", era o saudoso estadista Presidente de Honra da instituição.

Oportunamente, por todos os meios de publicidade, a solenidade da inauguração será devidamente anunciada.

A Federação Pernambucana, impossibilitada de executar um relatório completo sobre a situação de sua Agricultura, enviou dados sobre assistência técnica, crédito e assistência social.

A Federação do Estado da Paraíba encaminhou um relatório onde são tratados os seguintes assuntos: 1) Assistência técnica; 2) suprimentos de bens de produção e serviços; 3) comercialização; 4) crédito rural; 5) assistência social; 6) tributações; 7) associativismo e 8) reforma agrária.

O final do relatório apresenta um grupo de conclusões relativas aos problemas abordados.

O relatório apresentado pela Sociedade Nacional de Agricultura, referente às condições da Agricultura no Distrito Federal, destaca-se por análise e conclusões sobre: assistência técnica, suprimento de bens de produção e serviços, comercialização, crédito rural, assistência social, tributação, associativismo, reforma agrária e outros assuntos.

Caracteriza-se o relatório do Distrito Federal pela inclusão de amplos, interessantes e atualizados dados estatísticos.

A Federação do Estado do Rio apresenta um relatório sobre a agricultura no seu Estado, do qual se destacam os capítulos que tratam de dados gerais, produção agrícola, produção animal, assistência técnica, suprimento de bens de produção e serviços, comercialização, crédito rural, assistência social, tributações, associativismo e reforma agrária.

Releva salientar que o relatório sobre "A agricultura no Distrito Federal", da Sociedade Nacional de Agricultura, foi publicado no número de setembro a outubro de 1954 da revista "A Lavoura", da Sociedade Nacional de Agricultura.

XI — CONCLUSÕES DO RELATÓRIO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Entre as conclusões do estudo realizado pela Sociedade Nacional de Agricultura, relativamente à agricultura, no Distrito Federal, destacam-se as seguintes conclusões:

1.º É satisfatória a relação entre o número de engenheiros agrônomos e a área cultivada no Distrito Federal;

2.º Há um elevado déficit de engenheiros agrônomos em nosso país;

3.º É muito pequeno o número de engenheiros agrônomos no quadro do Ministério da Agricultura;

4.º É um problema de mais alta relevância a distribuição aos pequenos lavradores, de sementes selecionadas e de alto poder germinativo e pureza;

5.º Essa distribuição deve ser feita, na medida do possível, através de órgãos de classe, como Associações Rurais, Cooperativas de Produção, etc.;

6.º A distribuição de sementes hortícolas nos lavradores do Distrito Federal, vem sendo feita em bases razoáveis;

7.º É pequeno o número de engenheiros agrônomos prestando assistência direta de defesa sanitária vegetal no Distrito Federal;

8.º É muito pequeno o número de profissionais qualificados, auxiliando os agrônomos nos serviços de fomento agrícola;

9.º É de mais alta importância salientar que a Sociedade Nacional de Agricultura mantém, desde 1897, uma escola profissional agrícola;

10.º A Escola de Horticultura Venâncio Belo precisa ter maiores auxílios para que possa ampliar mais a sua atividade;

11.º — É pequeno ainda o suprimento de adubos aos agricultores;

12.º Devem de ser tomadas medidas que visem o barateamento do custo dos fertilizantes e fungicidas, visando o maior incremento do defolho sanitário vegetal, e o mesmo, em relação aos adubos, visando a fertilidade dos solos;

13.º É indispensável que se resolva, no Distrito Federal, o aproveitamento de enorme volume de lixo de milho, como adubo para a agricultura;

14.º Já se vem prestando alguma assistência aos lavradores do Distrito Federal no setor de máquinas e ferramentas agrícolas;

15.º É sem dúvida muito interesse ante a possibilidade de assistência através do preparo de áreas para plantio por meio dos conjuntos mecanizados;

16.º O elevado preço das máquinas e ferramentas agrícolas dificulta, sobretudo, a sua aquisição por parte dos lavradores, sendo muito interessante as modalidades de empréstimos e a sua aquisição com abatimento, ou mesmo, pelo preço de custo;

17.º O mercado do Distrito Federal oferece amplos possibilidades para os produtos das chamadas "culturas de subsistência";

18.º É defensável a fixação em bases adequadas, de preços mínimos para os produtos agrícolas;

19.º Tanto o Banco do Brasil como o Banco da Prefeitura do Distrito Federal vêm procurando auxiliar os lavradores do Distrito Federal através de suas carteiras de Crédito Agrícola;

20.º O crédito agrícola especialmente destinado aos pequenos lavradores precisa e deve ser intensificado;

21.º Cooperativas de crédito rural, constituem, sem dúvida, uma das mais eficientes maneiras de sua distribuição;

22.º É preciso ampliar as reservas para o crédito destinado à agricultura, pois as disponibilidades das carteiras de crédito agrícola são ainda muito pequenas em relação ao número de agricultores que elas precisam atender. A recente criação da CENAER visa modificar substancialmente o problema;

23.º Não existe, a rigor, uma verdadeira assistência social prestada ao rural do Distrito Federal;

24.º A extensão da assistência social já existente no Distrito Federal até sua zona rural é uma medida que de imediato se impõe;

25.º É contra-indicada e perigosa a extensão pura e simples da atual legislação trabalhista para o campo;

26.º É inaproveitável uma imediata e segura legislação trabalhista rural que atenda a suas necessidades em seus múltiplos aspectos;

27.º As medidas visando amparar os lavradores do Distrito Federal são justas e constituem motivo de estímulo para a exploração agrícola;

28.º A isenção do pagamento do imposto territorial nas bases em que é concedida aos lavradores do Distrito Federal merece ser estendida a todo o país;

29.º Tendo em vista a reduzida área agrícola do Distrito Federal e a natureza especializada das que se dedicam às atividades agrícolas, parece mais interessante que em lugar de Associações Rurais propriamente ditas, seja estimulada a criação de associações especializadas, tais como Associações de Avicultores, de Citricultores, de Horticultores, de Horticultores, Apicultores, etc.;

30.º) No Distrito Federal o governo deverá promover medidas no sentido de que seja viável e imediata a formação do chamado "cinturão verde", para garantia de seu abastecimento;

31.º) O excesso de loteamento para fins imobiliários tem contribuído para dificultar a expansão da Agricultura no Distrito Federal;

32.º) Releva ponderar que qualquer reforma agrária deve ser cuidadosamente estudada, pois uma alteração drástica na atual estrutura do meio rural pode trazer graves conseqüências de ordem econômica e social, ao invés de promover um melhor ajustamento social e econômico, como deve ser seu objetivo precípuo.

XII — DELEGAÇÕES DOS ESTADOS QUE TOMARAM PARTE NOS TRABALHOS

Foi a seguinte a composição das delegações dos Estados que estiveram presentes nos trabalhos da III Conferência Rural Brasileira realizada em São Paulo:

TERRITÓRIO DO AMAPÁ

Olimpio José dos Santos.

ESTADO DA BAHIA

Armando Goes de Araujo,
Dr. Haydée Adoni Goes de Araújo,
Dra. Alair Lopes Siglon,
Napoleão Lopes Filho,
Demosthenes Paulo da Matta,
Luiz Pedreira Torres,
Olimpio Baldino da Costa Vargens.

ESTADO DO CEARÁ

D. Inah Barbosa Teles,
Moisés Guimarães Coelho,
Plemon Fernandes Teles,
Hildebrando Torres Espinola,
Guilherme Telles Gouveia,
Deputado Paulo Sarisate Ferreira Lopes.

DISTRITO FEDERAL

Alberto Ravache,
Luiz Rocha de Alencar,
Paulo Iguelo de Almeida,
Antônio de Arruda Câmara,
Mário Ribeiro Bastos,
Flávio da Costa Brito,
Jerônimo Coimbra Bueno,
Benjamin Soares Cabello,
Antonio Andrade Coelho,
Jerônimo Antonio Coimbra,
José Enrico Dias Martins,
Aluísio Lobato Vale,
Augusto de Oliveira Lopes,
Alvaro Batista de Magalhães,
Renato Gonçalves Martins,
Arthur Miranda Bastos,
Agostinho Montelro,
Deputado Chysanto Moreira da Rocha,
Walter Mors,
R. A. de Oliveira Mota Filho,
Vaidiki Moura,
Darwin R. Paranhos de Oliveira,
Walter Felixoto,
Luiz Marques Pollano,
D. Ivone Zanotia Ravache,
Senador Apolônio Salles,

George Lee Schuster,
Leopoldo P. da Silva,
Geraldo Goulart da Silveira,
John Staley Stiles Jr.,
Joaquim Alfredo da Silva Tavares,
Edgard Telxela Leite,
Arthur Oberlaender Tiban,
Arthur E. M. Torres Filho,
William Charlton Tucker,
George W. Ware.

ESTADO DE GOIÁS

Dr. José Paulo Silveira Cabral,
Joaquim Câmara Filho.

ESTADO DO MARANHÃO

João Pedro da Costa Nunes,
Delei Araújo Thermes Freire,
Oswaldo da Costa Thermes Freire.

ESTADO DE MATO GROSSO

Demostenes Martins,
Aires de Moura Junior.

ESTADO DE MINAS GERAIS

Fidelino Viana de Araújo Filho,
Helo de Almeida Brum,
Alvaro A. da Silva Campos,
Aloysio Costa,
Isaac Ribeiro Ferreira Leite,
Josaphat Macedo,
Catulino Novais,
Nilton Ferreira de Paiva,
José Soares de Plugelredo,
Carlos Eugênio Thibau,
Marta Aparecida Thibau,
Domeliano José Lemos,
Valdemar da Rocha Viana,
Gustavo do Valle,
Gentil Nascimento,
Anchieta Guimarães,
Valdemar Cardoso de Menezes.

ESTADO DO PARÁ

Romão Amóêdo Junior,
Benedito Calte Ferreira,
Iral Corrêa Lobato,
Stello de Mendonça Maroja,
Saint Clair L. Martins,
Terezinha Loureiro dos Santos.

ESTADO DA PARAIBA

D. Helena Correia de Albuquerque,
Cícero Honorato Leite,
Altino da Cunha Rego,
Lafayette Pires Ferreira,
D. Iris França de Oliveira,
D. Rita Amavel Gadêlha,
Pedro Cabral Gondim,
José Leal de Albuquerque,
Laudimiro Leite de Almeida,
Avanir Pessoa Lucena,
João Marcelo de Medeiros,
Hilton Moreno Marinho,
José Medeiros Souza,
Luiz Antonio de Medeiros,
D. Neuza Cantalice de Medeiros,
Moneyr Nobrega Monte Negro,

D. Iole Cavaleanti Montenegro,
Edison Montenegro da Cunha,
Salvino de Oliveira Filho,
José Ignácio de Queiroz,
Octacílio Nobrega de Queiroz,
Alberto Silva Rego,
Lauro P. Xavier,
Antonio D'Ávila Luiz,
D. Helena S. D'Ávila Luiz.

ESTADO DO PARANÁ

Asdrubal Bellegard,
Geraldo Gomes Beltrão,
Darío Vilela Bittencourt,
Carlos Bodziak Junior,
D. Anita L. Canet,
Jayme Canet,
Leonidas Vicente de Castro,
Homero Cordelro,
Clovis Cordelro,
Arthur Hoffig,
Affonso Junqueira Franco,
Mario Marcondes Loureiro,
Miguel Matskel,
Jaziel Sotto Maior Lagos,
José de Albuquerque Moura,
Dr. Nestor de Oliveira,
Merco Prudente Corrêa,
Cid Rocha,
Jose de Oliveira Rocha,
Sylvano Alves da Rocha Loures,
Paulo Christiano dos Santos,
Lycio Grein de Castro Vellozo.

ESTADO DE PERNAMBUCO

Amaro Cavalcanti,
Avelino Bezerra,
Lauro Borba,
Aluizio Fragozo Costa,
Xisto Albano de Azevedo Guedes,
D. Alzira Figueiredo Andrade de Oliveira,
Arnaldo Pelxoto dos Santos de Oliveira,
D. Maria do Céu de Oliveira,
Nelson Andrade de Oliveira

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

José Galiano das Neves,
J. T. de Castro Alves,
Elias de Araújo,
Carlos da Matta Barcellos,
Paulo da Silva Fernandes,
Alberto Ravache,
Francelino Bastos França,
Yeda Victor França,
Ralph E. Hansen,
José de Carvalho Janotti,
Ewildo Saramago Pinheiro,
Victor J. Pra Sisto,
Julio Ferreira da Silva,
D. Maria Izabel Sake C. Tibirica,
Antonio Vieira de Macedo,
D. Elizabeth Williams.

ESTADO DO PIAUÍ

Paulo Carneiro da Cunha,
Mariano Calozo, Castello Branco.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Paulo Emilio da Silva Accioli,
Arno Fernando Arnt,
Oscar Daudt Filho,
João Coelho de Sousa,
Manoel Corrêa Soares,
Bento Pires Dias,
Aureo M. Elias,
D. Zulema de Moraes Elias,
D. Gulomar Estrella Paria,
Werter Paria,
Elton Adão Gutierrez,
Baibino de Souza Mascarenhas,
Pedro Olimpio Pires,
A. J. Renner,
Fernando C. Rlet,
Tristão Sueupira Viana,
Marechal J. Terras.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Alfredo Blumer,
Elias Machado Lima,
D. Odalécia Fantazzini Lima,
Victor Antonio Peluso Junior,
Roberto Waldyr Schmidt.

ESTADO DE SÃO PAULO

Francisco Adelino Teixeira de Aguiar,
Lauro Pedrosa,
Sergio Eduardo Piva,
Ranhal Sales Sampaio,
Ida Malani Almeida,
Daria Ferreira Guarita,
José Ferreira Maia,
Sebastião Ferreira Mala,
Benjamin C. Mello,
Alvaro Afonso Naselmento.

Formulas de Adubos

CADAL

PARA TODAS AS CULTURAS

TRIGO
FLORES
LARANJEIRA
ABÓBORA
CENOURA
TOMATE
MILHO
FUMO
CANA
CAFÉ

Exames
gratuitos
de terra

Atendemos
a disposição
dos Srs.
fazendeiros

CADAL, A
MAIOR
ORGANIZAÇÃO
NO DISTRITO FEDERAL
A SERVIÇO DA LAVOURA.

UM PRODUTO COM "CADAL" SIA INDUSTRIAL
A GARANTIA DA SIA INDUSTRIAL DE SÃO PAULO

AGENTES EXCLUSIVOS DO SALITRE DO CHILE
PARA O DISTRITO FEDERAL, ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E CHILE
ESCRITÓRIO: AV. PRESIDENTE VARGAS, 149-91 ANDAR, TEL. 43-7022
FABRICA: AV. AUTOMÓVEL CLUBE, 4160 - ACARI - RIO DE JANEIRO

- Carlos Castro Neves,
 José Afonso Primo,
 Jorge Quintilliano,
 Antonio Benito,
 Itamar de Calado Castro,
 Armando de Carrêa de Siqueira,
 Armando Le Voel,
 Euelydes Telles Rudge,
 João Rodrigues Borges,
 Raphael de Moura Campos,
 Sandoval Colmbra,
 Raymundo de Castro Diniz,
 Carlos Meinberg,
 Irls Meinberg,
 Darlo de Oliveira e Silva,
 Luiz Fortunato Moreira Ferrelra,
 Lingard Miller Palva,
 Helle Miranda,
 Vicente Bellini,
 Octavio Telxela Mendes Sobrinho,
 João de Pádua Lima,
 José Pelleissone,
 Euler Junqueira Franco,
 Dr. José Ignácio Camargo Penteadó,
 Adalberto do Amaral,
 Ruy Barbosa Luz,
 Thome Botelho Villela,
 José Augusto Vieira,
 Eduardo Roberto Daher,
 Carlos Piza Figueira de Melo,
 Galileu Bleudo,
 Sebastião de Barros Martins,
 Carlos Mazzuco,
 Ademir Clemente Nunes,
 Romeu Ribas Esteves,
 Helle Navarro da Cruz,
 Antonio Pacheco de Almeida Prado,
 Antonio Sant'Ana Galvão,
 José Cassiano Gomes dos Reis Junior,
 José Cassiano Gomes dos Reis,
 Flávio d'Angleri,
 João Senra,
 José Roberto Alfieri,
 Fernando Botelho Villela,
 Paulo Junqueira,
 Tufi Madl,
 Rubens de Paula Eduardo,
 João Sanchez Rossellai J.,
 Katsutoshi Naito,
 Nicanor de Camargo Neves,
 Cami Jorge Racy,
 Berthe Julienne Courbez,
 Pablo R. Yassuda,
 Luiz Vicente Figueira de Melo,
 Luiz de Toledo Piza Sobrinho,
 Marlo de Andrade Bastos,
 Christlano Palácios,
 Antonio Telxela Mendes Neto,
 Marlo Humberto Fiore,
 Thomaz A. Whately,
 Paulo Hirakawa,
 José Pires de Almeida,
 José Gomes da Silva,
 Joaquim Alves de Menezes,
 Silvio Galvão,
 Odil Vasquez Martinez,
 Durval Accioli,
 Julio Flavio Accioli,
 Paulo Fragoso Colmbra,
 Eneas Cintra da Silveira,
 José Procopio do Amaral,
 Luiz Duarte Silva,
 Alceu Nogueira Soares,
 Paulo Guzzo,
 Dr. Rubelli Marassi,
 Adeleke Rossitto,
 Antonio Ceslo Padua Lima,
 Castor Perelra Cordelro,
 Heltor Carvalho Gomes,
 Camilo Vanni,
 Geraldo Martins de Azevedo,
 Wilson Cordelro Brito,
 Juvenal Domingos Martins Lopes,
 Plinio de Oliveira Adams,
 Salvo de Alencida Azevedo,
 Adellna Bastos Accioli,
 Luiz de Freitas Bueno,
 Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho,
 Prancelseo F. Barreto,
 Arnaldo de Camargo,
 Olavo Camargo Silveira,
 Raul Renato Cardozo de Mello Filho,
 Cassio Pinto Cesar,
 Dr. Alda Borges Colmbra,
 Amadeu D. Conceição Junior,
 Dr. Lableno da Costa Machado,
 D. Cellna Cunha,
 Walter Worley Fain,
 Cav. José de Alarcon Fernandes,
 José Maria Fernandes,
 Manoel de Barros Fernz,
 Prancelseo Frola,
 Luiz Henrique Frola,
 João Gizotta,
 Acacio Gomes,
 Rodrico Gulmarães,
 Gervasio T. Inoue,
 Alkindar Montelro Junqueira,
 D. Cilda Ferrelra Junqueira,
 Helle Rubens Junqueira Caldas,
 José Barros Junqueira,
 D. Maria Evangelina Junqueira Caldas,
 D. Diva Reynaldo Kuniz Busch,
 Walter Lazzarini,
 Zoroastro Leme,
 José Ataliba Leonel,
 Osmany Rodrigues Lima,
 Helle Luz,
 Antonio de Castro Magalhães,
 Donato Mascarenhas Filho,
 Carlos Henrique Meinberg,
 D. Tildinha de Melo Meinberg,
 João de Moraes Barros,
 D. Odyra de Mello Ferrelra,
 Antonio José Botelho Netto,
 João Câmara Nélva,
 José Gallano das Neves,
 Fernando Nobre Filho,
 Marlo Penteadó de Faria e Silva,
 José Peres Romero,
 Otavio Pettini,
 D. Analla Rocha Naselmento,
 D. Maria do Carmo de Quelroz Telles Rudge,
 Clovis de Salles Santos,
 Helle Sampaio,
 Vanda Sampaio,
 Carlos Alves de Belxas,
 Felipe Rodrigues de Siqueira Netto,
 Belzario Alves Fernandes Távora,
 Alério Floriano de Toledo,
 Francisco Antonio de Toledo Piza,
 Otacilio Temanick,
 Leven Vampre,
 Carlos Vidigal,
 Victor C. Del Mazo Juarez,
 Lucia Margarida Ramos Villela,

Ciro Werneck de Souza e Silva,
Hans G. Wissling,
Angelo Zanini.

Compareceram, também, o sr. Nicola Ambro-
zini, da Itália, e o sr. Ferdinando Macri, represen-
tante do Consulado Italiano.

XIV — CONTRIBUIÇÕES APRESENTADAS

Entre as diversas contribuições apresentadas à
III Conferência Rural Brasileira, podemos desta-
car as seguintes:

Importação de batatas para o plantio e dis-
tribuição de sementes (Associação Rural de Mallet,
Paraná); Seleção de plantio por zona (Divisão de
Defesa Sanitária Animal do Paraná); Fomento
patrocinado por entidades particulares como meio
auxiliar de recuperação da produção agrícola
(Acácio Gomes); Problemas da pesca no nordeste
e pesca marítima (Federação das Associações Ru-
rals do Estado do Ceará); Terras, adubação e saú-
de (Oscar Daudt Filho, Rio Grande do Sul); Venda
de reprodutores (Associação Rural de Mallet); A
creche rural como arma de combate ao êxodo e de
revitalização da agricultura (Sociedade Luiz Pereira
Barreto); Criação de escolas especializadas (Asso-
ciação Rural de Mallet); Aumento econômico na-
cional, reflorestamento natural e artificial e orien-
tação técnica e financeira (Paulo Cristiano dos
Santos); Inclusão do Rio de Janeiro no plano de
energia elétrica do Vale de São Francisco (France-
lino Bastos França, Federação das Associações
Rurais do Rio de Janeiro); Conjuntos de máqui-
nas agrícolas nos municípios (Vale de Souza);
Venda de parte do acervo do I. B. C. em Colatina
(Manuel A. Moreno); Uso de maquinária agrícola
(Associação Rural de Cornélio Procopio); Revenda
de maquinária (Nelson Lohatol); Recuperação da
lavoura nacional através da redução dos preços
de importação dos produtos essenciais às ativida-
des rurais (Fernando Pentecosta Cardoso); Priori-
dade cambial para os leilões especiais de cambiais
utilizáveis na importação de produtos essenciais à
lavoura brasileira (Heloísa Pereira de Sampaio);
Crédito pessoal ao agricultor (Associação Rural de
Itabuna, Bahia); Lavoura mecanizada do pequeno
lavrador (Estanislau Giuszycski); Alimentos con-
centrados (J. T. Castro Alves); Reforma agrária
(J. Daudt Filho, Rio Grande do Sul); Apontamen-
tos para uma reforma agrária no nordeste (Fe-
deração das Associações Rurais do Estado do
Pará); Creches rurais (Olavo Silveira Camargo);
Associativismo rural (A. Matiskel); União da clas-
se (Cooperativa dos Plantadores de Fumo do
Pará); Aproveitamento das terras devolutas atra-
vés de cooperativas (Valdemar da Rocha Viana,
Associação Rural de Juiz de Fora); União das
cooperativas em face da lei 159-A, de 1947, que
modifica dispositivos anteriores referentes ao

cooperativismo. Voto das cooperativas nas assen-
bléas das Federações de Associações Rurais e rela-
ção da Cooperativa Central dos Cafelicultores (Ciro
Werneck de Souza e Silva).

A todos os grupos de trabalho foram entree-
gues, além do relatório geral elaborado pela co-
missão organizadora da III Conferência Rural
Brasileira e que foi preparado para servir de ponto
de partida para a elaboração da Carta Agrícola
Nacional destinada a retratar a situação da agri-
cultura brasileira, relatórios sobre as condições
econômicas regionais elaborados pelas Federações
das Associações Rurais do Rio de Janeiro, Paraíba,
Santa Catarina, Ceará, Maranhão, Paraná e Goiás,
e ainda por diversas organizações, como a Socie-
dade Nacional da Agricultura.

XV — CONSTITUIÇÃO DAS MESAS DE DISCUSSÃO

Inicialmente, ficaram assim constituídas as 5
mesas de discussão e respectivos subgrupos:

1.º grupo — Presidente, Sr. Augusto de Oli-
veira Lopes (Distrito Federal); relator-geral, Sr.
Heloísa Grein de Castro Veloso (Paraná). Subgrupo
"A" — Produção Agropecuária — Presidente, Sr.
Dario Ferreira Guarita (São Paulo), relator, Sr.
Jaziel Sotto Maior Lagos (Paraná). Subgrupo "B"
— Extensão e Ensino — Presidente, Sr. Oscar
Daudt Filho (Rio Grande do Sul); e relator, Sr.
Mário Murecondes Loureiro (Paraná) e mais nove
membros integram o 1.º grupo.

2.º grupo — Presidente, Sr. Jaime Canet (Pa-
raná); relator-geral, Sr. J. T. de Castro Alves
(Rio de Janeiro). Subgrupo "A" — Suprimento
de bens de produção — Presidente, Sr. Nadir Bas-
tos Genon (Pará); relator, Sr. Felipe Rodrigues
Siqueira Neto (São Paulo). Subgrupo "B" — Ser-
viços — Presidente, Sr. Manoel Carlos Ferraz de
Almeida (São Paulo); relator, Sr. Ciro Werneck
de Souza e Silva (São Paulo) e mais nove mem-
bros que integram o 2.º grupo.

3.º grupo — Presidente, Sr. Edgard Teixeira
Lente (Distrito Federal); relator-geral, Sr. Evaldo
Saramago Pinheiro (Rio de Janeiro). Subgrupo
"A" — Política monetária — Presidente, Sr. Luiz
Vicente Figueira de Mello (São Paulo); Relator,
Sr. Sabino de Leonelo — Presidente, Sr. Arminado
Gols de Araujo (Bahia); relator, Sr. Sílvio Gólvao
(São Paulo). Subgrupo "C" — Seguro Agrícola —
Presidente, Sr. Manoel Demosthenes (Goiás); rela-
tor, Sr. Julio Ferreira da Silva (Rio de Janeiro) e
mais dez membros integram o 3.º grupo.

4.º grupo — Intervenção do Estado na Econo-
mia — Presidente, Sr. Luiz Piza Sobrinho (São
Paulo); relator, Sr. Laudelino de Almeida (Paraíba),
e mais cinco membros.

5.º grupo — Presidente, Sr. Paulo Fernandes
(Rio de Janeiro); relator-geral, Sr. Raul Renato

"SELEÇÕES AGRÍCOLAS"

REVISTA MENSAL

Direção — Eurico Santos — Sylvio Leal — M. Nunes

Assinatura anual — Cr\$ 50,00

Número avulso — Cr\$ 5,00

Avenida Nilo Peçanha, 26-12.º — Tel.: 32-6163 — Rio de Janeiro — Brasil

Cardoso de Mello Filho (São Paulo), Subgrupo "A" — Estrutura agrária — Presidente, Sr. Balbino Mascarenhas (Rio Grande do Sul); relator, Sr. Raul Renato Cardoso de Melo Filho. Subgrupo "B" — Bem-Estar e Assistência Rural — Presidente, Sr. Otacilio Nobrega de Queiroz (Paraná); relator, Sr. Ben-Hur Raposo (Distrito Federal). Subgrupo "C" — Associativismo e Cooperativismo — Presidente, Sr. Luis Rocha Alemeir (Serviço de Economia Rural); relator, Sr. Antonio de Arruda Camara (Sociedade Nacional de Agricultura) e mais onze membros integram o 5.º grupo.

Iniciados os trabalhos foram feitas, de acordo com as diversas delegações, algumas modificações nas mesas de discussão.

No subgrupo B, do grupo 1, por exemplo, a presidência passou ao Prof. Geraldo Goulart da Silveira, da delegação da Sociedade Nacional de Agricultura.

XVI — DELEGADOS COM DIREITO A VOTO

De acordo com a legislação que regula a realização das assembleias da Confederação Rural Brasileira e na forma dos estatutos dessa entidade, foi a seguir a indicação numérica, por Estados, de delegados com direito a voto nas sessões plenárias:

Pará, 3; Maranhão, 4; Piauí, 3; Ceará, 5; Rio Grande do Norte, 3; Paraíba, 2; Pernambuco, 4; Sergipe, 3; Bahia, 3; Espírito Santo, 2; Minas Gerais, 4; Rio de Janeiro, 3; Distrito Federal, 4; Grande do Sul, 4; Goiás, 3; Alagoas, 2 e Mato São Paulo, 6; Paraná, 3; Santa Catarina, 3; Rio Grosso, 3.

XVII — A COLABORAÇÃO FEMININA NA III CONFERÊNCIA RURAL BRASILEIRA

Foi das mais eficientes a colaboração feminina durante a III Conferência Rural Brasileira, proporcionando às esposas dos delegados e demais membros participantes da mesma, uma vida social intensa, com visitas, recepções e passeios.

A frente da comissão feminina, a Senhora Iris Melnberg foi incansável. Um numeroso grupo de senhoras e senhoritas, quase todas e esposas e filhas de membros da F. A. R. E. S. P. auxiliou, de uma maneira brilhante, a Sra. Iris Melnberg, de modo que as esposas e filhas dos delegados à III Conferência Rural Brasileira tiveram oportunidade de visitar recantos pitorescos, obras sociais, etc.

XVIII — VISITAS FEITAS PELOS DELEGADOS

Aos delegados participantes da III Conferência Rural Brasileira foram proporcionadas várias visitas e excursões, entre as quais as seguintes:

- a) visita à usina termo-elétrica de Piratininga;
- b) visita à usina de Cubatão, onde foi oferecido aos participantes um almoço oferecido pela Light and Power Company Ltd;
- c) visita à Granja S. Martinho, em Campinas;
- d) visita ao Instituto Agronômico de Campinas, da Secretaria de Agricultura do Estado;
- e) visita à cidade de Santos;
- f) visita à Escola Industrial da Companhia Antártica Paulista, onde foi servido um magnífico banquete aos congressistas.

Além disso foram oferecidos aos congressistas:

- a) Um cocktail, oferecido pela Comissão Organizadora;
- b) Uma recepção no Hipódromo da Cidade Jardim, oferecido pelo Jockey Clube;
- c) Uma festa típica rural no Parque Ibirapuera, oferecido pela Comissão do 4.º Centenário de São Paulo.

XIX — REUNIÕES DAS MESAS DE DISCUSSÃO

Foram numerosas e sempre concorridas as reuniões das mesas de discussão onde foram debatidas, não só pelos componentes das mesmas, mas também por todos os delegados interessados, não só os relatórios regionais (Relatórios das Federações das Associações Rurais) e o relatório geral, organizado pela Comissão Organizadora, como também as diversas teses e trabalhos apresentados à apreciação da III Conferência Rural Brasileira, pelos delegados.

Após os debates e discussões, as mesas de discussão prepararam os seus relatórios que, aprovados pelos grupos, foram então enviados ao plenário para serem debatidos e votados pelos delegados visitantes.

XX — SESSÕES PLENÁRIAS

Igualmente numerosas e muito concorridas foram as sessões plenárias onde, não só o relator de cada grupo, como os demais delegados votantes, debateram exaustivamente todos os relatórios de grupos e moções apresentadas à III Conferência Rural Brasileira.

Os debates e discussões, em um ambiente de harmonia e respeito pelos diferentes pontos de vista relativos a cada assunto, foram os mais proveitosos e evidenciaram que a classe rural conhece bem os seus problemas e deseja que sejam os mesmos solucionados de tal forma que atenda aos seus anseios e promova o fortalecimento da economia nacional.

XXI — CONCLUSÕES E MOÇÕES APROVADAS

A III Conferência Rural Brasileira em São Paulo aprovou o relatório do 1.º grupo, presidido pelo Sr. Augusto de Oliveira Lopes, do Distrito Federal, que se dividiu em dois subgrupos, teve como relator-geral o Sr. Lycio Grein, do Paraná, e examinou onze contribuições que lhe foram distribuídas, a saber, do Sr. Newton Cortez da Silva, sobre serviços de acordo de Divisão de Defesa Sanitária Animal no Piauí; do Sr. Oswaldo da Costa Nunes, sobre o problema da eumpe no Maranhão; do Sr. Miguel Mariano Pomavádtzi (Paraná), sobre produção animal; do Sr. Miguel Guzeszczyszyn (Paraná), sobre importação de batatas para plantio e distribuição de sementes; do Sr. Acacio Gomes (São Paulo), sobre o fomento patrocinado pelas entidades particulares, como meio de auxiliar a recuperação agrícola; do Sr. José Cassiano Gomes dos Reis (São Paulo), sobre condições técnicas da produção de café no Brasil; do Sr. Nestor de Oliveira (Paraná), sobre indicações em torno da padronização de cereais, do Sr. Olavo Silveira Camargo, sobre a creche rural como arma de combate ao êxodo e de revitalização da agricultura, do Sr. Orlando Carvalho, sobre uma sugestão da Associação Rural de Mallet (Paraná) em torno da criação de escolas agrícolas; e do Sr. Horacio da Br. veira (São Paulo) sobre a fazenda-escola.

2.º grupo, presidido pelo Sr. Jaime Canet (Paraná) e relatado pelo Sr. J. T. de Castro Alves

(Rio de Janeiro), tratou de adubos e corretivos, alimentos concentrados, inseticidas e fungicidas, vacinas e medicamentos, maquinaria, águas e irrigação, energia elétrica, combustíveis, transporte, armazenamento e comercialização. Foi em tôo no dos trabalhos dêsse relatório principalmente quanto à energia elétrica e aos combustíveis, que se travaram os mais acalorados debates do certame.

Nesse grupo, examinou inicialmente a III Conferência Rural Brasileira, os trabalhos apresentados, sendo propostas as seguintes conclusões: 1 — que seja planejada a importação de adubos, a fim de garantir seu suprimento e não onerar seu custo; 2 — que seja promovida maior divulgação dos estudos e métodos de utilização do composto e do esterco; 3 — que se aproveite melhor o lixo das cidades para a rehumilhação dos solos agrícolas; 4 — que seja apressada a instalação da fábrica de fertilizantes amoniacais projetada junto à refinaria de Cubatão; 5 — seja facilitado o crédito para a instalação de moinhos de calcário destinados à correção dos solos.

Tratando de alimentos e concentrados, recomendou o conclave melhor utilização dos subprodutos da industrialização das sementes oleaginosas, muitas vezes exportadas com evidentes prejuízos para a pecuária nacional. Também se recomendou maior emprego de stios nas várias regiões do País, assim como maior difusão da cultura de leguminosas, seja para forragem seja para adubo verde.

Recomendou, também, que a mecanização com o emprego da tração a motor seja examinada com as reservas que aconselha a experiência dos nossos agricultores no emprego de tratores, implementos, combustíveis, lubrificantes e peças de substituição, importadas geralmente da área do dólar e utilizadas por pessoal não devidamente habilitado.

Sobre conservação e uso de água na agricultura recomendou a construção de um canal ligando o São Francisco ao Itapicuru. Foram lembradas também maiores facilidades para importação de equipamentos de irrigação.

ESTRUTURA AGRÁRIA, BEM-ESTAR E ASSOCIATIVISMO

O 5.º grupo, presidido pelo Sr. Paulo Fernandes (Rio de Janeiro) e que teve como relator-geral o Sr. Raul Renato Cardoso de Melo Filho, tratou de assistência social. Decidiu a III Conferência Rural Brasileira ratificar o pensamento da classe já manifestado nas conferências anteriores e apelar para os poderes legislativo e executivo, no sentido "da mais rápida aprovação do projeto de lei que cria o Serviço Social Rural, atendendo-se às aspirações das classes rurais, que serão manifestadas através da diretoria da Confederação Rural Brasileira".

Na rubrica Associativismo foram aprovadas as seguintes recomendações: 1 — apelar para os poderes legislativo e executivo no sentido de ser convertido em lei o projeto número 311-B, da Câmara dos Deputados, que cria subvenção anual ordinária às organizações rurais; 2 — recomendar às Federações de Associações Rurais a intensificação dos trabalhos de organização da classe, promovendo a Confederação, por sua vez intensa campanha esclarecedora da relevante significação do associativismo; 3 — recomendar às entidades que realizem uma campanha no sentido da oblação da sede própria; 4 — recomendar à Confederação

Rural Brasileira o estudo urgente de um esboço de projeto de lei criando a taxa prevista no letra b do artigo 24 do decreto 11.127, empreendendo esforços no sentido de ser a medida posta em execução; 5 — encarecer às entidades de classe a necessidade do combate incessante ao isolamento rural, através de núcleos rurais e do aperfeiçoamento dos meios de comunicação, mediante serviços postal, telegráfico e telefônico; 6 — encarecer a necessidade de maior divulgação de toda matéria de interesse da classe rural, especialmente através da radiodifusão, e nesse sentido, pleitear do Ministério da Agricultura que, no mais curto prazo, sejam tomadas providências complementares para o funcionamento da Rádio Rural, cujo material já se acha adquirido, devendo, porém, os respectivos programas ser elaborados em íntima colaboração com a classe organizada; 7 — recomendar à Confederação Rural Brasileira e às suas filiais que sejam concedidas tôdas as facilidades aos associados, no sentido de incentivar a uso de contratos escritos destinados a remover dúvidas na execução de serviços, arrendamentos, parceria, etc.; 8 — encarecer perante as associações e autoridades a necessidade de ser intensificada a missão educativa através da divulgação de ensinamentos de racionalização da alimentação e de sanitarismo especialmente no que se refere ao combate às endemias.

Aprovou o certame as seguintes conclusões sobre cooperativismo: recomendar à C. R. B. o incentivo à organização cooperativa, através da propaganda e assistência que deve ser dada aos interessados para sua constituição; 2 — manifestar-se favoravelmente à constituição de cooperativas centradas de produtores, abrangendo zonas ou regiões de produção tipica, estaduais ou interestaduais; 3 — recomendar esforços da C. R. B. e federadas no sentido de ser mantida a tradição no direito brasileiro de somente serem admitidos, como associados das cooperativas em geral, pessoas físicas, respeitadas apenas as exceções já estabelecidas no decreto-lei número 22.239; 4 — recomendar a realização de uma campanha de âmbito nacional, a fim de ser dada melhor redação no artigo 25 e seus parágrafos e alíneas do projeto de reforma da lei cooperativa em curso no Congresso, no sentido de que as sobras apuradas pelas sociedades cooperativas e o retorno recebido pelos seus associados não constituam rendimento e, por isso, estão isentos do imposto sobre a renda; de que as sociedades cooperativas não incidam em impostos que requeiram sobre suas atividades mercantis e que também estejam isentos do imposto sobre a renda as sociedades cooperativas e os juros fixos até o limite de 12% ao ano, atribuídos às cotas partes do capital social; 5 — recomendar ao Instituto de Imigração e Colonização e aos órgãos estaduais de colonização que, em seus planos, seja dada especial atenção à formação de cooperativas agrícolas de trabalho em comum, às quais seriam cedidas as terras necessárias; 6 — opinar, em referência à aspiração de voto das cooperativas filiadas às Federações Rurais, que devem ser mantidas e observadas as disposições do artigo 50 do regulamento aprovado pela decreto 19.802, de 24 de outubro de 1945.

REFORMA AGRÁRIA

Aprovou-se ainda: 1 — manifestar-se no sentido de que a ampliação de dispositivos trabalhistas no campo deve obedecer a critério sociológico,

de modo a que não ocorra súbita e violenta subversão nas relações da empresa com o empregado pelo desrespeito nos processos naturais de interação social. Essa cautela, entretanto, não expressa um sentimento involucionista no que concerne às relações entre o capital e o trabalho, de vez que as classes patronais, fiéis às tradições cristãs, se dispõem a colaborar com o Estado, submetendo, sempre que possível os interesses pessoais aos da coletividade; 2 — manifestar-se pela necessidade da atualização das disposições do Código Civil sobre o arrendamento rural, com o encaminhamento no Congresso do projeto elaborado pela Comissão Nacional de Política Agrária, após os estudos e entendimentos com os órgãos representativos da classe; 3 — reconhecer a necessidade de se atualizar os dispositivos legais sobre impostos, servidões, queimadas, combate a pragas, tráfego de animais, regime de pastagens e uso de águas; 4 — reconhecer a necessidade de legislação no sentido de impedir a subdivisão da propriedade rural em condições anti-econômicas, como resultado da sucessão "causa-mortis" e de especulação imobiliária e recomendar à C. R. B. que, em entendimentos com suas federadas analise o problema pleiteando dos poderes competentes solução adequada para ele; 5 — pleitear do Ministério da Agricultura a edição de uma compilação das leis e dispositivos esparsos aplicáveis às atividades rurais; 6 — considerar indispensável uma mais equitativa distribuição das rendas provenientes de tributação, inclusive de órgãos de previdência e assistência social, em benefício da zona rural, atendendo à sua contribuição para a receita, devendo-se, outrossim, regulamentar a aplicação da cota municipal de imposto de renda destinada a tais benefícios; 7 — recomendar à C. R. C. e às suas federadas a realização de uma campanha no sentido de que tenham aplicação no interior os recursos ali depositados pela economia popular em bancos oficiais e Caixas Econômicas, bem como dos taxis arrecadados.

LEGISLAÇÃO AGRÁRIA

Decidiu a Conferência: 1 — ratificar as manifestações anteriores com referência à reforma agrária no Brasil; 2 — reconhecer que alterações na estrutura da propriedade agrária podem representar, em determinadas circunstâncias, recurso necessário à promoção de bem-estar rural, mas, de qualquer forma a providência deve ter inspiração e execução eminentemente técnicas, pois a simples redistribuição de terras, embora podendo satisfazer momentaneamente aos beneficiários, não assegura o progresso econômico e social em que encontra sua justificativa nos regimes democráticos, bem como nas condições da vida rural brasileira; 3 — manifestar-se pela necessidade de ser devidamente considerada a situação peculiar do Nordeste, de modo a ressaltar a necessidade de assegurar-se imediata destinação social às obras contra as secas, organizando-se, em função desse pressuposto, fazendas de fixação, granjas coletivas ou cooperativas de trabalho na periferia das grandes sistemas hidráulicos, de regulação pública em geral ou ainda nas proximidades dos centros de consumo, inclusive nos chamados "circuitos verdes" das cidades, procedendo-se a desapropriações, quando for o caso e segundo a legislação competente; 4 — de modo geral, reconhecer que devem ter aproveitamento social as áreas de terras que venham a beneficiar-se de obras permanentes

de saneamento, de drenagem de neçagem e canais para irrigação ou outras de vulto realizáveis à custa dos cofres públicos.

RECURSOS NATURAIS

O 6.º grupo, criado no curso da realização do certame para o exame de assuntos gerais, foi presidido pelo Sr. Ezequiel Ildebrando Aurelio Rusceli, Secretário da Agricultura do Estado de Espírito Santo, e teve como relator o Sr. Mario Mazzel Guimarães. Receberam os seguintes trabalhos: do Sr. Paulo Cristiano dos Santos (Paraná), sugerindo providências de reflorestamento das margens das nascentes, arroios e rios e de assistência técnica, além de outras medidas; do Sr. Fidélino Viana Filho (Minas Gerais), sugerindo medidas para a regularização dos cursos de água de maior importância econômico-social; do Sr. Acrísio de Figueiredo (Maranhão), denunciando a devastação florestal do Vale do Meirim e sugerindo a criação de núcleos de pequena propriedade, visando a fixação do homem no solo; o do Sr. Mario Penteado de Paiva e Silva, tratando da garimpagem agrícola ainda dominante no País e registrando os efeitos desse tipo de agricultura sobre a flora, a fauna, o solo e a água, para afinal propor um código do uso da terra e a aprovação de conclusões da I Mesa Redonda de Conservação do Solo realizada em São Paulo. Pareceres de especialistas, entre os quais o Sr. Roberto de Melo Alvarenga (Serviço Florestal de São Paulo) e depoimentos pessoais feitos pelos Secretários da Agricultura dos Estados de Espírito Santo e Mato Grosso completaram ainda o material examinado pelo grupo, cujo relator apresentou, no final, um parecer que inspirou também as indicações que foram levadas ao plenário.

O relator, em seu parecer, assinala que não contou com um levantamento da situação referente a recursos naturais em nenhuma parte do País, providência essa, aliás, que considera urgente. Ponderou que, no tocante ao programa florestal e nos recursos naturais em geral, deveriam fazer-se indicações gerais. Para as áreas excessivamente desbravadas (São Paulo, Rio, Minas) a solução urgente é a suspensão de novas derrubadas de mata, bem como a manutenção, sob controle do Estado, de reservas de florestas, varjões e campos nativos destinados a manter os remanescentes da flora e fauna típicas; para as áreas medianamente desbravadas (Espírito Santo e mesmo sob certo aspecto Paraná) deveriam ser adotadas medidas de policultivo das novas ocupações; e para as áreas ainda em início de desbravamento (Mato Grosso), a política aconselhável é a da preservação de grandes áreas mais afastadas, a fim de evitar novo ciclo de "garimpagem" agrícola.

Foram finalmente feitas as seguintes indicações aprovadas pelo plenário: 1 — O Ministério da Agricultura, em cooperação com as Secretarias dos Estados, das Federações de Associações Rurais e outras entidades interessadas, deve efetuar o levantamento da situação atual dos recursos naturais de interesse rural nas diversas áreas do País, apontando, inclusive quais as explorações agro-pecuárias mais indicadas para cada zona, sobretudo naquelas ainda em fase de desbravamento; 2 — A III Conferência Rural Brasileira lembra a urgente necessidade da realização de um Congresso Nacional de Recursos Naturais, com a participação das entidades oficiais e particulares interessadas no problema dos recursos naturais e com responsabilidade efetiva no delineamento e execução de pla-

nos conservacionistas; 2 — Nos Estados excessivamente devastados, devem ser impedidas novas derrubadas de matas, mantidas reservas oficiais com base na flora e na fauna nativas, protegidas as zonas montanhosas, as margens das lagoas e os cursos de água e mananciais, bem como intensificado o reflorestamento em geral, inclusive para fins de exploração econômica de produtos florestais; 4 — Nos Estados medianamente florestados, devem ser disciplinadas as novas derrubadas e adotadas as demais medidas referidas no item anterior; 5 — Nos Estados de desbravamento incipiente devem ser preservadas as áreas florestais mais afastadas, estabelecendo-se, entretanto, um regime de concessões de terras públicas que preveja a manutenção de reservas oficiais de flora e fauna e de proteção das águas e montanhas, bem como cláusulas de interesse conservacionista nos contratos de alienação a particulares, inclusive no que interessa à poupança das madeiras de lei das derrubadas e queimadas; 6 — Devem ser estabelecidas as leis normas de caráter conservacionista, com base nas conclusões da I Mesa Redonda de Conservação do Solo, realizada em São Paulo, visando, direta e indiretamente, à recuperação das zonas desbravadas e à manutenção racional dos recursos naturais na colonização do solo e das florestas em regime de produção mantida, ou seja, sem reduzir progressivamente a produtividade; 7 — As leis vigentes contra a poluição das águas devem ser aplicadas com todo o rigor, sobretudo junto às grandes aglomerações urbanas e centros industriais; 8 — Os governos e as entidades de classe especializadas devem organizar uma campanha educativa, de caráter popular, visando criar uma consciência conservacionista entre os agricultores e o povo em geral; 9 — Recomenda-se finalmente a intensificação de estudos sobre a fauna fluvial, lacustre e marítima do País.

Foi debatido e votado o relatório do 5.º Subgrupo B referente às comunicações que versam sobre Bem-Estar e Assistência Social. Esse trabalho foi elaborado pelo dr. Ben-Hur Raposo e aprovado pela quinta mesa, ficou assim redigido:

I — BEM-ESTAR SOCIAL. — A III Conferência Rural Brasileira considera o Bem-Estar Social na agricultura como a consequência natural das condições de ordem econômica, política e social.

Para assegurar aceitável padrão de Bem-Estar Social, a III Conferência preconiza as seguintes medidas:

a — Adoção de todos os procedimentos econômicos, técnicos e políticos capazes de valorizar o trabalho rural, através do maior rendimento das safras e de melhores processos de comercialização dos produtos agro-pastoris, porque o Bem-Estar Social está obviamente condicionado às condições de vida e de trabalho do homem.

b — Critério sociológico na extensão da legislação trabalhista nos meios rurais de modo a que não ocorra, graças ao mediano demagógico, súbita e violenta subversão nas relações entre as empresas agro-pastoris e os seus assalariados, pelo desrespeito aos processos naturais de inflação social. Essa canteira não deve expressar, entretanto, um sentimento involucionista no que concerne as relações entre o capital e o trabalho na agricultura, porque as classes patronais — mais esclarecidas e fiéis às suas tradições cristãs — compete orientar o Estado neste setor e submeter interesses pessoais nos da coletividade, não esquecendo que será impossível a prosperidade das empresas se a agitação social invadir os centros de produção.

c — Dentro deste critério, a III Conferência julga necessárias, para o atenuamento ou a remoção das principais causas de mal-estar social, as seguintes diretrizes:

I — Generalização de uso dos contratos escritos de trabalho, de modo a se evitar atritos entre patrões e empregados, que passarão a viver e trabalhar em bases não estritamente pessoais.

II — Adoção de cláusulas bem claras nos contratos de parceria e respeito mútuo aos compromissos assumidos.

III — Atualização das disposições do Colégio Civil sobre o arrendamento, com o encaminhamento ao Congresso do projeto elaborado pela Comissão Nacional de Política Agrária, após os estudos necessários e os entendimentos com os órgãos representativos da agricultura.

IV — Atualização dos dispositivos legais sobre lapumes, serventias, queimadas, tráfico de animais, regime de pastagens, uso de águas, etc., e, principalmente, ampla divulgação dos mesmos entre os agrários, a par de campanhas educativas que evitem conflitos entre agricultores e criadores.

V — Combate ao isolamento rural que é uma das causas dos desajustamentos do homem do campo. Serviços telefônicos, telegráficos, postais e outras medidas semelhantes aproximarão entre si os prédios rurais, e o assunto, na medida do possível, deve merecer a atenção das associações rurais, que são, em verdade o instrumento fundamental da convivência entre os agrários e o único "elevador social" realmente à disposição da agricultura e o processo mais eficaz para a identificação e o aproveitamento de novos líderes da classe.

VI — Desenvolvimento da missão educativa a cargo das associações rurais, notadamente na que se refere a ensinamentos de racionalização alimentar e de sanitário, principalmente contra as endemias.

VII — Campanhas educativas, de acordo com as atribuições que a lei confere às associações rurais, no sentido de levar, através do rádio, às classes agrárias os últimos ensinamentos da técnica agronômica e dos serviços sociais; neste sentido, a III Conferência Rural Brasileira recomenda ao Governo da República que, no mais curto prazo, sejam tomadas as providências complementares indispensáveis à instalação e início de funcionamento da Rádio Rural, uma vez que sua atividade é considerada da maior valia.

VIII — Preferência de elementos do campo para o magistério nas zonas rurais, para se evitar incompatibilidades e influências nocivas à vida agrária, devendo os governos dedicar especial atenção ao problema da pedagogia rural nas escolas do país, no sentido de impedir que o professorado rural seja apenas um estágio para acesso às escolas urbanas.

II — ASSISTÊNCIA SOCIAL. — A III Conferência Rural Brasileira considera fundamental o problema dos serviços sociais, na conjuntura rural do país, porque o Estado não pode alhear-se à missão de zelar pelo mais valioso patrimônio da nacionalidade — o homem.

Até agora — apesar dos esforços ocorrentes neste setor e que merecem todas as louvores, inclusive o Seminário Latino-Americano de Bem-Estar Rural — temos atado de modo algo confuso, bastando observar-se que, sobre o assunto, entre outros, existem e funcionam no país os seguintes órgãos públicos e entidades nacionais e internacionais.

I — Serviço de Assistência a Menores (Ministério da Justiça).

2 — Campanha Nacional de Educação Rural (Ministério da Educação).

3 — Missões Rurais (Ministério da Agricultura).

4 — Legião Brasileira de Assistência

5 — Serviço de Nutrição e Puericultura (Ministério da Saúde)

6 — Comissão de Bem-Estar Social (Ministério do Trabalho).

7 — Departamento Nacional da Criança (Ministério da Educação).

8 — Ação Social Arquidiocesana.

9 — Instituto Nacional de Colonização e Emigração.

10 — Numerosos órgãos e entidades estaduais, de atribuições semelhantes aos já enumerados.

11 — Diversos Departamentos da O. N. U., como por exemplo, a F. A. O., a F. I. S. I. e a O. I. T., a Assistência Técnica (Programa do Ponto IV).

A pluralidade desses órgãos atuantes na Assistência Social evidencia que urge uma unificação funcional e a instituição de uma sistemática de acordo com as características e necessidades do meio rural brasileiro — e esse objetivo de convergência dos esforços só pode ser alcançado através do Serviço Social Rural, em últimação no Senado Federal.

A III Conferência Rural Brasileira — ratificando solenes e unânimes deliberações da Confederação — reafirma nos poderes públicos seu indeclinável dever de retribuir o exercício da assistência social pelos seus próprios órgãos representativos.

O Serviço Social Rural será a pedra angular da política dos serviços sociais agrários e a III Conferência, a par deste apelo de urgência ao Legislativo para a matéria, reafirma as seguintes diretrizes:

I — Participação direta das Associações e Federações no Serviço Social Rural, cabendo às entidades de classe a função de órgão executor.

II — Os serviços sociais deverão atuar precipuamente nos municípios, evitando-se sempre a burocracia do sistema.

III — Pesquisas econômicas e sociais nas zonas rurais, precedendo a quaisquer planos dos poderes públicos ou de entidades privadas.

IV — Mais justa e racional destinação dos impostos, bem como das taxas cobradas por órgãos de previdência e assistência social, porque os resultados dessas tributações devem reverter proporcionalmente em benefício das populações agrárias contribuintes.

V — Ação educativa por parte das Associações Rurais, que deverão, conforme seus estatutos, intensificar os trabalhos neste setor, em colaboração com outros órgãos interessados, evitando-se o malôgo que sempre decorre pela falta de continuidade da permanência dos técnicos dos serviços sociais nos municípios.

III — CÓDIGO RURAL. — Será desnecessário, por certo, dizer da utilidade dos códigos, pelo que representam de unidade legislativa. No caso atual, entretanto, a III Conferência não vê como reclamar urgência para o assunto, em face das características e imperativos da conjuntura do momento, porquanto atravessa o país uma fase de intenso trabalho legislativo nas duas Casas do Congresso.

Em face dessa realidade, a III Conferência Rural Brasileira prefere encarecer ao Ministério da Agricultura, sem prejuízo, é claro, da oportuna elaboração do Código Rural, a utilidade de se coligar a legislação rural vigente, editando uma "Coletânea" anotada e comentada, com instruções claras aos agricultores, para larga difusão

nos meios rurais, pouco esclarecidos diante da sucessão de leis, decretos e regulamentos existentes.

Ben-Hur Raposo — Relator do Subgrupo.

ELETRIFICAÇÃO RURAL

Comentou-se no recinto da Conferência, a oportunidade de uma indicação que foi apresentada pelo Dr. José Cassiano Gomes dos Reis, a fim de que seja feito um apelo ao Congresso Nacional e ao presidente da República no sentido de ser aprovado com urgência e logo convertido em lei o projeto n. 8 de 1948, apresentado ao Senado pelo Senador Apolônio Sales.

A referida recomendação está assim redigida:

Considerando: a) que a eletrificação rural é um imperativo da evolução e do progresso; b) que as zonas rurais que não se valem da eletrificação estacionam, ou porque se privam de meios eficazes para o desenvolvimento dos processos econômicos de produção, ou porque não constituem centros de fixação e atração do homem; c) que a eletrificação rural importa em vultosa inversão de capitais na maioria dos casos, por sua natureza, fora de condições de atrativo à iniciativa privada; d) que no caso, cumpre ao Estado vir ao encontro da vida rural neste setor, que se reveste de uma dupla característica, econômica e social; e) que a ajuda do Estado deve ser direta, supletiva da iniciativa privada, o que pode ser conseguido adotando-se um plano de financiamento especial, a juros ínfimos e prazos longos para extensão das redes de transmissão de eletricidade na zona rural; f) que esta modalidade de incentivo oficial resultou no mais completo êxito em nações supercapitalizadas; g) que instituindo, neste sentido, um serviço especializado de fomento à eletrificação, e atendendo às razões destes "considerando", está atualmente na Câmara dos senhores deputados, sob o número 597-49, um projeto de lei, já aprovado no Senado, que corresponde aos anseios das classes rurais brasileiras. A terceira Conferência Rural Brasileira faz um apelo ao Congresso para que conclua o processamento legislativo em foco, bem como ao senhor presidente da República para que tão cedo lhe seja encaminhada a lei, de pronto a sancione.

Falando ao jornal "Estado de São Paulo", disse o Senador Apolônio Sales que o respectivo projeto com a redação constante do anexo ao parecer n. 638, de 1949, já foi aprovado pelo Senado tendo sido encaminhado à Câmara dos Deputados para conclusão do processamento.

Trata o projeto da criação do Serviço de Fomento à Eletrificação Rural com o fim de promover, mediante linhas de transmissão de energia elétrica, o emprego da eletricidade nas zonas rurais.

Entende o Senador Apolônio Sales que cumpre ao Estado promover os meios para que, como as organizações urbanas, os estabelecimentos rurais possam também usufruir dos benefícios da eletrificação. Essas providências, principalmente no Nordeste, são hoje uma necessidade imperiosa porque o aproveitamento da Caboeira de Paulo Afonso deixou de ser um sonho para ser uma realidade.

Lembrou o antigo ministro da Agricultura, que foram providências dessa natureza, tomadas pelo presidente Franklin D. Roosevelt que possibilitaram o desenvolvimento da zona rural dos Estados Unidos, pois é sabido que em 1935 das 3 milhões de propriedades agrícolas da grande República do Norte, apenas 700 mil eram eletrificadas. Hoje em mais de três quartos daquele total de propriedades rurais estão instalados os serviços de eletrificação.

O plano que se tem em vista prevê a concessão de empréstimos especiais a juros de três por cento ao ano e a prazo de 25 anos. Os recursos para tanto necessários serão entregues pelo Tesouro ao Banco do Brasil e suas agências para distribuição entre cooperativas ou entidades interessadas mediante parecer de uma comissão composta de representantes das Secretarias da Agricultura e da Viação e Obras Públicas, dos Estados e do Banco do Brasil.

COOPERATIVISMO

Em sua última reunião, o 5.º Grupo das Mesas de Discussão da III Conferência Rural Brasileira, sob a presidência do Senador Paulo Fernandes, discutiu vários trabalhos apresentados sobre "Associativismo e Cooperativismo", pelo Sr. Ciro Werneck de Souza e Silva, que é membro da Comissão Organizadora do conclave na sua qualidade de presidente da União das Cooperativas do Estado de São Paulo.

Sob o fundamento de que as Cooperativas constituídas de agricultores e criadores, filiadas às Federações das Associações Rurais, têm os mesmos deveres e encargos que as Associações Rurais, mas não têm direito de voto pleiteou o autor desse trabalho o reconhecimento desse direito, mediante decreto executivo, alterando o art. 50 do Decreto n. 14882, de 24-10-45, ou mediante emenda a ser apresentada ao projeto de lei n. 159-A-47, em andamento na Câmara dos Deputados, dispondo sobre cooperativismo, o que não foi aceito.

A mesma comissão aceitou a conclusão apresentada em outro trabalho pelo Sr. Ciro Werneck no sentido de que o aludido projeto de lei n. 159-A-47 (substitutivo Daniel Pizarro ao projeto Costa Portol) quebra a tradição do direito cooperativo brasileiro ao admitir que também as pessoas jurídicas possam constituir sociedades cooperativas entre si ou livremente ingressar em cooperativas de qualquer espécie ou categoria, sem a menor limitação. O autor desse trabalho só admite como exceções a essa regra as já existentes para as cooperativas de seguro, para as de natureza agrícola e pastoril e para as cooperativas de indústrias extrativas, além das que tenham por fim a organização e prestação de serviços públicos de transportes em geral, telefônicos e telegráficos, de iluminação e energia elétrica, abertura e conservação de vias de comunicação, nas quais poderão ser admitidas pessoas jurídicas e o próprio Poder Público, pela natureza especial dessas sociedades e pela importância social de seus objetivos.

Também mereceu acolhida da Comissão a proposta feita no sentido de que a III Conferência Rural Brasileira dê seu apoio ao projeto apresentado à Junta Administrativa do Instituto Brasileiro do Café, em sua reunião de outubro de 1954, no sentido de ser promovida a constituição de uma Cooperativa Central de Cafeicultores, de âmbito interestadual, de natureza mista, integrada pelo menos por duas cooperativas regionais de cafeicultores e de pessoas físicas ou jurídicas que se dediquem à atividade cafeeira, abrangendo os Estados produtores e tendo como principal objetivo a defesa integral dos interesses econômicos dos seus associados, promovendo a exportação do café e de outros produtos agrícolas subsidiariamente produzidos.

Além disso, foram apresentadas e debatidas pelos delegados numerosas moções, algumas das

quais foram dissentidas acaloradamente, como, por exemplo, uma da delegação gaúcha, propondo medidas contra o comércio ilegal nas fronteiras, e outra da Associação Rural de Juiz de Fora, propondo apoio ao projeto de lei 2.157, em curso na Câmara Federal, que dispõe sobre a criação de unidades agrárias militares. A delegação gaúcha, depois de assinalar a existência de contrabando de lãs e outros produtos de origem animal na fronteira, propôs fosse telegrafado aos Ministros da Fazenda e da Guerra solicitando providências destinadas a impedir a continuação daquele contrabando. A moção foi aprovada, depois de se terem manifestado sobre o assunto várias delegações, inclusive a baiana, que atribuiu o fato à corrupção generalizada que cumpre combater, sugerindo fosse endereçado um apelo ao Poder Judiciário no sentido de que sejam sistematicamente denegados os mandados de segurança em que se apolam os contrabandistas. A outra proposição citada, referente às unidades agrárias, foi depois vivamente debatida, revelando o interesse que os agricultores devotam a uma maior participação das forças armadas na difusão do ensino e da prática agrícolas.

A delegação sul-riograndense leu os termos de uma proposição criando unidades agrárias mecanizadas no Exército e aplicação de serviços agrícolas militares nas zonas rurais e a delegação do Paraná recordou tese aprovada sobre a matéria por ocasião da II Conferência Rural Brasileira realizada em Curitiba no ano passado. Nessa ocasião, por proposta do mesmo delegado paranaense que tratou do assunto, Sr. Lycio Veloso, foi aprovado longo e documentado estudo sobre a integração do Exército num plano agrícola nacional, cujas bases vão além da simples criação de unidades agrárias militares. Decidiu-se não votar o assunto nessa sessão plenária, a fim de que ele fosse melhor examinado antes de sua votação final.

Várias moções de solidariedade foram em seguida aprovadas: ao Sr. Arthur Torres Filho; a São Paulo, no ano do seu quarto centenário, por motivo de sua importante contribuição ao progresso econômico do País (proposta da Associação Rural de Itabuna, Bahia); ao camponês, ao sertanejo e ao matelero brasileiros (proposta do Sr. Demosthenes Paulo da Matta, secretário da Agricultura da Bahia); ao cooperativismo (Sr. Amaro Cavalcanti); à mulher paulista (Sr. Nelson Oliveira); ao Governador Lucas Nogueira Garcez, por motivo da mensagem enviada à Assembléia Legislativa de São Paulo, dispondo sobre a concessão de favores fiscais às cooperativas.

Foram ainda aprovadas as seguintes moções: do Sr. Jerônimo Coimbra Bueno, recomendando ao Governo da União imediatas providências para a pronta mudança da Capital Federal para o Planalto de Goiás, que foi aplaudida pelas delegações baiana, goiana, fluminense e de outros Estados, do Sr. Heitor Rubens Junqueira Caldas propondo a concessão de um abono de Natal a todos os trabalhadores do campo equivalente a um mínimo de 10% do salário mínimo mensal de cada um, o que foi aprovado, com um voto em separado da delegação baiana, a qual assumiu que os agricultores do seu Estado, especialmente os encafeiros, concedem no fim do ano aos trabalhadores agrícolas uma participação nos lucros.

ESTUDOS SOBRE COMBUSTÍVEIS, TRANSPORTES E ARMAZENAMENTO

Dos estudos sobre combustíveis, foi aprovada esta recomendação: às autoridades responsáveis

pela República para que: a) enurem de maneira decidida a exploração do petróleo nacional e a destilação dos xistos bituminosos, tomando, se preciso, as providências necessárias à alteração ou ampliação da legislação vigente, no sentido de resolver o transcendental problema, com o emprego dos recursos do País e do estrangeiro; b) sejam, em todas as circunstâncias, asseguradas no transporte da produção as quantidades de combustível que lhes são imprescindíveis; c) seja assegurada às áreas mecanizadas, onde o trabalho rural efetivamente deva ser mecanizado, o suprimento indispensável à manutenção desse trabalho.

Quanto a transportes ficou resolvido que além do desenvolvimento e melhoria dos sistemas ferroviário e rodoviário, recomenda-se o aparelhamento dos portos brasileiros e o equipamento da cabotagem, no sentido da real utilização dos transportes marítimos e fluvial, menos onerosos e mais compatíveis com os interesses da economia nacional. II — Quanto à isenção de frete ferroviário para sementes, adubos, reprodutores, inseticidas, máquinas e utilidades essenciais ao trabalho agrícola, parece que os favores já concedidos pelas estradas federais devem ser estendidos às estradas particulares, que além de serem concessionárias de serviço público, devem ter interesse no aumento da produção a ser por ela transportada. Além disso, o transporte das utilidades indispensáveis ao trabalhador rural, deve ser sempre feito em regime preferencial. III — O transporte da produção deve ser beneficiado dentro de um critério preferencial que assegure o escoamento nas safras, de modo a proporcionar justo preço ao produtor e melhores condições para o abastecimento dos centros consumidores.

Quanto ao armazenamento e comercialização, decidiu o plenário reclamar: I — a) a imediata aplicação do regulamento da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, para isso baixando-se as instruções de ordem geral obrigatórias para todas as agências do Banco; b) a imediata reestruturação da Comissão de Financiamento da produção, para que ela cumpra as finalidades da lei que a instituiu e também para que a lavoura dela possa participar diretamente; c) o armazenamento adequado da produção com a perfeita classificação e padronização dos agropecuários, único meio efetivo que garante bases de preços regulares e satisfatórios ao produtor.

II — A criação de entrepostos terminais de gêneros dos grandes centros consumidores, deverá ter em vista, tanto quanto possível: a) o estabelecimento de uma área livre para a pequena lavoura; b) na rede de silos, armazéns e frigoríficos destinados a atender o entreposto terminal de gêneros deve ser aproveitado o aparelhamento já existente em cada centro de consumo e em condições de utilização no sistema; c) no aparelhamento do entreposto terminal de gêneros, poderá ser utilizado o equipamento de fabricação nacional existente, embora de capacidade reduzida, independente da importação de equipamento com capacidade para alta tonagem; d) não se justificará qualquer demora na construção dos entrepostos terminais de gêneros com a alegação de dependência de importação de silos com capacidade para alta tonagem; e) os entrepostos terminais de gêneros devem ter a área mínima de 10 mil metros quadrados e devem ser localizados em centros de entrosamento ferroviário e rodoviário.

III — A comercialização do leite, reforme as experiências já realizadas em diferentes pontos do

País, somente ofereça resultados plenamente satisfatórios quando realizada pelos próprios produtores, razão por que se recomenda a organização destes em cooperativas.

No próximo número de "A Lavoura", transcreveremos na íntegra, todas as conclusões da III Conferência Rural Brasileira, com a redação definitiva, redigida pela Comissão de Redação do referido conclave.

XXII — ENCERRAMENTO DA III CONFERÊNCIA RURAL BRASILEIRA

Foi o seguinte o programa do último dia do conclave (12-12-1954):

- a) às 9,30 horas, missa solene na Catedral de São Paulo;
- b) às 10,30 horas, reunião no Hotel Esplanada;
- c) às 15 horas, recepção no Jockey Clube, com a realização de um páreo especial, em homenagem ao Congresso;
- d) às 22 horas, jantar no Hotel Esplanada.

XXIII — CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da mesma forma que as conferências anteriores, a III Conferência Rural Brasileira alcançou brilhante êxito.

Mais uma vez a classe rural deu uma demonstração de pujança e vitalidade.

Em um ambiente de harmonia e bons propósitos, debateu ela, com entusiasmo e vibração, os seus mais palpitantes problemas.

Mais uma vez a classe rural — a maior de nossas classes econômicas —, reunida em torno da bandeira de seu órgão máximo — a Confederação Rural Brasileira —, deu ao país uma demonstração de que conhece os seus problemas e sabe o que deseja.

A defesa dos interesses da classe rural é de importância capital para o país, pois é a agricultura que proporciona ao país as divisas de que tanto ele carece.

Encerrar os problemas rurais com segurança e objetividade, voltar as suas vistas para os problemas da agricultura, e do homem do campo, é política sadia e acertada do Governo, pois da estabilidade da agricultura, depende o bem-estar e a sobrevivência do país.

A classe rural não é mais caudatária das outras.

Os seus pontos de vista precisam e devem merecer a atenção dos poderes públicos.

A sua voz precisa e deve ser ouvida.

Não é outra a função da Confederação Rural que congrega em seu seio numerosas Federações de Associações Rurais representando mais de 1.000 Associações Rurais Municipais e que está sempre alerta em defesa da classe.

Oxalá sejam ouvidas as justas e criteriosas ponderações da classe e sejam devidamente consideradas as acertadas conclusões da III Conferência Rural Brasileira.

Que daqui a um ano, quando se reunir, em Fortaleza, Estado do Ceará, a IV Conferência Rural Brasileira, senão, todas, pelo menos em grande parte, tenham sido postas em execução as acertadas conclusões da III Conferência Rural Brasileira, é o que espera a classe rural para o bem do país que para ser forte precisa estar aliado a uma agricultura pujante e próspera.

RETIFICAÇÃO

No discurso do Dr. Fábio Luz Filho, em homenagem ao Dr. Antonio de Arruda Câmara, publicado no último número de "A Lavoura", saiu, por um lapso de revisão, a expressão "minima", em lugar de "plima", como se encontra no original do discurso, entregue a redação da revista.

FOMENTO AGRICOLA

A Lavoura registra, com satisfação, o aparecimento da 1.º número de "Fomento Agrícola", que será o Boletim Oficial de Divisão de Fomento Agrícola do Departamento da Produção Vegetal da Secretaria de Agricultura do Estado de S. Paulo.

"Fomento Agrícola" substituirá "Colheitas e Mercados" que tantos e tão relevantes serviços prestou à divulgação agrícola.

O novo Boletim da Secretaria de Agricultura do Estado de S. Paulo tem como objetivos:

- a — Informar agrônomos e lavradores sobre as conquistas recentes da agronomia nacional
- b — notificar fatos e ocorrências de interesse para o meio rural
- c — proporcionar oportunidades para que agricultores e técnicos exponham livremente seus pontos de vista a respeito de assuntos de interesse para nossa agricultura.

NOTÍCIAS E INFORMAÇÕES

Impulso da citricultura em S. Paulo

A citricultura em S. Paulo vem tomando grande impulso nos últimos anos. Em 1945, havia no referido Estado, 5.400.000 laranjeiras, com uma produção de 5.828.000 de caixas. Depois a produção foi caindo, tanto que em 1950 o número de laranjeiras era apenas de 2.259.000 representando uma produção de 3.457.000 de caixas.

Depois dessa queda, a produção tem aumentado progressivamente, de ano para ano. Em 1954, o número de laranjeiras já é de 5.473.000 e a produção de 4.967.000 de caixas, o que representa um valor de Cr\$ 258.284.000,00.

Safrã de aveia em 1954

A produção de aveia no corrente ano foi estimada em 12.222 toneladas no valor de Cr\$ 31.851.000,00 sendo que só o Estado do Rio Grande do Sul concorreu com um pouco mais de 80% da produção (10.732 toneladas).

Novo Regulamento do Serviço Florestal

O presidente da República aprovou o novo Regulamento do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura. Pelo novo regulamento foram muito ampliadas as atividades desse importante órgão do Ministério da Agricultura.

Produção de Núcleos Coloniais

A produção dos núcleos coloniais de S. Bento, Santa Cruz, Tingua e Duque de Caxias, destinada ao abastecimento de gêneros alimentícios no Distrito Federal, foi de Cr\$ 6.968.565,00. Desses núcleos, o que mais se destacou no volume da produção foi o de São Bento, localizado na Baixada Fluminense.

Reunião da C. R. B.

Prosseguem, com regularidade, as reuniões semanais da Confederação Rural Brasileira, realizadas às quarta-feiras, durante as quais têm sido estudados e debatidos importantes problemas do mais alto interesse para a classe rural.

Área agrícola do Distrito Federal

O Distrito Federal ocupa uma área equivalente a 0,027% da área total do Brasil que é de 851.603.700 hectares, isto é, uma área total de, apenas 116.700 hectares.

No momento, a área cultivada é de apenas 20.600 hectares, isto é, a terça parte da área aproveitável para fins agrícolas, que abrange as circunscrições de Campo Grande, Guaratiba, Jacarepaguá e Santa Cruz.

Isto significa que são amplas, ainda, as perspectivas para o desenvolvimento da agricultura no Distrito Federal, onde dois terços da área aproveitável para fins agrícolas, ainda permanece sem utilização.

Convenção anual de Café

Realizou-se em Boa Baton, nos Estados Unidos, a 44.ª Convenção Anual do Café, reunindo os países produtores e consumidores de café.

★

LANÇAMENTO DE CONFRATERNIZAÇÃO ENTRE OS FUNCIONÁRIOS DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Promovido pelas funcionárias da Sociedade Nacional de Agricultura sob a orientação de Martha Nise Ramos de Brito, antiga servi-

dora da instituição —, foi oferecido a todos os funcionários da mesma, um lanche de confraternização no dia 23-12-1954.

O elemento feminino promotor da reunião ofereceu a cada um dos companheiros de trabalho uma lembrança, como demonstração de amizade e estima.

Usaram da palavra, na ocasião, o Prof. Geraldo Goulart da Silveira, que, escolhido para parâmetro da festa, falou em nome das funcionárias, sobre a razão de ser da homenagem; o Dr. Alberto Ravache, que em nome dos funcionários fez os agradecimentos; e, finalmente, o Secretário Geral da Sociedade Nacional de Agricultura, sr. Luiz Marques Pallano, que congratulou-se com todos pela feliz oportunidade de, reunidos fraternalmente, comemorarem a maior data da Crisandade, no novo prédio da Casa da Agricultura.

Digno de registro é que todos os oradores congratularam-se com o Secretário Geral da Sociedade Nacional de Agricultura que tem sido sempre um bom companheiro tanto nas horas difíceis por que tem passado a instituição, como também, nos momentos alegres como aquele em que todos juntos se propõem a trabalhar com dedicação e interesse em prol do desenvolvimento sempre crescente da entidade, que tem como presidente a figura querida, amiga e respeitável do Prof. Arthur Torres Filho.

A Lavoura, ao registrar esse acontecimento, congratula-se também com as funcionárias Martha Nise Ramos de Brito, Marlene Ramos de Brito e Juarina Farias Diniz promotoras da festividade e com o Prof. Arthur Torres Filho, pelas inequívocas provas de amizade e solidariedade de que foi alvo durante a festa, por parte de todos os funcionários.

Outro fato a assinalar é o de terem os funcionários da Confederação Rural Brasileira apresentado sua solidariedade à festa, comparecendo à mesma.

Que essa reunião se repita anualmente, no mesmo ambiente de amizade e de harmonia, são os votos que aqui deixamos consignado.

★

HOMENAGEM A PROFESSORES

Os concluintes do Curso de Aperfeiçoamento para Classificadores de Produtos Vegetais do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura homenagearam no dia 16 de Dezembro o Prof. Antonio de Arruda Câmara, Diretor da E. H. W. B., e o Prof. Geraldo Goulart da Silveira, Vice-Diretor da referida Escola, que tiveram a seu cargo respectivamente, o ensino das disciplinas "Economia Rural" e "Condições Gerais".

★

HOMENAGEM A DOIS COMPANHEIROS DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

O Colégio Brasileiro de S. Christovão, grande e conceituado estabelecimento de ensino do Distrito Federal, comemorando o seu Jubileu de Prata, levou a efeito uma série de solenidades.

Uma delas, consistiu na inauguração dos retratos de professores falecidos que muito se distinguiram pela dedicação à causa do ensino no referido estabelecimento, entre os quais, o Professor Manoel Paulino Cavalcanti, nosso saudoso companheiro de diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura.

Por ocasião da inauguração do retrato do nosso sempre lembrado Diretor Técnico Manoel Paulino Cavalcanti, usou da palavra o nosso companheiro de diretoria, Prof. Geraldo Goulart da Silveira que, de improviso, traçou o perfil do homenageado, de quem havia sido discípulo e amigo, mostrando que o Prof. Paulino Cavalcanti fora, não só um grande mestre de História Natural no Colégio Brasileiro de S. Christovão, mas também um dos nossos mais ilustres agrônomos com uma brilhante folha de bons serviços à agricultura nacional prestados no Ministério da Agricultura e na Sociedade Nacional de Agricultura.

Outra solenidade consistiu na entrega de medalhas comemorativas da data, aos professores e funcionários com mais de dez anos de serviços prestados no referido estabelecimento de ensino.

Nesta ocasião, recebeu uma medalha de prata comemorativa do Jubileu, o Diretor Técnico da Sociedade Nacional de Agricultura e Orientador Técnico de "A Lavoura", Engenheiro Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira, que há 18 anos trabalha no referido estabelecimento de ensino, como professor de História Natural.

A Sociedade Nacional de Agricultura, ao encargo das homenagens prestadas a esses dois técnicos que se têm destacado também pelos serviços prestados à agricultura nacional, congratula-se com a diretoria do Colégio Brasileiro de S. Christovão pela passagem de seu Jubileu de Prata, formulando votos para que esse modelar estabelecimento de ensino que tão bons e relevantes serviços vem prestando à educação, continue sua trilha de constante progresso e engrandecimento, bem servindo ao Brasil, servindo ao ensino e à educação.

E a seguinte a administração do modelar estabelecimento de ensino: Diretores: Augusta Landoes Quaresma, Adalzir Landoes Magalhães, Emygdio Quaresma Filho e Antonio da Costa Magalhães; sub-diretores: Amelia Landoes Bonaccase Ribeiro, Eunice Quaresma Numan e Zenith Quaresma; Orientador Educacional: Geraldo Goulart da Silveira; chefe de disciplina: Christovam Salvador de Mello Pedrosa.

Ao Colégio Brasileiro de S. Christovão, portanto, as nossas felicitações pelo brilhantismo das comemorações de seu Jubileu de Prata.

★

A ESCOLA DE HORTICULTURA, WENCESLAO BELLO E A III CONFERÊNCIA RURAL BRASILEIRA

A Escola de Horticultura Wenceslao Bello esteve presente à III Conferência Rural Brasileira, realizada em S. Paulo, através de seu Diretor, Antonio de Arruda Câmara que, como delegado da S. N. A. ao referido conclave foi relator do sub-grupo Associativismo e do Prof. Geraldo Goulart da Silveira, seu Vice-Diretor, que, como delegado da S. N. A. ao referido conclave, foi o presidente do sub-grupo "Experimentação, pesquisas e ensino".

NOTICIÁRIO

da Escola de Horticultura Wenceslão Bello

REFLORESTAMENTO NO DISTRITO FEDERAL

Eng. Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira, Redator Técnico da revista "A LAVOURA"

De acordo com os dados do Serviço Florestal

da Prefeitura do Distrito Federal, foi o seguinte o movimento de reflorestamento, mediante acordos de cooperação realizados entre a Secretaria de Agricultura e os lavradores, no período de 1946 a 1953:

ANOS	n.º de Eucaliptos	AREA EM m2.	n.º de acordos
1946	445.200	21.410.156	26
1947	1 398.750	1.796.000	78
1948	1 275.820	5.793.000	130
1949	950.040	5.122.298	89
1950	432.139	3.818.000	45
1951	340.350	1.673.000	40
1952	283.750	1.321.400	29
1953	181.472	1.154.398	24
TOTAL	5 307.521	732.000	461

A reserva florestal do Distrito Federal vem diminuindo, consideravelmente, concorrendo para isso, entre outras, as seguintes causas:

- aumento do número de favelas;
- loteamentos para fins imobiliários;
- devastação das matas para aproveitamento de lenha.

O entupimento das galerias de águas pluviais, as inundações na época das chuvas, as quedas de barreiras, etc., constituem, sem dúvida, consequência da falta de revestimento florístico dos numerosos morros que contornam o Distrito Federal.

O problema não é plantar, apenas, eucaliptos. É fazer o que o Major Acher fez na Tijuca: É restabelecer o revestimento florístico dos morros do Distrito Federal, que, dentro em pouco, estarão todos transformados em favelas, com suas graves consequências sociais, higiênicas, paisagísticas, etc..

ENCERRAMENTO DO ANO LETIVO

No dia 20 de novembro realizou-se, na Sala da Congregação da Escola de Horticultura Wenceslão

Bello, a solenidade da entrega de diplomas aos alunos que concluíram os cursos profissionais do referido estabelecimento de ensino.

Na ocasião falou em nome dos diplomandos o aluno Jordilley José da Silva e, em nome da diretoria e do corpo docente, o Prof. Geraldo Goulart da Silveira que, em incisivo improviso salientou o papel da Sociedade Nacional de Agricultura no setor do ensino agrícola e traçou rumos aos diplomandos que enfrentarão agora os árduos problemas profissionais.

CURSOS PRÁTICOS AGRÍCOLAS

Encerraram-se em Dezembro os Cursos Práticos Agrícolas ministrados na Escola de Horticultura Wenceslão Bello pela Comissão Brasileira de Assistência às Populações Rurais do Ministério da Agricultura.

Os referidos cursos foram ministrados pelos Professores Jaldilrey Guimarães Gomes, Pedro Goulart da Silveira Filho, Agrícola Castello Borges e Geraldo Goulart da Silveira.

UMA PUJANTE ORGANIZAÇÃO COOPERATIVISTA

AS REALIZAÇÕES DA COOPERATIVA AGRÍCOLA DE COTIA ATRAVÉS DOS DADOS CONSTANTES DO RELATÓRIO APRESENTADO PELA SUA DIRETORIA À ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE JULHO DE 1951, PELO SEU PRESIDENTE, DR. MANOEL CARLOS FERRAZ DE ALMEIDA



A 19 de abril último, comemorou a Cooperativa o seu 25.º aniversário de fundação, realizando uma grandiosa exposição da produção agrícola de seus associados. Dignificando a sociedade, visitaram-na as mais altas e ilustres personalidades, particularmente, autoridades federais e do nobre governo do Estado de São Paulo. Ao lado do aspecto geral, tirando parte dos mostruários apresentados e da grande massa de aproximadamente 150 000 visitantes que honraram essa exposição, documenta a presente fotografia: o momento em que o Exmo. Sr. Governador Professor Lucas Nogueira Garcez ouvia o Presidente da Cooperativa, Sr. Manoel Carlos Ferraz de Almeida, por ocasião da sua visita especial; num outro detalhe, encontra-se o Exmo. Sr. Coronel Milton Cezimbra, chefe do Estado Maior da 2.ª Região Militar e representante do Exmo. Sr. Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas, entre os Exmos. Srs. Drs. João Pacheco e Chaves e Heltor Grillo, respectivamente, Secretários da Agricultura de São Paulo e do Distrito Federal, outras autoridades, convidados especiais e diretores da Cooperativa.

Número de cooperados e capital

Contando na data de sua fundação (Dezembro de 1927), com 83 cooperados, possui hoje a Cooperativa Agrícola de Cotia 4 743 cooperados, o que vale dizer que o número de associados atualmente é quase sessenta vezes maior que o inicial. Em 1927, o capital da Cooperativa era, apenas, de Cr\$ 200.000,00, ao passo que em 1954 (Junho) o seu capital e as suas reservas elevaram-se a Cr\$ 142.223.349,50, o que revela a sua pujança econômica e financeira, graças a boa orientação que vem tendo desde a sua fase inicial, especialmente nos últimos anos, graças à dinâmica administração do Dr. Manoel Carlos Ferraz de Almeida.

Releva salientar que os 4.743 associados com suas famílias formam uma coletividade de 30.355 pessoas. A média de participação de cada família em relação aos recursos próprios da organização (Cr\$ 142.223.349,50), atingiu a cifra de Cr\$ 29.986,00, o que representa um aumento de Cr\$ 10.000,00 por família, em relação ao ano anterior.

Situação demográfica e patrimonial dos associados

O recenseamento levado a efeito pela Cooperativa revelou que entre os associados

predominavam os japoneses e brasileiros, respectivamente com 59,1% e 34%, restando apenas 6% para outras nacionalidades (Italianos, portugueses, alemães, espanhóis, lituanos, rumanos e outros). Entre os associados predominavam os casados (86,3%). Quanto ao grau de instrução, 74,5% possuem instrução primária; 13,3% instrução secundária, 4,3% instrução superior e 7,2% não declarada.

Entre os associados, 64% são proprietários (2.289) e 36% não proprietários (1.469). Releva salientar que o número de proprietários vem aumentando de ano para ano.

A utilização das terras dos cooperados é a seguinte:

áreas cultivadas	23,95%
pastagens	22,00%
capoeiras	21,52%
matas	11,25%
áreas reflorestadas	2,92%
cafesais	2,71%
pomares	2,14%
diversos	2,36%

É digno de registro que a área cultivada aumentou de 20% em relação ao ano anterior.

Os valores recenseados e estimados foram:

Especificados	Recenseados Cr\$	Estimativas Cr\$
Terra e mata	803.050.095,00	937.873.296,00
Construções	217.372.515,00	253.806.875,00
Florestas e pomares	216.250.185,00	252.556.012,00
Valor das propriedades rurais	1.236.672.795,00	1.444.296.183,00
Valor das propriedades urbanas	207.943.500,00	242.738.155,00
Animais	101.991.390,00	119.148.903,00
Aves	23.296.263,00	27.214.859,00
Veículos	93.664.295,00	116.430.215,00
Inst. Agrícolas	92.374.258,00	107.914.159,00
Total	1.761.842.501,00	2.057.742.414,00

É a seguinte a determinação das áreas plantadas:

Batata	2.232,5	alqueires
Tomate	302,3	"
Repolho	117,6	"
Cenoura	54,5	"
Aboborinha	73,5	"
Pepino	41,8	"
Vagem	49,7	"
Mandioca	48,3	"
Batata doce	55,1	"
Legumes e hortaliças	151,1	"
Milho	1.643,9	"

Arroz	255,4	"
Felão	98,4	"
Cereais diversos	169,5	"
Algodão	530,5	"
Frutas diversas	21,2	"
Diversas	80,4	"
Total	5.925,8	"

É a seguinte a situação da pecuária:

Bovinos	34.062	cabeças
Caprinos	847	"
Equinos	1.898	"

Muareis	7.566	"
Sulnos	25.715	"
Diversos	1.472	"
Aves	759.098	"
Outras aves	344	"

Conforme se verifica é substancial a contribuição da cooperativa para o abastecimento das populações urbanas.

Venda de produtos agrícolas

A venda de produtos agrícolas atingiu a elevada cifra de Cr\$ 567.442.611,20.

Além das vendas nos centros consumidores do país releva salientar que vem aumentando a exportação.

Entre os produtos vendidos destacam-se :

Tomate	938.724	caixas
Batata	797.901	sacos
Bananas	1.212.615	cachos
Ovos	7.695.356	duzias
Chá	566.631	quilos

Adubos, inseticidas e implementos agrícolas distribuídos

Para que se possa avaliar o trabalho da cooperativa no que diz respeito à melhoria da produção, basta lembrar que, no último exercício foram distribuídos 22.337.671 quilos de adubos diversos no valor global de Cr\$ 49.293.219,80; 11.575.124 quilos de inseticidas e fungicidas e Cr\$ 24.637.616,50 de implementos agrícolas (veículos, tratores, motores, pulverizadores motorizados e simples, bombas d'água, arame tecido e farpado, etc.).

Serviço de crédito

O movimento global do departamento de crédito no ano em curso atingiu a Cr\$ 590.743.132,90 com um aumento, portanto, de 41,7% em relação ao balanço anterior. A conta de depósitos correspondeu a 33,10%, e a de empréstimos a 44,77%, acusando um aumento de 26,23% na conta de depósitos e de 50,58% na conta de empréstimos.

Serviço de utilização mútua

Nesses serviços, foram muito sensíveis os aumentos verificados.

No setor de transportes por exemplo, o aumento foi de 120,18% sobre o movimento do ano anterior; no de mecânica, o acréscimo foi de 15,63%, no setor de assistência médica, farmacêutica e odontológica o aumento foi de 13,6%, no de incubação, de 25%, na fabricação de rações, de 20,2%, no de beneficiamento de arroz, de 47%, no de carpintaria, 77,28%. Foram ainda, relevantes, os trabalhos prestados pela Seção de Orientação Agrícola, pelo Serviço de Experimentação de Rações para Aves e pela seção de mecânica agrícola.

Serviços internos

Entre outros serviços importantes da Cooperativa destacam-se :

- a — o pensionato para estudantes, anexo à Estação Experimental, que mantém atualmente 21 estudantes do curso secundário e do curso superior;
- b — o grupo de cinema que percorreu 3.125 quilômetros e proporcionou espetáculos a cerca de 3.000 pessoas;

- c — os cursos agrícolas, dos quais participaram 53 pessoas;
- d — a divisão de fomento agrícola, cuja importância para os cooperados tem sido inestimável.

Resumo do balanço geral

É o seguinte o resumo do balanço geral realizado em 31 de março de 1954 :

Ativo

	Cr\$
Ativo imobilizado	152.250.480,70
Ativo disponível	27.013.476,20
Ativo realizável	269.684.559,90
Ativo transitório	7.233.012,70
Total	426.181.529,50
Ativo de compensação	50.000,00

Passivo

	Cr\$
Passivo não exigível	142.223.349,50
Passivo exigível	268.626.218,10
Passivo transitório	502.429,60
Resultado do exercício	14.829.532,30
Total	426.181.529,50
Passivo de compensação	50.000,00

Considerações finais

A leitura do relatório dos Serviços Sociais do Ano Social 1953-1954, apresentado à XXVI Assembleia Geral Ordinária da Cooperativa Agrícola de Cotia, mostra bem a pujança dessa organização tão bem dirigida por uma pleiade de homens dedicados e devotados ao crescimento cooperativista entre os quais destaca-se a figura de Manoel Carlos Ferraz de Almeida, um grande batalhador a serviço da sobre causa do cooperativismo no país.

A Cooperativa Agrícola de Cotia é uma pujante organização que precisa e deve ser acolhida por todos quanto se devam aos estudos econômicos e, especialmente, ao movimento cooperativista no país.

Uma visita à cooperativa é sempre útil, oportuna e agradável.

Percorrendo-se os seus diversos departamentos, observando-se o seu movimento, têm-se a verdadeira compreensão do muito que a Cooperativa Agrícola de Cotia vem fazendo em prol do nosso homem rural e do abastecimento dos mercados consumidores.

A Cooperativa Agrícola de Cotia tem em vista fazer com que os pequenos lavradores, economicamente fracos, tornem-se fortes através da alavanca propulsora da organização cooperativista dos mesmos, eliminando obstáculos e dificuldades e concorrendo para que eles possam viver tranquilamente em paz, sob o manto protetor e acolhedor do Cooperativismo.

Ela não visa lucros

O seu objetivo é maior ainda.

Ela congrega homens possuídos de sinceras convicções dos ideais cristãos e tem como objetivo a defesa do indivíduo e do bem estar da coletividade.

Ao Dr. Manoel Carlos Ferraz de Almeida, que há tanto tempo vem conduzindo a Cooperativa Agrícola de Cotia por uma trilha de constante progresso e engrandecimento, as nossas congratulações.



Grupo de delegados eleitores, após a realização da assembléa

CONFEDERAÇÃO RURAL BRASILEIRA

Eleita a sua nova Diretoria (Triênio 1954-1957)

Em Assembléa Geral Ordinária da Confederação Rural Brasileira, realizada no dia 10 de novembro de 1954, foi eleita e empossada a seguinte diretoria :

Presidente,
1.º Vice-Presidente,
2.º Vice-Presidente,
3.º Vice-Presidente,
1.º Secretário,
2.º Secretário,
1.º Tesoureiro,
2.º Tesoureiro,

IRIS MEINBERG
RUBENS FARRULLA
SILVIO ECHENIQUE
VIRGILIO M. F. TAVORA
JOAO MAURICIO DE MEDEIROS
FORTUNATO GUARITA
ALBERTO RAVACHE
P. A. DE CERQUEIRA LIMA

DIRETORES TÉCNICOS

Amaro Cavalcanti
Agostinho Montelro
Gentil Nascimento
Mario Penteadó de P. e Silva
Napoleão Fontenelle

Manoel Carlos Ferraz de Almeida
Jeronimo Antonio Coimbra
Hugo Cabral
Salvio Pacheco de A. Prado
Waldemar Rupp

COMISSÃO FISCAL

EFEITIVOS

Adamiastor Lima
Julio Ferreira da Silva
Rafael da Silva Xavier

SUPLENTES

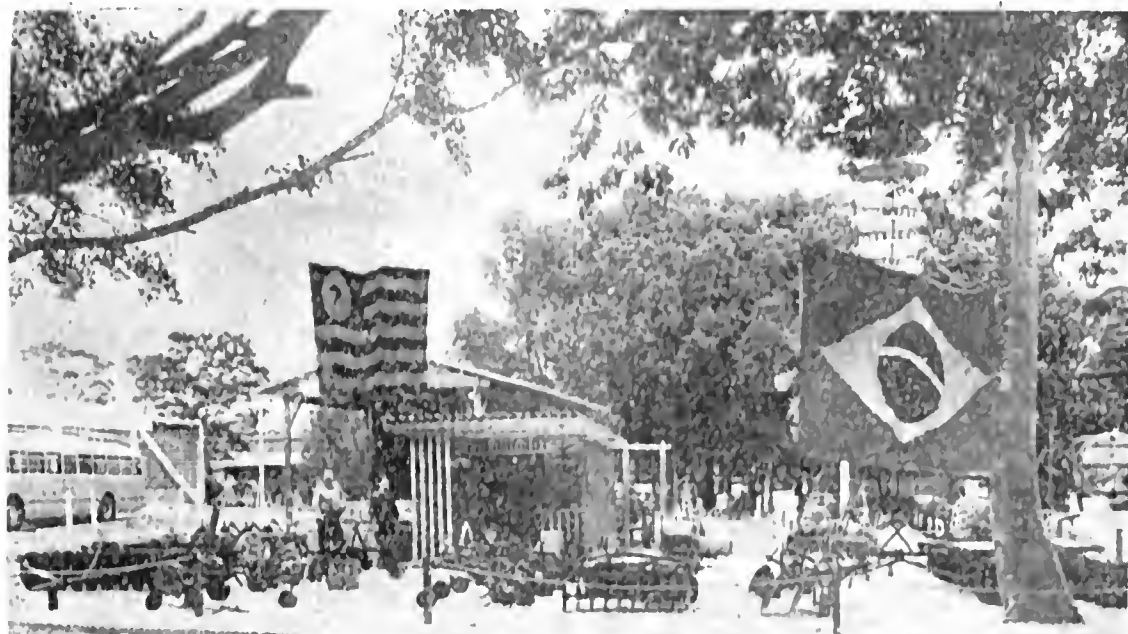
Arthur Oberlander Tibau
Soasyva Vieira da Silva
Nelson Dantas Maciel

O CONSELHO SUPERIOR, renovado pelo terço, ficou assim constituído :

Apolonio Balles
Arthur Torres Filho
Edgier Teixeira Leite
Levem Vampré
Luiz Simões Lopes
Manoel Demostenes
Dolor Ferreira de Andrade
Nestor Jost
Alfredo da Silva Neves
Amaro Alvares da Silva
José de Albuquerque Lima
Agenor Barbosa de Almeida
Felipe Rodrigues Biqueira Neto
José Reis Ferreira
Milton Freitas de Souza

Antonio de Arruda Câmara
Durval Garcia de Menezes
Lauro Fortes Bustamante
Joaquim Camara Filho
Ivo Leão
Alkindar Monteiro Junqueira
Newton Ferreira de Patva
Lauro Borba
Francelino Bastos França
Oscar Dandt Filho
Kurt Repsold
Marchal G. Terra
Paulo da Silva Fernandes
Sylvano Alves da Rocha Loures
Ormeo Junqueira Botelho

A EBERHARDT NO BRASIL



Aspecto do pavilhão da EBERHARDT AGRÍCOLA E INDUSTRIAL, vendo-se conjuntos vários de implementos agrícolas os quais serão brevemente fabricados no Brasil.

Dentro do programa elaborado para a III Conferência Rural Brasileira, recentemente realizada em São Paulo, constava uma visita dos conferencistas ao Stand da EBERHARDT Agrícola e Industrial Ltda., sucursal no Brasil da conceituada fábrica de máquinas agrícolas, de grande tradição na Alemanha.

Como se sabe, essa firma foi fundada em Ulm sobre o Danúbio, em 1854, cabendo-lhe a primazia da criação do primeiro arado de ferro, exposto em 1859 na Exposição de Zurique.

Nos três seguintes decênios, desenvolveram os irmãos Albert e Wilhelm Eberhardt a sua indústria até alcançar o ponto altamente adiantado em que hoje se encontra, constituindo-se num dos maiores conjuntos fabris especializados da Alemanha.

Estão os responsáveis pela Gebrüder Eberhardt empenhados em montar uma grande fábrica em nosso país, a fim de, utilizando as nossas matérias primas, tornarem mais fácil e mais rápida a mecanização de nossa lavoura.

Os conferencistas visitaram todo o amplo e bem apresentado Stand, sendo-lhes então, servido um coquetel.

Notava-se a presença da maioria dos Presidentes das Federações Rurais dos Estados, do Sr. Iris Meinberg, Presidente da Confederação Rural Brasileira e de numerosos outros ruristas patricios, acompanhados de suas excelentíssimas esposas.

O Sr. Alberto Ravache, Diretor Técnico da Sociedade Nacional de Agricultura pronunciou, então, o discurso que a seguir publicamos, com os votos para que as dificuldades a que alude sejam o mais prontamente possível afastadas, dando ensejo a que se implante no Brasil tão oportuna quanto necessária indústria.



Arado de discos ROBERT 10 para trabalhos de corte, para trator, de 10 discos

"Velho agrônomo e rurícola, foi, para mim, um grande prazer a nossa visita, para um cocktail, a este seletto "stand" da Eberhardt. Conhecia suas esplêndidas máquinas de longa data e, assim, revendo-as em seu magnífico conjunto não me foi possível esconder o meu júbilo e manifestar a minha confiança no muito que poderão cooperar para a intensificação e melhoria dos nossos processos culturais.

Surpresa não pequena, no entretanto, causou-me a notícia de que a projetada montagem de uma usina da Eberhardt no Brasil ainda continuasse em estudos na SUMOC, retardada pela nossa burocracia, enquanto que um país nosso vizinho, mais sagaz e previdente, já havia, em menos tempo, favorecido a montagem, em seu território, de uma sucursal dessa firma, a primeira na América do Sul.

Eternos imprevidentes, famintos de moeda forte, menosprezamos as oportunidades que se nos oferecem para economizá-la, para continuarmos aferrados aos nossos arcaicos processos burocráticos, esquecidos de que a Providência Divina um dia também se cansará, vencida por tanta insensatez."

LAVRADOR

Se em teu município não existe associação agrícola, toma a iniciativa e funda uma; pede instruções à secretaria da

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

A Política Cambial e as Classes Rurais

REPRESENTAÇÃO AO SR. MINISTRO DA FAZENDA

A Sociedade Nacional de Agricultura recebeu do FARESP o seguinte ofício:

"A Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo, entidade de classe organizadora da III.^a Conferência Rural Brasileira, realizada em São Paulo sob os auspícios da Confederação Rural Brasileira, vem a presença dessa prestigiosa entidade apresentar as conclusões a que chegaram as Comissões instituídas por aquela Conferência, e relativas aos estudos e sugestões sobre a atual política cambial para a importação de produtos e utilidades essenciais à lavoura nacional.

Estas conclusões, que foram aprovadas em plenário da citada Conferência, foram encaminhadas ao Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, conforme ofício cuja cópia estamos anexando à presente, o qual também foi enviado ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura e a todos os senhores Diretores do Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, a fim de que, uma vez aprovadas por aquele órgão, (SUMOC), que funciona sob a presidência do Sr. Ministro da Fazenda, sejam incluídas no Orçamento Cambial do ano vindouro, fato esse que, sem dúvida nenhuma, virá trazer melhores condições aos agricultores no concernente à importação de utilidades indispensáveis à sua produção, tais como maquinária agrícola, adubos, inseticidas, sementes para plantio, etc.

No entretanto, a fim de que o apelo ao Sr. Ministro da Fazenda, e aos demais membros da SUMOC, encontre a ressonância necessária, torna-se indispensável que todas as Federações e suas filiadas Associações Rurais, orientadas pelo espírito de classe que sempre tem prevalecido TELEGRAFEM ao Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura e ao Exmo. Sr. Diretor Executivo da SUMOC, insistindo na aprovação rápida de todos os itens propostos na exposição enviada àquelas autoridades, contendo as conclusões aprovadas pela III.^a Conferência Rural Brasileira, a fim de que sejam as mesmas incluídas no Orçamento Cambial do ano de 1955.

Na certeza de contar com a indispensável colaboração de todas as Federações e Associações Rurais, a FARESP, antecipadamente, agradece".

— x —

Senhor Ministro, A Confederação Rural Brasileira, organizadora da III.^a Conferência

Rural, reunida em São Paulo nos dias 6 a 12 de Dezembro último, durante a qual foram debatidos assuntos os mais variados, de interesse da produção rural brasileira, vem com a devida venia, submeter à apreciação de V. Excia., as resoluções tomadas com relação à importação de produtos essenciais às atividades rurais, uma vez que essa matéria certamente será abordada nos estudos ora em curso nesse Ministério, relativos ao orçamento cambial para o próximo ano de 1955.

Pela Resolução n.º 86 da SUMOC e pelos Comunicados ns. 26 a 28 da CACEX, todos do ano de 1954, foram estabelecidos e regulamentados os Leilões Especiais de Produtos Agro-Pecuarários, destinados a assegurar a importação e o fornecimento de tais produtos, aos lavradores e aos criadores, em quantidades adequadas, época oportuna e preços compatíveis com o valor da produção agrícola.

Além de assegurar o ritmo da produção agro-pastoril, os Leilões Especiais possibilitaram e provocaram o incremento das atividades rurais, tanto pelas suas consequências de ordem econômica, como porque constituíram um fator psicológico positivo representado pela confiança dos lavradores e criadores em seus governantes.

Com base em experiência anterior, estamos convencidos ser indispensável uma programação, com a devida antecedência, tanto da dotação de divisas para importação de produtos agro-pecuarários, como do mecanismo da distribuição das moedas reservadas para aquela finalidade.

Para elaboração desse programa temos o prazer de anexar as resoluções aprovadas pela III.^a Conferência Rural Brasileira, sobre câmbio para importação de produtos essenciais à lavoura, as quais passaremos a examinar item por item.

Dotação global de divisas — A dotação cambial recomendada, de 150 milhões de dólares, representada por diversas moedas, se justifica pelos seguintes motivos:

- a) de um lado, a lavoura, que atualmente recebe pelos seus produtos exportáveis apenas Cr\$ 31,50 a Cr\$ 36,00 por dólar, tem sido obrigada a pagar o dólar no próprio Leilão Especial da Lavoura na base de até Cr\$ 52,00, para a importação de produtos essenciais a suas atividades.

b) de outro lado, de acordo com as estatísticas oficiais, o valor da exportação dos produtos da lavoura atingiu em 1953 a importância de Cr\$ 27.366.000.000,00 (vinte e sete bilhões, trezentos e sessenta e seis milhões de cruzeiros), equivalentes a US\$ 1.450.000.000,00 um bilhão e quatrocentos e cinquenta milhões de dólares), representando 85,38% do valor total das exportações brasileiras.

Em face do exposto, nada mais justo do que se fazer reverter em benefício da própria lavoura uma parcela de apenas 10% dessa receita cambial produzida por ela, a fim de assegurar pelo menos a continuidade dessa produção agrícola sobre a qual se estriba a vida econômica da nação.

Categorias, verbas e âglos — O montante de divisas a ser aplicado na importação de produtos para a lavoura e pecuária deverá ser subdividido, para efeito de licitação, em três parcelas com âglos diferentes, como segue:

Categoria especial, com âgio mínimo de Cr\$ 10,00	US\$ 30.000.000,00
1. ^a Categoria, com âgio mínimo de Cr\$ 15,00	US\$ 15.000.000,00
2. ^a Categoria, com âgio mínimo de Cr\$ 18,00	US\$ 105.000.000,00
Total	US\$ 150.000.000,00

A **Categoria Especial** que abrangerá todos os fertilizantes e suas matérias primas, assim como sementes de batata para plantio se justifica em face da necessidade de se conceder um tratamento especial e preferencial para esses produtos, que, além de serem super-essenciais, não comportam um custo elevado para o lavrador.

Na situação atual da agricultura nacional, baseada ainda, em sua maior parte na utilização da fertilidade inicial das terras virgens, é imperioso criar bases econômicas e incentivos positivos para o aproveitamento das terras esgotadas antes que se verifique a fatal queda de produtividade dos solos novos atualmente em cultivo.

Se a queda da produção das terras novas cultivadas se verificar antes do estabelecimento definitivo de uma agricultura em solos esgotados, o país deverá experimentar dificuldades econômicas, políticas e sociais até hoje desconhecidas e de consequência imprevisíveis.

Além do mais, somente os fertilizantes apresentados para o lavrador nas condições mais ingratas para seu emprego, tais como:

- representam parcela ponderável no custo total por unidade de área;
- são inversões sujeitas a todos os riscos de exploração — climáticos, de pragas ou de mercado — por serem empregados no início dos trabalhos;
- são empregados, quase unicamente nas condições mais adversas quanto a fertilidade dos solos.

Cumpra ainda ressaltar que a recuperação dos solos esgotados, mais próximos das zonas de consumo, poderá contribuir positivamente para aliviar o problema dos transportes, agravado hoje em dia pela distância cada vez maior das terras novas em produção.

A **primeira categoria**, com o âgio mínimo de Cr\$ 15,00 por dólar, incluirá todos os demais produtos atualmente classificados nesta categoria, de acordo com os Comunicados 26 e 28 da CACEX.

A **segunda categoria**, com o âgio mínimo de Cr\$ 18,00 por dólar, incluirá todos os demais produtos atualmente classificados nesta categoria, de acordo com os Comunicados 26 e 28 da CACEX, e mais os seguintes:

7.74.22	— arame farpado
6.70.00	— tratores de rodas até 50 HP
6.70.60	— tratores de horta
6.70.80	— pertences e acessórios para os tratores acima
6.20.01 a 6.22.00	— máquinas e instrumentos agrícolas, exceto o 6.22.40

Os âglos acima citados em função da distribuição das verbas por categorias resultarão num âgio médio mínimo de Cr\$ 16,10 por dólar, perfeitamente compatível com as bonificações atualmente em vigor para as exportações dos produtos agrícolas.

Rateio entre bolsas — As verbas consignadas a cada categoria dos leilões especiais deverão ser oferecidas nas diversas regiões do país, em proporção aproximada da produção agrícola ou das necessidades de cada região.

Para esse efeito, e com base na estatística de importação de adubos em 1953, anexa, recomenda-se a subdivisão do país em quatro zonas de abastecimento, com as seguintes proporções de moeda para cada uma delas:

Zona Norte (Amazonas até Bahia)	20%
Zona Centro (Esp. Santo, M. Gerais, R. de Janeiro e D. Federal)	10%
Zona Centro Sul (São Paulo e Paraná)	50%
Zona Sul (Sta. Catarina e R. G. do Sul)	20%

Caberá à Carteira de Câmbio do Banco do Brasil determinar as quotas para as Bolsas situadas nas quatro zonas acima, observando o montante para cada região.

O objetivo desse rateio será o de reduzir, já que nos parece impossível eliminar, a necessidade das firmas se socorrerem de Bolsas distantes, inconveniente esse que se vem notando no correr do ano de 1954.

As eventuais incorreções da distribuição por zonas e do rateio subsequente entre as Bolsas serão automaticamente corrigidas pelo direito que continuarão a ter os importadores, de licitar divisas em qualquer Bolsa do país, a sua conveniência.

Época de utilização — Considerando que a época de utilização das divisas não é uniforme por todo o ano e não é igual nas várias

condições agrícolas do país, recomenda-se para melhor utilização das divisas o seguinte critério:

Zona Norte	1.º semestre	40%
	2.º semestre	60%
Zonas Centro, Centro-Sul e Sul	1.º semestre	60%
	2.º semestre	40%

Para atender às variações mensais de utilização recomenda-se a transferência cumulativa das divisas não lictadas em qualquer leilão para os leilões subsequentes, e assim sucessivamente até o fim do ano.

Espécies de divisas — A fim de assegurar o abastecimento certo e oportuno dos produtos essenciais às atividades agro-pastoris, recomenda-se a distribuição, nos leilões especiais da lavoura, de aproximadamente 10% de cada espécie de divisa obtida com a exportação de produtos agrícolas, perfazendo o total atrás indicado, equivalente a 150 milhões de dólares.

Meios de transporte para os lavradores — A fim de atender às necessidades imperiosas de transporte para os lavradores, foi recomendada, além da verba de 154 milhões de dólares destinada exclusivamente à importação de "Jeeps", sejam montados, sejam desmontados, sendo que essa verba só poderá ser lictada pelas Associações Rurais, pelas Cooperativas Rurais e pelos representantes autorizados no Brasil dos referidos "Jeeps".

Em face do espírito da recomendação acima, sugere esta Confederação que periodicamente sejam postas em licitação com o agio mínimo da segunda categoria, ou seja Cr\$ 18,00 por dólar, verbas especiais para essa finalidade.

Ao transmitir a V. Excia. a presente contribuição, que representa o ponto de vista da lavoura nacional, manifestado durante a III.ª Conferência Rural Brasileira, anima-nos o sincero desejo de objetivamente colaborar para a solução dos problemas fundamentais do país, tendo sempre em vista a posição do setor agro-pecuário no quadro econômico da nação.

Tão certos estamos da perfeita compreensão de V. Excia. para a importância do assunto e para o significado dos leilões especiais da lavoura na manutenção e no desenvolvimento da produção rural, que nos sentimos à vontade para solicitar o apoio de V. Excia., para que seja introduzida na lei n.º 2145 um dispositivo que assegure a continuidade daqueles leilões, de modo a garantir o suprimento suficiente dos produtos e materiais indispensáveis às atividades rurais.

Uma recomendação nesse sentido foi aprovada na III.ª Conferência Rural Brasileira, a qual será apresentada ao Congresso Nacional por esta Confederação.

Permanecendo ao inteiro dispor de V. Excia. para entendimentos complementares, valemo-nos da oportunidade para lhes apre-

sentar os protestos de nosso profundo respeito e distinta consideração

Atenciosamente,
ass. Iris Meinberg, Pres. da Confederação Rural Brasileira.

Ao Exmo. Sr. Prof. Dr.
Eugenio Gudim, M. M. Ministro de Estado para os Negócios da Fazenda, e Presidente do Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito — RIO DE JANEIRO — D. F.

Anexo n.º 1 — Resoluções Aprovadas na 3.ª Conferência Rural sobre câmbio para Importação de Produtos Essenciais à Lavoura

Anexo n.º 2 — Valor das Importações de Alimentos em 1953 nas quatro regiões de abastecimento do país

.....

RESOLUÇÕES APROVADAS PELA III.ª CONFERENCIA RURAL BRASILEIRA NO SENTIDO DE SER DADA

"Uma maior prioridade cambial para os leilões especiais de divisas utilizáveis na importação de produtos essenciais à lavoura"

Enquanto não houver alteração na atual política cambial, recomendamos ao Ministério da Fazenda e à SUMOC que:

- I Seja reservada anualmente uma dotação cambial de caráter ESPECIAL e PRE-REFERENCIAL, com um volume mínimo equivalente a 150 milhões de dólares por ano para o Leilão Especial da Lavoura, a qual deverá ser constituída por, aproximadamente, 10% do total de cada uma das moedas obtidas com a exportação dos produtos agrícolas.
- II Distribuição da dotação cambial acima referida entre as diversas Bolsas de Valores do país, na proporção aproximada da produção agrícola ou das necessidades de suas respectivas zonas de influência, tendo sido recomendada a seguinte distribuição por zonas:

Zona Norte (Amazonas até Baía)	20%
Zona Centro (Esp. Santo, M. Gerais, R. de Janeiro e D. Federal)	10%
Zona Centro Sul (São Paulo e Paraná)	50%
Zona Sul (Sta. Catarina e R. G. do Sul)	20%

- III Acumulação das divisas não lictadas num determinado leilão para os leilões subsequentes, devendo ser oferecidas a licitação em cada semestre as seguintes percentagens das dotações reservadas para cada zona:

Zona Norte	1.º semestre	40%
	1.º semestre	60%

Zona Centro, Centro-Sul e Sul 2.^o semestre 40%
2.^o semestre 60%

IV Revisão e reclassificação dos produtos atualmente incluídos no Leilão Especial da Lavoura (Comunicados ns. 26 e 28 da CACEX), criando-se três categorias:

- uma categoria ESPECIAL, com o ágio mínimo de Cr\$ 10,00 por dólar, para adubos e sementes de batatas para plantio;
- 1.^a Categoria, com o ágio mínimo de Cr\$ 15,00 por dólar, na qual continuariam incluídos os demais produtos atualmente classificados nesta categoria e constantes dos Comunicados ns. 26 e 28 da CACEX;
- 2.^a Categoria, com o ágio mínimo de Cr\$ 18,00 por dólar, a qual deverá incluir os produtos atualmente classificados nesta categoria e constantes dos Comunicados ns. 26 e 28 da CACEX, e mais ainda o Arame Enrulado (7.74.22) e os Tratores de rodas até 50 HP tipicamente agrícolas (6.7000, 6.70.60, 6.70.00) de uso exclusivo na lavoura e seus respectivos implementos e equipamentos agrícolas (6.20.01 a 6.22.99), exceto

o 6.22.40), atualmente classificados na 1.^a Categoria dos leilões comuns.

V Distribuição da dotação cambial estabelecida no item I entre as três categorias acima mencionadas, de forma a atender às necessidades de volume mínimo de divisas exigidas em cada uma dessas categorias em função dos produtos e artigos nelas incluídos.

Outrossim, recomendamos que esse regime especial de Leilões Especiais da Lavoura, criado pela Instrução n.º 86 da SUMOC, seja transformado em lei, mediante dispositivo a ser introduzido na Lei Cambial que instituiu a CACEX (Lei n.º 2145 de 29-12-1953).

Recomendamos também que, além da verba de 150 milhões de dólares, já referida acima, seja reservada dentro dos Leilões Especiais da Lavoura, uma verba adicional de 30 milhões de dólares, destinada exclusivamente para a importação de "JEEPS", sejam montados, sejam desmontados, sendo que essa verba só poderá ser feita pelas Associações e Cooperativas Rurais e pelos representantes autorizados no Brasil dos referidos "Jeeps".

Sugerimos também a fiscalização por parte do Governo, para controle dos preços de venda, maneira de distribuição, destinos, etc., de forma a não serem desviados de suas finalidades e usos pelos legítimos lavradores.

VALOR DAS IMPORTAÇÕES DE ADUBOS EM 1953 NAS 4 REGIÕES DE ABASTECIMENTO DO PAÍS (*) (Cr\$ 1.000,00)

Produtos	Norte	Centro	Centro Sul	Sul	Total Brasil
Salitre do Chile	25.679	19.944	81.248	6.521	133.392
Nitrato de Cálcio	—	266	—	—	266
Sulfato de Amônio	86	825	19.764	7.390	28.065
Sulfonitrato Amônio	—	—	824	—	824
Amonitrato n. e.	2.444	—	2.385	—	4.829
Nitrato amônio e cal	—	1.416	—	—	1.416
Urêla	5.170	65	8.263	—	13.498
Adubos azotados n. e.	2.724	—	819	91	3.634
Escória de Thomas	—	—	83	—	83
Superfosfato	5.167	3.255	42.183	13.123	63.728
Fosf. nat. não moído	—	—	14.748	9.634	24.382
Fosfato nat. moído	6.703	1.486	6.760	15.911	30.860
Adubos fosf. n. e.	—	—	—	2.410	2.410
Cloreto de Potássio	9.133	2.801	40.474	4.883	57.293
Adubos complexos	—	76	932	—	1.008
Sulfato de potássio	137	168	4.280	404	5.049
Totais	57.245	30.302	222.763	60.427	370.737
Em porcentagens	15,5%	8,2%	60%	16,3%	100%

Norte: Recife, Salvador

Centro: Vitória, Rio de Janeiro, Angra dos Reis

Centro Sul: Santos, Antonina, Paranaguá

Sul: Porto Alegre e Rio Grande

(*) Organizado pelo Sindicato de Adubos no Estado de São Paulo

Ponte: Ministério da Fazenda — Agosto de 1954

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Fundada em 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo	DR. MIGUEL CALMON DU PIN e ALMEIDA
Presidente Benemérito	DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES

DIRETORIA GERAL

Presidente	—	ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente	—	LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente	—	EDGAR TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente	—	ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário	—	FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	—	ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário	—	EURICO SANTOS
4.º Secretário	—	CINÉAS DE LIMA GUIMARÃES
1.º Tesoureiro	—	KURT REPSOLD
2.º Tesoureiro	—	OTTO FRENSEL
Secretário-Geral	—	LUIZ MARQUES POLIANO

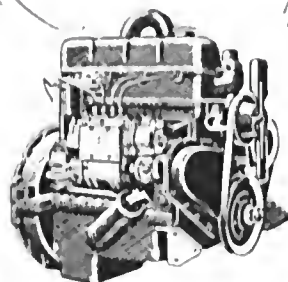
DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES
ENIO LUIZ LEITÃO
FRANKLIN DE ALMEIDA
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
HONÓRIO DA COSTA MONTEIRO FILHO
JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
MARIO DE OLIVEIRA

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE DOS SEGUINTE ÓRGÃOS:

Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; Suplente, Luiz Marques Poliano; Comissão Revisora de Tarifas (Ministério da Fazenda) — Dr. Oswaldo Miguel Frederico Ballarin; Conselho Consultivo da E. F. Central do Brasil — Dr. Altino de Azevedo Sodré; Comissão Permanente de Estradas de Rodagem — Dr. Raul David de Sanson; Instituto Brasileiro de Educação e Cultura (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; Conselho Nacional de Aplicações dos Empréstimos Rurais (Ministério da Fazenda) — Dr. Luiz Simões Lopes; Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção — Dr. Edgar Teixeira Leite; Comissão Consultiva de Acordos Comerciais (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Alberto Ravache; Comissão de Política Agrária (Ministério da Agricultura) — Dr. Luiz Simões Lopes. Suplente: Dr. Alberto Ravache.
--

**Nova potência!
Nova economia!**



FORDSON MAJOR

COM MOTOR DIESEL DE 40.58 HP.

Aqui está a grande característica do novo FORDSON MAJOR: — mais força com menor consumo! Motor especial de 4 cilindros e que, para maior rendimento, conta com um sistema de transmissão de 8 marchas: 6 dianteiras e 2 a ré! Procure conhecer o novo FORDSON MAJOR — e veja as vantagens que ele pode lhe oferecer. E tenha em mente: perfeita assistência e peças à vontade fazem deste produto FORD o melhor trator para trabalhos agrícolas!



PRONTA ENTREGA
em seu Revendedor Ford

E AINDA ESTAS CARACTERÍSTICAS:

- 6 velocidades dianteiras e 2 a ré
- Bitolas dianteira e traseira ajustáveis
- Freios de direção e estacionamento
- Controle hidráulico
- Tomada de força e faróis
- Direção firme e leve
- Vão livre de 52 cm — para qualquer cultura
- Polia para correia de 2 velocidades — até 1.400 rpm
- Barra de tração
- Caixa de ferramentas
- Assistência técnica e peças em qualquer lugar do Brasil.

Um produto da Ford da Inglaterra

FORD MOTOR COMPANY, EXPORTS, INC.

MASSEY-HARRIS

uma tradição
de bons serviços
prestados à lavoura!



200 REVENDEDORES GARANTEM ASSISTÊNCIA PERMANENTE



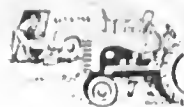
Assistência mecânica - Todos os Revendedores Autorizados dispõem de pessoal especializado para proporcionar, permanentemente, rápida e eficiente assistência mecânica.

Avião oficina - Aparelhado para prestar quaisquer serviços de emergência, a fim de que as máquinas Massey-Harris PERMANEÇAM SEMPRE EM TRABALHO.



Cursos e Demonstrações Regionais VEMAG de Máquinas Agrícolas - Percorrendo todo o território de nossa distribuição, indo diretamente ao fazendeiro para instruí-lo no manejo e conservação e proporcionar-lhe eventuais reparos urgentes.

Comionetas - oficina - Além da assistência prestada pelos Revendedores, a Distribuidora Vemag S. A. mantém comionetas - oficina para visitas periódicas, independentemente de solicitação.



TRATORES E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS
MASSEY-HARRIS
Um século a serviço da terra!

DISTRIBUIDORA VEMAG S/A

Veículos e Máquinas Agrícolas

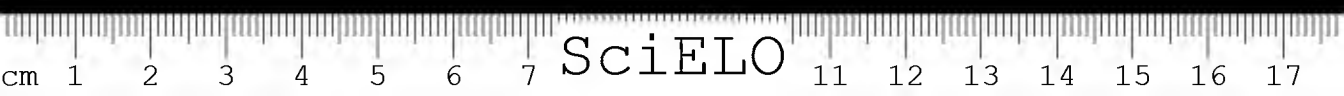
S. Paulo - Matriz - R. Grãfia Linda, 224 - Fones 3-0612, 3-0759 e 3-0648 - Caixa Postal 8232 - Telegramas "Audeauto"

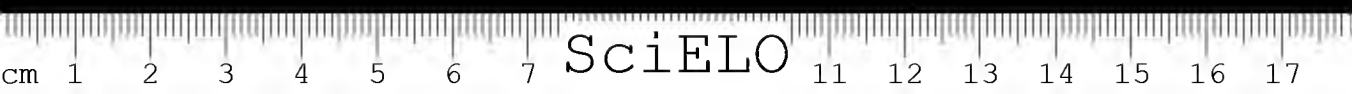
Rio de Janeiro - Filial - Rua São Clemente, 83 - Fone 46-1414

Territórios de Distribuição: Distrito Federal, Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina.

DISTRIBUIDORA
VEMAG

Of. Gráf. do "Jornal do Brasil"
Av. Rio Branco, 110-112 — Rio





SciELO

